UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MAYKA DANIELLE BRITO AMARAL

REFORMA AGRÁRIA E RECONHECIMENTO: o caminho da autonomia
e liberdade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu da região do Bico do
Papagaio

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MAYKA DANIELLE BRITO AMARAL

REFORMA AGRÁRIA E RECONHECIMENTO: o caminho da autonomia
e liberdade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu da região do Bico do
Papagaio

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas como requisito para obtenção do Título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A482r Amaral, Mayka Danielle Brito Amaral
Reforma Agrária e Reconhecimento: o caminho da
autonomia e liberdade das camponesas-quebradeiras de
coco babaçu da região do Bico do Papagaio / Mayka
Danielle Brito Amaral Amaral ; orientadora Larissa
Mies Bombardi Bombardi. - São Paulo, 2017.
392 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Reforma Agrária. 2. Babaçu Livre. 3. Conflito.
4. Camponesas-quebradeiras. 5. Sujeição e
Resistência. I. Bombardi, Larissa Mies Bombardi,
orient. II. Título.

Ficha de Aprovação

AMARAL, Mayka Danielle Brito. **Reforma Agrária e Reconhecimento: o caminho da autonomia e liberdade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu da região do Bico do Papagaio.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.

Aprovada em: _____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Maria Jane Brito Amaral e Vadívio Rodrigues Amaral, os “pilares” da minha jornada. E para todas as camponesas-quebradeiras de coco que, com as suas histórias e lutas pela terra e pelo reconhecimento, me fortaleceram e ajudaram a construir este trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Larissa Mies Bombardi, pela paciência, compreensão e orientação. Agradeço por ter aceitado trilhar essa caminhada comigo, desde a realização do mestrado. Pela sensibilidade e o anseio por um mundo mais justo, que somam ao nosso processo de despertar!

Agradeço de forma muito especial às camponesas-quebradeiras de coco e suas famílias, por me acolherem com tanto carinho e atenção; pela confiança na socialização da história das suas vidas, lutas, dores, sofrimentos, preocupações, alegrias e conquistas.

À Terezinha de Souza Cruz, Domingas Félix de Souza Cruz, Belisa da Costa Souza, Elizete da Costa Souza, Andreina Xavier Fernandes de Souza, Maria Faustina dos Santos, Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, Cosmo Nunes Paixão e Cledeneusa Maria Bezerra Oliveira, que me acompanharam durante os trabalhos de campo, deixando seus afazeres para ajudar na coleta das informações para a concretização desse trabalho.

Às famílias do Assentamento 25 de Março, por me receberem em suas casas, e dividirem entre uma xícara e outra de café, as suas histórias e visões de mundo. Embora, não tenha continuado com a pesquisa, em virtude da mudança da temática, agradeço pelos dias de convívio e a confiança. Agradeço ao Charles Trocate que intermediou esse contato, e a Giselda por me receber em sua casa e disponibilizar alguns dados do assentamento. Sou muito grata.

Às famílias indígenas da Aldeia Apolinário, no município de Grajaú, pela confiança e a relação de amizade conquistada em meio ao trabalho de campo. Às professoras Aylane e Aline, que me acompanharam durante a estadia na aldeia, orientando e traduzindo as falas dos índios e índias, que não falavam a língua portuguesa. E a professora Neusani David Aristeu pela acolhida e a intermediação com as professoras.

Ao professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pelo apoio e orientação. Embora não fosse meu orientador oficial, não se absteve aos meus pedidos de “socorro”. Sou muito grata! Agradeço e admiro o seu compromisso com a ciência, com os sujeitos sociais do campo e da cidade. E principalmente, por acreditar e nos fazer acreditar em dias melhores, ajudando incansavelmente os que desejam trabalhar pela minoria. Devo dizer que o Ari não só me chamou atenção para o tema da reprodução social, como me encorajou a mudar o foco da pesquisa e seguir firme na sua concretização.

À professora Marta Inez Medeiros Marques, pela acolhida em seu grupo de estudo “Campo em Movimento”, onde tive a oportunidade ler e debater a obra “Os Limites do Capital”, do geógrafo David Harvey. Ainda que por pouco tempo, agradeço os ricos debates e a todos os colegas do grupo: Karina, Pietra, Adriane, Thiago, Camilo e os demais.

À professora Sandra Lencione, pela atenção e apoio no início deste trabalho.

Ao CNPQ pela bolsa de doutorado concedida, a qual permitiu a realização deste trabalho com maior tranquilidade.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH/FFLCH) e às coordenadoras Marta Inez Medeiros Marques e Rita de Cássia Ariza da Cruz. Às secretárias Rosangela, Cida e Firmino, pela atenção e disponibilidade no atendimento aos alunos do programa.

A todos os participantes dos colóquios dos orientandos e orientandas da professora Larissa, especialmente à Elaine, Denise, Bernadete, Tito e Gustavo, pelas discussões e companheirismo na socialização das angústias acadêmico-científicas.

Ao grupo de estudo do Lefebvre, formado por Simone Affonso da Silva, Juliana e eu, onde debatemos importantes lições iniciais do fundamento do pensamento lefebvriano.

À Camila e à Sandra por ter orientado o caminho e os trâmites para acessar os dados cartoriais sobre a realidade pesquisada. Agradeço a paciência, atenção e disponibilidade.

À toda comunidade USP, por todos os momentos e aprendizados que me proporcionaram, em especial, as amigas sinceras de Luciana Riça Borges, Ana Paula Francisco e Fernanda, com quem compartilhei o espaço de moradia no CRUSP, por aproximadamente um ano e meio, da minha estadia em São Paulo. Devo estender um pouco mais o agradecimento à Luciana Riça Borges pela confiança em ceder o seu quarto, no Crusp, com todos os seus pertences, enquanto estive na França. Sempre desejei passar pela experiência de morar na moradia estudantil da USP, a Lu, não pensou duas vezes em me conceder o seu espaço e me receber todos os períodos em que necessitei. Como uma grande irmã a tenho em meu coração. Agradeço a paciência e as conversas longas sobre a academia e sobre a vida. Cresci muito com ela.

À Lucia, Adriane, Clarisse, Kim, Thiago Santos, Genovan, Zé Sobrinho, Rose, Fernando, Fabrício, Estêvão Barbosa e Maria Júlia, pela grande amizade, conversas motivadoras e orientadoras sobre a ciência e a vida. Muito obrigada pelo apoio nas horas de angústias!

A todos os pesquisadores e pesquisadoras do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, pelas oportunidades de realização de importantes trabalhos, que me conduziram à realidade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu. Agradeço de forma muito especial, à professora Rosa Acevedo Marin, pelos diálogos, pelo carinho, pela compreensão e por disponibilizar a sua casa, durante o período inicial da escrita deste trabalho, em Belém (PA). Também agradeço com muito carinho a pesquisadora Mariana Nóbrega, que intermediou o meu contato com as camponesas-quebradeiras do povoado Petrolina. à professora Rita de Cássia Pereira da Costa, por ter permitido a minha participação no trabalho de campo com os alunos do curso de Educação do Campo, onde pude conhecer um pouco sobre a realidade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu no estado do Pará. E ao Thiago Sabino, que produziu os mapas da tese.

Aos funcionários do ICMbio, em especial a Fernúbia e ao Euvaldo pela disponibilização dos dados sobre a Resex Ciriaco. As funcionárias do MIQCB, que me acolheram com muito carinho e atenção na sede em São Luís, disponibilizando os materiais sobre necessários para a pesquisa.

Ao professor Márcio Douglas Brito Amaral (PPGEO/UFPA), pela socialização da sua biblioteca e diálogos profícuos sobre a realizada Amazônica.

À família Céu Sagrado, CICLUJU-PA, família Lionel, Luís, Joel, dona Maria e a família Malcher por todo apoio, amor e atenção nos dias mais sombrios dessa caminhada.

À Maria Jane Brito Amaral, Valdívio Rodrigues Amaral, Marcio Douglas Brito Amaral, Aroldo Chellei Brito Amaral, Lorrane, Gabriel, Rafael, Lilian e Thaís e Tiago Malcher, pelo apoio incondicional, carinho, atenção, amor e compreensão. Agradeço toda a minha família, por saber compreender a minha ausência e silêncio durante essa jornada do doutorado.

Agradeço de coração!

A palmeira é uma mãe que serve pra tudo porque ela dá o coco que é a amêndoa que a gente tira que faz o óleo, faz até o leite da amêndoa pra botar na comida pra temperar, aí faz o leite e o azeite. Aí do azeite você faz o sabão, aí da casca faz o carvão pra cozinhar a comida, aí se ela morre o adubo serve pra botar no canteiro, se o talo... esse talo a gente tira essa folha e fica o talo... a gente faz cerca pra tampar o quintal, quem não pode comprar o arame nem a tela, leva o talo e cerca o quintal.

(Dona Terezinha de Souza Cruz. 09.12.2016)

(...)é um complemento pra renda ou é a renda que nós temos pra contribuir na despesa de casa é o babaçu, porque tudo nós utiliza do babaçu: nós utiliza a palha pra cobrir a casa, nós utiliza a palha pra fazer o coco pra levar pro mato pra quebrar o coco, nós utiliza a palha pro artesanato, nós utiliza a bagaço do coco, a pele do coco pra acender o fogo, nós utiliza o carvão pra cozinhar, nós utiliza a amêndoa pra tirar o óleo pra temperar e também pra vender, então é mais da metade da renda das agricultoras familiar é o babaçu, pra nós é tirar a vida das quebradeiras, a outra coisa além de todos esses valores é uma floresta que não depende de você aguar, de você limpar, de você preservar... sabe?! É uma floresta que ela vem por conta em qualquer lugar, então é uma coisa muito importante por isso que a gente tem uma luta em defesa dessas florestas.

(Maria Querubina da Silva Neto. 10.11. 2014)

Sim! A Reforma Agrária tem que ser uma solução para as quebradeiras de coco, porque a Reforma Agrária a gente sabe que ela trabalha a questão da terra né? Então, para nós, vamos reivindicar a terra através da Reforma Agrária. A gente continua fazendo documentação e esperando que o governo tenha piedade de nós, quebradeiras de coco que ainda não tem terra.

(Eunice da Conceição Costa.07.06.2017)

RESUMO

A discussão deste trabalho versa sobre o processo de reprodução, territorialização e luta das camponesas-quebradeiras de coco babaçu, em algumas áreas da região do Bico do Papagaio, quais sejam: do povoado Petrolina (Imperatriz-MA), da Reserva Extrativista do Ciriaco (Cidelândia-MA), do povoado Juverlândia (Sítio Novo do Tocantins- TO) e da propriedade familiar Olho d'Água (São Miguel do Tocantins-TO). A análise foi realizada a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo, documental e bibliográfica. A pesquisa revelou que a gênese da conscientização política das camponesas-quebradeiras encontra-se no contexto da luta pela terra. Diante da apropriação privada, e o seu “cercamento”, o coco babaçu foi aprisionado, provocando a reação das famílias e a, conseqüente, luta pelo livre acesso aos babaçuais. Como uma fração do campesinato brasileiro, as famílias lutaram e continuam lutando pela terra e pelo babaçu, como uma forma de garantir a reprodução social, resistindo à destruição do seu modo de vida camponês. A luta empreendida pelas camponesas-quebradeiras ocorre em duas frentes, contra as situações de sujeição perpetrada pelo capital e as práticas de silenciamento, violência e exclusão dos homens, no âmbito da unidade familiar e da sociedade mais ampla. A pesquisa pôs em relevo a importância da reforma agrária e do reconhecimento como o caminho para autonomia e liberdade das camponesas-quebradeiras de coco.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Babaçu Livre, Conflito, Camponesas-quebradeiras, Sujeição e Resistência.

ABSTRACT

The discussion of this paper tells about the processo of reproduction, territorialization and struggle of the women peasants who work as babaçu nuts shell breakers, in some áreas of the Bico do Papagaio region, which are: the village of Petrolina (Imperatriz-MA), Extrativist Reserve of Ciriaco (Cidelândia-MA) the Village of Juverlândia (Sítio Novo do Tocantins-TO) and the private property Olho d'Água (São Miguel do Tocantins-TO). These analyses were performed from the data obtained the field research, documental and biography. The research revealed that the genesis of the genesis of political intercourse of the women peasant babaçu nuts shell breakers lies in the contexto of the struggle for land ownership.

Before the private appropriation, and its "enclosure", the babaçu coconut was imprisoned, provoking the reaction of families and the consequent struggle for free access to babaçu.

As a fraction of the Brazilian peasantry, families have fought and continue to fight for land and babaçu as a way to guarantee social reproduction, resisting the destruction of their peasant way of life. The struggle undertaken by the peasants-breakers occurs on two fronts, against situations of subjection perpetrated by capital and the practices of silencing, violence and exclusion of men within the framework of the family unit and the wider society. The research highlighted the importance of agrarian reform and recognition as the path to autonomy and freedom for peasant babaçu nut shell breakers farmers. The struggle undertaken by the peasants-breakers occurs on two fronts, against situations of subjection perpetrated by capital and the practices of silencing, violence and exclusion of men within the framework of the family unit and the wider society. The research highlighted the importance of agrarian reform and recognition as the path to autonomy and freedom for peasant babaçu nut shell breakers coconut farmers.

Keywords: Agrarian Reform, Free Babaçu, Conflict, Peasants, Subjectivity and Resistance.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Quebra do coco.....	118
Fotografia 2 – Amêndoa do coco babaçu.....	118
Fotografia 3 – Torrando a amêndoa.....	118
Fotografia 4 – Retirada do coco torrado.....	118
Fotografia 5 – Artesanato do grupo produtivo do povoado Juverlândia.....	120
Fotografia 6 – Artesanato da dona Raimunda Nonata Nunes Rogrigues.....	120
Fotografia 7 e 8 - Casa do mesocarpo.....	121
Fotografia 9, 10, 11 e 12 – Produção do mesocarpo.....	122
Fotografia 13 – Camponesas-quebradeiras do povoado Petrolina juntando coco na área da reserva.....	149
Fotografia 14 – Fábrica de óleo da reserva extrativista Ciriaco.....	169
Fotografia 15 – Apresentação das máquinas da fábrica de óleo pela coordenadora do grupo produtivo.....	169
Fotografia 16 – Apresentação do óleo produzido na fábrica.....	170
Fotografia 17 – Produção do mesocarpo na associação das camponesas-quebradeiras de coco babaçu do povoado Petrolina (Imperatriz-MA).....	175
Fotografia 18 – Reunião do “conselho das quebradeiras de coco babaçu da estrada do arroz”, no povoado Petrolina.....	176
Fotografia 19 – Casa de produção das quebradeiras de coco de Petrolina.....	177
Fotografia 20 – Unidade de beneficiamento de coco babaçu de Petrolina.....	178
Fotografia 21 – Apresentação das embalagens dos produtos das camponesas-quebradeiras do povoado Petrolina, pela Suzano S.A.....	179
Fotografia 22 – Caçamba de coco da TobasaBoindustrial.....	181
Fotografia 23 – Camponesa-quebradeira a caminho das “quintas” para coletar coco babaçu.....	212
Fotografia 24 – Francisca Oliveira Pessoa.....	212
Fotografia 25 – O trabalho da quebra do coco.....	216

Fotografia 26 – Produção do azeite na casa da dona Belisa.....	220
Fotografia 27 – Dona Belisa torrando coco.....	221
Fotografia 28 – Casa da forrageira.....	222
Fotografia 29 – Armazenagem dos cultivos na casa.....	224
Fotografia 30 e 31 – Feijão, sabão e azeite do coco babaçu.....	224
Fotografias 32, 33, 34 – Quintal da dona Belisa.....	225
Fotografias 35 e 36 – Curral, pasto e babaçual.....	226
Fotografia 37 – Produção do carvão da casca do coco babaçu.....	231
Fotografia 38 – Armazenamento do carvão.....	232
Fotografia 39 – Lavagem dos baldes de leite.....	233
Fotografia 40 – Baldes de leite do gado.....	233
Fotografia 41 – Tanque de armazenamento e resfriamento do leite.....	234
Fotografia 42 – Quebra do coco no quintal.....	244
Fotografia 43 – Área de pastagem na reserva extrativista Ciriaco.....	249
Fotografia 44 – Criação de gado na reserva extrativista Ciriaco.....	251
Fotografia 45 – Forno de carvão da casca.....	253
Fotografia 46 – Tambor de produção do carvão.....	254
Fotografia 47 – A horta da dona Maria da Conceição.....	256
Fotografia 48 – Mutirão das mulheres.....	257
Fotografia 49 – Mutirão dos homens.....	258
Fotografia 50 – Trituração da mandioca.....	258
Fotografia 51 – Prensa da massa.....	258
Fotografia 52 – Esfarelando a massa.....	259
Fotografia 53 – Torração da farinha.....	259
Fotografia 54 – Esfriamento da farinha.....	259
Fotografia 55 – Recolhimento de caju.....	261
Fotografia 56 – Despolpando frutas.....	261

Fotografia 57 – “Pai Cosmo” e Dona Luíza.....	263
Fotografia 58 – Casas da comunidade Olho D’água.....	266
Fotografia 59 – Hortas.....	271
Fotografia 60 – Inseticida natural.....	273
Fotografia 61 – Produção do corante.....	275
Fotografia 62 – Falta d’água no açude.....	275
Fotografia 63 – Captação de água para irrigação das hortas.....	276
Fotografia 64 – Roça no toco.....	277
Fotografia 65 – Caixa da abelha.....	281
Fotografia 66 – A mãe e o pai do trabalhador rural.....	295
Fotografia 67 – Encontro das mulheres.....	296
 Fotografia 68 – Chegada ao povoado Altamira.....	 297
Fotografia 69 – Caravanas das/dos peregrinos.....	297
Fotografia 70 – Início da peregrinação.....	298
Fotografia 71 – A caminho do cruzeiro.....	298
Fotografia 72, 73, 74 e 75 – Ritual de devoção do festejo de Nossa Senhora de Lurdes.....	 299
Fotografia 76 – Narrativa da festa dos Santos Reis.....	301
Fotografia 77 – Dona Maria Silvânia Nunes da Paixão.....	306
Fotografia 78 – Dona Maria e a saia do lindô.....	307
Fotografia 79 – Novena de Santa Luzia.....	310
Fotografia 80 – Roda de conversa e canto após a novena.....	312
Fotografia 81 – Capa do cd das encantadeiras.....	318
Fotografia 82 – Livro das “encantadeiras”.....	318

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização da área de estudo.....	31
Mapa 02 – Distribuição geográfica da palmeira de babaçu no Brasil.....	40
Mapa 03 – Povoados da Estrada do Arroz e Reserva Extrativista do Ciriaco – MA.....	140
Mapa 04 – Uso e Ocupação do Solo da Reserva Extrativista do Ciriaco – MA.....	240
Mapa 05 – Uso e Ocupação do Solo da Propriedade Familiar Olho d'Água (TO).....	264

LISTA DE SIGLAS

A.T.A.M – Associação De Trabalhadores Agrícolas Do Maranhão.

AMTR – Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

APA-TO – Alternativa para Pequena Agricultura no Tocantins

ASMUBIP – Associação Regional Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio.

ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão.

ASW – Aktionsgemeinschaft Solidarische Welt.

ATERECO – Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agroextrativistas da Reserva do Ciriaco.

BASA – Banco da Amazônia S/A.

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e desenvolvimento.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CEBS – Comunidades Eclesiais de Base.

CELMAR S.A – Indústria de Celulose e Papel.

CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural –Ma.

CIQCB – Cooperativa Interestadual Das Mulheres Quebradeiras De Coco Babaçu.

CNPT – Centro Nacional de Populações Tradicionais.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

CNS – Conselho Nacional de Seringueiros.

COOPAESP – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis.

COOPAESP – Cooperativas dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis.

COOPAI – Cooperativa de Pequenos Agroextrativistas de Imperatriz.

COPAJOTA – Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares.

COPPALJ – Cooperativas Dos Pequenos Produtores Agroextrativistas De Lago Do Junco.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliários.

DETRAN – Departamento de Trânsito.

ECO-92 – Conferencia das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

EIQCB – Encontro Interestadual De Quebradeiras De Coco Babaçu-MA/TO/PA.

ELETRONORTE – Centrais Elétricas Do Norte Do Brasil S.A.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FATAET – Federação Dos Trabalhadores Na Agricultura Do Estado Do Tocantins.

FINAN – Fundo de Investimento na Amazônia.

FINOR – Fundo de Financiamento do Nordeste.

GETAT – Grupo de Terra Do Araguaia Tocantins. ????

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

MST – Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra.

ONGS – Organização Não Governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OVIL – Óleos Vegetais Imperatriz Ltda.

PET – Programa de Educação Tutorial.

PIN – Programa De Integração Nacional.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PNAE – Programa Nacional De Alimentação.

PNRA – Plano Nacional De Reforma Agrária.

PREV-FOGO – Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais.

PRO-AMBIENTE -

PROCERA – Programa de Crédito Especial Para Reforma Agrária.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estimulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.

R. E. – Reserva Extrativista.

RESEX – Reserva Extrativista.

RURALTINS - Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins.

SINITOX – Sistema Nacional de Informações Toxicológicas.

SMDDH – Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos.

SNC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

SUDAM – Superintendência para o desenvolvimento da Amazônia Legal.

TRARL – Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	31
Capítulo I. A ocupação da terra e a formação territorial de Petrolina (MA), Juverlândia (TO), Olho d'água (TO), e Ciriaco (MA), na Região do Bico do Papagaio.....	52
1.1 “Situando o Caldeirão”: a chegada dos camponeses-posseiros.....	53
1.2 A formação dos povoados e a reprodução camponesa	63
1.3 O “cruzamento de arame”: resistência e luta pela terra em Juverlândia (TO) e Olho d'Água (TO).....	77
Capítulo II. Entre a luta pela terra e a luta pelo babaçu livre: a formação da identidade social das camponesas-quebradeira de coco.....	95
2.1 O papel da camponesa em questão e o início da conscientização dos direitos.....	96
2.2 A camponesa-quebradeira de coco e a constituição das entidades de representação.....	103
2.3 A luta das camponesas-quebradeiras de coco e as estratégias de fortalecimento.....	113
Capítulo III. Entre a sujeição e a resistência: a força das camponesas-quebradeiras de coco.....	129
3.1 O enfrentamento aos fazendeiros e a criação da Reserva Extrativista Ciriaco.....	131
3.2 A chegada dos novos “inimigos” e a sujeição e resistência das famílias camponesas-quebradeiras de coco.....	141
3.3 Contra a transformação das camponesas-quebradeiras de coco em catadeiras de coco pela Tobasa Boindustrial.....	180
Capítulo IV. A territorialização das camponesas-quebradeiras de coco babaçu.....	186
4.1 Autonomia e liberdade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu.....	187
4.2 O trabalho da camponesa-quebradeira de coco na unidade familiar e o ordenamento territorial.....	207

4.2.1 O trabalho da camponesa-quebradeira na unidade familiar e o ordenamento territorial no povoado Juverlândia (TO).....	207
4.2.2 O trabalho da camponesa-quebradeira na unidade familiar e o ordenamento territorial na comunidade Ciriaco, na Reserva Extrativista Ciriaco (MA).....	238
4.2.3 O trabalho da camponesa-quebradeira na unidade familiar e o ordenamento territorial na comunidade Olho d'Água (TO).....	261
4.3 Comercialização da produção camponesa e a subordinação da renda da terra ao capital.....	282
4.4 Religiosidade e Sociabilidade Camponesa.....	292
4.4.1 Festejo de Nossa Senhora de Lurdes.....	293
4.4.2 Festa dos Santos Reis, do Divino Espírito Santo, do Lindô, da Mangaba e do Babaçu.....	300
4.4.3 A novena.....	309
4.4.4 Do canto de trabalho ao canto de luta das camponesas-quebradeiras de coco.....	312
5. “Reforma agrária e o Reconhecimento: o caminho para uma reprodução social com autonomia e liberdade”: considerações finais.....	324
REFERÊNCIAS.....	332
ANEXOS.....	340

INTRODUÇÃO

O tema central deste trabalho de tese é o processo de reprodução, territorialização e luta das camponesas-quebradeiras de coco babaçu, em algumas áreas da região do Bico do Papagaio, quais sejam: do povoado Petrolina (Imperatriz-MA), da Reserva Extrativista do Ciriaco (Cidelândia-MA), do povoado Juverlândia (Sítio Novo do Tocantins- TO) e da propriedade familiar Olho d'Água (São Miguel do Tocantins-TO) (Mapa 01).

Mapa 01: Localização da Área de Estudo

O surgimento dessa temática está intimamente associado à trajetória acadêmica da pesquisadora. Para esclarecer a sua definição e delimitação, cabe, portanto, referenciar alguns momentos importantes.

O contato com a realidade das camponesas-quebradeiras de coco ocorreu por meio da minha participação no Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA), coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida e pela historiadora Rosa Acevedo Marin. Essa participação foi iniciada em 2006, com a experiência de um trabalho junto aos carvoeiros de Rondon do Pará (PA), sujeitos da pesquisa que realizei no curso de especialização no

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA)¹. Depois de um período de afastamento, de 2008 a 2011, por conta da realização do curso de mestrado, em Geografia Humana, na Universidade de São Paulo (USP), retornei ao projeto, e participei de uma pesquisa de “Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais”.

A partir da participação na referida pesquisa, houve os primeiros contatos com as camponesas-quebradeiras de coco, até então conhecidas apenas como “quebradeiras de coco”. Tive a oportunidade de conhecer a realidade e a luta que empreendiam em algumas áreas no estado do Pará, tais como a da Vila Santa Rita e Vila Itamerim, no município de Brejo Grande do Araguaia (PA); a do município de Palestina (PA); Vila São José, em São Domingos do Araguaia; e Vila Apinagés, em São João do Araguaia². Esse contato se deu através do acompanhamento das audiências, reuniões e oficinas realizadas no âmbito do projeto, e, nessa área, sob a coordenação da professora Rita de Cássia Pereira Costa, do curso de Educação do Campo, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA.

Nesse período, entre 2012 e 2014, minha atenção estava voltada para a expansão do carvoejamento na Amazônia. A participação nesse projeto contribuiu para identificar a realização dessa atividade em diversas áreas dessa região, através da realização de entrevistas e trabalhos de campo. Num dos seminários finais do projeto “Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais” entrevistei duas camponesas-quebradeiras de coco, que atuavam como coordenadoras do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco, no município de Imperatriz (MA), dona Eunice da Conceição Costa e Maria Querubina da Silva Neto³. Norteada pela realidade da produção de carvão vegetal em suas unidades territoriais, assentamento e reserva extrativista, conseguir levantar as primeiras informações para a pesquisa de doutoramento. Nessa mesma ocasião conheci a pesquisadora Mariana Conceição Nóbrega, que desenvolvia sua pesquisa de mestrado sobre as “quebradeiras” dos povoados da Estrada do Arroz, no município de Imperatriz (MA). A partir desse contato,

¹ Que deu origem a um fascículo intitulado Carvoeiros de Rondon do Pará (2007)

² O fruto dessas atividades foi produzido um fascículo intitulado “Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas: Sudeste do Pará” (2014). Também produzimos o fascículo “Assentados e acampados: Rondon PA” (2014), com base na pesquisa de mestrado por mim desenvolvida, e das oficinas realizadas posteriormente.

³ Atualmente dona Maria Querubina da Silva Neto não está mais na coordenação do movimento, apenas a dona Eunice da Conceição Costa.

realizamos um trabalho de campo nessa área, onde pude estabelecer laços importantes para o desenvolvimento posterior da pesquisa.

Embora interessada na expansão do carvoejamento nas diversas frações territoriais da Amazônia, a qual me levou à realização de trabalhos de campo na aldeia indígena Apolinário – Guajajara, no município de Grajaú (MA), no assentamento 25 de Março, em Marabá (PA), nos povoados da Estrada do Arroz, especialmente no povoado Petrolina, em Imperatriz (MA), e na reserva extrativista do Ciriaco, em Cidelândia (MA), vários questionamentos iam se formando em torno da reprodução social das “quebradeiras de coco”.

Durante a realização dos trabalhos de campo deparei-me com situações reveladoras da desigualdade socioterritorial vivenciadas pelas “quebradeiras de coco”. A concentração fundiária e a distribuição desigual da terra são exemplos significativos, que as submetem a uma reprodução social em situação de sujeição. Sem terras, se reproduzem de forma subordinada aos fazendeiros e empresas privadas, que tem o controle fundiário na região. Dependem da autorização dos mesmos para acessarem os babaquais localizados em suas propriedades. Entendendo que a palmeira do coco babaçu é um recurso natural, produzido pela natureza, e não pelo trabalho humano, reivindicam o livre acesso aos babaquais.

Demorei muito tempo para entender a racionalidade subjacente a tal reivindicação, questionando-me sobre o porquê das “quebradeiras de coco” não lutarem pela terra e sim pelo livre acesso aos babaquais. Parecia-me contraditório, considerando a situação de sujeição em que se reproduziam por não possuírem terra. Encontrei muitas explicações fundamentadas em concepções de território, numa perspectiva antropológica e sociológica, mas, com uma trajetória acadêmica disciplinar no campo da ciência geográfica, que analisa a sociedade a partir da sua dimensão espaço-territorial, não me contentei com as mesmas. Os questionamentos continuaram, e ganharam “força” à medida que desenvolvia os trabalhos de campo. O interesse pela temática se ampliou, a ponto de provocar a mudança da pesquisa que vinha sendo realizada sobre o carvoejamento.

A “força” dos questionamentos teve origem nas contradições reveladas pela realidade social. Entendemos que:

(...) o pensamento humano busca a verdade através das contradições e que as contradições têm um sentido objetivo, uma fundamentação na realidade. Cessamos de rejeitar como aparentes ou absurdas todas as contradições; justamente ao contrário, colocamos no centro das preocupações a pesquisa das contradições e de seus fundamentos objetivos⁴.

⁴ LEFEBVRE, 2009, p.29.

Desse modo, procurei fazer um exercício dialético a partir da captura das contradições mais aparentes da realidade das “quebradeiras de coco”, e a partir delas busquei realizar um processo de reconstituição histórico-geográfica das suas trajetórias, para alcançar uma análise mais próxima da totalidade e o do seu movimento.

Partindo desse entendimento, realizamos a delimitação da área de estudo e iniciamos os procedimentos de investigação e análise da realidade. Como já havia conhecido um pouco sobre a realidade das “quebradeiras de coco” do estado do Pará, o “olhar” foi deslocado para o estado do Maranhão e Tocantins. Os contatos realizados anteriormente foram fundamentais, através deles consegui fazer aproximação com as famílias e desenvolver a pesquisa. O interesse em estudar as unidades territoriais⁵ localizadas na região do Bico do Papagaio, se justificava, por outro lado, por ser *locus* de uma concentração histórica dos conflitos socioterritoriais na Amazônia brasileira⁶.

Diversos estudos têm sido realizados sobre essa região. No âmbito da geografia agrária, podemos destacar a recente tese de doutorado de Rocha (2015), discutindo a espacialização e a territorialização dos conflitos, destacando-a como um espaço de “rebeldia e barbárie”. Onde a rebeldia era e continua sendo expressa através da luta pela terra e território, e por meio da resistência dos camponeses, indígenas e quilombolas às diferentes formas de violência, tais como: assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de mortes, prisões, dentre outras praticadas pelos agentes do capital com o apoio do Estado, promotores da barbárie (CHAVES, 2015).

Partindo do trabalho de Regina Sader (1986), Chaves (2015) trabalhou com os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Arquivo Dom Tomás Babuino, para analisar os conflitos socioespaciais e socioterritoriais na região do Bico do Papagaio, no período de 1985 a 2014. Ela identificou os tipos de conflitos, número de famílias e os sujeitos sociais envolvidos. Abordou o conflito por terra, como conflito socioterritorial, tomando as ocupações, acampamentos e retomadas de terras como um processo de socioespacialização dos conflitos socioterritoriais; destacou os conflitos trabalhistas, chamando atenção para o trabalho escravo, a superexploração e o desrespeito trabalhista; e ressaltou os conflitos por água, ligados à problemática das barragens.

Considerando que a autora toma os dados da CPT e do Arquivo Dom Tomás Babuino como fonte principal das suas investigações, não discute os conflitos envolvendo especificamente as camponesas-quebradeiras de coco, apesar de citá-las enquanto fração do

⁵ Bombardi (2004)

⁶ Ver Martins (2009), Sader (1986), Oliveira (1997), Rocha (2015).

campesinato existente nessa região. Nesse sentido, a pesquisa também se justifica por poder contribuir com a análise dos conflitos envolvendo essa fração camponesa do Bico do Papagaio.

Partimos do pressuposto de que a sociedade está dividida em classes sociais, que lutam entre si, em seu processo de reprodução⁷. Os conflitos socioterritoriais expressam a luta das classes travadas pela terra e pelo território ou frações territoriais. A região do Bico do Papagaio é representativa nesse sentido. Nessa região, a “questão camponesa” coloca-se como central, considerando a experiência histórica do contexto de luta e resistência contra as ofensivas da classe burguesa. Nesse sentido, consideramos a “quebradeira de coco” como um ser social em marcha, parte da classe camponesa brasileira, que se particulariza a partir da relação que estabelece com a natureza, em especial, o coco babaçu.

A luta e a resistência das “quebradeiras de coco” têm sido estudadas por um grupo de pesquisadores⁸, que analisa o seu processo de territorialização a partir de um prisma antropológico e sociológico, entendendo o território numa perspectiva política⁹. Os trabalhos realizados, muitas vezes, em parceria com os movimentos sociais têm uma importância política relevante, refletindo na ampliação da sua visibilidade, além de contribuir em forma de assessoria.

A análise empreendida neste texto de tese toma a “quebradeira de coco”, em sua dimensão político-territorial, considerando o território a partir de uma perspectiva geográfica, concebendo-o como fruto da relação estabelecida entre a sociedade, o espaço e o tempo¹⁰. O que significa dizer que buscamos realizar uma análise centrada na transformação territorial causada pela luta de classes empreendida na região do Bico do Papagaio, onde as “quebradeiras de coco”, como camponesas, tiveram papel importante. Desta feita, ao nos referirmos a essa fração do campesinato brasileiro, usamos a terminologia teórico-conceitual e política “camponesa-quebradeira de coco”.

A literatura consultada revela que essa região é conhecida pela concentração de conflitos de terras travados entre diversos sujeitos sociais. São sujeitos que a buscaram como uma oportunidade para a reprodução da vida, por um lado, e como fonte de riquezas para a

⁷ Martins (2002), Oliveira (1996), Bombardi (2004, 2005), Marques (1994, 2000), entre outros.

⁸ Almeida (2000; 2006; 2008); Martins (2000); Shiraishi (2000); Araujo (2000); Silva (2000).

⁹ Ver Almeida (2006, p. 88) “O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. As relações comunitárias nesse processo também se encontram em transformação, descrevendo a passagem de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva”.

¹⁰ RAFESTIN (1993).

produção e reprodução do capital, por outro lado. Ela está situada no Extremo Norte do Tocantins (antigo Goiás), Oeste do Maranhão e abrange alguns municípios do sudeste do estado do Pará.

A partir de 1960, com o discurso geopolítico de segurança e desenvolvimento nacional, o Estado assumiu o compromisso de integrar a Amazônia ao restante do país. No entanto, Oliveira (1987) assevera que as políticas públicas de integração foram elaboradas de forma estratégica, para atender as demandas dos grandes monopólios nacionais e internacionais com relação à exploração e exportação dos seus recursos naturais. Em decorrência disso, os camponeses vivenciaram mais um capítulo de intensos conflitos socioterritoriais com os “velhos” e “novos” agentes do capital, que chegaram à região por meio das estradas construídas pelo Estado.

Até a década de 1980 aproximadamente, a Amazônia foi alvo de diferentes práticas e estratégias de ocupação, que resultaram em disputas conflituosas por terras entre os indígenas, que as habitavam; posseiros, migrantes vindos de outras regiões; proprietários de terra, empresas, bancos e o Estado, através das suas políticas públicas. Vivia-se um contexto de encontro e desencontro entre diferentes interesses, mentalidades e, portanto, temporalidades, segundo Martins (2009).

Considerando a diversidade de interesses econômicos, políticos e sociais envolvidos nas disputas pelas terras da Amazônia, que geraram situações de intensos conflitos sociais, Martins (2009) a definiu como uma fronteira:

(...) a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela um lugar singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história”. (MARTINS, 2009, p. 133)

Para esse autor, a realidade da fronteira revelava uma história de destruição, resistência, revolta, protesto, sonho e esperança. Era o encontro e o desencontro, expresso pelos conflitos, entre regimes de propriedades diferentes, uns que defendiam a “terra de trabalho” e outros a “terra de negócio” (MARTINS, 1991).

O que o quadro da situação brasileira no campo nos indica é que não se trata de um empresário engolindo outro, mas do capitalista engolindo o lavrador. Há, no país, isto sim, uma clara oposição entre diferentes regimes de propriedade: de um lado o regime que leva o conflito aos lavradores e trabalhadores rurais, que é o regime de propriedade capitalista; de outro, os regimes de propriedade que têm sido atacados pelo capital, que é o da propriedade familiar, como o dos pequenos lavradores do Sul e de outras regiões; o da propriedade comunitária dos povos indígenas; e o da posse, difundido em todo o país, sobretudo na chamada Amazônia Legal (MARTINS, 1991, p. 53-54)

Nesse contexto de conflitos por terra e território, e de oposição entre os regimes de propriedades, Sader (1986) estudou a reprodução do campesinato na Amazônia na década de 1980, especificamente, na região que compreende o Bico do Papagaio. Segundo ela, por um lado, a reprodução ocorria a partir da subordinação da produção camponesa ao capital mercantil, industrial e/ou ao financeiro, como forma de garantir a sobrevivência da família; e, por outro lado, era realizada através da resistência. Muitos camponeses não aceitavam a sujeição ao trabalho “cativo” que os grandes proprietários, muitos grileiros, e comerciantes queriam impor-lhes. Com isso, viam a migração como uma condição de possibilidade para a sua reprodução (SADER, 1986).

A migração foi durante muito tempo a forma alternativa encontrada pelos camponeses para garantir a reprodução das suas famílias. Eles buscavam a “terra liberta”, as “bandeiras verdes”, o “lugar livre”, a “terra solta” e “sem dono” para cultivar a terra e produzir os seus alimentos, como Sader (1986) identificou entre os seus entrevistados.

Mas o que é comum em todos os exemplos apresentados é a busca pela “terra liberta”, “lugar livre”, “terra solta”, fugindo da “terra de sujeição”, “terra de dono”, “terra de agregacia”. O oposto à liberdade, trabalho livre, é o trabalho de meiação, arrendo, parceria, entendidos pelos entrevistados como “trabalhar sujeito”, trabalho de “sujeição” (SADER, 1986, p. 103)

Os camponeses que migraram para essa região, em muitos casos, passaram por episódios de sucessivas expulsões, expropriações e violências em suas regiões de origem. O sonho da “terra liberta”, da “terra sem patrão” os impulsionaram ora ao enfrentamento, ora à migração (SADER, 1986). Foram inúmeros casos de disputas territoriais com fazendeiros, comerciantes, pistoleiros, bancos, empresas privadas nacionais e o próprio Estado, como mostrou Martins (1986).

O processo migratório intensificou-se a partir da transformação da terra em mercadoria pelo capital mercantil e industrial. O capital chegou à região através dos subsídios das políticas públicas de integração da Amazônia ao restante do território nacional. Para

promover essa integração, as políticas públicas elaboradas e implementadas foram materializadas na execução da Expedição Roncador-Xingu e a Fundação do Brasil Central, em 1940; do Programa Rondon (1967), do Programa de Integração Nacional (PIN, 1970), do Programa Poloamazônia (1976) e do Programa Polonoroeste (1986). Todos, com exceção dos dois primeiros, contaram com o apoio financeiro dos incentivos fiscais destinados aos empresários de setores produtivos como a pecuária, a agricultura, a madeira e a mineração (CASTRO, 2010; 1994; OLIVEIRA, 1988).

No estado do Maranhão a transformação da terra em mercadoria contou com o aparato jurídico-formal criado pelo Governo Sarney, que ficou conhecido como “Lei de Terras Sarney”, a Lei nº. 2.979 de julho de 1969, revogada em 1986 pela Lei 4.225. A partir dessas leis, o Governo possibilitou o acesso de amigos e familiares às terras públicas do estado, facilitando o processo de grilagem de terras e a intensificação dos conflitos (NOBREGA, 2015, p. 77).

Com isso, a região do Bico do Papagaio foi profundamente transformada, e a pressão sobre o campesinato aumentada, já que a prioridade para a ocupação das terras era do capital em suas diferentes faces: mercantil, industrial e financeiro, principalmente do sul e sudeste do país. Com as práticas da grilagem de terras, expulsão, expropriação, violência, pistolagem e exploração, além da migração e das práticas isoladas de enfrentamento, os camponeses apresentaram outras estratégias de resistência. Passaram a realizar um enfrentamento mais articulado e organizado em grupos, criando entidades de representação e alianças, como sindicatos, igrejas e outros movimentos locais e nacionais.

Segundo Sader (1986) o campesinato se organizou e se organiza dentro e fora da institucionalidade no Bico do Papagaio. Ressalta que antes da criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, reconhecido pelo Ministério do Trabalho, a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) criou uma grande organização camponesa no campo, a qual vinte mil lavradores já estavam associados em 1950, e, um pouco antes do golpe militar, esse número cresceu para trinta mil. A partir da ampliação da Legislação trabalhista ao campo em 1963 (Lei nº 4.212 de 2 de março de 1963, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural), a criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ampliaram-se. E, posteriormente, surgiram outras organizações em movimentos sociais, como a CPT e o MST.

Além das formas de resistências já identificadas, Sader (1986) mostra que os camponeses resistiam também, através do imaginário coletivo, com as modas de violeiros que cantavam as ações de alguns heróis primitivos; e das roças coletivas, que consistiam num tipo

particular de produção no espaço, de proteção contra as violências e de reivindicação da demarcação de seus lotes junto às autoridades.

Diante das diferentes práticas de violência enfrentadas, os camponeses perceberam que, quando estavam trabalhando sozinhos na mata, tinham poucas chances em relação aos ataques dos jagunços, pistoleiros, soldados e polícias. Então, decidiram realizar as roças coletivas, dividindo as tarefas entre si, e, ao final da colheita, dividiam o produto entre os participantes (SADER, 1986).

É que as roças coletivas abrem uma brecha significativa no nosso sistema de propriedade privada. É uma arma política perigosa. E o GETAT tem tanta consciência disso que proíbe formalmente sua introdução em outros povoados, e apressou-se a fazer as demarcações onde elas existem. Mas como nem todos os posseiros têm seus lotes demarcados, o trabalho em comum prossegue (...) (SADER, 1986, p. 202).

Os camponeses do Bico do Papagaio trabalhavam e trabalham com a produção de alimentos e com a extração de produtos da natureza para garantir a sua reprodução. Entretanto, com o avanço das atividades econômicas capitalistas, tais como: a agropecuária e madeireira, num primeiro momento; e a mineração e a silvicultura, num segundo momento, a prática do agroextrativismo ficou intensamente prejudicada.

A região do Bico do Papagaio está localizada numa área de contato da floresta com o cerrado. A palmeira de babaçu é uma árvore nativa que incide nas terras dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso, e por apresentar uma grande concentração tem sido denominada de “região ecológica dos babaçuais”¹¹ (Mapa 02)

¹¹ ALMEIDA et. AlI. (2005, p. 24). “A área de ocorrência de babaçuais, corresponde a cerca de 18 milhões de hectares, que se distribuem desde o vale do Parnaíba até o Tocantins-Araguaia, encontra-se gravemente impactada. Por ser uma palmácea que predomina em zonas de várzeas, próximas dos vales dos rios e eventualmente em pequenas colinas ou elevações (MIC/SIT:1982:21), a palmeira de babaçu não ocorre isoladamente e se associa a “outros tipos de vegetação como capoeira, caatinga, mata aluvial, cerrado (...) estratos ou zonas” (ibid.21)”.

Mapa 02: Distribuição Geográfica da Palmeira Babaçu no Brasil

O coco babaçu é um dos produtos extraídos da natureza pelos camponeses. A palmeira de babaçu é considerada por esses sujeitos como uma “mãe”, pois, é geradora de vida, fonte de alimento e de materiais para a construção de suas moradias. A extração do babaçu é uma atividade realizada pelas mulheres camponesas, mas não exclusivamente. Elas coletam o coco que caem da palmeira, e dele tiram o óleo, o azeite e o mesocarpo. Também retiram as palhas da palmeira para cobrirem as suas casas, e fazem artesanatos¹².

Antes da transformação da terra em mercadoria, as camponesas podiam realizar a extração do coco babaçu livremente. Os produtos extraídos eram consumidos pela família e/ou vendidos para somar os rendimentos da unidade familiar. Porém, com a privatização das terras essa atividade tornou-se cada dia mais impossibilitada. Os fazendeiros cercaram os babaçuais, proibindo a entrada das camponesas para a coleta e quebra do coco. Assim, elas passaram a um processo de sujeição junto aos fazendeiros.

¹² Essas informações foram coletas nos trabalhos de campo que realizei em janeiro e fevereiro de 2015, nos povoados da Estrada do Arroz, no município de Imperatriz (MA), especificamente, no Povoado Petrolina, e na Reserva Extrativista Ciriaco, no município de Cidelândia (MA). O primeiro trabalho de campo contei com o apoio da pesquisadora Mariana da Conceição Nóbrega, que estava realizando sua pesquisa de mestrado nos povoados da Estrada do Arroz, no município de Imperatriz (MA), e ajudou no processo de aproximação e contatos na área. Além disso, os fascículos produzidos pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia também trazem importantes informações.

Com a intensificação do mercado de terras e a apropriação das mesmas pelo capital industrial e financeiro, “novos” processos de dominação, subordinação, sujeição e violência foram impostos aos camponeses da região do Bico do Papagaio, nesse caso, especialmente às camponesas-quebradeiras de coco. Esses “novos” processos foram e são realizados através do agronegócio e da produção de commodities no campo. Eles são representados pelas indústrias siderúrgicas instaladas na região, no contexto do Programa Grande Carajás, e, pela Silvicultura, com a produção de eucaliptos para a produção do carvão vegetal e de papel e celulose, pela empresa de capital monopolista mundial, a Suzano Papel e Celulose S/A (NOBREGA, 2015; e ARAUJO, 2000).

Diante desses “novos” processos violentos de dominação, subordinação, sujeição impostos pelo capitalismo monopolista às camponesas-quebradeiras de coco babaçu, analisamos neste trabalho o processo de reprodução e territorialização das camponesas-quebradeiras de coco babaçu no povoado Petrolina (Imperatriz-MA), na Reserva Extrativista do Ciriaco (Cidelândia-MA), no povoado Juverlândia (Sítio Novo do Tocantins- TO) e na propriedade familiar Olho d’Água (São Miguel do Tocantins-TO). Também procuramos identificar as suas especificidades, enquanto uma fração do campesinato brasileiro; os principais conflitos em que estão envolvidas e as estratégias de resistência adotadas.

No conjunto de mulheres que atuam como “quebradeiras de coco babaçu” é possível identificar camponesas, trabalhadoras rurais e trabalhadoras de periferias urbanas. Neste trabalho priorizamos a realidade das camponesas. Apesar de alguns trabalhos frisarem o organização, a força política e as conquistas das mulheres, “quebradeiras de coco”, consideramos importante, também, não perder de vista o seu papel na unidade familiar. Shanin (2008), chamou atenção para esse elemento nos estudos sobre o campesinato. Segundo ele,

(...) se pegarmos a unidade familiar como unidade fundamental de análise, a importância da mulher é absoluta. Sem ela, a unidade não pode sobreviver. Como também não pode sobreviver sem um homem por muito tempo. Porque há uma divisão de trabalho bastante rígida entre homens e mulheres do campo que necessita da combinação dos dois. A combinação não é uma escolha, é simplesmente uma necessidade. Com essa necessidade total, o status das mulheres e o status dos homens são definidos essencialmente desta maneira. Significa que, primeiramente, a mulher não existe sem o homem e nem o homem sem a mulher. Não no sentido absoluto (...) (SHANIN, 2008, p. 45).

Partindo dessa premissa, analisamos a realidade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu em sua unidade familiar, e como uma fração do campesinato brasileiro. Vimos que a

divisão de trabalho rígida e definidora de status, como ressaltou Shanin (2008), tomar contornos mais flexíveis nas unidades analisadas.

Verificamos que apesar dos processos de sujeição e subordinação vivenciados pelas camponesas-quebradeiras de coco, a resistência tem sido expressiva em sua reprodução. A resistência se manifesta na luta pela terra e pelo livre acesso aos babaçuais.

A palmeira de babaçu representa uma grande “mãe” para as camponesas-quebradeiras de coco. Ela permite a geração e reprodução da vida através dos seus frutos, que são utilizados como fonte de alimentos e de renda para a reprodução da unidade familiar. Segundo Dona Querubina¹³, o coco representa:

(...) pra nós como agricultor familiar e quebradeira é um complemento pra renda ou é a renda que nós temos pra contribuir na despesa de casa é o babaçu, porque tudo nós utiliza do babaçu: nós utiliza a palha pra cobrir a casa, nós utiliza a palha pra fazer o coco pra levar pro mato pra quebrar o coco, nós utiliza a palha pro artesanato, nós utiliza a bagaço do coco, a pele do coco pra acender o fogo, nós utiliza o carvão pra cozinhar, nós utiliza a amêndoa pra tirar o óleo pra temperar e também pra vender, então é mais da metade da renda das agricultoras familiar é o babaçu, pra nós é tirar a vida das quebradeiras, a outra coisa além de todos esses valores é uma floresta que não depende de você aguar, de você limpar, de você preservar... sabe?! É uma floresta que ela vem por conta em qualquer lugar, então é uma coisa muito importante por isso que a gente tem uma luta em defesa dessas florestas, ela ajuda tanto a decorar como proteger o meio ambiente, o babaçu, mas logo quem devasta ele vai chorar arrependido, porque hoje o babaçu até gasolina pra avião ele já tá produzindo. Ração é um outro desafio, afronto, um outro desafio que já estamos enfrentando é as máquinas pra fazer ração que as grandes indústria de ração hoje estão montando máquinas na comunidades pra triturar o coco verde pra fazer ração, como um baluarte se nós tiver uma política definida pra proteção dos babaçuais, tem muitos estados e o Maranhão por exemplo, é a maior riqueza do meio ambiente o babaçu, além dos outros que tem o açaí, o buriti, o piqui, tem todas as outras que dá junto, associado com o babaçu, todas essas outras coisas está associado com o babaçu, porque o babaçu é uma família, ele tem o coco babaçu, tem o buriti, tem o tocum, tem a macauba, sabe tem várias espécies de coco diferenciado que todos tem valores, então são essas e mais outras que a gente, que a vida das quebradeiras são ameaçadas 24 horas depois da monocultura de soja, de eucalipto, de milho. No rumo do Pará é aquela, o dendê, todos são monocultura que tira a vida dos grandes valores que já existem sem precisar plantar, nativo que perde, dizem o pessoal do agronegócio que é uma praga, eles chamam de praga o babaçu, aí eles acabam de várias formas: derrubam, queimam, botam veneno, tudo bota assim pra acabar.

¹³ Maria Querubina da Silva Neta é uma camponesa- quebradeiras de coco babaçu, que ajudou a fundar o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, e sempre atuou na luta em defesa dos camponeses e camponesas do estado do Maranhão. Esse depoimento foi dado na ocasião do Seminário Final do Projeto Nova Cartografia Social, realizado em Manaus, em 10 de novembro de 2014, quando entrevistei ela e Dona Eunice, que era coordenadora do MIQCB, no período.

Dessa maneira, podemos afirmar que a luta pela preservação dos babaquais e do livre acesso das camponesas-quebradeiras consiste numa luta pela reprodução da vida dessa fração camponesa, isto é, a reprodução da sua família. Reprodução esta ameaçada pela expansão do capital mercantil, industrial e financeiro, materializado nas atividades de agropecuária, mineração e as monoculturas da soja, eucalipto, milho e dendê, como bem frisou Dona Querubina.

Com a expansão do capital em suas diferentes faces e materializações, o desmatamento e a devastação dos babaquais se intensificou. Os fazendeiros desmatam os babaquais para implantar o pasto do gado, e impede a entrada das camponesas para coletar e quebrar o coco do babaçu. Também vendem o coco inteiro para produtores de carvão vegetal. Enquanto as atividades de monoculturas desmatam os babaquais para a implantação de seus cultivos homogêneos.

Essas situações são reveladoras do processo de desigual e contraditório da expansão do capitalismo no campo, o qual avança reproduzindo relações sociais de produção capitalistas, modernas e assalariadas, ao mesmo tempo em que cria as condições para a reprodução de relações não capitalistas de produção e de trabalho, como as relações camponesas, de peonagem e o trabalho escravo¹⁴.

Isso acontece porque, no processo de expansão do capital no campo, o capitalista ao invés de empregar dinheiro na compra da terra, no pagamento da força de trabalho e nos instrumentos de produção, lança mão de mecanismos próprios da acumulação primitiva, o trabalho camponês, a peonagem e o trabalho escravo, para extrair o lucro extraordinário. Segundo Oliveira (1999), a expansão tem sido realizada através dos processos de territorialização do capital e de monopolização do território como estratégias de apropriação da renda da terra e da extração da mais-valia. Tais processos envolvem práticas de expropriação, exploração e violências contra os sujeitos sociais do campo.

Na agricultura capitalista mundializada, a territorialização dos monopólios ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal. Isso quer dizer que o proprietário da terra, o proprietário do capital agrícola e o proprietário do industrial podem ser a mesma pessoa física ou jurídica. Portanto, a mesma pessoa física ou jurídica aparece no processo econômico como duas classes sociais distintas: como proprietária da terra e como burguesia capitalista, em duas categorias sociais: uma agrícola e outra industrial (OLIVEIRA, 2015, p. 242).

¹⁴ MARTINS (1986); e Oliveira (1999, 2008)

Enquanto, a monopolização do território ocorre através do controle produtivo, por meio de uma relação de subordinação camponesa e capitalista.

A monopolização do território se dá através das empresas de comercialização (trading companies) e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém controlam através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo. Essas empresas monopolistas mundiais operam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo. Esse processo forma o controle monopolístico do território (monopolistic control of the territory), ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem ter a necessidade de territorializar os monopólios, ou seja, não precisam aplicar capital para tornarem-se proprietárias de terras. Isto quer dizer também, que estabelecem alianças de classes, entre aqueles que produzem de fato no campo, geralmente os nacionais, e, aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo (OLIVEIRA, 2015, p. 242- 243).

Entretanto, é importante ressaltar que as empresas capitalistas monopolistas encontram importantes entraves na realização desses processos. Os entraves consistem na existência contraditória e na resistência do campesinato, enquanto classe social de dentro do modo capitalista de produção, que disputa frações territoriais e bens naturais para sua reprodução. Nesse sentido, o território assume as características de um produto das lutas de classes, com a participação reguladora do Estado¹⁵.

Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. O processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução¹⁶.

Dessa maneira, as camponesas-quebradeiras de coco, como uma fração do campesinato brasileiro, é uma classe social de dentro do modo capitalista de produção. A luta pela terra e pela preservação das palmeiras de babaçu e o livre acesso faz parte do contexto da luta de classes travadas pela conquista do território e de frações territoriais, para que possam reproduzir as suas famílias.

¹⁵ OLIVEIRA, 2014.

¹⁶ OLIVEIRA, 2014, p. 74-75.

A reprodução camponesa é analisada principalmente a partir dos trabalhos de Chayanov (1974), Shanin (1966, 1976, 1980, 1983), Martins (1986, 1985, 1991, 2002), Oliveira (1999 e 2007), Bombardi (2004; 2005), Marques (1994 e 2000), Moura (1986), Santos (1978), Woortmann (1990) e Woortmann e Woortmann (1997). Esse conjunto de autores traz uma interpretação do campesinato a partir da lógica que estabelecem entre a terra, o trabalho, a família, e também da luta. Com exceção de Chayanov (1974), o compreendem como uma classe de dentro do modo de produção capitalista, que se reproduz contraditoriamente, negando, por sua vez, as análises de autores marxistas e não-marxistas que apontam para o desaparecimento dessa classe social.

Os autores mostram que a especificidade e a capacidade de reprodução do campesinato estão associadas, entre outros elementos, a lógica da reprodução da família e não do lucro. Mesmo diante de intensas crises, consegue manter a sua reprodução, pois sua produção se realiza a partir da auto-exploração do trabalho familiar e a satisfação das suas necessidades. A decisão da quantidade e da intensidade de trabalho a ser empregado na produção é medida a partir do cálculo econômico entre o número dos membros da família e as necessidades de consumo, isto é, quanto maiores forem suas necessidades de consumo, maior será a intensidade de trabalho exercido pelo camponês¹⁷.

Os trabalhos realizados pelos autores citados contribuíram para o entendimento do campesinato, em especial das camponesas-quebradeiras de coco em suas unidades familiares, a partir de uma análise marxista centrada na relação dialética entre a unidade e a totalidade, isto é, entre as dinâmicas das unidades camponesas e a sociedade mais ampla. Permitiu, portanto, adentrar ao “universo” da lógica camponesa e compreender as especificidades históricas, bem como a sua longa marcha de luta pela terra e pelos recursos naturais nesse país. A luta pela terra e pelos recursos naturais é a luta pela reprodução de um modo de vida específico, qual seja, o modo de vida camponês, ainda que, como quebradeira de coco, ribeirinho, seringueiro, faxinalenses e quilombola. É a luta pela própria vida. Contraria e disputa com os capitalistas, que se apropriam da terra e dos seus recursos naturais para a reprodução ampliada do lucro, ou seja, do próprio capital.

A pesquisa foi realizada em diferentes momentos, através de sucessivos trabalhos de campo na área de estudo. Consideramos o trabalho de campo uma ferramenta fundamental para mergulharmos no “universo” material e simbólico dos sujeitos estudados. É o contato com os sujeitos em suas frações territoriais, que permite apreender os elementos da sua

¹⁷ Chayanov (1974), Shanin (1980).

experiência histórica de existência e resistência. É no campo que o pesquisador tem a oportunidade de “separar o joio do trigo”, isto é, identificar o que é um discurso produzido sobre os sujeitos e a prática dos mesmos. A prática e o cotidiano são reveladores.

Iniciamos essa introdução destacando o primeiro momento da pesquisa, quando ainda estava levantando informações sobre a produção de carvão vegetal. Período em que a realidade das camponesas-quebradeiras de coco foi surgindo como uma problemática a ser estudada. Os trabalhos realizados junto às camponesas-quebradeiras do estado do Pará, em especial, as oficinas e audiências públicas sob a liderança da dona Cledeneusa Maria Bezerra Oliveira, no ano de 2012 e 2013; as entrevistas realizadas com dona Eunice da Conceição Costa e dona Maria Querubina da Silva Neta, em 08 de novembro de 2014, o trabalho de campo na Estrada do Arroz (Imperatriz-MA) e a primeira entrevista com a dona Terezinha de Souza Cruz, realizados em conjunto com a pesquisadora Mariana Conceição Nobrega, em 25 de janeiro de 2015, foram fundamentais nesse sentido.

O segundo momento da pesquisa foi iniciado a partir da decisão de centrar a análise na reprodução da camponesa-quebradeira de coco, passando a levantar um conjunto de literaturas e informações para tanto intento. Realizei três visitas, em períodos descontínuos, ao povoado Petrolina (Imperatriz-MA), 27 e 28/02/2015; 09, 10 e 11/12/2016; e 15 e 16/08/2017; quatro visitas à Reserva Extrativista Ciriaco (Cidelândia-MA), em 28/02/2015, 06,07 e 08/12/2016, 09/01 e 16, 17/08/2017; quatro visitas ao povoado Juverlândia (Sítio Novo do Tocantins-TO), em 07, 12, 13/10/2016, 10/01, 17/08 e 11/10/2017; e duas visitas à propriedade familiar Olho d'Água (São Migue do Tocantins-TO), em 18, 19, 20/10/2016 e 17/08/2017. Também foi realizada uma visita à sede da ASMUBIP, Associação Regional Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio, onde entrevistei a coordenadora Luzanira Ferreira Lima, no dia 14 de outubro de 2016; ao ICMbio, onde entrevistei o antigo gestor da Resex Ciriaco, o sr. Euvaldo Pereira da Silva, e coletei informações e documentos importantes sobre a luta e a história da criação da Reserva. Além disso, entrevistei as coordenadoras do MIQCB das regionais do Pará, Imperatriz- MA e Tocantins, dona Cledeneusa Maria Bezerra Oliveira, no dia 07/10/2016; dona Eunice da Conceição Costa e dona Maria do Socorro Teixeira Lima, em 07/06/2017, respectivamente. No dia 07 e 08/06/2017 também visitei a sede do MIQCB, em São Luís, onde consegui fazer o levantamento de dados sobre a formação e estruturação do Movimento.

Durante a realização dos trabalhos de campo, a entrevista foi um procedimento fundamental para acessar a história de vida das camponesas-quebradeiras de coco. Priorizamos a fala das camponesas mais antigas, mesmo aquelas que não estão mais

quebrando, para realizar a reconstituição da experiência histórica do movimento de luta e territorialização; das mais novas a fim de identificar e analisar a nova dinâmica da extração e produção do babaçu, destacando as mudanças nas práticas e costumes passados pelas gerações anteriores. Entrevistei jovens que não quebram coco, ainda que tenham sido socializados pelas mães e avós nessas atividades. E também conversamos com alguns camponeses, maridos das camponesas-quebradeiras.

No povoado Petrolina (MA) foram entrevistadas 10 famílias; em Juverlândia (TO) 13; na Resex Ciriaco 13; e em Olho d'Água 10. Ao todo, foram entrevistadas 46 famílias, que somada com as das coordenadoras, o antigo gestor e a representante da Suzano S.A, resultam num total de 52 entrevistas realizadas.

Além das entrevistas e do levantamento documental realizados na sede da ASMUBIP, MIQCB e ICMbio, também foi realizada pesquisas na Comissão Pastoral da Terra, Regional Norte II, a fim de identificar casos de violência no campo. E um levantamento cartorial no Cartório do 6º Ofício de Imperatriz (MA) em busca de alguns registros de imóvel rural, para realizar a cadeia dominial da área acessada pelas camponesas-quebradeiras de coco do povoado Petrolina, a fim de identificar a origem e legalidade da propriedade.

A fotografia e o Sistema de Posicionamento Global (GPS) foram outros importantes procedimentos utilizados na coleta de informações. Como registro iconográfico, a fotografia permitiu registrar momentos do cotidiano, que revelaram as práticas camponesas, bem como os elementos do ordenamento territorial empreendido em suas unidades familiares. Com o GPS pudemos identificar a localização de pontos importantes dessas unidades, que foram utilizados na produção dos mapas.

Com as informações coletadas iniciamos o terceiro e último momento da pesquisa, que consistiu na sistematização, análise e redação da tese de doutoramento. Algumas entrevistadas tiveram o seu nome alterado, para preservar a sua identidade, evitando grandes exposições. O texto foi organizado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo *“A ocupação da terra e a formação territorial de Petrolina (MA), Juverlândia (TO), Olho d'água (TO), e Ciriaco (MA), na Região do Bico do Papagaio”*, procuro resgatar a gênese da reprodução camponesa, partindo da ideia de que ela possui os elementos explicativos sobre a luta pelo babaçu livre e as raízes da “força” das camponesas, que se ampliou e, posteriormente, ganhou visibilidade a partir da formação da identidade “quebradeira de coco”.

A gênese da reprodução camponesa nessas unidades territoriais deve ser entendida de forma indissociável à questão da luta pela terra no Brasil. Partimos do pressuposto que é a

partir da luta pela terra que as camponesas desenvolveram uma consciência política em torno dos seus direitos, em especial o direito do livre acesso aos babaquais.

Diante da privação dos bens naturais essenciais para a reprodução da família, a partir do “cercamento” das terras pelos fazendeiros e empresários, e o consequente “fim” da “terra liberta” nessa região, ainda que muitos camponeses migrassem para outras terras e cidades, procuro destacar uma fração que resistiu através da luta pela terra, na terra, e pelos bens naturais nela contidos.

Como parte da região do Bico do Papagaio definida, historicamente, a partir da grande concentração dos conflitos socioterritoriais¹⁸, a geografia e a história de Petrolina (MA), Ciriaco (MA), Juverlândia (TO) e Olho d’Água (TO) estão marcadas pelos atos de violência e crueldade praticados pelos fazendeiros, pistoleiros e policiais contra os camponeses-posseiros¹⁹. Além dessas marcas, o protagonismo dos camponeses, com as suas estratégias de resistência e defesa, bem como as mobilizações e apoios que tiveram nas lutas, são partes importantes para a compreensão da dinâmica da reprodução camponesa nessas frações territoriais.

O texto aborda a chegada dos camponeses-posseiros, destacando os motivos dos deslocamentos dos seus locais de origem, as principais políticas públicas que impulsionaram as correntes migratórias, os primeiros contatos e relações com a “nova terra”, e os “novos” sujeitos encontrados. Destaca a chegada dos fazendeiros e as estratégias de apropriação e “cercamento” da terra, bem como, as ações do Estado para facilitar esses processos. E, além disso, ressalta as estratégias de defesa e resistência das famílias camponesas contra as ofensivas dos fazendeiros, dos órgãos do Estado e do capital; e as principais conquistas socioterritoriais.

O segundo capítulo *“Entre a Luta pela terra e a luta pelo babaçu livre: a formação da identidade social das camponesas-quebradeira de coco”* discuto a formação dessa identidade social, como uma fração do campesinato brasileiro que se reconheceu na, e a partir da luta pela terra, enquanto portadora de força política e de direitos. A partir do (re)conhecimento de si e do outro, passaram a questionar o seu papel dentro e fora da unidade familiar, criando entidades de representação próprias e tecendo estratégias de fortalecimento e lutas em defesa do livre acesso aos babaquais.

O terceiro capítulo *“Entre a Sujeição e a Resistência: a força das camponesas-quebradeiras de coco”* abordo situações de sujeição e resistência vivenciadas no cotidiano das

¹⁸ Ver a Tese da Regina Sader (1986) e a Tese da Patrícia (2015).

¹⁹ Ver Asselin (1982)

camponesas e trabalhadoras rurais quebradeiras de coco babaçu. Analisamos essas situações a partir das relações estabelecidas entre essa fração do campesinato e os agentes capitalistas, materializados nos fazendeiros, a empresa de papel e celulose Suzano S.A, e a Tobasa Boindustrial, que atuam frente às unidades camponesas aqui estudadas.

Nesse capítulo, realizo a descrição da cadeia dominial da área dos babaçuais acessada pelas famílias do povoado Petrolina (MA), que se encontra sob o domínio da empresa de Papel e Celulose Suzano S.A. A partir da descrição e análise realizada, verificamos que corresponde a uma área de reserva florestal, da antiga Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale. O controle da Suzano é feito por meio de um acordo contratual²⁰.

Ainda nesse capítulo, também ressaltamos situações de resistência praticadas pelas camponesas-quebradeiras diante da tentativa da empresa Suzano S.A, em controlar o trabalho de extração e produção do babaçu. Com o discurso de “responsabilidade social”, a empresa vem tentando impor uma nova lógica ao trabalho das camponesas, sem terra, qual seja, a lógica do capital, do lucro em si. Destituídas da terra, se reproduzem em situações de sujeição em relação tanto à Suzano S.A, quanto aos fazendeiros do entorno do povoado.

Os conhecimentos e práticas das camponesas-quebradeiras de coco, seja com ou sem terra, foram repassados de geração a geração. Assumi um sentido de costume²¹ e *habitus*²², incorporado através do processo de socialização ao “universo camponês” desde a infância, quando acompanhavam as mães em suas rotinas de trabalho cotidianas. As camponesas aprenderam muito cedo, que o coco babaçu estava ligado a reprodução da família, e não do lucro. O trabalho de extração e produção do babaçu é realizado de forma consociada aos demais executados nas unidades familiares. Existe uma lógica própria, do controle do próprio tempo e espaço²³, que permite a sua realização respeitando o tempo da natureza e o tempo da família. Isso é muito significativo para as camponesas-quebradeiras de coco.

A resistência ocorre também em relação à participação efetiva na cooperativa do MIQCB. Ainda que colem o coco e produzam, principalmente o azeite e o sabão, as camponesas-quebradeiras do povoado Juverlândia revelaram-se resistente à dinâmica da cooperativa. Entendemos essa realidade, como um processo de resistência em abrir mão do

²⁰ Essa informação foi coletada junto aos funcionários do Cartório Oficial do 6º Ofício em Imperatriz (MA). Não tivemos acesso direto ao contrato. Para isso, teríamos que solicitar diretamente a empresa, mas optamos nos reservar em relação a esse contato, para que a pesquisa não fosse atrapalhada. A Suzano S.A. tem uma relação com as camponesas-quebradeiras de coco do povoado Petrolina (PA) e os demais da Estrada do Arroz, e da Resex Ciriaco. Diante disso, consideramos pertinente continuar priorizando o contato e a fala dos sujeitos.

²¹ Thompson (1998)

²² Bourdieu (2013)

²³ Sobre a autonomia e liberdade do trabalho camponês, ver Bomdardi (2005).

controle do seu próprio tempo e espaço, isto é, da liberdade e autonomia de produzir para o seu próprio consumo e vender excedente, sem ter uma administração controlando o seu trabalho, como se fosse um patrão.

No quarto, e último, capítulo “A territorialização das camponesas-quebradeiras de coco babaçu” discutimos o processo de territorialização empreendido pelas camponesas em suas frações territoriais na região do Bico do Papagaio.

Estudos da Geografia Agrária brasileira têm mostrado a “força” do campesinato no interior da sociedade capitalista. Ou seja, a capacidade dessa classe social garantir a sua reprodução e territorialização, por meio de lutas efetuadas contra a classe dominante, a burguesia do país. Autores como, Oliveira (2005), Bombardi (2004), Marques (2000), Fernandes (1994) e Simonetti (1999), por exemplo, mostram o movimento do campesinato em seu processo de luta, conquista e re-construção de frações do território capitalista, onde imprimem um conjunto de práticas e atitudes que revelam o seu modo de vida.

Nesse sentido, entendemos que a territorialização do campesinato consiste nesse movimento de luta e conquista de frações do território capitalista, e a sua transformação em unidades territoriais camponesas, ou seja, frações territoriais camponesas.

Procedentes de outras regiões, após repetidas situações de expulsão e violência, em busca de terras livres, as famílias se fixaram nessa região, onde conseguiram desenvolver com autonomia e liberdade suas atividades por um certo período, até a chegada do capital, em suas diferentes materializações. Com a chegada do capital, a violência tornou ameaçar a sua reprodução, à qual responderam não mais com a migração, mas por meio de diferentes formas de enfrentamento e luta.

A partir da luta empreendida contra os agentes do capital, as famílias das camponesas-quebradeiras de coco conseguiram conquistar um pedaço de terra. Entretanto, continuaram enfrentando dificuldades para realizar as atividades extrativas. Diante disso, buscaram se organizar para lutar pela continuidade e viabilidade econômica da produção do babaçu, e pelo reconhecimento e valorização do protagonismo da camponesa-quebradeira no âmbito da unidade familiar, da unidade territorial camponesa e da própria sociedade.

Nesse quarto capítulo analiso, portanto, a unidade familiar e o ordenamento territorial executado pelas famílias das camponesas-quebradeiras de coco. Destaco que a autonomia e a liberdade da camponesa perpassam não só pelo controle do seu próprio tempo e espaço, ressaltados por Bombardi (2004), mas também pelo seu reconhecimento e valorização dentro e fora da unidade familiar, e, sobretudo, a partir da transformação da estrutura fundiária

concentrada e desigual em que estão imersas. Ou seja, dependem grandemente da reforma agrária.

Ainda no quarto capítulo ressalto o processo de comercialização dos seus produtos e a subordinação da renda camponesa ao capital, procurando evidenciar as estratégias utilizadas para driblar ou diminuir a extração da renda pelo capital comercial, industrial e financeiro. E finalizo esse capítulo discutindo a religiosidade e a sociabilidade camponesa, destacando as práticas religiosas como expressões da sua ordem moral. Também discuto o processo de construção da “tradição inventada”²⁴, realizada por meio do resgate dos cantos de trabalho e a ressignificação dos mesmos. As camponesas-quebradeiras organizadas resgatam os cantos de trabalho e os transformam em “cantos de luta”, onde expressam os seus costumes, as principais demandas e reivindicações. O canto assume um papel importante de instrumento de luta, defendendo em suas letras a reforma agrária, a preservação e livre acesso aos babaquais e o reconhecimento e valorização das camponesas-quebradeiras para além da unidade de consumo familiar, mas como portadoras de saberes e protagonistas das lutas pela vida e de pela reprodução da família.

Nas considerações finais procuro tecer uma síntese dos elementos desenvolvidos ao longo dos capítulos, que definem a tese de doutoramento ora apresentada. Enfatizo que as camponesas-quebradeiras de coco, como uma fração do campesinato brasileiro²⁵, se reproduzem a partir de processos de sujeição e resistência no interior do capitalismo monopolista mundial. Que no seu processo de resistência coloca em relevo a questão de gênero pouco problematizada nas teorias mais clássicas do campesinato, chamando atenção para a demanda do reconhecimento e valorização do seu protagonismo como ser social em marcha pela terra e pelo livre acesso aos babaquais. Defendo a ideia de que a reforma agrária é a solução para a questão da camponesa-quebradeira de coco, uma reforma agrária especial, que leve em conta as suas especificidades e necessidades. Ou seja, que permita acessar os babaquais, ao passo que possam também desenvolver os seus cultivos e criações, com autonomia e liberdade.

²⁴ Hobsbawm (2012).

²⁵ Oliveira (2011).

Capítulo I. A ocupação da terra e a formação territorial de Petrolina (MA), Juverlândia (TO), Olho d'água (TO), e Ciriaco (MA), na Região do Bico do Papagaio.

A ocupação da terra e a formação territorial de Petrolina (MA), Ciriaco (MA) Juverlândia (TO) e Olho d'Água (TO), localizados na região do Bico do Papagaio, consistem no tema central deste capítulo. O objetivo consiste em mostrar que a gênese da reprodução camponesa nessas unidades territoriais possui elementos explicativos sobre a luta pelo babaçu livre e as raízes da força das camponesas, que mais tarde ampliou-se e ganhou visibilidade a partir da formação da identidade quebradeira de coco.

A gênese da reprodução camponesa nessas unidades territoriais deve ser entendida de forma indissociável à questão da luta pela terra no Brasil. Partimos do pressuposto que é a partir da luta pela terra que as camponesas desenvolveram uma consciência política em torno dos seus direitos, em especial o direito do livre acesso aos babaçuais.

Diante da privação dos bens naturais essenciais para a reprodução da família, a partir do “cercamento” das terras pelos fazendeiros e empresários, e o consequente “fim” da “terra liberta” nessa região, ainda que muitos camponeses migrassem para outras terras e cidades, procuro destacar uma fração que resistiu através da luta pela terra, na terra, e pelos bens naturais nela contidos.

Como parte da região do Bico do Papagaio definida, historicamente, a partir da grande concentração dos conflitos socioterritoriais²⁶, a geografia e a história de Petrolina (MA), Ciriaco (MA), Juverlândia (TO) e Olho d'Água (TO) estão marcadas pelos atos de violência e crueldade praticados pelos fazendeiros, pistoleiros e policiais contra os camponeses-posseiros²⁷. Além dessas marcas, o protagonismo dos camponeses, com as suas estratégias de resistência e defesa, bem como as mobilizações e apoios que tiveram nas lutas, são partes importantes e merecem destaque para a compreensão da dinâmica da reprodução camponesa nessas frações territoriais.

O texto aborda a chegada dos camponeses-posseiros, destacando os motivos dos deslocamentos dos seus locais de origem, as principais políticas públicas que impulsionaram as correntes migratórias, os primeiros contatos e relações com a “nova terra”, e os “novos” sujeitos encontrados. Destaca a chegada dos fazendeiros e as estratégias de apropriação e “cercamento” da terra, bem como, as ações do Estado para facilitar esses processos. E, além disso, ressalta as estratégias de defesa e resistência das famílias camponesas contra as

²⁶ Ver a Tese da Regina Sader (1986) e a Tese da Patrícia (2015).

²⁷ Ver Asselin (1982)

ofensivas dos fazendeiros, dos órgãos do Estado e do capital; e as principais conquistas socioterritoriais.

1.1 “Situando o Caldeirão”: a chegada dos camponeses-possesores

A chegada das famílias camponesas e dos diversos trabalhadores rurais às terras do povoado Petrolina (MA), Ciriaco (MA), Juverlândia (TO) e Olho d’Água (TO), na região do Bico do Papagaio, está relacionada com os conflitos fundiários ocorridos no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse período a questão agrária é posta em relevo por questões internas e externas ao país. Internamente, vivia-se a eclosão de diversas lutas camponesas de resistência ao processo de apropriação da terra pelos fazendeiros e pelas empresas capitalistas. As quais se expandiam, ora expulsando e expropriando os camponeses, através da violência direta e pessoal; ora os subordinando aos trabalhos das fazendas e das empresas capitalistas²⁸.

Externamente, no contexto da mundialização do capital, marcado pela Guerra Fria, o Brasil assumiu uma postura favorável aos interesses dos Estados Unidos. Essa postura repercutiu diretamente na sua dinâmica interna, pois as políticas públicas foram elaboradas de forma alinhada aos interesses do capital²⁹. Desse modo, a construção do território brasileiro seguiu as diretrizes da construção do próprio território capitalista no país, o que não foi realizado sem luta e resistência.

Nesse contexto, podemos entender o território a luz de Oliveira (2013), que o define como uma:

“síntese contraditória, como uma totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência”.

Os conflitos sociais no campo é uma expressão da luta de classes no processo de construção do território capitalista. É a resistência de classe ao avanço do capital³⁰. Embora, ocorridos em contextos diversos, os conflitos têm elementos comuns. Como uma classe social, contraditoriamente, de dentro do modo de produção capitalista, os camponeses lutam pela liberdade e autonomia em controlar o seu processo de reprodução na terra³¹. As lutas

²⁸ Martins (1986)

²⁹ Bombardi (2005)

³⁰ Martins (1986)

³¹ Ver Marques (2000) e Bombardi (2005)

camponesas “(...) repõem continuamente como projeto e tarefa política a restauração da autonomia do camponês, a sua independência”³².

A luta de classe é um elemento essencial do processo de reprodução do campesinato no Brasil, na região do Bico do Papagaio e, especialmente, em Petrolina (MA), Ciriaco (MA), Juverlândia (TO) e Olho d’Água (TO).

Alinhado ao processo de mundialização do capital sob a hegemonia dos Estados Unidos, o governo brasileiro assumiu a doutrina das “fronteiras ideológicas” gestada na Escola Superior de Guerra³³, através dos acordos militares entre os dois países. A partir dessa aliança o Brasil passou a combater a expansão dos focos guerrilheiros de cunho comunista no país. Após a Revolução Cubana, os Estados Unidos intensificou o controle político e econômico para evitar a difusão do comunismo no Brasil e em toda a América Latina³⁴. Partindo desse pressuposto, as iniciativas para a ocupação da Amazônia foram justificadas como uma medida de segurança nacional, pois a mesma era vista como um “espaço vazio”, portanto, passiva de ser apropriada por países estrangeiros “inimigos”.

Além disso, a ocupação dos “espaços vazios” da Amazônia surgiu como uma alternativa para “resolver” os conflitos fundiários que ocorriam em outras regiões. Em 1955, surgiu no Nordeste, no Engenho da Galiléia, uma associação de foreiros denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, conhecida como Liga Camponesa. As ligas surgiram no contexto da expulsão dos foreiros e a redução dos roçados dos moradores das usinas de cana de açúcar, bem como no da crise política regional marcada pelas secas e pela falta de uma política de desenvolvimento econômico³⁵. Com isso, despertava-se a consciência política no campo e ampliavam-se as organizações reivindicatórias por todo o Nordeste e outras regiões do país.

No estado de São Paulo, Bombardi (2005) analisa os assentamentos implantados nos municípios de Marília, Jaú, Campinas, Itapeva e Meridiano, a partir da Lei de Revisão Agrária, promulgada no Governo Carvalho Pinto em 1960. Ela mostra que essa Lei pôs em relevo a “questão agrária”, tal como ocorreu no Nordeste, com as Ligas Camponesas. Apesar de ser negada no discurso oficial, sendo vista como uma questão de desenvolvimento econômico, a autora destacou, através do estudo das trajetórias das famílias camponesas em seu processo de territorialização, que a reforma agrária era e continua sendo uma questão social. Que o discurso pautado na perspectiva econômica mascarava a grilagem de terras no

³² Martins (1986)

³³ Oliveira (1991)

³⁴ Bombardi (2005)

³⁵ Martins (1986)

estado, como mecanismo de expansão e reprodução do capital, bem como, os conflitos de classe.

Bombardi (2005, p. 9) mostra ainda que os movimentos sociais do campo brasileiro, e, em específico, os do estado de São Paulo, foram interpretados como “germens da revolução comunista internacional”. A proposição da Lei de Revisão Agrária foi vista como um movimento inspirado na reforma socialista, o que resultou no crescimento de oposições. Porém, o projeto de reforma agrária que deu origem a Lei, pretendia conter o conflito de classe no campo, isto é, as ações do campesinato organizado.

Preocupado com a difusão dessas ações materializadas nas lutas e a manutenção da estrutura de poder fundiário em todo o país, o governo criou uma política de ocupação da Amazônia, como medida para solucionar essas questões. Vista como uma região de “espaços vazios”, esta seria ocupada pelos homens sem terra de outras áreas. Era a política cujo slogan consistia em “homens sem terra, para terras sem homens”. Com isso, “os espaços vazios” seriam preenchidos e protegidos contra as possíveis invasões estrangeiras, de um lado, e os conflitos fundiários seriam “resolvidos”, por outro lado.

Entretanto, Ianni (1979) enfatiza que a real intensão do Estado, não era resolver os conflitos fundiários em si, uma vez que para isso seria necessário alterar a estrutura fundiária de todo o país, ou seja, a estrutura de poder fundada na concentração de grandes latifúndios. Deslocar os camponeses do Nordeste para a Amazônia, também era uma medida para favorecer e acalmar a classe dos latifundiários e empresários rurais, que estavam exaltados com o avanço da politização dos camponeses e trabalhadores rurais no campo, por meio das ligas camponesas e dos sindicatos que surgiam.

Desse modo, o deslocamento dos camponeses e trabalhadores rurais do Nordeste para Amazônia estava dentro do contexto da reforma agrária proposta pelo governo brasileiro após o golpe militar. Assim, a partir da questão agrária brasileira, Martins (1985, p. 33-34) assevera que essa região foi:

(...) incorporada à situação social e à estrutura de relações sociais, econômicas e de poder que constituem a base contemporânea das lutas camponesas no Brasil. E é nesse sentido que, no meu entender, as lutas pela terra na Amazônia não são corretamente entendidas se analisadas separadamente das lutas pela terra que ocorrem em todas as regiões do país. Há fatores específicos, regionais, de fronteira agrícola, nas lutas camponesas da Amazônia que, no entanto, não estão divorciadas das lutas camponesas do país inteiro. A questão da Amazônia é, em parte, a manifestação regional da questão agrária, uma questão, por sua vez, tecida pelo processo de reprodução do capital, pelo processo de apropriação da renda fundiária pelo capital.

As políticas de ocupação dos “espaços vazios” da Amazônia foram implementadas, sem considerar o fato dela já estar dispersamente ocupada por diversos povos indígenas. Nos estados do Maranhão e Pará, cabe ressaltar não apenas os povos indígenas, como também quilombolas e camponeses que já ocupavam as terras interioranas³⁶ desde o período da escravidão e do extrativismo da borracha e da castanha.

Com o impulsionamento da ocupação, os indígenas foram violentamente massacrados, tendo os seus territórios destruídos, e sendo transformado em mão-de-obra escrava e barata.

Roberto da Mata (1979) através da análise da “situação de contato” entre os índios, do Médio Tocantins, e a sociedade nacional, resalta o violento processo de incorporação e pacificação que os primeiros sofreram. Mostra que as populações regionais buscaram neutralizar os índios Gaviões, para acessar os castanhais dos seus territórios. Os Gaviões eram tidos como obstáculos ao “progresso” e à “civilização”, logo a pacificação, catequização ou simplesmente o extermínio se constituíram em projetos de ações contra os mesmos.

Para Martins (1986), a situação do índio e do posseiro se aproxima, na medida em que ambos são alcançados por processos econômicos e políticos não tão dissemelhantes. A terra do índio e a terra do posseiro tornam-se parte dos interesses capitalistas e do Estado, que favorece a expansão do capital e a apropriação dos seus territórios e frações territoriais.

Tradicionalmente, o posseiro operou como desbravador do território, como amansador da terra. A verdade é que, pressionados pelas empresas capitalistas interessadas em desalojá-lo de suas terras, foi frequentemente utilizado para deslocar os grupos indígenas, para avançar sobre as terras deles, desalojando o índio, porque desalojado pelo capital. No caso mais recente e atual da ocupação das novas regiões, como se dá na Amazônia, a verdade é que o capital amplamente estimulado pelo Estado já avança, ao mesmo tempo, sobre terras de posseiros e terras indígenas (MARTINS, 1991, p. 67).

As famílias de camponeses-posseiros e trabalhadores rurais migraram do Nordeste, especificamente dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, em busca de terra sem dono. Como uma expressão da negação do “cativeiro” da “terra de dono”³⁷, a migração foi a alternativa encontrada para a libertação. Ou seja, migrar significava buscar autonomia e controle do seu próprio tempo e espaço no processo de reprodução das famílias.

A migração camponesa deve ser vista como uma resultante das sucessivas expulsões de terras, ocasionadas pela transformação da terra em mercadoria. A qual impulsionou a busca de

³⁶ Ver Almeida (2008).

³⁷ Expressão usada pelas camponesas e camponeses para se referir às terras privadas.

“terras libertas”, “terras soltas” e “lugar livre” na região do Bico do Papagaio, como mostrou Sader (1986).

Cansados da exploração a que estavam submetidos nas “terras de donos”, sem a perspectiva de mudança, bem como a ocorrência da “seca” do Nordeste, as famílias partiram dos seus lugares de origem. Esses motivos foram comumente apresentados pelos camponeses e camponesas entrevistadas. O sr. Cosmo, do povoado Olho d’Água (TO), foi um deles. No seu depoimento, contou que em 1952, quando os seus pais se casaram no estado do Maranhão, o estado do Goiás, atual Tocantins, surgiu como uma esperança para àqueles que trabalhavam em “terras de donos”, e que sofriam com a situação da “seca” no Nordeste. Muitas famílias conhecidas já tinham partido e encontrado muita terra livre, devoluta. Isso os estimulou a migrarem também.

O sr. Cosmo é o filho mais velho da dona Augusta Siqueira da Paixão e do sr. Calixto Nunes da Paixão. O seu pai já é falecido, e sua mãe está com 92 anos. Em 1958, a família Calixto chegou às terras do povoado São Miguel, município de Itaguatins, antigo estado do Goiás, atual município de São Miguel do Tocantins (TO), e encontrou a terra devoluta. Nesse ano, também chegaram mais quatro famílias, a do sr. Leôdas, sr. Apolinário, sr. Domingos Cego, sr. Brechó e do sr. Antonio Branco.

As famílias colocavam roças livremente nas terras. Assim, garantiram a reprodução social por um período de dez anos, até por volta de 1968, quando a “chegada do estranho”, como diz Martins (1993), foi anunciada pela chegada dos fazendeiros vindos do sul e sudeste do país.

Nesse período, entre as décadas de 1950 e 1960, Otávio Ianni (1979, p. 15) mostrou que ocorria um processo de “reforma agrária espontânea” na Amazônia Legal. Isto é, uma reforma agrária de fato realizada pelos camponeses-posseiros e trabalhadores rurais, que buscavam, por seus próprios meios, as soluções para os problemas decorrentes da falta de terra livre para produção e, concomitante, reprodução da vida.

Sob vários aspectos, a colonização espontânea, ou as migrações espontâneas de trabalhadores rurais para a Amazônia, configura uma espécie de reforma agrária de fato. Desde o término da construção da Belém-Brasília, em 1960, a criação da SUDAM e do BASA, em 1966, a criação do INCRA, em 1970, e a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e outras, em 1970-1978, acelerou-se e estendeu-se a expansão do capitalismo na Amazônia. Ao mesmo tempo, acentuou-se e generalizou-se a migração espontânea de trabalhadores rurais, e seus familiares, para áreas de terras devolutas e indígenas. Desenvolveu-se uma corrida à terra, tanto por parte de grileiros, latifundiários, fazendeiros ou empresários, como por parte de camponeses e operários do campo. Estes, os camponeses e operários do

campo, em muitos lugares estavam na prática realizando uma reforma agrária espontânea, de fato. (IANNI, 1979, p. 21).

Hébette e Marin (2004) mostram que a colonização “espontânea”, não era tão espontânea assim, pois, as motivações para os deslocamentos das famílias camponesas e dos trabalhadores rurais eram provocadas pelas pressões externas, isto é, pelas ações dos latifundiários e empresários. O Estado não estava preocupado com o destino das classes subalternas, até que as mesmas passassem a representar um obstáculo à concretização dos interesses hegemônicos.

Colonização espontânea e dirigida não são, na verdade, dois processos perfeitamente distintos ou duas formas nitidamente separadas de colonização, uma acompanhada por interferências externa (do Estado ou de uma entidade privada), outra isenta dela. Nos sistemas políticos modernos, inclusive os mais liberais e menos dirigistas, a vida social toda sofre a interferência do Estado, direta ou indireta, deliberadamente maior ou menor, sempre orientada e seletiva. Medidas de política envolvem todas as dimensões e todos os aspectos da vida social, de forma impositiva, incentivadora ou simplesmente permissiva ou omissa. Essas medidas são seletivas, por exemplo: em relação a setores ou subsetores da atividade econômica, estimulando alguns e abandonando outros a si mesmos; em relação a esfera de interesses, grupos econômicos e sociais, classes, privilegiando uns e sacrificando outros. O conjunto de tais decisões é que dá forma ao modelo econômico e social de um país (HEBETTE E MARIN, 2005, p. 42).

À margem dos principais interesses políticos e econômicos do país, os camponeses-posseiros formavam correntes migratórias para a região do Bico do Papagaio, muito antes do despertar do Estado e do capital. Em períodos de seca no Nordeste, acompanhando os cursos dos rios, migravam, ocupavam áreas próximas das matas e praticavam a “agricultura migratória”³⁸. Ou seja, ao encontrar as terras devolutas, roçavam a mata e plantavam. No ano seguinte, deixavam essa terra “enfraquecida” descansando e migravam para roçar outra área.

O tipo de agricultura praticada pelas famílias camponesas estava relacionado com o processo de expropriação que viviam, desde a saída dos seus locais de origem. Sader (1986, p. 116) chama atenção que tal processo acaba sendo negligenciado, quando a denominam de “semi-nomadismo”. A “agricultura itinerante” ou “agricultura migratória” era uma estratégia de sobrevivência dos camponeses expropriados, sem terra e sem meios de sobrevivência.

(...) Os lavradores partem porque perdem suas posses. Ou estão no seu trajeto buscando terras livres. E esse é o segundo aspecto negligenciado: o da forma como essa migração se processou durante muito tempo, e ainda hoje

³⁸ Manuel Correia de Andrade (2005, p. 234)

se processa: a pé e em grupo de dois a três pais de famílias ou de inúmeras famílias (SADER, 1986, p. 117).

Assim, muitos camponeses partiam em busca de “terra de trabalho”³⁹. Os camponeses de Ciriaco (MA), Petrolina (MA), Juverlândia (TO) e Olho d’Água (TO) partiram de outros estados, passando por diversos povoados até “situarem o caldeirão”⁴⁰, como afirmou o sr. Cosmo, de Olho d’Água (TO).

As famílias chegaram à região no contexto da realização da “reforma agrária espontânea, de fato”, como entende Ianni (1979, 21). Pelas veredas entre as matas, com os seus poucos pertences, caminharam por longas distâncias até chegarem ao local, onde situaram morada.

Em Petrolina (MA), a família da dona Terezinha foi uma das pioneiras a situarem a área.

Pois é, quando eu cheguei aqui eu tinha 3 anos de idade. Eu era muito pequena, não lembro, mas a minha mãe conta que a gente vinha até Coquelândia de carro, é um povoado próximo, daqui lá é uns 15 quilômetros, e de lá pra cá a gente vinha montado em animal, numa vereda, que não tinha estrada, era nas veredas. Nós morávamos no município de Caxias aqui no Maranhão. E aí o meu pai falava que pra cá tinha muita mata pra trabalhar de roça, e aí pensando em melhorar, porque lá onde morava, o inverno era muito fraco (néra, mãe?) e aqui chovia muito, e diz que dava muita lavoura, tinha muito coco. E aí todo mundo se animou pra vir para cá⁴¹.

A minha mãe conta que quando ela chegou aqui tinham uns cinco morador só, e depois aqui o pessoal se juntaram pra fazer a vereda, a estrada, uma estrada carroçal até em Coquelândia, a estradinha que só carro, carro pequeno não andava, só carro grande⁴².

Que nem eu falei era uma vereda de Coquelândia pra cá, era uma veredinha de andar com animal, que animal anda em uma veredinha estreita ele anda, mas carro não passava, então vinham em costa de animal as coisas da gente, e a gente, uns montados outros de pé⁴³.

Quando as famílias, como a de dona Terezinha, chegaram às terras do povoado, em 1963, a rede rodoviária maranhense ainda era limitada. Nesse período, pela estrada recém-criada, que pretendia ligar Imperatriz ao rio Guamá, no estado do Pará, muitas famílias nordestinas adentraram as terras do interior, construindo suas casas e fazendo suas roças. Elas se fixavam em determinadas áreas, e aos poucos, com a chegada de mais famílias, constituíam povoados, como Coquelândia, localizado à beira da estrada, e São Felix.

³⁹ Martins (1991)

⁴⁰ O sr. Cosmo usa essa expressão para dizer que encontraram a área onde estabeleceriam os seus “sítios”.

⁴¹ Entrevista com dona Terezinha de Souza Cruz, realizada em 27 de fevereiro de 2015.

⁴² Entrevista com dona Terezinha de Souza Cruz, realizada em 27 de fevereiro de 2015.

⁴³ Entrevista com dona Terezinha de Souza Cruz, realizada em 27 de fevereiro de 2015.

Construída para atender o escoamento da produção e atrair investimentos para o estado, a rede rodoviária foi iniciada a partir da década de 1950. Porém, se restringia à ligação dos principais centros urbanos. Por meio dessa rede, houve um aumento do fluxo migratório para as terras do interior, e na medida em que as mesmas se transformavam em mercadorias e os camponeses eram expulsos pelos fazendeiros, as correntes migratórias se ampliavam para áreas mais afastadas, onde a terra era liberta⁴⁴.

A construção da estrada Belém-Brasília contribuiu para o povoamento das terras do interior. Representa um marco transformador na vida dos camponeses na região do Bico do Papagaio e em todo país. A integração Norte-Sul do território brasileiro ganhou grande impulso, acompanhada pela expansão do capital. Até a sua construção, o eixo econômico regional estava localizado às margens do rio Tocantins e Araguaia, utilizados como principais vias de acesso às terras pelas correntes migratórias, e onde surgiram os principais núcleos urbanos como entrepostos comerciais e povoados⁴⁵. Posteriormente, esse eixo foi deslocado para as margens da estrada, causando grandes impactos socioterritoriais.

Além da intensificação das correntes migratórias das famílias camponesas e de trabalhadores rurais pelas vias terrestres, Valverde (1967) destaca que a chegada de fazendeiros e empresários capitalistas provocou um novo estímulo ao comércio na região. Até então a economia girava em torno das atividades extrativas da castanha, babaçu e minério; da garimpagem; criação de gado e roça. A extração da castanha era a principal atividade, as demais eram secundárias. Muitas famílias se deslocaram de outras regiões para trabalhar na extração da castanha, como os camponeses de Ciriaco, submetidos a um regime de superexploração nos castanhais, sob o sistema de aviamento. Com a criação da Belém-Brasília, essa atividade é recuada, enquanto a pecuária avança e se fortalece, quebrando o oligopólio comercial dos donos dos castanhais e abolindo o sistema de aviamento.

Os moradores mais antigos do povoado Ciriaco vieram trabalhar na extração da castanha. À medida que as famílias chegavam, ocupavam as áreas, formavam os povoados, como o Frades, Bom Jesus, Viração e Japão, e trabalhavam na extração da castanha, na produção do babaçu e nas roças.

A família de dona Faustina, uma das mais antigas do povoado Ciriaco, ocupou primeiramente às terras do Frades. Os seus pais nasceram no Piauí, e migraram para essa região em 1956. O pai, o sr. Manuel José dos Santos, veio primeiro, e depois de dois anos, trouxe a família. Veio para trabalhar na extração da castanha, num castanhal localizado

⁴⁴ Sader (1986).

⁴⁵ Valverde (1967).

próximo ao povoado. A família se deslocou para as terras de Ciriaco, em 1973. O seu tio foi quem situou o local, nomeando-o como Ciriaco. Dona Faustina contou que:

Aqui era mata, mata virgem, tinha só uma veredinha que a agente ia pra Cidelândia. Que para Cidelândia foi um pessoal, uns grileiros que vieram para aí. Eles ficaram grilando terras, aí meu pai andava até aqui, que ainda hoje é Fazenda Campa Alegre, que eles botaram o nome de Fazenda Campa Alegre, ainda hoje é isso. E aqui, o meu pai foi atrás de um tio meu que era Ciriaco, por isso que ainda hoje chamam Ciriaco. Aí o trouxe e botou aqui. Ele morava bem ali, não tem uma casinha ali recuada que fizeram? Tem uma em frente e outra mais atrás, bem aqui, em frente ao poste. Aí ele morava aí, aí assituou aqui, aí foi chegando gente, foi chegando gente, aí tinha um compadre meu também, o compadre Milton, aí veio e colocou a dele para acolá⁴⁶.

No seu depoimento, dona Faustina revela que, diante do processo de grilagem das terras do povoado Frades, seu pai acionou o tio Ciriaco para ocupar uma área devoluta. As terras do Frades estavam sendo griladas pelos fazendeiros, mineiros, baianos e capixabas, que chegavam pela recém criada estrada Belém-Brasília.

A grilagem foi intensificada a partir da abertura da Belém-Brasília, gerando conflitos que resultaram em grandes atos de violência e expulsão contra os posseiros que já ocupavam as terras. Asselim (1982, p. 25), assevera que, entre os anos de 1956 e 1964:

Acabava de ser aprovado o projeto da estrada que ligaria o Norte com o Centro e o Sul do país. Acabavam de nascer também as primeiras falsificações de documentos das terras que compõem, hoje, a área prioritária dos grandes projetos econômicos. Eram os grilos Gurupi, Torre Segunda, Campo Alegre e Frades. Em 1958 desembarcaram no porto de Imperatriz os primeiros tratores para iniciar os trabalhos da estrada. Foram anos muito movimentados, porque além do movimento migratório provocado pela abertura da Belém-Brasília, e o início da grilagem na área, abriu-se o ramal para o Nordeste, cia Grajaú, que traria contingentes populacionais importantes, pois era o momento da grande seca nordestina. Ao longo da Belém-Brasília, migrantes nordestinos, em primeiro lugar, vieram associar-se às populações, rarefeitas e dispersas, mas existentes. Chegaram sucessivamente, lavradores mineiros, baianos e capixabas, que formaram um tipo de classe média rural, uma vez que traziam um certo capital, empregavam mão-de-obra para efetuar a derrubada, e ocupava, cada um, 200, 300 e até 500 hectares. Não eram, então os lavradores posseiros, parceiros ou arrendatários que conhecemos no Maranhão e nem os agricultores vítimas da seca nordestina.

A área que abrange os povoados do estado do Maranhão, do sudeste do Pará e Norte do Tocantins, antigo Goiás, passou por uma rápida e violenta concentração de terras e expansão do latifúndio. Além da pesquisa do Asselin (1982), Hebette e Marin (2004, p. 44), também investigou 53 municípios atingidos pela rodovia, e mostrou que a estrutura fundiária dos

⁴⁶ Entrevista com dona Maria Faustina dos Santos, realizada em 25 de janeiro de 2015.

mesmos foi alterada a partir da sua implantação. Os autores identificaram uma estrutura superconcentrada e concentrada nessa área. Encontraram propriedades de 1.000 ou mais hectares que correspondiam a mais de 50% da área apropriada e pertencendo a menos de 20% dos proprietários, configurando uma estrutura superconcentrada. E, também, propriedades superiores a 1.000 ha, representando 30% e 50% da área apropriada, com a propriedade média oscilando entre 100 a 400 ha, concentrada, portanto.

Ao chegarem às terras, nem sempre os camponeses-posseiros as encontravam completamente livres. Em alguns casos, as encontraram ocupadas pelos índios, e travaram grandiosas guerras para expulsá-los, mas em outros conseguiam estabelecer uma relação mais pacífica. O povoado Frades é o mais antigo dessa porção maranhense do Bico do Papagaio⁴⁷. Para situarem o local, os camponeses conseguiram que os índios desocupassem a área sem matança, e até receberam ajuda no processo de criação e colheita da mandioca, como afirmou SADER (1986).

A beira do rio Tocantins era ocupada por índios. Em 1914, começaram a entrar os lavradores convivendo pacificamente com os primeiros moradores. Os índios possuíam um castanhal muito cobiçado pela oligarquia tradicional de Imperatriz, o que sempre foi ponto de conflito na área. O povoado Frades é o mais antigo da região. Data do tempo das missões dos padres Jesuítas do Pará, no século XVIII. Os povoados mais importantes eram Imbiribal, Saranzal, Primeiro Cotal, Castanhal e Bom Jesus (ASSELIM, 1982, p. 24-25).

Dona Faustina relatou que o pai dela foi um dos camponeses que situou o povoado Frades, e que as famílias desse povoado tinham boa relação com os índios.

Em 56, por aí assim. É que eu sou de 51, eu tinha 6 anos quando eu cheguei para cá, foi em 56, nós chegamos para cá. Tinha índio na beira do rio ali, só que eles foram embora. O meu pai nunca brigou com eles, se deu de amigo com eles. Mas, muitas vezes, tinha um castanhal ali, eles vinham tirar castanha, aí quando eles apareciam, aí eles botavam... ia um na frente, meu pai bem no meio, botava outro índio, aí botava meu irmão bem no meio, bem atrás do meu irmão vinha outro índio, eles iam deixar na beira do rio, aí de lá eles sumiam. Na hora que eles deixavam eles lá, eles desapareciam. Aí foi indo, foi indo até que eles foram embora mesmo. Foi assituando aí por Abraão também, acho que ainda teve uma questão aí para o centro de Abraão dele com o pessoal. O certo é que eles foram embora⁴⁸.

Destaca que houve uma “questão” no “centro do Abraão”, envolvendo os índios, mas não entrou em detalhes. Sader (1986) diz que havia um acordo entre eles e os moradores do

⁴⁷ Segundo Asselin (1982).

⁴⁸ Entrevista com dona Maria Faustina dos Santos, da Reserva Extrativista do Ciriaco, em 28 de fevereiro de 2015.

Frades, em que os índios ficariam mais na porção leste da área. Porém, seis anos depois, essa área foi ocupada por outros posseiros, e transformada nos povoados Viração e Boa Jesus. Os índios foram, então, expulsos para outras áreas.

1.2 A formação dos povoados e a reprodução camponesa

Após a retirada e expulsão dos índios, tanto os camponeses-posseiros como os novos migrantes, dentre eles muitos fazendeiros e empresários, passaram a usufruir dos recursos naturais antes controlados pelos mesmos. Segundo Asselim (1982) havia uma disputa entre a elite local da região de Imperatriz (MA), pela apropriação e controle do castanhal dos indígenas. Este estava localizado à beira do rio Tocantins, onde havia a concentração de povoados camponeses.

A origem e difusão dos povoados podem ser entendidas a partir das revoltas de escravos e ex-escravos no Maranhão, os quais ao fugirem dos engenhos e das lavouras de algodão, criavam agrupamentos coletivos no interior da mata, onde faziam seus roçados e comercializavam os seus produtos com os comerciantes dos povoados denominados de “caboclos”. Estes constituídos por populações camponesas que produziam nos “centros” para abastecer os sítios⁴⁹ com farinha e arroz.⁵⁰ Almeida (2008) assevera que os povoados “caboclos” surgiram a partir do fracionamento da grande propriedade durante os períodos de crise econômica, e das secas que assolavam os camponeses de outras regiões. Destaca que, após o fim da escravidão, para suprir a carência de mão de obra, realizou-se a “colonização cearense” utilizando as estruturas dos agrupamentos construídos pelos ex-escravos, os quais passaram por sérios episódios de agressão e expulsão.

Por meio de solidariedades tecidas entre os camponeses dos povoados, com forte presença da Igreja na dinâmica cotidiana e nas lutas, e as relações estabelecidas com os agentes externos, os mesmos foram se constituindo como unidades territoriais⁵¹.

Tomando como base os trabalhos de Bombardi (2004, 2004b e 2005) sobre o bairro rural, enquanto uma unidade territorial criada a partir das inter-relações entre as unidades familiares, fundado numa identidade territorial, cabe ressaltar a constituição dos povoados Petrolina (MA), Ciriaco (MA), Juverlândia (TO) e Olho d’Água (TO).

Essas unidades territoriais formadas a partir das inter-relações entre os sítios camponeses, mediante relações de parentesco, vizinhança e pelo sentimento de pertencimento,

⁴⁹ Os sítios eram compreendidos pelo conjunto formado pela casa grande, o engenho e as moradias de escravos (ALMEIDA, 2008).

⁵⁰ Almeida (2008)

⁵¹ Sader (1986)

têm início desde a chegada dos camponeses a terra. Entretanto, a consolidação das mesmas ocorrerá a partir das lutas travadas entre as famílias e os fazendeiros grileiros, apoiados pelas autoridades governamentais. A resistência e as lutas camponesas fortaleceram as inter-relações entre as famílias e garantiram a conquista da terra nos povoados Juverlândia (TO) e Olho d'Água (TO). Os camponeses dos povoados Ciriaco (MA) e Petrolina (MA) não conquistaram a terra no mesmo período dos anteriores⁵².

Antes de formarem os povoados como unidades territoriais, os camponeses-posseiros se fixavam em “centros”, onde faziam as casas e as roças. Desenvolviam laços afetivos entre as famílias, e em muitos casos, já chegavam com esses laços firmados desde os seus locais de origem. Isso contribuía para permanecerem próximos e firmarem múltiplas relações de reciprocidade entre si, desenvolvendo atividades por meio de práticas de cooperação e ajuda mútua, como assevera Almeida (1986).

(...) Seus integrantes, em distintas etapas do ciclo agrícola, firmam múltiplas relações de reciprocidade com indivíduos de outros grupos domésticos. Algumas tarefas, como o desmatamento e a colheita do arroz, requerem níveis específicos de cooperação. A coincidência no tempo, das etapas do calendário agrícola, aproxima diferentes grupos familiares fixando padrões de ajuda mútua e normas que regem as atividades produtivas. Interditam-se o chamado *centro* à criação de animais, mantendo-se os roçados sem cercar; não se autoriza seja semeado capim e se prevêm reservas de mata, igarapés e cocais, que não podem ser apropriados individualmente (ALMEIDA, 1986, p. 267).

As famílias camponesas construíam suas casas com as palhas da palmeira de babaçu, e residiam com poucos bens nos “centros”. Segundo o sr. Almerindo, “*as casinhas pareciam uma aldeia de índio*”⁵³, e eram criadas no interior da mata, como mostra o depoimento da dona Antonia Maria Conceição da Silva.

Mata fechada. Daqui onde estamos para o centro não tinha aquilo que chama acolá de centro da vila. Aí tinha uma mata que chamava mata seca, porque era mesmo mata fechada. A gente andava daqui para lá, não tinha nada, casa, só tinha aqui e lá. Quando chegava lá as barraquinhas no meio da mata. De lá ia para outro centro com outra tia minha, viajava por terra, que a gente ia para lá e voltava para cá⁵⁴

⁵² A situação de subordinação, exploração, luta e resistência dos camponeses do povoado Ciriaco (MA) permaneceu até por volta do ano de 2000, quando conseguiram a criação e implantação da Reserva Extrativista do Ciriaco. Diferente dos camponeses do povoado Petrolina (MA), que apesar de serem os pioneiros no processo de ocupação das terras, foram cercados, muitos expulsos, pelos fazendeiros e, atualmente, pela empresa de papel e celulose Suzano S.A também. Tratarei sobre esse assunto no terceiro capítulo da tese.

⁵³ Entrevista com o sr. Almerindo de Souza Lopes, da Reserva Extrativista do Ciriaco, em 08 de dezembro de 2016.

⁵⁴ Entrevista com dona Antonia Maria Conceição da Silva, da Reserva Extrativista Ciriaco, 07 de dezembro de 2016.

Os “centros” levavam os nomes dos seus líderes⁵⁵, como o “centro do Abraão”, o “centro do Olimpo” e o “centro do Ciriaco”. Antes de “situarem o caldeirão” nas áreas de Petrolina (MA), Ciriaco (MA), Juverlândia (TO) e Olho d’Água (TO), as famílias camponesas passaram por diversos “centros” e povoados.

A produção camponesa era realizada nos “centros”, em forma de “pousio”. Havia a determinação da área que seria cultivada, e a outra que ficaria reservada para o futuro, quando a primeira entrasse em estado de recuperação⁵⁶.

(...) Os pousios são longos de 5 a 7 anos, e é necessária a abundância de terras, pois, para cultivar 20 ha, uma família camponesa necessita pelo menos de 60 ha disponível: um lote fica cultivado, um coberto pela mata e outro se recuperando da ocupação anterior, uma vez que após 5 anos ou pouco mais, “a terra pede descanso”. Não seria lógico, então construírem suas casas em lotes que cessariam de cultivar dentro de um determinado período, sendo obrigados a construírem outra novamente no lote que cultivariam. Como a economia camponesa na área está intimamente associada à coleta do babaçu, a mata é importante (SADER, 1986, p. 114-115).

Tanto em Ciriaco (MA), como em Petrolina (MA), Juverlândia (TO) e Olho d’Água (TO), a produção camponesa baseava-se nos cultivos da roça e no extrativismo do babaçu. As famílias produziam o arroz, feijão, fava, milho, mandioca, macaxeira e batata, para o consumo. Os produtos que não produziam, eram comprados com a renda do coco babaçu.

O extrativismo do babaçu é uma atividade praticada pelas famílias camponesas por várias décadas, e passada de geração a geração. Com a transformação da terra em mercadoria em seus locais de origem, sob a condição de agregados, as famílias camponesas sobreviviam num sistema de parceria com os donos da terra, praticando a coleta do babaçu. Uma parte dos cultivos da roça deveria ser entregue a eles, assim como o babaçu, sob a condição de permanecerem na terra, caso contrário, seriam expulsos.

Até aproximadamente 1950, as famílias camponesas estavam subordinadas ao poder das oligarquias regionais e locais, ao poder dos coronéis, grandes proprietários de terras. As relações de trabalho eram fundamentadas em formas tradicionais de dominação pessoal. Prevalecia uma ordem social pautada no princípio de reciprocidade, na lógica do favor, da generosidade e no “sistema de camaradagem”, como destacou Marques (2000).

⁵⁵ Sader (1986)

⁵⁶ Sistema identificado anteriormente como “agricultura migratória”, por Andrade (2005).

O depoimento de Dona Maria Raimunda revela a situação de subordinação a qual muitas famílias estavam submetidas. Ela tem 66 anos, nasceu em Colinas, no Maranhão, e chegou ao povoado Juverlândia (TO) em 1970. Veio com quatro filhos e grávida do quinto, acompanhando o seu marido na busca de terra para trabalhar sob melhores condições. Deixou os seus pais em Colinas, onde aprendeu quebrar coco babaçu com a sua mãe. Segundo ela, a família trabalhava na roça e na quebra do coco, e só podiam vender para o dono da terra.

Ela vendia para os patrões, porque não podia vender para fora. Nesse tempo lá, tinha os agentes e as terras eram do velho Saulo Moreira, não sei se você já ouviu falar. Saulo Moreira era o dono de lá, ele era rico. Aí, eles botavam os agentes no povoado para comprar coco, farinha, essas coisas, igual a um comércio. Aí, nós vendíamos só para ele, porque não podia vender para fora de jeito nenhum. [E se vendesse para fora?] Tinha que sair de lá... Esse homem ainda tinha os três dias de lei: os três dias de lei que ele fazia. O velho Saulo Moreira, botava os trabalhadores para trabalhar três dias de graça nos campos dele lá, e o morador tinha que ir, ou então, saía do lugar e perdia a casa e perdia tudo. [E vocês faziam roça na terra dele?] Fazíamos roça. Não podia tirar nem um palmito de uma palmeira, porque se ele soubesse, ia ser preso mesmo! Era igual aos escravos nesse tempo. Se nós morássemos aqui e aqui fosse município de lá, por exemplo, se nós pegássemos uma farinha ou um coco e vendesse para outro município. [E como a sua mãe foi parar lá nessa terra?] A mãe dela ganhou eles para lá. Ela nasceu e se criou para lá. Lá ela casou, teve família (que éramos nós: éramos nove irmãos... Éramos, agora já morreu). [Então a mãe da sua mãe já morava nessa terra?] Já, já morava lá nessa terra. [E a mãe da sua mãe quebrava coco também] Quebrava. Lá as mulheres todinhas eram quebradeiras de cocos e trabalhadoras ‘de’ roça, fiavam roupas de algodão também. O meu pai, ele era assim: ele comprava roupas para os filhos de ano em ano na safra do algodão. Nós pegávamos algodão e ele ia vender num local distante e comprava roupa para nós. [E esse algodão era feito onde? Essas roupas? Essa fiação]. A fiação era feita em casa com algodão. Minha mãe ia para o mato quebrar coco e nós meninas ficávamos em casa descaroçando o algodão com o descaroçador, uma de um lado e outra do outro, igual um moedor de cana (risos). Aí, nós descaroçávamos o algodão, pegávamos o álcool, abríamos o algodão todinho e quando ela chegava ela ia bater o algodão de manhã bem cedo. 5h era o que a gente escutava lá onde nós morávamos: as mulheres batendo algodão. Ela batia o algodão e dizia: ‘Quando eu chegar eu quero esse algodão todinho estirado’. Aí, eu cortava, pegava o algodão todinho, fazia as tiragens e enchia os ‘balainhos’ de algodão e quando ela chegava ia fiar: Fazia rede, varanda. Minha avó fazia muita varanda na almofada, tinha os bilros dela fazer e as roupas meus pais compravam os tecidos e pagavam para fazer (...)’⁵⁷.

Situação de subordinação e exploração das famílias camponesas pelos fazendeiros, latifundiários ocorria nas “terras de dono”, segundo dona Maria Raimunda. Uma condição de “cativeiro”, que ela associa ao trabalho escravo, pois não tinham liberdade de acessar a terra e os seus recursos naturais, nem tão pouco controlar a produção e comercialização dos seus

⁵⁷ Entrevista com dona Maria Raimunda Pereira da Silva, do povoado Juverlândia, em 12 de outubro de 2016.

produtos. Somado a isso, ainda tinham a obrigação de trabalhar três dias de graça nas terras do fazendeiro, sob pena de serem expulsos e perderem sua casa e demais pertences.

Outro ponto relevante no depoimento da dona Raimunda refere-se à quebra do coco babaçu, que há muito tempo tem sido uma importante fonte de renda das famílias, para a compra dos produtos que não produziam. Mesmo no contexto da restrição imposta pelo dono da terra, de vender os cocos apenas para ele, a família garantia o mínimo para a sua sobrevivência. A reprodução camponesa era realizada por meio do trabalho na roça, na quebra do coco e no algodão, com a renda sendo extraída pelo dono da terra sob a condição de extrema exploração.

Além disso, o depoimento da dona Maria Raimunda é expressivo também, para entender a migração como uma estratégia de libertação e resistência ao “cativeiro da terra”, nos locais de origem das famílias camponesas. Quando a família não migra em seu conjunto, à medida que os filhos crescem e constituem novas famílias acabam migrando. Dona Maria Raimunda se casou e acompanhou o seu marido, enquanto os seus pais continuaram em Colinas (MA). Diferente da família do sr. Cosmo, de Olho d’Água, que migrou em conjunto, depois de receber a notícia da abundância de terras livres no estado do Goiás, atual Tocantins, como referimos anteriormente.

Marques (2000, p. 43) destaca que:

A saída dos trabalhadores da fazenda aumentou, não só devido à sua expulsão, mas também porque, diante da ruptura da relação de reciprocidade e de uma relação de exploração cada vez mais extorsiva e evidente, o próprio agregado passa a buscar a cidade como uma forma de libertação. Observar-se uma forte migração dos trabalhadores do campo em direção às cidades médias e povoados próximos das áreas rurais.

Nesse sentido, Sader (1989), chama atenção que o significado da migração das famílias camponesas para a região do Bico do Papagaio, deve ser buscado:

(...) na luta desse campesinato pela manutenção da sua identidade e de sua reprodução enquanto produtor direto, conservando traços importantes de um sistema de cultura, hoje em vias de desaparecimento pela privatização crescente das terras nas áreas ditas de “fronteira agrícola”.

Ao chegar às terras devolutas, sem a presença dos patrões, a esperança da liberdade e autonomia para garantir a reprodução fortaleceu as unidades familiares. O sentido da produção camponesa é garantir a reprodução da própria família. Diferente da produção capitalista que visa à acumulação. Assim, baseando-se na interpretação marxista sobre a produção camponesa, Oliveira (1991, p. 52-53) assevera que uma:

(...) questão fundamental nos estudos sobre a produção camponesa é a distinção do movimento na circulação entre esta e a produção capitalista. Na produção capitalista temos para definir seu movimento a fórmula D-M-D na sua versão simples e D-M-D' na sua versão normal, ampliada, portanto. Enquanto na produção camponesa estamos diante do movimento expresso na fórmula M-D-M. Por conseguinte, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar. (...) Portanto, no ciclo M-D-M, a quantia de dinheiro que se obtém através da venda de uma mercadoria, vai ser consumida pela compra de outra mercadoria, em geral não produzida. Isto vale dizer que, nessa circulação, o dispêndio de dinheiro não guarda relação alguma com seu refluxo. O contrário ocorre com a fórmula D-M-D em que o refluxo do dinheiro está condicionado pela forma como foi gasto. Se isso acontecer, o processo não se completa e interrompe-se o ciclo da circulação capitalista.

Libertando-se das diferentes formas de subordinação e exploração nas terras de dono, ao chegar às terras livres, as famílias passaram a produzir para o autoconsumo. Produzindo mercadorias para serem trocadas por outras mercadorias que não produziam, mas básicas para a sobrevivência.

Saindo de uma situação de extrema escassez, as terras da região do Bico do Papagaio representava um grande “eldorado” para as mesmas, pois se depararam com terra livre e recursos naturais em abundância. Era o início de uma nova fase na trajetória de vida das famílias camponesas. Uma fase de liberdade e grande fartura para os camponeses de Petrolina (MA), Ciriaco (MA), Juverlândia (TO) e Olho d'Água (TO).

Dona Raimunda da Silva Souza, mãe de dona Terezinha, do povoado Petrolina, tem 74 anos, nasceu no estado do Piauí, migrou primeiramente para as terras do interior do município de Caxias (MA), posteriormente, partiu para Imperatriz (MA). Migrou *“porque aqui tinha muita terra para a gente trabalhar, e lá já estava difícil, dificuldade, e para cá era melhor para trabalhar, para sobreviver”*. E quando chegou, na década de 1960, obteve muita fartura com a produção do arroz.

Era a primeira roça de palha de arroz, que tinha plantado. Estava na palha de arroz ainda. Era bom para trabalhar, aqui nós tínhamos fartura. O meu marido botava uma roça mulher, a gente colhia tanto arroz, feijão, abóbora, milho, tudo, mandioca, batata, inhame, nós fazíamos fartura. Era só para alimentação, aí aquele arroz tirava da despesa do ano e o outro ele vendia para fazer o rancho, comprar roupa, rede, carne, essas coisas que precisava⁵⁸.

⁵⁸ Entrevista com dona Raimunda da Silva Souza, do povoado Petrolina, em 09 de dezembro de 2016.

Era o tempo da fartura da roça e, também, do coco. Poderiam realizar o extrativismo do babaçu livremente, do qual tiravam o azeite para cozinhar os alimentos e para fazer sabão, além de construírem suas próprias casas com as palhas da palmeira.

A coleta do babaçu poderia ser realizada pela família, assim como em grupos de famílias dos povoados. No âmbito unidade familiar, no período entressafra da roça, a camponesa-quebradeira saía para as matas, coletando coco. Juntavam e levavam para o quintal da casa, no povoado, para quebrar. A atividade não era genuinamente feminina, os homens também quebravam. Em grupo, as mulheres do povoado se reuniam para coletar e quebrar coletivamente. Deixavam as crianças mais velhas cuidando da casa e das crianças menores, e saíam com as outras companheiras para trabalhar.

Nessa época a prática do “adjunto do coco” era muito comum entre as mulheres. O adjunto é o nome dado à prática do mutirão realizado pelas camponesas-quebradeiras de coco. Dona Maria Raimunda⁵⁹ conta que:

Aí, juntava, pegava as cargas de coco em casa, botava adjunto para quebrar. Tinha vez que botava de 12 cargas de coco... de 20... e botava o mutirão de mulheres para quebrar. A Andreia tinha um mutirão hoje, aí juntava eu, você, a Neusa, aquele monte de mulheres e íamos quebrar os cocos dela, trocando os dias. Aí, outro dia ela ia para mim, no outro para você, no outro dia para outra e era assim... Os quilos que ela quebrava para mim, eu iria quebrar para ela também.

Assim como as terras dessa região surgiram para as famílias camponesas como um grande “eldorado”, de riquezas naturais, capaz de libertá-los do “cativeiro” das “terras de dono”, elas também tiveram essa conotação para os “homens de negócios” de outras regiões. Ao mesmo tempo em que novos camponeses, lavradores, buscavam as terras para a sobrevivência, esses “homens” a enxergaram como uma forma de enriquecimento rápido e fácil.

Com a disposição dos desbravadores, já em 1960, Imperatriz se tornou um grande produtor de arroz. Chegaram os homens de negócios de Anápolis, cidade que, por muito tempo, tinha servido de posto de abastecimento para o Norte. Iniciou-se o processo de exportação de arroz para Minas Gerais. É que “Minas produz arroz de melhor qualidade, mas o vende para os grandes mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, e consome o do Maranhão, ganhando na barganha”. Aliás, o arroz produzido em Imperatriz era muito bem cotado em Minas. Vieram de Anápolis os irmãos Guerra, Waldemar José da Silva, Waltair Mendes dos Santos, os irmãos Resende (Chamados Vermelho), Said, Bittar, Ximendes, a família Parreiras, atuando todos no setor comercial: compravam o arroz, abriam usinas de beneficiamento,

⁵⁹ Entrevista com dona Maria Raimunda Pereira da Silva, do Povoado Juverlândia, em 13 de outubro de 2016.

supermercados e atuavam também no setor hoteleiro. (...) Imperatriz se tornou o “novo Eldorado” para os homens de negócio de Anápolis (ASSELIM, 1982, p. 26).

Como a lógica da produção camponesa é fundamentada na produção e reprodução da sua própria existência, sem vislumbrar a acumulação, tal como ocorre na lógica da produção capitalista, os camponeses não se preocuparam com a titulação da terra. Partindo da ideia de que a mesma é um bem natural, produziam sem demarcá-las dentro das normatizações do direito constitucional. Tinham uma concepção diferente da dos novos migrantes que chegaram à região. Estes já vieram com a intenção de acumular, isto é, de construir grandes patrimônios, seja por meio da especulação ou da exploração dos bens naturais.

Transformando a terra em mercadoria, propriedade privada, os camponeses iniciariam mais uma fase tensa na história de suas vidas. Aos poucos as terras eram cercadas, e as famílias ficavam à margem das cercas e das estradas. Era o fim da “terra liberta” nessa região. Muitos camponeses foram expulsos, outros permaneceram nas terras sob a condição de trabalharem como parceiros (meeiros), peões das fazendas, e com a quebra de coco babaçu.

Nesse período, ainda da década de 1960, as famílias cultivaram o arroz nas terras de Petrolina (MA), Ciriaco (MA), Juverlândia (TO) e Olho d'Água (TO). O arroz era o principal produto comercializado nessa área, tanto que a estrada que liga o povoado Petrolina (MA) ao município de Imperatriz (MA) e de Cidelândia (MA) ficou conhecida como Estrada do Arroz.

Nesse período, já no final dos anos de 1960, o município de Imperatriz (MA) se destaca na comercialização do arroz, tanto para o mercado maranhense quanto para o do sudeste do país. Isso estava relacionado à sua posição geográfica, próxima ao rio Tocantins e a estrada Belém-Brasília, recém-criada. A qual permitia a comercialização não apenas do arroz produzido em suas terras, como também, o dos municípios de Sítio Novo, Amarante do Maranhão, Montes Altos, João Lisboa e Grajaú, no Maranhão; e Itaguatins, Sítio Novo de Goiás, Axixá, São Sebastião do Tocantins, Araguatins, Xambioá, em Goiás; e São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga e Paragominas, no Pará⁶⁰.

A produção do arroz e do babaçu passou a ser monopolizada pelo capital mercantil na região do Bico do Papagaio. As famílias arrendavam a terra de fazendeiros para produzirem como parceiros (meeiros), pagando-lhes renda em produto, ou produziam em áreas ainda não

⁶⁰ Velho (2013)

cercadas. Também trabalhavam nas fazendas, roçando juquira e plantando pasto, em troca de pagamentos de diárias de serviços. Segundo, dona Antônia⁶¹,

se apanhasse, o tanto de arroz que apanhasse, tinha que pagar. Tinha deles que eram um saco por linha, outros eram mais cruéis e botavam dois sacos por linha. Era assim a lida. Tinha vez que a roça dava tão pouco que não dava para pagar nem a renda e se pagasse ficávamos sem comer.

Quando os cultivos da roça eram insuficientes para pagar o arrendamento da terra, a produção do próximo ano já ficava comprometida. A renda do coco também poderia ser utilizada para esse objetivo. As famílias ficavam sujeitas aos donos das propriedades. Segundo, dona Antônia:

Quebrava coco para ir comprar de novo. Quando a roça não dava, no ano que era ruim de legume, aí tinha que ir no coco mesmo, era a salvação abaixo de Deus.

Ai ficava para pagar inteirando o outro ano, se caso desse certo. Ou então quando não era assim, o cara lá era bonzinho com a gente, o marido iria pagar com serviço, botava para roçar a juquira, botava para fazer qualquer serviço lá, para ir descontando né? Para pagar a conta. O negócio era cruel.

As famílias camponesas eram submetidas a diversas situações de humilhação. No extrativismo do babaçu, especificamente, essas situações eram comuns.

Mesmo com as terras cercadas, as famílias continuaram extraíndo coco babaçu, em família ou em forma de “adjunto”. A atividade era realizada pelas mulheres, e ocasionalmente pelos homens, que também trabalhavam com o coco, assim como as mulheres na roça. Essas duas atividades eram fundamentais no processo de reprodução das unidades familiares. Dona Maria Ribeiro da Silva⁶² narra com orgulho o trabalho que realizava com o seu marido, para criar os filhos e netos.

eu digo que eu não tenho vergonha do que eu fazia, eu quebrava o coco, trabalhava de roça, apanhava o arroz, capinava, plantava mandioca mais meu esposo, ele ficava ali e eu plantando, e nós criamos 10 filhos e três netos na luta, inclusive eu tenho dois netos ainda que eu crio. Ele faltou e eu fiquei lutando, é doído né? Porque nós trabalhávamos juntos.

Dona Maria ainda estava muito triste com a morte do seu marido, o qual lhe ajudou a criar os dez filhos e três netos. Declarou sentir falta do mesmo, pois trabalhavam juntos, lutando para garantir a reprodução da família. É nesse sentido que se entende a fala: “*ele faltou e eu fiquei lutando, é doído né?*”.

⁶¹ Entrevista com dona Antônia Maria Conceição da Silva, da Reserva Extrativista do Ciriaco, em 07 de dezembro de 2016.

⁶² Entrevista com dona Maria Ribeiro da Silva, da Reserva Extrativista do Ciriaco, em 07 de dezembro de 2016.

Apesar de trabalharem juntos, praticando a ajuda mútua nas diversas atividades da unidade familiar, no geral, havia uma divisão interna do trabalho. Embora tivessem com as terras cercadas, as famílias continuaram reproduzindo o seu modo de vida no âmbito do trabalho. Ao amanhecer, enquanto os camponeses trabalhavam nas roças, as camponesas faziam a coleta e a quebra do coco. A filha mais velha ficava em casa, cuidado das crianças menores. Os filhos e filhas poderiam também ser levados para o mato, para aprenderem as atividades dos pais.

Dona Maria da Conceição da Silva Santos considera que aprendeu a quebrar coco tarde, com 20 anos de idade, porque na divisão interna do trabalho da família, a sua função era cuidar da casa e das crianças.

Minha filha, eu aprendi a quebrar coco, eu já tinha 20 anos. Quando eu era criada com a minha mãe, eu nunca quebrei. Minha mãe não deixava. Não deixava assim, não era porque ela não deixava, era que ela tinha que fazer tudo, e eu tomei de conta de casa com 7 anos de idade. Eu com 7 anos já tomava conta dos meninos para ela poder botar os mantimentos dentro de casa com o meu pai. Meu pai ia para a roça e ela ia para o coco. Meu pai fazia na roça o trabalho da roça, e ela fazia o trabalho do coco para comprar o açúcar, o café, o óleo, a farinha, e, principalmente, o leite das crianças, que eu ficava olhando os meus irmãos. Ai eu tomei de conta de casa com 7 anos de idade. A dieta dela era só até acabar com o resguardo, depois que acabava o resguardo ela já estava com o machadinho nas costas para quebrar e eu que tinha que tomar conta da casa e ver os meninos⁶³.

Na fala da dona Maria da Conceição a importância do babaçu na unidade econômica familiar é destacada. Isso fica claro, quando ela conta que sua mãe mal esperava passar o período pós-parto, chamado de resguardo, e já iniciava as atividades da produção do babaçu. Ou seja, a importância desta produção estava essencialmente ligada à necessidade de reprodução.

Quando as camponesas levavam as crianças para o mato, estas aprendiam brincando. No meio dos montes de coco, as mães o partiam em quatro bandas, deixando apenas as amêndoas para elas retirarem. A brincadeira era uma forma de introduzir as crianças ao “universo” camponês. Consistia numa forma de socialização das crianças no interior da divisão de trabalho da família.

Tavares dos Santos (1978, p. 44-45) destaca que:

A reprodução da força de trabalho familiar efetiva-se pela procriação e complementa-se através do processo de socialização das crianças. Como a unidade produtiva camponesa condensa um núcleo familiar e um núcleo

⁶³ Entrevista com dona Maria da Conceição da Silva dos Santos, da Resex Ciriaco, em 08 de dezembro de 2016.

produtivo, nela vão confundir-se também a socialização primária, por meio da qual o indivíduo se converte em membro da sociedade, e a socialização secundária, através da qual o indivíduo adquire o conhecimento específico de papéis determinados pela divisão social do trabalho.

As camponesas-quebradeiras de coco de Petrolina (MA), Ciriaco (MA), Juverlândia (TO) e Olho d'Água (antigo povoado São Miguel do Tocantins) identificaram a prática da quebra do coco e os conhecimentos associados a ele, como uma “herança” deixada pelos pais. Orgulhosas diziam que apesar de não ter estudado, agradece a mãe por ter-lhes transmitido esse saber. Que graças a ele, pode sobreviver e criar os filhos. Dona Maria Ribeiro da Silva foi uma das que fez essa ressalva. Segundo ela,

(...) lá minha mãe, como era de primeiro, os filhos já endureciam e os pais já botavam para começar a trabalhar né, não é igual hoje que tem o estudo e tudo. O estudo tinha, mas não era assim. Porque pobre não podia colocar o filho na escola, porque era pesado. Não é igual hoje, que tem muita oportunidade, e já os filhos da gente não querem. E hoje eu digo assim, que sinto falta da leitura, mas na mesma hora eu dou graças a Deus, que minha mãe não me deu a leitura, mas me deu o trabalho, porque ela não podia né, era pobre⁶⁴.

Ao longo do dia, as crianças aprendiam a prática da quebra do coco e no final da tarde, as camponesas retornavam para a casa com os sacos de amêndoas, e as vendiam nos pequenos comércios dos povoados. Muitas vezes, as famílias nem pegavam o dinheiro, apenas trocavam as amêndoas pelos produtos necessários. Essas amêndoas eram levadas para a empresa de óleo OVIL-Óleos Vegetais Imperatriz Ltda, localizada em Imperatriz (MA), onde se concentrava uma parte da produção do babaçu da região do Bico do Papagaio⁶⁵.

De acordo com Regina Sader (1986) tanto a produção do arroz quanto a do babaçu estavam submetida a um “esquema de comercialização” subordinado ao capital mercantil. Considerando a análise da “economia política do babaçu”, realizada por Amaral (1990), pode-se afirmar que essas produções estavam subordinadas ao capital comercial e ao capital industrial emergente na região.

A partir do estudo das formas de organização econômica, social e técnica do extrativismo do babaçu no estado do Maranhão, Amaral (1990) realiza uma periodização do mesmo. Identifica a primeira fase do extrativismo como a “fase do predomínio do autoconsumo do babaçu”. Momento em que o produto era tido principalmente a partir do seu valor-de-uso pelos camponeses, apresentando-se com pouco valor no mercado. A segunda fase consiste na “fase da hegemonia do capital comercial”, entre os anos de 1914 a 1960,

⁶⁴ Entrevista com dona Maria Ribeiro da Silva, da Reserva Extrativista do Ciriaco em 07 de dezembro de 2016.

⁶⁵ Sader (1986)

quando capital comercial passa a organizar a produção do babaçu, o qual adquire valor-de-troca, e quando a sua produção assume caráter social. A terceira fase é a “fase da hegemonia do capital industrial, da extrato-indústria do babaçu”, depois de 1960, quando a indústria de transformação local da amêndoa é fortalecida ampliada.

De acordo com essa periodização, as camponesas de Petrolina (MA), Ciriaco (MA), Juverlândia (TO) e Olho d’Água (TO) estariam na fase da hegemonia do capital industrial, isto é, da “extrato-indústria do babaçu”.

Nesta fase, é a indústria que passa a controlar os mecanismos de funcionamento do conjunto de atividades, o que quer dizer, controlar todo o sistema de financiamento da produção e comercialização. Entretanto, essa indústria não penetra nas esferas da produção e do transporte da sua matéria-prima, ela mantém e reproduz a estrutura produtiva rural, apoiada na pequena produção mercantil, assim como a estrutura de comercialização, organizada pelos comerciantes-proprietários de terra e intermediários, ou seja, o capital industrial manteve e reproduziu esses sub-setores para que ele pudesse também reproduzir-se; fez isso através do comando do processo de alimentação monetária de toda a extrato-indústria (AMARAL, 1990, p. 39).

Mantendo e reproduzindo a “estrutura produtiva rural” criada no contexto da hegemonia do capital comercial, o capital industrial manteve, portanto, os “esquemas de comercialização” destacados por Sader (1986).

Nesses esquemas, o “quitandeiro” tinha um papel importante. Ele poderia ser, entre outros, um camponês, dono de um pequeno comércio, onde vendia produtos de consumo básicos, tais como: sal, querosene, pilhas, alguns remédios e produtos de higiene pessoal, para os camponeses. Para a autora, a importância do “quitandeiro” está associada a dois fatores, quais sejam:

(...) primeiro, porque concentra a produção do arroz ou do babaçu já descarçado pelas quebradeiras de coco, produzidos na área, ou parte dela se há outros comerciantes como ele no povoado; posteriormente vende-a a outro intermediário, ou mais raramente, diretamente para a usina de beneficiamento de arroz ou fábrica de óleo; segundo, porque frequentemente ele exerce o papel de usurário, adiantando dinheiro ou mercadoria de seu armazém, financiando a produção do arroz notadamente, mediante empréstimo cobrado a juros elevados (SADER, 1986, p. 142).

Os “quitandeiros” eram abastecidos pelos comerciantes de Imperatriz, ou pelos caminhoneiros independentes, ou empregados das usinas de beneficiamento do arroz. Além

do “quintandeiro”, havia outro tipo de intermediário, identificado como o “aventureiro”. O qual, ora comprava do “quitandeiro”, ora do produtor. Vivia do comércio ilegal⁶⁶.

As camponesas fizeram referencia aos “quitandeiros” como compradores do coco. Segundo elas, não faltavam compradores na região. Quando voltavam do mato com as amêndoas, já deixavam no armazém, onde trocavam pelas mercadorias que necessitavam.

A carência de alimentos foi destacada pelas camponesas, quando se referiam a troca do coco por alimentos nos armazéns. Todas enfatizam a importância do coco como um meio de sobrevivência, o qual impediu muitas famílias morrerem de fome. Dona Belisa, contou como era a situação de sua família no povoado Juverlândia (TO), disse que sua mãe:

la quebrar, pegava um tiquinho de arroz, fazia um mingau velho, dava para quem ficava em casa e ia para o mato, aí só comia à tarde. Aí a mãe da gente fazia, tirava o leite, aí botava no fogo, botava sal, se tivesse cebola botava, botava cheiro verde, aí nós pegávamos aquele arrozinho e comia. Era o jeito que a minha mãe fazia para nós. Tinha um negócio de cabeça de galo que eles batizavam com esse negócio, eu lembro. A minha mãe quebrava, dizia assim: “isso aqui é para mim comprar arroz”. Tirava logo o leite, “aí quando chegar, vocês vão vender os cocos, e eu vou ficar fazendo leite, para quando vocês chegar e trazer o arroz”. Aí a gente comprava aquele tiquinho de arroz, a querosene, tinha vez que não tinha para iluminar, tinha vez que não dava para comprar, ascendia um fogo no meio da casa e arroteava de menino comendo, e tudo contente.

Com o “cercamento” das terras pelos fazendeiros e grileiros, o extrativismo do babaçu ser tornou mais difícil, pois o coco ficou preso nas “terras de dono”. As camponesas dependiam da “boa vontade” do fazendeiro, para deixá-las entrar nas terras e coletar o babaçu. Muitos fazendeiros as proibiam. Porém, diante da carência de alimentos, elas acabavam passando por debaixo das cercas para “roubar” coco babaçu.

Dona Maria da Conceição disse que não viveu esse tempo, mas conta a situação vivenciada pela sua mãe.

Ah Minha filha, eu não alcancei esse tempo não, não é que eu não alcancei é porque eu não fazia, *mas minha mãe rasgou muito as costas roubando coco nas fazendas*, passando por debaixo de arame escondida arrastando saquinho, para botar distância. É como daqui até a casa da Faustina para o dono da fazenda não escutar nem um barulho de ar. *Minha mãe roubou muito coco para comprar leite para os meus irmãos*⁶⁷ (grifo meu).

Além da dona Maria da Conceição, que teve a costa rasgada ao passar por debaixo do arame das cercas, Dona Antônia se sentia humilhada com o fato de ter que depender da autorização dos fazendeiros para acessar os babaçuais, uma vez que, quando chegaram à

⁶⁶ Sader (1986).

⁶⁷ Entrevista com dona Maria da Conceição da Silva dos Santos, da Resex Ciriaco, em 08 de dezembro de 2016.

região, a terra era devoluta e não tinha fazendeiro. As camponesas podiam coletar coco onde quisessem.

É, essas que eu estava falando, da gente carregar, era tipo assim uma humilhação, porque quando a gente chegava, e não tinha os fazendeiros, não era assim. A gente chegou num lugar que não tinha fazendeiro ainda. Aonde a gente chegava, juntava, porque quebradeira de coco anda mais que pensamento de jumento. Aonde ela chega aqui, bate os pés no mundo, aqui não é bom e vai caçar outro lugar lá, e aí dificultou muito e assim ficou. Porque tinha que ajuntar, carregar, botar num lugar para fazer a barraca e quebrar. E antes não era assim. Nos princípios não foram assim. Mas aí a gente acostumou e caiu na real, quebrava mesmo, que era o jeito.

A chegada dos fazendeiros, o processo do “cercamento” da terra e, conseqüentemente, o apresamento do coco sujeitaram as famílias camponesas. Muitos fazendeiros permitiam a coleta do coco, com a condição de que as amêndoas fossem vendidas apenas para os mesmos. Caso contrário, não poderia entrar a terra. Dona Maria da Paz Pereira Silva⁶⁸, conta como isso acontecia.

Fui proibida, porque na época que eu vivia quebrando coco diariamente, eu entrei na terra de um cidadão e ele disse que, o que a gente quebrasse lá, tinha que vender para ele, não podia vender para outro. E eu vendi para outro, ele achou ruim (risos). Mas eu ia... É, se quebrasse na terra dele, e se quebrasse na terra dos outros, poderia vender para ele, que ele queria também. Ele comprava e despachava para fora, não sei para onde ele mandava, só sei que comprava da gente. E, eu comprava as coisas, café, açúcar, sabão, só não o querosene, mas comprava o óleo desse que o carro gira, a gente comprava para “iluminar”, na época não tinha energia.

Sem terra, as camponesas-posseiras eram obrigadas a se sujeitarem às condições e humilhações impostas pelos fazendeiros. O sr. Almerindo⁶⁹ também explica como era o “sistema”:

É, mas eu vou dizer para você como era o sistema do pessoal que comprava. Ela mesma nessa terra que estamos aqui, ela quebrou um monte de coco para o proprietário, mas ele mesmo era o comprador. Ela entrava mais uma companheira para quebrar o coco, uma hora dessas estava se aproximando de casa, levava lá um arroz cozido para comer lá e quando chegava lá para vender para ele, ele ria e dizia ‘Eu não tenho nenhum tostão, o que você vai querer?’. Ai deste coco ela levava um pacote de açúcar, um litro de óleo, as coisas todas eram do jeito deles, eles não repassavam o dinheiro, eles repassavam quando a pessoal muito exigia, quando acumulava o coco e a pessoa pedia para repassar o dinheiro no fim da semana, deles muitos faziam assim, desde o início era assim como estou dizendo e até quando foi criado o projeto extrativista era desse jeito que estou falando.

⁶⁸ Entrevista com dona Maria da Paz Pereira Silva, Reserva Extrativista do Ciriaco, 08 de dezembro de 2017.

⁶⁹ Entrevista com o sr. Almerindo Luz Lopes, Reserva Extrativista do Ciriaco, 08 de dezembro de 2017.

Sr. Almerindo estava se referindo a realidade vivenciada pela sua esposa, dona Camelita Luz Lopes. Assim como ela, muitas outras também tiveram essa experiência de escassez e de subalternização, que foi intensificada ainda mais com o processo de pecuarização das terras dessa região.

No estudo realizado por Sader (1986), ela mostrou que muitos donos de arrozeiras tinham terras na região do Bico do Papagaio, e que não tinham interesse de investir na “verticalização da produção”, isto é, em dominar o processo de “produção, circulação e beneficiamento do arroz”. Ao contrário, muitos investiram na pecuária. Através da parceria, arrendavam as terras para o camponês limpar a área da plantação do pasto. A limpeza era realizada por meio do cultivo do arroz, o qual, após a colheita, seria utilizado para o pagamento do arrendamento, juntamente com a entrega do pasto já plantado.

Além disso, Sader enfatiza que muitos donos de arrozeiras receberam incentivos fiscais da SUDAM e financiamentos do Banco do Brasil, e investiram na compra de terras para especular e criar gado. No caso de Imperatriz (MA), por exemplo, a pesquisa de Hebette e Marin (2004, p. 68 e 70), mostrou que no início de 1975, os financiamentos concedidos por esse banco e pelos recursos do PROTERRA, comportavam 148 projetos agropecuários, 85 agrícolas e 63 pecuários. Que um terço do financiamento agropecuário total beneficiava mais que 18 produtores, agrupados em 4 famílias e ocupando 25.000 ha no município.

Nesse contexto de ampla concentração fundiária, a sobrevivência das famílias camponesas se tornou cada vez mais difícil. A partir de pecuarização das terras, os fazendeiros passaram a devastar os babaçuais e dificultar a entrada das camponesas para coletar e quebrar coco. Entretanto, diante da opressão, humilhação e subalternização, as quais estavam submetidas entre a cerca e a estrada, somado ao “fim da terra liberta”, as famílias camponesas passaram a se mobilizar e buscar ajuda para resistir e lutar na terra. Não queriam migrar mais uma vez, abrindo mão do “seu lugar”, pois, reconheceram o direito de permanecer na terra, uma vez que foram os pioneiros do seu desbravamento.

1.3 O “cruzamento de arame”: resistência e luta pela terra em Juverlândia (TO) e Olho d’Água (TO)

Como bem destacou Martins (1991), o camponês-posseiro atuou como o grande desbravador das terras da Amazônia Legal, ou seja, como o seu amansador. Nesse sentido podemos entender a dificuldade da dona Carmelita Luz Lopes, assim como as demais camponesas e camponeses, em aceitar o processo de expropriação e expulsão perpetrado pelos agentes capitalistas, materializados nos fazendeiros e empresários com o apoio do Estado.

Depois de sucessivas expulsões, expropriações e de ter encontrado uma “nova” terra, desbravado e iniciado o seu processo de reprodução, a partir da sua concepção de vida e mundo, mais uma vez são afrontadas pelas ofensivas dos fazendeiros, agora, acompanhado fortemente pelo capital e o aparato estatal.

O processo de ocupação da terra e a formação dos povoados Petrolina (MA), Ciriaco (MA), Juverlândia (TO) e Olho d’Água (TO) na região do Bico do Papagaio reflete a situação de *fronteira*, definida por Martins (2009). Onde encontram-se e desencontram-se movimentos populacionais com diferentes racionalidades, concepções de vida e de mundo, pautados em regimes de propriedades distintos.

Estamos de fato diante de dois movimentos distintos e combinados de ocupação territorial, que ocupam de formas distintas e conflituosas entre si territórios via de regra já ocupados por sociedades tribais. Através do deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional, isto é, branca, se expande sobre territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de *frente de expansão*. Um segundo movimento é constituído pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território – é a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, a estrada, o juiz, o cartório, o Estado. É nessa frente que surge o que em nosso país se chama hoje, indevidamente, de pioneiro. São pioneiros das formas sociais e econômicas de exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e o Estado. Essa *frente pioneira* é essencialmente expropriatória porque está socialmente organizada com base numa relação fundamental, embora não exclusiva, que é a de compradores e vendedores de força de trabalho. Quando se dá a superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão é que surgem os conflitos pela terra. Embora essa distinção tenha forte peso analítico, ela nos ajuda entender e caracterizar as áreas de tensão social, a definir os seus personagens, a natureza do seu conflito. Basicamente, nessas áreas de superposição, dois regimes de propriedades, distintos entre si, entram em conflito: a posse, de um lado, e a propriedade privada, mais especificamente propriedade capitalista, de outro (MARTINS, 1991, p. 67-68).

Desse modo, a chegada dos fazendeiros, juntamente, com os demais agentes da “*frente pioneira*” provocou intensos conflitos sociais na região do Bico do Papagaio. Os “mineiros”, assim como eram chamados pelas famílias camponesas, tinham uma racionalidade capitalista, fundada no regime de propriedade privada da terra. Ao adentrá-la, iniciaram uma “caça aos posseiros” e “uma caça aos índios”⁷⁰, que já ocupavam essa região. As famílias camponesas-posseiras praticavam a posse como regime de propriedade, com uma racionalidade centrada na reprodução da vida, da família, e não da acumulação e da riqueza.

As famílias do povoado Juverlândia e de Olho d’Água experienciaram conflitos de terra na região do Bico do Papagaio, no período da ditadura militar, entre meados das décadas de

⁷⁰ Otávio Ianni (1979)

1970 e 1980. Os fazendeiros chegaram demarcando as terras como se as tivessem comprado, e proibindo os camponeses e as camponesas de fazerem roças e extraírem os produtos da floresta. Como as famílias não tinham documento das terras, passaram, então, a sobreviver sob ameaças, violências, expropriações e expulsões praticadas pelos tais “mineiros”, os quais tinham o apoio dos policiais. Muitos camponeses foram torturados e assassinados, assim como padres associados à Comissão Pastoral da Terra, que realizavam trabalho de base junto às famílias do campo.

Dona Belisa, do povoado Juverlândia, contou um pouco sobre o conflito que as famílias vivenciaram.

No ano de 80 até 70, por aí assim, eu não lembro do ano direitinho. Na época que mataram o padre Josimo, que foi um padre que deu muito apoio para nós. Foi em 86, isso estava um conflito tão pesado, os nossos maridos saíam pra roça e a gente ficava rezando, pedido a Deus que seguisse os passos dele e trouxesse para casa, para que não morresse na estrada ou lá na roça, no trabalho. Porque teve que morrer companheiro com saco de arroz nas costas que ia plantar e jagunço, pistoleiro matava a mando dos fazendeiros. Diziam que essas terras eram deles, e nós reivindicávamos, dizíamos que essa terra era nossa. Nós chegamos aqui tinha só mata e fera, nós que amansamos aquelas feras, que desbravamos as matas pra trabalhar e ninguém vendeu para eles. A nossa briga foi grande contra eles, contra o dinheiro, contra o poder, essa grande corrupção contra nós. Aí até que padre Josimo viu o nosso sofrimento, ele era um padre que chegou em São Sebastião, aí vendo a história, o nosso grito pedindo socorro e ele tomou as nossas dores né⁷¹.

Até a chegada dos fazendeiros juntamente com os seus pistoleiros, as famílias camponesas tinham liberdade de produzir suas roças e coletar coco babaçu. Porém, quando eles chegaram, segundo dona Belisa, “(...) *ninguém podia tirar mais nenhum cipó no mato, que estava o jagunço lá no mato com os revólveres, as cartucheiras cheia de bala e proibia a gente de tirar o cipó*”.

Dona Maria Luísa Monteiro Silva, contou que ela e o seu marido sofreram ameaças dos fazendeiros. Quando a perguntei sobre as ameaças, respondeu:

Nossa, tinha demais! Ameaçavam de bater, nunca bateram aqui não, sabe, mas ameaçavam. Um dia eu fui, tinha uma menina que a comadre da Elisa criou, a Aldenira, nós fomos pegar coco e eles já tinham feito uma cerca assim, nós estávamos juntando para carregar para casa, que nós faz mutirão em casa né, aí nós estávamos juntando assim, aí eu entrei apanhando coco e juntando aqui, um pouco lá e veio piripi piripi e chegou dizendo: "Não, não pode colocar dentro desse taião não, que eu já falei e vocês teimam, aqui tem uma vaca valente, não é para quebrar, eu já falei que não é para pegar coco aqui, quebrar coco aqui." Eu digo: 'Eu não tô nem quebrando'. "Mas eu não quero que apanhem". Eu digo: "Onde é que eu vou apanhar? Que vocês trouxeram o mundo todo e eu vou apanhar aonde?". "Eu não sei onde é que

⁷¹ Entrevista com dona Belisa da Costa Souza, do povoado Juverlândia, em 12 de outubro de 2016.

eu estou que eu ainda vou fazer uma coisa aqui com vocês um dia que eu ver vocês aqui". Assim, ameaçava sempre.

O meu marido foi tirar umas talas para fazer assim um giral, assim para colocar os sacos de arroz em riba, era talo de coco. Aí quando deu chegou lá com dois, todos os dois só andavam armados e era esporte e todo mundo olhando, era çangaceiro mesmo. Aí chegou lá ele disse: "Olhe, ele tá tirando uns talos". "É, para mim era pau, porque não é para cortar nenhum aqui." Desse jeito. "Não, eu tô tirando uns talos aqui para fazer um giral". "Ah tá, mas pau não é pra cortar nenhum". Um dia ele estava fazendo caeira de pau dentro da roça, e ele foi proibir, nós amarramos o jumento no capim que nós tínhamos plantado, e ele foi caçar conversa lá, nós apanhando arroz. Foi lá onde nós estávamos apanhando arroz, para mandar tirar o jumento naquela hora de lá, e o capim era nosso, que nós tínhamos plantado. Nós já fomos ameaçados foi muito, eu nem me lembro do tanto de vez, só que nós calava e ia pra justiça, levavam direto⁷² (grifo meu).

Diante das ameaças e das agressões dos fazendeiros, as famílias buscavam a justiça, porém não obtinham respostas favoráveis, pois a mesma estava aliada aos interesses dos fazendeiros. O principal apoio recebido pelas famílias foi dos padres e freiras, como o padre Josimo e as irmãs Lurdinha, Beatriz e a Madalena. Dona Belisa contou que escrevia cartas de denuncia e entregava para o padre e as irmãs, para que levassem às autoridades. Quando isso acontecia, a agressão diminuía, mas depois continuava novamente.

Marques (2000) destaca que a Arquidiocese de Goiânia e a Diocese de Goiás eram comprometidas com as lutas dos camponeses e trabalhadores rurais. Que, juntamente com a Prelazia de São Félix do Araguaia e a Prelazia de Marabá, localizadas no norte do Mato Grosso e no sul do Pará, formaram um grupo de Igrejas Progressistas atuantes. E, em 1973, os bispos produziram um documento de denúncia da situação agrária na região e a grande miséria a qual estavam submetidas às famílias, convocando a sociedade para lutar por transformações sociais.

Martins (1989) assevera que o envolvimento da pastoral católica na questão agrária está associado às transformações da sociedade brasileira. Estas modificaram as relações sociais tradicionais, abrindo espaço para a "invenção cultural", que ele entende a partir do viés político. Ou seja, mudanças políticas que surgem como uma legitimidade alternativa, oposta a legalidade vigente. Assim, compreende o sentido da "força" dos trabalhadores do campo, com a sua luta, a fala nova, o gesto novo, a canção nova e as novas formas de sociabilidades registradas.

A própria Igreja foi atingida pelas mudanças políticas da sociedade. Durante muito tempo permaneceu cooptada pela relação de dominação pessoal dos fazendeiros, instrumentalizada pela autoridade e interesses do grande proprietário de terra, praticando um

⁷² Entrevista com dona Maria Luísa Monteiro Silva, do povoado Juverlândia, em 12 de outubro de 2016.

catolicismo “cativo”. Porém, no seu interior havia contradições, segundo Martins (1989), pois, enquanto a base estava cooptada pelos grandes fazendeiros, as autoridades do topo da hierarquia religiosa estavam cooptadas pelo Estado. Entretanto, a partir da década de 1960, a Igreja entra em conflito com o Estado, e assumi uma postura autônoma dentro dessa estrutura de poder da sociedade. A partir desse momento buscou estabelecer sua própria base de legitimação política, fundada no apoio aos excluídos, posseiros, trabalhadores rurais, expulsos pela grande propriedade, migrantes e moradores pobres da periferia.

A Igreja sai de um “catolicismo cativo”⁷³ para um “catolicismo militante”⁷⁴, pautado nas relações cotidianas, de vizinhança, de solidariedade entre companheiros e no reconhecimento de igualdade de direito à terra.

Portanto, diante das ofensivas praticadas pelos agentes do capital em expansão na Amazônia legal, com o apoio do Estado militar, a partir dos anos sessenta a Igreja fez a opção pelos pobres e pela pastoral social. Assim, transformou-se num refúgio dos aflitos, das vítimas das agressões e perseguições dos fazendeiros, pistoleiros e policiais.

(...) A violência da expansão capitalista na Amazônia encontra pela frente uma Igreja vigilante e atenta aos direitos humanos, comprometida com os direitos dos pobres e oprimidos, voz dos que não têm voz. Uma Igreja comprometida com a dignidade do homem e consciente de que a libertação dos pobres passa pelo rompimento das cadeias que escravizam não só o seu trabalho, mas também a sua consciência (MARTINS, 1989, P. 87).

Nesse sentido, entende-se a atuação do Pe. Josimo Moraes Tavares, destacada na fala da dona Belisa e de outras camponesas entrevistadas. Pertencia à Prelazia do município de Imperatriz (MA), ex-pároco do povoado São Sebastião, no norte do antigo estado de Goiás, atual Tocantins, onde se dedicava ao trabalho de orientação e conscientização política das famílias camponesas. Costumava explicar sobre a importância da resistência camponesa na terra. Dizia que a mesma pertencia àqueles que nela produziam. Portanto, não deveriam sair, mas sim permanecerem firmes. Lutava pela reforma agrária na região do Bico do Papagaio.

Porém, assim como as famílias camponesas, as lideranças, os mediadores e os apoiadores foram duramente perseguidos, torturados e assassinados. O Pe. Josimo foi um deles. Ele vinha sofrendo ameaças e atentados, tanto que treze dias antes do seu assassinato advertiu as autoridades locais, o Ministério de Justiça e a Anistia Internacional que corria risco de vida. Mas, nenhuma atitude foi tomada. No dia 10 de maio de 1986, foi cruelmente

⁷³ Martins (1989)

⁷⁴ Sader (1986)

assassinado em frente ao escritório da CPT, em Imperatriz (MA), por um pistoleiro contratado por um fazendeiro do estado de Goiás, atual Tocantins (JORNAL SENHOR/289-30/08/86)⁷⁵.

Dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, de Olho d'Água (TO), contou um pouco sobre a história do padre Josimo na região do Bico.

A história do Pe. Josimo foi nos anos 80. E esse conflito já estava rolando desde os anos 70. E aí quando o Pe. Josimo chegou, nós já estávamos na luta pela terra. Já tinha muita gente que já tinha perdido suas terras, e estava reivindicando para fazer os assentamentos. O Pe. Josimo era da paróquia de São Sebastião e atendia aquela região lá: São Sebastião, Esperantina, Buriti. Ele era da Pastoral da Terra, que é uma pastoral da Igreja que trabalha na luta pela terra, e tinha um escritório aqui em Imperatriz. E o Pe. Josimo começou a organizar o povo, dar cursos bíblicos, falar dos direitos do povo (porque todo mundo sabe que o povo tem direitos quando está morando em um lugar). Falar dos direitos do povo incomoda também quando a pessoa está querendo alguma coisa diferente. Aí, aquele ensinamento que eles estavam fazendo (orientando o povo) foi incomodando eles até que eles não aguentaram mais e reuniram os fazendeiros que tinham na região e mandaram matar ele. Eles fizeram muitas e muitas reuniões para poder matar ele. Teve tentativa... Uma vez tentaram matar ele no caminho de Buriti para Augustinópolis e não conseguiram e nesse dia conseguiram. Só porque o Pe. Josimo era a favor do trabalhador e orientava pelo caminho do direito.

O depoimento da dona Raimunda vai ao encontro das informações dos arquivos da CPT Norte II, sobre a morte do Pe. Josimo. O pistoleiro que o matou, Geraldo Rodrigues da Costa, foi contratado pelos irmãos Osmar Teodoro da Silva, vereador pelo PMDB, no município de Augustinópolis, no antigo estado de Goiás, atual estado do Tocantins, e Guiomar Teodoro da Silva. Além deles, o sr. Geraldo Paulo Vieira, o funcionário público Adailson Gomes Vieira, sr. Nazaré Teodoro Silva e Osvaldino Teodoro Silva também foram acusados de tramarem a morte. Todos os fazendeiros ou envolvidos com os fazendeiros que temiam a mobilização política dos camponeses na luta pela terra, luta pela reforma agrária na região do Bico do Papagaio. As mobilizações e manifestações eram reprimidas pelas milícias e “Sindicatos do Crime” existente na região (dossiê CPT).

Além da repressão às manifestações dos camponeses mediados pela Igreja, por sindicatos e organizações, e das expulsões realizadas pelos fazendeiros e pistoleiros, estes atuavam na destruição das roças e em ataques, ameaças e torturas aos camponeses e trabalhadores rurais, como relatou dona Maria Luísa anteriormente. Para se defender, as famílias passaram a trabalhar em mutirão. No povoado Juverlândia, dona Belisa fala sobre as roças coletivas que realizavam como estratégia de defesa e resistência.

⁷⁵ Arquivo da Comissão Pastoral da Terra, regional II.

Nessa época, nesses anos do conflito, os homens faziam roça. Para fazer a roça para um, tinha que ir 40 homens, era 20 na foice, era 20 e 20 trabalhando para desbravar um pedaço de mata para fazer roça para pessoal. Era muito difícil, foi muito difícil, mas nós vencemos essa causa. Aí eles começaram, não levou mais na agressão, levou no tapinha de amigo com coração cheio de maldade. Até hoje, como tu vê, o governo como é que faz contra nós, mas ele não tá mandando matar ainda na bala né. Que naquele tempo o juiz de direito só dava direito para os fazendeiros, só dava o direito para aqueles grandes que tinham dinheiro. A polícia vinha também prender, foi muito companheiro preso nessa época aqui no Bico do Papagaio, e foi geral, as comunidades todas. Se tu ver as Sete Barracas, Sete Barracas foi um lugar no conflito tão pesado que até hoje os companheiros têm uma terra coletiva, tiraram um documento só porque não podia trabalhar sozinho, a terra de lá é só uma terra em geral. Quer dizer que se alguém mexer na ponta daquela terra, tá mexendo com a comunidade toda do assentamento. A terra coletiva porque a gente achou, lutou pelo sindicato, aí tinha que fazer aquela terra coletiva para ver se o povo trabalhava junto para evitar de tá morrendo de um a um, um em cada roça, um em cada terreno.

Segundo Sader (1986), as roças coletivas nasceram no povoado São Pedro d'Água Branca, localizado anteriormente no município de Imperatriz (MA), onde os posseiros enfrentaram grandes conflitos com os grileiros. Ao perceberem que estes os atacavam justamente quando trabalhavam sozinhos na mata, começaram a se organizar para trabalharem em mutirão⁷⁶. Como uma estratégia de defesa e resistência contra a expulsão e invasão dos fazendeiros, as roças coletivas foram adotadas em diversos povoados do norte do Tocantins, antigo Goiás, como em: Sampaio, Centro dos Mulatos, Samaúma, Santa Luzia, São Miguel e Sítio Novo.

A referida autora assevera que o campesinato da região do Bico do Papagaio resistia às ofensivas dos grileiros e policiais, organizados dentro e fora da institucionalidade. Através de diferentes meios buscaram enfrentá-las, seja com violência ou não. O conflito ocorrido no povoado Sete Barracas, destacado no depoimento da dona Belisa, foi resultado de uma reação dos camponeses contra as ações violentas dos fazendeiros e seus pistoleiros. Estes colocaram os gados para destruírem as roças das famílias, como estratégia de expulsá-los da terra. Em contrapartida, alguns deles foram capturados e assassinados pelos camponeses, que, por sua

⁷⁶ Andrade (2005) analisa as estratégias de resistência das famílias das camponesas-quebradeiras de coco babaçu no estado do Maranhão, e assevera que o mutirão era uma delas. Ressalta que, com a proibição dos fazendeiros ao acesso das famílias aos babaçuais, e o seu arrendamento, grupos de mulheres, homens e crianças se reuniram e "(...) passaram a romper as cordas que sustentavam os chamados *jacás*, cestos carregados nos lombos dos animais, cheios de coco. Chegaram a queimar *jacás* e *barracões*. O clima de tensão se tornava cada dia mais agudo. Diante do avanço das famílias, em meados dos anos de 1980, os proprietários, em represália, passaram a derrubar as palmeiras, inicialmente com machado e, depois, com máquinas. Nesse momento, a rebelião se espalhou, atingindo toda a região. Estava instalada a luta não apenas pelo acesso aos palmeirais, mas pela terra. Instaurava-se uma verdadeira guerra envolvendo, de um lado, as famílias camponesas e seus aliados, principalmente a Igreja Católica e, de outro, proprietários de terra, pistoleiros, vaqueiros, delegados de polícia, políticos (ANDRADE, 2005, p. 179-179).

vez, sofriam com a “justiça” das autoridades locais. Os policiais eram favoráveis às ações dos fazendeiros e pistoleiros, o assassinato de um fazendeiro e a sua esposa no povoado Sete Barracas, próximo ao município de Axixá (TO) e Sítio Novo (TO), foi o estopim para a execução de punições e torturas de todos os tipos.

Além das roças coletivas, as famílias usavam outras estratégias de defesa contra os fazendeiros, pistoleiros e policiais. Em situações de conflito fugiam para a mata para se esconderem, enquanto mulheres e crianças mais velhas ficavam no povoado, esperando que eles fossem embora, para avisarem aos pais. Dona Belisa descreveu como isso acontecia:

o conflito era tão pesado, deixa eu te dizer, tinha o gerente de um fazendeiro que morava na comunidade, que disse que era para limpar essa comunidade, e não é que aconteceu. O padre foi celebrar uma missa e nesse dia esse gerente foi matar um vizinho nosso, porque estava dizendo que ia fazer 20 linhas de roça e ele disse que não fazia, e ele disse: Eu vou mostrar para todo mundo que o senhor não faz. Ele foi matar o rapaz na casa dele, o rapaz derrubou ele na porta. E depois da morte desse gerente, minha filha, teve dia, teve semanas que para mulher dormir com as crianças juntava 40 homens, 20 ficava da entrada do Axixá para cá e 20 ficava da entrada de Sítio Novo para cá, para ver que... Eles mandavam dizer ainda, que vinham tocar fogo nas casas. Naquele tempo as casas tudo era desse jeito, olha, tudo de palha, tudo coberta de palha, e ele dizia que ia tocar fogo em todas as casas com o pessoal dentro, com nós dentro de casa. E os homens iam para fazer a segurança, ficava sem dormir, de um lado e outro da estrada, da onde entrava e onde saía, foi quando nós libertamos, foi através da nossa força. Foi uma luta difícil, mas nós vencemos. Foi verdade que morreu companheiro, foram muitos companheiros presos, mas graças a Deus ainda ficou um grupo de pessoas para contar a história. Meu filho mais velho, nessa época era criança. A gente deixava ele com uma baladeira em casa para quando a polícia chegasse e os jagunços, que perguntasse: ‘Cadê teu pai, cadê tua mãe?’ Dizia: ‘Ah, não sei não, você é que sabe, vocês não andam atrás deles?’ Aí quando esse povo fosse embora, aí a gente dizia para onde ia na mata, as varedas, porque ele ia naquelas varedas e podia sair com baladeira ou badogue. Se eles perguntasse: ‘Ei rapaz, pra onde é que tu vai?’ Ele dizia: Eu vou olhar as minhas arapucas. Que ia avisar para nós, que eles já tinham ido embora. E muitas vezes eles faziam que iam embora e se escondiam na vareda no mato, dizendo que já tinha ido embora. Aí nós deixávamos para o menino dizer assim para nós, e quando ele não visse mais eles de jeito nenhum, que andasse naquelas varedas e não visse nenhum motivo era para eles ir lá e dizer. Não, eu mato. Os pais tudo no mato, como se tivesse matado, como que tivesse roubado, cansei de roubar um pozinho de café da minha lata de café e um açúcar por trás, entrando pela porta da cozinha e levava para mato para ferver numa lata, fazia aquele café e nós tomávamos no mato, enganchava umas latinhas nas garras de pau, picava fogo em baixo e fervia e botava café e açúcar e bebia lá no mato. Minha filha, eu fiquei tão magra, mas tão magra, se caísse um pedaço de sabão aqui dentro dessa cantareira eu perdia, não achava mais não, de magra sabe, até eu me sentia envergonhava junto das minhas colegas quando eu ia tomar banho (...), mas graças a Deus eu venci e todas vencemos.

Dona Belisa revela a luta e a resistência camponesa na terra e pela terra. Até as crianças foram inseridas na dinâmica do conflito, nas estratégias de defesa das famílias. Isso é significativo na lógica que rege a unidade familiar. Uma lógica pautada na ordem moral camponesa, substanciada nos valores, costumes e na própria luta e resistência em defesa de um projeto de vida e de sociedade⁷⁷. Estamos diante de uma fração do campesinato que não se rendeu à violência, à ameaça e as prisões.

O irmão do senhor Jorge Monteiro Silva, esposo da dona Maria Luísa, do povoado Juverlândia, foi torturado pelos policiais a serviço dos fazendeiros. Suspeito de ser o assassino do gerente da fazenda, identificado por dona Belisa, o irmão do sr. Jorge teve um cigarro aceso e colocado debaixo da sua axila para que confessasse o crime. Mas, mesmo diante da tortura, resistiu bravamente.

Em determinadas situações, as famílias não viam outra alternativa além do enfrentamento direto. Esta foi uma estratégia de defesa utilizada contra o próprio Estado, representado pelo GETAT, também. Os agentes desse órgão se instalaram no povoado, com o discurso de que estavam do lado dos camponeses. Falaram que os mesmos receberiam os títulos das terras, assim, deveriam esperar até os receberem, para iniciar as plantações. Porém, na verdade, os agentes estavam defendendo os interesses dos fazendeiros e pistoleiros. Quando as famílias notaram que estavam na terra, sem produzir e sem alimentos, reagiram contra as determinações do órgão.

A conquista da terra continua a briga, continua assim, o GETAT que era o órgão do governo naquela época fazia reunião, se hospedava aqui, trazia aquelas barracas, ficava morando aqui dentro da comunidade, dizendo: ‘Tô do lado de vocês, vocês não vão mais invadir nenhuma terra, que nós vamos dividir as terras, nós vamos botar cada um no seu pedaço de terra’. Aí o povo começava a calar, quando via que ia vencer o ano e não tinha roça de jeito nenhum, aí já se danava contra o GETAT, que era um órgão do governo pra dividir as terras. Aí eles entravam, fazia mutirão e enfrentava o GETAT: ‘Agora nós vamos fazer nossas roças, que nós vamos morrer de fome, ficam dizendo que vão dar um pedaço de terra pra cada um e nós não vamos mais esperar não’. E eles entravam e faziam por conta própria, assim foi que a gente conseguiu a terra⁷⁸.

O depoimento da dona Belisa revela o “olhar” das autoridades governamentais, via GETAT, sobre as famílias camponesas, que foram as desbravadoras das terras dessa região. Destorcendo a realidade, eram tidas como invasoras, que não precisariam mais “invadir” as terras dos “reais” proprietários, pois receberiam o título das terras. Quando na verdade, o

⁷⁷ Bomdardi (2005).

⁷⁸ Entrevista com dona Belisa da Costa Souza, do Povoado Juverlândia, em 12 de outubro de 2016.

invasor era o fazendeiro, o grileiro, “os mineiros” e os “empresários”, que buscavam a terra para especular, acumular e enriquecer. Os quais, por sua vez, recebiam a proteção do Estado.

Na verdade, o GETAT, criado em fevereiro de 1980 pelo Decreto nº1767, além de está destinado à distribuição de títulos de ocupação de terra na região do Araguaia e Tocantins, fazia parte de um conjunto de táticas militares para administrar os conflitos sociais ligados à questão agrária na Amazônia, e em todo o Brasil⁷⁹.

A criação do GETAT estava associada às políticas da “contra-reforma agrária” realizada pelos governos militares, que após o golpe de 1964, iniciaram uma política de reforma agrária conservadora, voltada para atender os interesses da classe burguesa brasileira. Uma reforma agrária que desconsiderou o movimento da “reforma agrária de fato”, que ocorria na Amazônia Legal, por exemplo⁸⁰.

Ianni (1979) assevera que, com um tom conservador, a reforma agrária dos militares estava inspirada na preocupação com os antagonismos sociais crescentes no Nordeste. Onde a prática da repressão política contra todas as organizações e lideranças, que buscavam representar os interesses do campesinato e proletariado do campo, eram comuns. A partir do golpe de 1964, proibiram-se as ligas camponesas, e os sindicatos passaram por intervenções diretas.

No estado do Maranhão, Almeida (2015) ressalta que os sindicatos se desenvolveram a partir das resoluções aprovadas na II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo, no ano de 1954. Onde se reuniram 308 trabalhadores rurais e camponeses (parceiros, rendeiros, foreiros e meeiros), com o objetivo de lançar uma campanha de assinaturas, para reivindicar do Congresso Nacional uma reforma agrária democrática, distribuindo os títulos das terras àqueles que nela trabalhavam.

Tomando como ponto de partida a II Conferência, no mesmo ano foi criado no Maranhão a Comissão Estadual de Reforma Agrária. A partir dela, os militantes passaram a percorrer todo estado orientando a formação de outras comissões com o mesmo objetivo, coletar o máximo de assinaturas para lutar pela reforma agrária. Era o início da ampla formação e institucionalização de associações de trabalhadores rurais e camponeses no estado. Os quais eram mobilizados a partir dos conflitos causados pelas práticas constantes de invasões de roças pelo gado dos grileiros, bem como as falsificações de documentos cartoriais para apropriação privada da terra.

⁷⁹ Martins (1985).

⁸⁰ IANNI, 1979.

A intensificação dos conflitos estimulou a criação das associações como forma de resistir e lutar contra as práticas dos grileiros, que além da invasão da roça e da falsificação de documentos, também promoviam a expropriação e a exploração dos camponeses e trabalhadores rurais. Praticavam o açambarcamento das terras, ora expulsando as famílias para as áreas mais distantes, ora obrigando-as a trabalharem sob a condição do pagamento da renda, como vimos nos depoimentos das camponesas-quebradeiras de coco.

Desta feita, a partir de 1956, criou-se a Associação de Trabalhadores Agrícolas do Maranhão, que buscou lutar pela autonomia no processo de produção e circulação dos produtos da roça e do babaçu. O nível de organização das associações, bem como o reconhecimento da importância política das lutas, aumentou. Do mesmo modo, as perseguições e processos de cooptações das lideranças também. As demandas apresentadas pela A.T.A.M ao governo estadual não eram atendidas, o que a levou buscar as orientações e o apoio do governo federal, assim como outras entidades fora do estado, em São Paulo e Rio de Janeiro⁸¹.

Almeida (2015) destaca que o contato da A.T.A.M com as autoridades federais, no período em que o Brasil foi governado pelo Presidente João Goulart, fortaleceu a entidade diante das pressões do poder regional. Entretanto, as perseguições aos militantes aumentaram consideravelmente, assim como atos de violências, que ganharam maior expressão com o golpe de 1964.

Ainda em 1963, foi fundado os Sindicatos dos Produtores Autônomos do Maranhão, com o apoio da A.T.A.M, os quais foram duramente combatidos, tendo os seus líderes presos e intimidados. À medida que se expandia o processo de politização dos camponeses e trabalhadores rurais, aumentavam os casos de perseguições, prisões, ameaças e torturas, dos quais podemos destacar, os exemplos do sr. Manuel da Conceição e o sr. João Palmeira.

O líder camponês sr. Manuel da Conceição foi um dos que sofreu os processos de expulsão e expropriação perpetrados pelos grileiros no Maranhão. Morou em Itapecuru, em Pirapemas, de onde foi expulso para as terras do município de Bacabal e, posteriormente, para Pindaré-Mirim e o rio Carú. O sr. Manuel lutou ativamente em defesa dos direitos das famílias camponesas e de trabalhadores rurais, em pró da reforma agrária. Em pleno regime militar, com a intensificação das perseguições e violência contra os sindicalistas. Foi baleado

⁸¹ (ALMEIDA, 2015).

em sua perna direita, preso e não recebeu os atendimentos médicos necessários, o que resultou na amputação da mesma⁸².

O sr. Manuel da Conceição continuou na luta juntamente com os camponeses e trabalhadores rurais do estado. Em 1972, foi preso novamente, e levado para São Luís, e depois para o Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza onde permaneceu preso no quartel do Exército do 5ª BIS. Com o apoio internacional, foi solto, mas novamente preso. Daí recebeu apoio da Anistia Internacional, exilando-se em Genebra, na Suíça, em 1979, retornou ao Brasil, juntamente com a sua família.

O sr. João Palmeira Sobrinho ex-presidente do S.T.R. de Imperatriz foi assassinado por jagunços em 1975, quando estava trabalhando em sua roça juntamente com outros camponeses. Eles foram atacados, tentaram resistir, mas foi morto entre tiros e ataques de facão⁸³.

As lutas das famílias camponesas e dos trabalhadores rurais organizadas em associações e sindicatos no estado do Maranhão tiveram forte influencia das organizações nacionais. Após o golpe militar foram duramente perseguidas, tendo os seus líderes intimidados, presos, torturados e assassinados. O governo assumiu uma postura de combate à conscientização e politização da sociedade como um todo, em especial aos camponeses e trabalhadores rurais.

A criação do GETAT estava associada aos níveis de atuação desenvolvidos pelos governos militares, para dificultar a politização dos camponeses e trabalhadores rurais, a problematização do direito de propriedade e das suas consequências sociais. O primeiro nível consistia em desmobilizar os grupos locais, que surgiam a partir dos conflitos. O segundo nível era a desmoralização das lideranças, sobretudo, das mediações- sindicatos, Igrejas, grupos de apoio. E, o terceiro nível consistiu na criação de instituições e atividades de intervenções diretas do Estado e dos militares na vida cotidiana dos camponeses e trabalhadores rurais, como o GETAT, por exemplo. O qual além de distribuir títulos de terras, também ofereceu suas instalações como cárcere de trabalhadores no município de São Geraldo do Araguaia, e interviu diretamente em eleições sindicais em Conceição do Araguaia, no estado do Pará⁸⁴.

(...) A ação do GETAT foi dirigida para obtenção de acordos, mediante os quais os trabalhadores aceitaram frequentes vezes um pedaço menor de terra do que aquele a que tinham direito. Foi uma forma de proteger os interesses

⁸² (ALMEIDA, 2015).

⁸³ As informações sobre a formação da A.T.A.M e os sindicatos no Maranhão, aqui utilizadas estão no livro de Almeida (2015).

⁸⁴ (MARTINS, 1985).

dos grandes proprietários e das grandes empresas, de modo a evitar que perdessem para os trabalhadores mais terra ainda ou até mesmo a totalidade de suas fazendas. Todos os meios têm sido utilizados: desde a persuasão até a ameaça, não faltando a violência (...) (MARTINS, 1985, p. 24)

Isso ficou claro na descrição da dona Belisa sobre a atuação do GETAT no povoado Juverlândia. Depois do intenso conflito vivenciado, as ameaças, as torturas e violências, bem como, as diferentes formas de enfrentamento, defesa, portanto, de resistência, as famílias tiveram suas terras cortadas por esse órgão. As famílias que não conseguiram terra, mais tarde foram assentadas pelo INCRA no PA São José, próximo às terras do povoado.

Cabe ressaltar que a divisão das terras pelo INCRA significou uma conquista para as famílias do povoado Juverlândia, que tanto sofreu e resistiu às diversas formas de violência perpetradas pelos fazendeiros, grileiros, pistoleiros e policiais. Mas, é importante destacar ainda o caráter autoritário e arbitrário dessa divisão de terras, pois não levou em consideração configuração espacial criada pelas famílias camponesas. Muitas receberam lotes em áreas distantes do povoado, de 3 a 13 km de distância, o que dificultou o trabalho cotidiano. Para garantir a produção de alimentos da roça e do babaçu, precisam revezar o tempo entre a casa e o lote. A casa permaneceu no povoado, onde tem acesso à escola, posto de saúde, mercadinho e o acesso mais rápido à cidade. No lote mantiveram as roças com o barraco para quebrar coco. Algumas famílias coletam coco no lote e trazem para quebrar no fundo do quintal⁸⁵.

No contexto dos conflitos que envolveram as famílias do povoado Juverlândia, os camponeses de Olho d'Água vivenciaram uma situação um pouco diferente. Eles estavam situados no povoado São Miguel, no antigo município de Itaguatins, no estado de Goiás, que foi transformado no município Samambaia, e, em seguida, em São Miguel do Tocantins, a partir do crescimento que obteve com a chegada dos migrantes.

A família Calixto morava no povoado, e tomava conta de um sítio das freiras nas terras do município. Quando elas foram embora, o sr. Calixto comprou o sítio, mas continuou na área do Caldeirão, onde sprimeiro situou. Aos poucos, os fazendeiros chegavam, dizendo que eram donos das terras, e as cercavam, expulsando os camponeses da área.

Segundo dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, filha do sr. Calixto, a estratégia dos fazendeiros era comprar as casas das famílias, que moravam no meio da mata. Diziam que elas teriam uma melhoria de vida, iludindo-as para que as vendessem. Depois que compravam, passavam a ameaça-las e expulsá-las.

⁸⁵ Esse assunto será analisado de forma mais detida no quarto capítulo deste trabalho.

Nós chegamos aqui em 52 (porque eu nasci em 53, eu já nasci aqui). Aí nos anos 70, 72 (eu estava com quantos anos?... 20 e poucos anos) quando ela (mãe) chegou tinha mata, porção, tudo quanto era animal silvestre, todas as coisas, até onça. Depois foi acabando, passando muito tempo depois que o fazendeiro começou a comprar umas taperinhas do povo, porque tinha as casinhas de barro e de palha lá dentro do mato. ‘Eles’ ameaçavam o povo e comprava as casinhas deles, dizia que eles iam ficar muito bem, os iludiam, comprava as casinhas e os mandavam sair, ir embora. Foram comprando e a mãe ficando ali no meio e quando ela pensou que não, eles começaram a fazer um pique para passar a cerca já dizendo que o terreno era deles. Até o sítio nosso, só ficava um pedacinho, porque a área lá é mais de cinco alqueires, aí ficava só um pedacinho da bolinha onde a mãe morava⁸⁶.

Dona Raimunda explica como os fazendeiros foram se apropriando das terras. A família Calixto ficou cercada, mas resistiu. Dona Augusta, mãe da dona Raimunda, não aceitou vender as terras e a casa. Sofreu muitas ameaças, ordem de despejo, mas resistiu, e foi em busca dos seus direitos junto às autoridades externas ao município.

Lá tinha quatro famílias que andavam juntos, (para) todos os lados que iam, eram essas quatro. E ao redor tinham mais pessoas, só que as pessoas eram muito nervosas e tinham medo de morrer. Porque quando ‘eles’ vinham, vinham querendo matar mesmo. Minha mãe teve muitos filhos, ela teve 18 filhos, mas quando chegava a polícia aqui em São Miguel, que era comunidade, e dizia nós vamos lá para as terras dos Calixto, o pessoal que conhece a gente (que começou a cidade, o local) dizia assim: ‘Olha, vocês vão para lá, mas lá é muita gente! Aquela mulher tem 18 filhos!’. Eram 18 filhos com meu pai e mãe 20 e com minha vó, 21. Quando a polícia chegava lá com os pistoleiros, achavam minha mãe, minha vó e às vezes os meninos pequenos em casa. Eles ficavam com medo e achavam que nós estávamos todos na trincheira, pensando que botávamos trincheiras para pegar eles. Eles não viam ninguém porque estávamos todos trabalhando, fazendo as coisas, um para um lado, o outro para outro, todos jovens. Então, não faziam nada com os três, porque não sabiam onde a gente estava. Enquanto que nós nem estávamos sabendo que ‘eles’ estavam vindo. Eles pensavam que estávamos ali na trincheira para na hora que acontecesse alguma coisa, pegá-los. Aí não acontecia. O povo dizia: ‘Lá é muita gente’, mas quando eles chegavam lá não achavam esse povo. Com isso, foi indo até quando a mãe andou, ela foi em Brasília, ela foi no Trinta, tudo atrás dos direitos dela, porque estava muito tempo morando na terra⁸⁷.

A linguagem da dona Raimunda ao descrever o conflito chama atenção para o contexto de guerra vivenciado em toda a região do Bico do Papagaio, tanto na porção do estado do Tocantins, como na do Maranhão e Pará. Além disso, deixa claro em seu depoimento o significado da terra para a família, justamente, a “terra de trabalho”, ressaltada por Martins

⁸⁶ Entrevista com dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, de Olho d’Água, em 18 de outubro de 2016.

⁸⁷ Entrevista com dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, do povoado Olho d’Água, em 18 de outubro de 2016.

(1991). Enquanto, os agentes do capital e do estado esperavam uma “trincheira” de ataque, os membros da família estavam trabalhando na produção de alimentos para a reprodução da família.

É importante destacar ainda o protagonismo da camponesa dona Augusta Siqueira Paixão, mãe da dona Raimunda, na busca pelos seus direitos e na luta pela terra. A experiência da escassez nas terras maranhenses deu “força” e estímulo à luta. Após sucessivos episódios de subordinação nas “terras de donos”, de humilhação, expropriação e expulsão, finalmente a família Calixto tinha conseguido um pedaço de terra. Portanto, era inconcebível para dona Augusta Siqueira Paixão e o sr. Calixto Nunes da Paixão não resistir.

Na verdade, essas experiências podem ser entendidas como germens da consciência política dos camponeses. Mesmo na ausência de uma organização, sindicatos, que os apoiassem nesse momento, não desistiram. Dona Raimunda disse que a Igreja, que apoiou fortemente as famílias de Juverlândia, ainda não se envolvia muito, porque tinha medo.

Ela não tinha muito a quem recorrer. Nesse tempo não tinha ainda nenhuma organização aqui na região. Não tinha sindicato, o que tinha era só a Igreja, mas só que a igreja também não se envolvia muito com essas coisas não porque eles também tinham medo de morrer. É... O pessoal: o padre, o pessoal. Eles nem davam muita orientação sobre essas coisas porque eles também tinham medo porque naquele tempo era o tempo do regime militar, não é? Então, ninguém podia falar muita coisa. Era muito difícil para as pessoas porque qualquer coisa que a gente falasse você ia ser massacrado, por que o regime militar era fogo. Aí, a mãe foi mesmo por conta. Ela não teve muita orientação de ninguém não. Ela foi por conta, por que ela sentiu a necessidade porque quando eles vieram do Maranhão, eles já vieram porque lá não tinha lugar para eles morarem. Lá não tinha terra para eles trabalharem e aí quando chegou aqui ela já começou a trabalhar na terra e já tinha um lugar que ela podia dizer que era dela. De repente, apareceram as pessoas falando que eram donos e ela sentiu a necessidade de lutar e caiu na luta, por que ela tinha os filhos dela para criar e não tinha a quem recorrer, aí ela foi caçar os direitos dela e mais meu pai. Tinha mais uns amigos que sempre andavam juntos, mas nessas viagens longas assim quem ia era ela mais meu pai⁸⁸ (Grifo meu).

Dona Raimunda revela em sua fala o germen da consciência política na experiência da sua mãe, dona Augusta. Quando a família viajava em busca de apoio para permanecerem na terra, pagavam uma taxa ao GETAT. Essa taxa foi paga durante 15 anos. Tinha um documento que comprovava o cadastro da terra junto ao órgão público, o qual foi importante

⁸⁸ Entrevista com dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, do povoado Olho d'Água, em 18 de outubro de 2016.

no processo de luta. Até receber o título definitivo da terra as famílias viviam num clima de terror, ameaça e violência, como descreve dona Raimunda.

Com a nossa família não teve por causa daquilo que eu te falei, mas já entraram lá e botaram uma irmã minha, que era pequena, na frente, para ir mostrar onde o pai estava. Já encheu de polícia lá também. Só não fez bater e nem matar ninguém nosso, mas aqui na região morreu muita gente. Depois dessa luta que começou aqui, foi se expandindo aí por essa região do Bico de Papagaio. Aqui tem história no Bico do Papagaio. Eles queimaram casa, enxotaram famílias inteiras, tocavam fogo em comunidades inteiras para o povo sair de dentro. Matavam gente... Mataram Pe. Josimo, mataram outros companheiros... Matou Chicão, matou o Antônio Alves do carvão. Matou muita gente... Morreu muita gente. Isso sem falar naqueles que a gente não sabe que sumiram e ninguém sabe para onde foi. Minha mãe só não morreu mesmo porque Deus não quis, mas teve uma vez que ela foi lá para Itaguatins e quando ela estava lá, tinha uma fazenda entre Itaguatins e São Miguel, que quando ela ia para lá, ela ficava hospedada na casa de uma senhorinha que tinha lá. Aí, quando eles iam lá na rua, que viam ela, eles começavam a ficar rodeando, e olhando para ver se ela já vinha embora, e nesse dia estava ela, um amigo que também estava lutando e meu pai. Eles ficaram rodeando eles com jipe com bocado de capangas dentro. Era quase um filme de terror, sabe? Minha mãe ficou olhando aquele negócio. Minha mãe era experiente... Ela não metia a cabeça dela em cumbuca não... Um dia eles viram eles se arrumando para vir embora, e eles foram para o caminho esperar. Aí ela disse: 'Eu não vou por aí'. Inventou que estava doente do pé porque tinha outra estrada por água. Se não fosse andando, tinha que vir por água e andando daqui para Itaguatins é um dia todinho caminhando até entrar pela noite porque são 30 km. Aí ela disse: 'Estou doente do pé. Não vou conseguir andar essa viagem não'. Ela inventou por que o outro companheiro deles era muito teimoso. Aí ele disse: 'Você está com medo, comadre Agostinha!'. Ela disse: 'Não... Estou doente do meu pé, não posso caminhar'. Por que ela viu que os homens estavam rodeando eles lá e iam esperar eles no caminho.

Se eles matassem eles pelo caminho, eles pegavam e jogavam lá pela quinta deles e nós ficaríamos esse tempo todinho aqui pensando que a mãe tinha nós largado, tinha ido embora com meu pai. Matavam eles lá e deixavam lá e ninguém nunca ia saber que eles tinham matado porque eles iam dizer para quem? Era só três: minha mãe, meu pai e o outro lá... Aí, eles já estavam no caminho, mas voltaram, pegaram o motor e desceram por água e foram parar aqui no Posto Imperatriz e depois vieram para casa. Na hora que eles entraram no motor, cinco minutos depois eles chegaram perguntando lá para a mulher: 'Cadê aquele povo que estava aqui?' Ela respondeu: 'A mulher adoeceu do pé e ela foi por água'. Ele disse: 'Aquele mulher tem o diabo que cochicha no ouvido dela'. Eles não estavam pensando em matar eles? Estava sim! E eles iam matar e nós não íamos descobrir nunca!⁸⁹

Apesar de dona Raimunda afirmar que a família Calixto não sofreu nenhuma violência física direta, o sr. Cosmo, seu irmão, disse que, durante doze anos, sobreviveram sob ameaça dos fazendeiros, grileiros. Estes faziam o cruzamento dos arames, sem respeitar a demarcação

⁸⁹ Entrevista com dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, de Olho d'Água, em 18 de outubro de 2016.

realizada pelos camponeses. Cruzava o arame para tomar parte das terras, causando grandes tensões. Também atiravam nas portas das casas para amedrontar as famílias.

Depois de doze anos sobrevivendo no contexto desses conflitos, em 1985, a família Calixto recebeu o título definitivo da terra, expedido pelo INCRA. Sr. Cosmo relata que dona Augusta:

(...) foi conversar com o governo (em Goiânia) e de lá foi encaminhada para Brasília, para conversar com o presidente desse tempo, para adquirir a terra. Aí, ele deu uma carta para ela e disse para ela voltar e cuidar de trabalhar, e não se importar com o que dissessem, porque um dia chegava o direito dela. Quando isso estava com dois meses, chegou o rapaz diretamente de Brasília para cortar a terra e separar a dela. Tudo isso por causa da viagem da mãe, que foi para Brasília conversar com as autoridades⁹⁰.

A família tem convicção do importante papel da dona Augusta na luta pela terra. A resistência da camponesa garantiu a posse do sítio, comprado das freiras, e mais as terras do Caldeirão, que juntas somavam quarenta alqueires da família Calixto, e para as demais famílias que estavam na luta também. Eram quatro famílias lutando juntas, a do sr. Leôndas, sr. Apolinário, sr. Domingos Cego, sr. Brechó e o sr. Antônio Branco. Mas, dona Augusta era a que saía para lutar pelos direitos, levando consigo os nomes das outras famílias.

No período militar, a resistência e luta pela terra no Brasil e na região do Bico do Papagaio foi intensa, com saldos negativos e positivos para as famílias do campo. Nesse período, especificamente no ano de 1979, Martins (1985) chama atenção para os 128 conflitos de terras registrados pela Comissão Pastoral da Terra no estado do Maranhão, dos quais quatro envolviam mais de 1.000 famílias, cada um. Da mesma forma, foi identificado em todo o país grande quantidade de conflitos, entre os estados de grande amplitude pode-se destacar: Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba, Paraná, Mato Grosso, Goiás, Acre e Rondônia, para citar alguns.

Ainda com base nos registros da CPT, Chaves (2015) destaca que em 1985, o Brasil apresentou 712 conflitos de terra, dos quais 252 foram identificados na Amazônia Legal, e 73 na região do Bico do Papagaio. O que significa dizer que, depois de 20 anos de ditadura militar, a redemocratização do país iniciou-se sem alterar a situação fundiária do país, bem como, os conflitos sociais no campo.

A luta pela terra não cessou durante, e nem depois, do período militar. Chaves (2015) chama atenção para o primeiro governo democrático brasileiro, o Governo Sarney. Herdando a questão agrária do Governo Militar, mesmo com a criação do Plano Nacional de Reforma

⁹⁰ Entrevista com o sr. Cosmo Nunes da Paixão, de Olho d'Água, em 19 de outubro de 2016.

Agrária , os antagonismos continuaram, pois havia uma grande morosidade em colocá-lo em prática. Isso provocou a mobilização, o surgimento e fortalecimento de entidades de representação e luta pela efetivação do I PNRA, no Brasil e na região do Bico do Papagaio. Os conflitos no campo continuaram aumentando, assim com a resistência e a luta.

A “força” e a consciência política dos diversos sujeitos sociais ampliaram-se a partir das experiências conflitivas vivenciadas, e do trabalho de mediação realizado pelas entidades de representação, como a CPT, sindicatos, movimentos sociais e outras organizações.

Capítulo II. Entre a Luta pela terra e a luta pelo babaçu livre: a formação da identidade social das camponesas-quebradeira de coco

As experiências de conflito social vivenciadas pelas famílias camponesas na região do Bico do Papagaio contribuíram para despertar a consciência política de diversos sujeitos sociais, em especial, das mulheres, camponesas, quebradeiras de coco. Neste capítulo discutimos a formação dessa identidade social, como uma fração do campesinato brasileiro que se reconheceu na, e a partir da luta pela terra, enquanto portadora de força política e de direitos. E, a partir do reconhecimento de si e do outro, passaram a questionar o seu papel dentro e fora da unidade familiar, criando entidades de representação próprias e tecendo estratégias de fortalecimento e lutas em defesa do livre acesso aos babaçuais.

No capítulo anterior, vimos que as mulheres camponesas tiveram papel importante na luta pela terra, em alguns casos atuando como protagonistas, como foi o caso da dona Augusta Siqueira Paixão, no município de São Miguel do Tocantins. A luta era realizada de forma coletiva, não havia distinção de gênero, o centro da questão era conquistar a terra de trabalho das famílias, que desbravaram a região, e se reproduziam a partir de um modo de vida específico, qual seja, o modo de vida camponês⁹¹.

O modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas. Tais relações se apoiam num conjunto de valores que lhes dá sentido (MARQUES, 1994).

A chegada dos fazendeiros e os “cercamentos” das terras submeteram as famílias camponesas às situações de expropriações, expulsões, exclusões e diversas formas de violência e torturas. Essas situações ora dificultaram a reprodução do modo de vida camponês, ora o impossibilitaram completamente, provocando a migração para outras áreas. Diante disso, muitas famílias se organizaram, lutaram e resistiram a tais ofensivas, com o apoio da Igreja, dos sindicatos e partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores.

Apesar de participarem ativamente da luta pela terra, as mulheres camponesas tinham pouco reconhecimento dentro dos espaços de interação e debate promovidos pelos sindicatos, entidades tradicionais de representação da classe camponesa. Ao se conscientizarem das restrições impostas à participação feminina nos momentos de planejamento e decisão, passaram a se organizar e reivindicar mais espaço. Isso causou tensões no interior da classe, pois essa reivindicação atingia diretamente uma estrutura de poder tradicional, em que o

⁹¹ Ver Marques (1994).

homem sempre atuou como representante da unidade familiar, o chefe da família, enquanto à mulher eram reservados os espaços da casa e do quintal.

Nesse contexto de privação e exclusão, analisaremos a emergência da identidade social das camponesas-quebradeiras de coco babaçu e as suas estratégias de fortalecimento, luta e reprodução.

2.1 O papel da camponesa em questão e o início da conscientização dos direitos

Parto da ideia de que o campesinato consiste numa classe social que se reproduz contraditoriamente no interior do modo capitalista de produção⁹². No processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção, ao mesmo tempo em que promove a reprodução de relações especificamente capitalistas, definidas a partir do trabalho assalariado, também possibilita a reprodução de relações não-capitalistas, camponesas, pautadas no trabalho familiar no campo⁹³.

Historicamente, essa classe social tem garantido a sua reprodução, principalmente, a partir da luta de classes⁹⁴, expressa de diversas formas, seja pela luta armada ou a partir de mobilizações e manifestações sociais, políticas e culturais. No contexto dessas lutas e das mudanças ocorridas na sociedade, o campesinato tem tecido estratégias que garantiram e garantem a sua reprodução e o seu refazer-se constante.

Nesse sentido, entender o campesinato enquanto uma classe social de dentro do modo capitalista de produção, não significa tomá-lo como uma categoria estática ou “categoria de estasis”, como ressalta Thompson (1984). Mas, como uma categoria histórica, derivada da observação do processo social ao longo do tempo. Para isso, portanto, a experiência é central na análise do comportamento social e da formação das classes e frações de classes.

Em sua crítica ao pensamento idealista, principalmente o altusseriano, Thompson (1981, p.183) destaca que a análise da sociedade não deve se restringir a prática teórica em si. Para ele, a noção de Teoria, enquanto “prática teórica” obstrui os sentidos empíricos, reprime a moral e a estética, seda a curiosidade, e desacredita todas as evidências “manifestas” de vida ou de arte como “ideologia”. A superação dessa estrutura de pensamento é permitida a partir da análise da “experiência humana”, ora tão silenciada.

⁹² Tese defendida pelos estudiosos do campesinato, tais como, Teodor Shanin, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Larissa Mies Bombardi, Marta Inês Marques, Valéria de Marcos, entre outros.

⁹³ Oliveira (2013)

⁹⁴ Oliveira (2005), Bombardi (2005), Marques (2000).

(...) Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo- não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (grifo do autor) (THOMPSON, 1981, p. 182).

Durante os conflitos sociais ocasionados a partir das lutas pela terra, as experiências vivenciadas pelas famílias camponesas permitiram que elas identificassem os seus “inimigos” e os principais problemas que as afligiam. Além disso, assim como ocorreu em muitos lugares do Brasil⁹⁵, as experiências funcionaram como condição de possibilidade para a ampliação da consciência política, que, por sua vez, foi mediada pelas entidades de representação, tais como a CPT, os clubes de mães e de jovens, e os sindicatos.

Dona Maria Querubina, uma das primeiras lideranças feminina, camponesa e quebradeira de coco do município de Imperatriz (MA), explicou um pouco sobre o processo de formação política das famílias camponesas. Ressaltou que ao chegar à região, na década de 1970, havia uma movimentação em torno da temática do sindicato, em grande medida estimulada pela Igreja, representada pelo Frei Rogerio. Este promovia encontros onde explicava o significado e a importância do sindicato, e instigava os camponeses e trabalhadores rurais a criarem e participarem dos mesmos.

A concretização dessas ações coincidiu com a chegada de uma liderança importante dos trabalhadores rurais, o senhor Manuel da Conceição⁹⁶, o qual tinha contribuído com a organização política dos trabalhadores e a criação de sindicatos em Pernambuco e na região do Mearim, no estado do Maranhão. Dona Maria Querubina disse que era muito comum ouvi: *(...) ó tem um camponês que foi o caba que desencadeou a guerra da criação de sindicato aqui no rumo do Mearim, e ele agora vem para Imperatriz*.”⁹⁷. Então se juntaram para discutir o sindicato e a luta no campo.

Antes de participar dos sindicatos, as camponesas participavam de espaços de interação criados pela Igreja, como reuniões dos clubes de mães e clube de jovens⁹⁸. Esses espaços eram utilizados para a socialização dos problemas enfrentados no cotidiano dos povoados e

⁹⁵ Ver Sader (1986).

⁹⁶ Falamos sobre a história de luta do sr. Manuel da Conceição no primeiro capítulo.

⁹⁷ Entrevista com dona Maria Querubina da Silva Neta, em 24 de janeiro de 2015.

⁹⁸ Os clubes de mães e de jovens faziam parte das ações da CPT, no campo e na periferia das cidades.

Figueiredo (2005) também enfatiza a importância desses espaços para a formação política das camponesas-quebradeiras de coco da região do Médio Mearim, no estado do Maranhão.

das unidades familiares. Onde o padre e as irmãs procuravam explicar o evangelho trazendo-o para a realidade do campo. Além de discutirem as questões de gênero que surgiam nas conversas.

(...) Então minhas companheiras a gente aprendeu muita coisa na Igreja. Foi à porta de chegada para a gente começar a ver assim outra história. Ouvia muitos causos na reunião da Igreja. O padre contava causos e aí com a chegada do CENTRU, quando nós começamos a participar do CENTRU aí começou aflorar mais as questões, e eu sempre no meio⁹⁹.

Nas reuniões, a música era utilizada como um instrumento importante para abordar as problemáticas enfrentadas, envolver e despertar o interesse das camponesas. Através do “canto popular” e da leitura do evangelho nos espaços de interação criados pela Igreja, os valores de solidariedade e reciprocidade política eram discutidos e estimulados entre as camponesas e suas famílias.

De forma semelhante aconteceu na porção Tocantins do Bico do Papagaio, onde as lideranças do movimento de mulheres tiveram a formação política orientada pelo Pe. Josimo, nas reuniões da Igreja. Dona Luzanira Ferreira Lima conta como se envolveu nos movimentos e como acontecia a formação:

Eu comecei eu tinha 14 anos. Eu comecei a trabalhar como representante da comunidade. Eu era representante da comunidade em que eu morava. Era uma comunidade chamada Boa Esperança. Aí, quando eu tinha 14/15 anos, nós começamos a organizar o movimento das companheiras da nossa idade. Nós começamos dentro da Igreja esse movimento de luta: todas nós que somos da liderança hoje tivemos uma formação bíblica. Nós estudávamos e a cada quinze dias, um mês nós nos reuníamos na Igreja. Aí depois da formação da Igreja, eu entrei no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e eu já tinha meus 18 anos quando comecei a fazer parte da chamada Delegacia Sindical. A gente tinha as reuniões com os sócios na sede e chegava e repassava para os trabalhadores, nem ainda que fossem associados, mas já era uma forma de estar conscientizando eles para poderem se associar no Sindicato. (...) Além da Igreja, como eu falei, a nossa semente quem germinou foi o Pe. Josimo, que quando ele era vivo, ele fazia um trabalho com a Comissão Pastoral da Terra em todas as comunidades. Tinham comunidades que eram um pouco mais avançadas, não tinham medo, mas na minha comunidade o povo era todo medroso. Tinha só um senhor chamado Miguel que tinha coragem de ir para as reuniões e trazia as informações e aquilo começou a me encorajar. Minha família toda foi contra, brigava porque viam todo o povo morrendo, se matando, fugindo de casa e eu metida naquele movimento (...)¹⁰⁰.

⁹⁹ Entrevista com dona Maria Querubina da Silva Neta, em 24 de janeiro de 2015.

¹⁰⁰ Entrevista com dona Luzanira Ferreira Lima, liderança da Associação de Mulheres do Bico do Papagaio (ASMUBIP), em 14 de outubro de 2016.

Esse depoimento reforça a importância da Igreja no processo de conscientização e formação política das famílias, como vimos no capítulo anterior, e que desde cedo as jovens (e os jovens) se envolviam nos debates sobre as questões das comunidades¹⁰¹. É interessante notar que as famílias tinham medo de participar das reuniões, considerando a intensa violência e ameaça à qual estavam submetidas. Para participar dos movimentos da comunidade, da Igreja e do Sindicato, dona Luzanira teve que contrariar toda a família.

Se, por um lado, dona Luzanira enfrentou o medo, que as famílias tinham em participar das discussões e debates mediados pela Igreja, por outro lado, também defrontou o preconceito e a invisibilidade imposta pela estrutura de poder controlada pelos homens, camponeses.

Tradicionalmente, os teóricos do campesinato têm definido essa classe social a partir da relação estabelecida entre a terra, o trabalho e a família. Voltado para a sua própria reprodução, o trabalho familiar na terra é o elemento definidor do campesinato¹⁰². A reprodução da unidade econômica familiar ocorre a partir do equilíbrio estabelecido entre a unidade produtiva e a unidade consumidora, como mostrou Chayanov (1985). E no mesmo sentido, Shanin (1988) afirma que:

la explotación campesina forma una pequeña unidad de producción-consumo que encuentra su principal sustento en la agricultura y es sostenida, principalmente, por el trabajo familiar. Las necesidades de consumo familiar y las deudas contraídas con los detentores del poder político-económico definen en grado mayor el carácter de la producción. Las necesidades básicas y los ritmos de la vida familiar campesina y los de la producción agrícola se mezclan íntimamente y son mutuamente determinantes (SHANIN, 1988).

Nessa perspectiva, para alcançar o equilíbrio da unidade econômica camponesa, o trabalho familiar é organizado a partir da divisão sexual do trabalho no interior da unidade. A divisão é pautada numa hierarquia familiar, em que o homem assume o papel de “chefe de família”, responsável principal pelas atividades produtivas e o detentor do poder de decisão e representação. À mulher cabe o controle da casa e do quintal, isto é, da unidade de consumo. E os filhos e filhas acompanham os pais nas atividades, como forma de adquirirem os conhecimentos relacionados às respectivas funções.

La división básica del trabajo en la explotación campesina está estrechamente relacionada con la estructura familiar y se ajusta a las líneas del sexo y de la edad. Las funciones están rigidamente asignadas, con presiones poderosas que operan contra el cruce de las líneas divisorias.

¹⁰¹ Faremos uma discussão sobre o conceito de comunidade mais a frente.

¹⁰² Chayanov (1985), Shanin (1988), Oliveira (1991), Bombardi (2005)

Reflejando una vez más la unidad esencial de la estructura social y económica, el principal supervisor y amo formal de la hacienda es, en general, el padre de la familia, que tiene amplios derechos sobre sus miembros; pero que, sin embargo, están restringidos, por obligaciones, hacia ellos, definidas tradicionalmente, es decir, una relación considerablemente “partriaca”. Se espera que cada campesino emprenda un camino de vida predeterminado. Por ejemplo, un miembro del sexo masculino comienza de niño ayudando con el ganado; cuando joven se ve cada vez más implicado en la lebranza; después se transforma en cabeza independiente de una hacienda familiar y, por último, semirretirado, cumple las funciones específicas de un anciano. La rigidez de división sexual de los roles vuelve obligatorio el trabajo femenino tanto como al masculino, en cada explotación familiar, y hace del matrimonio una condición necesaria del campesinato [Thomas y Znaniecki, 1958]. Las explotaciones agrícolas de hombres solteiros, de viudas, etc., son considerablemente perjudicadas por problemas económicos considerablemente perjudicadas por problemas económicos y, en muchos casos mal vistas por la comunidade rural (Shanin, 1988, p. 18-19).

De acordo com essa divisão de trabalho, às mulheres camponesas são atribuídas funções limitadas. Na época da colheita da roça também podem ajudar, juntamente com os filhos. No trabalho de extração do coco babaçu e da quebra, durante muito tempo, elas não dominaram o produto e nem a renda obtida com a sua comercialização. Muitas mulheres realizavam o trabalho, e o produto era comercializado pelo próprio marido camponês.

Em “O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa”, Woortmann e Woortmann (1997), buscando revelar a lógica interna do trabalho camponês, ressaltaram que:

(...) o processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais e de gênero. (...) O significado simbólico do trabalho e o modelo de saber não são dimensões separadas, embora possam operar em registros distintos. Em conjunto, constituem uma forma de ver o mundo (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p. 7).

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho no interior da unidade familiar refere-se a uma forma específica de ver o mundo e a natureza. Em que o homem, o “pai” ou “chefe” da família é o detentor do saber, isto é, do conhecimento necessário para a realização da produção. Como a produção é central no processo de reprodução da família, e o “pai de família” domina todo o trabalho produtivo, logo, ele exerce o poder na hierarquia familiar. O poder é exercido, porque detém o saber “técnico”.

Como “dono” do saber dentro da hierarquia familiar, de forma coerente com essa estrutura, aos camponeses também são atribuídos o papel de representante da unidade nas organizações, associações e sindicatos. São eles quem define os rumos da unidade, com direito de se manifestarem, contestarem e votarem nas reuniões e debates. Diferente da

situação vivenciada e narrada pelas camponesas, as quais se mantiveram e ainda sem mantêm, em sua grande maioria, como dependentes e obedientes aos seus companheiros, sem o direito de decisão no âmbito da unidade familiar e territorial.

Os problemas que afligem as mulheres camponesas são tidos como de menor importância. Nos seus depoimentos destacam a agressividade e a falta de respeito que sofreram, e ainda sofrem, nos espaços domésticos e de interação, pelos camponeses e seus próprios companheiros. Durante muito tempo, em reuniões para tratar sobre as questões da unidade territorial, as funções das camponesas reduziram-se à limpeza e a servir café aos representantes da unidade. Quando solicitavam a palavra, eram as últimas a falarem, e quando iniciavam, grande parte dos camponeses se retirava, alegando ter gados e galinhas para alimentar, não ouvindo as demandas e opiniões das camponesas.

Na região do Mearim, no Maranhão, Figueiredo (2005) destaca que as mulheres camponesas, quebradeiras de coco, participaram ativamente das lutas nos conflitos agrários, tais como as da região do Bico do Papagaio. Mas, mesmo tendo participado de todo processo de luta, ainda eram excluídas de espaços de interação para a tomada de decisões. Ela cita uma fala da senhora Dada, grande liderança nessa região, hoje falecida, que tomo aqui para referenciar o processo de exclusão e desvalorização do papel feminino.

Aí quando foi um dia já tava, mais ou menos calmo, aí disseram que ia ter uma reunião (...). Era uma reunião de segredo, aí só os homens iam participar, aí foram pra (...) lá pra igreja, fazer essa reunião, porque as mulheres não podiam saber, aí nós ficamos com raiva né, porque em todo o processo nós participamos. Tu sabe o que, que era [o assunto da reunião secreta]? É que o Chico Messias [fazendeiro] tinha botado o gado lá na propriedade lá do Quinze, nas 70 hectares, e que era pra completar as 2.323 [hectares], e eles [os homens da comunidade] tava vendo de que forma que tinha surgido e uma história, e uma história que tinha uns policiais no Tucunzal e tava fazendo toda essa conversa. E que nós não podia saber por que se não nós ia andar conversando pro povo, e aí nós ficamos zangadas e terminou que nós, nós mulheres foi que resolvemos essa questão, fui eu a cumadre Tereza, a Toinha, cumadre Mariana, a Filó, a cumadre Antonia, precisava ver a gritalhada dos meninos [filhos] por que nós ia no Tucunzal e nós foi que resolvemos e os homens com toda a besteira que nós não podia participar, terminaram ficando e nós indo resolver a questão (...). (DADA, São José dos Mouras, Lima Campos)¹⁰³

A situação de exclusão narrada por dona Dada revela a estrutura da hierarquia familiar reproduzida no interior do campesinato. Considerando as dimensões simbólicas do trabalho camponês, pautado na divisão sexual do trabalho, que cria espaços agrícolas, sociais e de

¹⁰³ Depoimento coletado pela Luciene Dias Figueiredo, e citado em sua dissertação: FIGUEIREDO, Luciene Dias. Empates nos babaquais: do espaço doméstico ao espaço público-lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Belém, UFPA-Centro Agropecuário: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. Orientada pela Profª. Dra. Maristela de Paula Andrade.

gênero, como mostrou Woortmann e Woortmann (1997), o “lugar” das camponesas seria restrito a casa e o quintal, ou seja, no controle da unidade de consumo. Nesse sentido, o discurso de que elas não poderiam saber da reunião, porque iriam divulgar para o povo, pode não ser a real causa da exclusão. Na verdade, o poder de decisão e direção da unidade produtiva, que envolve a terra e o trabalho agrícola em geral, é do “pai ou chefe de família”, por isso as mulheres não puderam participar. Entretanto, a experiência mostrou a fragilidade dessa dimensão simbólica, pois, além de participarem ativamente nos conflitos anteriores, foram as mulheres camponesas que resolveram o problema com o “Chico Messias” “lá do Quinze”.

Assim como a dona Dada, as lideranças entrevistadas na região do Bico do Papagaio, dona Maria Querubina da Silva Neta, dona Eunice da Conceição Costa e dona Terezinha de Souza Cruz, do município de Imperatriz (MA); dona Luzanira Ferreira Lima e dona Beliza da Costa Souza, de São Miguel do Tocantins (TO) e Sítio Novo (TO); e dona Cledeneuza Maria Bezerra Oliveira, de São Domingos do Araguaia (PA), ressaltaram a invisibilidade, o silêncio e a falta de reconhecimento imposto pelos companheiros, camponeses e trabalhadores rurais dos sindicatos.

Essa invisibilidade, silêncio, preconceito e desrespeito imposto às mulheres eram extremamente intensos na estrutura de poder das unidades. Tanto que elas não podiam tão somente se associar aos sindicatos. Eram dependentes dos maridos, e tinham uma “carteirinha de dependente”, símbolo da sujeição feminina à figura masculina. Dona Maria Querubina destaca essa situação e a sua revolta diante da mesma. Mostra que à medida que se conscientizavam dessa condição de subalternização no interior da própria fração da classe, da própria unidade territorial e familiar, as camponesas se rebelaram.

(...) a gente desencadeamos aqui uma senhora de oposição do sindicato, aí ia para lá, ia para cá, tinha eleição, perdia. Ai tornava a continuar, ai tornava, ai chegava o tempo de eleição, opa... Confusão, metia chapa e o povo não queira, compramos uma guerra com esse negócio de associar mulher. Mas mulher não se associava, no sindicato associação de mulher começou aqui em Imperatriz, mas trabalhadora rural não associava no sindicato não, era dependente do marido, carteirinha de dependente, não votava e nem era votada, só era para comprovar que era dependente do marido. Ai na minha casa deu uma briga, porque eu disse que eu não queria carteira de dependente, documento meu é meu, eu não sou dependente de ninguém. Ah... o caba disse “eu deixo de ser seu esposo”, “então vai deixar, porque eu não quero carteira de dependente de jeito nenhum”. Ai na primeira taboca de associação de mulher, me associei logo, me desentendi muitas e muitas vezes com o marido, com o companheiro. A gente sempre queria aparecer nas discussões, era muito difícil. Nós eramos quatro mulher daqui, era eu; a Raimundinha do Tony do gavião; a dona Nenê, mãe do Luizinho de São

Pedro da Água Branca (foi a primeira mulher que começou a participar); aí depois veio a mulher do Marajuba, aí depois foi a Maria do Cabelão, e tinha umas, um bocado delas ficou no meio do caminho (...) ¹⁰⁴.

Dona Querubina conta que, insatisfeitas com as situações de dependência e invisibilidade, as camponesas passaram a contestar a “ordem” imposta e lutar pela mudança dessa estrutura de poder. Mobilizaram-se e organizaram uma chapa para disputar a direção do sindicato, e depois de sucessivas derrotas, conseguiram assumir a direção. Estando no controle do sindicato, a primeira medida tomada foi a eliminação da “carteirinha de dependente”, e a institucionalização da associação das mulheres camponesas junto à entidade de representação.

A partir da associação das mulheres camponesas aos sindicatos, o debate e o processo de conscientização foram ampliando, e atingindo a estrutura de poder tradicional. Muitos camponeses, maridos, passaram a proibir a participação das suas esposas nas reuniões como forma de desmobilizá-las. O preconceito, a invisibilidade e o silêncio continuaram sendo praticados, o que levou à mobilização para a criação de entidades, organizações e associações especificamente das camponesas-quebradeiras de coco babaçu.

2.2 A camponesa-quebradeira de coco e a constituição das entidades de representação

A intensificação da apropriação privada das terras na região do Bico do Papagaio, que ocasionou o “cercamento” das terras públicas de uso comum pelas famílias camponesas, também foi responsável pelo aprisionamento do coco babaçu, extraído tradicionalmente para a alimentação das mesmas. Na divisão do trabalho da unidade familiar, a atividade de coleta, quebra e produção do babaçu era uma função atribuída, de uma maneira geral, às mulheres camponesas, ainda que, em determinadas situações, os homens, maridos, camponeses ajudassem no transporte até o quintal ou barraco, e até quebrassem. Nesse sentido, as camponesas tinham maior discernimento sobre as questões relacionadas ao aprisionamento do coco, isto é, sobre as consequências para si e para a unidade familiar.

Com as experiências vividas no cotidiano, bem como as formações realizadas no âmbito das reuniões promovidas pela Igreja e no próprio sindicato, as camponesas foram adquirindo maiores conhecimentos de si e dos outros, como bem frisou dona Maria Querubina. Assim, passaram a exigir cada dia mais espaço, para manifestarem suas opiniões e demandas diante

¹⁰⁴ Entrevista realizada com dona Maria Querubina da Silva Neta, no PA Conceição (Imperatriz-MA), em 24 de janeiro de 2015.

das questões as quais estavam diretamente envolvidas, como o aprisionamento do coco babaçu e a falta de uma “política do preço”, que garantisse uma renda mínima da produção do babaçu. Entretanto, esse espaço continuou sendo negado dentro do sindicato.

As camponesas-quebradeiras e as trabalhadoras rurais e “de ponta de rua” que quebram coco conseguiram “redescobrir a dignidade humana”¹⁰⁵ através dos encontros de formação realizados pelas Igrejas, Sindicatos e Partidos de esquerda. Com essa redescoberta passaram a conhecer o seu direito, o direito e o dever de lutar por este direito. De acordo com SHERER-WARREN (1993), esse é o primeiro requisito para a formação de um movimento social: “o reconhecimento coletivo de um direito e a formação de identidades”.

É o reconhecimento coletivo de um direito que leva à formação de uma identidade social e política. Reconhece-se mutualmente como pertencendo à mesma situação de carência e como portador do mesmo direito. As carências tendem a ser definidas em torno de carências múltiplas, tendo em vista a necessidade de constituição (a partir da redescoberta) de um indivíduo total (SHERER-WARREN, 1993, p. 69-70).

Diante do contexto de privação do acesso ao babaçu, bem como o silêncio imposto pelos companheiros no sindicato, e o reconhecimento de situações comuns vividas por outras camponesas-quebradeiras de coco, viu-se a necessidade da criação de um movimento coletivo especificamente de quebradeiras de coco. Um movimento que lutasse e garantisse autonomia e reconhecimento do trabalho das mesmas, a melhoria das suas condições de vida e das suas famílias.

É porque era difícil: a gente não tinha voz no sindicato. Aí, a gente decidiu criar um movimento de quebradeiras de coco, porque a gente já era quebradeira de coco, e um movimento que a gente mesmo fosse autônoma, que fosse um movimento de mulheres quebradeiras de coco que a gente tivesse autonomia para resolver nossas questões como quebradeira de coco¹⁰⁶.

A fala da Dona Eunice mostra o seu reconhecimento enquanto camponesa-quebradeira de coco, e o reconhecimento do seu direito e dever de lutar como protagonista da sua própria realidade. Destaca a falta de autonomia no interior dos sindicatos, e a formação de um movimento de “quebradeiras” como alternativa para adquiri-la, podendo assim discutir, lutar e resolver as questões relacionadas ao babaçu e as demais questões referentes à unidade familiar

¹⁰⁵ Ver SCHERER-WARREN (1993)

¹⁰⁶ Entrevista com Dona Eunice da Conceição Costa, da Reserva Extrativista Ciriaco, realizada em 07 de junho de 2017.

e à unidade territorial. No sindicato, dona Cledeneusa¹⁰⁷ destacou que o máximo de abertura que tiveram, foi a criação de uma “secretaria da mulher”, porém sem grandes avanços. Continuaram invisibilizadas. E quando participavam de eventos e queriam socializar, planejar e executar, eram silenciadas.

Dona Cledeneuza é coordenadora do MIQCB, no sudeste do estado do Pará. Ela explicou como surgiu o movimento das quebradeiras de coco nessa região. Quando a sua família conseguiu um lote de terra num assentamento, seu marido foi trabalhar com a roça, e não podia participar das reuniões do sindicato. Mesmo na condição de dependente do seu marido, sem poder se associar, ela participava das reuniões. E quando ficou sabendo da organização de mulheres promovida e coordenada pela dona Maria da Metade, que também foi uma liderança do movimento, se envolveu intensamente. A partir disso, dona Maria da Metade a convidou para assumir a coordenação do movimento.

Aí nesse trabalho, naquela época dela [da dona Maria da Metade] era mais formação, aí passava o dia conversando, explicando a questão política e fazia aquele debate. E depois que foi renovar o grupo, botar novas coordenadoras. Ela disse que tinha que apresentar uma pessoa, que ela procurou, procurou e não encontrou ninguém que quisesse assumir né. Ela chegou e pôs pra mim, porque todas as reuniões do sindicato nós estávamos juntas, ela é uma pessoa que falava, que perguntava, que esclarecia as coisas. Ela disse: “Cledeneusa, tu vai assumir o movimento quebradeira de coco”, porque havia discussão das mulheres dentro do sindicato. O movimento de quebradeiras de coco nasceu em todos os lugares devido às mulheres sentir que dentro do sindicato a gente não tinha oportunidade de colocar nossos problemas, então a hora de nós falar era como um informe, dizia, botava lá na pauta informe das mulheres. Na hora que estava findando a reunião, todo mundo já estava saindo era que eles iam dar permissão pra nós falar os informes. Aí a gente se sentiu... começou todo o movimento de mulher do Brasil inteiro, o nosso presidente do sindicato dessa época se interessou por isso de mandar as mulheres participar do encontro, teve a nossa companheira, foi lá do Brasil na primeira viagem das mulheres, nossa representante foi. Quando ela chegou não podia nem pôr em prática o que ela aprendeu lá, porque o sindicato não permitia. Então nós pensamos assim: “O que nós vamos fazer? Nós vamos criar um grupo de mulheres.” A ideia do sindicato era uma secretaria da mulher, mas que também não tem vez, porque aqui quem tem vez são os homens né, eleger a gente, mas nunca dá espaço pra gente trabalhar, pra gente expor os nossos problemas, não, a gente continuava aquela coisa da omissão da mulher. Aí, criando esse movimento, quando se começou a discutir a questão de gênero, começou a se discutir essa questão da estabilidade da mulher, aí nós montamos o sindicato, nós têm que ter um grupo próprio nosso para mulher falar dos seus problemas, para mulher colocar o dela. Ela tem que tá fora do homem porque na frente do homem ela não ia falar. Antes quando era nossos encontros a mulher não ia falar que o marido dela impedia de ir pra reunião, não ia falar que apanhava, não ia falar que ela não tinha direito de falar nada, de ter nada, ela não ia falar na

¹⁰⁷ Entrevista com Dona Cledeneusa Maria Bezerra Oliveira, em 07 de outubro de 2016.

frente dele, então tinha que ser sozinha. Aí por aí as mulheres iam para reunião só pra conversar, elas têm que partir para parte de ter renda, de ter algo para apresentar como delas, como é que se diz assim empoderamento né, o empoderamento das mulheres é ter algo que ela diz: “Olha, eu sou empregada de um salário”. E as outras que não tinha? Se ela cria galinha quem vende é o marido, se ela quebra o coco ela dizia que não fazia nada, quem vendia era ele né, então, não tinha nada. Aí fomos e começamos o trabalho da conscientização com o nosso trabalho, nosso marido é lavrador, nós também somos, somos trabalhadora rural, mas a agricultura pertence a ele, os valores da renda né. E nós? Pra nós pertence a criação de pequenos animais e a nossa renda nunca passou.

O depoimento da dona Cledeneuza é bastante revelador do processo de constituição do movimento das camponesas-quebradeiras de coco babaçu. Além de ressaltar o silenciamento imposto pelos camponeses e trabalhadores rurais nos sindicatos, indica que a partir do mesmo a questão de gênero foi se colocando como central para o movimento. Se a mulher camponesa, quebradeira de coco já enfrentava dificuldades para conseguir um espaço para se manifestar, imagina se fosse relatar e defender questões divergentes das do seu companheiro, inclusive os casos de violência doméstica, por exemplo. Dona Cledeneuza destaca a importância de um espaço onde a mulher tivesse liberdade e autonomia, logo, esse deveria ser separado dos camponeses.

Diretamente relacionado à questão de gênero tem-se a defesa de uma renda própria das camponesas-quebradeiras de coco, como parte do processo de empoderamento feminino, destacado no depoimento da dona Cledeneuza. Ao passo que, tradicionalmente, não acessavam a renda do seu próprio trabalho, entenderam que esta seria fundamental para o seu processo de empoderamento e reconhecimento, tanto no interior da unidade familiar como em toda a sociedade.

Por mais que as camponesas-quebradeiras de coco trabalhassem na coleta e produção do coco babaçu, e que essa produção gerasse uma renda para a aquisição dos produtos necessários para a reprodução da família, o “pai de família” continuava no poder da hierarquia familiar. Woortmann e Woortmann (1997) mostraram que no interior da unidade camponesa, por mais que a mulher trabalhe no plantio e/ou na colheita, o seu trabalho é considerado uma “ajuda” pelo homem. Portanto, o trabalho desempenhado fora dos limites da casa e do quintal é visto como uma “ajuda”, um complemento à produção e à renda obtida pelo trabalho do “pai de família”. É justamente contra essa estrutura de poder e dos domínios simbólicos que a fundamenta, que as camponesas-quebradeiras de coco têm se levantado no movimento de contestação dessa ordem.

À medida que o babaçu era aprisionado e devastado pelos fazendeiros, por um lado, e explorado por empresas que iam surgindo na região, como a Tobasa Boindustrial e a Ovil, por outro lado, a atividade das camponesas-quebradeiras de coco ficava limitada. O preço do babaçu caiu muito, a concorrência instalou-se entre elas e as empresas. Desta feita, iniciaram uma corrida para aumentar o preço, buscando traçar uma política do “preço”, segundo dona Maria Socorro Teixeira Lima. O que desencadeou o surgimento do “Movimento das Quebradeiras de Coco”¹⁰⁸, como frisou a referida interlocutora:

P: E quando vocês começaram a se organizar?.

Maria do Socorro: 1992.

P: E como foi? De onde surgiu essa ideia de se organizar?.

Maria do Socorro: Surgiu porque apareceram as empresas. A gente vendia, né? Aquelas quebradeiras de coco vendia aqueles coquinhos, alguém carregava para algum lugar e da nossa parte, no Maranhão, Tocantins, para acolá, tinha uma usina que fazia sabão que chamava Ovil e tirava o óleo do coco e fazia sabão que comprava. Aí, a gente foi e abaixou o preço e acabou, e relaxou mesmo. Aí, a gente começou se organizar para correr atrás de preço e aí, começou a discutir e a gente criou essa organização das quebradeiras por essa causa. Para impedir as derrubadas, porque os fazendeiros derrubavam por conta, porque não era uma coisa de valor para eles e também para a melhoria do preço em respeito a quem usava, a quem vivia, a quem almoçava, a quem jantava e sobrevivia do babaçu.

P: O que motivou a formação do movimento, essa associação de mulheres?.

Maria do Socorro: Foi a defesa das palmeiras e do preço. A gente queria levantar a política de preço, queríamos que tivesse valor a nossa profissão de quebradeira de coco e a gente se organizou porque, o sindicato não puxava, não discutia, o sindicato não queria nem mulher lá nos sindicatos, as mulheres se aposentavam como dependentes dos maridos naquela época. Mulher não tinha nada, então, nos reunimos e fomos criar nosso espaço. Criamos, e depois da ASMUBIP e o MIQCB, a gente foi se capacitando e fomos tomando o sindicato. Tomamos o sindicato e hoje as quebradeiras estão dentro de tudo, como tu viu aí, as quebradeiras estão longe. E a gente conseguiu os preços da amêndoa, conseguiu os preços dos produtos do babaçu.

A gente divulgou, brigamos com a universidade, fez o que pôde, porque eles teimavam com a gente por serem estudiosos e nós não, mas cada quem tem os seus conhecimentos: nosso conhecimento, se nós cortávamos aqui colocava o mesocarpo para sarar. Estava botando muito sangue, raspava a palmeirinha e botava a pelinha ali para cortar o sangue. E todos os nossos conhecimentos que a gente dizia, eles passavam por cima que eram estudiosos. Mas a gente brigou e venceu. A gente conseguiu e estamos aí na política.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Entendo que o Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu não se restringe a uma entidade de representação apenas, como a ASSEMA, o MIQCB, e a ASMUBIP. Mas, é o conjunto dessas entidades em ação, ora coletivamente ora separadamente, que dão vida ao Movimento.

¹⁰⁹ Dona Maria do Socorro Teixeira Lima é atual coordenadora do MIQCB, da regional do Tocantins (no Bico do Papagaio). A entrevista foi concedida na ocasião de uma reunião de capacitação de lideranças das

Além do combate a devastação dos babaçuais e a busca por uma “política do preço”, para manter a atividade de extração e produção do babaçu, voltado para a reprodução da vida de muitas famílias, Dona Maria do Socorro destaca outros elementos-chave para a compreensão do surgimento do “Movimento das Quebradeiras de Coco”, da luta traçada e de algumas conquistas. Um primeiro elemento-chave é a luta pela afirmação e reconhecimento da identidade “quebradeira de coco babaçu”, a qual ela referencia através da seguinte expressão: *“queríamos que tivesse valor a nossa profissão de quebradeira de coco e a gente se organizou”*. Ou seja, considerando a opressão e a dependência vivenciada no sindicato, criar um espaço especialmente das mulheres, camponesas, quebradeiras de coco era o primeiro passo para a valorização e emancipação feminina.

A busca da emancipação das camponesas-quebradeiras de coco é, portanto, de cunho social, econômico e político. Consiste num segundo elemento-chave para a compreensão do Movimento. Ao passo da criação do seu espaço político, como a Associação das Mulheres Do Bico do Papagaio (ASMUBIP) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), suas ações, demandas, lutas e resistências ganharam maior visibilidade em escala local, regional, nacional e internacional. Colocando-as diretamente na “arena” política de disputa por direitos humanos e territoriais.

O trecho da fala da dona Maria do Socorro: *“Tomamos o sindicato e hoje as quebradeiras estão dentro de tudo, como tu viu aí, as quebradeiras estão longe. E a gente conseguiu os preços da amêndoa, conseguiu os preços dos produtos do babaçu. (...) A gente conseguiu e estamos aí na política”*, é bastante elucidativo. Como um terceiro elemento-chave para o entendimento do Movimento, destaca a ampliação da participação das camponesas-quebradeiras de coco em diversos espaços de debate, luta e o conhecimento e reconhecimento que têm adquirido a partir do surgimento do mesmo, os quais eram inadmissíveis antes da sua organização e mobilização. Consideram uma grande conquista, uma vez que, durante muito tempo, a atividade de extração e produção do babaçu foi vista como sinônimo de pobreza e miséria¹¹⁰, o que envergonhava muitas camponesas que dependiam do coco para a sobrevivência. Além dessa conquista, salienta ainda a “política do preço” que conseguiram obter junto ao Estado.

Rêgo, em sua tese de doutorado ressaltou que:

quebradeiras de coco babaçu, de todas as regionais do MIQCB, realizada em São Luís (MA), no dia 07 de junho de 2017.

¹¹⁰ Ver os trabalhos de Andrade (1968) e Valverde (1957).

(...) a mobilização política das quebradeiras de coco emerge num contexto em que o sentido da identidade passa incorporar a busca pela superação de situações de dominação, de subordinação e opressão, que, vistas sob a ótica de construção de uma autonomia (política e econômica), significa uma brusca alteração nos padrões políticos que historicamente definiram as relações entre sujeitos sociais distintos no Maranhão (REGO, 2011, p. 17).

Desse modo, o autor entende que essa mobilização política pode representar a instituição de uma autonomia política, que possibilita às camponesas-quebradeiras de coco assumirem um papel de protagonistas das relações sociais, e dialogar, reivindicar e debater as políticas públicas de seus interesses (REGO, 2011). Isso ocorre mediante a organização e mobilização das mesmas, através do Movimento Interestadual das Quebraderias de Coco (MIQCB) e da Associação das Mulheres do Bico do Papagaio (ASMUBIP)¹¹¹, que tem tecido suas ações com o apoio de Organizações Não Governamentais (Ongs) nacionais e internacionais, além de parcerias com Universidades e pesquisadores.

Com motivações muito semelhantes, a ASMUBIP e o MIQCB surgiram a partir da organização das mulheres no Bico do Papagaio, em 1992, e nos estados Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, em 1991, respectivamente, como entidades de representação. A primeira com uma atuação mais local, e a segunda a nível interestadual.

Dona Luzanira, coordenadora executiva da ASMUBIP, também chamou atenção para a exclusão imposta pelos sindicatos às camponesas como uma motivação inicial para a criação do Movimento. Ressaltou que a luta para criar o sindicato foi realizada de forma coletiva, camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, todos e todas juntas, mas após a sua criação as camponesas e trabalhadoras rurais foram excluídas. A partir disso, viram a necessidade de criarem uma associação para dar suporte as questões referentes às mulheres.

Tiveram discussões, criamos o Sindicato, fomos discutindo, e aí, os homens, na hora de criar o Sindicato todo mundo servia, mas na hora de ocupar um espaço eles não deixaram (os próprios companheiros das mulheres). Aí, as mulheres falaram: 'Então nós vamos criar uma entidade para nós. Uma entidade que nos proteja, que proteja o meio ambiente, proteja a nossa renda', e aí fomos discutindo, discutindo, até o ponto de criarmos a ASMUBIP. Quando a ASMUBIP foi criada teve ações de fora do Brasil para poder dar início à geração de renda do babaçu. Doaram caminhão para a ASMUBIP, doaram máquinas para fazer óleo, doaram dinheiro, doaram um lote lá em São Miguel para fazer o escritório. Isso foi em 92, e aí para cá foi melhorando. Abriu um novo horizonte: as mulheres foram se formando e

¹¹¹ Apesar da existência de outras entidades de representação especificamente das camponesas-quebradeiras de coco ou com participação ativa, como a ASSEMA, a AMTR e o Movimento de Mulheres da Palestina, entre outros, priorizaremos o MIQCB e a ASMUBIP, pois atuam diretamente na região do Bico do Papagaio.

fomos ocupando outros espaços, com Deus nos dando coragem para poder enfrentar a luta¹¹².

A ASMUBIP possui duas linhas de ação principal, o projeto mulher e o projeto babaçu. Segundo dona Luzanira, o primeiro foi o que motivou a discussão inicial da criação da entidade, pois, além da exclusão do espaço do sindicato, as mulheres eram oprimidas nos espaços domésticos também. Não tinham direito nem tão pouco de fazer um exame médico, sob pena de sofrer atos de violência e ameaças de morte pelos próprios maridos, que as acusavam de traição.

(...) Uma mulher não podia praticamente nada, só ter filho, cuidar de casa e ir para a roça. E tinha mulher que queria estudar, para se engajar melhor na luta e o marido não deixava: 'Não vai, porque lugar de mulher é na cozinha'. E quando surgiu a ASMUBIP foi difícil para nós discutirmos: foi devagarzinho e tinha homem que não aceitava a mulher se associar porque falava que nós éramos todas vagabundas, que nós estávamos querendo andar atrás de macho. Tudo isso nós escutávamos, tanto dentro de casa quanto na rua. Nós fomos muito discriminadas. Todas as mulheres do Bico foram discriminadas na questão da violência contra a mulher, tanto na violência do povo que estuprava, que batia por causa do babaçu e das terras, como dentro da própria casa, da própria comunidade com palavras: chamava de vagabunda, que não valia nada, que você não queria era cuidar da sua casa, que se você não estava doente não tinha que ir para o médico se mostrar para os machos. Era assim. Aí, nós trabalhamos muito a informação: fizemos muitos seminários sobre gênero, sobre o direito da mulher, chamávamos os homens para vir, tinha homem que não queria de jeito nenhum, tinha homem que não vinha e nem deixava a mulher. Até que os homens começaram a participar também dos seminários, das assembleias, daí eles começaram ver que não era o que eles falavam. Tinha uma mulher aqui de Esperantina que pedia para o marido, para quando nós conseguimos uma série de exames de prevenção gratuitos para as mulheres, para se juntar com as mulheres duas vezes por mês para as mulheres irem fazer os exames de prevenção em Imperatriz, porque aqui não tinha, mas tinha mulher que não ia não. Aí, dia 8 de março nós marcamos lá em São Miguel e trouxemos o médico, Dr. Neilton de Porto Nacional para vir fazer um seminário sobre saúde e prevenção. Era um dia de saúde para nós fazermos prevenção, consultar, tudo que tinha direito e essa mulher de Esperantina veio e fez a prevenção sem marido e descobriu que ela estava com problema no útero. Quando ela chegou em casa chorando e contou para ele que estava doente do útero, ele perguntou como que ela sabia que estava doente do útero, e aí ela contou que tinha feito o exame de prevenção com o Dr. Neilton. E ele fez ela contar como era a posição que ficava para fazer esse exame: ele quase matou ela de tapa: bateu, bateu. Aí, quando foi no outro ano nós fizemos outro seminário e ela doida para ir fazer o tratamento e ele não deixava não, e ela ficou tomando remédio em casa. Aí, no próximo ano teve outro seminário e convenceram ele a vir para o seminário e aí, todas as mulheres da comunidade dela ficavam mandando bilhetinhos para a mesa do médico, para ele responder perguntas sobre câncer do colo do útero, sobre a

¹¹² Entrevista com dona Luzanira Ferreira Lima, coordenadora da ASMUBIP, em 14 de outubro de 2016.

prevenção, todas essas coisas aí, e o que fazer quando o marido não deixava. Aí, quando ele chegou em casa, ele disse para a mulher que ele tinha entendido, que era para ela se tratar, só que não deu tempo: a coitada morreu e ele morreu também, pouco tempo depois, só de remorso porque ele sabe que teve culpa no retardamento do tratamento do colo do útero dela. E assim, a gente foi conseguindo quebrar essas barreiras. Teve um tempo que a gente fez carteirinha em Imperatriz num hospital chamado Hospital Santa Mônica, onde todas as sócias da ASMUBIP tinham uma carteirinha e nós tínhamos o direito de fazer a cada três meses exames de prevenção sem pagar nada. Aí, nós arrumávamos um carro aqui no nosso município, pedia um carro para o prefeito ou para um vereador, enchia de mulheres e ia para lá passava o dia todinho fazendo exames. Então, isso melhorou¹¹³.

Dona Luzanira expõe a situação de subalternidade vivenciada pelas mulheres da região do Bico do Papagaio, ressaltando as ações desenvolvidas pela ASMUBIP para conscientizar as famílias e provocar uma mudança social. A partir do seu depoimento é possível notar o caráter revolucionário das ações do movimento das camponesas e trabalhadoras rurais quebradeiras de coco. As quais promovem uma verdadeira “revolução no cotidiano”¹¹⁴, no sentido de buscar a realização de uma existência cotidiana digna de viver.

(...) Esse processo inclui a possibilidade de ensaio de formas de comportamento a longo prazo – e não apenas num sentido econômico – e de desenvolver níveis da existência, que embora não realizem ainda o ideal de uma sociedade horizontal, não-hierarquizada e igualitária, o tornem mais próximo, sob condições específicas. (...) Significa tratar de criar, de viver mais humanamente, não mais se deixar alienar dos outros, realizar diariamente atos de solidariedade, pensar e se comportar como se estivessemos vivendo numa verdadeira democracia (KÄRNER, 1987, p. 33).

O segundo projeto de ação desenvolvido é o projeto babaçu. Este não se restringe ao babaçu em si, envolve também um conjunto de atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias nas suas unidades territoriais, tais como hortas, criação de abelhas, porco, galinha e gado (com o limite de 10 cabeças). Este foi um meio encontrado pela associação, para diversificar a produção, valorizando os recursos existentes nas unidades.

Até o processo de organização e mobilização das quebradeiras de coco, a produção do babaçu consistia apenas na venda das amêndoas e na produção de sabão e azeite para o consumo. Após a criação das entidades de representação como uma expressão da ampliação da consciência de si e do outro, e, portanto, da politização do conhecimento das camponesas-quebradeiras de coco, passaram a buscar dialogar com os conhecimentos científicos e produzir outros produtos, tais como o mesocarpo, o sabão (mais elaborado), a torta, o óleo in

¹¹³ Entrevista com dona Luzanira Ferreira Lima, coordenadora da ASMUBIP, em 14 de outubro de 2016.

¹¹⁴ KÄRNER (1987).

natura, o azeite (mais refinado) e o artesanato. Dona Luzanira esclarece como e quando isso aconteceu:

P “Quando foi que vocês começaram a diversificar a produção do babaçu?”.
Luzanira: “Foi a partir de 97, cinco anos depois da criação da ASMUBIP, porque a gente não conhecia, por exemplo, a questão do mesocarpo. Aí nós tínhamos um gerente na ASMUBIP, que tinha um projeto que bancava e ia participar dos encontros com as coordenadoras, e depois passava para a gente. Aí foi a questão do mesocarpo no encontro em Fortaleza. Aí lá teve uma palestra com um médico naturalista que falou do mesocarpo, para quê servia, quantos tipos de doença ele podia sarar e a nutricionista falou da alimentação e quando eles chegaram, veio uma pessoa para nos capacitar para tirar o mesocarpo e eu fiquei uns cinco anos só fazendo capacitação nas comunidades para extrair o mesocarpo e daí começamos a diversificar. O artesanato, as mulheres foram bolando por si só mesmo, foram serrando, tudo, tudo grosseiro mesmo. Foram tirando as fatias do mesocarpo e levando para São Paulo, para vender para aqueles ourives que fazem com ouro e aí, aquilo incentivando foi a gente. Tem comunidade que trabalha só com artesanato, tem outras que trabalham com plantas medicinais também”.

Assim como a ASMUBIP, o MIQCB também surgiu a partir de preocupações com a questão de gênero, da preservação dos babaçuais, da produção e comercialização dos produtos do babaçu. O marco da criação desse Movimento foi o I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco dos estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí, realizado em 1991, em São Luís (MA). O encontro foi articulado pelas entidades assessoras das quebradeiras, um ano antes, juntamente com a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural –MA (CENTRU), Comissão Pastoral da Terra Araguaia- Tocantins (CPT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FATAET), Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) e Centro de Educação Popular Esperantina¹¹⁵.

O I EIQCB foi organizado a partir da necessidade de promover a socialização e troca de experiências entre as camponesas, trabalhadores rurais e das periferias urbanas que sobrevivem do coco babaçu, a fim de identificarem as questões que lhes são comuns, buscando o fortalecimento enquanto uma fração de classe social, e de forma coletiva, planejar ações para combatê-las, e traçar as pautas de lutas. Nesse primeiro encontro foi destacado como principais problemas: a questão da desvalorização e silenciamento das “quebradeiras” no âmbito dos sindicatos, a violência, a falta de terra, o cercamento dos babaçuais e a falta de

¹¹⁵ Informações do relatório do I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu-MA/TO/PA, realizado em 24, 25, e 26 de setembro de 1991, em São Luís (MA).

uma política do preço do babaçu. A partir da identificação desses problemas elencaram a luta pela terra e pelos babaçuais como a pauta central da luta do Movimento¹¹⁶.

As camponesas-quebradeiras de coco reconhecem que a falta de terra é o principal problema enfrentado por elas. Sem a terra não podem acessar os babaçuais e realizar a produção do babaçu com autonomia e liberdade. Antes da apropriação privada das terras e o aprisionamento do coco, a extração e produção do babaçu era livre, porque a terra era liberta. Como a terra e o coco se tornaram cativos, faz-se necessário conquistar a terra para libertar o coco.

A partir das experiências vividas ressaltam que sem a terra, não podem sustentar a prática de extração e produção do babaçu. Ainda que muitas camponesas e trabalhadoras rurais conseguiram acessá-la por meio de projetos de assentamentos rurais de reforma agrária e da apropriação privada, existem muitas famílias que dependem do babaçu e não têm terra.

Diante desse contexto, o Movimento traçou como principais objetivos: a) “articular as quebradeiras de coco babaçu, enquanto mulheres trabalhadoras agroextrativistas e cidadãs, na luta pelo “babaçu livre” nas áreas de domínio público e privado, pela reforma agrária e pela preservação das palmeiras de babaçu e do meio ambiente”; b) “compartilhar, sistematizar e documentar as experiências nas diferentes formas de organização em que atuam”; c) “buscar alternativas para as atividades agroextrativistas, em termos econômicos, sociais, políticos e ambientais; e, criar o espaço e momento adequados para suas reivindicações políticas” (RELATÓRIO II EIMQCB).

Tomando os objetivos traçados como ponto de partida, o movimento passou a se articular com ONGs nacionais e internacionais, dialogar com os órgãos governamentais e instituições federais e estaduais, como estratégia de fortalecimento. A partir dos diálogos estabelecidos, bem como as lutas e mobilizações realizadas, conseguiram obter algumas conquistas tratadas a seguir.

2.3 A luta das camponesas-quebradeiras de coco e as estratégias de fortalecimento

A atividade de extração e produção do babaçu faz parte da “experiência histórica”¹¹⁷ das camponesas e trabalhadoras rurais e de “ponta de rua”¹¹⁸ da região dos babaçuais, que foi

¹¹⁶ Ver os relatórios dos primeiros encontros do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

¹¹⁷ Thompson, 1981.

¹¹⁸ É importante destacar que muitas trabalhadoras rurais tiveram contato com o coco babaçu a partir de outras gerações, com um saber-fazer transmitido por suas mães e avós. Além disso, muitas dessas trabalhadoras passaram por processos de expropriações e sobrevivem atualmente como trabalhadoras,

repassada de geração a geração. A luta das camponesas-quebradeiras de coco nasce, portanto, a partir dessa experiência cotidiana, e data desde os seus antepassados. Porém, a partir de meados da década de 1980, é que essa luta ganhou caráter político-territorial mais expressivo, com o surgimento de associações e movimentos contrários às ações destrutivas do capital e em defesa dos recursos naturais.

Um evento importante que contribuiu para a afirmação e o fortalecimento do “Movimento das Quebradeiras de Coco” foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente-Eco-92, realizada no Brasil. Reuniram-se entidades nacionais e internacionais para discutir a necessidade de promover um desenvolvimento sustentável, capaz de impor limites, até certo ponto, aos avanços destrutivos do capital. Na ocasião desse evento, muitos acordos e parcerias foram firmados, como projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida dos “povos da floresta”, tais como os camponeses denominados seringueiros e quebradeiras de coco. Projetos oriundos de ONGs, instituições públicas e privadas, que permitiram a aquisição de recursos financeiros para serem investidos no fortalecimento dos Movimentos. Entre os financiadores destacam-se a Actionaid, War on Want, Fundo Natura, Aktionsgemeinschaft Solidarische Welt- ASW, Pão para o Mundo, entre outras, como mostram o V e o VI Relatório dos Encontros Interestaduais das Quebradeiras de Coco.

Temos clareza dos limites e contradições do discurso do desenvolvimento sustentável no interior do modo de produção capitalista, o qual se reproduz a partir de processos de apropriação das riquezas naturais, promovendo grandes desequilíbrios socioambientais e territoriais desde a escala local à escala mundial. No contexto dos debates em torno da necessidade de impor limites às ações do capital, realizados na Eco-92, diversos movimentos sociais ganharam visibilidade e traçaram pautas de luta e parceria, que garantiram o seu fortalecimento, como foi o caso do “Movimento das Quebradeiras de Coco” e do Conselho Nacional dos Seringueiros¹¹⁹.

Assim, emergem vários movimentos sociais que, pelas próprias identidades reivindicadas, indicam que novos sujeitos sociais estão entrando em cena. A partir de meados dos anos oitenta [e 1990], vários encontros reúnem na Amazônia pescadores, seringueiros, populações remanescente de quilombos, ou ainda atingidos por barragens, quebradeiras de coco babaçu, comunidades indígenas e assentados, além de garimpeiros. À exceção deste último, os

diaristas, recebendo o pagamento em forma de diárias e por produção. As mulheres “de ponta de rua” são trabalhadoras de cidades periféricas, que acessam as palmeiras de babaçu em áreas relativamente próximas do perímetro urbano, como mostrou Shiraishi Neto (1997).

¹¹⁹ V e o VI Relatório dos Encontros Interestaduais das Quebradeiras de Coco (2004 e 2009).

demais apontam claramente no sentido da autonomia em relação às tradicionais classes dominantes regionais na mediação dos seus interesses com o Estado. Pela segunda vez na história regional da Amazônia os “de baixo” conseguem se expressar, e colocar suas demandas por direitos. A diferença é que hoje, ao contrário de 1835 na Cabanagem, são capazes de estabelecer contatos e alianças com movimentos da sociedade civil, tanto no âmbito nacional como internacional, que lhes tem permitido pelo menos oferecer ao debate suas propostas (GONÇALVES, 2012, p. 130).

A partir desses contatos o movimento das camponesas-quebradeiras de coco conseguiu maior visibilidade acerca das situações vivenciadas, bem como alianças através de projetos, que possibilitaram a aquisição de recursos financeiros de entidades, ONGs e instituições públicas e privadas. Os recursos são destinados ao fortalecimento da estrutura de produção e comercialização dos produtos do babaçu.

Com esses recursos, por meio do MIQCB e na ASMUBIP, as camponesas-quebradeiras passaram a investir na criação de uma estrutura capaz de garantir maior produtividade, agregação de valor e autonomia na comercialização dos seus produtos. Segundo dona Cledeneusa,

(...) com o projeto, foi feito um projeto nas entidades, não é nem do governo. Agora que tem entidade do governo como o Ministério da Agricultura que ajuda, que já ajudou, que foi feito projeto, mas antes foram as entidades, como é que eles chamam? As ONG's, né? Então elas, que a gente fazia os projetos, vinham conhecer no Brasil o trabalho das mulheres, e o nosso estava organizado já o movimento. Aí então fazia um projeto x pra comprar tantas panelas, tantas forrageiras, tantas bacias, toda a tralha que a gente precisa. Então, o mesmo tanto que comprar para o Maranhão, vai comprar para o Piauí, vai comprar para o Pará, vai comprar para o Tocantins, o tanto de grupos que nós temos, vai ser o tanto de objetos que vai ser comprado¹²⁰.

O MIQCB é organizado através de regionais. Em cada estado, Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará existe um escritório, isto é, uma regional. Em alguns estados, como o Maranhão, têm mais de uma regional devido à extensão geográfica do estado e a área correspondente aos babaçuais. Para montar a estrutura das regionais, os recursos financeiros obtidos mediante os projetos em parceria com as entidades foram importantes, como relatou dona Cledeneusa. Por meio de oficinas, as camponesas-quebradeiras de coco identificam as principais demandas das regionais e planejam propostas de ações para supri-las.

Com a criação da ASMUBIP, o dinheiro dos projetos foi investido na criação de cantinas nas unidades territoriais. Estas funcionavam como um ponto comercial, onde as famílias das sócias trocavam coco babaçu por produtos que não produziam. Também podiam

¹²⁰ Entrevista com dona Cledeneusa Maria Bezerra Oliveira, realizada em 07 de outubro de 2016.

comprar os produtos com um desconto específico para as sócias. As cantinas funcionaram como uma estratégia para quebrar o poder dos atravessadores, ao passo que dinamizavam a produção do grupo produtivo. O coco recolhido nas unidades era vendido para a empresa Tobasa Boindustrial de Babaçu S.A¹²¹. Porém, essa estratégia não durou muito tempo, segundo dona Belisa e dona Luiza, a duração foi de dois anos apenas. Tiveram problemas administrativos e acabaram fechando as cantinas.

Quando nós criamos a associação da ASMUBIP, aí com o projeto que foi feito, nós montamos a cantina. Nessa cantina a mercadoria era mais barata para as sócias e ficava mais cara para as não sócias. A cada mês a gente fazia com que aumentasse um produto vendável na cantina, então foi o que fizemos todo mês. Mas aí essa nossa cantina foi à falência, porque abriram outras cantinas nas outras comunidades, apesar de termos produção, cresceu, aumentava, sempre tínhamos outros produtos, por causa das outras cantinas apareceram tantos furtos, que inventaram que eram os ratos que carregavam as mercadorias. Aí caiu, acabaram com a cantina da ASMUBIP¹²².

Ao passo que as cantinas não se mantiveram, nos encontros interestaduais das quebradeiras de coco, as camponesas organizadas no MIQCB decidiram criar as cooperativas. Considerando-as como uma estratégia importante para o fortalecimento da economia, na medida em que buscariam ampliar a produção e o controle da comercialização.

Inspirados na experiência das cooperativas situadas nos municípios de Lago do Junco (Cooperativas dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPPALJ), e Esperantinópolis (Cooperativas dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis – COOPAESP) na região do Mearim, no Maranhão, que produzem e comercializam o mesocarpo e o óleo de babaçu, criou-se uma cooperativa para produzir azeite, mesocarpo, sabão e artesanato na região do Bico do Papagaio.

A cooperativa da região do Bico do Papagaio foi criada a partir da formação de grupos produtivos de camponesas-quebradeiras de coco nas unidades territoriais. Esses grupos passaram a produzir principalmente azeite, mesocarpo e artesanato e vender para a cooperativa, responsável pela comercialização dos produtos. O grupo produtivo é formado por um número de doze a quinze camponesas da unidade, nem todas as camponesas-quebradeiras

¹²¹ A empresa Tobasa Boindustrial de Babaçu S.A durante muito tempo comprou o babaçu das camponesas-quebradeiras de coco. Localizada no município de Tocantinópolis, realiza a industrialização integral do coco babaçu na produção de óleo, torta proteica, biomassas energéticas, farinha amiláceas, álcool amiláceo e carvão ativado. Mais a frente discutiremos a relação das camponesas com essa empresa e o significado da mesma no seu processo de reprodução.

¹²² Entrevista com dona Belisa da Costa Souza, do Povoado Juverlândia, em 12 de outubro de 2016.

de coco participam¹²³. As que compõem o grupo têm uma participação ativa nas entidades de representação, ASMUBIP e MIQCB. Através dos projetos de financiamentos obtidos, conseguiram manter um fundo de renda, para adquirir os produtos. Quando falta algum produto numa regional, os grupos se mobilizam e compram de outras regionais. No caso da regional do MIQCB do Pará, é comum a coordenadora, dona Cledeneusa, comprar os produtos do grupo produtivo do Tocantins, para comercializar na feira do município de Marabá, aos domingos.

Durante muito tempo, a produção do babaçu permaneceu restrita à produção do azeite, sabão e venda das amêndoas. Mas, a partir da organização e mobilização das camponesas-quebradeiras nos movimentos sociais e associações, a produção foi se diversificando. Passaram a dialogar com as instituições científicas no sentido de aperfeiçoarem a produção e os conhecimentos acerca das propriedades que compõem o babaçu, os seus produtos e os benefícios. A diversificação produtiva funcionou como uma estratégia de fortalecimento das camponesas-quebradeiras de coco e do seu processo de reprodução social¹²⁴.

Antes da organização, mobilização e luta das camponesas, o azeite era produzido rusticamente, especificamente para o consumo. Posteriormente, com os recursos obtidos por meio das parcerias, as associações foram adquirindo máquinas, como prensas e forrageiras, que facilitaram a produção do azeite e o tornaram de melhor qualidade, como foi ressaltado nas entrevistas. Dona Cledeneusa, coordenadora da regional do MIQCB Pará, explicou essa situação.

É um processo assim... Consegui, uma grande vantagem também, que antes só tinha azeite pisado no pilão, então agente produzia um azeite bem escuro, porque fica mole pra gente poder pisar no pilão né, quando o coco tá bem torrado, ele amolece bem pra gente fazer o azeite, ele rende mais, aí a gente tinha muita dificuldade que tinha que pisar aquele coco no pilão. Então, com a organização, foi feito os projetos para ajudar, então esse projeto trouxe para cada grupo uma forrageira, umas panelas, então isso é um incentivo que o movimento pôde dar para as mulheres né. Construímos as unidades, não é muito boa, mas cada grupo tem uma casinha construída para guardar as suas coisas lá e ser um local só para aquele objetivo de trabalhar com o babaçu, e onde as mulheres se reúnem para discutirem seus trabalhos, seus problemas¹²⁵.

¹²³ Ainda existem muitas camponesas-quebradeiras de coco nas unidades territoriais que resistem ao processo de mobilização, optando por continuarem produzindo no âmbito da unidade familiar principalmente para o consumo, mas podendo vender também.

¹²⁴ Ver Rocha (2011).

¹²⁵ Entrevista com dona Cledeneusa Maria Bezerra Oliveira, realizada em 07 de outubro de 2016.

Dona Cledeneusa enfatiza mais uma vez a importância dos recursos obtidos mediante os projetos, que permitiram a construção das estruturas regionais do MIQCB. Mesmo com a melhoria do processo produtivo, através das máquinas e equipamentos adquiridos, a quebra do coco não mudou. Continuou sendo realizada com o machado preso numa das pernas das camponesas, com a lâmina virada para cima, onde o coco é colocado, e recebe os golpes, que o parte ao meio. Depois, cada parte é cortada para que a amêndoa seja retirada com facilidade. A amêndoa é levada ao fogo do fogareiro, para ser torrada, em seguida triturada no pilão, e cozinhada até gerar o azeite.

Fotografia 01: Quebra do coco

Fonte: Trabalho de campo (13/10/2016)

Fotografia 02: Amêndoa do coco babaçu

Fonte: Trabalho de campo (13/10/2016)

Fotografia 03: Torrando o amêndoa

Fonte: Trabalho de campo (13/10/2016)

Fotografia 04: Retirada do coco torrado

Fonte: Trabalho de campo (13/10/2016)

Após torrar a amêndoa, a camponesa-quebradeira de coco a tritura para fazer o cozimento. Quando era triturada no pilão, o azeite era mais escuro, como ressaltou dona Cledeneusa. Mas, com a aquisição das prensas e das forrageiras, o azeite clareou e melhorou a qualidade.

É importante destacar que apesar da aquisição de algumas máquinas, as camponesas-quebradeiras continuaram quebrando coco com o macete, como de costume. Apesar das tentativas perpetradas especialmente nas décadas de 1960 e 1980, para mecanizar todo o processo de beneficiamento do coco, como mostraram os geógrafos Orlando Valverde (1957)

e Manuel Correa de Andrade (1968), há uma resistência na manutenção das práticas costumeiras.

Da mesma forma aconteceu com o sabão. Antes, era realizado apenas com o azeite e a soda, mas, a partir do contato com os pesquisadores universitários, as camponesas aprenderam novas técnicas e novos ingredientes para acrescentarem ao produto. Isso possibilitou a melhoria da sua qualidade, como relatam em seus depoimentos.

O artesanato foi uma iniciativa para envolver os jovens e reaproveitar os cocos velhos. Na medida em que os cocos vão envelhecendo, surge uma larva, conhecida entre as camponesas, como gongo. O azeite não pode ser produzido com esse coco, pois o sabor é alterado, fica com “ranço” na linguagem popular. O artesanato é, portanto, uma forma de aproveitar esse coco “gongado”.

No povoado Juverlândia, o grupo produtivo do artesanato é coordenado pela Andreina Xavier Fernandes de Souza. Ela informou que, através do projeto Pindova¹²⁶, conseguiu adquirir uma máquina lixadeira e um torno, para cerrar o coco e produzir os artesanatos. Com a venda dos produtos, tais como: brincos, cordões e capas de almofadas (fotografia 05), compram os materiais para continuarem a produção.

No município de São Miguel do Tocantins, na unidade Olho d’Água, dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, apesar de não continuar com a quebra do babaçu por motivos de doença, trabalha com a produção do artesanato. Produz, entre outros, abanos¹²⁷, descanso de panela, porta caneta, porta copo, porta garrafa e cofinhos (fotografia 06), e vende nos eventos, nas feiras e para a Secretaria de Cultura.

¹²⁶ Financiado pela Petrobrás, o Projeto Pindova é uma proposta do MIQCB em parceria com o Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará. O objetivo do projeto é “promover a geração de renda das quebradeiras de coco babaçu e de oportunidade de trabalho para os jovens de suas comunidades, no Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins” (<https://www.miqcb.org/projeto-pindova>. Acesso em 18/07/2017).

¹²⁷ Usado para ascender o fogo do fogareiro.

Fotografia 05: Artesanato do grupo produtivo do povoado Juverlândia

Fonte: Trabalho de campo (13/10/2016)

Dona Nonata destaca que o artesanato não é valorizado no município, por isso acaba vendendo mais em outros lugares.

Vendo, só que aqui em São Miguel é difícil, o povo não compra. Eu fiz várias coisas agora no tempo das quadrilhas: vendi uns abanos; eles encomendaram uns cofinhos, a gente fez e vendemos para a Secretária de Cultura, mas fora isso, aqui dentro mesmo não vendemos. Vendemos mais fora quando a gente sai. Já ganhei muito dinheiro com isso, graças a Deus e ajudou muito. Eu não estou na atividade de quebrar coco, mas estou fazendo tudo para valorizar o babaçu, estou trabalhando sempre com ele. Essa maneira de trabalhar vai mostrar que o babaçu não é só tirar o azeite ou fazer o coco. Que não é fazer as coisas rotineiras que fazíamos: ele dá outras coisas, até joias para a gente usar. A gente usa o brinco, faz brinco, faz colar, faz tudo. Toda a vez que eu vou, eu levo e vendo¹²⁸.

Fotografia 06: Artesanato da dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues

Fonte: Trabalho de campo (18/10/2016).

¹²⁸ Entrevista com dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, de Olho d'Água, em 18 de outubro de 2016.

Dona Nonata deixa claro a preocupação dessa fração do campesinato com a valorização do babaçu, um produto nativo que pode ser aproveitado completamente. No seu depoimento é possível notar o caráter político da atividade produtiva do artesanato. Na medida em que o produz, valoriza e cria condições de possibilidades para ampliar a visibilidade do produto e da luta das camponesas-quebradeiras de coco pelo processo de preservação dos babaçuais.

Nesse contexto, a produção do mesocarpio ganha destaque também. Consiste numa massa localizada entre a amêndoa do babaçu e a casca, a qual é beneficiada em forma de amido, e comercializada para a produção de alimentos, como mingau e bolos, além de servir como remédio para gastrite e diarreia.

Segundo Rocha (2011), a organização da produção do mesocarpio no Bico do Papagaio foi uma iniciativa da ASMUBIP, por meio do “projeto babaçu” e financiado pela Petrobrás, como forma de fortalecer a atividade extrativa na região. A autora cita a experiência da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis – COOPAESP, onde produzem o mesocarpio e comercializam através dos programas governamentais, que o destina à alimentação nas escolas públicas.

A casa do mesocarpio foi construída na propriedade familiar Olho d’Água, com o objetivo de ampliar a sua produção. As camponesas iniciaram a atividade, mas tiveram que parar para adequar as condições da casa às exigências da vigilância sanitária, para comercializar o produto. Durante o trabalho de campo, dona Luiza a mostrou e explicou o processo de produção do mesocarpio.

Fotografia 07 e 08: Casa do mesocarpio

Fonte: Trabalho de campo (18/10/2016)

A casa do mesocarpio foi criada com os instrumentos necessários para a sua produção. Segundo dona Luiza, o coco é colocado próximo aos facões fixados na base, para ser descascado. Após esse processo, o posiciona sobre o tronco de madeira nos tanques, onde recebe os golpes do macete para que a massa do mesocarpio seja extraída. Depois, toda a

massa é lavada e posta sobre uma mesa para secar naturalmente. Em seguida tritura-se na forrageira para gerar o amido.

Apesar da casa do mesocarpó não está funcionando, algumas camponesas o produzem em suas próprias residências, sem grande mecanização. Dona Raimunda Nonata é uma delas, e também explicou e mostrou como produz.

P: Como funciona a produção do mesocarpó?

Raimunda: Você vai no pé de coco, pega o coco na hora que ele cai do cacho porque a gente coleta do chão. Depois lava, quando já estiver em casa, deixa ‘enxugar’ e tira aquela pele. Aí você bate nele com esse macete para tirar a massa. Essa massa tanto serve como alimentação, como medicinal: se você tiver alguma ferida, gastrite, qualquer coisa que esteja doendo, você pode colocar dentro de uma garrafa, uma vasilha, uma jarra desse jeito que está. Daí bota água e deixa passar um pouco que ela vai soltar um ‘atravozinho’ do mesocarpó e aí você bebe. Bebe que fica bonzinho. Ele serve para Gastrite, alguma inflamação que tiver no ovário, no útero. Tudo isso ele serve¹²⁹.

Fotografias 09, 10, 11 e 12: Produção do mesocarpó

Fonte:

Trabalho de Campo (18/10/2016)

P: E o mingau?

Raimunda: Para fazer 2 xícaras de mingau, você coloca 4 colheres de mesocarpó moído, leite, açúcar a vontade.

P: Mas como faz para moer?

¹²⁹ Entrevista com dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, de Olho d'Água, em 19 de outubro de 2016.

Raimunda: Se você não tiver a forrageira que mói, porque aqui a gente tem uma máquina que processa. E para processar tem que ter muito, não pode ser só um pouquinho. Se você não tiver muito, e quiser comer um mingau, pode colocar no liquidificador depois de seco, mói bem, peneira. Aí faz um mingau, um bolo... o bolo dele fica da cor do bolo de chocolate (...) na hora que na você olha e diz assim: não, esse bolo é de chocolate. E não tem um gosto ruim, diferente, além dele servir de alimentação, ele ainda vai te fazer bem¹³⁰.

Diferente da produção do azeite e do sabão, que são práticas repassadas de geração a geração nas unidades familiares, como meio de sobrevivência e como costumes, a produção do mesocarpo, do artesanato e do carvão sustentável surge no contexto da luta pela valorização do babaçu. A diversificação produtiva é uma estratégia de fortalecimento da economia das camponesas-quebradeiras de coco, organizadas nos movimentos sociais e associações, como ASSEMA, MIQCB e ASMUBIP, em coalisão com as ofensivas dos fazendeiros e empresas capitalistas que desmatam e devastam os babaçuais.

O carvão sustentável é realizado a partir da casca do coco, dispensada após a retirada da amêndoa e do mesocarpo. Contrapõe-se ao carvão do coco inteiro produzido nas empresas como a Tobasa Boindustrial e as siderúrgicas produtoras de ferro-gusa. Produzir carvão do coco inteiro significa destruir as condições de possibilidade de aproveitamento e beneficiamento do babaçu no processo de reprodução social das camponesas-quebradeiras. A carbonização do coco inteiro, impede o aproveitamento da amêndoa, que produz o azeite e o óleo; do mesocarpo, que gera o amido e do artesanato.

As mulheres, camponesas-quebradeiras de coco travam uma luta histórica em contra o capital e o machismo enraizado na sociedade brasileira. São sujeitas com grande potencial revolucionário, lutando duplamente pela autonomia e liberdade, desde o universo familiar à sociedade mais ampla, respectivamente contra a opressão masculina e os agentes capitalistas e suas ações destrutivas.

A partir da organização e mobilização das camponesas-quebradeiras, a produção do azeite, sabão, artesanato, mesocarpo e o carvão sustentável passaram a fazer parte de uma estratégia de reprodução social, pautada não apenas na obtenção do alimento em si, mas na luta política pelo reconhecimento da diferença, pelo respeito e valorização do papel feminino na unidade familiar e na própria sociedade.

A luta dessa fração do campesinato brasileiro tem ganhado visibilidade a partir das tentativas de libertação do “coco preso” no processo de cercamento das terras. A partir das suas experiências históricas, as camponesas-quebradeiras entendem que o babaçu é um bem

¹³⁰ Entrevista com dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, de Olho d'Água, em 19 de outubro de 2016.

comum, que não tem um dono específico, portanto, todos podem usufruí-lo. Nesse sentido, o seu aprisionamento, a cobrança de renda pelo uso e a proibição do livre acesso aos babaçuais é uma irracionalidade e grande violência no contexto da lógica da reprodução camponesa.

Os fundamentos da argumentação (...) são a necessidade da sobrevivência e também o fato de que os proprietários não haviam comprado babaçu e sim a terra, o que denota representações em torno da apropriação desse vegetal regendo sistemas de classificação dos recursos naturais. Tais fundamentos não excluem, também, princípios éticos, no âmbito do que poderia ser pensado como uma *economia moral dos pobres*. O fato de ser considerado um bem da natureza, independentemente da ação humana, fundamenta as concepções em torno da impossibilidade de sua apropriação privada, da absoluta interdição de sua transformação em mercadoria, em objeto de negócio¹³¹.

A perspectiva de natureza das camponesas-quebradeiras de coco babaçu está fundada, por tanto no valor-de-uso. Entendendo que “(...) os valores de uso são imediatamente meios de subsistência”¹³², o uso do bem comum está voltado para a reprodução familiar. Diferente da perspectiva do capital, centrado no valor-de-troca, voltado para a sua reprodução ampliada.

No sentido de garantir o uso do babaçu na reprodução social, bem como, tentar impedir os processos de desmatamento e devastação perpetrados pelos fazendeiros e empresas capitalistas, as camponesas-quebradeiras pôs em relevo a pauta da luta pelo livre acesso aos babaçuais. Por meio de organizações e mobilizações no âmbito dos movimentos sociais e associações, passaram a pressionar as autoridades governamentais para a tomada de iniciativa diante dessa questão.

Como resultado dos conflitos e lutas reivindicatórias, através de ações como a tomada de praças públicas, passeatas, encontros, seminários e reuniões com as autoridades, as camponesas-quebradeiras de coco conquistaram a elaboração e aprovação da Lei do Babaçu Livre, em alguns municípios e estados. No estado do Maranhão, por exemplo, a Lei nº 4.734 de 18 de junho de 1986, revogada com a Lei nº 7.824 de 22 de janeiro de 2003, proíbe a derrubada das palmeiras de babaçu, inclusive estabelecendo multas para as infrações cometidas, como indica o artigo 3º da Lei:

“Art. 3º A inobservância dos dispositivos previstos nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes multas:
I- 30 (trinta) salários mínimos, no caso de utilizar ou conduzir palmito de palmeira cuja derrubada não esteja excetuada nesta Lei;

¹³¹ (ANDRADE, 2005, p. 181).

¹³² Marx (1982).

II- 50 (cinquenta) salários mínimos, no caso de ser derrubada ou danificada palmeira de babaçu.

Parágrafo único. O valor da multa prevista no inciso II será dobrado se a derrubada ou danificação atingir mais de 80 (oitenta) até 100 (cem) palmeiras, triplicando-se o valor se as palmeiras atingidas forem mais de 100 (cem)” (LEI nº 7. 824 de 22 de janeiro de 2003)¹³³.

Essa lei foi aprovada em alguns municípios do estado, mas não foi aprovada em nível estadual ainda. Depois de ser aprovada em alguns municípios, no estado do Tocantins a Lei nº 1.959, de 14 de agosto de 2008 foi aprovada a nível estadual. Dispõe sobre a proibição da queimada, derrubada e uso predatório das palmeiras do coco de babaçu.

(...) Em Lago do Junco, por exemplo, a Lei municipal 005/1997 indica que: “Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a tornar a atividade extrativa do babaçu uma atividade livre no Município, mesmo em área de fazendeiro”. Já a Lei 01/2002, “dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeira de babaçu, no município de Lago do Junco”. O texto diz ainda: “As palmeiras de babaçu existentes no Município de Lago do Junco, Estado do Maranhão, são de livre acesso e uso comum das quebradeiras de coco e as suas famílias, que as exploram em regime de economia familiar e comunitária.” Os outros municípios onde existem as chamadas “Leis do Babaçu Livre” são: Lago dos Rodrigues (MA); Esperantinópolis (MA); Pedreiras (MA); São Luiz Gonzaga (MA); Buriti do Tocantins (TO); Axixá do Tocantins (TO); Praia Norte (TO); Imperatriz (MA); São Domingos do Araguaia (PA); São Miguel do Tocantins (TO); São José dos Basílios (MA); Cidelândia (MA) (RÊGO, 2011, p. 173-174).

Dona Maria Querubina, uma das primeiras coordenadoras do MIQCB, da regional de Imperatriz (MA), narra como ocorreu o processo de luta pela aprovação da Lei junto às autoridades governamentais. Chama atenção para reivindicações realizadas a nível municipal, estadual e federal, destacando a proposição de um projeto nacional de defesa dos babaçuais, que, por sua vez, foi engavetado no Congresso Nacional.

(...) aqui nessa região nós criamos, como coordenadora do MIQCB, (...) fizemos tem um, dois, três, quatro, cinco municípios que tem a Lei do Acesso Livre dos babaçuais. Tem umas que têm algumas pendências, mas como trocaram de coordenação e não deram continuidade a essa luta, eu acho que hoje tem alguma pendência essas leis, porque no Amarante, o prefeito não sancionou, mas deixou caducar. Não vetou, virou lei, segundo os advogados. Se não vetar, vira lei, passou do tempo de vetar. Em Imperatriz, foi sancionada na época do prefeito Gilmar Fernandez, Waldinara, vereador, na época o projeto entrou via dele. Na Cidelândia foi sancionada, através do vereador Marajuba e o prefeito José Carlos. Também tem o meio de acesso livre dos babaçuais. Vila Nova dos Martírios foi através das quebradeiras e do prefeito, no dia em que apresentamos o projeto, ele sancionou. São Pedro da Água Branca o prefeito sancionou. Foi

¹³³ Lei nº 7.824 de 22 de janeiro de 2003. Em:

https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/legislacao/legislacao_estadual/Noticia1228A974.pdf acesso em 24 de julho de 2017.

através do vereador Delima, fizemos duas audiências públicas, a derradeira os vereadores assinaram a lei e o prefeito não sancionou, mas não vetou, virou lei. Então a gente tem uma contribuição nesse trabalho. Eu tenho prazer de dizer que contribui. Se ninguém der continuidade porque né... mas o que a gente fez é os caminhos. Participamos de muita coisa com o governo federal. Tivemos audiência pública em Brasília, ocupamos lá aquele Congresso, apresentamos a nossa proposta através do projeto de lei nacional, que foi através do deputado federal Domingo Dutra, que ainda hoje está na gaveta do Congresso. Era um projeto nacional em defesa dos babaquais. Esse é completo, porque é em defesa das florestas, o babaçu de todos os estados, não diz que é só um estado, é em todo estado que tem coco, contra a queimada do coco inteiro. Está lá no projeto de lei nacional e acesso livre, eles engavetaram, passaram até pela comissão não sei lá de quê da agricultura, mas eles questionaram quando diz que acesso livre. As propriedades privadas não podem ter acesso livre, até aí ela andou, ainda hoje está nas gavetas do Congresso¹³⁴.

A aprovação da Lei tem um significado especial para as camponesas-quebradeiras de coco, na medida em que, de um lado, reconhece à existência dessa fração do campesinato, que se reproduz por meio de uma relação específica com os babaquais, e, de outro lado, demonstrou a dimensão política da sua luta.

Além da dimensão política, a aprovação da “Lei do Babaçu Livre” representa também, o reconhecimento jurídico das camponesas-quebradeiras e suas demandas, como defendeu Shiraishi Neto (1997). O referido autor entende esse reconhecimento como a construção de normas de direitos a partir das experiências dessa fração camponesa. Para ele, o

(...) **babaçu livre** representa então uma “nova concepção” de direito em oposição ao Direito Civil, que privilegia a propriedade privada, como também ao Direito Agrário, que impôs o caráter social da terra e não às palmeiras de babaçu, e ainda ao Direito Ambiental, que resume o ideal de preservação, pois tem como prevalência a cobertura vegetal em favor da própria propriedade, baseada este nas formas de acesso e uso comum das palmeiras de babaçu pelas chamadas quebradeiras de coco.

Essa “nova concepção” de direito está fundada, segundo o autor, numa concepção consuetudinária. As camponesas-quebradeiras resgatam experiências vivenciadas historicamente, afirmando uma identidade social como estratégia de luta. Ao mesmo tempo em que as resgatam como um costume herdado de outras gerações, também o resignifica a partir do novo contexto social em que estão inseridas. Desse modo, podemos entendê-lo como uma recriação voltada para as reivindicações de novos “direitos”¹³⁵, como o direito ao livre

¹³⁴ Entrevista com dona Maria Querubina da Silva Neta, no PA Conceição (Imperatriz-MA), em 24 de janeiro de 2015.

¹³⁵ Thompson (1998)

acesso aos babaquais. Nesse sentido, as práticas da produção do babaçu como um costume exerce uma “função racional”¹³⁶ reforçada no contexto da luta.

A importância da aprovação da Lei nº 7.824 de 22 de janeiro de 2003 é inquestionável, para a afirmação, reconhecimento e luta das camponesas-quebradeiras e demais quebradeiras de coco. Foi uma grande conquista, como afirmou dona Eunice Conceição Costa:

Sim, foi uma conquista. A Lei do Babaçu Livre foi uma grande conquista. Hoje, lá na minha região nós temos a Lei aprovada no município de São Pedro da Água Branca, no município Vila Nova dos Martírios, Cidelândia, Amarantes e Imperatriz. Hoje, a gente tem essa Lei garantida do acesso livre ao babaçu, e estamos correndo atrás da lei a nível estadual no Maranhão. Então, foi uma vitória, uma grande conquista¹³⁷.

Apesar de ser uma conquista, gostaríamos de ressaltar que tal instrumento jurídico-político não é suficiente para transformar a realidade dessa fração do campesinato brasileiro. O livre acesso aos babaquais permanece condicionado pelo poder dos fazendeiros e empresários capitalistas que detêm a propriedade privada da terra, bem como ao dos governos municipais, estaduais e federais, controlados pela bancada ruralista de interesses latifundiários e capitalistas em nosso país.

A Lei do Babaçu Livre interfere na estrutura fundiária na medida em que o proprietário da terra é obrigado a liberar a entrada das camponesas e trabalhadoras rurais para coletarem coco, assim como o proíbe de derrubar e devastar as palmeiras. Entretanto, essa interferência não é capaz de transformar a concentrada estrutura fundiária predominante na região do Bico do Papagaio.

Nesse sentido, podemos afirmar que a autonomia e a liberdade tão buscada pelas camponesas-quebradeiras de coco, não pode ser alcançada plenamente apenas com esse instrumento jurídico-político. As próprias camponesas-quebradeiras de coco têm clareza desse limite, como demonstram os depoimentos da dona Cledeneusa e da dona Socorro, coordenadora do MIQCB, da regional do estado do Pará e do Tocantins, respectivamente:

Aí essa conquista... A Lei do Babaçu Livre foi uma conquista, mas não tanto, porque ela não surte efeito. As prefeituras aceitaram, o estado não aceitou e o federal também não aceitou, nunca aprovou a lei. Então ela não surte efeito, eles não respeitam a lei¹³⁸.

¹³⁶ Thompson (1998)

¹³⁷ Entrevista com dona Eunice Conceição Costa, coordenadora do MIQCB da regional de Imperatriz (MA), moradora da Resex Ciriaco. Realizada em 07 de junho de 2017.

¹³⁸ Entrevista com dona Cledeneusa Maria Bezerra Oliveira, coordenadora do MIQCB, regional do Pará, realizada em 07 de outubro de 2016.

E a Lei do Babaçu Livre é uma discussão. É uma luta nossa muito pesada, mas ela quase não avança. Porque, quando nós começamos fazer município por município, até ela andou ainda fazendo uns avanços. No Tocantins, nós ainda conseguimos cinco municípios, aí parou porque a Deputada apresentou a estadual e passou. Só que não funciona. E aí a dos municípios em função da estadual, nós fizemos um lançamento de campanha para ver se funciona, a gente já fez as coisas, mas como se diz ‘a audiência com o governo’, nós não conseguimos pautarmos essas coisas. Mas, foi bom. Aprovada só tem essa do Tocantins¹³⁹.

Além da Lei do Babaçu Livre, o movimento das quebradeiras de coco também tem discutido e defendido a criação de assentamentos agroextrativistas e reservas extrativistas em áreas de concentração dos babaçuais. A Reserva Extrativista do Ciriaco é um exemplo, uma vez que foi criada a partir da luta das famílias camponesas-quebradeiras, contra os fazendeiros que as impediam de realizarem suas atividades, consequentemente, dificultando o seu processo de reprodução social, como abordaremos no próximo capítulo deste trabalho.

¹³⁹ Entrevista com dona Maria do Socorro Teixeira Lima, coordenadora do MIQCB, regional do Tocantins, realizada em 07 de junho de 2017.

Capítulo III – Entre a Sujeição e a Resistência: a força das camponesas-quebradeiras de coco

Tomando como referencia as experiências das famílias camponesas e trabalhadoras rurais, do povoado Juverlândia, em Sítio Novo do Tocantins (TO), da propriedade familiar Olho d'Água, em São Miguel do Tocantins (TO), do povoado Petrolina, em Imperatriz (MA), e Ciriaco, em Cidelândia (MA), na região denominada Bico do Papagaio, ao longo dos capítulos anteriores ressaltamos que a reprodução dessa fração da classe social deve ser analisada a partir da luta pela terra e pelo babaçu livre. O movimento da realidade dessas unidades camponesas revela que a privação da terra, provocou o aprisionamento do coco babaçu, criando as condições materiais para o desenvolvimento de um ser social, dotado de uma consciência política voltada para a transformação.

Por meio de praticas de “revolução no cotidiano”¹⁴⁰, as famílias camponesas que sobrevivem de atividades agrícolas e extrativistas têm garantido a sua reprodução social. Ao mesmo tempo em que seguem se reproduzindo, contradizem os teóricos defensores do desaparecimento do campesinato, que se daria através da expansão de relações capitalistas assalariadas no campo, e pela diferenciação social, defendida por Lenin (1982)¹⁴¹. Este que defende a ideia de que no processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ao tentarem produzir para o mercado, o campesinato não teriam condições de se manter, logo, perderiam suas propriedades¹⁴².

Em diferentes partes do Brasil e do mundo, o campesinato tem demonstrado a sua capacidade de resistência e recriação frente às ações ofensivas dos capitalistas, interessados na reprodução ampliada do capital. Num debate recente, Shanin (2008) trouxe uma reflexão sobre o campesinato na atualidade, destacando como uma das suas características a existência e resistência da economia camponesa, no contexto capitalista de produção da sociedade contemporânea. Outra característica é que essa economia camponesa é fruto da flexibilidade de adaptação dos camponeses no processo de reprodução do seu modo de vida, do apoio e da ajuda mútua encontrada entre as unidades familiares. Essa flexibilidade, portanto, é o

¹⁴⁰ SHERER-WARREN (1987)

¹⁴¹ Não apenas o Lenin (1982).

¹⁴² Oliveira (2013). “Outra vertente entende que o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois ele seria uma espécie de “resíduo” social que o progresso capitalista extinguiria. Ou seja, os camponeses ao tentar produzir para o mercado acabariam indo à falência e perdendo suas terras para os bancos ou mesmo teriam que vende-las para saldar as dívidas. Com isso, os camponeses tornar-se-iam proletários. Entre os principais pensadores dessa corrente estão Karl Kautsky, Vladimir I. Lenin, Leo Huberman, Paul Sweezy, Caio Prado Jr. Maria Conceição D’Incao e Mello, José Graziano da Silva, Ricardo Abromovay etc.” (OLIVEIRA, 2013, p. 71)

resultado das multiplicidades de soluções encontradas para o problema de como sobreviver em situações de crises. Além disso, também chama atenção para a recriação do campesinato a partir de políticas governamentais de distribuição de terras, como resultado da luta camponesa.

Essa última característica destacada por Shanin (2008), também foi ressaltada por Oliveira (1991) em se tratando do papel assumido pelo Estado brasileiro, como agente distribuidor de terras em projetos de colonização. Este, ao fixar preços mínimos agrícolas, ou cotas de produção, garante condições mínimas contraditórias para a reprodução do camponês. Além disso, Oliveira (2001) chama atenção para os censos demográficos de 1996 e 2000, destacando o crescimento absoluto da população rural, e que esse processo está diretamente relacionado com os novos assentamentos rurais criados a partir da Reforma Agrária. Esse processo é definido por Shanin (1980) como “recamponização”¹⁴³.

(...) No Brasil, certamente não menos capitalista, tem ocorrido um aumento absoluto no número de camponeses, isto é, uma real “recamponização”. Mesmo o líder do Banco Mundial (adotando uma notável mudança de opinião) falou recentemente em centenas de milhões de pequenos produtores rurais até o fim do século. O que significa tudo isso, em termos da transformação capitalista da agricultura camponesa? Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tão pouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. (...) Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de “acumulação primitiva” permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros (SHANIN, 1980, p. 58).

Considerando a existência e resistência do campesinato no interior da sociedade capitalista contemporânea, as características destacadas por Shanin (2008) vão ao encontro da consideração feita por Oliveira (2001). Nesse sentido, é imprescindível ressaltar que a criação dos novos assentamentos rurais, como fruto da Reforma Agrária, é o resultado da histórica luta camponesa. E que nesse processo, essa classe social se reproduz por meio de situações ora de sujeição ora de resistência.

Partindo desse pressuposto, o presente capítulo aborda situações de sujeição e resistência vivenciadas no cotidiano das camponesas e trabalhadoras rurais quebradeiras de coco babaçu. Analisamos essas situações a partir das relações estabelecidas entre essa fração do campesinato e os agentes capitalistas, materializados nos fazendeiros, na empresa de papel

¹⁴³ Shanin (1980)

e celulose Suzano S.A, e na Tobasa Boindustrial, que atuam frente às unidades camponesas aqui estudadas.

3.1 O enfrentamento aos fazendeiros e a criação da Reserva Extrativista Ciriaco

As famílias camponesas e trabalhadoras rurais da região do Bico do Papagaio, que se reproduzem a partir das atividades agrícolas e extrativas expressam a sua resistência às ofensivas capitalistas, através da sua própria existência.

Quando lançamos mãos dos trabalhos de Sader (1986), Oliveira (2005), Rocha (2015) e Nobrega (2015), por exemplo, essa resistência fica clara. Os autores mostram a partir de diferentes enfoques os conflitos travados entre o campesinato e os capitalistas latifundiários e empresários, que lutam pela apropriação e uso de frações territoriais a partir de diferentes perspectivas e interesses. O campesinato e os trabalhadores rurais partem de uma cosmovisão pautada na reprodução da família. No processo de apropriação e uso das frações territoriais e seus recursos, mobilizam elementos materiais e simbólicos que fundamentam a sua prática cotidiana de produção e reprodução da sua existência. Enquanto, os capitalistas latifundiários e empresários buscam se apropriar a partir da perspectiva da acumulação de riquezas. Nota-se, portanto, um contexto de disputa socioterritorial permanente.

Assim, identificamos a luta das famílias camponesas e trabalhadoras rurais, quebradeiras de coco, pela criação da Reserva Extrativista Ciriaco. Inspiradas na luta do Movimento Nacional dos Seringueiros e na conquista da criação da reserva extrativista, como uma modalidade da Reforma Agrária, mobilizaram-se no mesmo sentido.

Segundo Diegues (2004, p. 146) o movimento supracitado teve início a partir da década de 1970, quando os conflitos por terra se intensificaram no estado do Acre. Os seringueiros organizaram os primeiros *empates* como estratégia de resistência aos desmatamentos e às ameaças aos seus modos de vida. Com a criação do primeiro sindicato em Basiléia (Acre), em 1975, os seringueiros foram afrontados com atos brutais de violência, como a queima de suas casas e o assassinato de lideranças. Como estratégia, a partir de 1985, o Conselho Nacional de Seringueiros defendeu a criação de reservas extrativistas, para garantir a posse da terra e o modo de vida dos seringueiros, contando com o apoio de grupos ambientalistas e organizações não-governamentais nacionais e internacionais.

Definida como *“espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativa”* (Decreto Governamental nº 98.897), em 1988, após o assassinato do líder Chico Mendes, foi criado a

primeira reserva extrativista, como Projeto de Assentamento Extrativista, parte do Plano Nacional de Reforma Agrária do INCRA. E em 1990, passa a fazer parte das Unidades de Conservação de responsabilidade governamental do IBAMA¹⁴⁴.

É importante destacar que já havia um debate internacional sobre a criação de áreas de proteção ambiental entre grupos conservacionistas e preservacionistas. Em “O mito da natureza intocada”, Diegues (2004) mostra que os Estados Unidos foram pioneiros no movimento de criação de áreas naturais protegidas. Com uma perspectiva naturalista, criaram áreas naturais protegidas como “ilhas” de grande beleza e valor estético, voltada para reverência e admiração.

É nessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, originário dos E.U.A. A noção de “wilderness” (vida natural/selvagem), subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era de grandes áreas não-habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação (DIEGUES, 2004, p. 24).

Essa perspectiva logo foi contestada, pois desconsiderava os sujeitos e os seus modos de vida existentes nas áreas. Nesse sentido, o debate será em torno da criação de áreas de natureza intocada ou de áreas que mantenham a população local, como parte da estratégia de sua própria conservação, uma vez que, são populações que desenvolveram um conhecimento secular a partir da sua relação com a natureza, mantendo-a, portanto, conservada. Ou seja, tem-se um debate entre a conservação a partir do uso adequado e criterioso dos recursos naturais, de um lado, e a preservação definida a partir da reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem, de outro lado¹⁴⁵.

Diegues (2004) ressalta que a partir dos anos de 1960, surge um novo movimento em torno da questão ambiental nos Estados Unidos e na Europa, conhecida como um novo ecologismo. Às bandeiras de lutas antimilitarismo-pacifismo, direitos das minorias, somaram-se as questões ecológicas, que passam a influenciar a elaboração de políticas de implementação de parques nacionais e unidades de conservação em diversos países.

No Brasil, em se tratado especificamente sobre as unidades de conservação, Diegues (2004) afirma que diante da expansão da fronteira agrícola para a Amazônia, foi pensado e proposto a criação de unidades de conservação por intelectuais e cientistas, a fim de limitar o

¹⁴⁴ Diegues (2004)

¹⁴⁵ Diegues (2004)

avanço do desmatamento. A partir dessa proposta, o Programa de Integração Nacional (PIN) propôs a criação de quinze polos de desenvolvimento e a criação de unidades de conservação nessa região. Foi criado pelo Decreto nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, ligado ao Ministério de Agricultura, com o papel de administrar as unidades de conservação. Em 1979, o IBDF elaborou o Plano de Sistema de Unidades de Conservação no Brasil, com o intuito de estudar as regiões propostas como prioritárias para a implantação de novas unidades, e rever as categorias de manejo já existentes.

O autor supracitado considera que a criação das unidades de conservação no Brasil, no período entre 1970 a 1985, do regime militar, foi realizada de cima para baixo. Destacou que não houve consulta aos sujeitos sociais envolvidos diretamente, os quais sentiram os efeitos das restrições ao uso dos recursos naturais em seus modos de vida. Além disso, chamou atenção que esse período coincidiu com o grande endividamento externo do país. Organizações como Banco Mundial e Bird passaram a fazer exigências quanto a conservação ambiental, como a criação de unidades de conservação e áreas indígenas, principalmente na Amazônia.

Ou seja, tal como a pseudo-reforma agrária dos governos militares, o planejamento da criação das reservas extrativistas tem um interesse capitalista que o norteia. Parece contraditório, mas não podemos esquecer que organizações capitalistas também estão preocupadas com a conversação ambiental. Na perspectiva da reprodução capital, precisam garantir fontes de matérias-primas para a exploração em médio e longo prazo.

Em 1990 foram criadas as reservas extrativistas, mas não foram implementadas. No interior do IBAMA, criou-se o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) para cria-las e administra-las. Em maio de 1992, o Presidente da República decretou a criação de cinco reservas extrativistas nos estados do Maranhão e Tocantins, das quais quatro são de extração do coco babaçu, denominadas Reserva Quilombo do Frechal, Ciriaco, Mata Grande e Extremo Norte.

Especialmente sobre a criação da Resex Ciriaco, a assinatura do decreto¹⁴⁶ 534, de 20 de maio de 1992 (anexo I) pelo Presidente Fernando Collor de Mello ocorreu mediante as pressões internas e externas em torno da problemática do desmatamento e do

¹⁴⁶ Revogado pelo Decreto de 17 de junho de 2010.

desenvolvimento sustentável. A qual foi objeto de discussão na Conferência do Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada no Rio de Janeiro¹⁴⁷.

Da assinatura do decreto à efetivação da Resex foi um longo processo. A desapropriação das fazendas para a criação da Reserva foi lenta. Até os dias atuais existem fazendeiros que não foram desapropriados, e são resistentes à saída da área. O processo de implementação foi acompanhado por ocorrências de conflitos. A mobilização e luta das famílias camponesas representava uma afronta ao poder dos fazendeiros nessa porção da região do Bico do Papagaio. Desta feita, a reação dos mesmos foi à base do tiro, prisão, ameaça e humilhação.

No dia 18 de janeiro de 1993 Oswaldo Ferreira Dias, delegado sindical e presidente da Cooperativa de Pequenos Agroextrativistas de Imperatriz (COOPAI), que luta pela implementação das RESEX, foi preso arbitrariamente por ordem do coronel Guilherme Batista Ventura, fazendeiro, proprietário de terras localizadas dentro da R. E. Ciriaco e então diretor geral do Detran-MA. Quatro meses depois, no dia 09 de maio, o presidente da COOPAI foi “vítima de uma tocaia que lhe acertou um tiro de espingarda pelas costas (...) quando chegava em sua casa no povoado de Cidelândia” (CNS; 1993). No dia 28 de maio de 1993 o mencionado coronel G. B. Ventura foi nomeado Secretário de Segurança Pública do Maranhão e a tensão social na área agravou-se permanentemente a partir daí, já que são públicas suas posições de obstaculizar os trabalhos de implementação da RESEX (ALMEIDA, 1993, p. 59).

Nesse contexto de conflitos, as famílias do povoado Ciriaco se mobilizaram para pressionar o Presidente da República para a implementação da Reserva. Com ajuda do sr. Euvaldo Pereira da Silva¹⁴⁸, contratado pelo CNPT/IBAMA para atuar como gestor da unidade, as famílias descobriram a existência do decreto da criação da Resex e passaram a reivindicar a sua efetivação.

De acordo com o sr. Euvaldo Pereira, as famílias eram muito pobres. A falta de alimentos era comum entre os camponeses, e a condição de suas casas eram precárias. Moravam em casas construídas com palha do babaçu, com poucos e precários móveis. Disse que as famílias estavam muito desanimadas e abandonadas pelos órgãos governamentais. Viu-se diante do desafio de mobilizá-las para organizar a luta.

¹⁴⁷ Já citada no segundo capítulo.

¹⁴⁸ O sr. Euvaldo Pereira da Silva é técnico agropecuário. A primeira experiência profissional foi no Centro de Educação do Trabalhador Rural – (CENTRU), onde conheceu o sr. Manuel da Conceição e a sra Denise. Trabalhou na assessoria de associações, sindicatos e cooperativas. A partir dessa experiência foi contratado pelo ICMBio pela portaria nº 742, de 22 de dezembro de 2009, publicada em 24 de dezembro de 2009, para atuar como chefe da Reserva Extrativista Ciriaco, localizada no município de Cidelândia (MA).

Além de buscar a mobilização das famílias do povoado Ciriaco, o Sr. Euvaldo também buscou apoios externos, estabelecendo parcerias com o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru) e a Diosece de Imperatriz. O Sr. Manuel da Conceição foi uma das lideranças que acompanhou o processo da criação da Resex, em Brasília. Segundo o Sr. Euvaldo, ele foi quem “abriu as portas do governo para o povo de Ciriaco”. A Sra. Raimunda Gomes do povoado Sete Barracas, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), também foram importantes nessa luta.

Com o apoio dessas parcerias, os representantes de Ciriaco conseguiram se deslocar até Brasília, para pressionar a efetivação do decreto de criação da reserva. Assim, conseguiram colocar a questão na pauta do governo.

Além das humilhações, violências e ameaças dos fazendeiros, as lideranças das famílias também foram humilhadas pelo próprio Estado. Dona Eunice contou que o representante do governo ainda fez a seguinte pergunta: “Vocês realmente querem a reserva, para vocês preservarem e tirar o sustento?”. E eles responderam que sim. Dona Eunice disse ter lembrando que, três dias antes da viagem, quando coletava coco babaçu na terra de um fazendeiro, foi obrigada a deixá-los na “quinta”, sendo proibida de carregá-los para quebrar. Além disso, também fez o seguinte relato ao ministro:

(...) eu contando para ele, para o ministro. Eu disse: ‘Olha, ministro, eu estou aqui porque atrás de nós tem muita gente como nós, sofrendo e passando fome, e a gente vive do coco babaçu, e a gente quer essa reserva sim, porque é de onde nós tiramos nosso sustento e a alimentação da nossa família. Os homens botam roça, os fazendeiros vão e soltam o gado para comer a roça. O coco a gente apanha roubado para quebrar’. Eu lembro como se fosse hoje, ele disse: ‘Vocês querem a reserva para vocês preservarem e tirarem o sustento?’ Eu falei: ‘É!’ - isso foi a minha palavra que eu disse ali chorando e ele disse: “Pois seu sonho vai se realizar. Voltem porque daqui a quinze dias eu estou lá na Reserva Extrativista de Ciriaco. Isso, quando nós chegamos, os fazendeiros já estavam furiosos, porque não veem que tem pessoas que viu a gente ir, os contra viu a gente ir, e aí, quando chegamos lá. Aí o Euvaldo foi, foi fazer a articulação, mandar convite, né, e certamente com quinze dias, o Sarney Filho não foi, mas mandou o assessor dele, que era o Nan Souza e aí, imediatamente fez a reunião com os fazendeiros e disse: ‘Tal dia o dinheiro está na conta de vocês’¹⁴⁹.

Mesmo diante das situações de humilhações dos fazendeiros para com as famílias camponesas, entre estas ainda havia aqueles que defendiam os interesses dos primeiros. A justificativa era o trabalho. Como alguns trabalhavam nas fazendas, se viam obrigados a

¹⁴⁹ Entrevista com a dona Eunice Conceição da Costa, da Reserva Extrativista Ciriaco, em 07 de junho de 2017.

defenderem os patrões, para não ficarem sem as diárias dos serviços. Até a organização e mobilização das famílias para lutar pela implementação da Reserva, alguns fazendeiros, além de os contratarem para os serviços da fazenda, também arrendavam as terras para que fizessem suas roças em troca da renda em produto, e permitia a extração do coco babaçu. As famílias plantavam o arroz, e a cada linha de roça, tiravam três sacos para o fazendeiro, depois plantavam o capim para o gado. Porém, após a criação da associação, esses fazendeiros se revoltaram e proibiram o acesso das famílias às suas propriedades.

(...) A partir do momento que se organizou e se estabeleceu a associação, então, veio a pressão: ‘Aqui você não bota roça não! Pode morrer de fome, mas aqui você não bota roça!’. Então, chegou um momento que a gente entrou em desespero, porque eu ouvia as pessoas: ‘Essa desgraça dessa reserva não sai só para atrapalhar nossa vida!’. (...) Então, eu ouvi muito as pessoas dizerem assim: ‘Rapaz, se não fosse a desgraça desse decreto a gente hoje estava melhor, porque pelo menos eles deixavam nós trabalhar’. Então, foi difícil convencer os trabalhadores a se juntar aos outros para ficarem fortes, e graças a Deus, nós conseguimos algumas pessoas que roçavam juquira do lado de lá vieram para o lado de cá. Tiveram uns quatro ou cinco homens que durante muito tempo ficaram: ‘Será que eu estou do lado certo?’ Aí, quando eles conquistaram a terra disseram: ‘Agora eu tenho certeza que eu estava do lado certo’. Porque alguns fazendeiros tinham um entendimento legal: ‘Vocês devem se juntar aos trabalhadores porque eu sou um fazendeiro: o governo me pagando, eu compro uma terra em outro local e vou tocar a minha vida e vocês?’. Então, era muito forte isso na decisão de tudo ou nada: ou vai ou não vai¹⁵⁰.

Se “alguns fazendeiros tinham um entendimento legal”, outros tinham a ameaça como principal forma de linguagem. Assim, era o coronel Guilherme Batista Ventura destacado por Almeida (1994)¹⁵¹. Até os dias atuais o nome desse fazendeiro é pronunciado com muito medo e cuidado. Quando falam o seu nome, as famílias abaixam o tom da voz, como se fossem espionados.

Cabe destacar que as famílias do povoado Ciriaco, bem como Alto Bonito, São Francisco e Viração, que ficam dentro e nos limites da área da Reserva, enfrentam situações de antagonismo com os fazendeiros, principalmente após a abertura da estrada Belém Brasília, como analisamos no primeiro capítulo. É importante ressaltar ainda que na medida em que as terras eram cercadas pelos fazendeiros, as famílias seguiam para áreas mais

¹⁵⁰ Entrevista com o sr. Euvaldo Pereira da Silva, antigo gestor da Reserva Extrativista Ciriaco, funcionário do ICMbio, em 12 de janeiro de 2017.

¹⁵¹ Almeida (1994) assevera que o “coronel Ventura”, fazendeiro e proprietário de terras na Resex Ciriaco, foi o responsável pela prisão arbitrária do delegado sindical e presidente da Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Imperatriz (COOPAI), Osvaldo Ferreira Dias. No dia 18 de janeiro de 1993, foi preso e, quatro meses depois, no dia 09 de maio do mesmo ano, foi assassinado.

distantes “tirando pedaços de terras”. Quando saiu o decreto de criação da Reserva, as mais antigas já tinham direitos a indenizações. Algumas abriram mão das mesmas para continuarem na área, outras receberam a indenização e foram embora, mas também houveram famílias que mesmo indenizadas, continuaram na Reserva, como foi o caso da dona Maria Ribeiro da Silva. Ela herdou a terra do seu marido já falecido, que ia trabalhar no garimpo, enquanto ela ficava no “Centro do Olimpo”, quebrando coco babaçu. Com a renda do coco e do garimpo conseguiram comprar a terra do seu sogro. Quando saiu a Reserva, foi indenizada, mas permaneceu na área.

Eu ganhei cinco alqueires que eram distantes daqui, meu esposo era doente né, aí quando nós tínhamos um animal nós íamos direto aí depois ele se faltou de ir pra lá, não podia ir e tomaram de conta nem comunicaram para nós, aí tem uma terrinha aí no centro do Olimpo dizem que era para indenizar né. Ele lutou, lutou, quando estava perto de indenizar aquela terra, foi o tempo que ele adoeceu, inclusive dizem que botaram 300 reais lá na Caixa, para quando caísse, já caísse lá né, quando ele abriu a conta. Aí ele faltou e ficou com aquele papelzinho pequeno, eu peguei e fui lá e acabou em nada né, aí o menino não se importou mais, a Lurdes minha filha mais velha ‘mãe o povo sempre diz que é de herança e nós somos muitos, mexer com esse negócio de herança não dá nada’. Aí ficou minha terra ali no Centro do Olimpo¹⁵².

Perguntado sobre o processo de apropriação das terras pelos fazendeiros na área da Reserva, o sr. Antonio Jesa, atual presidente da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agroextrativistas da Reserva do Ciriaco (ATERECO) afirmou que ela ocorreu mediante a acordos políticos. Sujeitos envolvidos em questões políticas, em outras regiões, foram beneficiados com terras ainda na administração do GETAT. Disse que esse órgão dividiu as terras do município de Imperatriz em glebas, e a área da Reserva ficou na gleba Campo Alegre.

(...) essa área todinha foi o GETAT que fez as medições. E o GETAT entra aí já incentivado por um grupo político e as pessoas que eram realmente donas, eles deixam de ser donos sabe, e outras pessoas se apropriam, os políticos ligados aos Grupo de Terra do Araguaia-Tocantins enfraquecidos, uma outra galera enfraquecida pela guerra. Então eles entram aí por exemplo, eu não quero citar nomes aqui, mas entram uns políticos fortes e entram lá e conversam com eles: ‘agora você vai ter que colocar suas áreas no meu nome’, então por isso eu digo que não é grilagem né? Porque grilagem é aquela que o cara pega o documento e começa a forçar o proprietário, o fazendeiro ele compra uma grande área, aqui dentro dessa área tem várias pessoas que tem pedacinho de terra documentado, mas aí ele força o cara a, tampa todos os becos, pega essa documentação esconde nas gavetas, para isso dá-se o nome de grilagem, porque ele vai forçar o cara a

¹⁵² Entrevista com dona Maria Ribeiro da Silva, da Reserva Extrativista Ciriaco, em 07 de dezembro de 2016.

sair, como é que ele força a pessoa a sair? Não é batendo, mas é tapando todos os becos, o cara compra aquela área grande, a terrinha do cara está ali, ele bota uma cancela lá, um cadeado, o cara fica em uma situação que não pode, então ele vai se desgostando e terminando vendendo para ele, o cara vende a parte dele porque não tem. Aqui não é bem grilagem, aqui foi mais ou menos um acordo, um acordo fraudulento, um acordo mais ou menos dessa forma. Então essas terras vem para o nome de um grupo de pessoas é. Mas aí o pessoal que estava aí na beira do rio e tal, então eles vem para cá e já vem tirando pedaço de terra, no caso do meu tio, do pai da Fortina né, o seu Manel Preto, então eles vem tirando, seu Zé Ciriaco, eles vão tirando os pedaços de terra, aqui era terra devoluta, então eles vão tirando os pedaços de terra. Quando o fazendeiro chegava aqui, metia ‘essa área aqui é minha’. Eu acho que o pai da Fortina aqui, ele era um capataz, uma coisa assim, de um grande fazendeiro aí, mas ele tirou a parte dele, meu tio tirou a parte dele, o seu José Ciriaco tirou a parte dele, o Trindade tirou a parte dele e assim sucessivamente, cada um foi tirando uma parte, quando não tinha dono era livre, por conta. Bom, mas essas pessoas criaram raízes e assim criaram família e tal e na ECO-92 criou-se a reserva daqui dessa área pelo fato de ser uma grande área de babaçu, muito babaçu, aí cria-se uma área aqui com o intuito de proteção do babaçu. Aí vem essas lutas entre os movimentos, os sindicatos, o CENTRU que é do trabalhador rural, entra as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) que são as igrejas, então entra todo mundo aí nessa luta para que possa realmente valer. E as pessoas que tinham seus pedacinhos de terra por aí foram vendendo e os fazendeiros que estavam aqui por perto foram comprando, então os fazendeiros começaram a se mobilizar para não querer entregar essas terras, mas terminaram entregando de boa. As ameaças foram poucas, não foram tantas, não teve derramamento de sangue, tiveram ameaças mas também não foram tantas assim. E a grande resistência maior foi por parte do governo não querer pagar, quer dizer, a burocracia foi no pagamento e não na parte do proprietário não querer entregar a terra. Teve algumas resistências duas, no máximo duas ou três só, que até hoje está se prolongando, mas também o governo que é culpado disso porque o governo não disponibiliza pessoas para fazerem levantamento cartorial dessas terras, para fazer a avaliação de custo da hectare da área. Então é assim, essas coisas é o governo que deveria tomar parte dessa questão, até porque é uma área de proteção do próprio governo federal¹⁵³.

Por um lado, o depoimento do sr. Antonio Jesa contradiz os demais em relação ao comportamento violento dos fazendeiros contra às famílias de Ciriaco e as lideranças. Parece desconhecer os casos de perseguição e ameaças realizados pelo coronel Ventura, fazendeiro com terra na área da Reserva, por exemplo. Mas, por outro lado, também relata os acordos políticos que permitiram a apropriação privada das terras devolutas e o processo de luta e resistência dos moradores mais antigos, como a família de dona Faustina. Além disso, exime os fazendeiros de qualquer responsabilidade, transferindo-a apenas à burocracia do Estado no que diz respeito à morosidade no levantamento cartorial das terras e na liberação das indenizações. O que é muito sério, em termos de uma postura crítica do representante da

¹⁵³ Entrevista com o sr. Antonio Jesa, na Reserva Extrativista do Ciriaco, em 07 de outubro de 2016.

Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agroextrativistas da Reserva do Ciriaco (ATERECO).

Após o início do pagamento das indenizações, as famílias se reuniram em assembleia para fazer a divisão dos lotes, a qual foi realizada por meio de sorteio. A partir disso, passaram a tomar conta das suas áreas, mantendo suas casas no povoado. As famílias de Ciriaco continuaram com as atividades agrícolas e extrativas que já vinham realizando, mas agora, sem a preocupação de estarem na “terra de dono”, no “privado”, como destaca dona Maria da Paz: *“Era assim: Tudo era de dono. Aí os donos não gostavam que você vivesse lá dentro, então era privado, agora não, agora está liberado. Cada qual tem o seu, e quem não tem, tem coletivo”*.

De acordo com o relatório do levantamento socioeconômico realizado em 2001¹⁵⁴, para o processo de implementação da Reserva, as principais atividades econômicas das famílias eram a agricultura, extrativismo do babaçu e pecuária. Todas as famílias cultivavam a roça de arroz, feijão e milho, para a subsistência. O gado era cultivado por poucas famílias, de 193 famílias, 52 criavam entre 1 a 320 cabeças. Ou seja, poucas famílias concentravam muitas cabeças de gado. E o extrativismo do babaçu é identificado como a principal fonte de renda na Reserva, juntamente com trabalhos de diaristas.

Se *“conquistar a terra foi uma luta, mas uma luta gigantesca também foi organizar as pessoas depois da posse da terra”*, afirmou o sr. Euvaldo¹⁵⁵. Em 17 de junho de 2010, o decreto 534, de 20 de maio de 1992, foi revogado, ampliando a área da Reserva Extrativista Ciriaco, para 8.84.79 hectares, declarados de interesse social para fins de desapropriação (anexo II). Conforme o sr. Euvaldo destacou em entrevista, quando os fazendeiros ficaram sabendo da criação da reserva, intensificaram o desmatamento da área e a criação de pastos, tanto que os órgãos públicos o questionaram se valeria a pena demarcar essa área.

Ao tomar posse dos seus lotes, as famílias camponesas e de trabalhadores rurais queriam dá prosseguimento às pastagens e a criação do gado. Isso causou uma grande tensão na Reserva, pois, na posição de gestor, o sr. Euvaldo não aceitou, uma vez que existia um plano de manejo que limitava o número de gado. Ele disse: *“Eu queria normatizar. Nós tínhamos um documento chamado Plano de Uso, Plano de Manejo, e lá dizia que era no máximo 10 cabeças por família. Tinha pessoas que tinham 40, tinham 50”*. Com isso, ele

¹⁵⁴ O relatório foi disponibilizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em Imperatriz (MA).

¹⁵⁵ Entrevista com o sr. Euvaldo Pereira da Silva, ICMBio, em 12 de janeiro de 2017.

passou a ser mal visto pelas famílias, que chegaram a fazer um abaixo assinado para tirá-lo da gestão da Reserva.

Enquanto as famílias do povoado Ciriaco conseguiram, por meio da resistência e da luta, conquistar uma fração do território capitalista na Amazônia Legal, isto é, a criação e implementação da Reserva Extrativista, as do povoado Petrolina e os demais localizados ao longo da Estrada do Arroz, em Imperatriz (MA) (Mapa 03), não obtiveram o mesmo êxito. Localizados na Gleba Serra Branca, as famílias pioneiras do processo de ocupação dessa área ficaram concentradas nos povoados, e perderam suas terras para os grandes fazendeiros.

Mapa 03: Povoados da Estrada do Arroz e Reserva Extrativista do Ciriaco –MA.

Como o sr. Antonio Jesa destacou no seu depoimento sobre o processo de apropriação das terras pelos fazendeiros na área da Reserva Extrativista Ciriaco, no município de Cidelândia, o mesmo podemos pensar para o caso dos povoados da Estrada do Arroz, em Imperatriz (MA). Ambas foram impactadas pela intensificação da chegada de fazendeiros e empresários, e os cercamentos das terras após a abertura da estrada Belém Brasília¹⁵⁶. Famílias pioneiras foram enganadas pelos fazendeiros, para venderem as terras e migrarem para áreas distantes, como aconteceu com a família da dona Teresinha.

¹⁵⁶ Como discutimos no primeiro capítulo desta tese.

(...) Quando eu cheguei aqui, como eu te falei tinha uns cinco morador. E tinha muitas terras que não tinha dono e o meu pai pegou uma área e o meu pai botava roça, dava para as pessoas botarem roça. Aqui, ainda hoje tem gente que tem terra de quando chegou aqui, o seu Mathias é um, o seu Raimundo Gomes é um, que ainda mora aqui na mesma terra de quando eles chegaram e adquiriram, outras pessoas venderam, foram embora. O meu pai vendeu a área dele, a minha mãe me conta que o meu pai vendeu, porque chegou um tempo em que chegou um pessoal aqui dizendo que todo mundo ia ter que pagar os impostos das terras. Quem era pobre que não podia pagar ia ficar sem as terras, aí minha mãe falou que o meu pai vendeu por isso, enganado. Aí tinha o meu avô e o meu tio, aí o meu pai ficou trabalhando na terra do meu avô e do meu tio. Aí com muito tempo, o meu avô foi embora para São Pedro de Água Branca e o meu tio também, lá eles moraram até um tempão e faleceram, já são falecidos, o meu tio e o meu avô. Aí assim a gente não tem terra, e o quintal é pequeno, o nosso quintal é pequeno¹⁵⁷.

Sem terras, a maioria das famílias entrevistadas em Petrolina, garantiu a sua reprodução mediante o arrendamento, em troca da renda em produto; diárias de serviços nas fazendas; e a coleta e quebra do coco. Ou seja, de camponeses-posseiros foram transformados em camponeses-sem terra, sujeitos ao controle dos fazendeiros.

Enquanto as famílias de Ciriaco puderam adentrar às suas posses, como uma oportunidade de desfrutar da possível liberdade e autonomia na produção da sua existência, as camponesas-quebradeiras de coco do povoado Petrolina continuaram dependentes da autorização dos fazendeiros para acessar os babaçuais das suas terras. Nem todos permitiam a atividade, alegando que as cascas do coco prejudicavam o gado, e que as camponesas deixavam as cancelas abertas e o gado saía. Esses fazendeiros promoviam o desmatamento dos babaçuais para a plantação dos pastos, o que dificultava ainda mais o trabalho, pois as áreas de coleta tornavam-se cada vez mais distantes. Outros já permitiam e conviviam dessa maneira até a chegada dos novos agentes interessados no coco babaçu.

3.2 - A chegada dos novos “inimigos” e a sujeição e resistência das famílias camponesas-quebradeiras de coco

A palmeira é uma mãe que serve pra tudo porque ela dá o coco que é a amêndoa que a gente tira que faz o óleo, faz até o leite da amêndoa pra botar na comida pra temperar, aí faz o leite e o azeite. Aí do azeite você faz o sabão, aí da casca faz o carvão pra cozinhar a comida, aí se ela morre o adubo serve pra botar no canteiro, se o talo... esse talo a gente tira essa folha e fica o talo... a gente faz cerca pra tampar o quintal, quem não pode comprar o arame nem a tela, leva o talo e cerca o quintal.
(Dona Terezinha de Souza Cruz)

¹⁵⁷ Entrevista com dona Teresinha de Souza Cruz, do povoado Petrolina (MA), em 25 de janeiro de 2015.

Durante muito tempo as camponesas-quebradeiras de coco ficaram subordinadas aos fazendeiros, para acessar os babaquais de suas terras. Esses sujeitos eram vistos como seus principais “inimigos”, os quais devoravam a riqueza natural, a “mãe” que as alimentava com o coco babaçu, e as protegiam do sol e da chuva com a palha da palmeira, usada para cobrir suas casas.

A devastação e derrubada das palmeiras foram intensificadas com a chegada de novos agentes capitalistas. Por muito tempo, as empresas de óleo, os comerciantes e os fazendeiros atuaram como os principais representantes do capital comercial e industrial nesse processo. A partir da década de 1990, indústria de papel e celulose e indústrias siderúrgicas, articuladas ao capital comercial, industrial e financeiro nacional e internacional, entram em cena, desenvolvendo processos de exploração e espoliação das riquezas naturais e a sujeição das famílias camponesas e trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Longe de uma concepção neutra do Estado, entendendo-o como órgão a serviço de uma classe social, qual seja, a burguesia com os seus interesses, as ações governamentais no processo de construção do território capitalista na Amazônia são reveladoras nesse sentido. Sem considerar a existência histórica de sujeitos sociais, que se reproduzem a partir de uma relação específica com a natureza, através de práticas cotidianas que garantem a sua própria conservação. O governo brasileiro estimulou a transferência de indústrias do sudeste do país para essa região, com a justificativa de dinamizar a economia e promover o seu desenvolvimento industrial e a modernização.

Sobre o papel do Estado na sociedade capitalista, Marx (2007) fundamenta a relação estabelecida com a classe burguesa e nos ajuda a compreender o seu comportamento no processo de satisfação dos interesses da mesma, a partir da instauração da propriedade privada.

(...) A essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, que, comprado progressivamente pelos proprietários privados, por meio dos impostos, cai plenamente sob o domínio destes pelo sistema de dívida pública, e cuja existência, tal como se manifesta na alta e na baixa dos papéis estatais na bolsa, tornou-se inteiramente dependente do crédito comercial que lhe é concedido pelos proprietários privados, os burgueses. A burguesia, por ser uma classe, não mais um estamento, é forçada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e a dar a seu interesse médio uma forma geral. Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior

como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses (MARX, 2007, p. 75).

O argumento de Marx (2007) permite entender, por exemplo, a preterição e a negligência histórica do Estado em relação aos camponeses e trabalhadores rurais, para atender aos interesses dos agentes do capital, tais como fazendeiros, empresas, bancos, indústrias, enfim. Nesse sentido, portanto, compreendemos os incentivos fiscais oferecidos pelo governo brasileiro para os empresários capitalistas, materializados na Indústria de Celulose e Papel S.A. (Celmar S.A.) e as Indústrias Siderúrgicas se deslocaram para a Amazônia brasileira, especificamente para os estados do Pará e Maranhão. Neste estado, a Celmar S.A. adquiriu terras e promoveu a substituição da biomassa vegetal nativa, primária e secundária, pela monocultura do eucalipto. Com isso, realizou uma grande devastação dos babaçuais de uso comum das famílias camponesas no seu processo de reprodução.

Especificamente no povoado Petrolina, as famílias acessavam as áreas das fazendas do entorno e da reserva da empresa Celmar S.A. para extraírem o coco babaçu. Essa empresa adquiriu uma área de 12.267,4173 ha no município de Imperatriz (MA), ao longo da Estrada do Arroz, na Gleba Serra Branca, parte da Fazenda Eldorado, matriculada sob o nº 33.658, cadastrada no INCRA sob o nº 110.027.065.846-4¹⁵⁸. Com o domínio dessa área, além da plantação do eucalipto, deixou uma área de reserva com a concentração de babaçuais. Essa área era acessada pelas famílias das camponesas-quebradeiras de coco, desde o seu processo de ocupação, em meados da década de 1960.

Quando a Celmar S.A. apareceu dizendo que aquela área lhe pertencia, as camponesas ficaram preocupadas, pois não tinham para onde ir. Ou seja, não tinham outras terras para acessar o babaçu, apenas as dos fazendeiros que já tinham proibido. Diante disso, a indústria trouxe um contrato de comodato¹⁵⁹ para que elas assinassem, transferindo-lhes toda a responsabilidade da conservação da reserva. Ou seja, as camponesas teriam que responder por qualquer dano ambiental causado pela queima do coco, derrubada da palmeira ou outro. Além disso, ao final do contrato, caso não o renovasse de imediato, teria que pagar uma multa de R\$ 200 (duzentos reais) por dia.

Nobrega (2015) discutiu a imposição desses contratos às camponesas-quebradeiras de coco do povoado Petrolina, em sua dissertação de mestrado. Destacou que a criação da associação coincidiu com essa imposição, e que elas tiveram o apoio e a assessoria do

¹⁵⁸ Ainda neste capítulo, faremos a cadeia dominial desta área para desvendarmos a sua origem.

¹⁵⁹ O contrato em anexo V

CENTRU, para tentar reduzir o valor dessa multa e fazer as transações burocráticas do registro da associação.

Dona Terezinha explicou como isso se deu:

Pois é, eles diziam que a gente podia quebrar o coco nas áreas deles, mas o contrato era anual, todo ano tinha que renovar o contrato. Por exemplo, se o contrato vencesse amanhã, hoje nós já tinha que ir lá na sede da Celmar. A gente já tinha que ir renovar porque se passasse um dia sem nós renovar a multa que nós ia pagar era de 200 reais por dia. Então, se amanhã vai vencer o contrato, a gente tinha que ir hoje. Foi quando nós conhecemos a Denise do Centrur, ela era muito amiga da Katia que era advogada da Celmar, aí conseguiram conversar e reduzir pra 50 reais a multa. Mas, aí nós quebrava dentro das terras, na época eles não impedia nós de quebrar não¹⁶⁰.

A Ceumar S.A. passou quatro anos, de 1999 a 2003, exigindo a assinatura do contrato de comodato, para que as camponesas continuassem acessando as áreas dos babaçuais. Posteriormente, a área foi adquirida pela indústria Ferro Gusa Carajás S.A., que continuou impondo os contratos por mais três anos, de 2004 a 2007¹⁶¹.

A indústria Ferro Gusa Carajás S.A. fazia parte do Projeto Sidero-Metalúrgico planejado para o Corredor da Estrada de Ferro Carajás. Com os incentivos do FINOR e FINAN, algumas siderúrgicas transferiram-se para Amazônia, concentrando-se no polo industrial da cidade de Marabá (PA) e Açailândia (MA), para garantir a produção do ferro-gusa destinada à exportação e à produção do minério de ferro na Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale), ligada ao do Programa Grande Carajás¹⁶².

Antes de se deslocarem para a região, as indústrias siderúrgicas estavam localizadas no sudeste do país, onde produziam o ferro-gusa a partir do resíduo obtido de projetos de reflorestamentos. Diante dos altos custos desses projetos, os incentivos governamentais representaram grande oportunidade para as mesmas, conforme analisa Monteiro (1996). Além de não arcar com os custos das instalações do parque industrial, teriam matéria-prima e mão-de-obra barata abundante para a produção.

Ao se implantarem nos estados do Pará e Maranhão, as indústrias siderúrgicas desenvolveram um processo de monopolização do território através da atividade de carvoejamento¹⁶³. Inicialmente, a produção do carvão vegetal ocorria nas serrarias e fazendas, a partir do trabalho superexplorado nas carvoeiras. Após a redução da biomassa vegetal, bem como as pressões ambientais, as indústrias passaram a produção para as famílias camponesas

¹⁶⁰ Entrevista com dona Terezinha de Souza Cruz, do povoado Petrolina (MA), em 25 de janeiro de 2015.

¹⁶¹ Como está indicando nos contratos em anexo.

¹⁶² Ver Monteiro (1996).

¹⁶³ Ver Amaral (2011)

e trabalhadores rurais. A renda camponesa era apropriada pelo capital comercial e industrial, materializado nos atravessadores e na própria siderúrgica.

Além disso, essas indústrias passaram a incentivar a produção do carvão do babaçu nos povoados localizados na região dos babaçuais¹⁶⁴. Esse incentivo provocou grandes tensões entre as famílias camponesas e trabalhadores e trabalhadoras do campo, pois houve um choque entre diferentes concepções de uso do babaçu. Enquanto uma fração da classe praticava o uso do babaçu e seus subprodutos para o consumo da família e a obtenção de renda, para a aquisição dos produtos que não produziam, a outra fração acessava os babaçuais para a produção do carvão do coco inteiro para venderem às siderúrgicas.

Conforme o relato de dona Terezinha, quando os representantes das siderúrgicas apareceram incentivando a produção do carvão do babaçu, houve uma corrida desenfreada pelo coco, e ao mesmo tempo uma concorrência entre as famílias e entre os seus próprios membros. As camponesas-quebradeiras coletam coco, quebram e tiram os subprodutos, e da casca produzem o carvão. Os produtores de carvão coletam coco e o queimam inteiro, a fim de obterem a renda em curto prazo. Segundo ela, a situação era triste, pois, ao carbonizar o coco inteiro, o aproveitamento dos subprodutos: amêndoas, óleo, azeite, sabão, mesocarpo e artesanato, é impossibilitado. E, muitas vezes, ainda não se respeitavam o tempo da produção da própria palmeira, derrubavam coco verde.

As camponesas-quebradeiras relataram a tristeza que sentiram ao ver os babaçuais sendo devastados e transformados em carvão, sem o aproveitamento dos seus subprodutos. Criadas no meio dos babaçuais, onde aprenderam as primeiras e duras lições da vida, entendendo o significado do coco e da palmeira para a sua reprodução, decidiram seguir na organização e mobilização para lutar pela sua preservação.

Diante da devastação dos babaçuais, dona Cloracy Santos Assunção escreveu uma música muito representativa e reveladora dos processos, que vinham enfrentando no povoado Petrolina.

Fiquei quase louca, eu fiquei
Quando eu soube daquela devoração
Eu sou forte, mas chorei
Se chorei, porque tive razão
Derrubada de palmeira não é brincadeira não

Babaçu é riqueza do Maranhão
Com essas derrubadas, quem sofre é a população

¹⁶⁴ A região dos babaçuais é definida pela grande concentração da palmeira de babaçu localizada ao longo dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará e Mato Grosso.

Fiquei quase louca, eu fiquei
Quando eu soube daquela devoração
Eu sou forte, mas chorei
Se chorei, porque tive razão
Derrubada de palmeira não é brincadeira não

As palhas servem para cobrir o barracão
Com amêndoas faz o óleo
Do óleo faz o sabão

Fiquei quase louca, eu fiquei
Quando eu soube daquela devoração
Eu sou forte, mas chorei
Se chorei, porque tive razão
Derrubada de palmeira não é brincadeira não

A casca serve para fazer o carvão
O mesocarpo para a alimentação

Fiquei quase louca, eu fiquei
Quando eu soube daquela devoração
Eu sou forte, mas chorei
Se chorei, porque tive razão
Derrubada de palmeira não é brincadeira não

Acrescentando mais sobre o mesocarpo
Que serve de alimentação.
Atenção, companheiras atenção
Além da alimentação serve para medicação, oba!

Fiquei quase louca, eu fiquei
Quando eu soube daquela devoração
Eu sou forte, mas chorei
Se chorei, porque tive razão
Derrubada de palmeira não é brincadeira não¹⁶⁵

A música é uma forma de expressão comum entre a classe camponesa, compondo diversos momentos das suas vidas, seja o trabalho da roça, a extração e a quebra do coco, os eventos religiosos e as festas das unidades territoriais. É nesse sentido que Martins (2014, p. 120) nos ajuda compreendê-la como um instrumento revelador do universo camponês. Afirma que a “música caipira” não é apenas para ser ouvida, mas também para ser vivida¹⁶⁶.

Escrita por dona Cloracy Santos Assunção, a letra da música revela o vivido pelas camponesas-quebradeiras nos diversos estados que abrangem a região dos babaçuais, principalmente, as dos povoados da Estrada do Arroz, no município de Imperatriz (MA), e em especial as do povoado Petrolina, onde vive a autora. Mostra claramente a concepção de uso

¹⁶⁵ Escrita por dona Cloracy Santos Assunção, camponesa-quebradeira de coco do povoado Petrolina, no município de Imperatriz (MA).

¹⁶⁶ Abordaremos um pouco mais sobre a música na vida cotidiana das camponesas-quebradeiras de coco no último capítulo deste trabalho.

do babaçu e os subprodutos aproveitados na reprodução das suas famílias. Além disso, revela também a concepção de natureza e a consciência crítica e contrária à devastação e à derrubada das palmeiras, considerando que o prejuízo dessas ações são sentidos por toda a população.

Para lutar contra esses processos, as camponesas organizaram uma associação, pois, os poucos fazendeiros que ainda permitiam o acesso aos babaçuais das suas terras, passaram a proibi-las e arrendá-las para os produtores de carvão do coco inteiro. Havia um movimento de transformação da quebradeira de coco em catadeira, a qual, ora catava coco para vender aos produtores do carvão, ora o produziam e vendiam para os atravessadores, como ressaltou Araújo (2000).

Dona Peregrina explica as motivações que tiveram para a criação da associação em seu depoimento:

(...) eu faço parte da associação das quebradeiras de coco, criada em 18 de junho de 1998. Então nós se reunimos um grupo de mulheres, porque aqui na época estavam derrubando muita palmeira e também começaram a derrubar o coco inteiro. Porque nós, quebradeira, nós aproveitamos o coco inteiro. Assim: nós quebramos o coco, tiramos a amêndoa, da casca a gente faz o carvão para cozinhar a comida, da amêndoa a gente tira o óleo para cozinhar, temperar a comida e fazer sabão do óleo também. Da entre a casca nós tiramos aquela massa, fazemos o mesocarpo, a farinha do coco babaçu, muitos chamam assim, nós chamamos de mesocarpo, e aí nós aproveitamos o coco inteiro. Os carvoeiros não, eles queimam o coco, e aproveitam só o carvão mesmo, enquanto nós aproveitamos todo. Aí nós resolvemos criar a associação, para lutar contra esse tipo de trabalho, que as pessoas estavam fazendo, e por causa da derrubada também. Estavam derrubando muita palmeira, e a gente achou que não podia fazer aquilo, porque nós, quebradeiras, nós preservamos, até porque é dali que a gente tira nosso sustento, é parte da nossa renda. Aí nessa época, nós fomos até ameaçada por algum fazendeiro, porque nós denunciemos a derrubada das palmeiras¹⁶⁷.

Essa situação da derrubada das palmeiras e da queima do coco inteiro foi se agravando e intensificando a tensão entre as famílias e entre os próprios membros no interior da unidade familiar. Como as camponesas assinavam um contrato para acessar os babaçuais da reserva, sentiam-se responsáveis pela mesma. Desse modo, sempre estavam fiscalizando e chamando atenção dos produtores de carvão, que os produziam em covas dentro da própria reserva. Muitos não gostavam das reclamações e acabavam criando tensas discussões.

Dona Peregrina explica que faziam um papel de “vigia” da área da reserva legal da empresa. Arriscavam-se e sofriam ameaças para evitar o possível dano ambiental, sobre o qual seriam responsabilizadas.

¹⁶⁷ Entrevista com dona Peregrina, no povoado Petrolina, em 25 de janeiro de 2015.

Tipo nós servia de vigia. ‘Vocês quebram coco lá dentro das nossas áreas, mas em troca vocês, se acontecer um incêndio, se cortar uma árvore, se alguém cortar uma palmeira vocês vão ter que responder por isso’. Então, nós chagamos em falar em conflito né, o meu amigo ainda agora falou que nunca viu conflito. Tinha, filha, com ele não porque que nem ele falou, ele não quebra, a família dele não quebra, mas quem precisa do coco, que é obrigado a enfrentar isso aí, nós encontremos muita gente resistindo lá dentro, porque como nós tava servindo tipo de vigia pra Celmar, quando nós vimo fumaça bem acolá, eu mais minha companheira que hoje ela não quebra mais, ela tá doente, ela tá melhor agora. Quando nós via fumaça, nós corria chegava lá era uma caeira, buraco no chão, cheio de coco e espalhando fumaça. Chegava lá falava: ‘Oh gente, não faz isso não porque esse fogo vai se alastrar por esse mato aí e nós é que vamo pagar por isso’. ‘Nós queima é aqui porque vocês não são dono dessas terras aqui não, vocês querem mandar no que não é de vocês. Vocês são muito é adulante’. Um dia, aí tinha um vigia da Celmar que morava na São Felix, o... como é o nome do menino meu Deus? Depois eu me lembro o nome. Aí, nós ligava pra ele: “Rapaz, olha, tão queimando lá dentro”. Porque eles ganhavam dinheiro praquilo ali, eles eram funcionários da empresa. Aí, ele dizia: ‘Tá bom, tal dia nós vamo. Dona Terezinha, no dia que você ver que eles tão lá dentro, você avisa pra nós’. Aí eu peguei e liguei, aí nós fomos lá dentro, encontramos o menino lá dentro carregando carvão com a espingarda nas costas, e eles iam na frente, eles diziam assim: ‘Vocês se esconde’. Até ele ficou com medo, filha, até o vigia ficou com medo, Genival o nome dele. Aí, nesse dia foi eu e essa vizinha que eu falei que quebrava coco comigo, mais essa vizinha, aí ele disse: ‘Vocês se escondem’. Aí nós se escondemos, porque o menino podia ver nós e dizer assim: ‘Foi elas que foram denunciar pra eles e eles agora vem vigiar nós’. E aí, nós ia ficar marcada por eles. Então, isso nós corremos risco, na época nós corremos muito risco porque o povo ficava com raiva porque nós dizia que não podia queimar lá dentro. Tiravam palmito, cortavam árvore, faziam o varedão dentro do mato, que eles disseram que não podia também. Aí, nós tava sujeito a isso. Aí, depois eu disse assim: “Menina, sabe de uma coisa, a gente não vai mais arriscar a nossa vida não, deixa esse povo fazer o que eles quiserem, se o vigia da empresa quiser ir que ele vá, que nós não vamos mais não. Aí, nós não fomos mais e o pessoal queimavam... mas agora diminui mais, era que nem o vizinho lá falou, muitos foram pra Imperatriz trabalhar lá, outros arrumaram outro serviço, não tem mais muita gente queimando coco aqui não¹⁶⁸”.

Algumas camponesas tinham (e têm) barracos dentro da área da reserva, onde quebravam coco ao longo do dia. A semana era dividida entre alguns dias para coletar e juntar, outro para carregar até o barraco e outros para quebrar e fazer a produção do babaçu. Nesse período elas não praticavam mais o adjunto do coco, como no tempo das mães e avós, a quantidade de camponesas-quebradeiras de coco diminuiu, mas ainda saíam em pequenos grupos, duplas ou acompanhadas pelos cachorros. Não entravam e nem entram à mata sem os cachorros, pois, são os seus guardiões, segundo elas (fotografia 13).

¹⁶⁸ Entrevista com Dona Peregrina, no povoado Petrolina, em 25 de janeiro de 2015.

A presença das camponesas-quebradeiras de coco e o seu trabalho no interior da reserva passou a ser ameaçada novamente, a partir da chegada da empresa Suzano Papel e Celulose S.A. no estado do Maranhão. Na Estrada do Arroz, no município de Imperatriz (MA), especialmente no povoado Petrolina, mais uma vez tiveram de buscar a organização, mobilização e fortalecimento para resistir e lutar pelo livre acesso aos babaquais.

Fotografia 13: Camponesas-quebradeiras do povoado Petrolina juntando coco na área da reserva.

Fonte: Arquivos de fotos da dona Terezinha (2000), cedido em trabalho de Campo realizado em 27 de fevereiro de 2015.

Diferente da Celmar S.A e da Ferro Gusa Carajás S.A, que condicionaram o acesso e o trabalho das camponesas aos babaquais, mediante a assinatura do contrato do comodato, a Suzano Papel e Celulose S.A, ciente da existência da , a Lei nº 4.734 de 18 de junho de 1986, revogada com a Lei nº 7.824 de 22 de janeiro de 2003, “Lei do Babaçu Livre”, não impôs a assinatura de contratos. Empresa de capital internacional, com um discurso de responsabilidade social e ambiental, a estratégia utilizada pautou-se na cooptação e sujeição das famílias que sobrevivem da agricultura e do extrativismo do babaçu nessa porção da região do Bico do Papagaio.

Durante a pesquisa de campo, em visita ao INCRA no município de Imperatriz (MA), fui informada que as terras dos povoados da Estrada do Arroz não estão regularizadas, mas em processo de regularização. Fato curioso, considerando o período de existência desses povoados. Além disso, a partir dos levantamentos cartoriais, descobrimos que a empresa Suzano S.A. não é a legítima proprietária das terras da reserva, acessadas pelas camponesas-quebradeiras de coco babaçu do povoado Petrolina (MA). Por meio dos contratos de

comodato disponibilizados pelas camponesas, identificamos o número da matrícula da propriedade e buscamos a cadeia dominial no cartório do 6º Ofício de Imperatriz (MA)¹⁶⁹.

De acordo com a Filiação Dominial da propriedade matriculada sob o nº 33.658 no cartório de registro de imóvel do 6º Ofício, onde está localizada a área da reserva dos babaquais usados pelas camponesas-quebradeiras, sua origem inicia com a arrecadação da **UNIÃO FEDERAL**, através do INCRA, de uma área de **49.260.00.00 ha** no município de Imperatriz (MA). A partir dessa arrecadação foi gerada a **matrícula nº 1.975** no livro 2-J fls. 55 em 22.05.79. Depois de matriculada, a área foi transferida em partes para terceiros. Uma das partes para o **Sr. Haroldo Cristovan Chagas**, equivalente a Uma Gleba de terras, denominada Barra Grande I, Fazenda Ipanema, com área de **746.06.05 ha**, que foi registrado sob o nº R-16/1975 no livro 2-AD fls. 34 em 04.12.1981. Nessa mesma data foi aberta nova matrícula para o imóvel sob o nº 6.889 no livro 2-AM fls. 126. o Sr. Haroldo Cristovan Chagas vendeu todo o imóvel a **Antonio Calixto dos Santos**, em escritura pública lavrada no Cartório do 2º Ofício Cível, registrada sob o nº **R-4/6889** no livro 2-AM fls. 126 em 03.11.87. O Sr. Antonio Calixto dos Santos vendeu todo o imóvel a **CELMAR S.A INDÚSTRIA DE CELULOSE E PAPEL**, em escritura pública lavrada no 2º Cartório da Família, registrando-o sob o nº **R-6/6889** no livro 2 GK fls. 07 em 24.05.1995.

A **UNIÃO FEDERAL** através do INCRA arrecadou uma área de terras denominada BARRA GRANDE II, com 2.284.00.00 ha, matriculado sob o nº 1.974 no livro 2-J fls. 54 em 22.05.79. Após a matrícula essa área foi transferida para terceiros, entre os quais, o **Sr. Feliciano Monteiro da Silva**, que ficou com UMA GLEBA de terras, denominada Fazenda Santa Maria, com área de **78.53.90 ha**, conforme Título Definitivo nº 4 (GETAT)4(6)00686, registrada sob o nº R-3/1974 no livro 2-J fls 54 em 18.08.1981. Nesta mesma data foi gerada uma nova matrícula sob o nº 6144 no livro 2-AH fls. 166. O **Sr. Feliciano Monteiro da Silva** vendeu todo o imóvel ao **Sr. Antônio Batista do Nascimento**, em escritura pública lavrada no Cartório do 1º Ofício Criminal, registrado sob o nº R-1/6144 no livro 2-AH fls. 166 em 30.06.1982. O Sr. Antônio Batista do Nascimento vendeu todo o imóvel a **CELMAR S.A INDÚSTRIA DE CELULOSE E PAPEL**, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrado sob o nº R-2/6.144 no livro 2-AH fls. 166 em 19.09.1995.

A **CELMAR S.A INDÚSTRIA DE CELULOSE E PAPEL** adquiriu outras áreas por compra feita a diversas pessoas dentro das Glebas Barra Grande I e Barra Grande II. Comprou do Sr. Antônio Calixto dos Santos, uma gleba com a área de 356.46.65 ha, em escritura

¹⁶⁹ Podemos observar nos contratos de comodato em anexo.

pública lavrada no 2º Cartório da Família, registrada sob o nº R-4/3.418 no livro 2-GL fls. 60 em 26.05.1995; uma gleba com a área de 245.27.03 ha, em escritura pública lavrada no 2º Cartório da Família, registrada sob o nº R-7/440 no livro 2-GL fls. 59 em 26.05.1995; uma gleba com 233.12.28 há, em escritura pública lavrada no 2º Cartório da Família, registrada sob o nº R-5/2.812 no livro 2-N fls. 173 em 26.05.1995; uma gleba com 229.10.01 ha, em escritura pública lavrada no 2º Cartório da Família, registrada sob o nº R-5/16.610 no livro 2-CS fls. 108 em 26.05.1995; uma gleba com 196.30.56 ha, em escritura pública lavrada no 2º Cartório da Família, registrada sob o nº R-3/16.598 no livro 2-CS fls. 102 em 26.05.1995; uma gleba com 148.51.34 ha, em escritura pública lavrada no 2º Cartório da Família, registrada sob o nº R-3/13223 no livro 2-BX fls. 185 em 26.05.1995; uma gleba com 121.81.64 ha, em escritura pública lavrada no 2º Cartório da Família, registrada sob o nº R-5/4.508 no livro 2-GL fls. 58 em 26.05.1995; e uma gleba com 101.81.97 ha, em escritura pública lavrada no 2º Cartório da Família, registrada sob o nº R-3/16.619 no livro 2-GK fls. 131 em 26.05.1995.

Do Sr. Antônio Batista do Nascimento, a **CELMAR S.A INDÚSTRIA DE CELULOSE E PAPEL** comprou uma gleba com a área de 240.19.37 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-3/238 no livro 02 fls. 158 em 19.09.1995; uma gleba com a área de 262.17.48 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/32.145 no livro 2-GM fls. 86 em 19.09.1995; uma gleba com a área de 157.14.80 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-1/6.170 no livro 2-AH fls. 179 em 19.09.1995; uma gleba com a área de 133.83.84 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/4449 no livro 2-X fls. 28 em 19.09.1995; uma gleba com a área de 131.04.95 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/4447 no livro 2-X fls. 27 em 19.09.1995; uma gleba com a área de 502.44.40 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-4/558 no livro 2-B fls. 83 em 19.09.1995; e uma gleba com a área de 53.13.53 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/32.147 no livro 2-GM fls. 87 em 19.09.1995

Também comprou do **Sr. Aldo Matos do Nascimento** e do **Sr. Samir Matos do Nascimento** uma gleba de terras com a área de 42.11.16 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob nº R-3/5501 no livro 2-AD fls. 169 em 19.09.1995; e uma gleba com área de 178.87.77 há, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-6/444 livro 2-GL fls. 192 em 19.09.1995.

Comprou do **Sr. Agostinho Liberato da Silva**, uma gleba com 1.438.19.98 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-10/170 no livro 2-GA fls. 179 em 26.05.1995. Comprou do **Sr. Paulo Roberto Machado**, uma gleba com área de 147.36.08 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-5/3780 no livro 2-T fls. 77 em 14.04.1997; e uma gleba com área de 285.75.73 há, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-4/1641 no livro 2-GS fls. 189 em 14.04.1997.

Do Sr. Manuel Evilásio de Jesus Oliveira, a **CELMAR S.A INDÚSTRIA DE CELULOSE E PAPEL** comprou uma gleba de terras com área de 26.59.48 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-6/5659 no livro 2-AF fls. 62 em 10.07.1995; uma gleba com área de 14.20.41 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/30.126 no livro 2-GA fls. 66 em 10.07.1995; uma gleba com área de 28.62.78 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-8/7305 no livro 2-GB fls. 199 em 10.07.1995; uma gleba com área de 237.51.52 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-1/6.049 no livro 2-GK fls. 188 em 10.07.1995; uma gleba com área de 27.40.08 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-10/9541 no livro 2-GB fls. 98 em 10.07.1995; uma gleba com área de 376.49.76 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-11/9995 no livro 2-EC fls. 198 em 10.07.1995.

A **CELMAR S.A INDÚSTRIA DE CELULOSE E PAPEL** comprou do **Sr. José Ribamar de Queiroz**, uma gleba de terras com área de 69.47.46 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/32.137 no livro 2-GK fls. 197 em 16.04.96; uma gleba de terras com área de 60.30.00 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/23.004 no livro 2-EH fls. 54 em 16.04.1996. Comprou do **Sr. Cidônio Gonçalves dos Santos** uma gleba com área de 778.62.89 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-1/30.820 no livro 2-GP fls. 12 em 16.04.1996. Comprou do **Sr. Girlei Freitas de Cassia**, uma gleba com área de 143.99.90 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-3/15756 no livro 2-CO fls. 53 em 25.09.1995; e uma gleba com área de 1.404.85.52 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob matrícula nº 32.274 no livro 2-GL fls. 197 em 25.09.1995.

Do **Sr. Nirton Alves da Rocha**, a **CELMAR S.A INDÚSTRIA DE CELULOSE E PAPEL** comprou uma gleba com área de 413.62.14 ha, em escritura pública lavrada no

Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-3/17.471 no livro 2-CX fls. 159 em 18.03.1996. Do **Sr. Geraldo Hipólito Silva Júnior** comprou uma gleba com área de 890.88.72 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/26.161 no livro 2-FB fls. 05 em 15.12.1995. Comprou do **Sr. Cícero Braz**, uma gleba com área de 968.03.36 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/26.163 no livro 2-FB fls. 06 em 02.05.1995. Do **Sr. Pedro Vieira de Lima Filho**, uma gleba com área de 4.49.94 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/15.960 no livro 2-CO fls. 167 em 24.08.1995; uma gleba com área de 6.89.40 ha, m escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/19.908 no livro 2-DN fls. 14 em 25.08.1995; uma gleba com área de 20.98.96 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/15.218 no livro 2-CK fls. 138 em 24.08.1995; uma gleba com área de 20.98.65 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-1/19.605 no livro 2-DL fls. 23 em 24.08.1995; uma gleba com área de 21.48.04 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/19.915 no livro 2-DM fls. 83 em 24.08.1995; uma gleba com área de 22.91.34 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/20.292 no livro 2-DP fls. 23 em 24.08.1995; uma gleba com área de 25.18.42 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-3/12.294 no livro 2-BU fls. 53 em 24.08.1995; uma gleba com área de 32.47.16 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/17/337 no livro 2-CX fls. 60 em 24.08.1995; uma gleba com área de 33.17.24 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-3/3.447 no livro 2-S fls. 56 em 24.08.1995; uma gleba com área de 70.63.54 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/13.612 no livro 2-CB fls. 09 em 24.08.1995; uma gleba com área de 79.59.49 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-1/19.607 no livro 2-DL fls. 24 em 24.08.1995; uma gleba com área de 88.33.31 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-2/10.358 no livro 2-BH fls. 182 em 24.08.1995; uma gleba com área de 102.63.71 ha, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal, registrada sob o nº R-3/4.354 no livro 2-V fls. 184 em 24.08.1995.

A CELMAR S.A INDÚSTRIA DE CELULOSE E PAPEL comprou as propriedades referidas anteriormente, e unificou as suas matrículas gerando uma nova matrícula sob o nº **33.658 no livro 2-GT fls. 188 em 18.08.1997**, referente a Fazenda Eldorado. Essa Fazenda

foi formada pela unificação das matrículas anteriores, e a soma de outras glebas menores cadastradas no INCRA sob o nº 100.027.065.846-4, das Glebas Barra Grande I e Barra Grande II, resultando numa área de 12.267.41.73 ha.

Curioso é a quantidade de áreas adquiridas pela empresa dentro das Glebas Barra Grande I e Barra Grande II, de um mesmo “dono” e sem a identificação da matrícula anterior. O documento identifica a matrícula registrada na operação de compra e venda, e a nova matrícula gerada a partir da unificação das demais matrículas. Isso nos leva a questionar sobre a origem dessas áreas adquiridas, ou seja, como o antigo proprietário adquiriu as terras, que foram vendidas à CELMAR? Além disso, a quantidade de áreas adquiridas pela empresa nos leva a questionar sobre esse processo de apropriação, o que levou os antigos donos a venderem as terras à empresa, por exemplo.¹⁷⁰

Em forma de **servidão administrativa** a CELMAR repassou 63.69.24 ha da sua área de 12.267.41.73 ha, às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A ELETRONORTE, para instalação da LT/MARABÁ/IMPERATRIZ II CIRCUITO em 14 de agosto de 1997.

No dia 13 de novembro de 1997, o imóvel sob o registro nº R-1/33.658 foi hipotecado em 1º Grau ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, por escritura pública de aditivo nº 2 ao Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito nº 96.1.395.1 de 03.12.1996, lavrada no 17º Ofício do Rio de Janeiro-RJ, livro 5275 fls. 155 ato 52 em 12.11.1997. Tendo como INTERVENIENTES:

- I- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE Sociedade Anônima;
- II- RIPASA S.A. CELULOSE E PAPEL, Sociedade Anônima;
- III- OSMAR ELIAS ZOGBR e SANDRA REGINA CAMILO ZOGBI;
- IV- WALTER ZARZUR DERANI e MAGALY HELENA CAMILO ZURI DERANI;
- V- TONY OMAR ZARZUR e MARIA DE FÁTIMA LOUZADA ZARZUR.

Pelo AV-2/33.658 de 11.10.2001 conforme o Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal TRARL datado de 02.06.1999, assinado junto ao IBAMA, ficou determinado que a área de 7.498.58.62 ha do total da propriedade terá utilização limitada, sendo proibida qualquer tipo de exploração, ao menos que tenha autorização do IBAMA. A área remanescente da reserva legal encontra-se gravada nos seguintes imóveis: Fazenda Boa Esperança, III CRI de Imperatriz com matrícula 4445 a área correspondente a 1,0432% (127.97.44 ha), Fazenda Lourenço CRI de Imperatriz nº 5.048, 8.898 e 33.786 a área correspondente a 0,4883% (59.90.35 ha), Fazenda São Lucas, CRI de Imperatriz matrículas

¹⁷⁰ São questionamentos que não responderemos no escopo desse trabalho, mas poderemos investigar em outro momento.

16591, 11450 e 31456 a área correspondente a 1,4734% (180.75.40 ha), Fazenda Teimosa CRI de Açailândia matrículas nº 4.954 e 604 a área correspondente a 3,6875% (452.36.58 ha), Fazenda Itaparica CRI de Imperatriz, matrículas 16453, 8102, 8203, 8741, 8852 e 34115 a área correspondente a 1, 2734 (156.21.40 ha) e Fazenda Monte Alegre CRI de Imperatriz matriculadas 4741, 5900, 32398 e 10651 a área correspondente a 0,8215% (100.77.27 ha).

Essa informação é importante, pois nos remete ao Contrato de Comodato apresentado pela empresa CELMAR e FERRO GUSA CARAJÁS S.A. às quebradeiras de coco do povoado Petrolina, para controlar o acesso e as atividades extrativas na área da Reserva Legal. No Contrato de Comodato a empresa se diz “(...) *legítima proprietária e possuidora de uma gleba denominada Serra Branca, parte de uma área maior denominada Fazenda Eldorado*” (*CONTRATO DE COMODATO*), da qual uma área de 307 ha foi cedida para a Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu do Povoado Petrolina, para a realização do extrativismo de babaçu.

No item 1.1 da cláusula primeira do Contrato de Comodato¹⁷¹, a empresa CELMAR informa que:

- 1.1- O imóvel, cuja parte é objeto deste comodato, possui área total de 12.267,4773 ha, após o remembramento, e está localizado a 2km da margem esquerda da estrada Imperatriz/Petrolina, altura do km 48, Imperatriz (MA), encontrando-se matriculado no CRI de Imperatriz (MA), sob o nº 33.658 e cadastrado no INCRA SOB O Nº 110.027.065.846-4

Chama atenção o fato de a empresa apresentar no Contrato de Comodato uma área de 12.267,4773 ha, sem diminuir a área de 63.69.24 ha gravada às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A ELETRONORTE, em Servidão administrativa. Além disso, vale ressaltar que no período regente desse contrato, de 01.12.1998 à 30.11.1999, o imóvel da CELMAR estava hipotecado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento- BNDES. Foi liberado a partir Declaração de Quitação datada em 06.08.2003, pelo AV-4/33.658¹⁷².

Liberada a Hipoteca do Registro nº 01 e as averbações dos aditivos da aludida matrícula, pelo R-2/33.658 de 09.10.2003, a CELMAR foi incorporada pela COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, pelo R-3/33.658 de 09.10.2003. E o imóvel da matrícula supra foi integralizado ao Capital Social da firma FERRO GUSA CARAJÁS S.A pelo AV-5/33.658 de

¹⁷¹ Ver o Contrato de Comodato em anexo V.

¹⁷² Ver a Filiação Dominial da matrícula nº 33.658 em anexo.

20.11.2008. Esta que, por sua vez, foi incorporada pela COMPANHIA VALE DO RIO DOCE-VALE, pertencendo à mesma até os dias atuais¹⁷³.

Essas informações apresentam elementos explicativos para o entendimento da realidade das camponesas-quebradeiras de coco do povoado Petrolina. O aparecimento da empresa FERRO GUSA S.A em substituição da indústria CELMAR S.A, mantendo a imposição dos Contratos de Comodatos, para controlar o acesso e as atividades extrativas do babaçu na área da reserva legal é um dos elementos.

Além disso, a cadeia dominial da área da reserva legal também permite refletir sobre o comportamento da empresa Suzano S.A., que não exigiu, por sua vez, a assinatura dos contratos. O que pode está relacionado com o fato dela não ser a legítima proprietária do imóvel. Segundo informações dos funcionários do cartório de imóveis 6º Ofício de Imperatriz (MA), existe um contrato que permite o controle dessa área essa empresa, porém não conseguimos acessá-lo¹⁷⁴.

Apesar de não ter exigido a assinatura dos contratos de comodato, a empresa Suzano S.A apresentou-se de forma autoritária e arrogante junto às famílias do povoado Petrolina, e de todos os povoados da Estrada do Arroz. Promoveu a expropriação e expulsão de famílias de um povoado inteiro, para se apoderar da área, como mostrou Nobrega (2015), em relação ao povoado Bacaba. A autora ressalta que a empresa usou de “violência psicológica” para convencer as famílias a se deslocarem do antigo povoado para uma área mais distante, perdendo, por sua vez, as antigas casas, os espaços das roças e de vivência.

No povoado Petrolina, dona Terezinha narra à chegada da empresa, destacando a agressividade do seu comportamento frente às camponesas-quebradeiras e o pânico que causou com as suas ações e discursos.

E aí eu fico pensando o que é que eles vão fazer com a gente, inclusive na época quando eles vieram dar essa primeira notícia pra nós, a primeira vez que eles deram essa notícia pra nós, meninas isso causou um pânico em nós aqui, nós ficamos tão preocupada, a minha comadre bem aqui adoeceu. (...)

¹⁷³ Ver a Filiação Dominial da matrícula nº 33.658 em anexo

¹⁷⁴ Essa informação foi dada pelos funcionários de maneira informal. Para maiores informações, disseram que eu deveria solicitar à própria empresa, mas por motivo de segurança e para preservar o meu contato com as camponesas-quebradeiras de coco, escolhi não seguir esse caminho. Analisando a expansão da indústria de papel e celulose no Brasil, a partir do caso da Suzano Papel e Celulose, Marques (2015, p. 141) afirma que “(...) Em 2009 a Suzano fechou um acordo com a Vale Florestar para a compra de madeira de uma área de 50 mil há no Pará, voltada ao abastecimento de sua fábrica em Imperatriz no período de 2014 a 2028. Além disso, foi efetuada a compra de 84,7 mil há de terras da Vale, dos quais 34,5 mil há com plantios de eucaliptos no Maranhão”. A autora também afirma que a relação da Suzano com a Vale está relacionada “com a existência de um polo de reflorestamento na região que engloba o Pará e o Maranhão, criado com amplo apoio do Estado com o objetivo de abastecer de carvão vegetal as guseiras aí instaladas e em decorrência do Projeto Grande Carajás (VALOR ECONOMICO, 15/07/2009)”.

Ela disse: “Mas gente, desde tempo que nós tamo aqui, nós trabalha aqui, agora vocês querem tirar nós dali”. Ai eu disse: “Jonas...” o rapaz da Suzano, ele foi muito grosso. Nesse dia a gente discutiu, a Ana Paula saiu daqui zangada, porque nós dissemos um monte de coisa, nós dissemos que não ia sair. Aí desse tempo pra cá eles foram pegando de outra maneira com a gente, eles tão arrudiando. Só, que se eles tiverem pensando que eles vão tirar nós bem aí e vai ficar de graça, porque eu também tô quietinha, mas eles sabem que eu tô esperando a hora certo, eu quero ver o que é que eles vão fazer porque na época que eles deram a notícia aqui a minha comadre adoeceu e nós tudinha ficamos preocupada e com raiva. E nós dissemos: “Moço, se você não quiser mais que nós fique aí dentro, nós vamos embora daqui, nós não sai só da terra de vocês não, nós sai do povoado e lá onde nós chegar nós vamos dizer porque nós saímos, nós vamos dizer que uma empresa chegou, comprou todas as terras e expulsou nós de lá. Nós dissemos desse jeito e acho que eles né, eles não querem ver o nome da empresa assim né. Aí depois reunião e mais reunião e eles foram fazendo uma coisinha pra gente, que nem fizeram essa casa, faz uma coisa dali.”¹⁷⁵

O depoimento da dona Terezinha revela a maneira autoritária que Suzano S.A. abordou as camponesas-quebradeiras, causando o desespero e problemas de saúde. Além disso, traz elementos para entendermos o comportamento persuasivo e as estratégias de cooptação utilizadas após esse episódio. Diante da ameaça proferida pelas camponesas, de irem embora das terras e do povoado, e divulgarem que foram expulsas pela empresa, esta passou a adotar outras medidas.

A Suzano S.A. apresenta-se às camponesas-quebradeiras como legítima proprietária de área da reserva legal, assim como de muitas propriedades ao longo da Estrada do Arroz, em Imperatriz (MA)¹⁷⁶. Segundo Marques (2015, p. 140),

(...) a maior parte da matéria-prima de que precisa a partir de terras sob sua administração direta, define como “terras próprias”. Essas terras podem ser de propriedade da empresa ou arrendadas num processo de territorialização do capital aliado à monopolização do território, caracterizado pela formação de extensas áreas sob o seu controle, distribuídas nas três regiões indicadas [Sudeste, Nordeste e Amazônia].

Quando se implantou em Imperatriz (MA), as camponesas já estavam em processo de organização no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Haviam participado de cursos de formação, mobilizações, e estavam estruturando e fortalecendo a associação.

¹⁷⁵ Entrevista com dona Terezinha de Souza Cruz, do povoado Petrolina, em 09 de dezembro de 2016.

¹⁷⁶ O que exige um levantamento da filiação dominial, que não tivemos condições de realizar nesse momento. Desse modo, não temos como fazer afirmação sobre a situação fundiária total das terras ao longo da Estrada do Arroz, que estão sob o controle da Suzano S.A..

No povoado Petrolina, por exemplo, além das formações junto ao MIQCB, tinham criado a associação para defender os babaquais dos carvoeiros, recebendo o apoio de entidades como o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Centru e a Igreja Católica, os quais contribuíram para o início da construção da casa da associação e para a aquisição das primeiras máquinas forrageiras. Na Reserva do Ciriaco, o MIQCB também já estava atuando, inclusive uma das coordenadoras da regional de Imperatriz (MA) é moradora da reserva, dona Eunice da Conceição Costa. A entidade já tinha desenvolvido um trabalho de formação com as camponesas, e fornecido alguns equipamentos para a estruturação do grupo.

Porém, a empresa conseguiu se aproximar e desenvolver uma estratégia de cooptação capaz de provocar o afastamento das camponesas em relação ao Movimento. Contratou uma pessoa que atuava nos povoados e na Resex Ciriaco, para trabalhar na empresa e articular a sua aproximação. Em virtude da relação de confiança existente entre a contratada e as famílias, criada por meio do convívio cotidiano¹⁷⁷, não foi difícil convencê-las da “boa intenção” da empresa. Como ressaltou dona Maria da Conceição, a Adriana:

(...) era conhecedora do nosso sofrimento, do nosso trabalho, da luta do dia a dia, aí ela achou por bem da ajuda que a Suzano tinha de doar para alguma entidade, ela achou por bem colocar aqui, nessa reserva aqui. Aí daqui para cá pronto, a gente começou a se inteirar com eles, interagir com eles e dialogar, e agora temos as ajudas deles que são bem vindas. Eles têm nos ajudado bastante, bastante mesmo¹⁷⁸.

O gestor da Reserva Extrativista Ciriaco também acreditou nas promessas do desenvolvimento e prosperidade trazidos pela empresa, passando a apoiá-las em suas ações, como demonstra o seu depoimento.

Então, quando a Suzano foi se instalar na região, ela buscou uma colega minha para ser gerente do socioambiental, a Adriana que é uma ex-chefe do IBAMA, e o IBAMA trabalhava junto com a CNPT. (...) Então, quando a Suzano veio fazer os primeiros levantamentos na região e chamaram a Adriana para trabalhar com eles, ela me disse: ‘Euvaldo, a Suzano tem alguns trabalhos sociais e eu queria fortalecer o trabalho do babaçu na região’. Então, objetivando trazer desenvolvimento para a unidade eu disse: ‘Olha, tudo que for bom para a unidade eu quero discutir e quero trazer para a unidade’. E por causa dessa minha posição, o MICQB se levantou contra a minha pessoa fizeram uma carta para o pessoal de Brasília pedindo a minha cabeça e a partir daí as nossas relações nunca mais foram iguais. (...) Sobre a

¹⁷⁷ Segundo as camponesas, a Adriana é filha de um dos comerciantes que transportava produtos da cidade de Imperatriz (MA) e Cidelândia (MA), para as famílias dos povoados da Estrada do Arroz, tais como Matança, Coquelândia, Olho d’Água, São Felix, Altamira, Petrolina e Ciriaco, entre outros. Cresceu conhecendo a realidade desses sujeitos, e atuou desenvolvendo atividades sociais com mesmos, o que justifica a relação de confiança existente.

¹⁷⁸ Entrevista com dona Maria da Conceição da Silva dos Santos, da Reserva Extrativista Ciriaco, em 07 de dezembro de 2016.

Suzano (...), quando eu decidi apoiar a ida da Suzano para lá, se coloque no meu lugar: As pessoas diziam que criavam gado porque não tinham opção, aí chega na região uma grande empresa e diz: ‘Euvaldo, nós queremos e temos dinheiro para investir no social da comunidade’. Se hoje R\$ 100.000 reais é importante, imagine há sete anos atrás: ‘Nós queremos montar uma fábrica’. Eu disse: ‘Do que é que vocês precisam?’ As pessoas diziam que criavam gado porque não tinham opção de geração de renda: ‘Não tem equipamento, não tem estrutura, não tem nada, então, vamos criar gado e queimar carvão para vender’, pois nós vamos lutar para conseguir isso. Chegou uma oportunidade de gerar desenvolvimento para a comunidade, gerar educação ambiental, gerar consciência, eu disse: ‘Vamos aproveitar!’ Lá vem toda a estrutura da MIQCB de São Luís, do Pará, do Piauí querendo matar o gestor. Eu dei a cara à tapa. Eu disse: ‘Pode bater, mas eu não vou mudar a minha ideia’. Então, aquela estrutura lá o Instituto Chico Mendes comprou a máquina e a Suzano construiu toda aquela estrutura lá. Lutamos para conseguir o mercado, a estrutura. Agora, eu te pergunto: ‘Tu quer quebrar coco? O povo lá também quer. Uma tristeza aquele ‘elefante branco’ lá...’.

O depoimento do sr. Euvaldo elucida o processo de aproximação da Suzano S.A. em relação as famílias da Resex Ciriaco, e dos povoados localizados ao longo da Estrada do Arroz, onde a sede da própria empresa está instalada. Revela a gênese da cisão entre as famílias e o MIQCB, que não concordou com essa aproximação e buscou apoio para impedi-la, porém sem obter sucesso. A força do discurso do desenvolvimento, da geração de renda, com o apoio da empresa e do próprio governo¹⁷⁹, conseguiu atrair as famílias, que sobrevivem do extrativismo do babaçu, da roça, do gado e da produção do carvão.

A Suzano S.A. tinha um projeto de construir uma fábrica de óleo de babaçu nessa área. Apresentou um montante de R\$ 100,000 (cem mil reais) para a montagem da estrutura inicial, como relatou o sr. Euvaldo. E, com isso, as famílias ficaram deslumbradas, achando que essa seria a possibilidade de melhorarem suas qualidades de vida de uma vez por todas. A empresa assumiu o papel de reorganizar as famílias camponesas-quebradeiras a partir da sua perspectiva, isto é, da racionalidade do mercado. Iniciou um processo de alienação social levando-as ao esquecimento da sua capacidade crítica, criadora e revolucionária, na medida em que passaram a delegar-lhe o papel de Estado “provedor”, submetendo-se a um processo de dependência, que estamos entendendo como sujeição.

Marx (2010) nos ajuda a entender a alienação, através da análise do “fetichismo da mercadoria”. Assevera que esta, enquanto um produto do trabalho humano e de relações

¹⁷⁹ É importante destacar que o Estado tem atuado como facilitador do processo de expansão e territorialização da Suzano S.A. Marques (2015) afirma que (...) dentre outras ações, tem apoiado por meio de concessão de financiamentos à concentração e centralização de capitais e setores específicos da economia, como é o caso do setor de produção de celulose e papel, contribuindo de maneira efetiva para a formação de grandes empresas de atuação mundial.

sociais, tem a capacidade de encobertá-las, tornando-a uma “coisa” independente, que no processo de intercâmbio ganha vida própria. Ou seja, o produtor se aliena do seu próprio produto do trabalho, e a relação social, entre seres humanos, é transformada numa relação entre coisas.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. (...) Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (...) Chamo isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias¹⁸⁰.

Partindo da análise desse “mistério da mercadoria”, o fetichismo, que consegue ocultar a transparência do trabalho humano e das relações sociais que a produz, entendemos que as ações da empresa Suzano S.A configuram estratégias de alienação das camponesas-quebradeiras de coco, na medida em que busca estabelecer uma lógica capitalista de produção entre elas. Consequentemente, acabar com a transparência das relações sociais e do processo do trabalho camponês imprimidas na produção do babaçu. Esta que tem a dimensão do “valor-de-uso” e “valor de troca”, no sentido proferido por Marx (1982), mas tem também o “uso entanto valor”, ou seja, como parte de “um componente da ética camponesa”, analisada por Woortmann (1990).

A alienação social acompanhada pelo processo de cooptação foi iniciada com a criação do Conselho das Quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz, sob a direção da Suzano S.A.. Cada povoado delegava duas representantes para participarem de reuniões mensais, para discutirem as demandas das famílias e as ações necessárias para supri-las. As reuniões convocadas e promovidas pela empresa representavam o “espaço de diálogo e interação” com as camponesas-quebradeiras de coco.

É importante ressaltar que o espaço de diálogo criado pela Suzano S.A se diferencia “do lugar social e espaço de socialização política” destacado por Fernandes (1994) e Simonetti (1999). Estes faziam referencia aos espaços criados inicialmente pela CEB's e CPT, fundamentais para a formação e desenvolvimento da organização do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. Um espaço social de luta e exercício

¹⁸⁰ Marx, 2010, p. 94.

da cidadania, da construção do conhecimento e da sua própria identidade, marcada pelas condições econômicas, políticas, sociais e culturais. Tal espaço pode ser relacionado ao criado pela Associação Regional Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP) e pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Longe de um “lugar social e espaço de socialização política”, o espaço de diálogo da Suzano S.A com as camponesas-quebradeiras de coco se aproxima mais de um espaço de manipulação e negociação. Durante a reunião do conselho, realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, tive a oportunidade de presenciar esse diálogo, notando as estratégias persuasivas e cooptativas da empresa. O depoimento da representante da Suzano S.A, é revelador.

Meu nome é Ana Paula, sou coordenadora de Responsabilidade Social da empresa Suzano Papel e Celulose da unidade de Maranhão. Esse trabalho com as mulheres, as catadoras de coco, ele surgiu as primeiras discussões em 2010 quando a equipe da unidade foi composta e nós tínhamos uma intenção de trabalhar a geração de renda com grupos rurais da região, não só da região de Imperatriz, mas da região onde a empresa tinha área com plantio de eucalipto. Aqui na região de Imperatriz a gente identificou os grupos de quebradeiras de coco, e devido a um trabalho já, antes mesmo de empresa, né, nós tínhamos na época uma pessoa que era gerente, a Adriana Soares que era gerente Socioambiental da época, ela já tinha passado pelo Ministério do Meio Ambiente, já tinha trabalhado nessa carteira com povos e comunidades tradicionais e aqui em Imperatriz, também já tinha feito um trabalho com as quebradeiras de coco. Então, pelo direcionamento da empresa, a gente começou algumas discussões com essas mulheres, né, até porque foi identificado que alguns desses grupos acessavam as áreas da empresa pra coleta do coco babaçu. E, como se trata de área de reserva legal, a empresa precisava também garantir também a segurança dessas áreas, a Segurança Ambiental, a gente então iniciou essas discussões com elas para entender de fato como é que era essa intervenção. A partir daí, veio para a discussão também, a gente acabou envolvendo o pessoal do ICMBio, que atuava na região, e o pessoal do CENTRU, aqui da região que já atuava, né. Porém, o pessoal do CENTRU, eles participaram só das duas primeiras conversas, depois eles resolveram se retirar, não queriam participar da discussão, até por questões ideológicas e tudo mais, ficou entendido. Junto com o ICMBio a gente fez algumas discussões já com os grupos, até retomando alguns projetos do Governo Federal que tinham se iniciado e estavam parando, aí a empresa começou a avaliar onde ela poderia contribuir nesse processo, tá. Aí dessas discussões começaram. Os grupos estavam desmobilizados, enfraquecidos, né, a exemplo era a Associação das Quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz que ela deveria abranger todas as comunidades da região, e nesse momento quando a gente começou eles estavam apenas em São Felix, os outros grupos não se sentiam representados por eles. E, aí a gente começou esse trabalho de tentar rearticular esses grupos, fortalecer, ao mesmo tempo fazendo essa discussão de inserir as ações dessas quebradeiras, vincula-las as questões da Resex Ciríaco, que era a mais próxima que tinha daqui da região. Na época, o coordenador da Resex, pelo ICMBio era o Euvaldo, que era um conhecedor e andava bem na região, e a gente promoveu algumas reuniões para começar esse trabalho. No entanto, o

Euvaldo saiu dessa coordenação da Resex, foi para uma outra Resex, e a nova coordenação resolveu focar as ações apenas dentro da área da própria Resex, não fazer essas discussões com grupos que estivessem na área de amortecimento ou de proximidade, né. E aí, essa discussão meio que esfriou, parou porque a gente sozinho não dava conta, não tinha como fazer esse trabalho. Depois a gente retomou uma questão, mesmo conhecendo a realidade delas, a gente retomou a ideia de fazer um diagnóstico com essas quebradeiras, pra saber de fato qual a importâncias dessas áreas da empresa para elas, para a produção delas, para geração de renda para o dia a dia, se de fato tinha ou não. E, porque a gente tinha um desafio também, principalmente com o grupo aqui de Petrolina, porque Petrolina além de coletar o coco, elas produzem o carvão dentro da área de reserva legal da empresa. Então, a gente precisava tirar essa produção do carvão de dentro da área, mas não acabar essa alternativa para as mulheres, então a gente ficou muito nessa faca assim de dois gumes mesmo, não proibi-las de acessar, até porque tem as leis que garantem, essas coisas todas, não proibi-las, mas ao mesmo tempo assim que isso fosse feito de uma forma que não levasse risco para o meio ambiente, para reserva legal, já que elas usam fogo, né, e as caieiras e os tambores. Não podiam vim para a comunidade, porque faz muita fumaça e incomoda os outros moradores também. E nós tivemos várias discussões a esse respeito para tentar achar uma solução, elas se sentiram muito entristecidas e desmobilizadas nesse período, porque elas achavam que a empresa de alguma forma iria proibi-las, de todo fato, de entrar na área, e elas começaram a se sentir assim. A gente sempre deixou bem claro que não era essa a nossa intenção, e aí então com esse diagnóstico, no final de 2013 a gente contratou uma consultoria especializada, a consultoria veio, visitou todos os grupos, fez o diagnóstico. Em janeiro de 2014, nós fizemos algumas oficinas com elas para validar aquelas informações que a consultoria tinha levantado, validou, e nessa validação, nessas oficinas, apareceram algumas sugestões de trabalho em conjunto, empresa com as quebradeiras, né, e outros atores se necessário. Então, aí nessas oficinas surgiu, apareceu a primeira ideia de se formar um conselho de discussão com essas quebradeiras de coco, foi uma primeira sugestão nesse aspecto. Simultaneamente a isso, a empresa recebeu um documento da Promotoria Federal, porque eles entendiam que a empresa quando veio se instalar na região não tinha feito a discussão adequada com os povos e comunidades tradicionais, mesmo com todas as evidências de reuniões, de tratativas e tudo mais, eles entendiam que os povos e comunidades tradicionais não tinham sido ouvidos da forma como deveria. Então, o Ministério Público Federal tinha entendido isso, em 2013 eles tinham solicitado que a empresa realizasse umas Oitivas com os indígenas, apesar de a empresa não ter nenhuma propriedade próxima no mínimo no intervalo de 10 km de cada uma dessas terras indígenas da região, mas eles entendiam que a empresa deveria ter discutido sim, até porque a implantação dela na região de um jeito ou de outro, acabaria impactando esses povos indígenas. A empresa realizou, o resultado eles gostaram e no final de 2013, começo de 2014 eles pediram então que a empresa também realizasse uma Oitiva com as quebradeiras de coco babaçu. Então, mesmo a gente apresentando que tinha sido feito um diagnóstico, que tinha sido feito as oficinas, que tínhamos discutido, o Ministério Público entendeu que sim, tinha que acontecer uma Oitiva. Aí, em abril de 2014 foi realizada essa Oitiva, nessa Oitiva estavam presentes as representatividades dos grupos aqui das quebradeiras de coco, das Resex de Ciriaco e Mata Grande e também, a Promotoria Pública Federal, a Promotoria Pública Estadual de Meio Ambiental e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente também se fez

presente, e o ICMBio, né. Então houve uma discussão, foi um dia inteiro de discussão, de apresentação e tudo o mais, a oficina já tinha ajudado bastante a mastigar isso, então quando as mulheres foram já estavam com algumas coisas na ponta da língua. No resultado, no encaminhamento dessa Oitiva ficou batido o martelo que seria sim criando um conselho das quebradeiras de coco aqui da região com a participação de todos os grupos, mesmo os formais ou informais e as duas resex, a de Mata Grande e a de Ciriaco. E a Suzano ficou incumbida de mobilizar esse trabalho, de fazer esse conselho acontecer¹⁸¹.

O longo trecho do depoimento da representante da Suzano S.A. é importante, pois mostra as estratégias utilizadas para promover a aproximação junto às famílias, e a operacionalização da alienação e cooptação das camponesas-quebradeiras, que resultou, por sua vez, na sujeição. Nota-se, desde o início, o desconhecimento e o desrespeito com a experiência histórica das famílias, desconsiderando, por exemplo, a diferença e a resistência das camponesas-quebradeiras à denominação de “catadeiras de coco”.

A partir do depoimento é possível identificar o tom autoritário e arbitrário do discurso e da prática perpetrada pela empresa na região. Isso fica evidente ao considera-se dotada de pleno poder, para classificar a atividade extrativa realizada pelas famílias camponesas, ao longo da sua existência e resistência nessa porção da região do Bico do Papagaio. A contratação de uma assessoria especializada para acompanhar o trabalho das camponesas-quebradeiras, para produzir um diagnóstico, que revelasse se a atividade extrativa era realmente importante, revela esse tom.

No processo de alienação e cooptação das famílias realizado pela Suzano S.A., a Oitiva exigida pelas autoridades jurídicas e governamentais aparece como um espaço de legitimação das suas estratégias. De início, a empresa a considerou desnecessária, diante do “trabalho” que vinha realizando com as camponesas-quebradeiras. Mas, mesmo com a permanência da exigência das autoridades, não se preocupou, pois já estava garantido que as camponesas-quebradeiras falariam a seu favor. Como ressaltou a representante: *“a oficina já tinha ajudado bastante a mastigar isso, então, quando as mulheres foram, já estavam com algumas coisas na ponta da língua”*. Com isso, a Suzano S.A. conseguiu o coroamento das suas ações na Oitiva, onde ficou declarada a criação do Conselho das Quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz, e, também, a garantia de um longo processo de sujeição das famílias.

¹⁸¹ Entrevista realizada com a Ana Paula, representante da empresa Suzano S.A., em 27 de fevereiro de 2015, no povoado Petrolina (Imperatriz – MA).

Dona Eunice fala sobre esse processo de sujeição perpetrado pela Suzano S.A, a partir das estratégias de cooptação das camponesas-quebradeiras de coco. Como coordenadora regional do MIQCB, de Imperatriz (MA), ressaltou que:

(...) a sujeição das quebradeiras, ainda tem quebradeira que primeiro, que ela não quer se organizar né? Nem no sindicato, nem na associação. Ai elas rejeitam muito: ‘Não, eu não vou sair da minha casa para passar tantos dias fora, porque não dá, e eu não tenho tempo’. Aí, a sujeição ainda é essa, porque ela acha que ela deve está lá desorganizada, e não o quanto a gente está lutando para elas se organizarem, para ela passar a conhecer o que é o direito dela como quebradeira de coco. Ainda tem essas questões, e também a sujeição muito grande ainda é porque hoje tem quebradeira de coco que deixou de ser quebradeira para ser plantadeira de eucalipto, entendeu? Tem essa questão muito grande. Ela acha que se ela tiver lá plantando aquele eucalipto, para ela é melhor do que ela está incluída junto com a gente, quebrando coco, tendo a renda dela, e que no fim está lá plantando aquele eucalipto. Além dela plantar eucalipto, ela está colhendo uma doença, porque ela vai mexer com veneno, ela vai mexer com todo tipo de coisa que termina ela mesma se prejudicando com esse tipo de ação. Então, ainda é muito grande essa questão da cooptação das empresas com as quebradeiras. Elas cooptam muito... Aí, tem quebradeira que por mais que ela tenha sido capacitada, mais ela acha que ela só vai avançar se ela tiver ali, se a empresa disser; ‘Hoje eu vou fazer um sorteio, tem que está aqui, tu tem que participar’ como tem o conselho da quebradeira na Suzano... Então, ela acha que ali é bom pra ela, mas não é. A gente tem certeza que não é... Então, ainda é uma briga muito grande sobre essa questão da gente está tirando quebradeira de lá e trazendo para o movimento.

Dona Eunice deixa claro a sua oposição à relação da empresa com as camponesas-quebradeiras de coco. Identifica o processo de cooptação perpetrado pela primeira e a transformação da segunda em plantadoras de eucalipto. Também chama atenção para a dificuldade que tem, enquanto liderança do MIQCB, de organizá-las e mobilizá-las. A Suzano S.A. acaba persuadindo-as por meio de sorteio, distribuição de materiais de trabalho e terra, como veremos mais adiante. O que as leva pensar numa possível melhoria de vida. Mas, na verdade, isso faz parte de um conjunto de estratégias de cooptação e sujeição.

Continuando o seu depoimento, dona Eunice trouxe mais elementos que explicam o afastamento do MIQCB das camponesas-quebradeiras de coco, associadas ao conselho criado pela Suzano S.A.

(...) Ciriaco era um grupo de mulheres que mais recebeu capacitação, entendeu? E a gente fez de tudo para eles não fazer essa parceria com a empresa e criar esse conselho: eu, Querubina, essa Dijé aí, fizemos reuniões muitas vezes, e continuaram batendo na tecla que não, porque sabem que o governo é uma ação da empresa, porque a empresa tem que chegar lá naquele local, pintar uma escola, botar uma máquina, e aí, se elas não

quiserem, outros vão e recebem... Aí, é aquela coisa, né, muito forte. Aí a gente fez de tudo, mas a gente foi bem clara: vocês vão escolher: ou a empresa ou o MIQCB! Porque como eu moro numa área de reserva, tenho conhecimento do que é uma reserva extrativista, e vou estar levando uma empresa para lá para depois nos prejudicar? Porque hoje, no Ciriaco, se você ver, até eucalipto tem... e foi a empresa! Os próprios maridos das quebradeiras que trabalhavam na empresa levavam os pés e plantavam. O que é está então, menina, a queima do coco inteiro que eles incentivaram muito também... Isso aí é uma coisa que a gente vê que não tem condição do movimento lutar. Lutou tanto para ser liberto para voltar de novo para a escravidão! Então, a gente lutou demais... Então, a gente não pode fazer mais nada entendeu? Porque a gente lutou...¹⁸²

Sobre a criação do Conselho das Quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz, por exemplo, dona Terezinha, afirmou que o assunto foi pouco discutido nas reuniões. Inclusive destacou que não havia entendido o significado e a importância de um conselho, por muito tempo. Somente após sucessivas reuniões, vem adquirindo maior esclarecimento.

Pois é, olha, no dia da criação desse conselho eu não fui, convocaram essa reunião, mas eu já sabia que era pra eleger um conselho. Mas, na verdade, nós não discutimos muito o que é que era esse conselho, depois com as reuniões eu já tô um pouco por dentro, mas também não clareou muito assim. Mas, o que eu já entendi é que esse conselho é pra nós se reunir pra nós mesmas discutir quais são as alternativa pra nós cobrar das outras entidades o que nós tamo precisando. Por exemplo, nós do conselho que somos duas pessoas de cada comunidade se reuni e vai discutir quais são suas prioridades e vamos ver quem é que pode ajudar a gente. Manda um ofício, 'oh nós tamo precisando disso'. Aí, que nem a Ana Paula falou, no início agora dá esse ponta pé inicial, a Suzano tá com a gente pra ajudar a fortalecer e também ver se pode ajudar a gente em alguma coisa. Inclusive, a gente teve reunião e ela citou algumas coisas que eles não vão poder ajudar a gente agora. Mas, eles falaram assim, eles tão ajudando, mas daqui uns dias nós mesmo que vamo ter que... eles tão assim só despertando as nossas ideias, o que a nós vai fazer como conselho de cada comunidade duas pessoas, se reúne uma vez por mês pra discutir a nossa problemática, quais são as nossas prioridades e onde nós vamos buscar, qual a entidade que nós vamos buscar alternativa pra melhora da qualidade de vida da associação e da comunidade. O que eu entendi até agora é isso.¹⁸³

A fala da dona Terezinha evidencia claramente o comportamento autoritário e arbitrário da Suzano S.A. Nota-se que a ideia da criação do conselho não nasceu das próprias camponesas-quebradeiras, ao contrário, a empresa decidiu e tratou de persuadi-las, fazendo-as acreditar que estava despertando suas ideias.

Prosseguindo com as estratégias de reorganização das camponesas-quebradeiras de coco a partir da racionalidade do mercado, a Suzano S.A elaborou um Plano de Ação para nortear

¹⁸² Entrevista com dona Eunice da Conceição Costa, da Reserva Extrativista Ciriaco, em 07 de junho de 2017.

¹⁸³ Entrevista com dona Terezinha de Souza Cruz, do povoado Petrolina, em 09 de dezembro de 2016.

as atividades do conselho. Segundo a própria representante da empresa, as camponesas foram resistentes no início, pois acharam que seria mais um espaço para conversar, sem ter resultado prático. Foi quando a empresa disponibilizou um recurso inicial para que o conselho fosse organizado¹⁸⁴. Segundo a sua representante,

(...) a empresa disponibilizou um recurso inicial que seria para fazer o investimento a partir da resolução do conselho. Para que o conselho pudesse se organizar, se preparar, se estimular. O nosso compromisso era esse de fazer com que esse conselho existisse, se fortalecesse, e depois se tornasse independente e fosse buscar os seus interesses.

Porém, não foi o que aconteceu. A empresa continuou ditando as ações das camponesas-quebradeiras de coco sem respeitar a “ordem moral”¹⁸⁵ que norteia as suas práticas extrativistas do babaçu. Além de persuadi-las para a criação do conselho, também definiu a elaboração de uma “cartilha de boas práticas”, que trouxesse a explicação do processo de trabalho, para que fossem apresentadas aos proprietários de terras, de modo que pudessem acessar os babaçuais livremente. Para a elaboração dessa cartilha, a empresa contratou uma consultoria para acompanhar os seus trabalhos, e depois, fazer um estudo da legislação ambiental, no sentido de adequar e até substituir as práticas anteriores, para que as mesmas não agredissem o meio ambiente.

Então, na nossa discussão de conselho com elas e tudo o mais, o que decidimos? Vamos pegar a legislação ambiental, o que ela diz sobre isso, né, o uso dentro das reservas legais, vamos pegar o dia a dia delas, como é que elas executam isso, juntar as duas coisas, e ver se as práticas condizem, se essas práticas de certa forma agredirem mesmo o meio ambiente. Se for comprovado que outras práticas podem substituir, podem ser similares para que elas possam, de fato, acessar a área, oferecer segurança para o meio ambiente, para aquele proprietário ter certeza que aquela quebradeira de coco que tá ali, ela tem uma prática conduzida conforme a legislação. Elaborar essa cartilha, aí ia ser uma cartilha de fácil acesso, até para que pessoas que não tem leitura consigam manusear a cartilha e consigam entender a mensagem que passa. E com essa cartilha em mãos, a gente fazer oficina com elas, até se for preciso readequar as atividades, as ações, uma oficina para que isso seja alinhado. Então, na nossa discussão a gente acredita que com isso a gente consegue formar um acordo entre a empresa, com as áreas da empresa. Então eu sei que essas quebradeiras foram capacitadas, elas fazem esse treinamento, então elas não vão oferecer risco. Então a empresa tem a segurança de apresentar para o órgão ambiental, que “olha, dentro da minha área de reserva legal, eu tenho um grupo de quebradeiras de coco fazendo a atividade delas, mas com toda essa segurança, com todo esse cuidado, né”, até a possibilidade de fato de manter

¹⁸⁴ Apesar dela não decifrar o valor exato do recurso financeiro disponibilizado pela empresa, o depoimento do sr. Euvaldo revela que foi R\$ 100.000 (cem mil reais).

¹⁸⁵ Woortmann (1990), Bombardi (2005).

o uso de fogo dentro da área, mas com todos os cuidados tomados e que elas de posse dessas cartilhas, elas possam discutir com os proprietários de outras áreas a possibilidade de acesso.

Mais uma vez a Suzano demonstrou o autoritarismo e arbitrariedade em suas ações de cooptação das camponesas-quebradeiras. Há uma negligência que denota a violência realizada por essa empresa junto aos sujeitos sociais dessa região. Isso fica evidente na medida em que desconsidera a relação que possuem com a natureza, traduzida em suas práticas, por meio das quais conseguiram garantir a sua conservação durante muitos anos, até a intensificação do processo de transformação da terra em mercadoria pelos agentes do capital em expansão.

A Suzano S.A. não leva em conta os desastres ambientais causados pela plantação da monocultura de eucalipto na região. Ao contrário da sua negligência, a partir das experiências e da íntima relação que possuem com a natureza, as camponesas-quebradeiras são conhecedoras desses desastres e se preocupam com essa situação. Dona Terezinha explicou que, depois da substituição do “capoeirão” pela plantação de eucalipto, a água do riacho deixada pelo seu avô para o seu pai, secou e ficou escura. Para ela, isso é um desastre causado pela empresa, e já reclamou, mas, esta ignorou o seu conhecimento. Quando perguntei se o riacho apresenta alguma diferença em relação ao período anterior à plantação de eucalipto, dona Terezinha respondeu que sim.

Tem, nós já falamos isso pra eles, eles disseram que não tem nada a ver, eles fizeram uma pesquisa, porque esse riacho a água dele era maior, era mais água. Aí, no verão se tu ver onde fica, bem raso e aquela água poluída, barrenta sabe. E isso aí era tudo limpinho que a gente via o chão, agora a gente ver, mas aí no verão ninguém ver lá no fundo, a água fica suja, ela diminuiu muito. E nós fala pra eles que a gente já ouviu falar que o eucalipto chupa muito a água, eles disseram que não, que não tem nada comprovado isso aí, a gente já notou a diferença sim. Ali em cima seca, lá mais na frente seca, aí daqui pra frente é que já vai ter água¹⁸⁶.

A Suzano ignora o conhecimento das camponesas-quebradeiras de coco, e se exime dos impactos socioambientais e socioterritoriais dos seus empreendimentos. Cornetta (2013), citando Rochadelli (2001), afirma que o consumo de água do eucalipto varia de 800 a 1,2 mil litros por metro quadrado. Ou seja, para produzir um quilo de madeira da planta são necessários 350 litros de água. O autor ressalta que no extremo sul baiano, especificamente no município de Mucuri, a monocultura de eucalipto da empresa Suzano tem provocado a redução da disponibilidade de terras agricultáveis e a reprodução dos diferentes usos do solo na região.

¹⁸⁶ Entrevista com dona Terezinha de Souza Cruz, do povoado Petrolina, em 09 de dezembro de 2016.

No Leste e Sudoeste do Maranhão, Andrade (2011, p. 5) ressalta que:

Passados dezesseis anos, e após a devastadora ação da Marflora, a Suzano Papel e Celulose assumiu aqueles chamados *projetos de manejo florestal sustentado*, pretendendo dar nova destinação à floresta nativa, desta feita derrubando-a totalmente com o auxílio de *correntões*¹⁸⁷ e, em seu lugar, estabelecendo o plantio de eucalipto.

Além de ignorar o conhecimento secular das camponesas-quebradeiras, e os drásticos impactos socioambientais e socioterritoriais causados pelos seus empreendimentos, a Suzano ainda procura controlar e manipular as práticas das mesmas.

Guiada por uma concepção capitalista da produção e reprodução, a proposta da elaboração “cartilha de boas práticas” mostra a intenção da empresa em controlar e disciplinar todo o processo do trabalho camponês extrativista. Tentativa já realizada em outros momentos, como mostrou o geógrafo Orlando Valverde (1957), quando o governo tentou racionalizar a produção do babaçu, buscando máquinas que pudesse aumentar e dinamizar a sua produtividade. Entretanto, mais uma vez, a tentativa parece não ter avançado. Apesar da informação de que a cartilha estava em sua fase final, pela representante da Suzano S.A., as camponesas-quebradeiras de coco ainda não as receberam, o que nos levar a pensar que não ficaram prontas, ou que a empresa desistiu das mesmas.

Apesar de não levar a cartilha de boas práticas para o controle, padronização e disciplinarização do trabalho extrativo das camponesas-quebradeiras, a Suzano continuou com suas estratégias. Criou uma fábrica de óleo na Resex Ciriaco (fotografia 14), com a ideia de envolver todas as camponesas dos povoados da Estrada do Arroz no processo produtivo. Estas participariam por meio do fornecimento das amêndoas necessárias. Entretanto isso não aconteceu.

A fábrica de óleo foi implantada em 2014 na Reserva Extrativista Ciriaco, com o apoio do ICMBio e do IBAMA. Com a implantação, as camponesas-quebradeiras organizaram um grupo produtivo responsável pela coleta do coco para a produção do óleo, que seria vendido à empresa de cosmético Beraco, localizada em Belém (PA). Porém, não conseguiram garantir a produção por muito tempo. A fábrica funcionou uma vez e depois parou, porque a uma das máquinas quebrou, e o grupo ficou esperando a Suzano S.A providenciar o concerto (fotografia 15).

¹⁸⁷ “Grossas correntes, de várias toneladas amarradas a tratores de esteira e que vão arrancando árvores e toda a vegetação presente nas áreas chamadas *chapadas*, de modo a preparar o terreno para o plantio da soja ou do eucalipto. Os trabalhadores são bastante enfáticos ao relatar esses momentos, apontando a destruição da flora e da fauna produzida pelas máquinas” (nota da Andrade, 2011, p. 5).

Fotografia 14: Fábrica de óleo da Reserva Extrativista Ciriaco

Fonte: Trabalho de campo (28/02/2016).

Fotografia 15: Apresentação das máquinas da fábrica de óleo pela coordenadora do grupo produtivo.

Fonte: Trabalho de campo (07/12/2016).

Dona Maria da Conceição da Silva Santos, conhecida por dona Maura, apresentou a fábrica e as máquinas doadas pelo ICMBio e pela empresa Suzano S.A., inclusive a que estava com problema. Após o concerto, o grupo produtivo ainda não conseguiu garantir o seu funcionamento contínuo, de modo que obtivesse uma produção considerável para a comercialização. Os litros de óleos produzidos ficaram com algumas camponesas-quebradeiras, para comercializarem aos poucos. Vendem para as próprias famílias da Reserva, e às pessoas que vão da cidade de Cidelândia (MA) e de Imperatriz (MA), em busca do óleo. Dona Faustina é uma dessas camponesas-quebradeiras que comercializa o óleo em sua própria casa, e apresentou os litros que tinha (fotografia 16).

Fotografia 16: Apresentação do óleo produzido na fábrica

Fonte: Trabalho de campo (07/12/2016)

A falta de funcionamento da fábrica de óleo tem causado uma inquietação entre as coordenadoras do grupo produtivo. Não conseguiram mobilizar as camponesas-quebradeiras de coco dos povoados da Estrada do Arroz, como haviam planejado no início. A justificativa é a falta de capital inicial para comprar as amêndoas, e para pagar uma pessoa do próprio grupo para trabalhar na fábrica. Dona Maria da Conceição explicou, a partir do seu entendimento, o porquê do planejamento inicial não ter dado certo.

MC: Não deu, até mesmo quando foi para a gente iniciar teve o problema da máquina né, deu problema logo que concertou, ficou para a gente e a gente ainda pegou uma vez. Na segunda vez que o parceiro foi pegar, não encontrou elas lá, só encontrou em sua casa, aí depois, do meio para o fim a gente ficou sem o contato e não deu para ele pegar. Ou seja, se fosse no caso nós, as mulheres que têm mais interesse, talvez poderia está funcionando até hoje, mas na época era só o nosso presidente que foi, e não achou elas. Do meio para o fim ficou faltando contato da nossa parte como da parte delas.

P: As quebradeiras de Ciriaco não conseguem coletar essa amêndoa e colocar a fábrica para funcionar?

MC: Se todas quebrassem acho que poderia não dar conta exatamente, mas ela estava funcionando bem mesmo, mas é que nem todas quebram e querem quebrar. É assim mulher, nem é que todas não querem quebrar, o problema é que interesse delas é pouco. Aqui, a maioria tem interesse quando veem dinheiro na mão, quando não, e a gente não tem né, para repor elas de alguma maneira.

P: Elas iriam fazer isso sem receber nada?

MC: Não, não é de graça, na época era para pôr assim, você colocava a amêndoa, depois que você achasse a empresa para comprar o óleo, que vendesse, depois que chegasse, a gente poderia estar repassando.

P: Isso demorava mais ou menos quanto tempo?

MC: Isso era no prazo de trinta, sessenta dias mais ou menos por aí. Aí elas começaram até bem, depois do meio para o fim fraquejaram e a gente está aí até hoje nessa luta. Aí agora eu dei a ideia para a Xuruca, Faustina, falamos para ela: 'olha Xuruca, vamos começar mulher, eu mesmo se eu não me quebrar, estou aqui a hora que vocês estiverem com coisa [amêndoa] para a

gente passar. E é assim, se vocês não quiserem esperar, a gente pode está trabalhando na meia, vocês pegam o de vocês e a gente vende individual'. Ai eu disse que o litro de óleo está R\$20,00 (vinte reais), e ela se animou demais. 'E pode?', eu fingo que 'sim. Não tem nenhum problema.'

Dona Faustina: Mas, eu estive pensando isso, mas a gente vai é vender, a gente vai ganhar o crédito, a gente vai é vender para a fábrica, porque o Jeza me disse ontem, e ontem mesmo ele iria levar 50 litros. Ele disse: 'olha, na hora que vocês estiverem funcionando ai e não der para sair tudo, que venderem, é só falar com a gente que a gente junta tudo e vende, e não falta quem compre.

MC: Pois é, isso ai é que está faltando da gente sentar com elas né? para conversar direitinho e ver se a gente põe ela para funcionar devagarinho, mas vai funcionando né?¹⁸⁸

Algumas camponesas-quebradeiras de coco, como dona Faustina e dona Maura, ficaram insatisfeitas com a situação da fábrica de óleo sem funcionamento, e com a cobrança da Suzano S.A. em vê-la produzindo. Segundo o presidente da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agro-extrativista da Reserva do Ciriaco (ATTERECO), a empresa investiu cerca de R\$ 80 a R\$ 90 mil reais (oitenta a noventa mil reais) na sua construção, incluindo a casa e as máquinas. Além disso, também investiu na estruturação da associação.

Para as coordenadoras do grupo produtivo, bem como, as famílias camponesas de Ciriaco é difícil compreender que, antes da existência da Reserva e da própria fábrica, havia a busca por um empreendimento que lhes garantissem a obtenção de renda. E, depois que conseguiram a posse da terra, com a presença de babaçuais, e a fábrica, as camponesas-quebradeiras não conseguem garantir a extração e quebra do coco para a produção do óleo.

A fábrica aparece como um sonho para alguns camponeses, como sr. Almerindo. Em seu depoimento, ressaltou a esperança em ver a fábrica do óleo em funcionamento, e destacou a importância da mobilização de todas as famílias da Reserva para tal intento.

(...) Agora só que estamos com uma esperança né, acho que você já viu aquela fábrica ali, aquela fábrica ali, aquilo é um sonho que todos temos para um dia funcionar, porque ali dá um óleo de primeira qualidade, e é uma coisa que se produzir, vende. E a matéria-prima tem, que é o coco babaçu, tem aí. O que está faltando é só o povo se mobilizar, o pessoal, homem e mulher se mobilizar, e levar matéria prima para lá e produzir. Eu acho que não está faltando mais nada, só isso, porque as máquinas estão lá, o babaçu tem, o povo tem. Ai tem hora que a gente fica pensando, porque isso não funciona? Porque as máquinas, elas são caras, nós moradores não poderíamos comprar máquinas daquelas, mas nós ganhamos, ou seja, o ICMBio trouxe, a empresa trouxe né dona Faustina? E estão lá, aquela casa nós ganhamos, aquela casa tem um valor mais de R\$ 100,000 (cem mil reais). Foi feita lá, e está lá o imóvel. Sabe o que está faltando? Só a matéria-

¹⁸⁸ Entrevista com dona Maria da Conceição da Silva Santos, Reserva Extrativista Ciriaco, em 07 de dezembro de 2016.

prima lá para funcionar as coisas, mas parece que eu não sei o que está acontecendo. Nem eu sei o que está acontecendo¹⁸⁹.

Apesar de não compreenderem o que está acontecendo, de associarem o comportamento das demais companheiras à falta do capital inicial e até mesmo à falta de interesse, consideramos importante analisar com cautela essa situação.

Durante a realização dos trabalhos de campo na Reserva, enquanto visitava as camponesas-quebradeiras em suas casas, pude observar todo o movimento da produção do babaçu realizada no interior da unidade familiar. Em algumas casas, as conversas foram realizadas no quintal, no meio dos montes de coco, enquanto realizavam a quebra. Em outros casos, ao passo que conversava com a mãe, as filhas faziam a produção do azeite.

Embora não consigam se submeter ao disciplinamento do trabalho da fábrica, isso não significa que não estão praticando o extrativismo e a produção do babaçu. O movimento da produção do azeite e da quebra do coco nas unidades familiares indica que as famílias continuam com a prática extrativa. Na verdade, entendemos que as camponesas-quebradeiras de coco estão desenvolvendo um processo de resistência à perda da liberdade e do controle do seu tempo e trabalho na lógica e ritmo do trabalho da fábrica, isto é, pela lógica capitalista de produção.

Nos depoimentos das camponesas-quebradeiras é possível identificar o significado da criação da Reserva Extrativista para as suas vidas. Depois de sucessivos episódios de expropriação e expulsão acompanhado de diversos tipos de violência, bem como, a subordinação e o trabalho “cativo” nas “terras de dono”, ter o seu próprio pedaço de terra significava a libertação. Antes da Reserva, dona Maria da Paz afirmou que tudo era “privado”, ou seja, “(...) *tudo era de dono, aí os donos não gostavam que você vivesse lá dentro, então era privado, agora não, agora está liberado, cada um tem o seu e quem não tem, tem coletivo*”.

A fala da dona Maria da Paz elucida a expectativa de ter o seu próprio pedaço de terra, agora que “está liberado”, indicando a possibilidade de ter a autonomia e o controle total do seu processo de trabalho, controlando, portanto, o próprio tempo e o próprio espaço¹⁹⁰.

No estudo do processo de territorialização camponesa no Bairro Reforma Agrária, em São Paulo, Bombardi (2004, p. 200) faz um rico debate sobre a importância da autonomia do trabalho camponês, no que se refere ao controle do próprio tempo e espaço. Segundo a autora,

¹⁸⁹ Entrevista com o sr. Almerindo de Souza Lopes, Reserva Extrativista Ciriaco, em 08 de dezembro de 2016.

¹⁹⁰ Bombardi (2004)

(...) ter a própria terra significa concretizar um sonho de liberdade e autonomia. Esta autonomia diz respeito ao controle total do processo de trabalho na terra, o que significa ser senhor do próprio tempo e do próprio espaço.

Essa liberdade se dá em sentido amplo: vai desde a possibilidade de escolher com qual cultura se quer trabalhar, da forma como vão imprimir-las em suas terras (controle do espaço), passando pela determinação de suas técnicas, pelo controle daquilo que foi produzido (o produto final do trabalho da família lhes pertence, não é diretamente apropriado por ninguém), até o ritmo de trabalho que se quer, ou que se precisa atribuir à própria família¹⁹¹.

Esse debate traz elementos valiosos para o entendimento do comportamento das camponesas-quebradeiras de coco da Resex Ciriaco em relação à fábrica de óleo. A resistência à coleta e à quebra do coco tem um sentido amplo, não se restringe ao coco em si, mas a possível perda da autonomia e liberdade no controle do trabalho camponês, conquistado simultaneamente a criação da Reserva. Ou seja, produzir para a fábrica significa ter um ritmo de trabalho e um tempo que não lhe é próprio, como se estivessem sob o controle de um patrão.

As camponesas-quebradeiras de coco estão resistindo à perda da autonomia conquistada com muita dificuldade e sofrimento. Associar essa resistência à preguiça e ao interesse financeiro é reduzir a experiência histórica dessa fração do campesinato e a própria memória de luta de suas gerações.

Thompson (1998) também contribui para o entendimento dessa realidade, quando discute a questão do tempo e da disciplina de trabalho introduzida na sociedade a partir do surgimento do capitalismo industrial na Inglaterra. Destaca que, antes das mudanças na concepção e percepção do tempo, a sua medição estava relacionada com os processos familiares no ciclo do trabalho ou das tarefas domésticas. Uma vez que, a estrutura de mercado e a administração eram mínimas, havia, na verdade, um descaso pelo tempo do relógio por parte de comunidades de pequenos agricultores e pescadores, pois estes se orientavam a partir das tarefas domésticas, pela lógica da necessidade.

Thompson (1998) propõe três questões importantes sobre a orientação pelas tarefas, pertinentes para a presente análise.

(...) Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande

¹⁹¹ Bombardi (2004, p. 200)

senso de conflito entre o trabalho e o “passar do dia”. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece pendularia e carente de urgência¹⁹².

As camponesas-quebradeiras de coco resistem à separação entre “o trabalho” e a “vida”, por isso, não conseguem cumprir o planejamento inicial imposto pela empresa Suzano S.A., pautado numa racionalidade do mercado, em que o trabalho é disciplinado pelo ritmo do relógio. Na fábrica de óleo “(...) o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, sim o gasta”¹⁹³.

Embora as camponesas-quebradeiras da Resex Ciriaco sejam resistentes, a Suzano S.A. não desistiu de fazer a fábrica de óleo funcionar. Trouxe um novo projeto para os povoados da Estrada do Arroz, disponibilizou um capital de R\$ 20,000 (Vinte mil reais) para ser investido na compra da matéria-prima, o coco babaçu, e no pagamento de uma pessoa para ligar as máquinas.

O novo projeto foi anunciado numa das reuniões do conselho, realizada no mês de abril de 2017, com a previsão de iniciar no mês de novembro deste mesmo ano. Consiste na criação de uma cooperativa das “quebradeiras”, que ficou nomeada de “Empresa Social”, pois, segundo dona Terezinha, o representante da Suzano disse que nomear como cooperativa não seria interessante, considerando o exemplo das experiências fracassadas existentes.

Na verdade, o termo “empresa social” tem um significado mais amplo do que a justificativa dada pelo representante da Suzano S.A. Traz embutida a concepção do mercado, em que o lucro está acima de tudo, e consiste em seu fim último. Traz a marca da própria empresa que está direcionando e financiando todo o projeto. E ainda o registro de um grupo de assessoria nacional e internacional ligada ao *Yunus Social Business*, voltado para o financiamento do que eles chamam de “negócios sociais”. A empresa contratou o Marcelo Rosenbaum, que trabalha com essa perspectiva, para criar o design da marca dos produtos das camponesas-quebradeiras. Demarcando uma posição contrária às cooperativas criadas no âmbito das entidades representativas dos diversos sujeitos sociais da região, tais como sindicatos e movimentos sociais.

A “Empresa Social” será criada com os produtos das camponesas-quebradeiras de coco dos povoados Petrolina, São Felix, e da Resex Ciriaco. Cada unidade ficará responsável por

¹⁹² Thompson, 1998, p. 271-272.

¹⁹³ Thompson, 1998, p. 272.

um produto, Petrolina com a produção do mesocarpo; São Felix¹⁹⁴ com o sabonete; e Ciriaco com o óleo. Esses produtos serão vendidos em Imperatriz (MA), e exportados para outras regiões.

Em Petrolina, as camponesas-quebradeiras ficaram animadas com o novo projeto. Dona Terezinha iniciou a produção do mesocarpo, e está reservando-o, com a expectativa de comercializa-lo a partir da criação da “Empresa social”. É importante ressaltar que esse grupo tem uma experiência na produção do mesocarpo. Logo que criaram a associação, conseguiram uma máquina do Conselho Nacional dos Seringueiros, e outra através de um projeto realizado junto ao CENTRU, utilizadas para fazer o azeite. Quando essas máquinas deram problema, a Suzano S.A já estava atuando em suas estratégias de cooptação, e dou uma máquina para a produção do mesocarpo.

O mesocarpo produzido pelo grupo de camponesas-quebradeiras de coco era comercializado através do Programa Compra direta, do governo federal, por meio do qual o repassava para a merenda escolar de alguns povoados da Estrada do Arroz (fotografia 17). Também era vendido para as famílias do próprio povoado e pessoas que vinham de outros lugares à procura do produto.

Fotografia 17: Produção do Mesocarpo na Associação das Camponesas-quebradeiras de coco babaçu do povoado Petrolina (Imperatriz-MA)

Fonte: Arquivos de fotos da dona Terezinha (2005), cedido em trabalho de campo realizado em 27 de fevereiro de 2015.

Nesse processo de cooptação e sujeição das camponesas-quebradeiras de coco dos povoados da Estrada do Arroz, especialmente as de Petrolina e da Resex Ciriaco, as ações da

¹⁹⁴ Não temos maiores informações sobre as camponesas-quebradeiras do povoado São Felix, pois não nos detemos no estudo da sua realidade específica.

empresa são legitimadas pelo próprio Estado, que se omite do seu papel. Dona Terezinha explicou que muitas vezes recorreu ao secretário de agricultura do município, para pedir ajuda, mas a resposta obtida foi através de falsas promessas.

Não, a prefeitura... Apoiou assim, porque a gente tinha um contrato. A gente tá produzindo e repassando para a escola através da prefeitura, daquele Programa Compra Direta, do governo federal via prefeitura. Mas apoio assim para financiar um tipo de projeto, no caso de dinheiro para comprar matéria-prima não. Inclusive, assim, a gente já falou com o secretário de agricultura e ele disse aquela história... Nunca deu certo não, só fica dizendo que vai ajudar, até agora a gente não recebeu nenhum tipo de ajuda não.¹⁹⁵

Se o Estado assumiu uma postura de omissão diante dessa fração camponesa, isso não é por acaso, na verdade, continua cumprindo o papel de favorecer os interesses da classe burguesa do país, materializada na Suzano S.A. Além de se omitir, também atua na transferência de funções estatais à empresa, como ficou evidente na reunião do Conselho das Quebradeiras de Coco Babaçu da Estrada do Arroz, realizada no povoado Petrolina, em 27 de fevereiro de 2015 (fotografia 18).

Fotografia 18: Reunião do Conselho das Quebradeiras de Coco Babaçu da Estrada do Arroz, no povoado Petrolina.

Fonte: Trabalho de campo (27/02/2015)

Nessa reunião presenciei o processo de cooptação perpetrado pela empresa. As camponesas-quebradeiras haviam solicitado a compra dos equipamentos de trabalho, tais como o machado, balanças de 300 kg, bacias e baldes. Também sugeriram a compra de terrenos para a construção das unidades de produção nos povoados São Felix, Olho d'Água e

¹⁹⁵ Entrevista com dona Terezinha de Souza Cruz, no povoado Petrolina, em 09 de dezembro de 2016..

Coquelândia. A Suzano S.A levou os resultados das solicitações, posicionando-se sobre a compra dos terrenos e apresentando alguns materiais, como as embalagens dos produtos.

Especificamente sobre os terrenos, é importante ressaltar a omissão do Estado no processo de regularização fundiária dessa área. A Suzano S.A afirmou na reunião que pesquisou junto a Secretária de Regularização Fundiária, para adquiri-los. Porém, foi informada que os mesmos não têm documentação regularizada¹⁹⁶; que já existia um projeto para São Felix; em Coquelândia estava fazendo estudos sobre as áreas disponíveis, e em Olho D'Água não havia disponibilidade de terreno. Diante disso, ficou decidido apenas a compra do terreno de São Felix, e a construção da sua unidade produtiva.

Em Petrolina, a Suzano S.A. não prometeu a compra de terreno, pois já tinha construído uma nova casa para a Associação, sobre as bases e o local da antiga (fotografia 19). Esta havia sido edificada com o apoio do Centru e da Igreja, mas a Suzano S.A apagou os registros anteriores, assim como fez em relação ao povoado Bacaba, grafando-a como resultado dos seus investimentos.

Fotografia 19: Casa de Produção das Quebradeiras de Coco de Petrolina

Fonte: Arquivos de fotos da dona Terezinha (2005), cedido em trabalho de campo realizado em 27 de fevereiro de 2015.

Com a justificativa de melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida das camponesas-quebradeiras do povoado Petrolina, a Suzano S.A. alterou toda a estrutura da antiga casa de produção, retirando o registro do trabalho coletivo, realizado durante muito tempo. Da “Casa de Produção das Quebradeiras de Coco de Petrolina”, a casa da associação

¹⁹⁶ Informação que também obtivemos no INCRA, de Imperatriz (MA).

passou a ser chamada de “Unidade de Beneficiamento de Coco Babaçu de Petrolina”, financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), e realizada pela empresa Suzano S.A. Essa mudança mostra claramente a alteração da lógica que fundamenta a existência da própria casa. O primeiro nome foi criado pelas próprias camponesas-quebradeiras num processo de decisão coletiva e democrática, a partir das suas experiências vividas, e da “ordem moral”¹⁹⁷ inerente a essa fração do campesinato. O segundo nome traduz a imposição da racionalidade capitalista pela empresa Suzano S.A., que nega a autonomia e liberdade das famílias de Petrolina e de todos os povoados da Estrada do Arroz e da Reserva Ciriaco (fotografia 20).

Fotografia 20: Unidade de Beneficiamento de Coco Babaçu de Petrolina

Fonte: Trabalho de Campo (15/08/2017)

Ainda que tenha sido financiada pelo BNDES, para as camponesas-quebradeiras essa obra foi produto da Suzano S.A., assim como as embalagens do mesocarpo compradas, padronizadas e registrada pela empresa (fotografia 21).

¹⁹⁷ Ver Woortmann (1990)

Fotografia 21: Apresentação das embalagens dos produtos das camponesas-quebradeiras do povoado Petrolina, pela Suzano S.A.

Fonte: Trabalho de campo (27/02/1017).

É importante afirmar que essa relação estabelecida entre a Suzano S.A e as camponesas-quebradeiras de coco revela o processo de cooptação e sujeição perpetrado pela empresa. Através das suas estratégias, tem promovido o verdadeiro isolamento e fracionamento dessa fração do campesinato. Se, num primeiro momento, o da sua chegada e aproximação, promoveu o afastamento das camponesas do MIQCB. Num segundo momento, por meio desse novo projeto de “Empresa Social”, provocou a divisão do próprio grupo produtivo da Resex Ciriaco.

Durante o trabalho de campo realizado em 06 de dezembro de 2016, tive a oportunidade de identificar e entrevistar 12 (doze) camponesas-quebradeiras de coco do grupo produtivo da Reserva. Ao retornar, no dia 17 de agosto de 2017, fui informada que criaram um novo grupo para trabalhar no projeto da “Empresa Social”. Este foi formado por 10 (dez) mulheres, sendo que apenas duas estavam no antigo grupo. Ou seja, 10 (dez) camponesas-quebradeiras abandonaram o novo grupo produtivo e o novo projeto trazido pela Suzano S.A.

Essa situação fortalece o nosso argumento de que há um processo de resistência das camponesas-quebradeiras da Resex Ciriaco, em relação à perda da sua autonomia e liberdade, no controle do seu próprio tempo e do próprio espaço, no trabalho da fábrica de óleo, criada pela empresa Suzano S.A. Uma resistência diretamente relacionada com a “ordem moral camponesa”, defendida por Woortmann (1990, p. 11). A partir da realização de uma etnografia do campesinato brasileiro, esse autor define a existência de uma “*ética camponesa constitutiva de uma ordem moral*”, comum nas relações dos camponeses entre si e com a natureza.

Woortmann (1990) nos ajuda a entender que a resistência das camponesas-quebradeiras não se restringe a uma questão econômica em si, mas perpassa por uma questão subjetiva, que ele definiu como “campesinidade”. Esta se fundamenta a partir de um conjunto de valores éticos e morais que regem os comportamentos dos camponeses em diferentes partes do Brasil. Nesse sentido, a resistência desenvolvida no contexto do trabalho da fábrica, não deve ser analisada como uma questão que se encerra no trabalho com o babaçu em si, mas à moralidade subjacente à prática das camponesas, que não vê o babaçu como uma simples mercadoria. Desta feita, podemos dizer que resistência praticada “subverte-se, no caso, a ordem econômica para reinstalar a ordem moral”.¹⁹⁸

3.3 – Contra a transformação das camponesas-quebradeiras de coco em catadeiras pela Tobasa Boindustrial

Se as camponesas-quebradeiras de coco do povoado Petrolina e da Reserva Extrativista Ciriaco têm se reproduzido num contexto de sujeição e resistência, frente às estratégias de alienação social e cooptação perpetrado pela empresa de papel e celulose Suzano S.A.. As do povoado Juverlândia (TO) têm sido resistentes à queima do coco inteiro pela empresa Tobasa Boindustrial.

Como já foi ressaltado no item anterior deste capítulo, a queima do coco inteiro impossibilita o aproveitamento dos diversos subprodutos do babaçu pelas camponesas-quebradeiras. No Povoado Juverlândia, elas formaram um grupo produtivo associado ao MIQCB e à ASMUBIP, que luta contra a apropriação do coco inteiro pela Tobasa Boindustrial, localizada no município de Tocantinópolis (TO), e contra a sua redução à categoria de catadeira de coco.

Para as camponesas-quebradeiras a sua redução à catadeira significa a negligência de toda a experiência histórica dessa fração da classe camponesa. Esse entendimento foi adquirido a partir dos trabalhos de formação, organização e mobilização realizados no âmbito das associações, em especial, o MIQCB e a ASMUBIP.

A resistência das camponesas-quebradeiras à venda do coco inteiro para a Tobasa, e a própria atuação dessa empresa na região dos babaçuais denota um “conflito latente”¹⁹⁹ entre

¹⁹⁸ Woortmann (1990, p. 15)

¹⁹⁹ Lefebvre em “Sociologia de Marx” (1979) faz uma análise interessante sobre as classes sociais e os conflitos permanentes. Apesar de centrar apenas em duas classes sociais, burguesia e proletariado, sua análise é pertinente. Ressalta que “(...) o conflito de classe é perpétuo, às vezes latente, às vezes manifesto, aqui escondido e surdo, ali explosivo. Ele só cessa de existir na aparência”. Logo, podemos inferir que apesar das camponesas-quebradeiras não terem manifestado uma atuação explosiva contra a empresa Tobasa

classes sociais distintas e suas concepções de uso do território. Enquanto a primeira atua no sentido de promover a apropriação do babaçu, como um recurso para a reprodução da família, portanto, da vida. A segunda, além de explorar o recurso para a reprodução do capital, ainda desenvolve práticas de superexploração de famílias camponesas.

A Tobasa Boindustrial surgiu em 1968 na região, e atua na transformação integral do coco babaçu em produtos como: sabão, sabonete, óleo, torta proteica (“adubo orgânico”), farinha amilácea (para caldeiras e fornos) e fibra (para a fabricação de álcool celulósico)²⁰⁰. A aquisição da matéria-prima é realizada nos povoados e assentamentos rurais de reforma agrária, localizados em áreas de babaçuais. Em cada uma delas, deixa uma caçamba para reunir o coco ensacado, e depois, fazer o recolhimento (fotografia 22).

Fotografia 22: Caçamba de coco da Tobasa Boindustrial

Fonte: Trabalho de campo (13/10/2016)

As catadeiras e catadores do coco têm o controle de quantos sacos colocam na caçamba, e no dia do recolhimento a empresa faz o pagamento por produção. Cada caçamba de coco custa R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), e cada saco de coco R\$ 1,30 (um real e trinta centavos)²⁰¹.

A caçamba da Tobasa não está localizada no povoado Juverlândia, mas no povoado Folha Seca, que fica aproximadamente 1 km de distância. As camponesas-quebradeiras conseguiram diminuir consideravelmente a venda do coco inteiro para a empresa, tanto que

Boindustrial, o conflito entre essas classes é latente, não deixou de existir. A resistência das camponesas é a expressão da própria luta de classes.

²⁰⁰ Informações retiradas do site da empresa <https://www.tobasa.com.br>, em 01 de setembro de 2017.

²⁰¹ Informações da dona Belisa da Costa Souza, do povoado Juverlândia, em 13 de outubro de 2016.

no último trabalho de campo, realizado em 17 de agosto de 2017, dona Belisa informou que a empresa não está mais comprando nos povoados, e havia retirado a caçamba. Porém, continua comprando em outros povoados e assentamentos rurais da região.

As camponesas-quebradeiras ressaltam as dificuldades que enfrentam para comercializarem os produtos do babaçu, e as estratégias que têm traçado para tentar acabar com as mesmas.

A dificuldade é esta: antes a gente tinha que comprar as amêndoas, a gente quebrava, a gente botava um mutirão de mulheres que tirávamos de 100 a 200 quilos de coco por dia. Aí a gente vendia, tinha um comprador aqui mesmo e era melhor. Hoje em dia a gente não tem, e a gente não vende a amêndoa, só o azeite. Assim fica mais difícil. Quando a gente vendia a amêndoa com o azeite era bom, mas vendíamos menos porque tinha que comprar essas amêndoas e hoje não tem. A Tobasa andou comprando aí e depois parou. Aí, a dificuldade é essa, a gente quebra muito coco, mas não tem quem compre as amêndoas. A gente tem que torrar, tirar o azeite e fica aí esperando aparecer um comprador, mas mesmo assim a gente não desiste, quebra todo dia, todo final de semana, tira o azeite e vai deixando aí. Tem dias que compram 2 litros, 3 litros. Na sexta-feira quando fui para Augustinópolis, eu levei 6 litros. Lá tem uma amiga que queria comprar 2 litros e mais não tinha o dinheiro na hora, eu disse: ‘não, você pode ficar depois você manda’, e ainda agora eu recebi R\$ 20,00 reais²⁰².

Segundo dona Maria, quando os antigos compradores foram deixando de existir, logo após a estruturação da ASMUBIP, a partir de 1992, o coco passou a ser comprado pela própria associação, que o transformava em óleo e o vendia nos povoados. O óleo era produzido da amêndoa crua, assim como o óleo da fábrica da Resex Ciriaco, e era usado para fazer o sabão.

No período de existência das cantinas nas unidades territoriais, o próprio grupo produtivo comprava as amêndoas das camponesas-quebradeiras, pagando-lhes em produto ou em dinheiro. As amêndoas compradas eram vendidas para a antiga empresa de óleo Olemar, em Imperatriz (MA), e para a Tobasa. Mas essa estratégia também durou pouco tempo, aproximadamente dois anos, segundo o depoimento da dona Belisa.

Dona Maria explica como a cantina funcionava.

P: E a cantina que tinha aqui antigamente?

Maria: Tinha uma cantina, mas ela acabou. Não sei o que aconteceu. Inclusive quem trabalhou lá foi a Luiza do Jorge, ela comprou muito coco da gente. Não sei o que deu, foi indo por água abaixo e acabou.

P: Como surgiu essa cantina?

²⁰² Entrevista com dona Maria de Souza Lúcio, do povoado Juverlândia, em 10 de janeiro de 2017.

Maria: A cantina surgiu através da ASMUBIP, elas se juntaram com a gente e passaram a trazer açúcar, café, e a gente quebrava o coco, tirava a amêndoa e trocava. Aí, passou um bom tempo, mas depois acabou e ficou difícil agora.

P: Vocês levavam a amêndoa para a cantina?

Maria: Levava para a cantina, pesava e aí se a gente quisesse um pouco do dinheiro, elas pagavam com dinheiro, mas como a gente comprava o café, o açúcar, o sal, lá tinha então já descontava.

P: E as sócias tinham algum desconto em relação às não sócias?

Maria: Tinham, as sócias tinham. Até hoje mesmo (não sei se você viu a forrageira que a gente mói o coco) a sócia mói e paga só R\$ 0,10 centavos o quilo da amêndoa e a não sócia paga R\$ 0,20 centavos. Por causa da organização, a sócia paga menos²⁰³.

Com o fechamento das cantinas, criaram a cooperativa do MIQCB, e o grupo produtivo continuou com a mesma organização das sócias, passando a se dedicar à produção do babaçu, especialmente, o azeite e o artesanato para a comercialização.

Apesar das camponesas-quebradeiras do povoado Juverlândia terem conseguido superar o problema da venda do coco inteiro para a Tobasa, a produção do babaçu do grupo produtivo continuou reduzida. O grupo é formado por dez camponesas-quebradeiras, porém apenas três são associadas da Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (CIQCB), relativas ao MIQCB. O grupo é associado tanto ao MIQCB, quanto à ASMUBIP.

Segundo uma das funcionárias do MIQCB da regional do Tocantins, Elizete da Costa Souza²⁰⁴, algumas camponesas-quebradeiras não participam do grupo, porque têm dificuldade para se ausentar da casa para participar dos eventos, assim como disse dona Eunice no item anterior deste capítulo. Afirmaram que elas não gostam de sair do povoado, e que essa é uma das dificuldades enfrentadas pelas entidades representativas no processo de mobilização. Dona Luzanira, coordenadora da ASMUBIP, explicou que, apesar de muitas camponesas não atuarem efetivamente no grupo, mantiveram os seus nomes, para que pudessem ter acesso às informações e projetos da associação.

Com uma produção reduzida, as camponesas-quebradeiras não conseguem concorrer no mercado com os produtos da Tobasa. As condições são extremamente desiguais, tanto em relação ao processo produtivo, quanto à comercialização. A produção do babaçu em Juverlândia é em sua maioria para o consumo da família. Apesar da reduzida participação no grupo produtivo e na cooperativa, as famílias continuam produzindo e consumindo,

²⁰³ Entrevista com dona Maria de Souza Lúcio, do povoado Juverlândia, em 10 de janeiro de 2017.

²⁰⁴ Elizete da Costa Souza é filha da dona Belisa. Trabalha no MIQCB da regional do estado do Tocantins. Durante a realização dos trabalhos de campo, nunca conseguir entrevista-la, apesar dela ter articulado a minha aproximação junto às camponesas-quebradeiras de coco do povoado Juverlândia, em Sítio Novo (TO) e da propriedade familiar Olho d'Água, em São Miguel do Tocantins (TO), bem como às representantes do MIQCB, dona Maria Socorro Teixeira Lima, e da ASMUPB, dona Luzanira dona Luzanira Ferreira Lima.

principalmente o azeite e o sabão do coco babaçu. A comercialização é realizada no próprio povoado, para as famílias que não produzem; na cidade, como ressaltou dona Maria; e para a cooperativa, que vende às outras unidades do MIQCB.

Dona Cledeneuza, do município de São Domingos do Araguaia (PA), coordenadora da regional do MIQCB Pará, sempre compra o azeite do grupo produtivo de Juverlândia, para revender na feira da cidade de Marabá. Nesse caso, quando as camponesas-quebradeiras da cooperativa de Juverlândia estão sem o azeite, compram das demais. Dona Maria Alves Barroso, disse que vende a R\$ 18,00 (dezoito reais) para dona Belisa, que revende a R\$ 20,00 (vinte reais) para dona Cledeneusa. A diferença entra para o caixa da cooperativa.

A dificuldade de promover o envolvimento das camponesas-quebradeiras de coco babaçu no grupo produtivo e na cooperativa do MIQCB, nos desperta para uma certa semelhança com a situação de resistência desenvolvida pelas camponesas da Reserva Extrativista Ciriaco, no âmbito do trabalho da fábrica de óleo.

Para entender essa situação, o trabalho de Simonetti (1999) é relevante. A autora analisa a trajetória das famílias da Comunidade Padre Josimo Tavares dos Santos, localizada no Assentamento Reunidas, no município de Promissão-SP. Busca verificar como e por que os trabalhadores que possuem em comum a vivência da expropriação, migração, proletarização e da reprodução na cidade, ainda alimentavam o desejo de retornar a terra e ao trabalho camponês. Ela mostra que esse desejo surgiu a partir dos traumas vivenciados na cidade, os quais explicam a resistência e a recusa ao processo de proletarização, criando a vontade de transformar a sua realidade. Para isso, portanto, viram a luta pela terra como uma oportunidade de promover essa transformação e a reafirmação de um projeto de vida pautado em atitudes e valores baseados no universo simbólico do campesinato.

Simonetti (1999) narra que no processo de (re)construção do território camponês em Promissão-SP, alguns trabalhadores assumiram o compromisso de realizar um projeto de vida camponês, baseado na produção familiar, e outros um projeto coletivo de vida, orientado pelo MST e por setores da Igreja. Os que decidiram participar desse projeto coletivo inseriram-se na Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares – COPAJOTA, caracterizada por uma produção e comercialização coletivizada. A criação dessa cooperativa acabou dividindo a comunidade, pois nem todos os trabalhadores aceitavam essa maneira de produzir.

A referida autora mostra por meio de depoimentos, que os trabalhadores que não aceitaram participar da cooperativa, criaram a Associação São Francisco de Paula para administrar questões gerais às famílias. Essa associação não as impedia de controlar o seu

próprio processo de produção e comercialização, além da conservação dos seus bens, diferente do que ocorria na cooperativa. Nos interessa destacar os argumentos dos sujeitos para justificar o porquê da não participação ou da saída da cooperativa.

Segundo a autora (1999, p. 143), os depoimentos revelam:

(...) a resistência dos assentados com relação ao tipo de associativismo desenvolvido pela cooperativa, onde tudo era compartilhado, onde há o controle do trabalho e das horas trabalhadas feito pelo supervisor – que para eles era a reprodução do trabalho cativo que vivenciaram em outros momentos – e a opção pela liberdade de produzir em seus lotes junto com a família e com o controle do seu tempo, que foi o que os moveu na direção da luta pela terra.

Esses argumentos se aproximam dos relatados pelas camponesas-quebradeiras de coco da Reserva Extrativista Ciriaco (MA), bem como nos direciona para a interpretação da dificuldade encontrada pelo MIQCB no processo de envolvimento e mobilização das camponesas-quebradeiras no grupo produtivo e na cooperativa no povoado Juverlandia (TO). A partir das observações empíricas, entrevistas, participações nos eventos referentes ao MIQCB e a ASMUBIP, é possível afirmar que existe uma resistência das camponesas-quebradeiras ao controle, à racionalização e ao disciplinamento da produção e comercialização dos produtos do babaçu, seja no âmbito da lógica do mercado imposta pela empresa Suzano S.A, seja pelos grupos produtivos e pela cooperativa do MIQCB.

Apesar da relevância dos argumentos relacionados ao baixo preço do babaçu no mercado e do restrito mercado consumidor, a análise do comportamento e da reprodução social das camponesas-quebradeiras não pode ser reduzida apenas a esses elementos. Cabe considerar, as experiências históricas vivenciadas pelas famílias ao longo de gerações, com sucessivos episódios de trabalho cativo, isto é, controlado por um padrão autoritário e arbitrário. Partindo do reconhecimento dessas experiências, a resistência significa garantir a liberdade para fazer o seu próprio tempo de trabalho, planejar e executar com autonomia todas as atividades da unidade familiar. Também é importante verificar a produção do babaçu no conjunto dessa unidade, tomando a realidade das camponesas-quebradeiras a partir de uma totalidade, que é a família. Além da produção do babaçu, existem outras fontes de renda que contribuem para o seu processo de reprodução, que também devem ser levadas em conta²⁰⁵.

²⁰⁵ No próximo capítulo iremos tratar sobre as outras fontes de renda que contribuem para a reprodução da família das camponesas-quebradeiras de coco.

Capítulo IV. A territorialização das camponesas-quebradeiras de coco babaçu.

Estudos da Geografia Agrária brasileira têm mostrado a “força” do campesinato no interior da sociedade capitalista. Ou seja, a capacidade dessa classe social garantir a sua reprodução e territorialização, por meio de lutas efetuadas contra a classe dominante, a burguesia do país. Autores como, Oliveira (2005), Bombardi (2004), Marques (2000), Fernandes (1994) e Simonetti (1999), por exemplo, mostram o movimento do campesinato em seu processo de luta, conquista e re-construção de frações do território capitalista, onde imprimem um conjunto de práticas e atitudes que revelam o seu modo de vida.

Nesse sentido, entendemos que a territorialização do campesinato consiste nesse movimento de luta e conquista de frações do território capitalista, e a sua transformação em unidades territoriais camponesas, ou seja, frações territoriais camponesas.

Ao longo deste trabalho abordamos o processo de territorialização de uma fração do campesinato da região do Bico do Papagaio, que se reproduz a partir de relações sociais específicas, estabelecidas com a natureza em suas unidades territoriais. São famílias camponesas que sobreviveram por sucessivas gerações, e ainda sobrevivem, do extrativismo do coco babaçu e de atividades agrícolas.

Procedentes de outras regiões, após repetidas situações de expulsão e violência, em busca de terras livres, as famílias migraram e se fixaram nessa região, onde conseguiram desenvolver com autonomia e liberdade suas atividades por um certo período, até a chegada do capital, em suas diferentes materializações. Com a chegada do capital, a violência tornou-se ameaçar a sua reprodução, à qual responderam não mais com a migração, mas através de diferentes formas de enfrentamento e luta.

A partir da luta empreendida contra os agentes do capital, as famílias das camponesas-quebradeiras conseguiram conquistar um pedaço de terra. Entretanto, continuaram enfrentando dificuldades para realizar as atividades extrativas. Diante disso, buscaram se organizar para lutar pela continuidade e viabilidade econômica da produção do babaçu, e pelo reconhecimento e valorização do protagonismo da camponesa-quebradeira no âmbito da unidade familiar, da unidade territorial camponesa e da própria sociedade.

No contexto do avanço da territorialização do capital nessa região, as camponesas-quebradeiras se reproduzem a partir de situações de sujeição e resistência, como vimos no capítulo anterior. No presente capítulo analisaremos as unidades territoriais a partir das relações que elas estabelecem no âmbito da unidade familiar e na própria unidade territorial, por intermédio das atividades de extração e produção do babaçu.

4.1 Autonomia e Liberdade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu

No capítulo anterior desvendemos um processo de resistência praticado pelas camponesas-quebradeiras de coco da Reserva Extrativista do Ciriaco (MA) e das camponesas-quebradeiras do povoado Juverlândia (TO). As da Reserva resistem ao ritmo, controle e disciplinarização exigido pelo trabalho da fábrica de óleo, criada pela empresa Suzano S.A, com o apoio do ICMBIO. E as do povoado à transformação em catadeira de coco e à apropriação do coco inteiro, pela Tobasa Boindustrial, de um lado, e ao envolvimento, participação na cooperativa, criada pelo MIQCB, de outro lado.

Entendemos essa resistência a partir do debate da “*ética camponesa constitutiva de uma ordem moral*” trazido por Woortmann (1990), através da análise da subjetividade, pautada num conjunto de valores éticos e morais que regem o comportamento do campesinato, em diferentes regiões brasileiras. Também nos apropriamos dos trabalhos de Simonetti (1999) e de Bombardi (2004), que deslocam o debate para o campo da Geografia Agrária. Simonetti (1999) desvenda a resistência dos camponeses do Assentamento Reunida (Promissão-SP), ao trabalho controlado da cooperativa do MST, os quais o associam ao “trabalho cativo” vivenciado em outros momentos da vida, perdendo, portanto, a autonomia e a liberdade conquistada com a conquista da terra. Bombardi (2004), por sua vez, contribui com a significação da autonomia e da liberdade tão almejada por essa classe social, estudada por meio das trajetórias das famílias camponesas do Bairro Reforma Agrária (Valinhos e Campinas-SP) e o seu processo de territorialização.

Partindo desses pressupostos, consideramos importante aprofundar um pouco mais esse debate à luz das experiências das camponesas-quebradeiras de coco babaçu. Tentar entender o significado da autonomia e da liberdade para as mesmas, e até que ponto esses elementos, constitutivos da sua ordem moral, são alcançados e vivenciados no seu cotidiano.

Os depoimentos das camponesas-quebradeiras revelam a preocupação com o equilíbrio e reprodução ótima da unidade familiar²⁰⁶. Para o alcance desse equilíbrio, a divisão sexual do trabalho sempre foi importante, como demonstrou diversos autores.

No segundo capítulo deste texto, vimos que a divisão sexual do trabalho é um dos principais fundamentos do equilíbrio da unidade familiar. Que nessa divisão o homem assume o papel central, como “chefe de família” ou “pai de família”, responsável pelo equilíbrio da unidade, ou seja, detentor do poder de decisão dentro e fora da mesma, bem como de

²⁰⁶ Chayanov (1974)

representação nos espaço políticos, como os sindicatos. O “chefe da família” ou “pai de família” é quem faz o trabalho exterior a casa e o quintal, controlados pela mulher camponesa²⁰⁷. Esta que assume um papel secundário, não menos importante, dentro da lógica da reprodução social camponesa. Essa divisão sexual do trabalho é a base da hierarquia familiar, que também caracteriza o campesinato, como mostra Woortmann (1997).

Entretanto, as camponesas-quebradeiras de coco têm colocado em questão essas características, através das lutas que desenvolvem na busca do reconhecimento e valorização do seu trabalho na unidade familiar e na própria sociedade. A partir do processo de conscientização de si e do outro, por meio das experiências de luta e de formação ocorrida nos espaços de socialização política, criados pelas entidades de representação, MIQCB e ASMUBIP, têm despertado para o lugar que lhe é reservado nessa hierarquia familiar, e buscado ocupar outros lugares, para além da casa e do quintal.

(...) E aí nós começamos a dizer que nós somos mulher. Hoje os homens das mulheres que são liderança, das mulheres que fala muito, das mulheres que anda muito, só faz dizer: ‘tal dia eu vou para tal lugar, fulano’. ‘Ave Maria, mas tu anda’. Eu tomei essa decisão, é minha, e eu vou. Onde tu vai? Não sei, eu vou saber no dia que eu vou sair. E antes a mulher só fazia obedecer né? ‘Ah, eu queria ir fulano, tu deixa? Hoje mulher de liderança, os homens podem zangar, mas vai mesmo. Eu mesmo custei muito a conquistar ele. Até hoje ele zanga, mas não diz mais nada, porque sabe que não dá jeito, eu já tô velha, 66 anos, desde nova que eu fico na luta²⁰⁸.

A fala da dona Belisa é importante, porque reafirma a sua coragem, força e determinação no processo de luta e resistência dessa fração do campesinato. Isto é, revela o protagonismo das camponesas, iniciado nas décadas de 1970 e 1980, quando lutavam para defender as terras ocupadas pelas suas famílias, contra a grilagem perpetrada pelos fazendeiros. Uma luta que continuou realizando, mesmo após a conquista da terra, agora, em dupla direção, contra a destruição dos babaçuais e pelo seu livre acesso, e contra o machismo enraizado historicamente na ordem moral camponesa.

A fala da dona Belisa sobre a tomada da decisão de não ficar mais confinada no espaço da casa, quintal, babaçal e roça²⁰⁹ na unidade familiar, tem um tom de conquista de liberdade e autonomia diante da divisão sexual do trabalho e da hierarquia familiar. Nota-se uma luta subjetiva para a reafirmação o seu “ser social” crítico, criativo e revolucionário, reduzido pela

²⁰⁷ Woortman (1997)

²⁰⁸ Entrevista com dona Belisa da Costa Souza, do Povoado Juvêrlândia, 12 de outubro de 2016.

²⁰⁹ Mais adiante veremos que os espaços ocupados pelas camponesas-quebradeiras de coco na unidade familiar não se restringem a casa e o quintal. Também atuam e controlam a produção na roça e no babaçal.

prática da obediência às decisões tomadas pelo “pai de família”. Com um sentimento que se assemelha ao da conquista da terra, destaca que “demorou conquistar” o companheiro, o qual ainda hoje “zanga”, com as suas saídas, mas conseguiu, e continua a luta.

Diante disso, temos mais elementos para pensar o significado da autonomia e liberdade da camponesa-quebradeira na unidade familiar, no povoado e na sociedade mais ampla. Refere-se, além do controle do seu próprio espaço e do seu próprio tempo²¹⁰, ao reconhecimento de si mesma, dos seus direitos, dos valores e necessidades pessoais e sociais, bem como, da valorização e respeito pelo seu trabalho e pelos seus saberes.

Invisibilizadas e silenciadas por um longo período da existência, passando por sucessivos episódios de violência, as camponesas-quebradeiras travam uma luta pelo reconhecimento, que de acordo com a teoria das relações de reconhecimento de Axel Honneth (2003 apud SOUZA, 2015), consiste numa luta contra a violação, o desrespeito social das expectativas morais dos sujeitos, ou seja, as pretensões de identidades criadas a partir dos espaços de socialização política, e o enfrentamento da violência. As lutas expressam o conflito social fundado numa questão moral subjacente às relações sociais.

O conflito social tem como fundamento as experiências negativas vivenciadas pelos sujeitos em relação à violação de suas expectativas morais, isto é, de seus pontos de vista morais generalizáveis. Em face disso, os *movimentos sociais* contrários à violência são movidos por um conflito social que consiste numa luta por reconhecimento. Isso se deve ao fato de que a prática da violência implica em uma violação das pretensões de identidade adquiridas no processo de socialização, ou seja, no reconhecimento recíproco presente desde sempre no mundo da vida. Assim, não se trata apenas de uma violação das pretensões de validade das normas sociais ou dos pontos de vista morais abstratos inscritos no uso da linguagem, como afirma Habermas; a base da interação seria antes o conflito social produzido pelos dilemas morais, isto é, pelas práticas de *não reconhecimento*, violação e desrespeito das formas de identidade particular e coletiva²¹¹.

Retomando o modelo conceitual hegeliano de uma “luta por reconhecimento”, A. Honneth (2003 apud SOUZA, 2015) reconstrói as linhas argumentativas de Hegel, resgatando as três formas de reconhecimento presentes nos seus escritos, que já continham um potencial de motivação de conflitos sociais fundado em questões morais. A partir delas, identifica três formas de reconhecimento, quais sejam, do amor, do direito e da estima. Às quais correspondem como oposição três formas de desrespeito social, que resultam de

²¹⁰ Bombardi (2004).

²¹¹ Souza, 2015, p. 161-162.

experiências morais vivenciadas em forma de sentimentos negativos, que podem influir no surgimento de conflitos.

(...) São três as formas de desrespeito social que impedem a autorealização pessoal na esfera do reconhecimento recíproco: *maus-tratos e violação*, que ameaçam a integridade física e psíquica do indivíduo, concernentes à primeira forma de reconhecimento, qual seja a do amor e da amizade (esfera emotiva); *privação de direitos e exclusão*, que atingem a integridade social do indivíduo como membro de uma comunidade político-jurídica, no caso da segunda forma de reconhecimento baseada na esfera jurídico-moral; finalmente, *degradação e ofensas*, que afetam os sentimentos de honra e dignidade do indivíduo como membro de uma comunidade cultural de valores, no caso da terceira esfera de reconhecimento. Aqui, especificamente, o desrespeito significa deixar de reconhecer os esforços dos sujeitos e de grupos sociais que resultam em um ganho social (HONNETH, 2003)²¹².

Ao longo de suas experiências históricas, as camponesas-quebradeiras sofreram, e, em muitos casos, ainda sofrem as três formas de desrespeitos social identificadas por Honneth (2003 apud SOUZA, 2015).

Dona Clara narrou com sentimento de tristeza e indignação situações de violência doméstica que viveu, e ainda vive, com o seu companheiro. Ainda que sofra por ter sido mal tratada, resiste em sair de casa, uma vez que, após anos de muito trabalho com a quebra e a venda do coco babaçu, conseguiu comprar um terreno e construir uma casa de palha no povoado Juverlândia (TO), com a ajuda dos seus filhos. Aos 59 anos de idade, com a aposentadoria pode fazer um empréstimo no banco, o qual ainda está pagando, e reconstruiu a casa com tijolo. Portanto, para dona Clara, o significado da casa ultrapassa a questão material em si, é o resultado do trabalho e do esforço realizado cotidianamente com os filhos. Representa um pouco da liberdade e autonomia conquistada, ainda que fraturada pela violência doméstica.

Vejamos um trecho da sua entrevista:

Mayka: Dona Clara, e o casamento? Qual a importância do casamento para a senhora?

Clara: A importância do casamento para mim foi que eu vivesse tranquila, que eu tivesse sorte com um marido, mas eu não tive (risos). Porque naquele tempo que eu criei meus filhos, quantas vezes eu dormi no mato com eles. Toda vez que nós botávamos uma carga de coco lá fora ele rebolava todinho em nós.

Mayka: O que é isso: ‘rebolar’?

²¹² Souza, 2015, p. 166-167.

Clara: (risos irônicos) Não é do casamento que nós estamos falando?

Mayka: Sim.

Clara: Pois é, do homem daqui de dentro de casa. E aí, minha irmã, dormia na casa de um, dormia na casa de outra porque era meia noite eu estava na rua com esse monte de meninos sem poder entrar dentro de casa. Ele ficava detrás da porta com a foice aqui e nós não entrávamos. E como é que ia viver?

Mayka: Por quê?

Clara: Bêbado direto... Mas não era bêbado não, era sem vergonhisse porque bêbado que bebe, só bebe e vai dormir.

Outra coisa também que eu sou não gosto nem de falar isso, mas eu vou te falar. É porque ele me deixou doente aqui com esse monte de filhos e sumiu no mundo e doido por outra mocinha que morava aqui. O pai dela foi embora, e ele foi atrás dela e não quiseram, aí voltou para dentro da minha casa. Aí, já tem sete anos que ele vive aqui dentro de casa, mas aqui é assim: cada qual no seu rumo.

Não é fácil viver com uma pessoa dentro de casa, casada e cada um para o seu lado. Aqui em casa a minha vida é essa. Tanto que, tem dia que eu falo besteira, quando eu estou estressada, sabe? Aí eu arrumo minhas coisas e vou embora para a casa do meu filho, mas depois me arrependo: 'Meu Deus, eu nunca tinha feito a minha casa (e ainda não acabei, ainda tem muita coisa para fazer)'. Se eu vou para a casa do meu filho hoje, amanhã está bom, mas depois de amanhã eu já quero sair, aí eu volto de novo e fico aqui até o dia que Deus quiser. Porque, no meu caso, se eu fosse o homem, com a vida que eu tenho aqui, eu não vivia.

Tem vezes que eu saio: pego meu jumentinho e sumo! Vou juntar coco, chego, pego meu anzol, vou pescar meus peixes e sumo de novo. Porque se for para a pessoa ser casada e não ter uma vida sossegada dentro de casa não é boa coisa. Mas eu tenho tanta fé em Deus que nada de ruim vai me acontecer não, e não é porque eu vou para a igreja não, porque eu nem vou direto para a igreja, e eu não vou perder o amor que eu tenho a Deus por isso. Nunca²¹³.

A situação narrada por dona Clara expressa o primeiro tipo de desrespeito social identificado por Honneth (2003 apud SOUZA, 2015), que se refere aos maus tratos e violação, que ameaçam a integridade física e psíquica da pessoa. Para esse autor, essa prática violenta consiste na forma mais elementar de rebaixamento pessoal, capaz de retirar violentamente todas as possibilidades de livre disposição sobre seu corpo, consequentemente, produzindo um sentimento de humilhação, dor corporal e de sujeição à vontade do outro.

A fuga dessa situação ocorre por meio do trabalho, quando pega o seu jumento e vai para as quintas dos vizinhos coletar coco babaçu, e também, por meio da pesca, que realiza,

²¹³ Entrevista com dona Clara, povoado Juverlândia, em 13 de outubro de 2016.

quando retorna do trabalho. Além disso, a fé em “Deus” é manifestada como uma esperança de proteção diante das condições e situações adversas vivenciadas no seu cotidiano.

Diante dessa realidade, podemos inferir que a autonomia e a liberdade da dona Clara está prejudicada por uma situação de violência. A qual deixa uma marca, um dano físico, simbólico e moral na sua vida, “(...) *agindo diretamente no seu imaginário, produzindo um sentimento de impotência, medo, desconfiança social, enfim, perda da liberdade e da autonomia*” (SOUZA, 2015, p. 169).

Assim como dona Clara, existem outras camponesas-quebradeiras que sofreram e sofrem esse tipo de desrespeito social, através de práticas de violência física e simbólica. Dona Mariana, também do povoado Juverlândia (TO), relatou uma situação semelhante a da dona Clara. Costumava apanhar do marido, quando este voltava para a casa em estado de embriaguez. Vejamos um trecho da sua entrevista:

Mayka: E a senhora nunca quis casar de novo?

Mariana: Eu não, da vida que eu vivi eu não quero mais casar nada.

Mayka: E como era a sua vida?

Mariana: Era ruim, o marido era muito ruim.

Mayka: Ruim como?

Mariana: Raparigueiro, chegava em casa para me surrar e eu não fui caçar outro marido, talvez topasse com alguém do mesmo jeito ou pior. Fiquei na minha vida sozinha, acabando de criar os filhos e agora eu estou só com esses dois meninos”.

Mayka: Sua vida melhorou de lá para cá?

Mariana: Melhorou sim, eu vou para onde eu quero, chego a hora que eu quero. Ninguém está ‘caçando’ conversa comigo. É outra vida, graças a Deus. Não fui caçar outro homem, já estou velha mesmo (...)”²¹⁴.

Dona Mariana deixa claro o dano psicológico causado pela violência doméstica, que sofreu durante muitos anos. As agressões provocaram um sentimento de medo e desconfiança social em relação à figura masculina, impedindo-a de se relacionar com outro homem. Ou seja, a violência física marcou o seu imaginário simbólico e moral, levando-a a permanecer sozinha para garantir a sua autonomia e liberdade. Somente após a morte do seu marido, conseguiu ter uma vida melhor, podendo ser senhora do seu próprio tempo e seu próprio espaço²¹⁵.

²¹⁴ Entrevista com dona Mariana, povoado Juverlândia, em 13 de outubro de 2016.

²¹⁵ Barbosa e Melo (2015) narram casos de violências sofridas por camponesas-quebradeiras nos municípios de São José dos Mouras e Monte Alegre, no Maranhão. Agressões físicas e psicológicas realizadas por fazendeiros, jagunços e capatazes das fazendas. Destacaram casos de violência sexual envolvendo os próprios maridos, que não respeitam o tempo e as vontades das mulheres. Tomo o depoimento de uma das suas informantes, para pôr em relevo a gravidade dos casos de violência elucidados. “[...] eu [fui] casada [e] o meu [ex]marido me deu um homem, e, na mesma hora, me espancou, me bateu... tem aquela relação com a gente né, [...] toda hora é

Dona Faustina deu um depoimento muito interessante sobre o significado da autonomia e liberdade no sentido material e simbólico, como resultado das lutas cotidianas e das mobilizações pelos direitos.

Eu acho importante, até porque o daqui, ele tá bem ali, ele não gosta muito bem, mas quando tem reunião, que me convidam, eu digo: Olha, tal dia eu vou participar da reunião. Mesmo que ele fique com uma cara, mas eu vou, eu vou. Às vezes, ele mesmo, quando ele tá aqui, ele atende o telefone e diz: ‘Olha, ligaram que tu tem que ir não sei pra onde, pra acolá, não sei onde’. Aí eu vou, vejo da onde é que foi aquele telefone, aí eu vou conversar, aí vão dizer o que é que eu tenho que fazer, eu tenho que viajar, entendeu? Para mim é importante, até porque eu sei que ele não gosta, mas ele também não é desses de dizer assim: Vai não! Porque se disser, se for pra ir a gente vai. Então, nós aqui já tem esse clima, já tá amenizado, ele não gosta, eu sei que ele não acha bom, mas eu saio, eu converso com ele, eu saio numa boa, eu chego numa boa, eu saio tal dia de lá, às vezes eu ligo: ‘Olha, eu chego tal dia, tal hora nós vamos sair daqui’. Aí eu chego, tem hora que ele tá assim meio, porque às vezes, homem tu sabe como é que é, tu é casada? [Mayka: ‘Não’] Depois que casar vai saber como é que é o jogo, aí... Então pra mim, eu adoro! É uma vantagem pra gente, que a gente tem conquistado esse espaço da autonomia da gente, porque só não faz a coisa acontecer quem não tem o diálogo, porque mesmo que o marido não goste, mas precisa a gente conversar. ‘Olha fulano, eu vou pra isso, isso, lá a gente discuti isso, isso’. Aí, quando eu chego a gente mostra o relatório dele todinho, aí a gente tira foto, eu mostro pra ele, as pessoas que a gente teve lá, é assim. Eu acho ruim uma mulher que diz: ‘eu não faço isso porque fulano não deixa’. Não deixa porque ela não sabe conversar com ele, né? Não sabe ter o diálogo, porque se tiver dá certo, eu acho ruim. ‘Ah, não vou não, porque fulano não deixa’. ‘Minha filha, mas você tem que participar das coisas, você tem que saber das coisas também. Ele não acha bom quando ele vai? Né?’. Ele acha bom, e ele só faz dizer: ‘Tu já arrumou a minha roupa? Tal dia eu vou para acolá’. Aí quando chega: ‘Me dá a minha roupa aí’. Aí se vestiu, calçou e olha! Sabe lá é que dia que chega. E a mulher pra ficar só lá na cozinha, não, porque vai que ele morre e ela fica sem saber de nada, né? Que nem aconteceu aqui, eu tenho uma comadre ali, a comadre Maria do compadre Mídio, ela quebrava coco até a hora que ele chegava, ele pegava os cocos e ia vender, aí ele comprava o que tinha de precisão, ele morreu, ela ficou sem saber de nada, de nada, não sabia nem comprar uma calcinha, porque tudo era ele que comprava. ‘Tá aqui!’ Pra ela não ir. Isso é ruim, não é não? Já eu não, não é querendo exagerar, se ele tiver aqui e passar um peixe, uma carne bem aí. ‘Ei, quanto é? É tanto’. ‘Me dá’. Se eu quiser comprar. Aí eu vou para rua, chego o gás acabou, o arroz acabou. Porque ele não tá, eu não vou comprar? Vou lá no comércio, e não vou pedir dinheiro pra ele não, vou não. Às vezes, quando nós estamos aqui, eu digo: ‘O gás acabou’. Mas eu tendo o meu dinheiro, para mim sendo importante, eu pego, vou no comércio. Tem vezes que eu saio e ele pergunta: ‘Tu vai pra onde?’ ‘Eu vou ali comprar um pão, uma bolacha, um café, alguma coisa’. Eu não bebo café, mas também compro café para eles. Pois é, e aí para mim é importante a gente ter essa

batendo né [...]. o uso da força... porque a gente ter o marido da gente, aí ele bate e na mesma hora [ele] quer a força [ter relação sexual] né, porque ele me forçou né! Eu dando de mamar pra minha menina ele me forçou, ele já me forçou! Sai nas carreiras nos vizinhos aqui, ele me queria a força...” (BARBOSA e MELO, 2015, P. 113)

autonomia, e o que eu acho mais importante é o homem entender, entender a mulher, porque eles são dois companheiros, né? Eles são iguais, eles têm que dividir o direito de cada parte. Então, pra mim, eu acho importante sim. Aconteceu de eu tá na roça, quando eu penso que não, três vezes o Cidão chega lá: ‘Tia’. Eu digo: ‘O que é?’ ‘Olha, três horas, doze horas ele chega lá em casa, três horas você tem que tá lá no aeroporto pra você viajar’. Só faço deixar, ele fica lá. Muitas vezes a mala minha eu nem desarrumo, quando eu chego aqui ele diz: ‘Tu, quando sai de uma reunião, tu já deixa outra marcada’. ‘Mas é claro, porque lá o povo já marca’. É desse jeito, mas também não tem briga, não tivemos mais, no início ele não achava bom mesmo não, mas hoje não tem briga mais. Tem vez que a gente tá aqui, quando a gente pensa que não, esse barraco velho que você tá vendo aqui, ainda não entrou lá dentro, bagunçado mesmo, aí chega dez, doze espanhóis, vem lá dá Espanha, chega e fica aqui, francês chega e fica aqui e entra. Tem vez que a Delniza chegava: ‘Faustina, aqui um povo que eu trouxe pra ti’. Aí só deixa aí, conversa e vai embora. E graças a Deus, eu disse pra ele, isso pra mim é gratificante demais. Às vezes eu tô... Eu vou, que nem eu fui pra Manaus agora, teve uma reunião, chegou um conhecido lá da França, chega e abraça a gente, não entendo bem a fala dele, mas a gente... É gratificante demais mulher, conhecimento é gratificante, eu adoro isso. E nós não brigamos mais por isso não. Às vezes, se eu chego, acho uma notícia assim, mas eu quero dar um puxão de orelha, mas é a vida. Aí é assim, o meu dia a dia de vida é assim, esses três meses, de dezembro pra cá, é que eu nem me aquietei mais em casa, mais é viajando, de vez em quando: ‘Olha é pra ti ir para tal lugar’. Aí eu vou, e aí eu falo pra eles quando eu chego, às vezes, eu trago relatório, muitas pessoas não entendem, eu chego e falo pra eles o que é, tem pessoas, às vezes, que nem liga o que a gente trás para informar. Agora mesmo era para nós ter ido para o Acre, em dezembro, que nós temos umas oficinas aqui da saúde, do agente comunitário lá da floresta, aí nós não fomos. Eu acho por causa dessa transição de governo, e o inverno que pra lá chove, lá mesmo no Acre, em Manaus tá cheio, cheio mesmo, tomou as casas tudo lá, aí eu acho que é isso. Mas eu acho que daqui para o mês de junho, a gente vai fazer esses trabalhos aí. Aí vamos ficar trabalhando no Tocantins, Mata Grande e no Flechal. Um ano que a gente vai ficar fazendo esse trabalho. E ele já sabe que eu já disse pra ele, já era pra gente tá fazendo esse trabalho, mas com esse inverno aí desse, não dá certo. Aí é assim, não dá tempo pra gente limpar a casa, as meninas que ficam aí varrem casa, dá de comer pra ele, aí é assim, o meu dia a dia é assim. E acho bom. Tem hora que ele diz assim: ‘Tu não precisa mais tá trabalhando desse jeito, porque eu mesmo... Mas eu gosto de fazer o serviço, eu gosto e acho bom, e o melhor é eu meter a mão no meu bolso e saber comprar isso bem aqui, é meu. Às vezes eu compro coisa, ele ainda reclama: ‘Tu gosta de gastar dinheiro!’ O bom da vida é isso, a gente ter o direito de ir e vim²¹⁶ (grifo meu).

Assim como dona Belisa, dona Faustina também conseguiu conquistar o seu marido. Depois de enfrentar muitos conflitos para sair de casa, para participar dos espaços de socialização política, conseguiu se “libertar” das “amarras” que a silenciava e a invisibilizava, na escala da unidade familiar e territorial. Essa libertação representa a conquista da autonomia e da liberdade de muitas camponesa-quebradeira de coco, antes confinadas no espaço da casa,

²¹⁶ Entrevista com dona Faustina Maria Faustina dos Santos, da Reserva Extrativista do Ciriaco, em 28 de fevereiro de 2015.

do quintal, da roça e do babaçual. Representa a satisfação da conquista do reconhecimento por parte do outro, expressa no momento dos eventos, quando são cumprimentadas, respeitada e valorizada por diversas pessoas.

Apesar de o seu marido repetir que ela não precisa mais trabalhar, insiste, pois, o trabalho permite criar as condições de possibilidade para a garantia da autonomia e da superação da relação de dependência no interior da unidade familiar. Por meio do trabalho consegue obter renda para comprar o que deseja, sem precisar do dinheiro do seu marido, e sem ter que justificar a todo o momento para quê precisa do dinheiro.

Ao definir a mulher, camponesa, quebradeira de coco, dona Cledeneusa ressalta alguns elementos que nos ajuda no entendimento do significado da autonomia e liberdade para essa fração do campesinato.

É uma mulher que faz várias atividades, ajuda no sustento né, não é totalmente, porque a gente tem o marido também, tem a contribuição dele, mas é uma mulher que ajuda no sustento da casa com a sua produção, tem uma produção. Ela é uma mulher que sabe também, hoje, dizer os seus sentimentos, falar dos seus sentimentos, falar da política que vive, buscar política para as mulheres. A quebradeira de coco hoje é uma mulher que não é só ser uma mulher que trabalha, é uma mulher que têm objetivos²¹⁷.

Dona Cledeneusa fala de uma mulher que conseguiu conquistar a sua autonomia e a sua liberdade relativa²¹⁸. Que já consegue expressar os seus sentimentos e desejos, além da questão econômica em si. Enfatiza com firmeza que a camponesa-quebradeira de coco ajuda “no sustento da casa, tem uma produção”, o que tem um significado caro para as mesmas, uma vez que, ao longo das suas experiências históricas, o trabalho e a produção que realizavam não eram valorizados, apenas o trabalho do camponês era visto como responsável pela alimentação da família.

A dificuldade que os camponeses têm de aceitar a autonomia e a liberdade das camponesas-quebradeiras de coco está enraizada na “ética camponesa constitutiva de uma ordem moral”²¹⁹ A hierarquia familiar fundada na divisão sexual do trabalho supervalorizou o trabalho masculino, em relação ao trabalho feminino. Nessa perspectiva, o “pai da família” é o detentor do poder, porque é quem controla a produção, que, por sua vez, alimenta a

²¹⁷ Entrevista com dona Cledeneusa Maria Bezerra Oliveira, de São Domingos do Araguaia (PA), em 07 de outubro de 2016.

²¹⁸ Relativa, porque, dona Cledeneusa se refere à conquista da autonomia e da liberdade num nível da realidade, em termos da subjetividade e da ocupação de outros espaços, para além da unidade familiar e territorial, como espaços políticos, com a busca de políticas públicas voltadas para a especificidade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu.

²¹⁹ Woortmann (1990, p. 12).

família. E o controle dessa produção se dá pela via do controle do conhecimento, que ainda é posse do “pai de família”, como destacou Woortmann (1997, p. 38):

O homem define a “direção” porque o pai de família é socialmente concebido como o possuidor do conhecimento necessário para a realização da produção. Esse conhecimento é condição própria da posição de pai de família, que repousa não somente na posse da terra – ele é também o dono –, mas igualmente no saber que a torna terra de trabalho. Outros homens adultos – e frequentemente mulheres – conhecem perfeitamente todas as etapas do processo produtivo, seja na lavoura, seja no criatório do gado. Mas o pai de família é como que o “dono” do saber, componente da hierarquia familiar.

Tomando como referência as experiências das camponesas-quebradeiras, essa concepção da divisão sexual do trabalho e da hierarquia familiar que fundamenta a ordem moral camponesa, negligencia a importância do saber e do trabalho que realizam na unidade familiar, que, muitas vezes, foi o responsável pela alimentação e reprodução da família.

Um trecho da entrevista realizada com a dona Silene Gonçalves Souza, do povoado Juverlândia (TO), revela o papel fundamental da sua mãe para a reprodução da família.

Mayka: E a sua mãe quebrava coco para quê?

Silene: A minha mãe quebrava coco para comprar arroz, feijão, fazer o óleo para temperar, comprar remédio, comprar roupa, comprar calçados, ou seja, para a sobrevivência.

Mayka: E o seu pai?

Silene: Eu desde pequena não lembro do meu pai sadio, só lembro do meu pai doente. Quando eu me dei por gente, o meu já tinha uma senhora de uma gastrite e com o tempo essa gastrite se transformou numa senhora úlcera. Meu pai não trabalhava: era só em casa enjoando e minha mãe trabalhando com os filhos e fazendo o possível para nós não morrermos de fome. Porque, nessa época a gente passou muita necessidade, mas hoje, graças a Deus, está bem melhor.

Mayka: Como era essa necessidade que vocês passavam?

Silene: A gente passava o tipo de necessidade que de manhã não tinha café para tomar, não tinha merenda. Às vezes a gente cozinhava uma latinha daquelas pequenas de extrato de tomate e dividia para oito pessoas: cada um pegava uma colherzinha de manhã e ia para o mato. A gente quebrava coco e quando a gente vinha de tarde era que a gente comprava o arroz de fazer a janta, cozinhava aquele arroz e dividia entre nós para a janta e para o almoço do outro dia para poder ir para o mato de novo. Então, era por necessidade de fome mesmo, não era só porque tinha pouco, é porque realmente não tinha mesmo. A gente realmente passou fome. Os meus filhos exigem muito e eu costumo falar para eles que para quem nunca passou fome, um prato de arroz branco não é comida, mas na verdade é um grande banquete!²²⁰

²²⁰ Entrevista com dona Silene Gonçalves Souza, do povoado Juverlândia, em 13 de outubro de 2016.

Embora seja num contexto de doença do “pai de família”, a fala da dona Silene é importante, porque, além de mostrar o papel da “mãe de família” no controle e direção do trabalho responsável pela reprodução, traz a questão do desrespeito social expresso na situação de extrema pobreza. Sua família não tinha terra, e ainda não tem, vivia nas “terras de dono”, subordinada à sujeição para sobreviver. Hoje, conseguiu adquirir uma casa no povoado Juverlândia (TO), e sobrevive com a coleta de coco e produção de roça nas terras dos vizinhos, além da aposentadoria da sua mãe e do trabalho no posto de saúde da unidade territorial.

Se, entendemos que a dificuldade do camponês em aceitar a liberdade e a autonomia da camponesa reside na “ética camponesa, constitutiva de uma ordem moral”²²¹. Podemos conjecturar que a dificuldade que as próprias camponesas-quebradeiras de coco têm de se “libertarem”, como ressaltou incomodada dona Faustina, de se envolverem nos espaços de socialização política, na participação em eventos promovidos pelas entidades de representação, também pode ter a mesma raiz.

Bourdieu (2012, p.14) em seu livro “a dominação masculina”, traz alguns elementos que podem nos ajudar a compreender essa dificuldade do camponês e da camponesa-quebradeira no processo de conquista da autonomia e da liberdade. O autor realiza uma socioanálise do inconsciente androcêntrico de uma sociedade histórica específica, a Cabília, capaz de operar a objetivação das categorias do inconsciente. Segundo ele, apesar das conquistas e das conversões atingidas pelos camponeses das montanhas da Cabília, estes ainda preservaram estruturas de condutas e discursos da estereotipagem ritual, representando uma visão “falo-narcísica” e da cosmologia androcêntrica comuns às sociedades mediterrâneas, e que sobrevivem até os dias atuais, como se estivessem fragmentadas em nossas estruturas cognitivas e sociais.

Bourdieu (2012) assevera que a divisão das coisas e das atividades (sejam sexuais ou outras) realizadas a partir da oposição entre o masculino e o feminino conta com estruturas objetivas e subjetivas que lhes sustenta. São estruturas que garantem a naturalização da diferença, colocando-a na base da organização da sociedade universal, que assume uma visão androcêntrica como norteadora.

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está

²²¹ Woortmann (1990, p. 12).

presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (...) A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar da assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.

Assim, compreendemos a dificuldade do camponês e da camponesa no processo de superação da relação arbitrária da dominação masculina inscrita na ordem moral e na ordem social da sociedade como um todo. Por mais que as camponesas-quebradeiras de coco tenham iniciado um processo de conscientização de si e do outro, por mais que tenham participado em algum momento dos espaços de socialização política, sua estrutura cognitiva, seus pensamentos e ações ainda revelam os efeitos duradouros da relação de dominação que lhe foi imposta historicamente. A própria consciência dos órgãos sexuais revela-se como uma construção social que registra e ratifica certas propriedades naturais, tentando encontrar no corpo feminino a justificativa para o estatuto social imposto à mulher, adjetivando-a a partir da oposição interior e exterior, a sensibilidade e a razão, a passividade e a atividade. O que resulta, por sua vez, na produção de uma estrutura cognitiva que realiza o reconhecimento da submissão²²².

Isso ficou evidente na fala de algumas e alguns interlocutores, que ao tratar sobre a liberdade e autonomia no contexto da família, apresentaram um discurso expressivo da estrutura cognitiva criada a partir da visão androcêntrica do “ser” e do mundo, ou seja, a masculinização da natureza e da sociedade como algo natural e próprio da “ordem social” e da moral camponesa.

Mayka: O senhor acha que ela tem liberdade para quebrar coco, vender, fazer as coisas delas? Como o senhor encara isso?

José: Por mim ela pode. Ruim é proibir minha mulher de sair daqui para lugar nenhum, ela já foi em muita reunião por aí que eu nem sei onde é (...). Ela vai à reunião e eu fico aqui só, faço o que é de comer. Eu não vivo com a

²²² Bourdieu (2012).

‘minha velha’ humilhada graças a Deus, porque eu sei que ninguém gosta de ser humilhado. Eu era menino e não gostei de ninguém quando me humilhava e aquilo que a gente não quer para gente mesmo, não se dá para os outros. Ela é liberta, pode fazer o que quiser. Eu também, quando quero fazer alguma coisa, não gosto que ninguém ‘meta gosto ruim’. Deixa eu fazer, se quebrar a cara... mas sempre quando vou fazer um negócio, eu falo com ela para ver se dá certo. Se ela diz que dá, eu vou, se não, eu largo de mão. Se for me dar prejuízo, não vou fazer.

Mayka: Qual é a importância do casamento para o senhor?

José: Para mim é muito importante porque sempre a ‘minha velha’ tem me respeitado, eu já estou velho e respeito ela também. O ‘cabra’ novo não pensa, pensa que o mundo é dele. Mas aí vai caindo a idade, aí vai pensando melhor, mudei e agora estamos tranquilos, graças a Deus. Antes a gente discutia de vez em quando, agora é muito difícil. Nunca dei um empurrão nela, nem tapa. Disse assim para ela: no dia que você me bater, não vai ficar assim não, porque não fiquei com mulher nenhuma para bater, muito menos para apanhar dela. Já estou velho e não quero. E tenho raiva quando vejo que homem bateu na mulher. Para mim, não é homem: ‘Gente, a mulher tem a parte fraca, não dá para competir com homem, em assunto nenhum ela dá conta’. Fico morrendo de ódio se fico sabendo que homem bateu na mulher. Homem não bate em mulher. Não admito esse tipo de coisa²²³.

O sr. José da Conceição ao falar sobre a liberdade da sua companheira afirmou que a mesma não vivia humilhada e que “*ela é liberta, pode fazer o que quiser*”. Destacou a importância do respeito, e do casamento, mostrando sua posição contrária a violência doméstica. Porém, ao se posicionar contra a agressão à mulher, argumentou referenciando e reforçando os adjetivos socialmente construídos da mulher frágil, sensível e incapaz de competir com o homem em qualquer circunstância. Os elementos desse argumento ratifica o poder da dominação masculina na sociedade como um todo, e em particular no processo de reprodução dessa fração camponesa.

O que fica muito evidente também na fala da dona Joana, que narra uma relação de dependência e obediência ao seu marido, justificando a sua dominação como expressão de carinho, cuidado e bondade da figura masculina.

Joana: Assim ele não queria que eu fosse todos os dias por causa dos meninos né, ele nunca deixou eu ir assim todos os dias. Ainda hoje quando eu vou daqui para o mato quebrar ele reclama muito, eu vou mesmo. ele disse que depois que a gente fica velho, depois disse pra Faustina, depois que passa dos 40 o cabresto está solto(risos), a gente está solto sabe?! Mas ele abusa filha, porque eu vou para o mato, ele reclama demais, ai ficar dentro de casa o dia todo sem fazer nada é ruim demais.

Mayka: Porque que ele abusa?

²²³ Entrevista com o sr. José da Conceição, da propriedade familiar Olho d’Água, em 20 de outubro de 2016

Joana: É porque ele diz que ele trabalha o dia todinho, ai de noite ele vai sentar e diz ai pra levantar ui, ai a mulher faz do mesmo jeito ai pronto está todo mundo acabado o homem geme para um lado e a mulher para o outro lado, ai diz que não dá certo.

Mayka: Dona Maura me explica o seguinte como é, a senhora está falando dele que abusa e tal, como é a relação do homem e da mulher aqui? Ele respeita suas opiniões?

Joana: Não, ele a nossa relação aqui em casa graças a Deus é ótima, não tenho que reclamar, eu digo que ele abusa assim que ele diz ‘meu bem você não vai você vai adoecer, você vai sentir isso’ e eu tenho problema nos rins. Um tempo eu tive problema no meu rim e o meu rim esquerdo dilatou um centímetro devido um peso que eu peguei, que eu estava menstruada e peguei muito peso, ai eu senti e fui para Imperatriz passei bem ruim mesmo, a parte da minha cintura para baixo, eu não movimentava assim sozinha, quando cheguei lá o médico disse que era rins. Ai desse tempo para cá que ele implicou muito para eu não ir, se eu faço movimento muito pesado ai eu sinto doer, ai ‘meu bem você não vai, porque você vai sentir isso, você tem eu, seus filhos para cuidar’ ele bota logo ele em primeiro ‘você tem eu para cuidar, tem os meninos’ ai ele reclama. E meus meninos são os que mais reclamam, ele tá acolá e liga todo dia perguntando se eu estou trabalhando, se estou se esforçando ‘mãe a senhora fique quieta porque a senhora que tem que cuidar de nós’ né, mas o abuso que eu digo dele é esse sabe? Mas se eu digo ‘não meu bem, eu vou mas não vou me esforçar’ ai ele ‘é mas depois tu não vai se reclamar’. Ai quando nós íamos para o mato em mutirão era eu, as outras mulheres, a irmã dela que está doentinha que agora deve estar melhor ela dizia assim ‘o meu Deus meu marido agora é chamado boia-fria’ ai também ele reclamava, ai ela levava um travesseiro para sentar e chegava ‘olha suas meninas nós vamos quebrar esses cocos, mas lá em casa sem direito a gemer, lá em casa não tem direito de gemer’ ela dizia, ai eu dizia ‘o dona Maria a senhora está falando mesmo é de mim? Lá em casa é direito só de gaitada e mais nada’ e era assim todo dia nós no mato e sorrindo, ai ela dizia ‘pois é, lá em casa eu não posso gemer, lá em casa o velho dizia se eu gemer eu não venho mais’. Ai é assim não tem jeito, se você passar o dia-a-dia sentada, quebrando coco pegando pano nas costas não tem como você daqui acolá sentir coisa nas costas, ai ele reclama mais por causa disso ‘meu bem eu já trabalho o dia todinho, chego cansado e na hora que eu chego em casa cansado esperando a mulher fazer um suco ai a mulher vira pra mim e fala o meu bem faz ai que eu estou cansada também’ ai ele diz que esse negócio não dá certo, ele implica mais por causa disso, mas não é que ele abuse assim de brigar, só é aconselhando porque eu já não sou né, pra eu não me esforçar muito por causa do meu problema nos rins.

Dona Joana trás elementos riquíssimos para a nossa reflexão. Mostra que a dominação masculina não ocorre apenas mediante a agressão física ou verbal, com ofensas e rebaixamento pessoal, própria do primeiro tipo de desrespeito social identificado por Honneth (2003, apud SOUZA, 2015). Mas, por meio de uma violência dissimulada, disfarçada de

cuidado e carinho. Uma violência simbólica que, segundo Bourdieu (2012), é praticada pelo camponês e incorporada no *habitus*²²⁴ da camponesa-quebradeira de coco.

O camponês trabalha o dia todo, e ao chegar a casa, precisa dos cuidados da sua mulher, ou seja, que ela esteja disponível para lhe servir. Se quiser trabalhar fora de casa, com a quebra do coco, não pode chegar cansada ou reclamar de alguma dor, apenas sorrir. Nota-se uma situação de extrema violência simbólica, desrespeito e desvalorização do trabalho da camponesa-quebradeira. A qual, ainda que esteja numa condição de submissão, considera que sua relação matrimonial é ótima, e que o desgosto do companheiro em relação ao trabalho fora da casa é, na verdade, o resultado do seu cuidado e preocupação, portanto, está apenas aconselhando-a para evitar que a sua doença progrida.

Entendemos, a partir de Bourdieu (2012), que o posicionamento da dona Joana revela a relação de poder a qual está envolvida em sua unidade familiar. Denota a incorporação dessa relação e expressa a oposição fundante da ordem simbólica, constitutiva da ordem moral camponesa. Desse modo, como dominada acaba aplicando o pensamento construído a partir do dominante na relação de dominação, fazendo-a ser vista como natural. Com isso, realiza um ato de reconhecimento prático da violência simbólica que sofre.

A violência simbólica se estabelece com a adesão do dominado e a concessão da dominação ao dominador. Na medida em que o primeiro não se dispõe a pensar e questionar essa relação de poder, acaba incorporando-a como algo natural e normal, constituidora do seu *habitu*. Nesse sentido, Bourdieu (2012, p. 51) ressalta que a superação dessa violência simbólica não depende apenas do esforço de vontade e da consciência libertadora, pois os efeitos e as condições de sua eficácia são duradouras e inscritas no mais íntimo dos corpos. E que se manifesta, sobretudo, nas relações familiares e de parentesco, em que a “lógica do sentimento ou do dever” se manifesta.

As camponesas-quebradeiras que têm desenvolvido uma consciência política e uma luta pelo reconhecimento dentro da unidade familiar, territorial e na sociedade, destacam que não negam o casamento e a relação com o seu companheiro. Na verdade, defendem outro tipo de relação entre o casal, em que a mulher seja reconhecida, respeitada e valorizada com os mesmos direitos dos camponeses.

Estou falando da família, porque na quebra do coco toda a família é envolvida. Nós falamos da independência, mas não queremos falar, porque

²²⁴ Entendendo o *habitus* como uma lei social incorporada pelos sujeitos sociais. Tomamos essa noção no sentido de costume próprio da “economia moral”, pensada a partir de Thompson (1998, p. 14). Costumes como: “ambiência, mentalité, um vocabulário de discurso, de legitimação e de expectativa”.

não queremos misturar a liberdade com libertinagem. Independência não é dizer que a mulher tem que viver sozinha. A independência é que ela não pode viver debaixo dos pés do homem, mas ela deve ter o seu companheiro. Assim como o homem não pode viver debaixo dos pés da mulher, porém tem que ser companheiro, os dois têm que ser independentes. Nenhum é dono de ninguém, mas tendo que ter a união estável. Não podem viver sozinhos²²⁵.

Por ter sido uma das primeiras coordenadoras do MIQCB da regional do Tocantins, e ainda continuar lutando pelas camponesas-quebradeiras, o depoimento da dona Raimunda Nonata é precioso para a nossa análise. Esclarece que apesar de focar o debate e as reivindicações na questão da mulher e o seu trabalho, não deprecia o valor da família. Para ela, esta é fundamental para a realização da atividade de quebra do coco e da produção do babaçu. Mostra que não defende a mulher solteira e sozinha, mas uma relação de igualdade entre o casal, logo, contesta a tradicional hierarquia familiar.

No processo de organização, mobilização e luta das camponesas e trabalhadoras quebradeiras de coco, mediadas pelo MIQCB e ASMPUBIP, a “Lei do Babaçu Livre” tem um significado importante. Consiste numa grande conquista na luta pelo reconhecimento dessa fração do campesinato brasileiro. A qual atinge diretamente o segundo tipo de desrespeito social identificado por Honneth (2012 apud SOUZA 2015), referente à *privação de direitos e exclusão*.

Apesar de não garantir a transformação da estrutura desigual em que as camponesas e trabalhadoras rurais estão inseridas, a Lei contribui para a visibilidade da existência e resistência. É o resultado da sua “força”, e da luta praticada historicamente por sucessivas gerações. É a expressão da ampliação da consciência política dessa fração camponesa, que desenvolveu, e ainda está desenvolvendo, um processo de reconhecimento de si e do outro. Isto é, um processo de reconhecimento dos direitos historicamente negados.

Dona Maria Silvânia nos conta sobre a mudança da consciência das camponesas-quebradeiras, após o processo de organização e luta realizada no âmbito dos movimentos sociais.

Mudou porque há tempos atrás a mulher não tinha vez para nada, e agora a mulher já tem, já tem o direito de não ficar mais calada... Algumas... Tem umas que ainda não. Eu digo assim: ‘Ninguém é dono de ninguém. Todo mundo é livre para fazer o que quer’. Agora, se em um casal, um quiser ser respeitado, ele tem que fazer por onde para ser respeitado, mas no direito de ir e vir, tanto você tem como eu também tenho. Tem pessoas que dizem

²²⁵ Entrevista com dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, propriedade familiar Olho d’Água, em 18 de outubro de 2016.

assim: ‘Fulano, você foi para tal lugar e não disse para mim’. Por exemplo, meu marido não está e eu tenho que ir em algum lugar e não vou porque meu marido não está aqui para eu dizer para ele onde eu vou. Eu não acho que deve ser assim não. Para mim, cada um tem seu direito de ir e vir a hora que quiser e dizer o que quiser.

Eu acho que antigamente as mulheres eram muito massacradas pelos maridos e agora não. Agora, todo mundo tem os direitos quase iguais. Mas ainda tem mulher que tem medo, que não sai de casa, porque se o marido souber que ela saiu, quando chegar, vai se zangar. Agora tem mulher que tem coragem de enfrentar a política, de trabalhar e estão lutando para ter o mesmo direito no seu salário, porque se eu trabalho naquilo e meu marido trabalha naquilo, só porque eu sou mulher e ele é homem ele vai ganhar mais do que eu, sendo que eu trabalho no mesmo trabalho que ele trabalha. Ainda tem muita coisa a ser conquistada para a mulher se sentir liberta... Liberta em relação ao machismo, (sabe?) que só os homens podem? Eu mesma falo que se os homens podem, as mulheres também podem porque eu não sou mãe do meu marido e nem meu marido é meu pai.

Eu acho que antigamente as coisas eram mais difíceis para as mulheres e agora, essa época que nós estamos, tem uma visão diferente de direitos da mulher. Antigamente, (eu não me lembro porque acho que eu não era nascida) diziam que as mulheres não podiam nem votar. A associação rural mesmo também dizia que não podiam se associar as mulheres, só homens, o que queria dizer que só o homem trabalhava, só ele era trabalhador rural. No caso, a mulher ia deixar a comida e quando ela chegava lá ia plantar mandioca com ele, mas na associação não tinha o direito de se associar porque era mulher e a associação era só de homens sendo que as mulheres também trabalhavam. Só não trabalhavam do mesmo jeito que o homem porque ela não ia brocar, mas ela ia ajudar ele a plantar, a colher, a apanhar o arroz, a fava, as coisinhas mais fáceis. Sem dúvida ela também era uma trabalhadora rural, por que não ela se associar a uma associação de trabalhadores rurais? E agora não, agora a visão é outra: todos nós somos trabalhadores rurais, homens e mulheres porque todos com terra e trabalham na roça.

Agora a discriminação está diminuindo um pouco, mas não está ainda bem do jeito que é era para ser, mas já está em um caminho bem dado²²⁶.

A fala da dona Maria Silvânia representa a visão de uma mulher mais jovem, que não viveu todos os conflitos por terra e dificuldades de reconhecimento e discriminação nos espaços dos sindicatos. Conta a partir dos relatos da família e das outras camponesas-quebradeiras que socializam suas experiências nos espaços de socialização política. Demonstra ter clareza da mudança de consciência das suas companheiras, e reconhece que, apesar do avanço, ainda falta muito para conquistar a autonomia e a liberdade plena da mulher, trabalhadora e camponesa-quebradeira de coco. Muitas não conseguiram superar o medo do próprio marido, considerado superior, segundo a hierarquia familiar própria da ordem moral camponesa. Destacou também sobre a importância da criação dos espaços de socialização política, por meio dos quais conseguiram se reconhecer como trabalhadoras,

²²⁶ Entrevista com Maria Silvânia Nunes Paixão, em 19 de outubro de 2016.

responsáveis pela reprodução da família. Assevera que a discriminação diminuiu, mas não foi eliminada, portanto, a luta deve continuar.

Se, por um lado, as camponesas-quebradeiras obtiveram grandes conquistas em relação ao processo de reconhecimento de si e do outro, contribuindo para a diminuição dos três tipos de desrespeito social destacado por Honneth (2012 apud SOUZA 2015), por outro lado, pensando a partir das desigualdades sociais, muito se tem a conquistar ainda.

A “Lei do Babaçu Livre” tem um significado especial na luta pelo reconhecimento das camponesas-quebradeiras, de uma conquista que permitiu a ampliação da visibilidade, respeito, valorização, autonomia e liberdade relativa. Mas, para ampliar essa conquista se faz necessário atingir amplamente a estrutura fundiária desigual do nosso país, em especial da região do Bico do Papagaio.

Ainda que Honneth (2012 apud SOUZA 2015) fundamente as lutas sociais a partir da luta reconhecimento como suficiente para alcançar a justiça social, superando, portanto, os três tipos de desrespeitos sociais, já destacados: maus tratos e violação, privação de direitos e exclusão, degradação e ofensas. Nancy Franser (2006) assevera que para promover a transformação da sociedade em sua totalidade, estabelecendo a justiça social de forma plena, se faz necessário lutar tanto pelo reconhecimento, quanto por reivindicações redistributivas, em busca de uma distribuição mais justa dos recursos e das riquezas.

Nancy Franser (2006) escreveu sobre a justiça social na era da política da identidade, mostrando o debate em torno da luta pela redistribuição e a luta pelo reconhecimento. Mostra que hoje, existe no mundo a formação de grupos que defendem reivindicações redistributivas, centrada na ideia da classe social, na melhor distribuição de renda e na diminuição das desigualdades sociais, portanto, na afirmação da igualdade social. E outros grupos que defendem uma política de reconhecimento, com a afirmação da diferença, por meio da formação de diferentes identidades, com características étnicas, raciais, sexuais e de gênero.

Esses grupos, formados por militantes sociais e intelectuais têm expressado, o que Franser (2006, p. 21) chama de *paradigmas populares da justiça*, referindo-se as lutas sociais atuais, realizadas pelos movimentos sociais e atores políticos. “(...) *los paradigmas populares son conjuntos de concepciones relacionadas sobre las causas y las soluciones de la injusticia*”. Cada paradigma tem uma perspectiva característica acerca da justiça social, contrapondo-se em quatro aspectos chave.

O primeiro aspecto chave diz respeito às diferentes concepções de injustiça de cada paradigma. O paradigma centrado na redistribuição entende a injustiça a partir das desigualdades socioeconômicas, enraizadas na estrutura econômica da sociedade, expressa

nos processos de exploração do trabalhador, marginalização econômica e privação. O paradigma do reconhecimento interpreta a injustiça a partir dos fenômenos culturais, enraizados nos padrões de representação, interpretação e comunicação, manifestado em processos de dominação cultural, não-reconhecimento, e falta de respeito.

O segundo aspecto chave destacado por Franser (2006), refere-se aos diferentes tipos de soluções da injustiça. O paradigma da redistribuição entende que a solução para a injustiça consiste na reestruturação econômica da sociedade. O que significa redistribuir a renda e a riqueza produzida socialmente de maneira mais igualitária, reorganizar a divisão de trabalho, transformar a estrutura fundiária da propriedade, democratizar a tomada de decisões. O paradigma do reconhecimento entende que a solução da injustiça encontra-se na mudança cultural e simbólica da sociedade. Ou seja, uma mudança e reavaliação acerca do respeito às identidades, historicamente não respeitadas, difamadas, desvalorizadas. Isto é, uma transformação na totalidade dos padrões culturais de representação, interpretação e comunicação, respeitando a diversidade de identidades sociais existentes.

O terceiro aspecto chave são as diferentes concepções das coletividades que sofrem com a injustiça. O paradigma da redistribuição concebe que os sujeitos coletivos da injustiça são as classes sociais ou frações de classes, que se definem economicamente, a partir do modo de produção. Para os defensores do paradigma do reconhecimento, as vítimas da injustiça são os grupos étnicos, raciais, gays, lésbicas e mulheres.

O quarto aspecto chave refere-se ao tratamento da diferença no interior dos grupos. No paradigma da redistribuição a diferença no interior do grupo é vista como algo negativo, que deve ser eliminado, uma vez que, é produto da estrutura e políticas desiguais. No paradigma do reconhecimento a diferença é vista como possibilidade, como produto da diversidade cultural, que não deve ser eliminada, mas respeitada e reafirmada.

Para Nancy Franser (2006), os defensores do paradigma popular da justiça centrado na redistribuição e no reconhecimento os tomam como excludentes entre si. Entretanto, a referida autora compreende a divergência entre esses paradigmas como “antíteses falsa”.

Yo sostengo que éstas son falsas antíteses. Mi tesis general es que, em la actualidad, la justicia exige tanto la redistribución como el reconocimiento. Por separado, ninguno de los dos es suficiente. Sin embargo, tan pronto como abrazamos esta tesis, la cuestión de como se combian ambos aspectos cobra una importancia máxima. Yo mantengo que hay que integrar em un único marco global los aspectos emancipadores de las dos problemáticas. Desde el ponto de vista teórico, a tarea consiste en idear una concepción bidimensional de la justicia que pueda integrar tanto las reivindicaciones defendibles de igualdad social como las del reconocimiento de la diferencia. En la práctica, la tarea consiste em idear una orientación política

programática que pueda integrar lo mejor de la política de redistribución com lo mejor de la política del reconocimiento (FRANSER, 2006, p. 19).

A concepção bidimensional da justiça significa, portanto, considerar as necessidades e reivindicações de redistribuição e reconhecimento das classes sociais, e dos grupos identitários. Franser (2006) entende que os grupos bidimensionais subordinados sofrem tanto com uma má distribuição como com a falta de reconhecimento, traduzidos em injustiças sociais. Portanto, necessitam de políticas que levem em conta os dois tipos de demandas.

Partindo desse pressuposto, e buscando tomar a realidade das camponesas-quebradeiras de coco em sua totalidade, defendemos que a autonomia e a liberdade dessa fração de classe social poderá ser alcançada e vivenciada plenamente, a partir da transformação da estrutura fundiária desigual e concentrada e do reconhecimento da camponesa-quebradeira como um “ser social”, que merece respeito e valorização.

Além de frisarmos as situações de desrespeito social, pelas quais as camponesas-quebradeiras enfrentaram e continuam enfrentando, no contexto de uma perspectiva da subjetividade, do seu universo simbólico e moral. Gostaríamos de ressaltar, a questão da liminaridade e vulnerabilidade das camponesas-quebradeiras sem terra do povoado Petrolina, no município de Imperatriz (MA). Assim como elas, muitas outras se encontram nos demais povoados da Estrada do Arroz (MA).

Ainda que tenham ocupado a área do povoado Petrolina (MA), antes da chegada dos fazendeiros e das empresas de capital nacional e internacional, as camponesas-quebradeiras se reproduzem de forma subordinada aos fazendeiros e a empresa Suzano, como ressaltamos no capítulo anterior. Cercadas pelos fazendeiros e pela empresa Suzano S.A, não conseguiram garantir a sua territorialização, considerando que não conquistaram a terra, sobrevivem no limite das cercas.

As famílias se reproduzem com a renda obtida com quebra do coco, coletado nas fazendas do entorno e da área da reserva sob o domínio da empresa Suzano; da produção do azeite, vendido na própria comunidade; da produção do carvão da casca do coco e do coco velho; da produção de roças, mediante o arrendamento de terras, da aposentadoria e da ajuda dos filhos que migraram para a cidade, em busca de melhores condições de vida.

Destituídas da terra, a autonomia das famílias camponesas-quebradeiras de coco é inviabilizada em termos do controle do processo de trabalho, nos termos destacados por Bombardi (2004), em relação ao controle do seu próprio tempo e do seu próprio espaço. No mesmo sentido, Tavares dos Santos (1978), ressalta que a propriedade privada da terra é de

fundamental importância para a vivência da autonomia camponesa em relação ao processo de trabalho, uma vez que ela aparece como determinante.

A propriedade da terra aparece como determinante da autonomia do camponês. (...) Essa autonomia é construída em oposição à sujeição a um proprietário que a não-propriedade acarretaria. (...) Em consequência, a propriedade da terra surge para o camponês como possibilidade do controle do processo de trabalho, como conjugação dos elementos da produção—objetos, meios e força de trabalho²²⁷.

Portanto, diante do exposto, podemos afirmar que alcance e a vivência da autonomia e da liberdade das camponesas-quebradeiras de coco, tomadas em sua unidade familiar, enquanto fração do campesinato brasileiro depende do seu reconhecimento e valorização, e, sobretudo, da transformação da estrutura fundiária concentra e desigual existente. Ou seja, da reforma agrária.

4.2 O trabalho da camponesa-quebradeira de coco na unidade familiar e o ordenamento territorial

As famílias camponesas-quebradeiras do povoado Juverlândia (TO), da Reserva Extrativista Ciriaco (MA) e da propriedade familiar Olho d'Água adquiriram a propriedade da terra, através de diferentes maneiras, como já mencionamos ao longo deste trabalho.

Neste item do capítulo faço a discussão do trabalho da camponesa-quebradeira na unidade familiar, e o ordenamento territorial como o resultado do trabalho empreendido. A análise não o toma individualmente, mas no contexto da própria família, portanto, não ressaltamos apenas as atividades que lhe cabem na unidade, e sim o conjunto de atividades realizadas por todos os membros.

4.2.1 O trabalho da camponesa-quebradeira na unidade familiar e o ordenamento territorial no povoado Juverlândia (TO)

No povoado Juverlândia, uma parte das famílias adquiriu a propriedade da terra junto ao GETAT, posteriormente regularizadas pelo INCRA; e outra parte conseguiu via projetos de assentamento do INCRA. Desse modo, as terras das famílias não estão localizadas de maneira contínua, mas em áreas descontínuas no próprio povoado e no projeto de assentamento São José, localizado numa distância aproximada de três a seis quilômetros.

²²⁷ Tavares dos Santos, 1978, p. 137.

A conquista da terra consistia num sonho para a continuação de um projeto de vida camponês, pautado na reprodução da família, iniciado desde o processo de ocupação do povoado Juverlândia (TO). Mas, ameaçado a partir do processo de cercamentos das terras pelos fazendeiros. Após os grandes conflitos, já relatados no escopo deste trabalho, quando conseguiram acessar a terra, a vida das famílias melhorou, pois puderam desfrutar da liberdade de controlar o seu próprio espaço e seu próprio tempo na realização do trabalho, como bem frisou dona Maria de Souza Lúcio.

Melhorou, porque quando não tinha o lote, que a gente ficava nas terras alheias, a gente ia sendo assaltada de trabalhar nas coisas alheias, trabalhar no que é da gente é bem melhor, porque a gente tem a liberdade de ser da gente. Na hora que está lá, bem tranquilo, não está sendo ameaçado de outra pessoa chegar e falar: ‘saí daí que é meu!’. O que é da gente, está numa boa ali. Eu achei muito bom ganhar o meu pedacinho de terra para trabalhar eu e meu marido. Não tem quem me chatear lá, graças a Deus²²⁸.

Dona Maria conseguiu 05 (cinco) alqueires e 12 (doze) linhas²²⁹ de terra, localizada há 01(um) quilometro do povoado. Onde realiza a produção da roça, cria gados e coleta o coco babaçu para a produção do azeite e do sabão, sem o perigo de ser “*assaltada de trabalhar nas coisas alheias*”, tendo a liberdade de trabalhar no que lhe é próprio.

Considerando que uma parte das famílias foi pioneira da ocupação e formação do povoado, a mudança para os lotes de terras do projeto de assentamento do INCRA, foi recusada. Escolheram permanecer morando no povoado, e deixar a terra dos lotes como espaço de produção da roça, da coleta do coco babaçu e da criação do gado.

A escolha de continuar morando no povoado está associada ao melhor acesso aos serviços existentes, tais como escola e posto de saúde, assim como a proximidade às estradas e a facilidade dos transportes para as cidades de Axixá do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins.

Nós moramos dois anos lá, porque meus meninos eram todos pequenos e nós achávamos que lá era melhor. Aí, os meninos cresceram e precisaram sair, então, depois de três anos, nós voltamos. Aí, lá nós trabalhamos: plantamos mandioca, plantamos batata-doce, feijão, milho e mexemos só com isso mesmo²³⁰.

A família da dona Maria Neuza é uma das que recebeu a terra no projeto de assentamento São José. Onde morou por dois anos, e depois voltou ao povoado, para possibilitar aos filhos a educação escolar e satisfação de outras necessidades.

²²⁸ Entrevista com dona Maria de Souza Lúcio, do povoado Juverlândia, realizada em 10 de janeiro de 2017.

²²⁹ Uma linha equivale a 0,30 hectare.

²³⁰ Entrevista com dona Maria Neuza, do povoado Juverlândia, realizada em 13 de outubro de 2016.

Assim, a vida cotidiana da família da dona Neusa, e de outras camponesas na mesma situação, ficou dividida entre a casa no povoado e o espaço de produção no lote. Apesar da distância entre esses espaços, devemos tomá-los enquanto uma unidade familiar. A qual é definida a partir da relação estabelecida entre a família, o trabalho e a terra.

La granja campesina es la unidad básica de la propiedad, la producción, el consumo y la vida social de los campesinos. El individuo, la familia e la granja aparecen como un todo indivisible. (...) La granja assume la forma doble de una unidad d producuión y consumo. El saldo de las necesidades de consumo, la mano de obra familiar disponible y el potencial de la granja influyen grandemente sobre las atividades del campesino²³¹.

As necessidades da família são determinantes para as tomadas de decisões sobre as atividades realizadas na unidade familiar, bem como o seu ordenamento territorial. Em virtude das novas necessidades dos filhos, dona Maria Neusa e o seu marido decidiram voltar a morar no povoado. A terra do lote permaneceu como uma extensão da sua unidade familiar, formada indissociavelmente pela unidade de produção e consumo, como ressalta Shanin (1966).

O trabalho das camponesas-quebradeiras na unidade familiar tem a mesma importância em relação ao desenvolvido pelo camponês. Ambos formam o todo indivisível.

Apesar de alguns autores, como Woortmann (1997), mostrarem que a divisão sexual do trabalho é determinante na definição do “governo” dos espaços de produção e consumo da unidade familiar, a realidade das famílias das camponesas-quebradeiras de coco se diferencia em certa medida.

De acordo com a sua etnografia do processo de trabalho camponês, Woortmann (1997), mostra que na divisão do governo dos espaços de produção e consumo da unidade familiar, o homem é o controlador dos espaços produtivos, localizados fora do conjunto casa-quintal, e a mulher, por sua vez, é a governadora deste. Neste trabalho, o autor mostra claramente as funções assumidas pelos membros da família, segundo a divisão sexual do trabalho.

Nas unidades familiares das camponesas-quebradeiras essa divisão sexual do trabalho existe, mas não é tão bem definida como mostra a realidade estudada por Woortmann (1997), e por Bombardi (2004) que ressalta a configuração de espaços verdadeiramente femininos e masculinos.

A casa e o sítio se configuram então como espaços, por excelência, respectivamente feminino e masculino. Ao referirem-se ao sítio, à propriedade, isso sempre é feito pelo sobrenome do pai de família, ou o avô,

²³¹ Shanin, 1966, p. 227.

o chefe da família. (...) Dessa forma, a terra, o espaço do sítio como um todo, o local onde se dão os cultivos, é um espaço masculino, é sempre referenciado ao homem, é exterior, é a relação direta “com os de fora”. Já a casa, o local de moradia da família ou o conjunto formado pela casa e o quintal (local onde as galinhas são criadas, onde os animais de estimação se alimentam, onde há árvores frutíferas e/ou ervas medicinais etc.) faz parte do universo feminino. É a mulher quem define os detalhes da decoração da casa, é ela quem quer “comprar móveis”, é ela quem quer “fazer reformas”²³².

Ainda que as mulheres assumam as funções elencadas por Bombardi (2004), ao falar sobre o trabalho que realizam, destacaram a participação na produção da roça, tanto na plantação dos cultivos, quanto na colheita. O trabalho da roça é realizado no conjunto da família, e em determinadas ocasiões, com a reunião de alguns rapazes do povoado para ajudar.

Não, aqui é só nós mesmo. Nós juntamos aí uns cinco meninos, levamos para lá e vamos plantar todo mundo. (...) Nós vamos capinar para limpar. Aí, quando ela [a roça] está assim, grandona, nós damos outro ‘roço’ que é para ela terminar de se formar no limpo. Aí, não cria mato mais, não que ela cai a folha, aí quando começa a chover ela põe de novo, aí o mato não sai. É por isso que nós fazemos esse sacrifício todo. (...) Sempre foi assim, cada um faz alguma coisa... Ele me ajuda, eu ajudo ele e é assim²³³.

Na explicação do processo de produção da roça, dona Neuza deixa clara a sua participação. Também ressalta que, assim como ela ajuda o seu esposo, ele também a ajuda em suas atividades. Ou seja, o termo “ajuda” não se refere ao trabalho especificamente da camponesa-quebradeira na roça, também é utilizado para se referir ao trabalho do camponês na produção do babaçu e da própria casa.

Quando os interlocutores de Woortmann (1997) se referiram ao trabalho da mulher no plantio e na colheita não designaram as atividades realizadas com a expressão “trabalho”, mas sim “ajuda”. Uma ajuda controlada e direcionada pelo camponês, chefe da família.

Esse controle ou “cuidado” que os interlocutores de Woortmann (1997) ressaltaram ter em relação à “ajuda” da mulher, não é expresso tão claramente na realidade das famílias das camponesas-quebradeiras de coco. Isso acontece, porque existe uma especificidade própria dessas famílias, que consiste no extrativismo do babaçu. A mata não é estranha e tão perigosa para as camponesas-quebradeiras, pois desde a infância acompanharam suas mães nessa atividade, e aprenderam os “mistérios” da mata.

²³² Bombardi (2004, p. 214)

²³³ Entrevista com dona Maria Neusa, do povoado Juverlândia, realizada em 13 de outubro de 2016.

Além de acessarem a mata para coletarem coco babaçu desde a infância, geralmente a partir dos 7 (sete) anos de idade, muitas camponesas-quebradeiras foram iniciadas no trabalho da roça pelo próprio pai, como ressaltou dona Maria Neuza.

Quando eu cheguei aqui, já morava muita gente, e muitos já quebravam coco direto, aí eu fui crescendo e fui aprendendo a quebrar coco também. Eu ajudava minha mãe, ajudava meu pai. Nós quebrávamos coco para comprar o que comer, para criar os outros ‘mais pequenos’ e era isso direto. Aí quando os outros foram crescendo, o papai levava-nos para a roça. Nós ajudávamos ele a capinar, apanhar arroz... Era assim²³⁴.

Então o trabalho da roça e da coleta do coco babaçu na mata não é estranho e alheio à camponesa-quebradeira. Ao amanhecer do dia, a família sai para o lote de terra para trabalhar em suas atividades. Quando o serviço da roça não exige a presença da camponesa-quebradeira, enquanto o camponês realiza outras funções, seja na roça ou no trato do gado, ela cuida logo do almoço, e seguem para a coleta do coco babaçu. Faz os montes dos coco no lote para quebrar, ou o transporta para o quintal da casa, no povoado.

As camponesas-quebradeiras têm um barraco no quintal de suas casas. Embora, às vezes, fiquem quebrando no lote, preferem trazê-los para quebrar no barraco, pois assim conseguem consociar as atividades da produção do babaçu com as da casa, como a sua limpeza, o preparo do almoço, a lavagem de roupa, o cuidado com as criações e com as crianças e adolescentes.

As camponesas-quebradeiras sem terra não têm a opção de quebrarem no próprio lote. Coletam o coco nas terras das que têm, ou nas dos fazendeiros próximos ao povoado. Ora pagam para um morador do povoado transportar de carro, ora trazem em cima do animal, dentro de cofos feito da palha da palmeira de babaçu (fotografia 23).

²³⁴ Entrevista com dona Maria Neuza, do povoado Juverlândia, realizada em 13 de outubro de 2016.

Fotografia 23: Camponesa-quebradeira a caminho das “quintas” para coletar coco babaçu

Fonte: Trabalho de campo (13/10/2016)

A fotografia 23 mostra a imagem da dona Francisca Oliveira Pessoa. Conseguimos fazer o registro da sua saída de casa, logo pela manhã, para coletar coco nas “quintas” das famílias das camponesas-quebradeiras de coco (fotografia 24).

Fotografia 24: Francisca Oliveira Pessoa

Fonte: Trabalho de campo (13/10/2016)

De manhãzinha cedo eu coloco o papeiro ali, faço café e vou lavar as vasilhas. Aí, tem vezes eu que eu varro a casa, mas quando não dá tempo eu boto essa minha filha aqui fazendo, e o boto o peito no mundo. Quando eu chego, a comida já está feita e eu tomo banho e vou quebrar coco. Aí, tem vezes que eu vou quebrar coco e vou torrar coco de novo. Aí, tem vezes que eu faço a janta, boto o anzol na vara e vou embora pescar. Tem dias que eu chego nove horas, dez horas, onze horas da noite. Só que agora nós estamos com medo porque está aparecendo tanta bandidagem nesses matos. Essa

semana mesmo, não aqui no nosso povoado, mas aqui perto no Jatobá, uma mulher foi estuprada, e disseram que teve polícia, e socorreu ela²³⁵.

Mesmo com medo da bandidagem que vem tomando conta das matas, dona Francisca continua seu trajeto diário da coleta do coco. Expõem em seu depoimento as atividades que realiza diariamente no povoado Juverlândia (TO). A coleta do coco e a produção do azeite são centrais para a sua família. Durante muito tempo, foi a principal fonte de renda, quando se separou do marido. Embora este tenha voltado para a casa, essas atividades continuaram centrais na reprodução da família, juntamente com a produção da roça, realizada pelo seu marido em terras arrendadas ou pelos serviços de diárias realiza.

Antigamente, as camponesas-quebradeiras, com terra ou sem terra, se juntavam para realizar o adjunto do coco, em forma de mutirão para quebrar coco. Isso aconteceu no período de grande procura do coco pelas empresas de óleo, como já relatamos anteriormente.

Era, era quebrando coco. Juntava aqueles 10,12, 15 carros de coco e trocávamos o dia. Era assim, por exemplo, eu iria quebrar os meus cocos, aí eu juntava 10 mulheres e botava para quebrar os meus cocos hoje. Aí quebrava os meus cocos e amanhã a gente já ia para outra. Nós passávamos a semana assim: trocando o dia, quebrando o coco de uma, depois de amanhã quebrava da outra. Era bom demais, a gente se divertia, contava piada, era bom demais. Agora acabou²³⁶.

Ao descrever como realizavam a prática do adjunto, dona Maria o define como troca de dias, realizado com a reunião de um número de camponesas para quebrar o coco de uma delas, e, posteriormente, a dona do adjunto terá o dever de quebrar a mesma quantidade quebrada por cada participante do ajunto.

Tavares dos Santos (1978), ao discutir os elementos da produção camponesa, destaca as “práticas de ajuda mútua” como um deles. As práticas aparecem sob a forma de mutirão e troca de dias, que são realizadas em determinadas ocasiões. Ocorrem em caso de impossibilidade do desenvolvimento de atividades na unidade familiar por algum motivo, seja de doenças ou ausência de mão-de-obra. Também ocorre com a finalidade de executar um trabalho do ciclo agrícola, em que os vizinhos são chamados a ajudar.

No caso das camponesas-quebradeiras de Juverlândia (TO), a prática de ajuda mútua, em forma de adjunto, era realizada em função da necessidade de mão-de-obra para a quebra do coco. Através dessa prática, a relação de vizinhança se fortalecia, pois consistia num

²³⁵ Francisca Oliveira Pessoa, do povoado Juverlândia, em 13 de outubro de 2016.

²³⁶ Entrevista com dona Maria de Souza Lúcio, do povoado Juverlândia, realizada em 10 de janeiro de 2017.

momento de sociabilidade e solidariedade entre as mulheres do povoado, quando podiam conversar livremente, contar as suas histórias, piadas, canta e rir, como ressaltou dona Maria.

Entretanto, a prática do adjunto tal como foi descrito por nossa interlocutora, não existe mais no povoado. Com a diminuição do mercado para o coco babaçu e os seus subprodutos, bem como o aparecimento de empresas com maior capacidade competitiva, como a Tobasa Boindustrial, a produção das camponesas-quebradeiras ficou restrita às necessidades de consumo da unidade familiar e à venda esporádica dos subprodutos.

O adjunto realizado atualmente não pode ser definido como uma prática de ajuda mútua expressa em troca de dias. Em sua nova versão, o adjunto do coco consiste numa forma de assalariamento no interior da unidade camponesa. O trabalho da quebra do coco é realizado por trabalhadoras rurais, sem terra, que recebe o pagamento em dinheiro ou em produto, e não mais como troca de dias. Camponesas-quebradeiras de coco que possuem terra contratam as camponesas que perderam suas terras, ou nem chegaram a adquirir. Elas moram no povoado, e se reproduzem como trabalhadoras rurais diaristas. Trabalham na quebra do coco, recebendo o pagamento por cada litro de coco quebrado, e como empregadas domésticas, recebendo por dia de serviço executado na casa das camponesas-quebradeiras de coco. Também são chamadas para os serviços de roça, no período da plantação e da colheita, recebendo a renda em produto.

Essa situação expressa o processo de diferenciação social interna a essa fração camponesa. Diferenciação compreendida à luz de Oliveira (1991), como resultante das condições de acesso à propriedade e/ou posse da terra.

Oliveira (1991, p. 62) afirma que,

(...) quando o camponês nunca possui ou perdeu a propriedade da terra, ao recusar a condição de proletário, procura abrir acesso à terra através do pagamento pelo seu uso. Pagando em produto, através de muitas formas de parceria (meação, terça, quarta, percentagem, etc.) ele transfere para o proprietário de terra renda em produto, renda camponesa, portanto. Pagando em dinheiro, ele torna-se um rendeiro, transferindo para o proprietário da terra dias de trabalho, renda em trabalho, renda camponesa da terra também, portanto. O proprietário da terra, por sua vez, é bom esclarecer, pode apenas ser um consumidor dessas rendas ou então, convertê-las em capital, através da metamorfose dessas fontes de renda camponesa em capital. Mas há também aquele conjunto de camponeses que não tendo acesso à terra e recusando-se pagar pelo seu uso ou pela propriedade, abre *posse*. Nesse caso, nega-se a pagar a renda da terra, tornando-se posseiro. É assim, pois baseados no acesso à propriedade e/ou posse da terra, que os camponeses diferenciam-se internamente. Desse processo nascem os camponeses-proprietários, os camponeses-parceiros, os camponeses-rendeiros e os camponeses-posseiros.

O acesso a terra permitiu que algumas famílias das camponesas-quebradeiras obtivessem melhores condições de vida, aumentasse o seu patrimônio e diversificasse a produção. O que contribuiu para a criação de diferentes fontes de renda, consequentemente, maiores rendimentos e uma reprodução social mais tranquila. Isso permitiu que em situações de necessidade de mão-de-obra, elas recorressem ao assalariamento.

Mas, é importante ressaltar que o assalariamento realizado no âmbito da unidade familiar tem uma singularidade. Não se configura como uma relação social tipicamente capitalista, isto é, não o desenvolvimento do capital propriamente dito, uma vez que os produtos obtidos a partir do assalariamento são vendidos para a aquisição de mercadorias necessárias à reprodução da família, portanto, o dinheiro da venda não se capitaliza, como ressaltou Tavares dos Santos (1978, p. 43).

Para além da aparência do assalariamento, é preciso considerar a realidade substancial da relação, mediante a análise da condição social das personagens envolvidas. Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa. Resulta desse processo que na unidade produtiva camponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar.

A família de dona Belisa e dona Luiza são exemplos representativos desse processo. Como foram pioneiras na conquista da terra e na formação do povoado Juverlândia, acabaram adquirindo melhores condições de vida.

Após a morte dos seus pais, a família da dona Belisa permaneceu no povoado, os seus irmãos, por exemplo. Mas, suas filhas migraram para a cidade, em busca de novas oportunidades. Apenas o filho ficou morando na unidade familiar, e é quem ajuda o pai, o sr. Zé Luís, a cuidar dos cultivos, do gado e dos porcos. Dona Belisa é responsável por todas as atividades da casa, bem como a produção do azeite do coco babaçu. Diante dos problemas de saúde que começaram a aparecer e a carência de força de trabalho, dona Belisa contrata outras

mulheres do povoado, para quebrarem coco para ela. Do mesmo modo, a dona Luiza realiza o assalariamento nas tarefas da quebra do coco.

Dona Lurdes e dona Paula são duas trabalhadoras rurais que quebram coco para dona Belisa e dona Luíza. Destituídas da terra, são obrigadas a se assalariarem para conseguir se reproduzir. Dona Paula ainda conseguiu se aposentar, mas dona Lurdes não. Como dona Belisa e dona Luíza não aguentam mais carregar os cofos de coco, elas pagam para juntarem, e os maridos levam para o barraco no quintal de suas casas. Depois, elas chamam dona Lurdes e dona Paula para irem quebrar, pagando-lhes por produção, R\$ 2,00 por cada quilo de coco quebrado. Em alguns casos, pagam a renda em produto, quebrando na meia.

Fotografia 25: O trabalho da quebra do coco

Fonte: Trabalho de campo (12/10/2016)

Considerando que o adjunto do coco perdeu o sentido de prática de ajuda mútua, tal como era realizado, assumindo uma nova versão, a do assalariamento, a fotografia 25 foi identificada como o “trabalho da quebra do coco”, registrando o trabalho realizado por dona Lurdes e dona Paula no barraco da dona Belisa.

Na análise da presença do assalariamento na unidade camponesa, Tavares dos Santos (1978) ressalta a importância do exame da condição social dos personagens envolvidos, para desvendar a realidade substancial da relação. Nesse sentido, entendemos que a condição social da dona Belisa não permite qualifica-la como uma capitalista, que se apropria da força de trabalho da outra, para a reprodução da riqueza. A camponesa-quebradeira assalaria, porque a força produtiva da unidade familiar ficou escassa com a migração das filhas para a

cidade, e por não ter mais condições físicas para realizar a atividade sozinha. Embora o pagamento do trabalho da quebra do coco seja por meio do dinheiro, a amêndoa é usada na produção do azeite, que será destinado ao consumo da família, e para ser vendido. O dinheiro da venda do azeite será utilizado para comprar outros produtos necessários para a reprodução social na unidade familiar.

Evidentemente que haja uma diferenciação social causada pela condição de acesso a terra, não estamos diante de uma relação capitalista propriamente dita, principalmente, quando substanciamos a relação social a partir da realidade da dona Belisa. Entretanto, quando examinamos a condição social da dona Lurdes, encontramos elementos que nos permite refletir sobre o processo de “desintegração do campesinato” no sentido leninista²³⁷, e a consequente transição do campesinato, da condição de camponesa para trabalhadora rural assalariada.

A experiência histórica da Dona Lurdes revela-se como resultado do processo de diferenciação e expropriação do campesinato iniciada em terras maranhenses. Embora apresente semelhanças com outras histórias e situações vivenciadas por outras trabalhadoras e camponesas-quebradeiras, algumas já referenciadas no escopo deste trabalho, consideramos importante traçar algumas linhas a mais para entender a sua condição social atual, e a relação de assalariamento na unidade familiar.

Quando ainda era criança, e vivia com a sua mãe e seus dois irmãos nas terras do seu avô, a reprodução da família da dona Lurdes era garantida pelo trabalho na roça e pela quebra do coco. Quando o seu avô morreu, a terra foi vendida pela família, os irmãos da sua mãe foram embora, trabalhar de assalariados rurais e urbanos, e sua mãe continuou morando na propriedade, como agregada, e trabalhando para o novo dono, um senhor chamado José Henrique. Ao nascer do sol, a mãe saía com os três filhos para o mato, levando o machado, o porrete e o cofo para trazer as amêndoas do coco. Também levava um punhado de arroz, para fazer um mingau para as crianças. Ela chegava ao mato, limpava uma área e colocava a criança bebê deitada, e a dona Lurdes ficava olhando, enquanto ela com a outra filha saíam para coletar coco e juntar perto da área. Quando terminavam, começava o trabalho da quebra. Depois fazia o mingau e alimentava as crianças. No final do dia, ao pôr do sol, voltava com as amêndoas e vendia para o próprio fazendeiro. Na verdade, trocava por outros produtos, como: arroz, feijão, açúcar, café e querosene.

²³⁷ Ver Lenin (1982).

Dona Lurdes contou que a situação da sua família era de muita pobreza. Viviam em casa de palha, dormiam em camas feitas com o talo da palmeira de babaçu e uma esteira de palha por cima, coberta com panos de “rudia”²³⁸. Disse que sua mãe quase não tinha roupa, muitas vezes andava com uns panos velhos cobrindo o corpo. Trabalhava quebrando coco segunda, terça e quarta-feira, e na quinta, sexta e sábado trabalhava na roça. O domingo era o dia que cuidava da casa e dos filhos, dava banho e penteava os cabelos.

Dona Lurdes tinha o desejo de conhecer o seu pai, mas sua mãe não permitia. Quando completou 12 anos de idade casou-se com um homem de 24 anos, para se “libertar” e poder ir atrás do pai. Porém, não aconteceu como esperava. O seu marido era muito violento e a agredia. Quando teve o primeiro filho, caiu da cama e teve complicações em sua saúde. Isso aconteceu porque foi abandonada pelo marido, o qual a deixou de resguardo²³⁹ sozinha para ir à festa. Dona Lurdes voltou para a casa da sua mãe, uma de suas primas disse que a levaria para a casa do pai.

Dona Lurdes chegou ao estado do Tocantins, apenas com a roupa do corpo e com o filho nos braços. O pai a aceitou em sua casa, e a esposa a registrou como se fosse sua própria filha. Passou a fazer parte da família, se juntando às duas irmãs do casal. A vida mudou e melhorou, mas a intensidade do trabalho diário continuou. Como o pai não tinha filho homem, todo o trabalho da roça era realizado pelas filhas mulheres, chamada por ele de “meus machos”. A mãe fazia comida e lavava as roupas, enquanto as filhas iam para a roça capinar. Levantavam cedo e, antes de sair para a roça, já deixavam o arroz pisado no pilão, somente para a mãe cozinhar. Quando o sabão acabava, a mãe avisava, e logo obtinha a resposta do pai “eu só libero os meus machos, sexta e sábado”. Então, sexta e sábado não iam trabalhar na roça, quebravam coco para fazer o sabão. Dividiam as etapas do trabalho entre si, enquanto uma torrava o coco, outra moía e a outra cozinava, e quando uma terminava, já lavava as roupas que tinham sujas. No final do dia entregava o azeite para a mãe fazer o sabão. O domingo tirava para descansar.

Apesar dessa intensa jornada de trabalho, dona Lurdes não reclama. Na verdade agradece. Depois que saiu da casa do pai, casou-se com um homem mais velho novamente, e criou sete filhos dele, que ainda eram pequenos. O seu filho se casou, e mora num povoado mais distante. Ela conta que esse novo marido era muito trabalhador, não deixava faltar nada na sua casa, porém, vivia maltratando-a, agredindo-a, a ponto de deixá-la no chão coberta de sangue. Num dos episódios de violência doméstica, sua mãe (a que a adotou) viu a situação e

²³⁸ Panos velhos e rasgados.

²³⁹ Período de repouso necessário à mulher, após o parto realizado com a cesariana.

a convenceu de se separar. O marido foi embora, deixando-lhe a casa no povoado. Os filhos casaram-se e foram embora para Imperatriz (MA).

Desde então, dona Lurdes vive sozinha trabalhando para se sustentar. A experiência com o trabalho pesado e intenso, que teve desde a infância, permitiu superar os medos, e deu-lhe resistência física e emocional para continuar trabalhando.

Depois que fiquei sozinha, tive sossego, mas trabalho muito. Trabalho igual macho. Eu quebro coco, faço caieira, tiro azeite, vendo, trabalho na roça. Eu faço tudo. Todo serviço que tiver, e falar assim ‘Oh [Lurdes], tem assim e assim para fazer lá em casa’, uma faxina, uma coisa, lavar uma roupa. Pois eu não escolho nem domingo ‘Umbora mulher!’. Eu não paro. A casa do Zé Luís [marido da dona Belisa] quem cuida é eu. Faço faxina lá. Quando a Belisa sai, eu que tomo de conta²⁴⁰.

Como não tem terra, quebra coco na terra do pai e dos vizinhos do povoado Juverlândia (TO). Quebra coco para dona Belisa e dona Luiza, trabalha de empregada doméstica diarista na casa da dona Belisa, lava roupa para outras pessoas e ainda faz faxina na igreja do povoado. Dona Lurdes recebe entre R\$ 22,00 a R\$ 50,00 pela faxina na casa das camponesas-quebradeiras, principalmente dona Belisa e dona Luisa; e R\$ 120,00 pela faxina da igreja. Muitas vezes é chamada por alguns camponeses para trabalhar na plantação e na colheita da roça, recebendo uma parte dos cultivos.

A condição social da dona Lurdes nos aponta para um processo de transição do campesinato, pois, destituída do acesso a terra, é obrigada a se assalariar para garantir a sua sobrevivência. Embora entendemos que o assalariamento praticado na unidade familiar não seja propriamente capitalista, a sua condição específica é a de uma trabalhadora rural, que tem apenas a sua força de trabalho e a sua capacidade de trabalhar para garantir a sua reprodução.

Portanto, há um processo de enriquecimento e empobrecimento do campesinato, bem como a transição de algumas camponesas e camponeses em trabalhadoras e trabalhadores rurais, que se reproduzem a partir do assalariamento. Mas não entendemos que haja a desintegração do campesinato, tal como defendeu Lenin (1982), uma vez que o campesinato é uma classe social de dentro do modo de produção capitalista, que se reproduz contraditoriamente, como assevera Oliveira (1991).

Apesar de assalariar a dona Lurdes e a dona Paula para quebrar o coco, dona Belisa é quem produz o azeite. Como ficou registrado na fotografia 25, dona Belisa aparece em pé com o coco na mão, pois estava carregando o coco que estava do lado de fora do barracão, e colocando perto da mulheres. Ou seja, mesmo pagando o trabalho, ela continua ajudando nas

²⁴⁰ Entrevista com dona Lurdes, povoado Juverlândia (TO), em 12 de outubro de 2016.

tarefas que exigem menos esforço físico. Após a quebra do coco, a mesma produz o seu próprio azeite.

O trabalho da dona Belisa e do seu marido na unidade familiar é bastante intenso. Apesar de coordenar o grupo produtivo das camponesas-quebradeiras, e sair para atuar nas organizações políticas no âmbito da ASMUBIP e MIQCB, não abandona as suas funções na unidade. Ao acordar, antes do nascer do sol, inicia os trabalhos juntamente com o seu marido. Enquanto este vai tirar o leite do gado, cuidar da roça, ela cuida da casa, prepara o almoço e ao mesmo tempo produz o azeite. Após o almoço, descansa e, logo em seguida, inicia as atividades da produção do babaçu novamente. Essa é uma rotina descrita por todas as camponesas-quebradeiras de coco entrevistadas no povoado.

Dona Belisa faz a descrição do cotidiano de trabalho da camponesa-quebradeira de coco no povoado Juverlândia (TO), a partir da sua realidade.

Deixa eu te dizer, quando ela se levanta de manhã já vai ascender o fogo, passar o café, aí põe o feijão no fogo, a carne, o que tiver pra cozinhar, e logo de imediato já vai botando outro fogo, outro fogareiro de carvão feito do coco pra cozinhar o arroz, quando ela cozinha o arroz deixa ali encima do fogo naquela fervurinha pra não esfriar, e já vai quebrar coco ou vai pro mato caçar coco, quando chega do mato senta e vai quebrar como tu tá vendo, trazendo os coco. Aí como eu já tô velha, não tô mais aguentando, me deu uma doença de hérnia de disco, eu carregava os meus coco pra casa, agora o marido tá carregando, porque eu não aguento mais carregar. E foi quem trouxe essa carga de coco pra nós quebrar aqui, que ele vai montado no animal e vem puxando o outro, aí facilitou mais assim pra mim, não facilitou por causa da doença, que eu não sou sadia né, mas ainda hoje eu quebro coco, tiro azeite e faço tudo dentro de casa, eu lavo roupa, mesmo doente, mas faço.

Fotografia 26: Produção do azeite na casa da dona Belisa.

Fonte: Trabalho de campo (12/10/2016)

As fotografias 26 e 27 registram dona Belisa produzindo o azeite em sua casa. Nesse momento estava torrando coco no fogão à lenha, o mesmo utilizado para cozinhar os alimentos. Nota-se que a mesa já estava com as panelas de comida, esperando a família para o almoço. Ao fundo da fotografia 27, aparece a imagem da sua nora e sua neta, Andreina e Amanda, chegando para almoçar. Elas moram no mesmo sítio²⁴¹ da dona Belisa, numa casa separada, ao lado. Mas, almoçam e jantam em sua casa. Quando dona Lurdes e dona Paula estão trabalhando na quebra do coco, também almoçam com a família, como ocorreu nesse dia.

Fotografia 27: Dona Belisa torrando coco.

Fonte: Trabalho de campo (12/10/2016)

Depois que dona Belisa torra o coco, moi na forrageira que fica na casa da forrageira, ao lado da sua residência (fotografia 28). Todas as camponesas-quebradeiras e trabalhadoras rurais que produzem o azeite, também a utilizam. O trabalho de moer o coco no pilão foi substituído pela máquina.

²⁴¹ Entendemos o sítio, segundo a definição de Woortmann (1997).

Fotografia 28: Casa da forrageira.

Fonte: Trabalho de campo (12/10/2016)

Na unidade familiar da dona Belisa a casa, o quintal, o pasto, a roça e o babaçual seguem um contínuo, diferente da realidade da dona Maria Neusa, que conseguiu o lote no projeto de assentamento São José. A casa está localizada na entrada do seu sítio, logo em seguida tem o quintal, com a criação e frutas, em seguida o pasto e área da roça e do babaçual, respectivamente (Croqui I²⁴²).

Apesar das diferenças entre as unidades familiares encontradas no povoado Juverlândia (TO), em que algumas formam uma área contínua e outras possuem partes da terra não contíguas, consideramos ambas como sítio camponês. E para entendê-lo, a definição apresentada por Woortmann (1997, p. 27), nos é pertinente.

O sítio é o lugar do trabalho por excelência. Mas ele é igualmente o resultado do trabalho, pois é um espaço construído; melhor dizendo, um conjunto de espaços articulados entre si, que lhe permite organizar-se como um sistema de insumos e produtos. Esse espaço é o resultado também, de um processo histórico secular em que o ambiente foi alterado, com a gradativa eliminação da cobertura vegetal original e de todo o ecossistema que lhe era associado.

Todos os espaços da unidade familiar, isto é, do sítio da dona Belisa estão, portanto, articulados entre si. Consistem em diferentes espaços produtivos, em que a casa, é central e uni a produção e o consumo. Além de abrigar e alimentar a família, também é um espaço de depósito da produção excedente e da comercialização dos mesmos.

²⁴² Croqui organizado por AMARAL, Mayka Danielle Brito (2017); Pesquisa de campo (2016-2017); e desenhado por TRINDADE, Hugo Foro (2017).

Num dos trabalhos de campo realizado no povoado, enquanto conversava com dona Belisa, chegou um grupo de rapazes vindo da cidade de Axixá, em busca de azeite para levar para Goiânia. Dona Belisa parou a nossa conversa para atendê-los, juntamente com o sr. Zé Luís. Além do azeite, perguntaram se havia farinha e feijão. Prontamente o sr. Zé Luís, pegou no “quartinho do depósito” os produtos, mediu a quantidade com um prato e vendeu aos rapazes. Nesse dia dona Belisa tinha pouco azeite, então foi à casa da dona Luísa e pegou três litros dela. Os litros são medidos no litro de refrigerante de dois litros, nesse caso, venderam seis litros de azeite.

Essa situação chamou atenção para a relação de vizinhança entre as famílias, mediada pelo azeite de babaçu, e para a comercialização dos produtos na sua casa. Segundo Woortmann (1997), a casa também é um espaço de armazenagem de alguns produtos à venda, e onde também são produzidos outros. “(...) a casa é também o foco de um processo de distribuição, segundo regras de reciprocidade (...)” entre as famílias.

A casa da dona Luiza também é representativa de um espaço de produção e consumo, armazenagem e foco de distribuição dos produtos excedentes (fotografia 29).

Fotografia 29: Armazenagem dos cultivos na casa.

Fonte: Trabalho de campo (12/10/2016)

Dona Luiza apresenta com orgulho e alegria a armazenagem dos cultivos da roça e da produção do babaçu, destinado ao consumo anual da sua família, e para a comercialização (29, 30, 31).

Fotografia 30 e 31: Feijão, sabão e azeite do coco babaçu.

Fonte: Trabalho de campo (12/10/2016).

Além da casa, outro importante espaço produtivo da unidade familiar da camponesa-quebradeira de coco é o quintal. Onde é possível encontrar os cultivos de frutas, o barraco do coco, as criações de pequeno porte, o armazenamento de carvão e, inclusive, uma pequena roça.

Além do barraco do coco, dona Belisa cultiva em seu quintal frutas, tais como: banana, laranja, cupuaçu e pinha. Além de animais domésticos como cachorro, cria galinhas soltas e porcos no criatório (32, 33, 34).

Fotografias 32, 33, 34: Quintal da dona Belisa.

Fonte: Trabalho de campo (17/08/2017)

O seu quintal é a “porta” de entrada do espaço do gado, da roça e do babaçual. A demarcação é simbolicamente feita com a presença do curral, que separa o quintal do pasto (fotografia 35 e 36). Ao fundo tem o babaçual, e do lado direito do pasto havia uma roça de milho (Croqui I).

Fotografias 35 e 36: Curral, pasto e babaçal.

Fonte: Trabalho de campo (17/08/2017).

Cabe ressaltar que o ordenamento do sítio não é realizado aleatoriamente. Ao contrário, parte do conhecimento adquirido com as experiências vividas e socializadas com os vizinhos. Bombardi (2004) lista alguns eixos básicos da escolha dos cultivos realizados pelas famílias camponesas, pertinente para o nosso estudo.

A escolha dos cultivos a serem inseridos no sítio está fundamentada em alguns eixos básicos: a experiência anterior, a troca de informações com os vizinhos (por meio da qual sabem a viabilidade de tal cultivo sob o ponto de vista da renda que o mesmo proporciona, fato que está ligado à relação com o mercado), a disponibilidade financeira da família, o tamanho da propriedade, os recursos naturais disponíveis na propriedade, o profundo conhecimento da natureza (clima, solo, relevo e vegetação), a disponibilidade de trabalho da família, a preferência por um ou outro tipo de cultivo em função do tipo de trabalho que ele exige, e a articulação entre os diferentes cultivos de maneira que tenham um calendário agrícola exequível, ou seja, que o trabalho seja possível em cada cultura de modo que as colheitas não se sobreponham muito²⁴³.

Considerando a importância dos eixos básicos da escolha dos cultivos listados pela autora, as unidades familiares cultivam em suas roças, principalmente, a mandioca, milho, feijão e fava. Algumas famílias não cultivam mais o arroz, pois afirmam que a terra está “cansada”, uma vez que, como fazem a “roça no toco”²⁴⁴, sem a mecanização, o cultivo não desenvolve. Esses produtos estão destinados ao consumo da família, e a venda do excedente.

Como abordamos no primeiro capítulo deste trabalho, a produção do arroz na região do Bico do Papagaio teve um papel fundamental entre meados da década de 1970 e 1980, como mostrou Sader (1986). Como parte dessa região, o povoado de Juverlândia (TO), também concentrou grande produção do arroz, assim como a produção do babaçu. O arroz era vendido

²⁴³ Bombardi (2004, p. 324)

²⁴⁴ A roça no toco é realizada manualmente. O camponês ou a camponesa broca (corta) a mata, capina, limpa e coloca fogo na área, posteriormente, limpa os tocos pequenos e planta. Não utiliza a maquinaria para lavrar a terra.

para os usineiros no município de Imperatriz (TO). A produção diminuiu com a chegada e fortalecimento do capital comercial e industrial, que deu início ao cercamento das terras, expropriação e subordinação da renda camponesa, e a substituição da cultura do arroz pela pastagem. O que causou grande impacto na produção camponesa, realizada mediante o sistema de pousio.

Com uma área reduzida pelo cercamento e grilagem de terras, as famílias não podiam realizar as etapas da produção do arroz, segundo o sistema de pousio, pois não tinha como deixar a área cultivada em “descanso”, partindo para a produção em outra área. Desse modo, intensificou-se a produção numa mesma área, o que resultou na perda da fertilidade da terra, fundamentando a expressão das famílias que afirmam que a “terra está cansada”.

Embora, a produção do arroz tenha diminuído consideravelmente, a partir do final da década 1980, quando os usineiros de arroz entraram em crise, as famílias de Juverlândia (TO), continuaram produzindo para o consumo da família. Dona Silene contou que de 1994 a 2011, ainda produziu arroz, mas está mais produzindo. Outras famílias produzem, mas em quantidade pequena, que pode ou não suprir as necessidades alimentares por um ano.

Depende do tamanho da roça e do inverno. Se o inverno for bom, uma linha de roça que são 25 braças em quadro dá até 10 volumes de arroz e se a terra for boa também. Agora, se o inverno não for bom, às vezes, dá no máximo um saco ou dois e às vezes, não dá de jeito nenhum quando não chove ou quando dá só uma chuvinha e o arroz sai só um pouquinho e vem a praga das lagartas e acaba com tudo. É como eu te falei: o lavrador tem que ter muita fé em Deus porque ele trabalha mesmo é com a fé²⁴⁵.

A fala da dona Silene ajuda a entender a produção do arroz atualmente nas unidades familiares. Como não trabalham com a mecanização da terra, esperam as chuvas para iniciar a plantação, e dependem do inverno para obterem uma boa produtividade. Sem o apoio de uma política de incentivo agrícola, apegam-se a um poder Superior, para garantir uma boa produção.

Os camponeses e as camponesas têm um conhecimento profundo da natureza (clima, solo, relevo e vegetação)²⁴⁶. Conhecem e realizam o processo de trabalho no sítio, a partir da relação que estabelece com a mesma. Desenvolvem a partir dessa relação, o que Woortmann (1997, p. 7) denomina de “ciência do concreto”, isto é, fundamentam a prática na lavoura, e em nosso caso, no extrativismo do babaçu também, a partir de um conjunto de saberes sobre os fenômenos naturais.

²⁴⁵ Silene Gonçalves Souza, povoado Juverlândia em 13 de outubro de 2016.

²⁴⁶ Como ressaltou Bombardi (2004, 324)

Esse conhecimento e relacionamento ficaram evidentes nas entrevistas das camponesas-quebradeiras, ao identificarem o período da plantação e da colheita dos cultivos da roça e da extração do babaçu. É comum ressaltarem que depende muito das chuvas, do inverno e do verão. Notam que há uma grande mudança na natureza, pois “as chuvas estão demorando mais a chegar”. O que influencia diretamente no calendário agrícola da família (Calendário agrícola).

No trecho da entrevista da dona Silene, podemos notar a relação que elas possuem com a natureza e a influencia desta na organização do seu calendário agrícola. Para o melhor entendimento, a leitura pode ser acompanhada seguindo o calendário agrícola das famílias do povoado Juverlândia (TO).

Mayka: Então, pensando num calendário agrícola, quando vocês começavam a plantar?.

Silene: No final de novembro/dezembro porque a gente tocava nas roças em outubro, aí começa a dar as primeiras chuvas, aí, no dia de ano, a gente já queria estar com a roça toda plantadinha.

Mayka: E o que vocês plantavam nesse período?

Silene: Nesse período a gente plantava principalmente arroz, a gente já queria estar com a roça todinha de arroz quando entrasse o ano: ‘Minha roça já está toda plantada, o arroz já está todo nascido’. A gente comemorava muito quando era assim: ‘Hoje é dia de ano e já tem arrozinho de palmo lá na roça’. Nossa, a gente ficava muito feliz porque isso queria dizer que o inverno tinha começado cedo e estava tudo bem, porque quando o inverno não era bom, era todo o trabalho perdido, mas a senhora pode acreditar numa coisa: eu sei que a senhora tem fé em Deus, mas o agricultor é o que tem mais fé em Deus, sabia? (risos). A gente trabalha na esperança da chuva, da benção de Deus.

Mayka: E aí, no caso vocês plantavam em dezembro. E em janeiro, vocês plantavam alguma coisa?

Silene: Em janeiro a gente plantava milho, porque quando o arroz crescia um pouquinho a gente plantava o milho dentro que era para dividir as carreirinhas. Plantávamos feijão também, mas a gente costumava plantar no lastro separado do arroz que era para não ramar nos pés de arroz para não ficar ruim de apanhar, para não machucar o arroz. Aí, quando o inverno era muito bom, no início das águas, geralmente o feijão dá fraco porque dá muita folha. Quando o inverno é muito bom dá muita rama, dá muita flor e começa aquela meladeira toda e o feijão não dá muito bom. O feijão bom mesmo dá é no final das águas quando a gente faz aquele lastro e planta.

Mayka: O que é final das águas?

Silene: O final das águas é o final do inverno. É quando o inverno já está no final e a gente sabe que vai dar no máximo umas três ou quatro chuvas e a

gente já planta. Os roceiros de verdade costumam dizer que o feijão bom mesmo só precisa de duas águas: uma para nascer e outra para cozinhar (risos)²⁴⁷.

Calendário agroextrativista das unidades familiares do povoado Juverlândia (TO)

*A mandioca é colhida após um ano ou um ano e meio.

Fonte: Organizado por AMARAL, Mayka Danielle Brito (2017); Pesquisa de campo (2016-2017); e desenhado por TRINDADE, Hugo Foro (2017).

²⁴⁷ Silene Gonçalves Souza, povoado Juverlândia em 13 de outubro de 2016.

A entrevista do dona Silene é significativa, pois revela o conhecimento preciso e profundo que possui da natureza e os seus fenômenos. Sabe identificar claramente os produtos que podem ser cultivados de forma consociada, de modo que um não atrapalhe o desenvolvimento do outro. Conhece precisamente a influência das chuvas nos próprios cultivos, e ainda mostra que o comportamento do campesinato está relacionado como a materialidade e a espiritualidade. Ou seja, possui uma cosmovisão pautada fé, acreditando que a natureza é algo divino, como bem ressaltou Woortmann (1997).

Em relação à prática do extrativismo e a produção do babaçu, o inverno é o período em que menos se realiza. Segundo dona Maria Neusa, a safra inicia nos meses de junho, julho, agosto até setembro. A partir de outubro os frutos da palmeira começam a diminuir, e com a chegada das chuvas o trabalho se torna mais difícil, tendo maior dificuldade para coletar e quebrar coco.

Mayka: Qual o período da safra do babaçu?

Maria Neusa: Ele começa a cair no mês de junho, julho, agosto até setembro, aí quando dá de outubro em diante já vai ficando mais fraco, logo que começa a chover também fica ruim, mas entra na chuva com lama e tudo e junta o coco... não tem essa não.

Mayka: E no período da entressafra quando diminui, o que vocês fazem?

Maria Neusa: Nós continuamos a mesma coisa, nós pega, junta, passa 2, 3 dias juntando, assim porque chove aí a chuva para um pouquinho né, quando a chuva para um pouquinho nós torna a juntar, bota só num lugar, nós pega o jumento e carrega pra bota só num lugar que não molha pra nós ficar quebrando. Aqui é de inverno a verão, não para não, é igual cantiga de grilo, gente de pobre não para não. Tem gente que ainda se maldiz, não sabe nem agradecer a Deus, porque cada dia que passa na vida da gente tem que agradecer né porque é mais um dia. Eu sou muito feliz, orgulhosa da situação que eu levo, sou tranquilo mesmo.

Dona Maria Neusa mostra que, apesar das dificuldades de se trabalhar no inverno, o extrativismo e a produção do babaçu não param. Diminui a intensidade e a produtividade, mas continuam praticando. O que é motivo de orgulho para ela, pois além de consumir os subprodutos do babaçu, também comercializa o azeite durante todo o ano. E ainda que a renda seja pequena, contribui para complementar a alimentação e outros gastos necessários, tais como a compra de remédios, material escolar, açúcar e café, por exemplo.

Para quem trabalha no extrativismo e produção do babaçu, o trabalho da roça não fica prejudicado, pois é possível articular tranquilamente o período de realização das atividades. Além da roça, do extrativismo e a produção do babaçu, outras atividades que contribuem para

os rendimentos das famílias consistem na produção do carvão e na criação do gado leiteiro. Apesar da luta contra a queima do coco inteiro empreendida pelas camponesas-quebradeiras, muitas famílias ainda o fazem ora da casca, ora do coco inteiro.

A produção do carvão é realizada em caieiras, cavando-se um buraco no chão, colocando-se os cocos ou as cascas para queimar. Quando estão queimadas, jogam terra para esfriar e retira-lo. Outra maneira de se produzir é com a utilização dos fornos de ferro doados pela ASMUBIP e o MIQCB. Nos fornos existem uns furos nas laterais, por onde sai a fumaça e realizam o controle da combustão. Colocam a casca dentro do forno e queimam, quando a fumaça começa a ser liberada pelos furos, estes são tampados segundo a ordem da liberação da fumaça, até alcançar o topo e concluir todo o processo de produção do carvão (fotografia 37).

Fotografia 37: Produção do carvão da casca do coco babaçu.

Fonte: Trabalho de campo (13/10/2016).

O carvão produzido é destinado às unidades familiares para o consumo no cozimento do alimento (fotografia 38). Em média, um saco de carvão é usado durante uma semana. Aumenta-se o consumo de acordo com o aumento do uso do fogão à lenha, no caso da intensidade que se produz o azeite, por exemplo, pois acaba demandando mais ou menos carvão. Além disso, vendem para a empresa Tobasa Boindustrial²⁴⁸.

²⁴⁸ Embora dona Belisa tenha informado que a Tobasa Boindustrial havia retirado a caçamba do povoado, mas ressaltou que continua comprando nos povoados do entorno. Diante disso, mantemos a informação da comercialização do carvão para a empresa.

Fotografia 38: Armazenamento do carvão.

Fonte: Trabalho de campo (12/10/2016).

Embora as camponesas-quebradeiras tenham falado pouco sobre a criação do gado nas unidades familiares. Esta tem uma importância significativa, a ponto de ser a principal fonte de renda de algumas famílias, apesar do pequeno número de cabeças existente na unidade territorial.

Para entender a presença do gado na unidade territorial e nas unidades familiares é importante não perder de vista que, os donos das fábricas de arroz eram donos também de grandes quantidades de terras, e que utilizavam a cultura do arroz praticada pelas famílias camponesas, para limpar as áreas cobertas de matas, e logo em seguida plantar pastos. Com a crise do arroz no Maranhão, os antigos usineiros, bem como os comerciantes em geral, fazendeiros e empresários de outras regiões passaram a investir em gado²⁴⁹.

Diante das condições adversas da produção da roça, da observação do grande investimento, seguido do enriquecimento de muitos sujeitos a partir da criação do gado, e das políticas de incentivos do governo federal, via projetos como PROCERA e PRONAF, o camponês notou que o gado viabilizaria boas condições para a reprodução da sua família.

Embora tenham poucas cabeças de gado, em média uma quantidade de 15 a 80 cabeças aproximadamente, a criação tem sido importante para as famílias, pois permite a obtenção de uma renda a mais para a reprodução da família (fotografia 39 e 40).

²⁴⁹ Sader (1986).

Fotografia 39: Lavagem dos baldes de leite

Fonte: Trabalho de campo (17/08/2017).

Fotografia 40: Baldes de leite do gado

Fonte: Trabalho de campo (17/08/2017)

O gado criado nas unidades familiares é leiteiro e de corte. O leite é vendido para o laticínio Veneza, localizado no município de Augustinópolis (TO), para a fabricação de queijo. Há dez anos, esse laticínio compra o leite das famílias do povoado Juverlândia (TO), antes dele, o laticínio Camila era o comprador.

A fábrica de laticínio Veneza instalou um tanque de armazenamento do leite nos povoados da região (fotografia: 41). Em Juverlândia (TO), o sr. Laércio Pereira da Silva trabalha como administrador do tanque. Segundo ele, a cada dois dias o caminhão da fábrica

realiza a coleta, mas a capacidade de preservação é de quatro dias. A cada dois dias saem de 1,400 a 1,500 litros de leite do povoado.

Fotografia: 41: Tanque de armazenamento e resfriamento do leite

Fonte: Trabalho de campo (17/08/2017).

O sr. Laércio informou que compra o leite de 11 (onze) famílias do povoado Juverlândia (TO), e que o trabalho é realizado pelo pai e os filhos da unidade familiar. Nenhuma contrata trabalhadores externos.

O leite é levado para a plataforma do tanque (local onde está instalado) pela família, ou o próprio Laércio vai arrecadar no curral da unidade. Isso influencia no preço pago pela fábrica. Se a família fizer a própria entrega à plataforma, o litro do leite sai a R\$ 0,90 (noventa centavos), mas, se for arrecadado pelo administrador sai a R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos). O dinheiro é depositado em conta bancária da família, a cada quinze dias, pela própria fábrica. O sr. Laércio é assalariado, e é funcionário da fábrica há dez anos, desde que iniciou a compra do leite no povoado.

Para Laércio, a instalação do tanque no povoado melhorou a situação das famílias. Antes tinham que acordar de madrugada todos os dias para tirar leite e esperar o carro passar para coletar. Com o tanque, passaram a tirar a cada dois dias, e podem levar até às 12 horas para a plataforma, o que facilita principalmente no período do inverno, quando amanhece chovendo. Além disso, possibilitou mais tempo livre às famílias, as quais podem utilizar em outras atividades.

Algumas famílias não vendem o leite para o laticínio Veneza, comercializam em outros laticínios, como é o caso do sr. Zé Luiz, companheiro da dona Belisa, identificado na fotografia 39. Ele tira aproximadamente 100 (cem) litros de leite por dia, e vende a R\$ 0,80 (oitenta centavos), recebendo uma renda de R\$ 80,00 (oitenta reais) a cada quinze dias.

As famílias que criam gado leiteiro e de corte, como é o caso da família do sr. Jorge Pereira da Silva, companheiro da dona Luisa, tiram o leite para o consumo, e quando necessário vende o de corte. A arroba do gado custa 110 reais.

Duas outras formas de rendimentos das famílias do povoado Juverlândia (TO), são as bolsas famílias e a aposentadoria. Das 12 (doze) famílias entrevistadas, 7 (sete) tem a renda fixa da aposentadoria, e apenas uma recebe bolsa família.

A aposentadoria e o gado são as principais fontes de renda das famílias do povoado Juverlândia (TO). Embora, cultive alimentos, realize o extrativismo e a produção do babaçu e do carvão, a renda maior vem da aposentadoria e do gado. Os produtos agrícolas são fundamentais para o consumo, os produtos do babaçu complementam o consumo e ajuda na diminuição dos gastos, pois, produtos como: azeite, sabão e carvão são retirados da lista de compra realizada no mercado.

A renda da aposentadoria e do gado contribui para a melhoria do conforto e da qualidade de vida das famílias. As camponesas-quebradeiras relatam que após a conquista da aposentadoria, puderam, principalmente, melhorar a casa e os móveis domésticos. Isso é ressaltado também por trabalhadoras rurais, que se reproduziram por meio da renda do coco, a maior parte de suas vidas, como foi o caso da dona Francisca Oliveira Pessoa. Em depoimento já citado neste capítulo, destaca que começou a construção da sua casa com a renda do coco, mas só pode concluí-la, quando recebeu a aposentadoria.

Além disso, a casa da dona Belisa, Luiza e Maria Raimunda Pereira da Silva, mãe da dona Maria Neuza, também revela essa melhoria. Todas relataram que moraram durante muito tempo em casas de palhas, aos poucos foram reformando, e com a aposentadoria e o gado pôde, enfim, concluir as reformas. Essa renda também é investida na saúde, pois, muitas famílias já apresentam sintomas de doenças, e a compra contínua de remédios e as visitas aos médicos nas cidades têm sido recorrente, uma vez que o posto de saúde é pequeno e não atende todas as especialidades que demandam.

O grande desafio relatado pelas famílias em geral foi à situação das/dos jovens nas unidades familiares. Embora tenham passado pelos processos de socialização no contexto das atividades produtivas realizadas pelos seus pais, muitas não querem dar continuidade, colocando em risco a reprodução da força de trabalho familiar, e do próprio modo de vida camponês.

A reprodução da força de trabalho familiar efetiva-se pela procriação e complementa-se através do processo de socialização das crianças. Como a unidade produtiva camponesa condensa um núcleo familiar e um núcleo produtivo, nela vão confundir-se também a socialização primária, por meio da qual o indivíduo se converte em membro da sociedade, e a socialização secundária, através do qual o

indivíduo adquire o conhecimento específico de papéis determinados pela divisão social do trabalho²⁵⁰.

Ainda que tenham passado por todo esse processo de socialização e aquisição dos conhecimentos acerca dos trabalhos, do clima, solo, enfim, muitos jovens não querem trabalhar a terra.

Nas atividades de coleta e quebra do coco são poucas jovens que as realizam, mesmo que tenham sido criadas no meio dos mutirões dos adjuntos com seus familiares e vizinhos. Consideram a atividade muito pesada e sofrida. A filha da dona Maria Neusa é uma dessas jovens. Neta e filha de camponesa-quebradeira de coco, acompanhou a mãe e avô nos mutirões realizados no mato e no quintal da casa, aprendeu as técnicas do trabalho, mas não tem interesse de reproduzi-las. Considera uma atividade “sem futuro”.

Mayka: Você importante o coco de babaçu?

Leandra: Mulher, para mim não é tão importante não.

Mayka: Por quê?

Leandra: Sei lá, é uma coisa que eu vejo que não tem futuro... Sei lá, para mim não tem não.

Mayka: O que você acha da vida que a sua mãe leva?

Leandra: Eu acho muito triste e crítica.

Mayka: Por quê?

Leandra: Sei lá, é batalha de mais... Luta... Ela sofre demais com esse negócio de terra. Se eu tivesse como eu daria uma vida melhor para ela.

Mayka: Na sua opinião, quais são as principais dificuldade que ela como quebradeira de coco enfrenta?

Leandra: A dificuldade é que junta o coco... (chorando) Às vezes as pessoas não ajudam ela... Ela tem muitos filhos ruins para ela... O marido dela também (...) não é muito bom pra ela também... É uma vida muito difícil (chorando). Eu tenho vontade de terminar meus estudos, fazer uma faculdade, ser alguém na vida (chorando) para poder dar uma vida melhor para ela. Eu tenho vontade de fazer uma faculdade de veterinária.

O trecho da entrevista da Leandra é revelador da situação das/dos jovens de algumas famílias de Juverlândia (TO). Cresceu no contexto de grande dificuldade e luta da família na terra, vendo o trabalho árduo e cotidiano da sua mãe, e não deseja seguir os mesmos passos. A escola, os estudos

²⁵⁰ Tavares dos Santos (1978, p. 45)

aparecem em sua fala como uma grande esperança do possível, ou seja, como meios para conquistar melhores condições de vida.

Ao mesmo tempo em que os estudos podem possibilitar uma vida mais confortável, é também o caminho que leva à reprodução dos filhos como trabalhadores assalariados fora da unidade territorial. Isso aconteceu com as filhas e o filho da dona Belisa, ainda que este alterne o trabalho da cidade com os da unidade familiar. Da mesma forma acontece na família da dona Maria Luíza, embora tivesse levado os filhos para acompanhar todos os trabalhos da unidade, e as reuniões de mobilização política, ainda que algumas filhas e filhos permanecessem reproduzindo novas gerações da família, outros migraram para grandes cidades.

Levava pra quebrar coco, levava pras reuniões, pra todo o lugar, mas hoje não tem ninguém, a maioria daqui dessa juventude querem outro tipo de emprego, não é quebrar coco, esses jovens filhos das famílias daqui a maioria, a metade vive trabalhando fora, é no Rio Verde, em Goiânia, em São Paulo, trabalhando fora a minha neta. Trabalhando fora, mas assim, vem de tempos em tempos, deles que é casado, mas de tempos em tempos vem em casa, tem deles que já pega a mulher e leva pra lá, tem deles que já até mudou, tem até casa pra lá, é assim. Mas elas não quer não, as jovens não quer, todo mundo quer estudar e quer ter coisa melhor, e a mãe fica em casa quebrando coco também pra ela estudar²⁵¹.

Além da migração de uma parte dos filhos e netos para as cidades, dona Maria Luíza elucida uma situação interessante do processo de reprodução camponesa. É comum encontrarmos na literatura sobre a reprodução do campesinato, casos de migração dos filhos para os trabalhos assalariados nas grandes cidades para ajudar a reprodução da família no campo. Dona Maria Luíza mostra um caso inverso, dos pais trabalhando com a quebra do coco na unidade familiar, para sustentar os filhos e filhas estudando na cidade.

Outras jovens casaram-se e vivem no povoado, reproduzindo o modo de vida camponês. É importante destacar os filhos que cuidam das roças, do gado e produzem carvão com os pais ou para os pais, que já estão numa idade mais avançada, e/ou impossibilitados de executarem as atividades por motivos de saúde.

A questão mais preocupante relatada pela maioria das entrevistadas são as drogas e o álcool. Algumas famílias apresentam casos de jovens que têm se envolvido, abandonando os trabalhos da unidade familiar e a escola existe no povoado. Numa das visitas realizadas, presenciamos uma situação de violência contra um jovem que estava embriagado e drogado. Nesse estado, o jovem foi para um bar no povoado vizinho, e começou a ameaçar as pessoas com um terçado, as quais

²⁵¹ Entrevista com dona Maria Luíza Monteiro Silva, povoado Juverlândia, realizada em 13 de outubro de 2016.

reagiram com agressão e expulsão do mesmo. As famílias estavam estarecidas com essa situação, dona Maria Carneiro Costa, conta um pouco sobre essa situação.

Hoje mesmo aqui em cima tinha um menino que estava drogado aí que fica atacando as pessoas. Quando ele está bom, ele é uma boa pessoa, mas quando ele está usando (não sei se é cocaína ou se é crack) ele fica de um jeito que fica muito violento: pega a faca e fica querendo riscar e o povo tem que se esconder. Aqui a droga está demais! Tem até pais de família aqui que procuram a droga, mas é uma droga que só prejudica a ele mesmo. Graças a Deus que não chegou ainda a estar mexendo com as coisas das famílias. Tem um rapaz aqui na casa do lado mesmo que está há pouco tempo com família. É triste a situação porque eu acho que ele está até precisando de ajuda porque ele é uma boa pessoa quando está sem ela, mas não está mais podendo viver sem ela. Ontem mesmo, ele subiu a rua aqui e com questão de meia hora já estava lá em cima brigando. Ele começou a maconha, mas ainda dava para controlar, mas depois que começou com a cocaína e com o crack, ele ficou mais violento²⁵².

O próprio MIQCB tem pensando em algumas atividades, projetos e cursos, que possam envolver os jovens, mas com pouco sucesso. O exemplo é a formação do grupo do artesanato coordenado por Adreina Xavier Fernandes de Souza, esposa do filho da dona Belisa, o Edilson. O grupo iniciou com o Projeto Pindoba, com a produção de produtos do coco babaçu, como colares, brincos, capas de almofadas, entre outros, por um grupo de jovens. Quando o projeto acabou, continuaram produzindo e comercializando os produtos nos eventos promovidos pelo MIQCB e nas feiras. O dinheiro é dividido entre os membros do grupo, e uma parte fica no caixa do grupo para a aquisição de materiais.

4.2.2 O trabalho da camponesa-quebradeira na unidade familiar e o ordenamento territorial na comunidade Ciriaco, na Reserva Extrativista Ciriaco (MA)

Depois de aproximadamente duas décadas e meia de reprodução social realizada de maneira subalternizada, as famílias do povoado Ciriaco conseguiram conquistar a efetivação da Reserva Extrativista Ciriaco. Como uma modalidade de reforma agrária, esta tem um significado especial para as mesmas, pois, consistiu no alcance da liberdade de poder trabalhar no que lhe é próprio.

Hoje ela já é aposentada, lutou muito, não teve a sorte de casar com pessoa famosa, o que encontrou foi eu aí, pobre que não tem nada, batateiro velho né? Agora a coisa melhor que eu tinha que eu falava é que se um dia eu pudesse uma forma de dar uma boa vida para ela, até para garimpo eu andei,

²⁵² Entrevista com Maria Carneiro da Costa, povoado Juverlândia (TO), realizada em 12 de outubro de 2016.

naquela época andei, mas não consegui, só sabia uma vida né, aí vinha embora e vamos ficar aqui criar os filhos, as duas que Deus deu para nós e até quando Deus quiser. Aí conseguimos o projeto, como o projeto foi criado a gente criou um pouco de liberdade, não é uma grande riqueza não, mas que riqueza é melhor do que a liberdade e a gente ter onde a gente trabalhe?²⁵³

O depoimento do sr. Almerindo, esposo do sra. Carmelita Luz Lopes, trás elementos interessantes para entendermos um pouco mais²⁵⁴ sobre a importância da criação da Reserva para as famílias do povoado Ciriaco. Para ele, consiste na conquista da liberdade de “a gente ter onde a gente trabalhe”, o que é muito significativo, considerando a sua trajetória em busca de condições para dar uma “boa vida” para sua esposa. Como um homem do campo, que foi expulso e expropriado, restou-lhe apenas a esperança e a determinação de lutar, chegando a trabalhar como garimpeiro, porém, sem grande sucesso. Para ele, que “só sabia uma vida”, a terra é oportunidade de poder trabalhar com o que sabe, e assim poder garantir a reprodução da sua família.

Portanto, com a esperança de melhorar as condições de vida e garantir a reprodução social com liberdade e autonomia, as famílias acessaram as terras, que foram divididas em lotes. Assim como no povoado Juverlândia (TO), onde muitas famílias não conseguiram que a terra fosse contínua ao espaço da casa e do quintal, em Ciriaco ocorreu o mesmo. Grande parte das famílias tem as terras localizadas numa distância que varia de 1 a 8 km do povoado. Em virtude da “teia de relações” estabelecidas entre as famílias tornou-se difícil morar no lote²⁵⁵.

Essa teia de relações que ele estabelece não se dá “no ar”, ela acontece num espaço, tem um limite espacial. Desse modo, ela se territorializa e, portanto, tem sua expressão numa unidade em que fica perceptível uma certa “homogeneidade” de territorialização (de uma maneira específica de construir seu “espaço” de acordo com uma concepção semelhante, entre os camponeses, de trabalho, técnicas, meio natural, família etc. – aquilo que chamamos de determinações culturais)²⁵⁶.

E esse espaço onde a “teia de relações” se territorializa é o do povoado, da “comunidade”, como as famílias o denominam. Embora os lotes estejam distantes do conjunto formado pela casa-quintal, não ficam de fora da comunidade, pois consistem numa extensão desse conjunto, que juntos formam a unidade familiar, pensando a partir de Woortmann (1997). A “comunidade”, portanto, pode ser entendida como uma unidade territorial formada pelo conjunto das unidades familiares, ou seja, dos sítios (Mapa 04).

²⁵³ Entrevista com o sr. Almerindo de Souza Lopes, Reserva Extrativista Ciriaco em 08 de dezembro de 2016.

²⁵⁴ Pois já iniciamos esse debate em outros capítulos deste trabalho.

²⁵⁵ O lote é uma categoria governamental criada a partir da concepção de políticas públicas.

²⁵⁶ Bombardi (2004b, p. 58-59)

A “teia de relações” criadas pelas famílias, e territorializadas na comunidade é fundamentada em relações de parentesco e vizinhança. Muitas são descendentes dos pioneiros do processo de ocupação da área, como é caso da família da dona Faustina, que já está reproduzindo a quarta geração da família Ciriaco, que deu nome a Reserva²⁵⁷. A partir dessas relações criaram uma identidade territorial própria da “comunidade Ciriaco”. O que significa dizer que a “comunidade” enquanto uma unidade territorial é criada a partir da identidade territorial²⁵⁸.

A identidade territorial da “comunidade Ciriaco” é o resultado da trajetória de ocupação, subordinação, luta, conquista da terra e da construção e ordenamento das suas unidades familiares, isto é, dos seus sítios. Ou seja, é a consequência do próprio processo de territorialização camponesa. E, nesse processo o trabalho familiar é central.

Mapa 04: Uso e Ocupação do Solo da Reserva Extrativista do Ciriaco –MA

O trabalho familiar realizado na comunidade Ciriaco se diferencia em certa medida da realidade das famílias do povoado Juverlândia (TO), em relação às funções executadas no interior da unidade familiar, a partir da divisão sexual do trabalho. Em Ciriaco essa divisão ficou mais evidente, onde as atividades da roça, a produção do carvão e a criação do gado são

²⁵⁷ Ressaltamos esse assunto no primeiro capítulo deste trabalho.

²⁵⁸ Entendida à luz dos trabalhos de Bombardi (2004, 2004a, 2005).

atribuições do homem, enquanto as atividades da quebra do coco, produção do babaçu, hortas, tratamento das frutas e as tarefas domésticas são das mulheres. Até as práticas de ajuda mútua, em forma de mutirões são realizados segundo essa divisão.

Sobre o trabalho familiar e a divisão sexual do trabalho, Moura (1986) faz a seguinte argumentação:

O trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra. Nuclear ou extensa, a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social deste grupo de pessoas. Em geral, cabe ao chefe da família a direção e o desempenho de atividades de derrubada e limpa das áreas destinadas ao plantio e à colheita nas roças. É igualmente de sua responsabilidade o trato com os animais domésticos de grande porte, cujo número e qualidade é sempre comparativamente inferior aos encontrados nas propriedades de um grande fazendeiro ou de uma empresa agropecuária. A mulher pode estar presente nas tarefas de produção, ou ausente em grande número delas, restringindo-se a tarefas que executa no interior de sua própria casa no terreiro que lhe é contínuo. Há no campesinato formas muito variadas de se valer do trabalho feminino, que atua complementarmente às tarefas masculinas em todos os níveis. Em certas áreas do Brasil rural, a mulher do sitiante não vai à roça trabalhar; em outras, o trabalho feminino inclui a participação no plantio e na colheita, atividades que acumula com as tarefas desempenhadas no corpo da casa e no quintal contíguo. Sabe-se que pequenas parcelas da roça podem estar sob o controle feminino, e que o produto nelas obtido visa assegurar as mulheres condições de convertê-los, pela venda, em bens para uso próprio²⁵⁹.

Com uma análise ampla acerca da família camponesa, a autora abrange a diversidade cultural subjacente à própria ordem moral camponesa. Com isso, permite a compreensão da heterogeneidade do papel assumido pela mulher na unidade familiar, em diferentes “áreas do Brasil rural”, e em nosso caso específico também, na comunidade Ciriaco, no povoado Juverlândia e na comunidade Olho d’Água²⁶⁰.

Antes da criação da reserva as camponesas-quebradeiras destinavam mais tempo ao trabalho do extrativismo e à produção do babaçu. Como não tinham terra, havia a necessidade de realizá-lo diariamente, caso contrário, poderiam não se alimentar. Era a principal fonte de renda, juntamente com as roças realizadas nas terras dos fazendeiros em forma de arrendamento, com o pagamento feito através da renda em produto, ou com serviços gerais na fazenda, como já ressaltamos em outro momento desse texto. Em muitos casos, funcionava como a única fonte da renda da família, principalmente, quando as camponesas-quebradeiras eram abandonadas pelos maridos, ficando com todas as crianças para alimentar, ou em caso de doença do mesmo.

²⁵⁹ MOURA (1986, 54-55)

²⁶⁰ Esta será analisada no próximo item desse capítulo.

Com a criação da Reserva, a dinâmica do trabalho foi alterada, pois com o acesso a terra, as famílias tiveram a oportunidade de diversificar as atividades produtivas e ampliar as fontes de renda. Com isso, as camponesas-quebradeiras puderam continuar com o extrativismo e a produção do babaçu, sem aquela preocupação de não poder ficar um dia sem quebrar coco, sob o risco de a sua família passar fome. Além da roça, puderam ter as criações, galinha e gado, e a produção do carvão que permitiam a garantia de uma renda mensal.

Dona Maria da Paz, com 61 anos de idade, ao falar sobre a atividade da quebra do coco, ressalta o seu sentido, antes e depois da criação da Reserva. Afirma que a realização da mesma não ocorre mais por necessidade, mas sim por gostarem.

Mayka: Onde a senhora aprendeu a quebrar coco?

Maria da Paz: Vitorino Freire.

Mayka: Com quantos anos?

Maria da Paz: Com 12 anos.

Mayka: E com quem você aprendeu?

Maria da Paz: Com a minha mãe.

Mayka: Sua mãe é quebradeira?

Maria da Paz: Era, a vida era quebrar.

Mayka: Porque que ela quebrava coco?

Maria da Paz: Minha filha, na época ela quebrava por necessidade. Depois que nós chegamos aqui, ela se aposentou e continuou quebrando do mesmo jeito, aí já quebrava por que gostava, porque tinha o aposento dela.

Mayka: E a senhora?

Maria da Paz: Eu quebrava muito coco também, mas agora depois que me aposentei estou mais preguiçosa (risos).

Mayka: A senhora não quebra mais?

Maria da Paz: Quebro, só não quebro mais como era diariamente, sabe? Direto. Mas hoje ainda quebro.

Mayka: Além de quebrar a senhora faz o que?

Maria da Paz: Tiro azeite, só azeite mesmo, nem sabão, eu não sei mexer em sabão não, boto é os outros para mexerem para mim²⁶¹.

O conteúdo da entrevista revela a mudança na dinâmica do trabalho das camponesas-quebradeiras na prática do extrativismo e produção do babaçu, após o acesso a terra e a

²⁶¹ Entrevista com dona Maria da Paz Pereira da Silva, Reserva Extrativista do Ciriaco, realizada em 08 de dezembro de 2016.

conquista da aposentadoria. Ressalta que, embora não tenham mais necessidade, continuam quebrando coco e produzindo azeite, porque gostam.

Ou seja, a atividade passa a ser realizada como a expressão de um costume passado de geração a geração. O qual é derivado dos usos e práticas habituais realizados pela classe e fração de classe, pensando a partir de Thompson (1998). Também como a manifestação de um *habitus*²⁶², incorporado pelas camponesas-quebradeiras no contexto das relações de vizinhança e de compadrio, e das condições materiais de existência.

Nesse sentido, assim como dona Maria da Paz, dona Maria da Conceição também reforça esse argumento em seu depoimento.

Mulher é um habito que a gente pega, a gente aprende só em olhar, minha mãe quebrava né, ela quebrava no mato, quando casei com meu esposo minha sogra quebrava em casa, às vezes no mato. Às vezes eu ia com a minha sogra, quando o marido sai para o serviço, eu ia passar o dia no mato com ela e minhas cunhadas, eu ia vendo e aprendi. Não foi exatamente alguém ‘olha é assim e assim’ não, eu ia vendo e aprendi²⁶³.

Outro dado importante para o entendimento da mudança na dinâmica desse trabalho refere-se a faixa etária das camponesas-quebradeiras de coco. A idade das entrevistadas varia entre 37 a 61 anos, ou seja, a maioria já está entrando na classificação de idosas. O que significa dizer que não tem a mesma vitalidade e saúde, comparada com a que tinha no período anterior à criação da Reserva. E a juventude já não tem a mesma necessidade e interesse, tal qual a das mães e avós²⁶⁴. Além disso, tem conseguido a aposentadoria, que acaba somando os rendimentos mensais da família, levando-a a flexibilização da intensidade da jornada de trabalho.

Somando-se a esse dado, a distância do conjunto casa-quintal para o lote das camponesas-quebradeiras também deve ser considerada como fator de mudança. Sem transporte, e com as precárias condições das estradas, apresentam dificuldades para se

²⁶² Tomado em outro momento desse trabalho, considerando as distâncias entre os caminhos teóricos adotados, a noção de *habitus* é pertinente para o entendimento da realidade aqui estudada. Consiste em: “(...) Necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma, o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto de práticas de um agente – ou do conjunto de agentes que são o produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente convertíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida” (BOURDIEU, 2013, p. 163).

²⁶³ Entrevista com Maria da Conceição da Silva dos Santos, Reserva Extrativista, realizada em 07 de dezembro de 2016.

²⁶⁴ A situação das/dos jovens da comunidade Ciriaco, em geral, se assemelha a do povoado Juverlândia (TO), salvo algumas exceções que relataremos no escopo dessa discussão.

deslocarem cotidianamente. Em depoimentos, ressaltam que essa é uma das principais dificuldades que enfrentam para quebrarem coco atualmente. *“Quando tem inverno é muito ruim a lama, os buracos, fica tudo esburacado, só o que é mais ruim”*²⁶⁵.

As camponesas-quebradeiras não deixaram de quebrar coco, produzir azeite, sabão e mesocarpo, mas diminuíram a intensidade do trabalho. O qual passou a ser realizado apenas em alguns dias da semana, ou esporadicamente. Apesar do incentivo do grupo produtivo mediante a criação da fábrica do óleo, há uma resistência das mulheres, como vimos no capítulo anterior.

A quebra é realizada nos terrenos dos seus quintais, tal qual ocorre no povoado Juverlândia (TO). Desse modo, conseguem intercalar essa atividade com outras demandas do trabalho doméstico.

Fotografia 42: Quebra do coco no quintal.

Fonte: Trabalho de campo (08/12/2016).

A fotografia 42 registra o momento do trabalho da quebra de coco da dona Maria, e o processo de socialização das crianças, tal como define Tavares dos Santos (1978). À medida que a camponesa-quebradeira o realiza, as crianças vão aprendendo as técnicas de manipulação do machado e do macete. Enquanto a mãe permanece sentada ao redor dos montes de coco, não saem de perto. Ficam atentas a cada movimento, e entre uma brincadeira e outra, vão incorporando o saber.

As crianças ao redor da dona Maria já sabem quebrar coco. Segundo ela, o seu filho: *“quebra, ele quebra, ele remenda aí e ninguém empata nada. Ele já quebra meio coisinha*

²⁶⁵ Entrevista com dona Maria da Paz Pereira da Silva, Reserva Extrativista do Ciriaco, realizada em 08 de dezembro de 2016.

daqueles de Q-bou branco, ele senta aí e quebra”²⁶⁶. Juntamente com as outras crianças, aguardam a retirada dos gongos encontrados nos cocos envelhecidos. O gongo consiste numa larva própria do coco babaçu. As crianças o reúnem numa vasilha de plástico, para fritá-los e fazerem a farofa.

O processo de iniciação das crianças ao trabalho da quebra do coco acompanhou a sua mudança. Embora algumas famílias continuem reproduzindo essa prática, muitas já a abandonaram. O tempo da criança é preenchido com o estudo na escola da comunidade, a ajuda às mães nas tarefas da casa, e aos pais em algumas atividades no trabalho da roça. Como a mãe não trabalha na mesma intensidade de antes, se envolvendo com outras atividades, isso acaba influenciando também no aprendizado e comportamento das crianças. Além disso, a mãe e o pai não querem vê os seus filhos passarem pelas mesmas dificuldades as quais passaram. O sr. Antonio Jesa enfatizou, que, como filho, neto e bisneto de camponesa-quebradeira, depois de ter saído da comunidade para estudar, retornou, mas não transmite o conhecimento desse trabalho aos filhos.

Mayka: E você aprendeu a quebrar coco?

Antônio: Aprendi.

Mayka: Com quem?

Antônio: Com a minha mãe.

Mayka: Como ela fazia para ensinar os filhos?

Antônio: Ela partia o coco em quatro bandas e mandava a gente tirar o bago né, a amêndoa que estava em cada bandinha daquela. Ela partia o coco em quatro partes e daí mandava a gente tirar, aí a gente ia tirando.

Mayka: Vocês iam para a roça com ela?

Antônio: Íamos sim, ela não deixava ninguém em casa não, todo mundo ia.

Mayka: Você ensinou para os seus filhos?

Antônio: Não.

Mayka: Porque?

Antônio: porque como é uma atividade que não tem nenhuma rentabilidade então eu não tive interesse de ajudar e também deixei isso muito cedo,

²⁶⁶ Entrevista com dona Maria, Reserva Extrativista do Ciriaco, realizada em 09 de dezembro de 2016

apesar de eu gostar. Eu gosto de quebrar coco, eu não derrubo palmeira, eu não queimo coco verde, eu boto coco lá em casa e quebra eu mais minha mulher, mas meus filhos não porque é uma atividade que não tem nenhuma rentabilidade, não te traz nenhuma renda de praticamente nada, só dá para viver daquilo ali de forma sub-humana. Por isso eu não ensinei para os meus filhos e não ensino, falo isso mesmo, nem ensinei nem vou ensinar.

Mayka: E a juventude daqui ela quebra coco, ela aprendeu a quebrar coco?

Antônio: Não.

Mayka: Porque não?

Antônio: Exatamente por isso, porque não tem agregação de valor, não tem rentabilidade, como é que esses jovens essas pessoas vão comprar? Você quer botar uma semana, o mês todo para poder comprar uma calça, uma cueca, alguma coisa, então não tem como viver disso. Então as mulheres hoje que vivem de quebrar coco é por amor que nem eu, quebra por gostar, por ser uma cultura nossa assim, mas não de dizer que o pessoal vai viver disso. O próprio ICMBio sabe disso, o próprio governo sabe disso, é tal qual que o governo sabe dessa situação, mas não investe. É uma cultura? É, mas para mim deveria ser uma cultura que já tivesse morrido. Se não há investimento, se não há crescimento dentro de um comunidade, ela vai morrer quebrando coco sabe? É condenar uma pessoa, se eu deixar ela no coco eu vou condenar ela, eu vou levar ela para o tribunal de júri das palmeiras de coco onde ela vai morrer ali, eu te falo isso Mayka sabe porquê? Porque minha mãe foi quebradeira de coco, minha avó, minha bisavó, todas elas quando morreram foi obrigado nós que trabalhamos fora ajudar porque não tinham a condição de comprar um caixão²⁶⁷.

O sr. Antonio Jesa reconhece o valor simbólico do trabalho da quebra do coco, mas não o considera importante para a reprodução da família, já que o observa apenas a partir dos seus rendimentos, sem considerar a produção para o consumo. Nesse sentido, justifica o desinteresse da juventude em aprender e realizar a quebra do coco e a produção do babaçu. Na verdade, para ele, a tendência é que esse trabalho não seja mais realizado.

A experiência do sr. Antonio Jesa reflete o papel assumidos pelos filhos na reprodução da unidade familiar, tal como analisa Woortmann (1997). Em que depois de algum tempo, os filhos migram para a cidade para estudar e trabalhar, remetendo algum dinheiro para somar os rendimentos da família. No caso analisado, ao retornar para a unidade, ele trouxe outra perspectiva de desenvolvimento para a sua unidade familiar e para a Reserva.

A partir das experiências vividas pela sua família, o sr. Antonio Jesa assume uma postura contrária a atividade de quebra do coco. Defende o desenvolvimento da Reserva, para além dos costumes camponeses, tem a criação do gado como a perspectiva para alcançar tal

²⁶⁷ Entrevista com o sr. Antonio Jesa, Reserva Extrativista do Ciriaco, realizada em 08 de dezembro de 2016.

intento. Tanto que, enquanto presidente da Associação ATERECO, tem assumido uma postura favorável à ampliação dessa criação, buscando projetos de financiamentos junto aos órgãos públicos.

Então de cinco anos para cá quando eu assumi, eu comecei a conversar com o pessoal, até hoje eles acham que essa terra é do governo, não achavam que era mesmo uma coisa deles. Essa reserva foi criada para este povo, mas a ideia que passaram para eles é que o povo que é do governo, eles não acham que o governo é do povo, é o povo que bota é o povo que tira não se passou essa ideia para eles e até hoje eles são assim. Eles não dizem ‘essa terra é minha, essa terra é do governo’, aí quando eu digo, ‘eu Antônio Jeso, essa terra aqui é minha’, aí ‘olha aí, olha o que que ele está fazendo’, eles não plantaram a ideia de se desenvolver dentro da terra, agora alguns de uns quatro a cinco anos para cá que eu fui lá, chamei INCRA, chamei Banco do Nordeste, inseri eles na linha de produção da agricultura familiar através do PRONAF, lá no PRONAF pequeno B, que a linha do PRONAF A eles não aceitavam, agora que eu consegui, agora que eu estou com 29 projetos do PRONAF A lá no Banco do Nordeste que eu consegui em São Luiz essas dap, fui em São Luiz semana trasada consegui fazer 29 daps e ainda tem daps ainda travadas porque o IBAMA travou.

Mayka: E isso são projetos de que?

Antônio: Aqui é o seguinte, o projeto eu estou confeccionando para eles é um projeto da seguinte forma: São mais ou menos 26 mil reais, eles não vão ver dinheiro, com esses 26 mil o que eles vão fazer? Eles vão criar, que é por lei aqui dentro, eles vão criar quatro ou cinco matrizes e um reprodutor, produzir o leite aonde eles podem produzir o leite deles, eles vão cercar uma área que eles podem cercar até 65% da área, eles vão cercar uma área, criar e quatro, cinco, até oito matrizes e um reprodutor, esses bichos não podem passar de vinte, então até os bezerros com oito a sete meses eles podem ser tirados para voltar de novo o que era. Então esse dinheiro é para eles terem uma fonte de renda...

Mayka: Investir em gado?

Antônio: Investir em gado, cerca e investir até na roça mesmo, mandioca e alguma coisa assim que eles quiserem. Hoje aqui nós temos produção de melancia, feijão, milho, o que mais, maxixe, abobora, essas coisas assim.

Mayka: Mas esses projetos foram feitos em coletividade ou você que fez?

Antônio: Não, na coletividade. Achei a comunidade, expliquei para eles, fui no ICMBio conversei com eles, e expliquei porque eles tem que ter uma fonte de renda, além da quebra de coco eles tem que ter uma outra coisa, porque se eles se envolverem só com a queima de coco, porque se eu digo para eles não queimarem o coco eu tenho que apresentar uma proposta, uma contraproposta, e a única proposta hoje mais fácil que se tem é criar essas quatro ou cinco vaquinhas eles produzirem o leite, fazerem o queijo, vender

o leite na porta ou venderem para o atravessador que passa ai. Então é uma proposta para que eles não possam queimar o coco²⁶⁸.

Nesse trecho da entrevista, o sr. Jesa revela um conflito envolvendo a Reserva. Refere-se à forma como foi concebida pelas autoridades governamentais e a experiência das famílias que a territorializaram. Segundo a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNC, esta é definida da seguinte maneira:

(...) é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja a subsistência baseia-se no extrativismo e, principalmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no artigo nº 23 desta Lei e em regulação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a Lei²⁶⁹.

O artigo 23 dessa Lei diz o seguinte:

A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

§ 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá as seguintes normas:

I – Proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas de danifiquem os seus habitats;

II – Proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural do ecossistema (...)²⁷⁰.

Nota-se uma divergência clara entre o entendimento que o presidente da Associação ATERECO tem da Reserva, e a concepção que norteou a sua criação, como demonstra a Lei do SNC. Essa divergência fica mais evidente, quando a realidade produtiva das famílias é levada em conta. Receberam uma parte das terras em forma de pastagem, pois, eram propriedades de fazendeiros. Alguns ainda as possuem dentro da área da Reserva (fotografia 43).

²⁶⁸ Entrevista com o sr. Antonio Jesa, Reserva Extrativista do Ciriaco, realizada em 08 de dezembro de 2016.

²⁶⁹ Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNC, acessada em 29 de setembro de 2017.

²⁷⁰ Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNC, acessada em 29 de setembro de 2017.

Fotografia 43: Área de pastagem na Reserva Extrativista Ciriaco.

Fonte: Trabalho de campo (16/08/2017).

Dessa maneira, as condições para o desenvolvimento das atividades produtivas das famílias já estavam iniciadas para a criação do gado. Isso porque, segundo o plano de manejo da Reserva, dos 5 alqueires de terra, poderiam usar apenas 13% para roça e gado. Como a maioria dos lotes já estava desmatado e formado pastagem, a área para a roça ficou extremamente limitada. Isso acaba justificando a diminuição da produção de alimentos por muitas famílias e a expressão das interlocutoras, de que terra está “cansada”, como revela o depoimento da dona Maria Ribeiro:

depois da reserva o povo não, parece que ficaram foi assombrados não foi Faustina? Não botam mais roça não, eles têm que lutar para fazer só naquela areazinha né? Ai o povo quer botar muito eles dizem que é de mais, ai de primeiro a terra era boa, botava duas linha dava da gente fazer o pão, mas hoje minha filha a terra está cansada, a gente bota cinco linhas de roça se botar não dá quase nada, se plantar a mandioca o caititu come e ai tem mandioca que é um ano e meio, tem outras que não é nem um ano porque apodrece a mandioca branca, a que dura mais é a jaibara. E assim mesmo a gente está lutando, mas é boa aqui a reserva, bom mesmo aqui é calmo graças a Deus, é, aqui é calmo o povo é doido por esse lugar²⁷¹.

Embora a terra esteja cansada, as famílias continuam plantando de forma reduzida²⁷², como ressaltou dona Maria Ribeiro. Somando-se ao fato de terem encontrado as terras em forma de pastagem, os limites impostos inicialmente pelo IBAMA, posteriormente, pelo ICMBIO, serviram de incentivos à criação de gado.

²⁷¹ Entrevista com dona Maria Ribeiro da Silva. Reserva Extrativista do Ciriaco, realizada em 08 de dezembro de 2016.

²⁷² Voltaremos a falar sobre a plantação mais adiante.

A reivindicação pela autorização da criação e ampliação do número de cabeças de gado na Reserva, não é específica dessa gestão da Associação ATERECO. Desde o ano de 2004, a Associação vem assumindo essa luta, como mostram os documentos emitidos ao Procurador Federal do IBAMA de Imperatriz (MA) (anexo III). Pelo conteúdo exposto nos documentos, antes da criação da Lei do SNC, já existia um acordo entre as gerências do IBAMA para a criação de gado na área, considerando que 50% da mesma estava transformada em pasto. A Associação expressa o desejo das famílias em criar um touro e nove vacas, e a medida que estas forem parindo, os bezerros serão comercializados.

Porém, o Plano de Manejo da Reserva, utilizado pelo ICMBIO para administrá-la, indica que não houve acordo. O item I do artigo 11, diz o seguinte:

- I – Tendo em vista a segurança alimentar e a garantia da cultura do trabalho local, será permitida a criação de 10 animais de gado bovino por família, incluído os bezerros. O criador é responsável por manter instalações adequadas e por eventuais danos causados pelos animais, devendo indenizar quem sofreu a perda.
- a) Quando o número de animais de gado bovino superar 10 cabeças devido o nascimento de bezerros, o agroextrativista terá o prazo de oito meses, necessário para o desmame, para descartar os animais necessários para que o número total retorne a 10. O descarte também deverá ser feito no caso da compra de gado. Neste caso, o descarte deverá ocorrer no prazo de um mês. O agroextrativista deverá comprovar o número de gado por meio de recibo junto à diretoria da Atereco;
 - b) É permitida a criação de animais de trabalho – cavalos, jumentos e burros – conforme a necessidade da família e do trabalho no campo. O criador é responsável por manter as instalações adequadas e por eventuais danos causados pelos animais, devendo indenizar quem sofreu a perda;
 - c) A fiscalização sobre o número de cabeça de gado, animais de pequeno porte e animais de trabalho é de competência conjunta da Atereco e do ICMBio. No entanto cabe apenas ao ICMBio as atribuições legais relativas à aplicação de multas e cabe a ele a palavra final em casos de conflito entre agroextrativistas;
 - d) O agroextrativista deverá manter o gado de sua propriedade nos limites do sítio, sendo proibido levar gado para outras áreas de sítio ou de áreas comuns. É também proibido aluguel de pastos.

Ou seja, a autorização para a ampliação do número de cabeças de gado parece não ter sido aprovada pelo órgão responsável pela sua gestão e fiscalização, segundo o Plano de Manejo da Reserva. Entretanto, mesmo assim, o presidente atual da ATERECO revelou em seu depoimento, anteriormente, que conseguiu a aprovação de 29 projetos de financiamento para gado no Banco do Nordeste, porém, tendo sido bloqueado pelo IBAMA.

É importante destacar a prática do aluguel de pasto nas terras da Reserva. Embora seja proibido no seu Plano de Manejo algumas famílias a praticaram durante um tempo. O

relatório da Reunião do ICMBio, realizada no dia 18 de maio de 2004, com os membros da diretoria da ATERECO, mostra o debate travado em torno dessa questão. Em que alguns membros defendem claramente a prática, como uma fonte de renda para a reprodução das famílias (anexo IV) (fotografia 44).

Fotografia 44: Criação de gado na Reserva Extrativista Ciriaco

Fonte: Trabalho de campo (16/08/2017).

Além da criação do gado, outra atividade realizada pelas famílias é a produção do carvão vegetal. Embora não produzam tanto, como produziram entre os anos de 2005 e 2010, para as indústrias siderúrgicas, continuam produzindo para o consumo.

No início era bastante gente, porque até mesmo nós aqui não tinha outros meios, porque quando os fazendeiros foram embora, e aí a gente ganhou os nossos lotezinhos, cada um dos parceiros que ganhou os seus lotes não tinha condições de pagar diária pra ninguém, pra nenhum outro posseiro trabalhar nos lotes né? Então, o que foi que a gente sugeriu, porque como tinha muito coco nas áreas, que a pessoa pegou de fazenda, tinha muito coco acumulado, muito babaçu, porque como o fazendeiro não deixava os coco tavam se estragando, tinham muito coco acumulado. Então, foi daí que surgiu a ideia do pessoal fazer carvão. Aí veio um pessoal da siderúrgica fazer reunião aqui, aí nesse tempo o próprio presidente da associação foi quem iniciou a compra do coco. A gente fazia o carvão e vendia pra associação e a associação repassava para a siderúrgica. Aí no tempo, passou uma temporada boa, aí a associação desistiu. Aí ficou os atravessadores comprando, aí daí pra cá nunca mais pararam mais²⁷³.

²⁷³ Entrevista com dona Maria da Conceição da Silva dos Santos, da Reserva Extrativista do Ciriaco, realizada em 07 de dezembro de 2016.

Assim como a reivindicação pela autorização para a criação e ampliação do gado na Reserva pautou-se nas condições em que as terras foram recebidas, a produção do carvão foi vista como uma alternativa viável, considerando que as famílias não tinham recursos para se manterem nesse período, e ao mesmo tempo pagar os trabalhos no lote. Como os fazendeiros não usavam o coco, havia grande concentração nas terras. Desse modo, a produção do carvão seria uma forma de usar toda essa matéria-prima na geração de renda.

Quando as indústrias siderúrgicas começaram a incentivar a produção do carvão a partir do babaçu, a ATERECO comprava o carvão produzido pelas famílias e vendia para as indústrias, como bem ressaltou dona Maria da Conceição. O sr. Almerindo trabalhou na direção da Associação nesse período e, também, fala sobre esse momento.

Mayka: E o carvão, o senhor vendia carvão para a siderúrgica?

Almerindo: Sim nós vendíamos, nesse período mesmo nós compramos duas carradas de carvão só e não compramos mais. Daí em diante nós não vendemos mais, nós não, a própria associação, mas o que nós fizemos foi só fazer o carvão e vender para outros compradores.

Mayka: E quanto era o saco de carvão?

Almerindo: Na época era pequeno era pouco, era R\$5,00 depois subiu para R\$7,00, na época acho que no mínimo era R\$4,00.

Mayka: E porque pararam?

Almerindo: Eu não sei, nós paramos, esse carvão dona Faustina como presidente foi que criou o carvão, o carvão era matéria prima que ficava por aí jogado, ninguém achava que prestava e aquela coisa, faltava iniciativa, faltava coragem. Depois foi que veio através dessa siderúrgica aí as pessoas, até um rapaz filho dela foi uma das primeiras pessoas que fez carvão, fez uma carrada ou duas de carvão, compramos as carradas de carvão no período que estávamos na administração, vendemos aí ficaram para os outros. Eles ficaram aí e ficaram comprando, comprando até que hoje acabou e se você me perguntar o porquê eu não sei. Eu não sei, porque eu vendia também, eu vendia o carvão, fazia minha rocinha, vendia o carvão e eles repassavam o dinheiro e eu pagava a mercearia né que servia para compras outras coisas, pagava uma continha e era para isso que estava servindo né²⁷⁴.

Quando a ATERECO parou de comprar o carvão das famílias, elas continuaram produzindo e vendendo para a própria siderúrgica, que enviava um caminhão para recolher. Havia uma pessoa contratada pela indústria para juntar o carvão das famílias. A compra e venda de carvão foi motivo de tensão entre as famílias, pois havia um grupo influenciado pelo MIQCB, que combatia a produção do carvão do coco inteiro e a transformação da camponesa-

²⁷⁴ Entrevista com o sr. Almerindo de Souza Lopes.

quebradeira em catadeira de coco, como ressaltamos no capítulo anterior. Inclusive, essa entidade repassou um forno de carvão da casca para ser utilizado pelas camponesas-quebradeiras. O qual se encontra abandonado e sem uso na Reserva (fotografia 45)

Fotografia 45: Forno de carvão da casca

Fonte: Trabalho de campo (08/12/2016).

As famílias preferem produzir o carvão no tambor em seus lotes (fotografia 46). Colocam os cocos dentro do tambor, colocam fogo e tampam. Depois de um tempo, retiram a tampa e aguardam esfriar para ensacá-los. Não vendem mais como antes, mas continuam vendendo e consumindo em suas casas. De acordo com Vadé, ainda em 2015, havia uma média de 50 pessoas produzindo e vendendo carvão para a indústria siderúrgica. Para o consumo, todas as famílias produzem.

Bom, eu junto os cocos, aqueles coco que as mulher não quebra mais, o coco velho, que tem gongo. Aí eu junto e queimo nuns tambor assim desse tamanho, tambor de 200 litros, aí vendo para o rapaz que compra pra uma firma, vende de grande quantidade, é de 200 sacos, o quanto você tiver você vende²⁷⁵.

²⁷⁵ Entrevista coletiva com as participantes do mutirão, a fala é do sr. Vadé, único homem que estava participando nesse dia, 27 de fevereiro de 2015.

Fotografia 46: Tambor de produção do carvão

Fonte: Trabalho de campo (07/12/2016).

A produção do carvão é realizada tanto pelas mulheres como pelos homens, e utilizado na produção de alimentos. Cada tambor de carvão equivale a dois sacos. Além de produzir em tambor, também produziam em caieiras, isto é, em buracos no chão, mas o tambor é mais prático para fazer a retirada do carvão. A pessoa sente menos a temperatura, como descreve dona Maria Barros no trecho da sua entrevista:

Mayka: E o carvão a senhora faz?

Maria: Faço.

Mayka: Onde?

Maria: Lá no lote.

Mayka: A senhora vende?

Maria: Não. Eu vendo não, faço mesmo só para a gente consumir em casa.

Mayka: Na época que a siderúrgica comprava aqui, a senhora vendia?

Maria: Comprava, mas eu nunca fiz pra vender pra essa coisa...Toda a vida a gente fez só para o gasto de casa.

Mayka: Faz no tambor?

Maria: É.

Mayka: Um tambor dá quantos sacos?

Maria: Dá dois. Dois se você remontar ele bem direitinho. Antes a gente fazia no chão mesmo, fazia um buraco assim no chão, a caieira, colocava óleo e botava para queimar. Ai depois que apareceu esses tambor a gente queima nele.

Mayka: Porque? É mais fácil no tambor?

Maria: É mais fácil, a gente pega menos quentura.

Mayka: E um saco de carvão dá para quantos dias?

Maria: Se ele ser de casca de coco dá mal para oito dias, que a casca ela acaba rápido, mas o coco não, ele demora mais.

Mayka: O coco inteiro?

Maria: É, o coco velho ele demora mais. Ele cozinha água no fogo bem cheinho, você cozinha arroz, carne, qualquer coisa e ainda fogo lá por bastante hora. E casca não, é rapidinho que acaba o fogo.

Dona Maria explica que o carvão da casca não é bom, porque rende pouco, apenas oito dias o saco. Enquanto, o carvão do coco inteiro envelhecido tem maior durabilidade. Além de produzir o carvão, as camponesas-quebradeiras produzem o azeite e sabão para o consumo da família. Também cuidam das tarefas da casa, dos filhos e maridos, e das hortas em seus quintais, enquanto os maridos vão cuidar das roças, do gado ou da produção do carvão.

As camponesas-quebradeiras falam com orgulho das atividades do dia-a-dia realizadas no conjunto da casa e quintal.

Minha filha, eu acordo seis horas da manhã, tomo banho, passo meu café, bebo leite, faço cuscuz, quando não é o cuscuz faço um beiju, se tem pão eu não faço nada, já tem o pãozinho ali, tomo café. Ai vou agora, na casa da minha mãe oito horas, como ela está doente, eu vou lá fazer as coisas, lavo louça, limpo o banheiro, varro casa. Chego em casa boto a comida no fogo, faço o almoço, almoço, tomo banho quando

não me deito fico aqui fora sentada, quando não vou limpar o quintal, lavar roupa, meu dia-a-dia é aqui. Dia de quarta-feira eu termino de fazer tudo isso e vou para a igreja lavar minha igreja, limpo a igreja volto para casa, tomo banho e providencio a janta²⁷⁶.

No quintal da casa da dona Maria da Conceição tem uma horta onde cultiva diversas verduras e legumes (fotografia 47). Também tem diversos tipos de frutas, tais como: manga, manguita, manga-mesa, laranja, limão, coco da praia, mamão goiaba, cajá, seriguela e banana.

Fotografia 47: A Horta da dona Maria da Conceição.

Fonte: Trabalho de campo (08/12/2016).

A fotografia 47 mostra dona Maria da Conceição retirando coentro e cebola para dona Faustina, que me acompanhou à visita a sua casa. Nota-se na imagem que a horta é cercada, pois as galinhas são criadas soltas no quintal, onde também cultiva a macaxeira. A mandioca é cultivada no lote, juntamente com o milho. Neste espaço também são criados os animais de grande porte, como gado, cavalo e jumento.

A mandioca é utilizada na produção da farinha para a alimentação e comercialização por muitas famílias. A produção é realizada em forma de mutirão, na casa de farinha da comunidade Ciriaco. Presenciei a realização de dois mutirões, um de mulheres e outro de homens.

Discutindo sobre as formas de solidariedade, em “Os Parceiros do Rio Bonito”, Antonio Candido (2010) define o mutirão como uma prática tradicional, que envolve um trabalho coletivo, onde os participantes adquirem a “consciência de unidade e funcionamento” do Bairro Rural.

²⁷⁶ Entrevista com dona Maria da Conceição da Silva dos Santos, da Reserva Extrativista do Ciriaco, realizada em 07 de dezembro de 2016.

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajuda-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão de obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal²⁷⁷.

A definição de Candido (2010, p.82) é interessante para entendemos à lógica do mutirão como um trabalho coletivo tradicional do universo camponês. Em que a reunião dos vizinhos para a realização do trabalho ocorria mediante um sentimento de “obrigação a Deus, por amor de quem se serve o próximo”, como um verdadeiro “tempo de caridade”, sem a remuneração em espécie, apenas a “obrigação moral” de retribuir da mesma forma a ajuda recebida.

O mutirão das mulheres e dos homens da comunidade Ciriaco é realizado segundo a divisão sexual do trabalho (fotografias 48 e 49). As mulheres são convocadas para descascar a mandioca, e os homens para produzir a farinha. A dona do mutirão prepara o alimento para todas as ajudantes, no final do mutirão elas recebem uma parte da produção. Segundo o sr. Gonçalves, o trabalho da produção da farinha é muito pesado para as mulheres. *“São as mulheres, são as mulheres que descascam. O serviço das mulheres é descascar. Nós arrancamos, trazemos no trator e elas descascam”*²⁷⁸.

Fotografia 48: Mutirão das mulheres.

Fonte: Trabalho de campo (27/02/2015).

²⁷⁷ Candido (2010, p. 82)

²⁷⁸ Entrevista com o sr. Antônio Gonçalves da Silva, da Reserva Extrativista do Ciriaco, realizada em 09 de dezembro de 2016.

Apesar da presença de um homem descascando, esse mutirão é de predominância feminina. Alguns homens aparecem para dá um auxílio, mas o controle do trabalho é realizado pelas mulheres. No mutirão dos homens, os vizinhos são convocados para o trabalho e, diferente da situação descrita por Antonio Candido (2010), recebem o pagamento de uma diária (fotografia 49). Cada etapa da produção equivale a um valor específico da diária.

Fotografia 49: Mutirão dos homens

Fonte: Trabalho de campo (09/12/2016).

Embora o mutirão da produção da farinha seja realizado apenas por homens, há uma divisão no processo produtivo de acordo com a capacidade (força) dos participantes. Os mais jovens fazem as tarefas mais leves e simples. Os mais velhos realizam as tarefas que exigem maior esforço e atenção. Nota-se na fotografia 49 que, enquanto os mais velhos estão torrando a farinha no forno, um jovem a retira e coloca numa coxa de madeira para esfriar, e outro jovem, ao fundo da imagem, esfarela a massa da mandioca, para ser levada ao forno.

Fotografia 50: Trituração da mandioca

Fonte: Trabalho de campo (08/12/2016) .

Fotografia 51: Prensa da massa

Fonte: Trabalho de campo (08/12/2016).

Fotografia 52: Esfarelando a massa

Fonte: Trabalho de campo (08/12/2016).

Fotografia 53: Torração da farinha

Fonte: Trabalho de campo (08/12/2016).

Fotografia 54: Esfriamento da farinha

Fonte: Trabalho de campo (08/12/2016).

As fotografias 50, 51, 52, 53, 54 registram as etapas do processo de produção da farinha, no mutirão realizado pelos homens da comunidade Ciriaco. Seguindo a divisão do trabalho de acordo com o esforço exigido em cada etapa. Nota-se, que a trituração exige força e muita atenção, para evitar acidentes. Após essa etapa, a massa da mandioca vai dentro de um saco para a prensa, para retirar todo resíduo de água que possa conter. Posteriormente, será esfarelada pelos jovens, levada para o forno para torra e, por fim, para o recipiente onde será esfriada naturalmente.

Ao longo do dia do trabalho os participantes se alimentam da farinha produzida com café. A esposa do dono do mutirão é a responsável pela produção do almoço servido para todos. O sr. Antônio Gonçalves contou que uma farinhada dessa, custa para ele R\$ 600 reais, quando não dar nada errado. Quando ocorre algum imprevisto, pode sair mais ou menos. Como ocorreu nesse dia. Nesse caso, troca-se dia de trabalho, como forma de diminuir no custo da diária.

Mayka: Quanto o senhor gasta para fazer farinha?

Antônio Gonçalves: Olha, fazer uma farinhada dessas é em torno de R\$600, se essa aqui não der nada de errado.

Mayka: Quanto?

Antônio Gonçalves: 600 reais.

Mayka: 600 reais?

Antônio Gonçalves: Pra fazer a farinha é R\$600. Só que essa aqui não vai dar que ela deu só meia carrada, a carrada completa dá quinze sacos de farinha quatorze, quinze, dezesseis, essa não vai não, essa daqui aí dar só uns cinco sacos.

Mayka: Cinco sacos?

Antônio Gonçalves: É. Ai a gente diminui também na diária deles, porque não vai dar para pagar tudo se não, não vai dar nada. Também nós trocamos dia.

Mayka: Troca dia também?

Antônio Gonçalves: Trocamos dia, quando ele não tem mais farinha para fazer, ele vem torrar para mim, aí depois eu vou torrar para ele no dia que for fazer a dele, já diminui aquela diária de torrar né?

Mayka: E essa mandioca vem da sua roça?

Antônio Gonçalves: Não, essa daqui é da roça dele lá, do rapaz lá. Arrancamos para tirar a maniva para plantar maniva, ainda vou plantar a minha esse ano.

Além das atividades já ressaltadas ao longo desse item do capítulo, tanto pelas camponesas-quebradeiras, quando pelos camponeses, cabe destacar também o aproveitamento das frutas realizado por dona Faustina, no processo de fabricação de polpas. Recolhe as frutas do seu lote e das áreas comuns da reserva, despolda numa máquina específica “despoldadeira”, e comercializa dentro da comunidade e para pessoas da cidade (fotografias 55 e 56).

Fotografia 55: Recolhimento de caju

Fonte: Trabalho de campo (08/12/2016).

Fotografia 56: Despolpando frutas

Fonte: Trabalho de campo (08/12/2016).

4.2.3 O trabalho da camponesa-quebradeira na unidade familiar e o ordenamento territorial na comunidade Olho d'Água (TO)

A comunidade Olho d'Água (TO) é uma propriedade familiar, que foi adquirida mediante o ato de compra junto ao GETAT, pelo sr. Calixto Nunes da Paixão²⁷⁹, e deixada como herança para a família. O filho mais velho, o sr. Cosmo, assumiu o compromisso de cuidar da terra, preservando-a para a reprodução da família, como um pedido feito pelo pai, antes de morrer.

²⁷⁹ Título da terra em anexo.

Ela [a terra] era de 195 hectares que se tornam 45 alqueires, mas ele trocou um pedaço lá que era recanto (que tinha muita pedra e ficava muito recuado lá) por uma área lá em São Miguel que são os 4 alqueires lá perto da cidade que nós temos. Ele falava assim: ‘Essa terra aqui não é para ser vendida’. O sonho dele era de ser uma terra de segurança para a família, e não só para a família, mas para a geração dos Calixto porque o momento que ele passou, ele não queria que a geração dele passasse. Então, ele já criou esse lá para quem quisesse morar na cidade já fazia casa lá, e os outros ficavam aqui: quem quiser morar, mora. Quem não quiser, vai trabalhar. O sonho dele era segurar essa terra²⁸⁰.

Para garantir a concretização do sonho do sr. Calixto, o sr. Cosmo Nunes da Paixão atua na comunidade como um verdadeiro “pai de família” (fotografia 57). Tem autoridade para administrá-la, garantindo o usufruto comum dos recursos naturais para as 13 (trezes) famílias, que moram na área, e às que moram na cidade. A unidade territorial está localizada há um quilometro da sede do antigo município de Itaguatins, atual São Miguel do Tocantins (TO), onde três famílias têm suas casas e quintais, produzindo os cultivos na área da unidade.

Mayka: O senhor tem dificuldade para manter a terra sem divisão?

Cosme: Não, porque coisa de família sempre tem os altos e baixos, mas a gente tem que levar a realidade e tem muita gente que não conhece a realidade, o sentido, o planejamento e o plano dos nossos pais, então, às vezes tem gente que fica meio áspero, mas depois não tem voz ativa não. Dificuldade tem porque o ser humano a gente tem que saber levar, tem que saber conversar, tem que dialogar e mostrar os caminhos direitinho e a pessoa tem que ter cabeça fria também: não é toda coisa que deve levar em alvoroço porque quando você sabe levar as pessoas, é fácil para criar consenso. Na hora da partida dele, ele me chamou, me entregou essa família. Eu não tenho nenhum filho, mas eu sou responsável por tudo e a gente agradece a Deus que as pessoas obedecem a gente às vezes na hora de dizer alguma coisa. Não que a gente queria gritar, mas na hora a gente procura levar o correto para que não tenha confronto e desunião na família.

Mayka: Então, hoje o senhor é o verdadeiro pai da família.

Cosme: É, tanto que os outros me chamam ‘Pai’, menos meus irmãos, mas os sobrinhos todos me chamam de pai e a gente agradece por causa da consideração que eles têm.

Mayka: É o Pai Cosmo?

Cosme: É... qualquer lugar que chegar e procurar o Pai Cosmo todo mundo sabe (risos). A família está um pouco avançada. No aniversário de 90 anos da mãe, no ano passado, a gente fez soma e dava 206 pessoas, então, agora já

²⁸⁰ Entrevista com o sr. Cosmo Nunes da Paixão.

deve estar em 220 porque tem nascido muito bisneto desse período para cá. Então, é muita gente. É muito grande a família²⁸¹.

Fotografia 57: “Pai Cosmo” e dona Luíza

Fonte: Trabalho de campo (20/10/2016).

A autoridade exercida pelo sr. Cosmo revela-se como parte constitutiva da ordem moral camponesa, como um reflexo da hierarquia familiar. A família é tomada como um valor, desvelando a expressiva qualidade da “campesinidade”, segundo a noção de Woortmann (1990). A partir desta, consegue manter a terra indivisa e como um patrimônio da família. Nesse sentido, o ordenamento territorial da unidade e o trabalho refletem essa qualidade e estratégias para a sua manutenção (Mapa 05).

Como uma qualidade que expressa a tradição, a “campesinidade” assume uma importância fundamental à administração da unidade territorial. Baseando-se nas noções da terra e da família enquanto valor, da hierarquia familiar, da divisão sexual do trabalho, honra e respeito, consegue criar as condições de possibilidades para a reprodução da família Calixto, mesmo em contextos adversos.

Woortmman (1990, p. 17) assevera que:

(...) o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro.

²⁸¹ Entrevista com o sr. Cosmo Nunes da Paixão, realizada em 19 de outubro de 2016. Hoje a sua mãe está com 92 anos de idade. Encontra-se com a saúde debilitada, sem poder realizar grandes movimentos.

Mapa 05: Uso e Ocupação do Solo da Propriedade Familiar Olho d'Água (TO)

Para garantir a manutenção da terra enquanto um patrimônio de toda a família e o usufruto comum dos recursos naturais, o ordenamento territorial da propriedade caracteriza-se pela combinação entre a apropriação privada (individual/ familiar) e a utilização comum dos recursos naturais e de espaços de produção. Os espaços onde ocorre a apropriação individual/familiar consistem, principalmente, no conjunto casa-quintal, roça e açudes. O usufruto comum dos recursos naturais ocorre na área da reserva, que corresponde a 15 alqueires de terra, preservada há 45 anos. Essa área concentra os babaçuais, buritizal, brejo, nascentes de água, “olho d’água” e madeira de lei²⁸². Além da área da reserva, a área das roças e os espaços produtivos, tais como, a casa de farinha, casa do mesocarpo e o galpão também são de uso comum. A roça aparece tanto como de apropriação individual/familiar, quanto como de usufruto comum, assim como as hortas realizadas no mato.

Andrade (1990), analisando a articulação entre a apropriação individual/familiar e o usufruto comum dos recursos da natureza nas “terras de índio”, na Baixada Maranhense, resalta algumas categorias importantes do universo camponês, que nos ajuda a refletir sobre o ordenamento territorial da comunidade Olho d’Água (TO).

As categorias ressaltadas por Andrade (1990) consistem em o *mato*, *conserva* e *quintal*. O mato é o recurso natural que se renova naturalmente, por obra da natureza, independente da

²⁸² Que tem valor comercial, utilizada para fazer móveis.

ação humana. Nasce distante da residência, sem poder ser apropriado individualmente, nem tampouco cercado. Em caso de necessidade, o cercamento deve ser temporário, pois, é uma área de usufruto comum, de direitos comunitários. A conserva corresponde à área de concentração de babaçuais, jussarais, cupuzais e bacurizais nativos, madeira de lei e outros, que também é criada pela natureza de forma espontânea, mas que sofreu interferência humana, no sentido do cuidado e de preservação. Ou seja, uma vegetação preservada pela ação humana. Localiza-se próximo à residência, podendo ser apropriada individualmente e cercada. Envolve direitos individuais relativizados. E o quintal é o espaço localizado atrás da casa, abrangendo a conserva e o próprio sítio da unidade doméstica, produzida pela ação humana. Sua apropriação é realizada individualmente em caráter permanente, podendo ser cercado e de direitos individualizados permanentemente.

Embora haja diferenças em termos dos significados de cada categoria ressaltada por Andrade (1990), elas se aproximam das categorias presentes no ordenamento territorial de Olho d'Água (TO). O mato, por exemplo, corresponde a área distante da casa e do quintal, onde concentra uma vegetação secundária, do tipo capoeira. Nesta, as famílias tem liberdade para produzir as roças, hortas de forma individual/familiar ou comunitariamente, por meio da reunião de um grupo de três ou quatro famílias, produzir os açudes e instalar as caixas das abelhas produtoras de mel. A apropriação familiar/individual deve ser realizada temporariamente, sem o cercamento da área, uma vez que, consiste numa terra comunitária de usufruto comum.

A reserva se aproxima da definição da “conserva”, pois também concentra uma vegetação preservada pela ação humana. Entretanto, se diferencia na medida em que não pode ser apropriada de forma individual/familiar, e nem cercada, portanto, não compõem o espaço do quintal, uma vez que envolve direitos comunitários. Está localizada distante do conjunto formado pela casa e quintal.

O trabalho familiar na unidade territorial é organizado a partir da divisão sexual do trabalho. A partir dessa divisão, a casa e o quintal são espaços especialmente femininos, ainda que o homem possa fazer alguns cultivos no quintal. Durante a realização do trabalho de campo, foi possível observar diretamente essa divisão no cotidiano da relação familiar, assim como a autoridade de “pai de família” do sr. Cosmo na unidade territorial.

Como destacou no trecho da sua entrevista, toda a família respeita a palavra do sr. Cosmo. É o único autorizado a dar informação sobre a comunidade, e possuidor de toda a documentação da terra. Na primeira conversa que tivemos na sala da sua casa, dona Luísa, sua esposa, foi-me apresentada, e em seguida, seguiu diretamente para a cozinha para preparar o

almoço. Além de prepara-lo, também serviu o prato a ele, e depois continuou as outras tarefas domésticas. Nesse dia, ficou evidente a importância da cozinha, como um espaço feminino e representativo da autonomia da mulher, tal como Bombardi (2004, 216) ressaltou.

Não apenas a casa é o espaço feminino, como dentro da casa, a cozinha é o local mais representativo do universo feminino. Ter a própria cozinha é sinal de autonomia da mulher, é quando ela é a mãe de sua família. O alimento consumido por ela mesma e pelos demais é por ela produzido, o que lhe confere prestígio, autonomia e satisfação.

As casas da comunidade foram reformadas a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, voltado especialmente para as camponesas-quebradeiras de coco. Conseguiram acessar o programa a partir da mediação da ASMUBIP e a APA-TO. Antes da reforma eram feitas com a palha do babaçu, depois foram construídas de tijolos (fotografia 58).

Fotografia 58: Casas da comunidade Olho d'Água.

Fonte: Trabalho de campo (19/10/2016).

A casa é o centro da reprodução da família, “(...) espaço por excelência de construção da vida familiar” ²⁸³. A casa e o quintal são espaços onde podem realizar a apropriação individual/familiar, com o cercamento permanente da área. Mas nem todas as famílias o fazem, pois, as regras invisíveis da moralidade permitem exercerem a liberdade e segurança de cultivar em seu quintal sem a necessidade de cerca-lo. Em alguns casos, a cerca é necessária para evitar que os animais de pequeno porte (galinha e porco) invadam as plantações dos vizinhos.

²⁸³ D’Aquino (1996)

A casa na unidade territorial Olho d'Água (TO) pode ser entendida a partir da definição de “casa-extensa (oikos)”, de Campos (1994, p. 22), que:

(...) guarda objetos rituais e poucos víveres. Seu espaço de subsistência estende-se, além da “casa-abrigo”, para o espaço do território onde as “despesas” são o rio, a floresta, a roça, o lago, o mar. Ela se instala como parte integrante do ecossistema, juntamente com seus habitantes e, assim, nos remete a ideia de “oikos” e de oikonomia.

O autor faz um debate sobre a diversidade das relações entre o ser humano e a natureza, que produzem concepções e “ritmos em concorrência”. Ressalta que o avanço do desenvolvimento capitalista e as tecnologias procuram “fazer o tempo”, julgando-se donos da natureza. Diferente das concepções e ritmos dos sujeitos sociais guiados pela tradição, que ainda respeitam o “fazer do tempo”, isto é, o próprio tempo da natureza. Desse modo, ressalta que oikonomia está relacionado com uma visão ecossistêmica das relações entre o ser humano e a natureza, que busca atender um manejo integrado do ambiente.

Essa visão ecossistêmica fundada no respeito ao tempo da natureza é muito evidente nas práticas produtivas das famílias da comunidade Olho d'Água. O trabalho é realizado com muito cuidado para não causar danos irreversíveis à natureza, no sentido de garantir a preservação dos recursos para a reprodução das gerações atuais e futuras das famílias da unidade.

Uma das práticas que denotam essa visão foi a decisão de não criar gado na unidade territorial. Chegaram ao entendimento de que este acabaria com a natureza, pois exige o desmatamento de grandes extensões de terra. O que, por sua vez, poderia levá-los a uma crise de abastecimento e a possível proletarização das famílias. Nesse sentido, optaram por promover uma maior diversificação das atividades produtivas, em que a mulher além das tarefas domésticas (cozinhar, limpar a casa, lavar roupa e vasilhas) e de cuidar dos filhos e do marido, também assume a responsabilidade da extração e produção do babaçu, cuidar das hortas e, em alguns casos, até da roça. O homem assume o controle da roça, produção do mel, açude e produção do carvão. Também realiza os serviços de construções necessárias na comunidade. E os filhos são levados a participarem das atividades dos pais, mas alguns andam resistindo ao processo de socialização no “mundo do trabalho camponês”, em virtude do envolvimento e a incorporação de comportamentos dos jovens da cidade.

A extração do coco e a produção do babaçu é uma atividade importante das camponesas-quebradeiras de Olho d'Água (TO). É “(...) *um caminho aberto para a sobrevivência da mulher*”, ressaltou Maria Silvânia Nunes da Paixão.

Esse coco de babaçu aqui para mim é tudo! É uma fonte de renda que você tem sem pagar nada. Para você tirar o sustento desse produto aqui você não vai gastar nada. Você vai gastar só sua energia mesmo para você fazer o trabalho. Você pega lá no mato, trabalha com ele e você não gasta um tostão para fazer isso aqui. Para mim ele é tudo nas nossas vidas e eu acho que sempre, de um jeito ou de outro, vai ter alguém que vai precisar desse babaçu. Você precisa do óleo, você precisa da palha para fazer um cofo para carregar uma coisa, você tira o talo para fazer uma cerca. Tudo isso que você usa é do babaçu e sempre vai ter alguém que vai fazer. É por isso que a gente fala tanto nesse babaçu, porque ele é um produto que nunca vai ser inútil, vai ser sempre útil para nós (Raimunda Nonata Nunes Rodrigues).

Porque ele é a nossa alimentação, tudo dele a gente se alimenta. Eu mesma quebro o babaçu e se eu quiser tirar a massa dele para vender ou para eu comer eu tiro. Depois que quebra ele, ele dá o óleo, do óleo eu faço o azeite. Do azeite eu faço sabão, do sabão eu lavo a minha roupa (risos). Então, é muita a importância que o babaçu tem. A casca a gente comercializa para os comércios naquelas sacolinhas (Ivanilde da Paixão Silva).

Os depoimentos da dona Maria Silvânia, dona Nonata e dona Ivanilde mostram a visão da importância do babaçu para as suas vidas e de toda e da sociedade. A qual está diretamente associada ao uso que fazem no processo de reprodução da família, desde a produção do óleo, azeite, sabão, mesocarpo e carvão, até construção das casas, cofos e artesanatos.

As camponesas-quebradeiras coletam coco na área da reserva, carregam para o quintal e quebram durante alguns dias da semana. A quebra do coco é realizada tanto de forma individual/familiar, a mãe com as filhas, ou em forma de mutirão, através do adjunto do coco.

Quando a gente se junta para fazer um adjunto (adjunto é quando coloca um monte de coco, chama todo mundo, senta todo mundo em redor daquele monte de coco e quebra durante o dia todo. A gente senta umas sete horas e lá pelas quatro e meia se levanta todo mundo) a gente combina umas nove, oito mulheres ou o tanto que estiverem disponíveis para quebrar nesse dia porque, nós temos muitas tarefas: nós trabalhamos na roça, nós quebramos coco, nos mexemos na horta... Cada coisa tem uma hora e um dia. O dia de quebrar coco para nós não é todo dia. A gente escolhe um dia da semana para juntar o coco, outro dia para juntar as mulheres para quebrar, porque tem outras coisas para fazer.

Mayka: E quando vocês juntam essas nove para quebrar, vocês quebram onde?

Silvânia: A gente faz uma 'latadinha' e cada uma tem um lugar para quebrar no quintal da sua casa. Por exemplo, se aqui tiver sombra o dia todo eu junto aqui no meu quintal porque eu não tenho uma casinha. Se não, sendo inverno, a gente coloca numa casinha. Caça um meio de ter uma casinha. Ali tem uma casinha... Levo para aquela casinha ali se eu não tiver uma no meu quintal, junto um monte de coco lá e quebro lá. Cada uma já tem o seu lugar de quebrar. A menina ali já tem no quintal dela a 'latadinha'. E tem aquele galpão ali também para quando alguma não tem casinha no quintal para quebrar e colocar o monte de coco. Leva o monte de coco lá naquele galpão ali e quebra lá de baixo. No inverno nós quebramos mais ali durante o período de chuvas.

Mayka: Quem faz a comida?

Silvânia: Escolhe uma. Se, por exemplo, eu sou a dona do adjunto eu não vou me sentar. Eu só vou me sentar depois que eu fizer almoço, depois das 12h. Porque almoço 11h e às 12h está descansando. Às 1h volta todo mundo para o monte de coco. A dona do adjunto vai sentar às 1h. De manhã até meio dia ela vai fazer comida para aquele grupo que está lá. Cada dona de adjunto faz a comida para o grupo.

Mayka: E como vocês calculam quanto cada uma quebrou?

Silvânia: A gente mede no litro e anota no caderninho na data do dia do adjunto: segunda feira, tal data, de tal mês e a gente coloca o nome de todo mundo no caderno e anota quantos quilos de coco cada uma quebrou (na frente do nome). Daí, quando aquela do primeiro nome for colocar um adjunto dela, eu vou ter que quebrar o mesmo 'tanto' que ela quebrou para mim. Se ela quebrou seis litros, eu vou ter que quebrar seis litros para ela no adjunto dela. Se eu não conseguir quebrar seis litros naquele dia, eu vou ficar devendo o restante para ela.

Mayka: O adjunto é feito quantas vezes na semana?.

Silvânia: Depende do grupo. Se o grupo que estiver sentado lá quiser fazer o adjunto dela naquela semana, faz. Se não quiser, faz na outra. Para descansar a gente faz um adjunto na segunda e terça é o descanso do grupo. Aí, na quarta já é o adjunto se a outra já estiver com seus cocos coletados todo no lugar.

Mayka: E tem alguma que quebra sozinha?

Silvânia: Tem. Quando tem gente que não entra no acordo para quebrar naquele dia ou naquela semana cada uma fica quebrando no seu quintal, sozinha. Quem costuma quebrar mais sozinha é a Dinalva, a mãe dela... Todo dia elas estão ali de tarde sentadinhas, quebrando um pouquinho.

Mayka: E cada uma faz seu azeite individual ou fazem em mutirão também?

Silvânia: Cada uma tira seu azeite. No grupo do mutirão, eu que sou a dona do adjunto, eu que sou responsável por torrar meus cocos, moer e tirar o meu azeite que vai ser meu. A outra, quando for o dela, ela só vai ter o trabalho de fazer a comida para o grupo. O azeite ela vai tirar, o coco ela vai torrar sozinha na casa dela.

Mayka: E onde você torra o azeite?

Silvânia: Nós torramos no quintal de casa mesmo. Nós não temos ainda um lugar adequado para trabalhar com o azeite. A associação que nós estamos envolvidas está tentando fazer uma casa de azeite para nós, mas ainda não conseguiu não.

Mayka: E para moer?

Silvânia: Para moer a gente moe na forrageira lá do forno onde se faz a farinha. A gente lava bem a forrageira, passa o coco moído, depois lava de novo para deixar desocupado (por causa da farinha).

O longo trecho da entrevista da dona Maria Silvânia é pertinente na medida em que descreve detalhadamente toda a prática do adjunto do coco. Dentre as três realidades estudadas neste trabalho, as camponesas-quebradeiras de Olho d'Água são as únicas, que ainda realizam a prática de modo tradicional tal como as gerações anteriores.

Dona Maria Silvânia mostra que as camponesas-quebradeiras têm um planejamento de atividades a ser realizado ao longo da semana. Cada uma é organizada de modo que não interfira no tempo de trabalho necessário para a realização das demais. Por isso, muitas vezes, algumas famílias preferem quebrar individualmente no seu quintal, para que possa associar a quebra com outras tarefas da casa e do quintal. Em alguns quintais existe o local específico da quebra do coco, denominado na comunidade de “latadinha”, e conhecido em outras áreas como “barraco do coco”. A “latadinha” é importante para a realização da quebra durante o período do inverno, quando as chuvas as impedem de sair de casa.

Assim como organizam o planejamento das atividades para a semana, as camponesas-quebradeiras também possuem o controle da produção de cada participante do adjunto do coco. Calculam a produção com a medida de um litro, e anotam num caderninho a quantidade quebrada no dia e mês de realização. A quantidade quebrada para a dona do adjunto deverá ser “devolvida” a cada participante nos seus respectivos adjuntos. No dia do seu adjunto fica responsável pela alimentação do grupo de mulheres, e pela produção do seu azeite. Para isso, moí a amêndoa na forrageira da casa de farinha, depois o cozinha em sua própria casa, onde produz o óleo e o sabão também. A produção do mesocarpo é realizada na casa do mesocarpo²⁸⁴, e o carvão é produzido no mato, na área de uso comum. Todos os produtos são utilizados no consumo da família, e o excedente é vendido na feira ou colocado em alguns mercadinhos da cidade para serem revendidos.

Além da extração e produção do babaçu, as camponesas-quebradeiras se dedicam às hortas, onde cultivam couve, coentro, rúcula, maxixe, tomate pequeno, pimentinha, quiabo, pepino, pimenta, jiló, e, principalmente cheiro-verde e alface.

²⁸⁴ A casa do mesocarpo estava fechada durante o período de realização do trabalho de campo, pois estavam aguardando a sua reforma, para atender as condições exigidas pela vigilância sanitária.

Fotografia 59: Hortas

Fonte: Trabalho de campo (20/10/2016).

As hortas registradas na fotografia 59 foram criadas por três grupos de famílias, que se reuniram para plantar e cuidar dos cultivos. Uma das famílias é a da Ivanilde da Paixão Silva, que não mora dentro da comunidade, mas na cidade de São Miguel do Tocantins, na área comprada pelo sr. Calixto, e reservada à família. Todos os dias da semana se desloca da sua casa para a unidade a fim de cuidar dos seus cultivos, juntamente com os filhos. Nas hortas fazem a capina dos matos, irrigação, cobertura das que precisam de proteção contra o sol, aplicam inseticida, plantam e colhem as verduras e legumes para o consumo da família, e para a comercialização realizada na feira e no programa PNAE.

É importante destacar que a visão ecossistêmica de manejo integrado e sustentável expressa nas práticas produtivas e extrativas da comunidade, está relacionada com a participação dos cursos de formação realizados no âmbito da APA-TO, que entre outros programas e projetos, intermediou o acesso das famílias ao Programa Pró-Ambiente. A partir desses cursos, passaram a diversificar a produção e trabalhar com mais cuidado e respeito à natureza, para conseguir realizar o sonho do sr. Calixto, de garantir a unidade como uma “segurança” para a família.

Isso foi um processo muito longo. Antigamente a gente só plantava arroz, feijão, mandioca, só coisa da roça. Aí, depois que as terras foram ficando fracas, que apareceu a PRO-AMBIENTE, que apareceu a PREV-FOGO, essas coisas, que a gente começou a organizar o pessoal para fazer cursos,

para falar que tinha um outro jeito de trabalhar e não devastar toda a terra. O nosso objetivo é estar preservando: preservando os mananciais, os olhos d'água, as nascentes de água, inclusive, o nome da nossa fazenda é Olho D'água (mas é conhecida como Centro dos Calixta) porque tem vários olhos d'água que nascem lá de seca verde: o tempo todo está correndo água. Aí, foi trazido esse incentivo através da luta dos trabalhadores e aí demorou um pouco para o pessoal acreditar²⁸⁵.

Dona Nonata fala como foi o processo de aquisição de uma nova consciência sobre o processo de produção mais sustentável e diversificado das famílias de Olho d'Água. Conta que demoraram a acreditar e aceitar as novas práticas, pois tinham dificuldade de abandonar os conhecimentos adquiridos com os seus pais em suas experiências históricas.

Demorou porque tudo novo tem rejeição, não é? Então, demorou um pouco, mas algumas tiveram a coragem começando, ir mostrando, ir reparando se dava certo aquela questão do reflorestamento, da roça sem fogo... E aí, a gente começou a fazer e tentar para ver se dava certo até que agora todo mundo já está abraçando essa causa porque até que é um meio mais fácil de você trabalhar. Dá um pouco de trabalho porque nós não temos a tecnologia de irrigação, essas coisas. A gente começou regando no regador, com vasilhas colocando e ainda hoje tem gente que faz assim. Leva a água para uma vasilha grande que fica no meio da horta, pega no regador e vai regar. Mas às vezes é difícil porque nem todo mundo da comunidade acredita e principalmente porque nossa comunidade é uma comunidade de pessoas semianalfabetas, que não teve estudo. E essas pessoas que não tiveram estudo tem mais rejeição de abraçar uma coisa mais nova, uma coisa diferente. Às vezes eles querem sempre manter aquela coisa que ele aprendeu com os pais que vieram de longe, que ele acha que se colocar uma coisa diferente não vai dar certo. Então, aquelas que têm coragem vão fazendo, o outro vai vendo que dá certo, até um dia que todo mundo está abraçando e achando que dá certo e tenta fazer também para ver se dá certo com ele também, mas não é fácil²⁸⁶.

Embora com resistência e desconfiança, as famílias experimentaram algumas práticas, notaram que dava certo, e assumiram a nova forma de produzir. Aprenderam, por exemplo, a produzir o seu próprio inseticida, do tucupi dispensado na produção da farinha, e da merda do boi (fotografia 56). Mas, alguns ainda usam o agrotóxico artificial, o “veneno”, para combater o mato da roça, porém nas hortas não são usados.

²⁸⁵ Entrevista com dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, da comunidade Olho d'Água, em 18 de outubro de 2016.

²⁸⁶ Entrevista com dona Raimunda Nonata Nunes Rodrigues, da comunidade Olho d'Água, em 18 de outubro de 2016.

Fotografia 60: Inseticida Natural

Fonte: Trabalho de campo (20/10/2016).

Embora seja possível encontrar situações em que a mulher não frequenta o espaço da roça, nas famílias mais tradicionais da unidade, como é o caso da dona Luíza, esposa do sr. Cosmo, isso não se aplica a todas elas. Apesar de a roça ser considerada tradicionalmente como um espaço masculino, as camponesas-quebradeiras da comunidade Olho d'Água assumem o seu direcionamento muitas vezes, principalmente, quando os maridos não são da unidade, e/ou trabalham fora, e não têm “vocação” para mexer com a roça. Essa é a realidade narrada por dona Maria Silvânia, que além da horta, também trabalha com a produção da roça.

Eu trabalho ‘de’ horta. Agora eu estou mais parada porque estou cuidando do bebê que tem um mês agora, mas eu trabalho ‘de’ horta aqui no meu quintal, crio algumas cabecinhas de galinha aqui no meu quintal, trabalho com roça também. De vez em quando eu planto uma macaxeira, mandioca, essas coisinhas, mas eu planto pouco porque meu marido não tem muita vocação para mexer com esse negócio de roça e a horta mais é a minha vontade, minha disposição para trabalhar. Porque a horta dá uma renda para mim muito boa por causa dos programas aí que a gente planta. Se eu planto berinjela, quiabo, maxixe, essas coisas de quantidade boa eu tenho por onde entregar, que é o programa das cidades locais, o PET, o Mirim, essas coisas, Pró-Jovem, todos recebem os produtos da gente nas escolas e a gente entrega. Aí, é um incentivo para a gente plantar cada vez mais as coisas que o programa pede. Maracujá, berinjela, jiló, alface, cheiro verde, a gente planta de tudo um pouco. Agora a gente está tendo mais problemas com a água porque a gente está tendo mais fatura no inverno que tem água e no verão, a nossa produção cai porque seca tudo e aí tem que esperar chover para encher tudo de novo os açudes e os brejos onde tem nascente. Os brejos têm nascentes, mas as nascentes estão todas sofrendo com essas temperaturas quentes e é um grande problema para quem trabalha ‘de’ horta porque precisa de água. Agora mesmo nós estamos quase todos parados por falta de água²⁸⁷.

²⁸⁷ Entrevista com a Maria Silvânia Nunes da Paixão, da comunidade Olho d'Água, em 20 de outubro de 2016.

O depoimento da dona Maria Silvânia é interessante, pois, revela o processo de apropriação individual/familiar dentro da comunidade Olho d'Água. Quando se refere ao quintal antecedido pelo pronome “meu”, “o meu quintal”, deixa claro que aquele espaço é “governado” por ela, onde desenvolve o trabalho da horta e da roça, além da criação das suas galinhas. Ressalta que, em virtude da falta de vocação do seu marido para mexer com a roça, não a realiza em grande extensão, fora do seu quintal. Neste, cultiva produtos como a mandioca e a macaxeira para a alimentação da sua família.

Em outros quintais, além da horta, da plantação de cultivos da roça e da criação de galinhas, as camponesas também beneficiam o urucum, preparando o corante utilizado na preparação dos alimentos (fotografia 61). Reúne-se um grupo formado por mulheres, jovens e crianças para pisar o urucum e peneirar. A atividade é realizada num clima de festa, além de trabalharem, cantam, brincam e contam histórias.

Diferente do corante produzido para a alimentação das famílias, Dona Maria Silvânia ressalta a importância da horta como uma fonte de renda para a sua família, e demonstra grande satisfação com esse trabalho. A satisfação ocorre mediante a experiência positiva da produção e comercialização dos legumes e verduras, através da entrega aos programas sociais da cidade, para a alimentação dos participantes dos mesmos. Ou seja, é a satisfação diante da autonomia e da liberdade de controlar o seu próprio tempo e o seu próprio espaço de produção, bem como, de ver a sua participação financeira no processo de reprodução da família.

Fotografia 61: Produção do corante.

Fonte: Trabalho de campo (19/10/2016).

Outro elemento a ser destacado na fala da nossa interlocutora é o problema da escassez de água, que a comunidade vem enfrentando por falta de chuvas. A fartura das famílias tem sido ameaçada por falta de água. As nascentes dos olhos d'água e dos brejos estão secando, atingindo diretamente a produção. O maior exemplo disso são os açudes que estão improdutivos por falta d'água, sem a condição mínima para a reprodução dos os peixes (fotografia 62).

Fotografia 62: Falta d'água no açude.

Fonte: Trabalho de campo (19/10/2016).

O problema da falta de água tem levado a busca de estratégias para evitar que as nascentes dos olhos d'água sequem. Nesse sentido, criaram alguns buracos próximos às mesmas, como estratégia para acumular mais água, e poder molhar as hortas, por exemplo (fotografia 63).

A falta d'água atinge também a irrigação das hortas e todo o calendário agrícola da roça, pois o início da plantação depende do inverno, isto é, o período das chuvas. Com o prolongamento do verão, conseqüentemente, o “atraso” da chegada das chuvas, mais tem refletido na alteração do calendário.

Fotografia 63: Captação de água para irrigação das hortas.

Fonte: Trabalho de campo (19/10/2016).

Em geral, inicia-se o preparo da terra para a produção da roça nos meses de julho e agosto, com a broca; em setembro e outubro, queimam e encoivaram, e quando inicia o inverno, plantam (fotografia 64). A broca consiste em cortar os matos mais finos que tem dentro da área, utilizando a foice como instrumento de trabalho. Os matos mais grossos são deixados para cortar com o machado. Em seguida, constroem o aceiro para evitar que o fogo seja espalhado para outras áreas de mato, quando iniciar a queimada. Após a queimada, realiza a encoivara, que significa juntar o restante da madeira e toco da área. Após a realização de todas essas etapas, a terra está preparada receber os cultivos.

Fotografia 64: Roça no toco

Fonte: Trabalho de campo (19/10/2016).

No período em que o trabalho de campo foi realizado, algumas famílias estavam preparando a terra para a produção da roça. Trabalhavam comunitariamente, em grupo de três e duas, e outras individualmente. A fotografia 64 registra o sr. Cosmo mostrando uma das áreas em preparação. Esta já tinha sido brocada, feito o aceiro e queimada, restando apenas a encoivara para iniciar as plantações.

A colheita é realizada de acordo com cada cultivo, iniciando em março e abril. Dependendo do tempo do cultivo, as famílias podem passar até dois anos fazendo a colheita. Nos primeiros tempos da família Calixto nas terras da comunidade Olho d'água, o principal produto cultivado era o arroz, assim como no povoado Juverlândia. Mas, ao longo dos anos, a terra foi perdendo a fertilidade necessária para tal cultivo, e a roça passou a ser cultivada, principalmente, com o milho, mandioca, inhame, batata, fava, feijão e abobora. O milho juntamente com o andú é utilizado na alimentação das galinhas e dos peixes.

A plantação dos cultivos ocorre de maneira consociada, mas como cada um tem o seu tempo específico de desenvolvimento, a colheita é realizada em meses diferentes. A macaxeira é de seis meses; o milho é de três meses; a fava é de sete meses; a mandioca é de um ano a um ano e meio; o inhame, batata e abobora são de três a quatro meses; e o feijão é de três meses.

A lógica do consorciamento de culturas é antiga entre as famílias camponesas da região do Bico do Papagaio, intensificou-se principalmente após a privatização das terras, que impediu a continuação da prática do pousio, como ressaltou Sader e Pacheco (s.d). Segundo as autoras, existe uma prática conservacionista dos nutrientes nessa lógica de consorciamento.

À primeira vista, a impressão é de desordem, de caos. Os cultivos, árvores nativas, arbustos, algumas árvores frutíferas variadas, tudo aparece na mesma parcela, seguindo uma lógica totalmente diferente da que estamos acostumados a ver nas pequenas propriedades do Sudeste e Sul do país, onde cada cultura ocupa uniformemente uma parcela específica. Até há poucos anos, quando as terras eram abundantes, ainda não havia sido privatizadas e não havia cercas, os pousios quem fazem parte deste sistema de cultivo eram longos, durando de 5 a 7 anos, quando então as capoeiras se adensavam e a mata começava a se recompor. Há dez anos atrás, isso ainda era possível em boa parte do norte do estado do Tocantins, oeste do Maranhão e parte do sul do Pará. Buscando a lógica da aparente desordem das parcelas junto aos lavradores, as respostas obtidas sugerem economia de tempo e trabalho. (...) Além disso, está presente uma prática conservacionista dos nutrientes do solo nesta agricultura em andares: árvores altas nativas, árvores frutíferas, arbustos representados pelo crescimento das nativas que são cortadas e não destocadas, mandioca, milho e as demais, que aparam em sucessão a água das chuvas, não “lavando-o” de seus nutrientes²⁸⁸.

Consiste num saber das famílias camponesas, que, na época da pesquisa das autoras citadas, apareceu implicitamente nos depoimentos. Hoje, esse saber já é comunicado de forma mais explícita. Dona Ivanilde e o sr. Cosmo explicou claramente a importância desse sistema de cultivo. Falou também da importância de cobrir as hortas com as palhas da palmeira babaçu para evitar que o solo fique ressecado, em virtude do longo verão, e a demora da chegada das chuvas.

Como discutimos em outro momento deste trabalho, alguns autores têm estudado o campesinato em diferentes regiões do Brasil, identificando um ordenamento da unidade territorial a partir da divisão sexual do trabalho. Onde a atuação e direcionamento dos espaços são claramente divididos entre os homens e as mulheres, as quais não podem “tocar” o mato, sob o governo dos homens. Woortmann (1997, p. 45) ressalta que ao adentrar o mato, a mulher se submete a dois tipos de perigos, os relacionados à natureza não domesticada pelo trabalho e o da afronta aos pressupostos ideológicos da comunidade, pautados nos valores da hierarquia familiar. “(...) *Uma mulher que assume as atividades do homem afronta os valores hierárquicos do grupo como um todo*”.

Apesar do respeito e da valoração da hierarquia familiar, algumas mulheres, camponesas-quebradeiras, da comunidade Olho d’Água (TO), não tem ficado restritas ao espaço da casa, ainda que o seja de exclusividade. Principalmente as mais novas têm assumido o papel de direção em atividades produtivas desenvolvidas no mato e fora da unidade, mediante transações comerciais. Além disso, o trabalho feminino e masculino, da mãe, do pai e dos filhos, se conjuga no espaço da roça, isto é, o trabalho da família é o responsável pela produção.

²⁸⁸ (SADER e PACHECO, s.d)

A descrição do trabalho familiar realizada por Dona Ivanilde, no processo de produção da roça, permite entender um pouco mais sobre a presença feminina.

Aqui nós trabalhamos no toco, como eu lhe falei. O marido broca o mato, meus filhos brocam tudo e aí quando queima a roça fica um monte de pedacinhos de pau. Aí, todos nós vamos para a roça juntar aqueles pedacinhos de pau para botar tudo num monte só para tocar fogo e fazemos uma coivara. Então, isso pega mais das mulheres.

Quando é para plantar mandioca, o meu marido cava e nós plantamos atrás. Plantamos mandioca manual mesmo. Isso leva uma semana. Da última vez eles passaram duas semanas brocando, mais uma semana plantando e depois só quando é no tempo de limpar. Depois que planta a roça tu não tem que ficar lá dentro não, pode ir caçar outro serviço na rua, pode cuidar da horta que tem mato, capinar. Agora eu estou mais para a horta e para o coco Porque a roça está brocada lá. Ainda não foi queimada. Vai ser queimada quarta-feira agora. Aí só depois que queima que nós vamos para a roça encoivarar. Daí, esquece do coco. Só vem a tarde para cuidar da horta²⁸⁹.

Nota-se no depoimento da interlocutora que, embora tenham uma importância fundamental no processo de produção da roça, o respeito à divisão sexual do trabalho se faz presente nas etapas assumidas na atividade. O marido e os filhos fazem o trabalho que exige mais força, brocar e queimar, enquanto as mulheres participam, principalmente, da encoivara e da plantação. Também destaca a organização do planejamento das atividades da família. Depois que a roça está preparada, o tempo é dedicado aos trabalhos da horta e do coco babaçu, bem como diárias dentro e fora da unidade. O seu marido, por exemplo, além de trabalhar na roça, também trabalha como pintor e professor na cidade de São Miguel do Tocantins (TO).

É importante destacar que os filhos representam uma força de trabalho importante para as famílias da comunidade. Apesar de termos ressaltado o desinteresse de alguns jovens na reprodução dos costumes e atividades camponesas, devido o contato com a educação e comportamento dos jovens da cidade, além do contato com a internet, os pais e as mães continuam direcionando-os para as mesmas. Dona Ivanilde nos fala sobre o processo educativo dos seus filhos.

E os filhos, uhum... Vão para escola e quando chegam vão para a roça. Hoje o povo fala: 'Mulher, tu não tem que botar seus filhos para trabalhar', mas eu não concordo, sabe porquê? Enquanto eu e meu marido estamos trabalhando na roça – olha só o tamanho dele. Eu tenho computador aqui em casa e não é todo mundo que tem da minha família. Tem televisão que é bom, tem som que é bom também, mas enquanto eu estou lá, eles estão

²⁸⁹ Entrevista com Ivanilde da Paixão Silva, da comunidade Olho d'Água, em 18 de outubro de 2016.

inventando o que não presta. Então, é melhor estar comigo lá na roça, porque aqui na cidade é oferecido muito que não presta.

Eu já tenho um filho mais velho que está quase perdido, porque nunca quis me acompanhar. Nunca. ‘Meu filho, vamos para lá?’ ‘Não’. Então, eu tenho mais cinco e esses cinco eu estou procurando fazer que me acompanhem para mostrar para eles que a terra dá, que a terra é boa. Porque eu quero que eles estudem para ter uma boa profissão, porque – que nem eu falo para eles – É ruim ir para o mato? É, por isso que vocês têm que estudar. Porque com o estudo, se vocês quiserem trabalhar na roça vai ser por opção de vocês.

Tem muita gente que tem um emprego bom, que nem meu tio Magno, um vizinho meu, que tem um emprego ótimo, trabalha lá, mas tem cultivado na roça. Ele aluga terra para plantar Porque ele gosta da terra e sabe que a terra é boa.

Então, eu quero que eles tenham a profissão deles e estude. Eu não tiro meus filhos da escola para ir para a roça. Estou até com raiva da escola que está em greve Porque eu acho que estão prejudicando meu filho, entendeu? Porque ele vai passar um ano sem estudar, então, esse ano está perdido. Ele vai ficar grande e aquele ano ele perdeu, porque ele não estudou. Então, eu acho muito certo os pais não tirarem os filhos da escola, mas também errado ficar sem trabalhar. Não pode. Tem que trabalhar, porque quem trabalhar, Deus ajuda.

Eu fui criada com minha mãe, meu avô... Indo deixar comida na roça para o vó. Quando ele estava mais velho, ele sempre botava a roça pertinho de casa, porque ele era cansado... Velhinho, então, toda vida era eu que ia chamar ele para comer. Eu dizia: ‘Vô, vem comer!’ ‘É já!’ Então, eu acho certo trabalhar e estudar, e por isso levo meus filhos para trabalhar mesmo tendo gente que não acha certo.

O depoimento da dona Ivanilde revela as dificuldades que as famílias camponesas vêm enfrentando para manter os interesses dos jovens nas atividades produtivas da unidade territorial. Com base em sua experiência negativa com o filho mais velho, que não o acompanhou na produção da roça, e vem praticando atos que desvirtuam a moralidade da família, decidiu não abrir mão da presença dos outros filhos nos trabalhos. Embora, haja uma discussão na sociedade em todo do trabalho infantil, destaca que considera de suma importância no processo de reprodução da família.

As atividades produtivas da unidade territorial Olho d’Água (TO) realizadas pelas famílias consistem em a extração e produção do babaçu, produção da roça, hortas, açude, e apicultura. Após a realização dos cursos de treinamento e capacitação do Programa Pro-ambiente, as famílias da comunidade tiveram contato com a apicultura. Somente o sr. Cosmo experimentou a realização da atividade, fazendo a apropriação individual/familiar da produção do mel (fotografia 65).

Durante o trabalho de campo, o sr. Cosmo e dona Luíza caminharam comigo por todas as áreas produtivas da unidade territorial Olho d’Água. Falou sobre a produção do mel, mostrando a localização das caixas das abelhas no mato (fotografia 65). Tem todos os

equipamentos de proteção necessários para a realização dessa atividade. Nesse período não tinha mel disponível, pois, segundo ele, até a produção do mel pelas abelhas tem um período certo, que deve ser respeitado. O mel puro é produzido pelas abelhas na época da floração, quando acessam o pólen das flores. Ressaltou que existem pessoas que colocam açúcar para que elas transformem em mel, mas não aprova essa prática.

Fotografia 65: Caixa da abelha

Fonte: Trabalho de campo (19/10/2016).

Quando a comunidade decidiu assumir uma postura diferente diante da natureza, buscando desenvolver práticas de manejo integral e sustentável, plantaram muitas frutas na unidade territorial. Ao percorrê-la nota-se a existência de uma grande diversidade de frutas, que podem ser consumida por todas as famílias de forma comunitária.

Se eu for ali dar uma volta, eu acho alguma coisa para ‘mim’ comer de graça, sem ser preciso estar comprando. Se eu descer por ali, por algum bananal eu acho um cacho de banana, eu acho buriti, no tempo de manga eu acho manga e pego tudo sem comprar porque é uma comunidade, é uma família só e ninguém vai ‘sovinar’ nada para ninguém que achou. Se achou um cupu e pegou aquele cupu, não tem que dizer: ‘Foi ele que plantou’. Foi ele que plantou, mas eu achei e como porque eu achei ele lá. Não tem nada dividido de ninguém aqui, sabe? É muito importante, então, a comunidade aqui²⁹⁰.

As formas combinadas de apropriação individual/familiar e o acesso comum aos recursos naturais, bem como o ordenamento territorial da unidade reflete a sua definição de uma comunidade. O depoimento da Maria Silvânia expressa bem isso, além da liberdade de poder

²⁹⁰ Entrevista com Maria Silvânia Nunes da Paixão, da comunidade Olho d’Água, em 20 de outubro de 2016.

consumir as frutas livremente, sem a preocupação de ser surpreendida por alguém que seja proprietário privado. Para ela, a vida em comunidade aparece como uma experiência muito positiva.

É importante ressaltar que a produção comunitária tem sido praticada em diferentes regiões do país e de todo mundo. Valéria de Marcos (1996, p.13) realizou um estudo muito rico sobre as diversas experiências de produção comunitária no mundo, e em especial, na Comunidade Sinsei, no estado de São Paulo. Em seu trabalho, intitulado “Comunidade Sinsei: (u)topia e territorialidade, inspirada, principalmente, na produção de autores anarquistas, ressalta a produção comunitária como uma (u)topia colocada em prática pelos camponeses organizados comunitariamente, perseguindo a fórmula “de cada um de acordo com suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidade”.

Partindo desse pressuposto, a comunidade Olho d’água (TO) também pode ser inserida no conjunto de experiências do campesinato brasileiro, que assumem a (u)topia da produção comunitária como uma forma de se reproduzir no interior do modo de produção capitalista. O trabalho das famílias camponesas na comunidade é fundamentado em valores morais e práticas de ajuda mútua, com liberdade e autonomia no controle do seu tempo e espaço.

4.3 Comercialização da produção camponesa e a subordinação da renda da terra ao capital

Na discussão sobre a reprodução das camponesas-quebradeiras de coco no povoado Juverlândia (TO), na Reserva Extrativista do Ciriaco (MA) e na comunidade Olho d’Água priorizamos a relação estabelecida no contexto da unidade familiar. Partimos da ideia de que a análise isolada não permite captamos elementos importantes, que norteiam as suas práticas e lutas.

Como uma fração do campesinato brasileiro, as famílias das camponesas-quebradeiras de coco se reproduzem de forma subordinada, e contraditoriamente, no interior do modo de produção capitalista, que:

(...) particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria, domina relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra. A terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada. Então, (...) o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo

camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra²⁹¹.

Nesse sentido, a renda das famílias é drenada principalmente em dois momentos do processo produtivo, quais sejam, no do consumo produtivo para a realização da sua própria produção, quando adquirem insumos, ferramentas, equipamentos, embalagens; e no da circulação da mercadoria.

Embora o coco babaçu seja um recurso natural nativo da região, a atividade de extração e produção também exige a aquisição de equipamentos e ferramentas de trabalho, tais como machado, forrageira, facões e balanças. Ou seja, há o dispêndio de dinheiro para adquiri-los, logo, estão sujeitas às flutuações do mercado.

Uma tentativa de escapar da subordinação da renda das camponesas-quebradeiras tem sido realizada com o apoio do MIQCB e da ASMUBIP, que desenvolveram parcerias com Ongs nacionais e internacionais, conseguindo recursos financeiros que foram investidos na compra de diversos equipamentos e ferramentas, alocados em áreas de atuação das entidades mediadoras. Para o povoado Juverlândia (TO), Resex Ciriaco (MA) e Olho d'Água (TO) enviaram forno de carvão, forrageiras, motor de artesanato e montaram a casa do mesocarpo²⁹². Além disso, também foi criada a cooperativa e os grupos produtivos para facilitar a comercialização dos produtos, mas na área estudada os grupos não têm grande êxito.

No conjunto das unidades territoriais as estratégias utilizadas para evitar ou diminuir a apropriação da renda tem sido a diversificação da produção e a comercialização direta dos produtos. Ainda assim encontram-se subordinados ao capital comercial, industrial e financeiro.

A ação do capital comercial/mercantil nessa região é antiga, como analisou Regina Sader (1986), o qual subordinava a renda camponesa através do sistema de comercialização via atravessador. Embora o capital industrial tenha se expandido por meio da abertura das rodovias, quebrando o poder dos comerciantes, estes continuam atuando, ainda que seja de forma subordinada.

No processo de comercialização do carvão do babaçu, seja da casca ou do coco inteiro, o capital comercial se apropria da renda das famílias de maneira independente ou subordinada. Ou seja, quando compra o carvão diretamente das famílias e vendem para as indústrias

²⁹¹ Oliveira (2007, p. 11)

²⁹² A casa do mesocarpo foi implantada na comunidade Olho d'Água (TO), porém, encontra-se desativada, pois, precisa de uma reforma para adequá-la segundo as normas da vigilância sanitária.

siderúrgicas, atua independentemente. E nesse caso a renda é drenada pelos comerciantes e pela siderúrgica. Quando a própria siderúrgica ou a empresa Tobasa Boindustrial compra, a renda é apropriada pelo capital industrial.

Para evitar a apropriação da renda do carvão e dos demais produtos do babaçu, o azeite, por exemplo, as famílias de Olho d'Água entregam diretamente as sacolinhas de carvão e os litros de azeite nos comércios locais, e comercializam nas feiras de domingo, na cidade de São Miguel do Tocantins. As embalagens são adquiridas na associação, pagando-lhe um preço simbólico, como ressaltou Ivanilde da Paixão Silva:

(...) Quem queria vender trazia para cá para a associação mesmo. Temos o apoio dela para nós que vendemos esse azeite e entregamos para o comércio: nós pegamos a embalagem com eles, pegamos a do carvãozinho também... A embalagem de 1 litro é R\$ 0,80 centavos, a de meio litro é R\$ 0,60 centavos e a outra menorzinha é R\$ 0,50 centavos.²⁹³

A comercialização direta do azeite do coco babaçu pelas famílias de Juverlândia (TO) e de Ciriaco (MA) ocorre em suas próprias casas, para os vizinhos e pessoas da cidade que vão à busca dos produtos. Não vão à feira, sua produção é comercializada com os comerciantes atravessadores, que adquirem por um valor, e vendem por um preço superior. Ou seja, apropriam da renda camponesa embutida nos produtos do babaçu, reproduzindo-as como capital.

É. Aí aqui nós vende, tem um rapaz lá na vila que passa de 8 em 8 dias ele passa, aí ele vai e leva pra mim, eu vendo pra ele aí ele já passa pra outras pessoas, mas aqui eu vendo por 15 pra ele, lá ele vende por 20 na rua. Aí o meu irmão que é o Zé Augusto, ele vai e também ele leva, ele arruma uns comprador aí ele vem e me diz, que nós somos compadre... o nome dele é Zé Augusto, mas a gente só chama de Zé. 'Zé, arrumei tantas garrafas de azeite', assim vamos supor arrumou 10, arrumou 15, aí eu vou arrumo aquele azeite dou pra ele levar e ele leva, só que ele é bom que ele só entregar, não cobra nada, assim pra outra pessoa levar tem que pagar²⁹⁴.

Dona Maria Neuza descreve o processo de sujeição à qual está subordinada. A renda embutida no azeite é apropriada pelo capital comercial materializado no atravessador. Este é o seu próprio irmão, Zé Augusto, e o outro rapaz, que compra a produção a cada oito dias. O seu depoimento denota a falta de conhecimento da relação em que está inserida nesse processo de comercialização. Pautando-se numa relação de compadrio, e, portanto, de confiança, entende que o seu irmão não recebe nada em troca do transporte dos produtos, por

²⁹³ Entrevista com Ivanilde da Paixão Silva, da comunidade Olho d'Água, 18 de outubro de 2016.

²⁹⁴ Entrevista com dona Maria Neuza Pereira da Silva, do povoado Juverlândia, 13 de outubro de 2016.

não lhe cobrar nada, por isso, “ele é bom”. Fica subentendido que o outro rapaz, por exigir o pagamento a mais, não é bom. Na verdade, além de se apropriar da renda da dona Maria Neuza, esse rapaz ainda pleiteia um valor a mais sobre a mercadoria. É uma apropriação ilegítima da renda camponesa, que ela não tem clareza, mas sabe que não é boa.

Nesse caso, quando [o capital] submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista²⁹⁵.

Além da subordinação ao capital comercial, as famílias das camponesas quebradeiras também estão sujeitas ao capital industrial e financeiro. Tomando o gado como uma poupança e uma fonte de renda, acabam se sujeitando ao capital industrial mediante o consumo produtivo necessário, e a comercialização do leite para as indústrias de laticínio. Além disso, também se envolvem com dívidas bancárias para realizar a compra de materiais das cercas, do pasto e as vacinas.

Em trabalho de campo realizado em Juverlândia (TO), conversando com a dona Belisa, ela afirmou que: “a maioria da renda do gado é para beneficiar os pastos”²⁹⁶. Isso pode provocar o questionamento do porquê da insistência em continuar com a criação. A resposta está na própria lógica camponesa de produção e reprodução, que, ao contrário da produção capitalista, não é voltada para o lucro, mas para a reprodução da sua própria família.

O trabalho, para o campesinato, é mesclado com as outras instâncias da vida; não é um fim em si mesmo e não está concebido para a extração de lucro. Está fundamentado na reprodução da vida. A renda que advém do trabalho na terra é empregada na compra de mercadorias que ele necessita e deseja. Assim, uma contabilidade “rigorosa” e “sistemática” está fora das suas necessidades e preocupações, pois enquanto ele se reproduz em sua terra, lá ele permanece²⁹⁷.

Nesse sentido entendemos continuação da criação do gado. Embora não esteja fornecendo grandes rendimentos para a família, consiste num investimento a mais, ou “poupança” para as necessidades emergenciais que possam surgir, como ressaltou dona Faustina, em Ciriaco (MA).

Sobre a criação do gado como uma “poupança”, no estudo da luta pela terra e o processo de territorialização quilombola da comunidade Porto Velho, no município de

²⁹⁵ Oliveira (2007, p. 32)

²⁹⁶ Entrevista com dona Belisa da Costa Souza, do povoado Juverlândia, em 17 de agosto de 2017.

²⁹⁷ Bombardi (2004, p. 270).

Iporanga, no estado de São Paulo, Souza (2015) faz algumas considerações sobre a criação de gado pelos camponeses. Segundo ela, o gado é também compreendido como uma “pequena poupança”, em que as famílias podem recorrer em momentos de grandes necessidades, como em casos de doenças, para arcar com as despesas médicas e hospitalares.

A partir da realidade dos assentamentos Retiro e Retiro Velho, Marques (2000, p. 175) também ressalta a importância que o gado tem assumido nas unidades familiares. Afirma que a venda dos bezerros assegura uma renda extra, utilizada para as necessidades de saúde e de pagamento do crédito do financiamento. “(...) *O gado é um elemento de fundamental importância por constituir uma poupança garantida pela sua liquidez*”.

Além da poupança, observamos que as famílias produtoras de gado se diferenciam socialmente das demais. A diferença é identificada pela aquisição de mercadorias mais sofisticadas para a casa, por exemplo. A compra de um automóvel ou motocicleta, a reforma da casa, a compra de uma televisão moderna, enfim, são objetos de uso que detonam uma diferenciação social.

A criação do gado também ocasiona a subordinação das famílias ao capital financeiro, mediante a realização de empréstimos bancários, via projetos como PROCERA e PRONAF.

Em geral, o endividamento é visto como uma grande vergonha pelas famílias camponesas²⁹⁸. Conversando com o sr. Jorge Pereira da Silva, em Juverlândia (TO), ele narrou que havia realizado um projeto junto ao Pronaf, para a compra do material da cerca, pasto e gado. Afirmou já ter quitado a dívida, mas estava angustiado, pois tinha sido avalista de outro camponês, que ainda estava em débito com o banco, e por isso, estava impossibilitado de realizar um novo empréstimo.

Em relação ao capital industrial, outro exemplo de situação de subordinação da renda camponesa da terra é o consumo de adubos e inseticidas. Algumas famílias ressaltaram que não consomem, mas usam inseticidas naturais, produzidos a partir do tucupi da mandioca e da merda do boi, como ocorre em Olho D’Água (TO). Entretanto, outras famílias fazem o consumo para combater o mato da roça, quando se encontra grande e difícil de capinar, como ressaltou dona Maria Carreiro Costa e dona Joanice Carreiro Costa²⁹⁹:

Maria: A gente faz outro serviço, foi como eu te falei, no momento eles estão limpando o capim, aí eles plantam e vão limpar a terra de novo. Tem de capinar para o arroz poder subir e eles não param, como eles dizem ‘o

²⁹⁸ Ver Bombardi (2004).

²⁹⁹ Entrevista coletiva com dona Joanice Carreiro Costa e sua filha Maria Carreiro Costa, do povoado Juverlândia, em 13 de outubro de 2016.

serviço de roça não para'. Sempre no outro dia tem um serviço porque tem a 'capina' para limpar, mas eles estão usando muito agrotóxicos por isso a terra está ficando fraca.

Mayka: Por que eles jogam?

Joanice: Porque dá mato demais e eles não dão conta de capinar, mas para plantar às vezes é obrigado a colocar. Onde é terra da mata virgem não dá tanto mato, mas agora não tem mais mato, é só capoeirão (...).

Mayka: E esses agrotóxicos não envenenam os alimentos?

Joanice: Não....

No trecho da entrevista da dona Joanice e da sua filha Maria é interessante destacar a revelação do uso do agrotóxico para combater o mato na preparação da roça. Dona Maria mostra-se consciente sobre o impacto negativo do inseticida na fertilidade da terra, a qual acaba “ficando fraca” com a recorrência do uso. Por outro lado, sua mãe não apresenta o mesmo entendimento, para ela não há interferência na qualidade da terra e nem dos alimentos.

A falta de esclarecimento acerca dos males causados pelo uso do agrotóxico no Brasil tem sido denunciada por Bombardi (2012, p.1). Segundo a autora, a grande quantidade de consumo do agrotóxico tem resultado numa “epidemia silenciosa e violenta” junto aos camponeses e trabalhadores rurais.

A envergadura do problema é tal que no período de 1999 a 2009, segundo o Sinitox (Sistema Nacional de Informações Toxicológicas – FioCruz/Ministério da Saúde) houve 62 mil intoxicações por agrotóxico de uso agrícola no país; isso significa 5600 intoxicações por ano ou 15,5 por dia ou uma a cada 90 minutos. Neste mesmo período houve 25 mil tentativa de suicídio com uso de agrotóxico, um dado extremamente alarmante, pois significa que tivemos 2300 tentativas de suicídio por ano, ou uma média de 6 por dia, tendo por “arma” algum tipo de agrotóxico.³⁰⁰

Para Bombardi (2012), os dados alarmantes estão diretamente relacionados à grande expansão do agronegócio no Brasil, principalmente, da soja, cana e milho. Mas, é importante ressaltar também o uso que os camponeses fazem em suas unidades familiares, sem terem a clareza dos danos que podem estar causando à saúde e a reprodução da família como um todo.

O silenciamento sobre os riscos da utilização dos agrotóxicos está diretamente relacionado com o processo de subordinação da renda camponesa ao capital industrial. A ampla divulgação e conscientização da sociedade podem prejudicar os interesses dos grandes capitalistas, ou seja, diminuir o lucro que obtêm com a venda dos mesmos. Dessa maneira, o silêncio é uma estratégia para que o capital possa se reproduzir.

³⁰⁰ Bombardi (2012, p. 1)

Diante das diversas formas de subordinação da renda camponesa ao capital, seja comercial, industrial e/ou financeiro, as famílias camponesas têm buscado alternativas de superação. Como ressaltamos anteriormente, a diversificação da produção tem sido um caminho adotado. A partir da diversificação conseguiram, com o apoio das entidades e ongs, se cadastrarem em programas do Governo Federal, de “compra direta” por meio do Programa Nacional de Alimentação (PNAE) e do Programa Compra Direta da Agricultura Familiar operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para comercializarem a produção.

O PNAE consiste num programa criado pelo Governo Federal voltado alimentação e educação escolar básica e pública. Por meio deste programa, transfere-se aos estados e municípios recursos financeiros para aquisição dos alimentos. De acordo com a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, 30% desses recursos devem ser investidos na compra direta dos produtos dos camponeses³⁰¹.

O Programa Compra Direta da Agricultura Familiar consiste numa modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos, que tem como objetivo fortalecer a “agricultura familiar”, o processo de comercialização, a valorização dos produtos agroecológicos e o estímulo à organização de cooperativas e associações³⁰². Em âmbito federal o programa é operacionalizado pela CONAB, com os recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Através desse programa é destinado R\$ 8,000 (oito mil reais) para a realização da compra direta³⁰³. No estado do Tocantins, esses programas são executados pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS).

As famílias das camponesas-quebradeiras da comunidade Olho d’Água (TO), e algumas de Juverlândia (TO) conseguiram se cadastrar no Programa Compra Direta da Agricultura Familiar. Realizam a entrega dos produtos da horta, do babaçu e da roça, diretamente nas escolas do município de São Miguel do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins. O governo fornece R\$ 8,000 (oito mil reais) para que as famílias, organizadas em associação, forneçam os produtos durante um ano.

³⁰¹ Nos programas não aparecem a nomenclatura “camponês e camponeses”, mas sim “agricultores e agricultura familiar” (In: <http://www.fnade.gov.br/programas/pnae> acesso em 06/10/2017). Mas, optamos por utilizar a denominação de “camponês” por uma questão teórico-metodológica e política. Entendemos que o conceito de agricultura familiar foi criado dentro de um contexto de expansão da agricultura capitalista, que entende que os camponeses já se transformaram em trabalhadores assalariados, e podem desenvolver atividades não agrícolas, considerando o seu envolvimento com o mercado. Ver Bombardi (2003).

³⁰² Ver <http://ruraltins.to.gov.br/compra-direta-local/>

³⁰³ Ver <http://ruraltins.to.gov.br/compra-direta-local/>

A CONAB é outro programa muito bom. Ano passado nós pegamos R\$ 6.500 de dinheiro, só que a CONAB é de mais dinheiro, é R\$ 8.000. A associação faz um projeto, acho que envia ao governo, e aí você vai entregando, e a associação vai lhe pagando. Você entrega nos órgãos igual eu entrego aqui nas escolas, nas igrejas, nas creches, para aqueles programas que apoiam aquelas crianças do trabalho escravo³⁰⁴.

Apesar de alguns depoimentos qualificarem a experiência da comercialização dos produtos como muito positivas, notamos em outros, avaliações dos limites dos programas e relatos de experiências consideradas negativas.

Mayka: Os produtos do coco de babaçu são vendidos para quem hoje?

Belisa: Pros atravessador, tem quebradeira que faz cadastro no compra direto, mas esse órgão do compra direto do Governo Estadual é péssimo, quando faz pra uma, não faz pras outras e quando vai fazer já é no final do ano. Já entra no entressafra, aí não vende quase nada.

Mayka: Qual é o órgão?

Belisa: É a Ruraltins do Governo Estadual, e tem um da CONAB que é do Governo Federal, que eles inventaram essa associação aí de Sítio Novo, que só presta pra roubar das produtoras. Eu botei dois sacos de farinha lá e aí quando eu vou receber o dinheiro só 540, enquanto o quilo de farinha não era esse valor, aí não deu certo. Eu fiz esse cadastro pra receber 8 mil reais e teve que deixar o dinheiro voltar porque quando a gente bota na mão do prefeito sai do jeito deles, a quebradeira de coco é besta, aí fica sofrendo toda a vida e eles roubando o dinheiro da produção da gente todinha³⁰⁵.

Dona Belisa é uma das camponesas-quebradeiras que avalia o programa como “péssimo”. A justificativa dessa avaliação está pautada na dificuldade de se cadastrar no programa, e no valor recebido pelos seus produtos, o qual está abaixo do valor pago no mercado. Salienta que a dificuldade para a realização do cadastramento, tem levado muitas famílias a não se cadastrarem. Em muitos casos, quando conseguem realiza-lo, já está no final do ano, entrando na entressafra, o que resulta numa comercialização reduzida.

Dona Ivanilde também faz uma avaliação interessante dos limites dos programas e as dificuldades das famílias camponesas para comercializarem os seus produtos. Embora haja esses programas governamentais voltados para o “agricultor”, acentua que o governo tem atuado como um verdadeiro inimigo dos camponeses.

Mayka: “O Estado ajuda vocês em alguma coisa? Os governantes?”

³⁰⁴ Entrevista com Ivanilde da Paixão Silva, da comunidade Olho d’Água.

³⁰⁵ Entrevista com dona Belisa da Costa Souza, do povoado Juverlândia (TO), em 10 de janeiro de 2017.

Ivanilde: “Eu acho que não ajuda muito não. O governo é inimigo dos trabalhadores rurais, mulher! (risos) Eles não querem ver os trabalhadores tendo nada não.

O único amigo mesmo dos trabalhadores são as associações. Se não fosse as associações não teria muitos amigos por parte do governo não. Foi com muita luta das associações que conseguiram esses programas como o PNAE para comprar 30% da agricultura familiar, mas é uma luta que já vem de muito tempo para eles um dia enxergarem que tudo vem da agricultura. Em vez de eles comprarem um cheiro verde bem aqui, eles iam comprar lá em Imperatriz, sendo o produtor daqui tem saudável. Então, a luta é da associação.

Eu acho que governo está colaborando ainda muito pouco Porque só autorizaram a comprar 30% da agricultura familiar, mas poderia ser mais se eles quisessem ajudar. Poderia ser só o que não tivesse na agricultura... ‘Vamos comprar fora só o que não tiver na agricultura familiar’. Então, ficava melhor para o agricultor.

Quando eles facilitaram essas 30% para a agricultura familiar, eles começaram: ‘Para vender o frango precisa do selo. Para vender a carne do porco precisa do selo. Para vender a polpa precisa do selo federal’. Quem consegue selo federal? Tu acha que nós como agricultores vamos conseguir o selo federal? Nunca, minha irmã!

Acho que para eu conseguir um selo eu teria que vender essa casa para investir tudinho nesse selo. É muito difícil... Só consegue um selo desses as grandes indústrias. Os pequenos agricultores nunca conseguirá um selo desses.

Agora aqui na Embiral – um lugar que nós pegamos cajá Porque a safra de cajá lá é muito grande. Então, como os produtores daqui não podem tirar a polpa para vender em grande quantidade para as escolas, eles vêm comprar todas as minhas frutas.

Isso aí é um momento que o atravessador vai me prejudicar. Está me ajudando Porque minha fruta não está estragando, mas de uma lata de cajá a gente tira quase 10 quilos de polpa e tu compra uma lata de cajá por R\$ 10 reais e esse cajá eles jogam numa caixa de isopor e chega lá na Imperatriz, joga numa câmara fria essas frutas todinhas: cajá, acerola, as frutas que tem mais polpa, as polpas mais saudáveis e dessa câmara fria leva para outra câmara fria para exportar nem sei nem para onde para as grandes indústrias Porque elas não vão ter essa fruta.

Então, nós não valemos nada para o governo, mas quem sustenta a população é o pequeno agricultor e eles preferem comprar nossas frutas todas e sumir aí no meio do mundo. Depois a população do estado fica sem nem um suco para tomar de qualidade e fica sem nada Porque vai tudo exportado para fora.

O produtor, coitado, é obrigado Porque ele não vai ter uma boa venda com a polpa que ele tirar Porque precisa do selo federal, do selo não sei o que, do selo disso, selo daquilo, é tanto selo... E a associação pelejando para ver se eles deixam menos só na vigilância sanitária, mas não consegue. Então é uma luta muito grande. Já tem quatro anos que o povo luta.

Casas de polpas já foram fechadas. Não vende frango... Tu tem teu frango bonito, saudável, tu tem que mais comer com os filhos se tu não quiser que estrague tudinho ou mata e vende na feira Porque se você quiser vender 100 quilos para uma escola tu não consegue Porque precisa do selo. Então, isso são coisas que derrubam o agricultor. Ele não tem uma casa boa, ele não tem um móvel bom, ele não tem onde sentar, ele não tem onde dormir. Então, eu não acho que o governo nos ajude.

Vai ter muita gente que não vai saber te dar essas explicações lá, mas eu sei Porque eu sou doida mesmo (risos). Eu sou uma das quebradeiras que trabalha com tudo: trabalho com a polpa, trabalho com roça, trabalho com horta, com tudo, então, eu sei dizer do jeito que é.

Se tiver uma reunião com o governo eu vou como agricultora, a agricultora Beliza vai, vai os agricultores de Esperantina, de cada lugar vai um agricultor pelejando, mas os governantes não vão para nós ajudar Porque eles não querem nada com a gente: nem o estadual e nem municipal.

Os estaduais comparecem mais nas reuniões do que os municipais. Chega lá e já tem o mapa, tem a ANVISA, aí vem uma luta de mapa, com ANVISA, com agricultor e nunca consegue nada. Até que eles querem ajudar, mas é tanta lei por cima de lei que não consegue, então, eu acho que não tem ajuda do governo nenhuma por esse motivo.

Eles liberaram o dinheiro para comprar um produto, mas que não pode vender. Eu tenho aqui no papel: castanha, paçoca de castanha, farinha, frango, carne de gado, carne de porco, polpa de açaí, polpa de cajá, polpa de acerola com preços maravilhosos. Eles colocam mesmo para o produtor ficar com água na boca: uma polpa de açaí R\$ 19 reais, uma polpa de cupu R\$ 18 reais, uma polpa de cajá R\$ 14 reais. Todos os preços ótimos, mas Porque ele bota se ele não vai comprar da mão do agricultor. Bota no catálogo para a pessoa ficar só olhando.

Quando tu vai fazer o cadastro na Ruraltins, nós só podemos aceitar aqui: cheiro verde, couve, alface, pimentão, caju se for o caju, acerola se for a acerola. Como é que nunca abriu um programa nessa época. Eu vou ter agora caju para eu vender em janeiro? Não vou ter... Então, eles quebram as pernas do agricultor.

Quando eles vierem fazer o cadastro não vai ter cajá. Uma escola tem condições de tirar uma polpa de cajá? É preciso uma máquina para botar o cajá dentro e rodar...

Na avaliação da dona Ivanide, o Estado tem se comportado como um verdadeiro inimigo dos camponeses e dos trabalhadores rurais. As associações têm sido consideradas “amigas”, pois intermediam o acesso das famílias aos programas sociais, ressaltando que a sua luta é também uma luta das associações. Considera reduzida a ajuda que o governo tem disponibilizado, e quando o faz, ainda submete os camponeses às exigências burocráticas irrealizáveis, como o selo necessário para a comercialização de alguns produtos³⁰⁶. Entende que ações como essas prejudicam toda a sociedade, não apenas as famílias camponesas, pois lhes negam a possibilidade do consumo de produtos saudáveis e da própria região. Os quais vão ser consumidos em áreas distantes, por meio de empresas capitalistas.

Dona Ivanilde é consciente de processo de subordinação ao qual está inserida, tanto em relação ao capital, como ao próprio Estado. Assim como os camponeses de diversas regiões brasileiras, também se sente abandonada pelo mesmo. Não é um sentimento de abandono apenas, mas de injustiça e até uma violência simbólica, pois, além das exigências

³⁰⁶ A exigência do selo para a comercialização dos produtos da agricultura camponesa tem sido comum no Brasil. Bombardi (2004) identificou essa situação entre os camponeses do Bairro Reforma Agrária, em Campinas (PA), o que tem provocado um sentimento de grande abandono dos governantes, nos mesmos.

irrealizáveis, divulgam um catálogo de produtos e preços que os despertam para a possibilidade de bons rendimentos, mas quando vão operacionalizar o cadastro na RURALTINS, são barrados e não conseguem uma boa comercialização.

As diferentes formas de subordinação da renda das famílias das camponesas-quebradeiras não indicam a sua transformação em trabalhadoras assalariadas.

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. Esse é o processo que se observa hoje em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês³⁰⁷.

Dessa maneira, podemos asseverar que a reprodução das famílias ocorre através da sujeição da renda camponesa da terra ao capital. Embora consigam esquivar-se em alguns momentos, ainda são expropriados por outras vias. A diversificação da produção tem sido a principal estratégia adotada. A comercialização dos produtos da horta, do babaçu e da roça diretamente nas feiras locais, nas promovidas pelo MIQCB nos eventos de mobilização política, bem como, na feira da agrotins, é de extrema relevância. As feiras e eventos, onde ocorre a comercialização, constituem o *locus* da expressão da autonomia camponesa.

No processo de comercialização dos seus produtos, as experiências das camponesas-quebradeiras de coco mostram que nessa porção do país, as feiras não são espaços exclusivos da realização do “pai de família”³⁰⁸, como ocorre em outras regiões. Em áreas da região do Bico do Papagaio, as feiras são também espaços da realização das “mães de famílias”, onde realizam a venda da própria produção e realiza o valor monetário dos seus trabalhos, isto é, da própria autonomia camponesa.

4.4 Religiosidade e Sociabilidade Camponesa

A experiência histórica do campesinato brasileiro demonstra que a religiosidade camponesa é um componente importante da sua ordem moral. Alguns autores, como Brandão (2009a; 2009b) e Moura (1986), analisam a sua conformação através das concepções e práticas religiosas, manifestadas por essa classe social em diferentes regiões do país.

³⁰⁷ Martins (1986, 175).

³⁰⁸ Woortmann (1990) e Moura (1978).

O propósito deste item consiste em ressaltar as práticas religiosas das famílias das camponesas-quebradeiras de coco babaçu, destacando-as como espaços de encontros e manifestação da sociabilidade, devoção e conscientização política. Destacar também as festas profanas tradicionais em processo de desaparecimento, como resultado da transformação cultural perpetrada pelo capital e pela mudança dos rituais religiosos oficiais; e os cantos de trabalho resgatados pelas “encantadeiras”, como uma forma de resistência e ampliação da visibilidade dessa fração camponesa.

Brandão (2009a) assevera que é comum encontrar em diversas culturas a divisão da vida das pessoas e das comunidades em momentos de dever e prazer, de trabalho e festa. Esta se caracteriza como um evento coletivo de ruptura da vida cotidiana, como um ritual que congrega de forma interativa diferentes rituais. Centrando sua análise na festa popular, de cunho religioso e profano, define-a como a conjugação, interação e celebração de momentos, tais como cortejos cerimoniais, procissões, desfiles, novenas, missas, cantos, danças, visitas a casas e lugares sagrados, simulações de batalhas e reconciliações entre grupos rivais e momentos de comilanças fartas.

A festa popular é uma das práticas religiosas das famílias das camponesas-quebradeiras e das trabalhadoras rurais das áreas estudadas. Compõem-se por diversos momentos articulados entre si, desde a novena, o cortejo cerimonial, procissão, missa, farta comilança, bingos, danças, cantos, visitas às casas e novenas. Em alguns lugares está em processo de desaparecimento, como ocorre no povoado Juverlândia (TO) em relação à Festa de Reis, e tomando novas formas, direcionadas pelo ritual oficial da igreja católica, com as novenas, por exemplo.

4.4.1 Festejo de Nossa Senhora de Lurdes

O Festejo de Nossa Senhora de Lurdes é uma festa popular que agrega símbolos do universo religioso e elementos da realidade agrária desigual vivenciada pelas famílias dos povoados da Estrada do Arroz (Imperatriz-MA). O ritual envolve as famílias de áreas mais distantes também, como da Resex Ciriaco, que alugam transportes para se deslocarem até o local da festa.

A iniciativa do festejo se deu após a revelação de um trabalhador rural, chamado Valdir Alves da Silva, de ter avistado uma Santa, enquanto realizava o roçado da terra de um

fazendeiro, em 1991. Ele conta³⁰⁹ que estava abaixado, roçando com uma foice, quando de repente avistou a imagem de uma mulher de cabelo longo, com uma vestimenta branca e um rosário na mão. Nesse momento, caiu ao chão, com o corpo anestesiado, com dificuldades para se mover, podendo apenas respirar e ouvi o som da sua foz, dando-lhe determinadas instruções. Falou-lhe sobre os tempos difíceis e o sofrimento que o povo daquela região enfrentaria em breve, e pediu que rezasse muito. Para isso, instruiu-lhe construir uma capela de oração naquele local, e promover uma peregrinação anual, com novenas e missas, do povoado onde morava até a localidade. Sabendo que seria difícil acreditarem na palavra do trabalhador, a “Santa” orientou que ele fizesse uma dieta por quarenta dias. Nesse período poderia se alimentar apenas de bolacha, chá e suco.

Tratando sobre a religiosidade do camponês, Moura (1986) chama a atenção para as dívidas que assumem perante as divindades, e as promessas que devem cumprir através do ritual realizado continuamente como uma obrigação.

A religião do camponês baseia-se na dívida para com a divindade de forma tão direta e intensa que a desconfiança de que o sobrenatural desconhece um pedido feito a ele pode levar o crente a castiga-lo de alguma forma. No meio rural brasileiro são conhecidos casos de imagens de santos castigadas, sofrendo sanções pela omissão diante de algo solicitado. A outra face do conceito de dívida é a preocupação do camponês em cumprir a promessa feita à divindade e de materializar em orações e bens a gratidão pela graça atendida, temendo um castigo se assim não agir³¹⁰.

Nesse caso o sr. Valdir assumiu uma dívida com a Santa, e deveria pagá-la através da realização do festejo anual. Ele morava no povoado Altamira, próximo ao de Petrolina, na Estrada do Arroz (Imperatriz-MA), e trabalhava para um dos fazendeiros mais antigos da área, o sr. Sebastião Gonçalves de Paula, conhecido como Sebastião Capixaba. Depois que voltou do trabalho, contou a sua família o que havia ocorrido, e iniciou imediatamente a dieta. A notícia se espalhou rapidamente pelos povoados, causando comentários de todos os tipos. Enquanto isso, em virtude de uma alimentação extremamente restrita, o seu corpo começou a enfraquecer a ponto de não ter condições de sair de casa. Era cuidado dia e noite pela sua mãe, a sra. Olinda Alves da Silva, e pelo seu pai, o sr. Francisco Ferreira dos Santos (fotografia 66).

³⁰⁹ Conseguir entrevista-lo, mas tive um problema com o gravador, que resultou na perda de algumas entrevistas, entre elas a dele. Como não tive mais condições de realizar uma nova entrevista, o relato desse festejo, e de outras práticas religiosas, será fundamentada a partir das anotações realizadas com a observação direta e as conversas tidas com as/os participantes, e os registros iconográficos realizados.

³¹⁰ Moura (1986, p.20-21)

Fotografia 66: A mãe e o pai do trabalhador rural

Fonte: Trabalho de campo (11/12/2016).

As famílias do povoado começaram a se preocupar com a situação do trabalhador. Levaram a história aos responsáveis paroquiais da área, que comunicou ao bispo de Imperatriz-MA, pedindo-lhes orientação sobre as medidas a serem tomadas. O sr. Valdir passou por um acompanhamento psicológico para ver se havia algum distúrbio, mas nada foi constatado. As famílias iniciaram os trabalhos religiosos, e o bispo autorizou a execução das instruções dada pela “Santa”. Porém, o dono da fazenda não permitiu que construíssem uma capela em suas terras, liberou apenas a implantação de um Cruzeiro, para que as famílias rezassem no dia do festejo.

No ano da aparição havia uns missionários da França na região, que ao ficarem sabendo da notícia, iniciaram um estudo. Pelas características descritas pelo sr. Valdir, associaram a Santa, com uma que apareceu na França também, Nossa Senhora de Lurdes, conhecida por se apresentar ao povo do campo. A partir de então, a festa popular passou a ser realizada todos os anos, no dia 11 de dezembro, com a denominação de Festejo de Nossa Senhora de Lurdes, e a fazenda ficou conhecida como Fazenda dos Milagres.

A festa popular de Nossa Senhora de Lurdes, assim como a festa do “Divino Espírito Santo em Pirenópolis” analisada por Brandão (2009a), se configura como um espaço de encontro entre o sagrado e o profano, onde ocorre a manifestação da sociabilidade e solidariedade entre as famílias dos povoados.

Brandão (2009^a, p. 93) assevera que:

(...) em quase todas as sociedades humanas há situações festivas em que a presença dos ritos está em eles poderem, ao se oporem uns aos outros, realizarem simbolicamente a contraposição entre o sagrado e o profano,

entre a solenidade e a mascarada, entre a cerimônia codificada da sagração e a codificação da orgia de transgressão da norma. E é exatamente isto o que se vive nos dias e ao mesmo tempo sacralizados e profanos, solenes e alegres, reservados e pequenos grupos, ou abertos a toda multidão.

A festa inicia com uma sequência de encontros nas casas do povoado Altamira, conhecidos como novenas. Essa parte fica mais restrita às famílias desse povoado, por causa da distância dos demais. Porém, no dia 11 de dezembro, há uma reunião de famílias camponesas e de trabalhadores rurais das áreas vizinhas, para celebrar a Nossa Senhora de Lurdes.

A realização de um dos trabalhos de campo coincidiu com a data do festejo do ano de 2016, com isso pude acompanhar uma parte do mesmo. Enquanto visitava as famílias do povoado Petrolina, fui convidada a participar da peregrinação. No dia 11 de dezembro desse ano, ao nascer do sol, às 6 horas, as famílias saíram às ruas do povoado, batendo na porta das casas, convocando umas e outras para se direcionarem ao local do festejo. Marcaram a saída do povoado como ponto de encontro, e aos poucos reuniram-se mulheres, crianças e jovens, para caminharem até o povoado Altamira (fotografia 67 e 68).

A relação de vizinhança, a sociabilidade e solidariedade entre as famílias era evidenciada a cada gesto, sorriso e histórias contadas durante o encontro. Ao chegar ao povoado Altamira, a comunidade já havia preparado o café da manhã para todos os peregrinos. Aos poucos foram chegando ônibus, trazendo caravanas de camponeses e trabalhadores de vários povoados e da resex (fotografia 69). Enquanto as peregrinas e os peregrinos chegavam, muitas aproveitavam para fazer orações diante da imagem da Santa, dentro da igreja católica, cujo padroeiro é o Santo Benedito.

Fotografia 67: Encontro das mulheres

Fonte: Trabalho de campo (11/12/2016).

Fotografia 68: Chegada ao povoado Altamira

Fonte: Trabalho de campo (11/12/2016).

Fotografia 69: Caravanas das/dos peregrinos.

Fonte: Trabalho de campo (11/12/2016).

Às 8 horas, a Santa foi retirada de dentro da igreja, onde foi realizado o primeiro ato da peregrinação. Ao longo do caminho, equivalente a 6 km, os participantes faziam paradas para rezarem e, depois, seguiam cantando até o local do cruzeiro (fotografias 70 e 71).

É interessante destacar que muitos peregrinos e peregrinas se vestem com uma bata branca, como forma de pagamento de promessa realizada para a Santa. A fotografia 70 mostra o sr. Valdir carregando o andor ³¹¹, segurando na parte de trás, vestido com uma bata. Assim como ele, podemos notar ainda a criança nos braços da mãe, caracterizada de promessa. Muitas vezes, em casos de gravidez de risco e doenças que podem prejudicar a vida da criança, a mãe e o pai fazem promessas aos santos, pedindo pelos filhos. Eles criam a dívida da criança, de modo que esta realize o pagamento ao longo da sua vida. A fotografia 71

³¹¹ O andor é o nome da estrutura, onde a Santa é carregada.

registra a peregrinação dos fieis, que em prece e canto coletivo expressam a uma só voz o sentido e os significados da vida, re-traduzidos e re-ditos a cada ano.

Fotografia 70: Início da peregrinação.

Fonte: Trabalho de campo (11/12/2016).

Fotografia 71: A caminho do Cruzeiro.

Fonte: Trabalho de campo (11/12/2016).

Realizam um grande ritual que, segundo Brandão (2009^a, p. 97),

(...) são falas. Mensagens ao mesmo tempo compreensíveis e cifradas. São meios fortemente carregados de simbologia e de afeto pelos quais as pessoas vivem, celebram coletivamente a cultura, o aprendizado de seu próprio modo de ser. De algo que não é nem a identidade e nem sequer a ética de um povo, mas o seu ethos. Alguma coisa que inscreve na cultura a maneira efetivamente densa e cheia de significados através da qual um povo resolveu ser, sentir, pensar-se a si mesmo e viver as vicissitudes de sua vida.

Um ritual que alimenta o espírito e conforta a alma, como afirma a dona Maria, que fez o convite para a peregrinação.

Ao chegar ao local do Cruzeiro, a magia e a emoção tomam conta das pessoas, como se houvesse um verdadeiro encantamento. Entre uma vela e outra, entre o canto e a reza, gestos de alegria, tristeza e conforto são manifestados pelos idosos, adultos, jovens e crianças. Como se recebessem um alento para as suas vidas, permanecem num ritual coletivo de devoção diante do Cruzeiro e da imagem da Santa (fotografia 66, 67, 68, 69).

O ritual de devoção do Festejo de Nossa Senhora de Lurdes pode ser interpretado também como um momento em que as diferenças de classe e as contendas entre vizinhos são contidas, e a solidariedade e generosidade são evidenciadas. A prece assume a forma de um gesto solidário e coletivo.

Quando uma pessoa ora, reza, diz ou cria com o corpo uma prece, ela pode estar a sós, como no conselho de Jesus Cristo no Evangelho. Pode estar em um par, como num casal orante. Pode estar em família, em meio a um grupo de amigos ou mesmo em um time de futebol antes do jogo. Pode estar orando a sua oração pessoal no meio de uma multidão ou pode unir-se à mesma multidão em uma mesa “reza”. No entanto, em sua forma mais simples e, talvez, mais arcaica, a prece parece ser um gesto solidário. Algo que se passa entre o fiel e a divindade. Entre um ser humano, crente, e um santo, um ser ou mesmo um objeto sagrado – como a “Santa Cruz” – tido como alguém que houve a prece e, ora sim, ora não atende uma súplica³¹².

Fotografia 72, 73, 74, 75: Ritual de Devoção do Festejo de Nossa Senhora de Lurdes.

Fonte: Trabalho de campo (11/12/2016).

³¹² Brandão (2009b, p. 21)

Com a crença de terem sido escutados pela Santa, as peregrinas e os peregrinos retornam ao povoado Altamira. Antes, passam a casa do dono da fazenda, para fazerem um lanche, oferecido pela família. A qual os recebe como se fossem verdadeiros e grandes amigos. Ao chegarem ao povoado, o almoço também já estava pronto. Fruto de um trabalho coletivo dos vizinhos do povoado, este reforça as relações de vizinhança, sociabilidade, solidariedade e fraternidade. Um grupo de mulheres prepara o alimento, oferecido pela vizinhança, e após a missa do retorno, na paróquia do Santo Benedito, é servido a todos. No final do dia realizam a parte profana da festa, com aparelhagem de som, danças e bingos, para arrecadar fundos para a manutenção da paróquia.

4.4.2 Festa dos Santos Reis, do Divino Espírito Santo, do Lindô, da Mangaba e do Babaçu

A Festa dos Santos Reis, conhecida também como Folia dos Santos Reis, ocorre a partir do dia 25 de dezembro até o dia 6 de janeiro. Ao longo da realização dos trabalhos de campo, ao serem perguntados sobre as festas religiosas, os interlocutores sempre lembravam dessa festa. A lembrança era de algo bom, que remetia a vida passada, porém, distante da realidade atual.

Dona Maria Raimunda Pereira da Silva, do povoado Juverlândia (TO), foi uma das camponesas-quebradeiras que rememorou a Festa dos Santos Reis e a Festa do Divino Espírito Santo. Conta que havia uma camponesa no povoado, que todos os anos fazia a festa. *“Tinha uma mulher que começava a tirar, pedir esmola no dia 25 de dezembro, quando era o dia 6 de janeiro ela fazia a festa: rezava o terço e dava comida. Aí era a Festa de Reis”*³¹³.

A “dona” da “Festa de Reis” saía com um grupo de pessoas, batendo de casa em casa, cantando, rezando e pedindo doações para a realização da festa no dia 6 de janeiro. Dona Raimunda fala que o “os Reis” saíam pelas ruas do povoado, acompanhado pelos “caretas”, à meia noite. Os caretas

“(…) eram uns homens que vestiam uma saiona de palha de banana, botava máscara na cara, três caretas e andavam mais os Reis. (...) De máscara, com umas flechas na mão e dançavam no terreiro que sapateava igual pagode. Era muito bonito nos tempos do Reis”.

Os “caretas” identificados pela dona Raimunda são os responsáveis pela parte profana da “Festa de Reis”. A qual, segundo Brandão (2009b) corresponde a um momento de fé e

³¹³ Entrevista com dona Maria Raimunda Pereira da Silva, do povoado Juverlândia, em 13 de outubro de 2016.

festa, do sagrado e do profano, da diversão e devoção, difícil de separar, pois ambos dão o tom da prática religiosa.

A nossa informante lamentou não ter a fotografia dos rituais que aconteciam no povoado, mas mostrou uma foto dos Santos Reis, para descrever melhor a festa (fotografia 76).

Fotografia 76: Narrativa da Festa dos Santos Reis

Fonte: Trabalho de campo (13/10/2016).

Ao mostrar o quadro com a imagem da visita realizada pelos Três Reis do Oriente a Jesus e Maria, por ocasião do seu nascimento, dona Raimunda, também lembrou uma parte da música cantada pelos Reis e os caretas durante a visita às casas. Disse que eles chegavam diante da porta e cantavam assim:

Santo Reis, desceu do céu e sentou no braço da cruz, sentou no braço da cruz,
Senhora Dona da casa,
Eu cheguei na sua casa, com limão verde na mão, com limão verde na mão,
Se não vier pagar meu 'reis', eu jogo o limão no chão, eu jogo o limão no chão'.

E era assim, cada um cantava e o outro respondia.

Eu cheguei na sua casa com limão verde na mão.
Se não vier pagar meu 'reis', eu jogo o limão no chão,
Senhora Dona da casa, venha receber meu 'reis',
No terreiro da minha casa tem um galo romani, tem um galo romani
Ele canta fora de hora quando Jesus de 'aleventa', quando Jesus se 'aleventa'.

Agora eu não sei mais não³¹⁴.

Após o canto dos Reis e dos caretas, as famílias de cada casa tinham que paga-lhes, seja com dinheiro ou alimento (arroz, feijão, farinha). Tudo era utilizado no dia 6 de janeiro, quando ocorria a reza do terço e a distribuição gratuita das comidas.

Na verdade, os rituais dos Santos Reis consistem num processo de distribuição de bênçãos às casas visitadas. Uma “celebração da reciprocidade” com ênfase Brandão (2009b, p. 119).

(...) Entre caminhadas, chegadas e saídas de uma “casa do giro” ou “do pouso” e entre preces, cartórios, gestos cerimoniais e rezas coletivas, as pessoas de um lado e do outro, entre os foliões viajantes e a “gente da casa”, estão trocando e reciprocizando bênçãos, bens e serviços costumeiros e festivos da religiosidade popular.

Além da Festa dos Santos Reis, dona Maria Raimunda fez referência a Festa do Divino Espírito Santo. Conta que essa era mais triste, que chorava muito, pois se lembrava dos seus pais já falecidos. Um grupo de pessoas também saía de casa em casa rezando, com a bandeira do “Divino” nas mãos, e cantava:

Eu vou dar uma despedida, eu vou dar uma despedida,
De baixo de um arvoredor, de baixo de um arvoredor,
E se a dona que vai voltando, e se a dona que vai voltando,
Dá lembranças segundeira, dá lembranças segundeira,
Ô senhora dona da casa, ô senhora dona da casa,
Leva o Divino lá dentro, leva o Divino lá dentro³¹⁵.

A Festa dos Santos Reis e a Festa do Divino Espírito Santo era realizada em todas as unidades territoriais estudadas no presente trabalho. Porém, estão em processo de desaparecimento.

De acordo com Brandão (2009b) o desaparecimento das festas populares pode ser entendido a partir das transformações culturais realizadas no âmbito da própria igreja. Ressalta que os rituais das festas, folias, danças e encenações teatrais, que acompanhavam as cerimônias e procissões oficiais da igreja foram desaparecendo, a partir da condenação e expulsão dessas práticas pela organização hierárquica. Com isso as práticas passaram a ser realizadas no campo, através do Catolicismo Popular, e no interior das periferias urbanas, em praças públicas, por exemplo.

³¹⁴ Entrevista com dona Maria Raimunda Pereira da Silva, do povoado Juverândia, em 13 de outubro de 2016.

³¹⁵ Entrevista com dona Maria Raimunda Pereira da Silva, do povoado Juverândia, em 13 de outubro de 2016.

O que acontece a partir de então na Europa Medieval acontece depois no Brasil. As proibições da hierarquia cristã não extinguem de todo os rituais com canto e dança da massa festiva dos fiéis. Elas empurram o seu cenário para outros cantos de culto popular. Expulsos da nave dos templos, os devotos dançadores refugiam-se nos adros. Expulsos dali, vão para praças, ruas, beiras de cidade, campos. Alguns ritos de dança voltarão timidamente incorporados a procissões. Outros irão fazer parte dos festejos devocionais do que muito mais tarde veio a ser chamado de Catolicismo Popular³¹⁶.

Brandão (2009b) explica ainda que a igreja católica se apropriou dos símbolos populares, tais como danças, cantos e versos, e reeditou a partir da sua concepção religiosa e os impôs novamente aos índios e africanos num processo que entendemos como de colonização religiosa. E mais, eles foram apropriados pelas irmandades e confrarias, que originou “espaços simbólicos de crença, devoção e prática religiosa”, relativamente autônoma diante do poder hierárquico da igreja.

Entretanto essas práticas tradicionais estão em processo de desaparecimento no campo. As práticas religiosas têm sido transformadas, assumindo as características dos rituais sob o controle da hierarquia eclesiástica. Isso é tão verdade, que é mais comum encontrar a realização das novenas e a festa do padroeiro como práticas religiosas atuais. O Festejo de Nossa Senhora de Lurdes (Maranhão), o Festejo de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro (Juvêrlândia-TO) e o Festejo de Santo Agostinho (Olho d'Água- TO) é o exemplo disso.

Até as festas populares tradicionais de cunho mais profano, porém tradicional, estão desaparecendo nas unidades territoriais. A Festa do Lindô e da Mangaba são exemplos importantes. Como herança cultural passada de geração a geração, as danças eram reproduzidas nas comunidades aqui estudadas.

Em Olho d'Água (TO), as famílias se reuniam no terreiro para dançar o lindô e a mangaba, mas depois que o sr. Calixto faleceu, os filhos foram abandonando-a. O sr. Cosmo também associa esse abandono à expansão das músicas modernas, produzidas pela indústria capitalista musical, que acaba despertando o interesse do jovem.

Cosme: Quando nós éramos mais novos e tínhamos força, nós brincávamos o lindô, brincávamos mangaba.

Mayka: O que é lindô e mangaba?.

Cosme: Lindô é uma dança que a gente dança junto com a família e uns cantam e outros dançam. Mas nós temos a tradição da família (desde 88) que no dia de ano nós nos juntamos a família naquele galpão grande que tem o

³¹⁶ BRANDÃO, 2009b, p. 145.

boi para nós comermos juntos. Tem uns que não podem vir, mas sabem que a gente está reunido nesse dia.

Mayka: Qual era a outra que o senhor falou? Mangaba?

Cosme: A mangaba era batida num tambor e dançava quase no ritmo do lindô. É dança que vem dos negros... Da tradição.

Mayka: Algumas pessoas tocavam tambor?

Cosme: Batiam e cantavam e os outros dançavam.

Mayka: Quanto tempo tem que vocês não fazem mais?

Cosme: Tem mais de 3 anos... Depois que papai morreu as pessoas foram ficando mais velhas (as que brincavam) e os mais novos não quiseram mais tomar de conta porque depende de muito nervo e perna para brincar, então, tem que ter influencia da juventude que ficou mais de fora não quiseram acompanhar direito.

Mayka: Vocês faziam onde?.

Cosme: Aqui mesmo nos terreiros das casas³¹⁷.

O sr. Cosmo explica que a música é uma herança dos negros, descendentes de africanos³¹⁸. Dançavam em família, porém a prática foi deixada de lado. A festa que ainda realizam é de comemoração anual do aniversário da comunidade. Celebram com um grande churrasco no final do ano.

Dona Maria Silvânia também fala sobre as festas do lindô e da mangaba, que vem se perdendo na comunidade (fotografia 77). Segundo ela, falta um incentivo para que os jovens e todas as famílias retornem a prática da festa popular. Ressalta que dançaram por um tempo nas festas juninas da cidade de São Miguel do Tocantins (TO), e na semana santa, mas deixaram de dançar. O trecho da sua entrevista é elucidativo, pois, além de descrever a dança, com ajuda da sua tia Luiza, também faz um movimento de rememoração e canta e dança uma das músicas³¹⁹.

Mayka: Você lembra como era essa dança?

Silvânia: Eu lembro.

³¹⁷ Entrevista com o sr. Cosmo, da comunidade Olho d'Água, em 19 de outubro de 2016.

³¹⁸ Muito interessante, pois a sua família apresenta traços fortes do povo africano. Cheguei a perguntar se em algum momento ouviram falar sobre os quilombolas, e tinham pensado em fazer o reconhecimento como comunidade quilombola. O sr. Cosmo afirmou ter ouvido falar, mas não se reconheciam enquanto quilombolas.

³¹⁹ Não temos a foto delas dançando, fizemos apenas o vídeo, que, infelizmente não pudemos utilizar nessa ocasião. Será trabalhado num outro momento.

Mayka: E como era?

Silvânia: Era tipo uma ciranda, sabe? De roda... Homem e mulher (era de casal) davam as mãos fazendo a roda e tinha alguém que cantava as músicas do lindô.

Mayka: Você lembra da música?

Silvânia: Aí, a gente faz a roda e cada mulher tem seu par e aí tem o cantador que fica cantando e às vezes alguém da roda diz algum verso. O cantador fica roda ou dentro da roda mesmo e os outros puxam. Tem vezes que o cantador diz um 'pé' e o grupo responde com outro 'pé'. Eu não quero cantar não, porque minha voz é feia. Canta aí, tia, palha do coqueiro...

Luiza: Eu não lembro mais nem por onde começava... (começa a cantar um trecho).

Silvânia: 'Ô lindô, lindô, lindô... Todo mundo já chegou'. E batia os pés e fazia a zuada.

'Ô lindô, lindô, lindô...

Todo mundo já chegou.

Só o meu amor que não quer chegar'.

Silvânia: Só que é de homem e mulher (ela faz de conta de que era meu par) e aí vai trocando: vai passando e vai pegando outra mulher e vai rodando a roda.

Mayka: Agora canta a música aí.

Luzia e Silvânia: A palha do coqueiro não 'fulora' mais,
Moça quando casa, êh, não namora mais.

Silvânia: Boa mesmo é aquela lá: (Luiza acompanha)

'Olha o gato do mato!

Pegou, segurou,

Se não quiser dar no gato segura que eu dou.

A palha da casa queima,

Queima, mas não queima,

Se queimar eu boto areia

Areia também queima

Se queimar eu boto telha

Telha também queima

Olha o gato do mato!

Pegou, segurou,

Se não quiser dar no gato segura que eu dou.

Olha o gato do mato!

Pegou, segurou,

Se não quiser dar no gato segura que eu dou. '

Cansei (risos).

Mayka: E vocês não fazem mais a festa?

Silvânia: Não³²⁰.

Fotografia 77: Dona Maria Silvânia Nunes da Paixão.

Fonte: Trabalho de campo (data).

Na Resex Ciriaco existe um grupo de camponesas-quebradeiras, coordenado por dona Faustina que dança o lindô em eventos culturais na cidade de Cidelândia (MA). Num dos trabalhos de campo, presenciei o convite realizado por um grupo de alunas à dona Faustina, para dançarem na semana seguinte. Aproveitando as visitas que estávamos fazendo às casas das camponesas, ela comunicava o convite às outras componentes do grupo. Dona Maria da Paz Pereira da Silva, aproveitou a ocasião e mostrou a saia usada para dançar (fotografia 78).

Além de dançar nos eventos culturais da cidade, o grupo das camponesas-quebradeiras também dança na festa promovida pela associação. A festa é realizada em celebração ao aniversário da Reserva, e é conhecida como a “Festa do Babaçu”, devido à realização do concurso de quebra de coco entre as camponesas-quebradeiras da Reserva Ciriaco, das reservas e povoados da região.

A festa do coco (...) é sempre 20, 22 de maio, é sempre depois do dia 22 por aí, quando a reserva faz ano. Essa data geralmente cai no sábado, e a gente coloca três dias de festa. Que é quando a reserva faz ano, a gente agradece com essa festa de agradecimento da comunidade às instituições, todo mundo é convidado, e no final sempre rola o torneio de quebra de coco entre as mulheres da reserva Ciriaco, Mata Grande, Extremo Norte. Antes disso, a gente faz pedido para pessoas do comércio, televisão, rádio, que colaborem conosco né? Para premiar essas mulheres que ficarem em primeiro, quem quebrar mais coco em um determinado tempo. Então a gente faz pedido aí pelas lojas e os grandes empresários. Esse ano a gente ganhou muito

³²⁰ Entrevista com dona Maria Silvânia Nunes da Paixão e dona Luíza Alves dos Santos Paixão, comunidade Olho d'Água, 20 de outubro de 2016.

presente mesmo, que ultrapassou, sobraram 10 presentes, estão lá em casa guardados para a próxima festa. Então presente não é problema³²¹.

Fotografia 78: Dona Maria e a saia do lindô.

Fonte: Trabalho de campo (08/12/2016).

O sr. Antonio Jesa fala sobre a Festa do Babaçu. Apesar de não citar a apresentação da dança das mulheres, seu depoimento é importante, na medida em que descreve a organização da festa, por um lado, assim como denota a sua postura sobre o significado da mesma. Nota-se que prioriza o agradecimento às instituições, ao invés das famílias que lutaram e conseguiram conquistar a reserva. Durante as entrevistas com as famílias camponesas-quebradeiras de coco, muitas manifestaram incômodo em relação à organização da festa. Afirmaram que ela tem perdido o sentido tradicional, que consistia na valorização do trabalho das camponesas-quebradeiras e do próprio coco babaçu. Reclamaram que durante a festa, os equipamentos da associação (geladeiras entre outros) são usados pelo dono do bar “Mastigado da Jumenta”,

³²¹ Entrevista com o sr. Antonio Jesa, na Reserva Extrativista do Ciriaco, em 07 de dezembro de 2016.

para gerar lucro individual, e que não podem ter acesso a nada, sem que tenham que pagar. O uso é autorizado pelo presidente da associação.

Mayka: Tem festa do babaçu?

Expedita: A da ATARECO tem.

Mayka: Como é essa festa?

Faustina: É em maio.

Expedita: Nunca teve mais aqui, não. O Valdete é que faz lá pela casa dele.

Mayka: Quem?

Expedita: O Valdete.

Mayka: Quem é Valdete?

Expedita: O que estava mais nós hoje.

Mayka: Ah, ele faz na casa dele?

Expedita: Faz lá no clube dele, mas a festa era para ser aqui. Aqui já teve bem umas quatro, não foi, Dona Faustina?

Faustina: Teve! Quando começou era só aqui.

Expedita: Era só aqui. Acabou que nunca mais ele fez.

Mayka: Por quê?

Expedita: Eu não sei!

Faustina: É porque, eu vou entrar na conversa, é porque o presidente, ele é presidente, mas de muitas coisas ele não gosta. Ele não se envolve com festas. Ele não quer se envolver com festa. E eu disse para ele um dia: ‘Mas tu sabia que todo ano é tradição presidente! Tem que encarar na festa!.

Expedita: Tem que encarar mesmo....

Mayka: E as associadas não cobram dele?

Expedita: Cobram sim!

Faustina: Cobram, mas ninguém quer assumir a responsabilidade, dizer: ‘nós vamos fazer’.

Expedita: É, desse jeito....

Faustina: Porque, se nós nos reunirmos e combinar tudo controlado para nós fazermos, nós fazemos.

Expedita: Vou dizer uma história bem aqui. Olha, tem um congelador da associação, pois se o Valdete levar para lá, pois ele ainda cobra. Porque passa a noite todinha gastando energia.

Faustina: Não tem mais nenhum da associação. Aí, Valdete toma de conta e faz para lá.

Expedita: Faz para lá e a gente ainda paga a cota lá, óh... (...).

Faustina: No torneio eu vou, eu quebro, mas para lá eu não vou. O (?) cobrou hoje: ‘Sócio tem que organizar direito o lindô que é para brincar no dia direito. Eu digo: ‘Foi ruim porque é assim: a gente convida para ensaiar, aí não quiseram, aí quando foi no dia, todo mundo queria entrar!’ Só que agora não vai mais ser assim! Só vai entrar os que ensaiarem!

Expedita: A Dona Faustina dança o lindô bem direitinho!³²²

O trecho da entrevista coletiva com dona Expedita e dona Faustina mostra claramente um processo de apropriação privada dos elementos da Festa do Babaçu, e uma tendência à ressignificação da mesma, a partir de uma lógica mercadológica. Apesar do presidente da associação ter dito que a realiza anualmente, as camponesas-quebradeiras disseram que não tem ocorrido todo ano, e que o dono do bar, localizado a beira do riacho, tomou conta da sua organização, dando um outro significado, para produzir e se apropriar privadamente do lucro com a venda de bebidas e alimentos.

As informantes se posicionam completamente contra a postura adota pelo presidente da associação ATERECO, que tem liberado os seus equipamentos, sem que haja um retorno explícito para a mesma ou algum benefício para as famílias de Ciriaco. Nota-se, portanto, que apesar de continuarem realizando a Festa do Babaçu, esta tem perdido o significado tradicional de uma festa popular.

4.4.3 A novena

Afirmamos anteriormente que as práticas religiosas tradicionais encontram-se em processo de desaparecimento, e se transformando em rituais determinados pela hierarquia da igreja católica. A novena é um exemplo desses rituais, comum entre as famílias das comunidades, Olho d’Água (TO), Juverlândia (TO), Resex Ciriaco (MA) e Petrolina (MA).

Um espaço de encontro, de manifestação da fé e devoção a uma divindade transcendental, mas também de conscientização política. Mesmo depois de um dia intenso de

³²² Entrevista com dona Expedita de Souza Silva e dona Maria Faustina dos Santos, na Reserva Extrativista do Ciriaco, em 08 de dezembro de 2016.

trabalho, as camponesas, principalmente, se reúnem nos nove primeiros dias de cada mês, para a realização da novena. Cada dia da semana o encontro é realizado em uma das casas. A família receptora do Santo prepara um altar, com a imagem, velas e flores para a realização da devoção, que pode ser realizada dentro da casa ou no seu terreiro (fotografia 79).

Fotografia 79: Novena de Santa Luzia

Fonte: Trabalho de campo (16/08/2017).

A fotografia 79 mostra a imagem da novena realizada no povoado Petrolina (MA), onde as camponesas-quebradeiras, sem terra, se reuniram na casa de uma delas para proferir a devoção à Santa Luzia. Após o ritual religioso, a dona da casa serve um lanche, e enquanto comem, conversam sobre os problemas enfrentados pela comunidade, e as possíveis soluções. É um momento de fortalecimento dos laços de vizinhança e de sociabilidade, em que narram histórias pessoais, falam sobre acontecimentos cotidianos, e socializam pensamentos e reflexões.

Nessa novena falaram um pouco sobre a importância do babaçu e as condições do povoado e da Estrada do Arroz, quando ocuparam a área. Dona Martinha Pereira Morais e Cloracy Santos Assunção cantaram as músicas que escreveram, como forma de manifestação diante das situações vividas. Uma das músicas ressalta as qualidades do babaçu, os seus subprodutos e as formas de utilização, já referenciada no capítulo 3 desse trabalho, escrita pela filha Cloracy. A outra música trata sobre as condições da Estrada do Arroz (MA), como um protesto e agradecimento as autoridades que investiram na sua reforma, escrita pela mãe dona Martinha.

Eu dou bom dia pessoal
Peço licença ao Senhor
Eu vou falar para essa gente,
Para todos os presentes, sobre a estrada do arroz

Eu dou bom dia pessoal
Peço licença ao Senhor
Eu vou falar para essa gente,
Para todos os presentes, sobre a estrada do arroz

A nossa estrada do arroz,
Há muitos anos começou,
E agora terminou,
Para todo lavrador,
Da Estrada do Arroz,
Filho de nosso Senhor

Deus abençoe o governo,
Que fez a estrada do arroz.
Deus abençoe Imperatriz,
Que fez a estrada do arroz
Deus abençoe a Cidelândia,
Que fez a estrada do arroz
Deus abençoe o Collor,
Que fez a estrada do arroz
Deus abençoe os homens,
Que fez a estrada do arroz.
Deus abençoe o maquinário,
Que fez a estrada do arroz

Viva Raimunda e Aparecida,
Também a Lurde lá do Fórum,
Buscando a estrada do arroz
Para todo lavrador,
Da estrada do arroz,
Filho de nosso Senhor³²³.

³²³ Letra da música escrita por dona Cloracy Santos Assunção, camponesa-quebradeira de coco, sem terra do povoado Petrolina, no município de Imperatriz (MA), em 16 de agosto de 2017.

Fotografia 80: Roda de conversa e canto após a novena.

Fonte: Trabalho de campo (16/08/2017)

A letra da música consiste num agradecimento aos responsáveis pela reforma da Estrada do Arroz (MA). Apesar de supervalorizar as autoridades governamentais, entende-se a importância dessa reforma para a vida das famílias residentes nos povoados localizados às suas margens, bem como da própria cidade de Cidelândia e da Resex Ciriaco. São famílias que sofreram durante décadas, com a estrada intrafegável, que, muitas vezes, em época de inverno, as deixava quase isoladas. Portanto, é uma letra que expressa o sentimento de alívio em poder se deslocar livremente, e em segurança.

Durante o contato com as famílias das comunidades pude notar a importância do canto para as mesmas. Como uma forma de linguagem, utilizam para expressar sentimentos, problemas vivenciados no cotidiano, reivindicações, ou simplesmente para se divertir, alegrando os momentos de trabalhos intensos. Cabe, portanto, ressaltar um pouco mais sobre o significado do canto na reprodução da vida das camponesas-quebradeiras de coco.

4.4.4 Do canto de trabalho ao canto de luta das camponesas-quebradeiras de coco

As narrativas das camponesas-quebradeiras sobre o momento do trabalho de extração e produção do babaçu, bem como da roça e da horta, elucidam a importância do canto. Não é que antecipam ou finalizam os trabalhos com uma festa, como ocorre em algumas regiões para celebrar os seres humanos, naturais ou sobrenaturais através dos quais se acredita ou sabe-se que contribuíram com os frutos gerados, como ressaltou Brandão (2009a). Nesse caso,

o canto aparece como um “fator instrumental do trabalho”³²⁴, que, associado a brincadeira jocosa, alegrem as camponesas no momento do trabalho intenso.

O canto de trabalho é descrito como um costume comum de gerações passadas de camponesas-quebradeiras, as quais realizavam os grandes adjuntos do coco, cantando para alegrarem, se distraírem e não verem o tempo passar. O momento de trabalho tomava a forma de uma verdadeira festa, com a participação das camponesas, crianças e cachorros. Embora enfrentassem condições difíceis de sobrevivência, o encontro era marcado por um sentimento de afetividade, solidariedade e generosidade.

Dona Raimunda relata esse momento com alegria, lembrando uma das músicas que cantava durante o trabalho.

Mayka: A senhora levava os seus filhos para quebrar coco?.

Maria Raimunda: Levava todos os meninos para juntar e eu quebrava.

Mayka: Vocês cantavam quebrando o coco?

Maria Raimunda: Cantávamos (risos).

Mayka: O quê vocês cantavam?

Maria Raimunda: Sei lá, eram tantas músicas que a gente cantava quebrando coco.

Mayka: A senhora lembra de alguma?

Maria Raimunda: Deixa me ver se lembro...

‘Cansado, desiludido,
Saí procurando um lugar para ficar,
Caminhando sem rumo certo,
Até que cheguei à beira do mar.
Sereia, sereia, seu canto feliz encheu minha alma de
felicidade’.

Eu gostava de cantar essa quando quebrava o coco.

Mayka: E as crianças?

Maria Raimunda: Também. As minhas viviam cortando pau no mato³²⁵.

Dona Maria conta que os filhos a acompanhavam nos trabalho de coleta e quebra do coco, e que viviam brincando, “cortando pau no mato”. Enquanto isso permanecia quebrando e cantando.

³²⁴ Brandão (2009a, p 101)

³²⁵ Entrevista com dona Maria Raimunda Pereira da Silva, povoado Juverlândia, em 13 de outubro de 2016.

Numa noite especial, na comunidade Olho d'Água (TO), sentamos no terreiro em frente à casa do sr. Cosmo, e começamos a conversar sobre o passado, sobre os trabalhos das mulheres. O sr. Cosmo, dona Luiza e dona Ivanilde falaram sobre as músicas criadas e cantadas pelas camponesas quebradeiras durante o trabalho, contaram e cantaram a música da “tia Sutina”.

Mayka: Então canta aí....

Ivanilde: Disse que quebrava o coco demais e não tinha música.

Cosme: Aí inventaram a música.

Ivanilde: A música da tia Sutina era assim:

‘Mulher magra, eh mulher magra,
Esse coco acaba contigo,
Trabalha o ano inteiro, bate o coco o ano inteiro,
Vai na mala e não acha um vestido...’

Tem mais que eu não sei... A tia Sutina cantava isso e a gente falava para não cantar pelo amor de Deus, para o povo não escutar que essa música era feia.

Cosme: ‘A mulher magra vai para coco, ela primeiro pisa o arroz,
A mulher magra vai para coco, ela primeiro pisa o arroz,
Nessa casa que é só cisco, a cabeça que só tem piolho’ (risos).
É que não dava tempo de consertar’ .

Ivanilde: A pobrezinha ainda não tinha tempo para pentear o cabelo, nem tempo de nada, de limpar a casa. Pensa no coco, que eu te falei, que era no mato e era um grupo de mulheres. Sumia todo mundo no mato de manhã e só chegava à tarde. Tinha uma delas que levava um pouco de farinha de puba, manga, rapadura, banana... Era isso que comíamos lá no mato o dia todo. Uma cabaça com água, a banana, farinha de puba e a manga.

Momento muito valioso do trabalho de campo, pois pude participar de um processo coletivo de rememoração do trabalho e da vida de uma parte da família Calixto. Depreende-se da fala de dona Ivanilde, que elas não tinham músicas, como as elaboradas pela mídia eletrônica, mas, o sr. Cosmo reintera que, não tinham música, mas inventaram a sua própria. A letra foi criada a partir das situações da vida cotidiana, e como tinham um conteúdo doloroso, era considerada pelas mulheres mais jovens como uma música feia. No depoimento final da dona Ivanilde, ela explica o significado da letra, o porquê daquelas palavras. A explicação é dada pela descrição da própria vida da sua tia, a qual sobrevivia num contexto de grande pauperismo, e para garantir a reprodução da família, esquecia-se de si, do seu próprio corpo e cabelo, para buscar o mínimo necessário para alimentação diária.

Assim, não é apenas o canto, mas o clima de trocas de serviços e de sentidos em que se dá, trás a uma situação vivida no cotidiano como um trabalho feminino solidário ou realizado em pequenas equipes, quase sempre familiares (uma mãe fiandeira e suas filhas), a dimensão de um trabalho-festa, de uma ação produtiva, mas entretecida de um clima socioafetivo que faz interagirem as duas dimensões do trabalho que estamos tratando aqui. Uma relação entre pessoas e coisas, em outros momentos regida por princípios produtivos de eficácia e regida pelo estrito cumprimento de tarefas, torna-se uma relação entre pessoas através de coisas, em que as regras do trabalho produtivo mesclam-se com as de uma convivência gratuita e generosa. Ali onde atos utilitários de produção de bens tornam-se gestos afetivos de criação de afetos e sentidos, através não tanto do que se produz (...) – mas através de como se produz³²⁶.

Uma questão importante é que esse “trabalho-festa” vem tomando outros formatos, a partir da relação que a comunidade estabelece com a sociedade em geral. As camponesas-quebradeiras mais jovens e a própria juventude acaba absorvendo a música no sentido produzido pela mídia capitalista, a qual não está interessada no conteúdo social da letra, mas com a possibilidade de auferir renda com o mesmo. O depoimento da dona Ivanilde, sobre a música da “tia Sutina”, é representativo nesse sentido.

Martins (2014), nos ajuda entender essa questão a partir da análise da música sertaneja, ressaltando algumas “ciladas políticas” da sua produção. As quais resignificam a “música caipira” a partir de uma visão urbana e preconceituosa, centrada na lógica da música-mercadoria.

Embora nesses últimos casos as letras possam conservar e resgatar da música rural antiga os ritmos e melodias, a rigor é nenhum parentesco com a música caipira, a não ser o revestimento formal exterior. Nesses casos, aliás, as músicas não expressam um momento ritual da visita da folia, com toda a sua importância religiosa. Em vez de serem músicas da folia, são muito mais músicas sobre a folia. Já não são músicas caipiras, mas tão somente *músicas sertanejas*. Sua lógica é outra. Já não celebram os momentos religiosos e festivos de ruptura do trabalho no tempo cíclico e cósmico da relação do homem com a natureza. Já não é lógica da festa e da celebração. A lógica da música sertaneja é a lógica da música mercadoria, que não pode durar mais do que um determinado tempo, porque é música para ser comprada e vendida, antes de ser ouvida. O seu tempo está limitado pelo tamanho do disco, um CD ou ouve um programa de rádio não apenas compra ou ouve determinada música, mas também determinada *quantidade* de músicas. Nesse caso, a lógica quantitativa muda completamente a referência na própria produção da música³²⁷.

³²⁶ BRANDÃO, 2009a, p. 102-103.

³²⁷ MANTINS, 2014, p. 120.

Mas, assim como o capital se expande apropriando-se do universo simbólico e do conteúdo das práticas e costumes tradicionais, transformando-os a partir da lógica da mercadoria, voltada para a geração do lucro. As camponesas-quebradeiras, organizadas no MIQCB, criaram o grupo das “Encantadeiras” como estratégia de resistência e de luta. O grupo atua recuperando os cantos de trabalhos escritos e cantados por diferentes gerações de camponesas-quebradeiras, bem como as produzidas durante os contextos de luta pelo reconhecimento e livre acesso aos babaquais.

Entendemos o processo de criação do grupo das “Encantadeiras” como uma “tradição inventada”³²⁸ que faz referência a um passado histórico, estabelecendo uma continuidade, porém modificada pela a partir da intencionalidade política subjacente a ela.

Hobsbawm (2012) escreve sobre as invenções das tradições, ressaltando que, apesar de ser consideradas antigas, muitas vezes, correspondem a práticas bem recentes. Entende que a “tradição inventada” estabelece uma relação de continuidade com o passado, ora criando ora reformulando um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica, que busca inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição.

Segundo o autor,

(...) não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a “invenção” de tradições nesse sentido. Contudo, espera-se que ela ocorra com mais frequência: quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostra de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta³²⁹.

O grupo das “Encantadeiras” é representativo, pois diante do processo de desaparecimento do canto de trabalho, muito comum nas práticas dos adjuntos do coco, estrategicamente o recuperam através do exercício de rememoração junto às camponesas-quebradeiras mais velhas, para reproduzi-lo e divulga-lo amplamente. O desaparecimento do canto de trabalho é evidente na fala das mulheres mais jovens, que afirmam não saber cantar como as mais velhas, como revela o depoimento da dona Maria Silvânia:

³²⁸ Ver Hobsbawm, 2012.

³²⁹ HOBSBAWM, 2012, p. 11-12.

Mulher, eu não sei cantar não. Eu sei, mas não sei todas as músicas porque as músicas das quebradeiras, quem sabe são as quebradeiras mais velhas que sabem direitinho. Quando a gente vai para as reuniões ai, das sócias da ASMUBIP, as mais velhas são a tia Nonata, as irmãs da tia Nonata. As outras sabem, mas não sabem até o final como a tia Nonata sabe, como a Dona Raimunda, como a Dona Emília, essas mulheres aí. (...) Aqui a maioria de nós que quebramos coco somos as mais novas, as mais velhas não estão quebrando muito que nem antigamente porque umas têm problemas de coluna, umas já se aposentaram, outras querem quebrar, mas não dão conta porque estão velhas demais. Mas nós mais novas não sabemos cantar as músicas. Sabemos alguma ‘pezinho’, mas não sabemos o final todo³³⁰.

O depoimento é muito significativo, porque a própria camponesa-quebradeira mais jovem esclarece o que está acontecendo com o canto de trabalho. Até sabem um “pezinho”, ou seja, uma parte das músicas, mas quem domina com propriedade e inteireza são as mais velhas, que, por sua vez, não estão quebrando tanto quanto antes, devido aos problemas de saúde que apresentam e, por estarem aposentadas.

A questão do desaparecimento do canto de trabalho entre as camponesas-quebradeiras de coco é de extremamente sério, porque fere a essência do trabalho coletivo, vivido como uma troca generosa e de interação gratuita, própria das práticas tradicionais dos mutirões em forma de adjuntos. Brandão (2009a) assevera que a perda parcial ou completa desses momentos, representa um primeiro sinal de deterioração da própria atividade coletiva que, aos poucos, perde o sentido e o significado para além da própria produção dos bens e serviços.

O que eles, os homens, os homens da terra lamentam, o que nós lamentamos e não devemos aceitar, é a perda do princípio de solidariedade, de gratuidade e de generosidade nas relações entre pessoas, entre grupos humanos e mesmo entre povos e nações. Uma perda tida por alguns como um ganho, quando defendem as regras e os valores de um mundo regido pelos interesses utilitários do mercado e de dinheiro, de bens e de trabalhos. Relações em que produtos valem mais do que produtores de produtos e em que, sob uma mesma lei de que as regras do mundo do agronegócio são o melhor exemplo, quem trabalha para gerar bens não se sente apenas um criador de mercadorias, mas se sente, cada vez mais, ele próprio, uma outra mercadoria³³¹.

É contra esse processo que o grupo das “Encantadeiras” vem se levantando. As músicas traduzem o cotidiano de trabalho e da vida das mulheres que quebram coco, no sentido de expressar o valor do seu trabalho na agricultura e extrativismo do babaçu, a luta pela terra e pelo livre acesso aos babaçuais. É formado por Francisca Rodrigues dos Santos, Francisca Silene Moraes, Iracema V. Félix, Maria das Dores V. Lima, Maria de Jesus F. Bringelo,

³³⁰ Entrevista com dona Maria Silvânia Nunes da Paixão, comunidade Olho d’Água, em 20 de outubro de 2016.

³³¹ BRANDÃO, 2009a, p. 115.

Maria Nice Machado Aires, Raimunda Nonata Rodrigues, Sebastiana F. Costa e Silva, que cantam e dançam, e Washington Totó, que atua na percussão³³².

O grupo conseguiu reunir um repertório de cantos de trabalho e de luta num livro intitulado “As Encantadeiras: quebradeiras de coco babaçu que cantam e encantam”, e gravaram um CD, com o apoio do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), apresentando-se pela primeira vez em Brasília (DF), no ano de 2004 (fotografia 81 e 82).

Fotografia 82: Livro das “Encantadeiras”

Fotografia 81: Capa do CD das Encantadeiras

Fonte: CD e livro doados pelas camponesas-quebradeiras Raimunda Nonata Nunes Rodrigues e Cledeneusa Maria Bezerra Oliveira.

Entre os cantos de trabalho reunidos e cantados pelo grupo das “Encantadeiras” , podemos destacar o canto criado por dona Maria Romana Pereira do Nascimento, do estado do Pará. Ele foi apresentado por dona Raimunda Nonata durante a sua entrevista. Trata-se de um canto de trabalho que trás a historia de uma camponesa-quebradeira, que deseja um vestido, e pede ao marido para comprar, porém sem dinheiro, ele a manda quebrar coco para conseguir realizar o seu desejo. Também descreve um pouco sobre a vida da camponesa-quebradeira de uma geração anterior, que antes de sair para coletar coco e quebrar, tinha que

³³² Informações do livro das Encantadeiras: “As Encantadeiras: quebradeiras de coco babaçu que cantam e encantam”, 2014.

pisar o arroz no pilão, para cozinhar, e poder levar a sua marmita do almoço. Além disso, fala sobre o domínio da técnica da quebra de coco que tem.

Marido eu quero um vestido daquela fazenda azul,
Marido eu quero um vestido daquela fazenda azul,
Oh mulher não tem dinheiro, quebra o coco babaçu,
Oh mulher não tem dinheiro, quebra o coco babaçu,

Quando deu a meia noite, eu vi o truar
Quando deu a meia noite, eu vi o truar
É a mulher do babaçu, que não sai sem almoçar
É a mulher do babaçu, que não sai sem almoçar

A mulher do babaçu, ela tem a vista ligeira
A mulher do babaçu, ela tem a vista ligeira
Quando o bago sai da casca, sabe aonde vai bater
Quando o bago sai da casca, sabe aonde vai bater

Na perspectiva da luta, considerada o “hino das quebradeiras”, a música de abertura, mais conhecida e cantada pelo grupo das “Encantadeiras” é o “Xote das Quebradeiras de Coco”, escrita por João Filho, do município de Praia Norte. De acordo com dona Raimunda Nonata e o sr. Cosmo, o autor é um militante do movimento e atuou durante muito tempo nos espaços de socialização política dos sindicatos, ASMUBIP e do MIQCB, contribuindo com a luta. Sr. Cosmo afirmou ainda que, muitas das letras dos cantos de luta foram escritas durante as reuniões. O trecho da entrevista da dona Raimunda Nonata elucida um pouco mais sobre a composição e significado do grupo, além de nos apresentar o “hino das quebradeiras”.

(...) eu faço parte de um encontro, de uma associação de oito mulheres que são as ‘Encantadeiras’. Já ouviu falar? Eu faço parte desse grupo e a gente está andando pelo Brasil inteiro e nós estamos falando desse babaçu. E falando sobre o valor, para as pessoas valorizarem esse babaçu. Nessa andança, nós levamos o produto, levamos o óleo, levamos o sabonete, eu levo meus artesanatos, porque eu não estou mais quebrando coco. Eu não aguento sentar para quebrar coco, porque doem minhas costas. Então na idade em que a gente está, e eu passei muito tempo sem quebrar, na geração das ASMUBIP a gente fica sem... Mas eu sou quebradeira. Se você quiser ver eu quebrar, eu quebro. Aí a gente sai por aí levando essa mensagem para o povo valorizar este produto.

Mayka: E como vocês levam essa mensagem? Quais são os meios?.

Raimunda: Primeiro a gente tem os cantos de trabalho. Porque os nossos cantos falam, já diz tudo no canto. Se você prestar atenção, já percebe só no cantar que a gente está dizendo pra quê o coco serve, por que a gente quebra o coco, porque a gente faz aquilo, pra que serve. Já está no canto. Aí a gente

já leva os produtos, já mostra, fala desse babaçu, fala da luta que teve na região, fala da resistência das mulheres, fala dos movimentos que foram criados. Tudo isso nós falamos.

Mayka: Quem criou as letras?

Raimunda: As letras das músicas que a gente canta, muitas delas, a gente já tem de domínio popular. E tem outras letras que foram do João Filho. Não sei se você já ouviu falar de João Filho... É o João Filho que é conhecido como João Abelha. Ele fez várias letras dessas músicas que a gente tem, que nós cantamos.

Mayka: Canta uma pra nós?

Raimunda: Aí tem outras letras que foram... Tem até uma senhorinha que mora lá no Pará, também não sei se você ouviu falar dela, a dona Romana. Ela tem uma também que a gente canta. Aí ela também tem uma que a gente canta... Tem outras que a gente criou, criada no tempo... Dentro do movimento... E aí a gente sai aí cantando. Vamos cantando. Nós temos CD, tem tudo.

Mayka: Canta um pedaço de alguma.

Raimunda: A que mais a gente canta é o Xote das Quebradeiras. Essa música foi o João Filho que fez. No tempo que a gente criou a ASMUBIP, que a gente criou o MIQCB, ele fez essa música e a gente jogou aí. Nós fomos quem botamos o elo, assim... Porque ele só fez a letra, fez a música, daí nós começamos a cantar, começamos a cantar e todo mundo aprendeu. É o Xote das Quebradeiras que, para nós, é como se fosse um hino. O hino das quebradeiras. É o primeiro canto que a gente canta em todo lugar que a gente chega e o que está no CD também, o primeiro. Toda vez que uma pessoa pede para cantar é esse que nós cantamos, porque é esse que diz tudo do babaçu. É assim:

‘Ei, não derrube estas palmeiras.

Ei, não devore os palmeirais.

Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.

Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.

O coco é para nós grande riqueza, é obra da natureza, ninguém vai dizer que não.

Porque da palha se faz casa pra morar, já é um meio de ajudar a maior população.

Ei, não derrube estas palmeiras.

Ei, não devore os palmeirais.

Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.

Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.

Se faz o óleo para temperar comida, é um dos meios de vida pra os fracos de condição.

Reconhecemos o valor que o coco tem e a casca serve também, para fazer o carvão.

Ei, não derrube estas palmeiras.

Ei, não devore os palmeirais.
 Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.
 Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.
 Com o óleo do coco as mulheres caprichosas fazem comidas gostosas de uma boa estimação.
 Merecem tanto seu valor classificado que com o óleo apurado se faz o melhor sabão.
 Ei, não derrube estas palmeiras.
 Ei, não devore os palmeirais.
 Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.
 Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.
 Palha de coco serve pra fazer chapéu.
 Da madeira faz papel, ainda aduba o nosso chão.
 Talo de coco também é aproveitado, faz quibano e faz cercado pra poder plantar feijão.
 Ei, não derrube estas palmeiras.
 Ei, não devore os palmeirais.
 Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.
 Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.
 A massa serve pra alimentar o porco, tá pouco o valor do coco, precisa dar atenção.
 Para os pobres este coco é meio de vida, pisa o coco Margarida e bota o leite no capão.
 Ei, não derrube estas palmeiras.
 Ei, não devore os palmeirais.
 Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.
 Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.
 Mulher parada deixa de ser tão medrosa, seja um pouco corajosa, segura na minha mão.
 Lutemos juntas com coragem e com amor pra o governo dá valor a esta nossa profissão.
 Ei, não derrube estas palmeiras.
 Ei, não devore os palmeirais.
 Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.
 Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.
 Santa Maria é a nossa companheira, grande força verdadeira que protege esta nação.
 Que fortalece nossa luta pouco a pouco e a mulher que quebra coco pede a sua proteção.
 Ei, não derrube estas palmeiras.
 Ei, não devore os palmeirais.
 Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.
 Tu já sabes que não podes derrubar, precisamos preservar as riquezas naturais.

É isso!

Apesar do “Xote das Quebradeiras” ter sido escrita por um homem, e não por uma mulher, o grupo das “Encantadeiras” aceitou, e passou a cantar repetidas vezes, por agregar e explicar de maneira clara os elementos da luta empreendida contra a derrubada das palmeiras e pela preservação dos babaquais, e a descrição das utilidades do coco babaçu. Dona Raimunda Nonata faz parte do grupo. No trecho da entrevista revelou claramente uma preocupação com o seu reconhecimento como “quebradeira de coco”, pois, não está mais quebrando, por conta de problemas de saúde e “da idade”. Fez questão de ressaltar que poderia quebrar o coco, para mostrar que é “quebradeira”. O que é muito interessante, pois elucida um componente da sua ordem moral e política. Não tem condições de quebrar, mas trabalha com o artesanato do coco, e luta ativamente pelas causas reivindicatórias das camponesas-quebradeiras de coco.

Explicou que o canto de trabalho, agora reinventado como um canto de luta, consiste num poderoso instrumento de reivindicação. Durante os atos públicos junto às autoridades governamentais, enquanto uma representante vai falar ou entregar algum documento às autoridades, o restante do grupo canta em uma só voz o canto de luta.

Governadora Roseana, não vim aqui para lhe visitar,
Vimos trazer um documento, só saio daqui, quando negociar,
Somos quebradeiras lá do Tocantins, também do Pará e do Mearim,
Do Piauí e do Maranhão, só saímos daqui com a decisão
Do Piauí e do Maranhão, só saímos daqui com a decisão

Governadora Roseana, não vim aqui para lhe visitar,
Vimos trazer um documento, só saio daqui, quando negociar,
A reforma agrária é a solução, falta estrada e educação,
Não tem doutor, falta medicação, falta medicina,
E com o salário de miséria, ninguém ensina.

Governadora Roseana, não vim aqui para lhe visitar,
Vimos trazer um documento, só saio daqui, quando negociar,
Babaçu livre é a decisão,
Se derrubar, destruição,
Meio ambiente só se ver falar,
Queremos nossas reservas para preservar.

Governadora Roseana, não vim aqui para lhe visitar,
Vimos trazer um documento, só saio daqui, quando negociar,
Somos quebradeiras, damos opinião,
Fizemos lei em nossa profissão,
Já discutimos legislação,
Para levar para o Congresso, para aprovação.

Esse canto foi apresentado por dona Raimunda Nonata no último trabalho de campo realizado em Olho d'Água (TO). Contou que as camponesas-quebradeiras realizaram um encontro do MIQCB, com as representantes de todos os estados de atuação, e no final acamparam em frente ao Palácio dos Leões – Sede do Governo do Maranhão. Para fazer a negociação, tiraram uma comissão para entrar e conversar com as autoridades, enquanto o restante do grupo ficou do lado de fora cantando essa música.

A letra mostra claramente as principais reivindicações do Movimento, quais sejam a reforma agrária, a preservação dos babaquais e a “lei do babaçu livre”. Também ressalta os problemas de infraestrutura, saúde e educação enfrentados, e a postura e consciência política das camponesas e trabalhadoras, quebradeiras de coco.

Por meio da recuperação e ressignificação do canto de trabalho tornado canto de luta, as camponesas e as trabalhadoras quebradeiras seguem lutando pelo seu reconhecimento e respeito, assim como pela reforma agrária e pela preservação e livre acesso aos babaquais.

5. “Reforma agrária e o Reconhecimento: o caminho para uma reprodução social com autonomia e liberdade”: considerações finais

Ao longo do texto abordamos o processo de reprodução, territorialização e luta das camponesas-quebradeiras de coco do povoado Petrolina (Imperatriz-MA), da Reserva Extrativista do Ciriaco (Cidelândia-MA), do povoado Juverlândia (Sítio Novo do Tocantins-TO) e da propriedade familiar Olho d'Água (São Miguel do Tocantins-TO).

Partimos de uma inquietação acerca da reivindicação do livre acesso aos babaçuais, num contexto de privação da terra das camponesas e suas famílias. A partir disso, buscamos fazer a reconstituição das suas trajetórias, identificando de que sujeitos sociais estávamos tratando, e a origem dessa reivindicação. Esse movimento, de buscar no passado a explicação do presente, foi de extrema relevância para analisarmos a sua reprodução e territorialização.

Vimos que a gênese da luta pelo livre acesso aos babaçuais está justamente na luta pela terra. O “cercamento” das terras provocado pela sua mercantilização resultou no aprisionamento do coco babaçu, usado tradicionalmente pelas famílias camponesas no seu processo de reprodução social. A organização e luta das camponesas-quebradeiras foi uma reação a esse aprisionamento. Uma reação interessante, porque movidas por uma questão comum, conseguiram se articular por meio das entidades mediadoras, organizando-se de tal maneira que conseguiram o reconhecimento de si e do lugar que ocupou historicamente no ceio da unidade familiar e da própria sociedade.

As experiências de conflito social vivenciadas pelas camponesas-quebradeiras contribuíram para o processo de desenvolvimento da sua conscientização política. Silenciadas durante muito tempo nos espaços dos sindicatos, sem o direito de se associar, e tão pouco expressar suas ideias e demandas, conseguiram se articular e criar os seus próprios espaços de socialização política. A ASMUBIP e o MIQCB são alguns deles.

A criação dos espaços de socialização política próprios das camponesas-quebradeiras foi um passo importante no processo do seu reconhecimento social, tanto na unidade familiar, quanto na sociedade mais ampla. Passaram a discutir questões como violência doméstica, moral e simbólica praticada pelos maridos, assim como pelos fazendeiros, empresários e o próprio Estado. Tais questões não entravam na pauta das reuniões dos sindicatos, controlados pela figura masculina. Além disso, buscaram estratégias de fortalecimento e de luta pelo livre acesso aos babaçuais, e uma delas foi à diversificação da produção do babaçu para ampliar as possibilidades para auferir renda com os mesmos. Também criaram o grupo “Encantadeiras”, formado por camponesas-quebradeiras de coco, que cantam os cantos de trabalhos e cantos de

lutas como forma de resgatar os elementos simbólicos e culturais da vida, traduzindo-os em estratégias de fortalecimento e valorização dessa fração camponesa.

Com a criação das entidades de representação as camponesas-quebradeiras se reconheceram como *ser social*, protagonistas de suas próprias histórias e, também, da reprodução das suas famílias. Os depoimentos coletados e analisados ao longo do texto narram situações de submissão das mesmas nos espaços de socialização política dos sindicatos. O papel das mulheres era secundário, reduzido aos serviços de limpeza geral, preparação e distribuição do “cafezinho” nas reuniões. Suas ideias e demandas sempre eram deixadas como último ponto da pauta de discussão, o que facilitava a saída dos homens, pois não consideravam dignos de atenção.

É inegável a importância social e política do reconhecimento das camponesas-quebradeiras enquanto *ser social*, dotado de uma consciência política e capaz de lutar pela transformação das suas condições materiais de existência. Esse reconhecimento de si levou a criação de uma identidade coletiva, e o desenvolvimento de lutas para a ampliação desse reconhecimento por toda a sociedade. Esse movimento de reconhecimento de si e da criação de uma identidade coletiva, para lutar por uma reprodução social mais digna, revela justamente o desenvolvimento de uma consciência de classe. As camponesas-quebradeiras expressam a sua existência e resistência como um movimento da “classe em si” a “classe para si”.

A afirmação da identidade coletiva apoiada na relação específica que estabelece com a natureza, notadamente, com a palmeira e o coco babaçu, revela-se como um instrumento de afirmação da própria fração da classe social. E como uma fração da classe camponesa brasileira, as ações políticas das camponesas-quebradeiras são também ações de classe, que são organizadas em oposição aos interesses de outras classes, a dos capitalistas e dos latifundiários.

Essa fração tem desenvolvido uma luta histórica importante na sociedade brasileira. As camponesas-quebradeiras estão lutando em duas frentes, contra as ações e os interesses das classes capitalistas e latifundiários de um lado, e contra uma estrutura de poder sexista presente no universo simbólico e cultural da sociedade, por outro lado. Essa estrutura se expressa na marginalização e exclusão da figura feminina dos espaços de decisão e controle, naturalizando a opressão e a violência praticada contra as mulheres a tal ponto, que durante muito tempo, e ainda hoje, muitas acabam aceitando a condição de servidão como a correta.

As camponesas-quebradeiras de coco contribuíram para trazer essas questões para o centro do debate na sociedade. Ainda que tenha limitações e contradições, um passo

importante foi dado, e a pesquisa põe isso em evidência através das narrativas. O desafio está posto. Mas, o caminho é longo. Foram anos de sobrevivência nessa condição de papel secundário, de “sexo frágil”, de submissão ao controle e decisão da figura masculina e do próprio capital.

Esse “novo” *ser social* questiona, portanto, a ordem capitalista hegemônica, e a própria ordem moral camponesa. Os depoimentos colhidos nas entrevistas revelam a dificuldade e a luta que empreendem na unidade familiar, para romper com essa estrutura de poder traduzida na divisão sexual do trabalho. Aos homens é reservado o papel de “pai de família”, provedor, governador, responsável principal pelo funcionamento ótimo da unidade. Às mulheres o papel da administração da unidade de consumo, o conjunto formado pela casa-quintal. Mãe que cuida dos filhos, da limpeza da casa, que não comercializa os produtos, que não toma decisões, apenas aceita as tomadas pelo “pai de família”. Essa é realidade de muitas famílias camponesas.

As camponesas-quebradeiras do povoado Petrolina (Imperatriz-MA), da Reserva Extrativista do Ciriaco (Cidelândia-MA), do povoado Juverlândia (Sítio Novo do Tocantins-TO) e da propriedade familiar Olho d’Água (São Miguel do Tocantins-TO) não negam a importância da família. Ao contrário, são defensoras da mesma, e lutam para garantirem melhores condições para a sua reprodução na unidade familiar. O questionamento que fazem é ao papel secundário que lhe foi (e até certo ponto continua sendo) reservado, a partir da divisão sexual do trabalho.

As experiências do povoado Juverlândia (TO) e da comunidade Olho d’Água (TO) revelam que o papel da mulher não se restringe à administração da unidade de consumo. Além de cuidarem da casa, dos filhos e dos maridos, também praticam o extrativismo e a produção do babaçu, da horta e da própria roça. Controlam e planejam o que vai ser destinado ao consumo e à comercialização. Além disso, também são responsáveis pela comercialização dos produtos, e demonstraram conhecer claramente os mecanismos de subordinação da renda camponesa, aos quais estão sujeitas. Por conhecer os mecanismos de subordinação da renda, buscam formas de esquivar-se da mesma, e condições favoráveis para diminuir ou evitar que sua renda se realize nas “mãos” de outros.

Mas, como ressaltai anteriormente, existem alguns limites e desafios a serem enfrentados. Um dos limites refere-se ao “universo simbólico”, isto é, à ordem moral camponesa, pautada numa “campesinidade”³³³ construída historicamente sobre o “pilar” da

³³³ Woortmann (1990)

divisão sexual do trabalho. A partir desse “pilar” muitos valores e princípios foram construídos e incorporados pela classe camponesa, nesse sentido a atuação das camponesas-quebradeiras tem sido limitada e desafiada.

Considerando a ordem moral camponesa, o desafio é garantir a unidade da fração da classe e o desenvolvimento de uma “práxis revolucionária”³³⁴ no cotidiano. Apesar dos avanços revelados nas narrativas, indicando uma “revolução no cotidiano”³³⁵, referindo a conquista de espaços, respeito e mais dignidade dentro da unidade familiar, muitas camponesas-quebradeiras revelaram grande dificuldade para “conquistar” o marido e os filhos, à aceitarem essa mudança. Além disso, muitas mulheres que participam das mobilizações e os espaços de socialização política, que conseguiram desenvolver uma conscientização política acerca da sua condição subalterna, não conseguem pôr em prática aquilo que discute nos espaços junto às companheiras. A dificuldade está enraizada na própria ordem moral, por isso, a ação política tem um limite.

Outro limite e desafio a ser enfrentado é a estrutura fundiária concentrada e desigual da sociedade capitalista brasileira. Muitas camponesas-quebradeiras não têm terras, como verificamos no povoado Petrolina (MA) e no povoado Juverlândia (TO). Isso as colocam numa situação de liminaridade na medida em que, sem a terra são obrigadas a se reproduzirem em condições de sujeição aos fazendeiros e à empresa de Papel e Celulose Suzano S.A., no primeiro caso, e aos fazendeiros, à empresa Tobasa Boindustrial e as próprias camponesas-quebradeiras que possuem terra, e se apropriam da força de trabalho das que não têm, por outro lado.

A terra permite que as camponesas-quebradeiras possam resistir às ofensivas do capital com mais tranquilidade. Isso porque o campesinato tem uma grande capacidade de “flexibilidade” nos momentos de crise, segundo a análise de Shanin (1983). A realidade das camponesas-quebradeiras da Resex Ciriaco (MA) e de Olho d’Água (TO) evidencia a capacidade de resistência associada à possibilidade de diversificar as atividades e cultivos em

³³⁴ Considerando-se fiel às obras e pensamento de Marx, Lefebvre (1979) propõe um esquema de análise interessante para o entendimento da *práxis*, que nos ajuda a entender a “práxis” das camponesas-quebradeiras. “A *práxis* existe em três níveis: o repetitivo e o inovador nos dois polos e, entre os dois, o mimético. A *práxis* repetitiva recomeça com os mesmos gestos, os mesmos atos em ciclos determinados. A *práxis* mimética segue modelos; pode suceder que, imitando, ela chegue a criar, mas sem saber como nem por quê; mais frequentemente ela imita sem criar. Quanto à *práxis* inventiva e criadora, ela atinge seu nível mais elevado na atividade revolucionária. Esta atividade pode ser exercida tão bem no campo do conhecimento e da cultura (a ideologia), como no da ação política. Contudo, a ação política concentra e condensa todas as mudanças parciais em um fenômeno total: a revolução que transforma o modo de produção, as relações de produção e de propriedade, as ideias e as instituições, a maneira de viver. A *práxis* revolucionária introduz discontinuidades no processo global sócio-histórico” (LEFEBVRE, 1979, 40).

³³⁵ KÄRNER (1987).

suas unidades familiares. Uma parte das camponesas-quebradeiras de Juverlândia (TO), que têm terras, também conseguem resistir a determinadas formas de sujeição, e optar por não participar de cooperativas, por exemplo. Portanto, o que essas realidades revelam é que a terra permite à camponesa-quebradeira e sua família desenvolver sua reprodução social com maior autonomia e liberdade.

É inegável a importância do coco babaçu no processo de reprodução das famílias. As práticas de extração e produção do babaçu foram passadas de geração a geração como uma forma de auferir renda para a compra de mercadorias necessárias. Durante muito tempo funcionou como a principal fonte de renda das famílias, mas atualmente é uma atividade complementar, e em muitas unidades familiares reduzidas ao consumo interno. Como ressaltaram em entrevistas, existe uma diferença entre o sentido dessas práticas realizadas no passado e nos dias atuais. As camponesas-quebradeiras afirmam que antes não tinham outra alternativa de renda, tinham que trabalhar todos os dias quebrando coco para garantir o “pão nosso de cada dia”, caso contrário, poderiam passar fome. Hoje, muitas quebram, porque gostam, ou seja, como um costume³³⁶. Não tem a mesma necessidade.

A revelação da diferença da prática de extração e produção do babaçu realizada por necessidade e por costume é fundamental nesta análise. Mostra que além de uma importância econômica, essa prática tem um significado simbólico para essa fração camponesa. Isso não é menos importante, pois quando tratamos da reprodução social, nos referimos ao universo material e simbólico do ser. Embora não quebrem coco como antigamente, continuam quebrando e usando a palmeira e o coco babaçu no cotidiano.

Através da realidade de Ciriaco (MA), Juverlândia (TO) e Olho d'Água (TO), a pesquisa pôs em relevo que as principais fontes de renda das famílias das camponesas-quebradeiras de coco são a aposentadoria e o gado para os dois primeiros casos, e da aposentadoria, roça, horta e babaçu para o último caso. Em Petrolina (MA) foram identificadas duas famílias que se reproduzem especificamente com a renda do babaçu. As demais conseguem associar os rendimentos do babaçu com a aposentadoria e a roça.

Esses dados reforçam a importância da terra para a reprodução das famílias. Ainda que o babaçu tenha sido colocado como a principal bandeira de luta do movimento, representado aqui pelo MIQCB e ASMUBIP, a realidade empírica revela que existe a necessidade de promover a reforma agrária, para que possam se reproduzir com autonomia e liberdade.

³³⁶ Thompson (1998).

A grande conquista das camponesas-quebradeiras de coco organizadas no MIQCB, ASMUBIP e outras entidades de representação, foi a Lei nº 7. 824 de 22 de janeiro de 2003, conhecida como “Lei do Babaçu Livre”. O significado da Lei está atrelado a um importante passo na conquista do reconhecimento das camponesas dentro e fora da unidade familiar. Representa um grande avanço, considerando o longo período de sofrimento, preconceito e a invisibilidade das mesmas. Esse reconhecimento tem um significado simbólico extremamente valioso, pois revela um processo de empoderamento feminino num “universo masculino”, que reflete desde a autoestima das mulheres às práticas cotidianas na unidade familiar e na própria sociedade.

A “Lei do Babaçu Livre” está diretamente relacionada a uma conquista moral das camponesas-quebradeiras. Tem um potencial de causar uma “fissura” na estrutura fundiária concentrada, mas ainda têm limites. As próprias camponesas-quebradeiras tem consciência desses limites, como ressaltaram em seus depoimentos.

Quando nos referimos ao potencial da Lei, estamos querendo chamar atenção para o fato de que, embora obrigue os proprietários das terras a não desmatarem as palmeiras e liberarem o acesso das camponesas para coletarem e quebrarem coco, não promove a transformação da estrutura fundiária concentrada. Dessa maneira, as camponesas-quebradeiras permanecem em situações de sujeição, pois continuam dependentes da autorização dos fazendeiros e capitalistas, muitas vezes fundidos numa só pessoa³³⁷. Por outro lado, os fazendeiros e capitalistas também podem arrendar (como o fazem) as terras para a extração do coco para ser utilizado por empresas capitalistas. E, além disso, também podem envenenar as pindobas, que são palmeiras ainda pequenas, em processo de crescimento. O envenenamento das pindobas é um verdadeiro processo de devastação da natureza, praticado em nome da criação do gado. Os fazendeiros devastam a natureza para implementar o pasto, com isso, negam a possibilidade do aproveitamento do coco para alimentação de inúmeras famílias.

Portanto, defendo a tese de que a reforma agrária e o reconhecimento constituem o caminho para a reprodução das camponesas-quebradeiras com autonomia e liberdade. Refiro-me a uma reforma agrária com diversidade, ou seja, plural, que leve em conta as especificidades materiais e simbólicas desse *ser social*.

A terra e o babaçu devem ser vistos em sua unidade indivisível. Ao tomarmos dessa maneira, ao mesmo tempo estamos respeitando as particularidades das relações sociais e o

³³⁷ Oliveria (2013)

tempo-espço dessa fração do campesinato brasileiro, que se define a partir da relação específica que estabelece com a terra e o babaçu.

Partindo desse pressuposto, defendo a ideia de que o reconhecimento deve ser buscado conjuntamente com a questão da igualdade social. A transformação da estrutura fundiária deve ser acompanhada por uma mudança de ordem cultural, como uma forma de acabar com as injustiças sociais. A reforma agrária e o reconhecimento vão ao encontro de uma “concepção de justiça que é atrelada a terra e a vida”³³⁸, capaz de superar as injustiças sociais no campo.

Reconhecer e valorizar a camponesa-quebradeira de coco com o seu trabalho, experiências e capacidades críticas, criativas e revolucionárias, demanda respeitar suas necessidades específicas. O que significa dizer que é necessário resolver o problema da terra, em primeiro lugar. Ou seja, lutar por uma reforma agrária numa modalidade especial, como fizeram no Acre, com a criação da Reserva Extrativista Chico Mendes. Daí o leitor poderá questionar sobre as Reserva Extrativistas Ciriaco, Extremo Norte, Mata Grande e Quilombo do Frechal. Não nos detemos ao estudo de todas as reservas, mas a realidade de Ciriaco aponta para a necessidade de refletir sobre os limites dessa modalidade de reforma agrária. Um elemento importante a considerar é a prática da criação do gado, muito difundida e defendida pelas famílias, contrariando as regras do Plano de Manejo e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNC.

Dessa maneira, respeitar o modo de vida das famílias e suas necessidades significa pensar outra modalidade de reforma agrária para essa fração do campesinato. As famílias das camponesas-quebradeiras não se reproduzem exclusivamente do coco babaçu, como ressaltamos anteriormente. Desta feita, defendemos a reforma agrária na modalidade de “Reserva de Desenvolvimento Sustentável” como a alternativa mais coerente para a sua reprodução. Essa modalidade permitirá às famílias continuarem com suas práticas experienciadas historicamente, podendo realiza-las com maior autonomia e liberdade, sem tensionar com as autoridades, que os restringem por meio das legislações do manejo específico da reserva extrativista, como tem acontecido na Resex Ciriaco.

Para finalizar, gostaria de retomar um trecho expressivo da letra da música da dona Raimunda Gomes da Silva, camponesa-quebradeira de coco do grupo “Encantadeiras”, que revela suas principais demandas para uma reprodução social mais justa.

³³⁸ Bomdardi (2005, p. 682)

Governadora Roseana,
Não vim aqui para lhe visitar.
Viemos trazer um documento,
Só saio daqui quando negociar.
(...)
A reforma agrária é a solução.
(...)
Babaçu livre é a decisão
Se derrubar é a destruição.
Meio ambiente só se vê falar.
Queremos nossa reserva para preservar. (...)

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994.

_____. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

_____. **A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. **Autonomia e mobilidade política dos camponeses no Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências**. São Luís, SIOGE, 1990.

AMARAL, M. D. B. ; MARIN, R. A.; ALMEIDA, A. W. B.; AMARAL, M. J. B.; AMARAL, V. R. ; MATOS, R. M. B. M.. **Carvoeiros de Rondon do Pará**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2007 (Fascículo).

AMARAL, M. D. B. **Monopolização do território e carvoejamento na Amazônia: a produção do carvão vegetal nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária e nas carvoeiras tradicionais de Rondon do Pará – PA**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

AMARAL, M. D. B. ; MARIN, R. A.; ALMEIDA, A. W. B. **Assentados e acampados no município de Rondon do Pará**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2014 (Fascículo).

AMARAL, M. D. B. ; MARIN, R. A.; ALMEIDA, A. W. B.; COSTA, R. C. P. da. SILVA, C. B. da. BARBOSA, M. R. **Quebradeiras de coco babaçu e agroextrativistas do Sudeste do Pará**. Manaus : Editora da Universidade do Amazonas, 2014 (Fascículo)

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição no estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Paisagens e problemas do Brasil: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico**. Ed. Brasiliense, 1968.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de Índio: terras de usos comum e resistência camponesa**. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/SP.

_____. Mutirões, empates e greves: divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. In: **Lusotopie** Recherches politiques internationales sur les espaces issus de l'histoire et de la colonisation portugaises. XII (1-2), 2005. P. 175-189.

_____. A Suzana? O cerco das terras camponesas e a destruição dos recursos naturais pela Suzano Papel e Celulose. In: **35ª Reunião da ANPOCS**, 2011, Caxambu. Anais da 35ª Reunião da ANPOCS, 2011. P. 1-19.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. As diferentes estratégias de organização para a produção assumidas por mulheres, quebradeiras de coco, na denominada microrregião de Imperatriz. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados**. São Luiz: MIQCB/Balaio Typhografia. pp. 175-214, 2000.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. In: **Geosp: Espaço e Tempo**. São Paulo, nº 14, pp. 107-117, 2003.

_____. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. O Bairro Rural como Identidade Territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. In: **Revista Agrária**, nº 1, pp. 55-95, 2004.

_____. **Campesinato, Luta de Classes e Reforma Agrária** (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). São Paulo, 2005 Tese (Doutorado em Geografia Humana)- Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2005.

_____. **Agrotóxico e agronegócio: o arcaico e o moderno se fundem no campo**. São Paulo, 2012. in: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/agrot%C3%B3xicos-e-agronego%C3%B3cio-arcaico-e-moderno-se-fundem-no-campo-brasileiro> . Acesso em 06/10/2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. O habitus e o espaço dos estilos de vida. In: BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2ª ed. Porto Alegre: Zouk, pp. 162-211, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Prece e benção: espiritualidades religiosas no Brasil**. Aparecida-SP: Editora Santuário, 2009.

_____. **O saber, o cantar e o viver do povo**. São José dos Campos-SP: Centro de Estudo da Cultura Popular/Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 2009.

CAMPOS, Marcio D'Oliveira. **Fazer o tempo versus o fazer do tempo: ritmos em ocorrência entre o ser humano e a natureza**. In: **Ciência & Ambiente**, nº 8. Santa Maria: Ed. UFSM/Ed. UNIJUI, janeiro/junho de 1994.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CHAYANOV, Alexander V. **La organizacion de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHAVES, Patrícia Rocha. **Rebeldia e barbárie**: conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CORNETTA, Andrei. Produção da Natureza e Impasses Socioecológicos no Extremo Sul Baiano: considerações sobre mudanças climáticas globais e a indústria de papel e celulose. In: **AGRÁRIA**. Nº. 18, São Paulo, 2013. P. 141-171.

D'AQUINO, Teresinha. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP. **XX Encontro da ANPOCS**. Caxambu, outubro de 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Especialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Empates nos Babaçuais**: do espaço doméstico ao espaço público – lutas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Belém, 2005. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro Agropecuário: Embrapa Amazônia Oriental, Universidade Federal do Pará.

FRASER, Nancy.; HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento?** Um debate político-filosófico. Madrid: Ediciones Moratas, 2006.

HÉBETTE, Jean; e MARIN, Rosa Acevedo. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais: reflexão sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric J. e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, pp. 7-26, 2012.

IANNI, Otávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LICURCI, Jorge.; OLIVI, João Batista. A morte de Josimo, revelada. *Jornal Senhor*/ 289-30/08/86.

KÄRNER, Hartmut. **Movimentos sociais: revolução no cotidiano**. In: SHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.) **Uma revolução no cotidiano?** Novos movimentos sociais na América Latina. Ed. Brasiliense, 1987.

LARAIA, Roque de Barros.; MATA, Roberto da. **Índios e cantanheiros: a empresa extrativista e os índios do Médio Tocantins**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1978.

LEFEBVRE, Henri. Sociologia de Marx. Forense-Universitária. Rio de Janeiro, 1979

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre: L&M, 2009

LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha-GO**. Tese (Doutorado em Geografia Humana)- Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

_____. Considerações sobre a Expansão da Indústria de Papel e Celulose no Brasil a partir do caso da Suzano Papel e Celulose. In: **GEOgrafia**. Ano 17. Nº 35 – Dossiê, 2015. P. 120-147.

MARTINS, Cynthia Carvalho. Acesso aos babaçuais e a relação entre as atividades econômicas no médio Mearim, Baixada Maranhense, Tocantins e Piauí. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados**. São Luiz: MIQCB/Balaio Typhografia. pp. 113-152, 2000.

MARTINS, José de Sousa. **A militarização da questão agrária**. Terra e poder: o problema da terra na crise política. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Uma sociologia da vida cotidiana:** ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2014

MARCOS, Valéria de. **Comunidade Sinsei:** (u)topia e territorialidade. São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/SP.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes:** a economia vulgar. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril cultural, 1982.

_____. **O capital:** crítica da economia política: livro I/ Karl Marx; tradução de Reginaldo San’Anna. – 27ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO, Aldina da Silva; e BARBOSA, Viviane de Oliveira. Do esquecido ao silenciado: memórias da violência entre quebradeiras de coco no Maranhão. In: BARBOSA, Viviane de Oliveira.; e MELLO, Aldina da Silva (orgs.). **Mulheres Rurais e Violência:** algumas abordagens. São Luís: EDUFMA, 2015. p. 101-115.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia:** drenagem energético-material e pauperização regional. Belém: UFPA/ETFFPA, 1996.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra:** parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Camponeses.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. **Enfrentando a sucuri verde:** resistência camponesa na Amazônia e o território de uso comum – o caso das comunidades agroextrativistas na Amazônia Maranhense. Campinas, SP: [s,n], 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar:** políticas públicas e Amazônia. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

_____. O Marxismo, a questão agrária e os conflitos pela terra no Pontal do Paranapanema. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org). **Marx e Engels na história.** São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência.** São Paulo. 1997. Tese (livre docência) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** In: Estudos Avançados. Nº15 (43), 2001.

_____. **A geografia das lutas no campo.** 13ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo, FFLCH/Labur Edições, 2007.

_____. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva e WICHINIESKI, Isolete (Orgs) **Conflitos no campo Brasil 2010.** Goiânia: CPT, pp. 55-62, 2011.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (orga.) **Novos caminhos da geografia.** 6ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp-Espaço e Tempo** (Online), v.19,n.2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

RELATÓRIO. I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MA/TO/PI/PA. MIQCB. São Luiz, 1991

RELATÓRIO.VI Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Nos babaçuais há conhecimentos tradicionais. MIQCB. São Luís, 2009.

_____. V Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. MIQCB. São Luís, 2009.

REGO, Josoaldo Lima. In: **A identidade quebradeira de coco babaçu: políticas da natureza e o sentido local/global.** São Paulo. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ROCHA, Maria Regina Teixeira da. **A rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio (TO):** dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista. Porto Alegre, 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)-Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SADER, Maria Regina C. de Toledo. **Espaço e luta no Bico do Papagaio.** São Paulo, 1986. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Migração e violência: o caso da pré-Amazônia Maranhense. Revista Terra Livre. Nº 6, 1989. P. 65-76. <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/76> .

SADER, M. R., PACHECO, R. Modernidade, Tradição e Ruptura – Algumas Reflexões Sobre Aspectos da Paisagem Rural Brasileira. São Paulo. S.d., 9p (Mimeogr.).

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. Edições Loyola, São Paulo, 1993.

SHANIN, Teodor. **The peasantry as a political factor**. Sociological Review, vol. 14, 1966, núm. 1, pp. 5-27.

_____. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. In: Estudos CEBRAP. Nº26, 1980.Universidade de Manchester.

_____. **La clase incómoda**: Sociología política del campesinado en una sociedad em desarrollo (Rusia 1910 – 1925). ? : Alianza Editorial, 1983.

_____. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Editoria Anagrama, Barcelona, 1988.

_____. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson.(orgs.) **Campesinato e Territórios em Disputa**. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J (Orgs). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **A reconceituação do extrativismo na Amazônia**: práticas de uso comum dos recursos naturais e normas de direito construídas pelas quebradeiras de coco. Belém, 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)-Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará.

_____. Babaçu livre: conflito entre legislação extrativa e práticas camponesas. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Economia do babaçu**: levantamento preliminar de dados. São Luiz: MIQCB/Balaios Typhografia. pp. 43-64, 2000.

SIMONETTE, Mirian Claudia Lourenção. **A longa caminhada**: a (re)construção do território camponês em Promissão. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SILVA, Miguel Henrique P. A organização Agroextrativista: experiência de cooperativas em Viana, Lago do Junco e São Miguel do Tocantins. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de

(Org.). **Economia do babaçu:** levantamento preliminar de dados. São Luiz: MIQCB/Balaio Typhografia. pp. 215-250, 2000.

SOUZA, Denise Martins de. **Da luta pela terra à territorialização quilombola:** o caso da comunidade Porto Velho, Iporanga/SP. São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/SP.

THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase:** estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Editora Crítica (Grupo editorial Grijalbo), Barcelona, 1984.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALVERDE, Orlando. **Geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte.** In: Revista Brasileira de Geografia. Ano XIX, nº 4, outubro-dezembro, 1957.

_____. **A rodovia Belém-Brasília:** estudo de Geografia Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 3ª ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

WOORTMANN, K. Com parente não se negocia: o campesinato como ordem mora. In: **Anuário Antropológico/87**, PP. 11 – 73. Brasília/Rio de Janeiro, 1990.

WOORTMANN, Ellen. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Ellen Woortmann e Klaas Woortmann. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ANEXOS

ANEXOS

Anexo I – Decreto 524 de 20 de maio de 1992.

Anexo II – Decreto 17 de junho de 2010.

Anexo III – Consulta sobre a criação de gado (bezerro) na Resex do Ciriaco.

Anexo IV – Relatório da Reunião do ICMbio com a ATERECO, 18 de maio de 2004.

Anexo V – Contratos de Comodatos

Anexo VI – Cadeia dominial

Anexo VII – Título da propriedade da família Calixto (Olho d'Água-TO)

Anexo I – Decreto 524, de 20 de maio de 1992.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 534, DE 20 DE MAIO DE 1992.

Revogado pelo Decreto de 17 de junho de 2010.

Cria a Reserva Extrativista do Ciriaco.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista as disposições do art. 9º, inciso VI, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, com a nova redação dada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada, no Estado do Maranhão, a Reserva Extrativista do Ciriaco, com área aproximada de 7.050ha (sete mil e cinqüenta hectares), que passa a integrar a estrutura do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, autarquia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, compreendida dentro do seguinte perímetro, baseada na carta topográfica folha SB-23-V-C-1, escala 1:100.000, Ministério do Exército (DSG): partindo do Ponto P1, de C.G.A. latitude 05º18'53" Sul e longitude 47º48'35" Oeste, situado na margem direita do Córrego Bom Jesus, segue a montante a distância aproximada de 8.500m (oito mil e quinhentos metros), até o Ponto P-2; situado na confluência deste córrego com um afluente de sua margem direita. Deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 10º e distância aproximada de 950m (novecentos e cinqüenta metros), até o Ponto P-3; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 293º30' e distância aproximada de 1.250m (um mil, duzentos e cinqüenta metros), até o Ponto P-4; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 0º e distância aproximada de 1.450m (um mil quatrocentos e cinqüenta metros), até o Ponto P-5; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute 350º30' e distância aproximada de 850m (oitocentos e cinqüenta metros), até o Ponto P-6; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 311º30' e distância aproximada de 1.450m (um mil quatrocentos e cinqüenta metros), até o Ponto P-7, situado na margem direita do Igarapé Andirobal; deste ponto, segue a jusante do citado igarapé, na distância aproximada de 3.800m (três mil e oitocentos metros), até o Ponto P-8; deste ponto, segue por uma linha seca, de azimute de 296º30' e distância aproximada de 1.100m (um mil e cem metros), até o Ponto P-9, situado na margem direita do Igarapé Brejo Bandeirão; deste ponto, segue até o montante do citado igarapé, com a distância aproximada de 3.100m (três mil e cem metros), até o Ponto P-10, situado na confluência deste igarapé com um afluente sem denominação; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 255º30' e distância aproximada de 1.500m (um mil e quinhentos metros), até o Ponto P-11; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute 289º e distância aproximada de 850m (oitocentos e cinqüenta metros), até o Ponto P-12; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 296º e distância aproximada de 1.050m (um mil e cinqüenta metros), até o Ponto P-13; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 210º e distância aproximada de 1.150m (um mil, cento e cinqüenta metros), até o Ponto P-14; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 180º e distância aproximada de 1.400m (um mil e quatrocentos metros), até o Ponto P-15; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 159º e distância aproximada de 1.200m (um mil e duzentos metros), até o Ponto P-16, situado na margem esquerda de um igarapé sem denominação, afluente da margem esquerda do Igarapé Andirobal; deste ponto, segue a jusante pelo referido igarapé a distância aproximada de 2.100m (dois mil e cem metros), até o Ponto P-17; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 119º e distância aproximada de 1.800m (um mil e oitocentos metros), até o Ponto P-18; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 220º e distância aproximada de 1.200m (um mil e duzentos metros), até o Ponto P-19; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 174º e distância aproximada de 350m (trezentos e cinqüenta metros), até o Ponto P-20; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 58º30' e distância aproximada de 600m (seiscentos metros), até o Ponto P-21; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 59º e distância aproximada de 600m (seiscentos metros), até o Ponto P-22; deste

ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 106° e distância aproximada de 1.050m (um mil e cinquenta metros), até o Ponto P-23, de C.G.A. Latitude 05°16'10" Sul e longitude 47°49'48" Oeste, situado no leito de um caminho de tráfego periódico, que liga os povoados de São Domingos e Viração; deste ponto, segue pelo referido caminho no sentido do Povoado Viração, a uma distância aproximada de 4.000m (quatro mil metros), até o Ponto P-24, de C.G.A. Latitude 05°17'32" Sul e longitude 47°50'58" Oeste; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 130°30' e distância aproximada de 800m (oitocentos metros), até o Ponto P-25, situado na margem esquerda do Igarapé Andirobal; deste ponto, segue a montante pelo referido igarapé a distância aproximada de 100m (cem metros), até o Ponto P-26, situado na confluência deste igarapé com um afluente sem denominação; segue a montante pelo referido afluente a distância aproximada de 3.350m (três mil, trezentos e cinquenta metros), até o Ponto P-27; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 194°30' e distância aproximada de 1.900m (um mil e novecentos metros), até o Ponto P-28; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 148° e distância aproximada de 350m (trezentos e cinquenta metros), até o Ponto P-29; deste ponto, segue por uma linha seca, com azimute de 106°30' e distância aproximada de 800m (oitocentos metros), até o Ponto P-1, marco inicial desta descrição, perfazendo um perímetro de 48.600m (quarenta e oito mil e seiscentos metros), e uma área de aproximadamente 7.050ha (sete mil, e cinquenta hectares).

Art. 2º O Poder Público deverá proceder às desapropriações que se fizerem necessárias e, nos termos do [art. 4º do Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990](#), a outorga dos contratos de concessão de direito real de uso à população com tradição extrativista.

Parágrafo único. Caberá, ainda, ao Poder Executivo, a permanente gestão no sentido de assegurar a eficaz destinação da área descrita no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), quando da implantação, proteção e administração da Reserva Extrativista do Ciriaco, poderá celebrar convênios com as organizações legalmente constituídas, tais como cooperativas e associações existentes na Reserva, para definir as medidas que se fizerem necessárias à implantação da mesma.

Art. 4º A área da Reserva extrativista ora criada fica declarada de interesse social, para fins ecológicos, na forma da legislação vigente, ficando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA autorizado a promover as desapropriações que se fizerem necessárias.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de maio de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR
Célio Borja

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.5.1992

Anexo II – Decreto 17 de junho de 2010.

gratórias que utilizam a área para alimentação, reprodução e abrigo, os manguezais e vegetação costeira e as formações sedimentares bioclásticas e litoclásticas, importantes para a estabilidade da orla marítima;

II - valorizar o uso turístico, recreacional e educativo da orla marítima através de ordenamento do seu uso e ocupação para assegurar a compatibilidade entre a utilização da terra e os recursos naturais; e

III - contribuir para a recuperação dos recursos biológicos e para a sustentabilidade das atividades pesqueiras e extrativistas de subsistência e de pequena escala praticadas pelas comunidades costeiras da região no entorno da Unidade de Conservação.

Art. 2º O Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz tem os limites descritos a partir das cartas topográficas em escala 1: 100.000, MIR nºs 2580 e 2542, em escala 1:50.000, MIR nº 2580/2, todas editadas pela Diretoria de Geodésia e Cartografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, bem como as Cartas Náuticas MIR nºs 1400 e 1420, editadas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação do Centro de Hidrografia da Marinha: começa no Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas (c.g.a.) 40º 9' 13.88" longitude Wgr. (W) e 20º 0' 43.19" latitude Sul (S), situado na foz do Rio Preto, ao pé da falésia confrontante ao mar e correspondendo ao limite dos Municípios de Fundão e Aracruz; deste ponto, segue por linhas retas, passando pelos Pontos 2, de c.g.a. 40º 9' 12.87" W e 20º 0' 41.32" S, 3, de c.g.a. 40º 9' 12.60" W e 20º 0' 37.57" S, 4, de c.g.a. 40º 9' 11.07" W e 20º 0' 33.12" S, 5, de c.g.a. 40º 9' 6.36" W e 20º 0' 26.81" S, e 6, de c.g.a. 40º 9' 3.80" W e 20º 0' 23.54" S, correspondendo a uma linha reta, subindo pelo aclave da falésia e, depois, em seu topo, por linhas paralelas à borda da falésia, a uma distância aproximada de 5 metros, a montante da borda, até alcançar o Ponto 7, de c.g.a. 40º 9' 1.55" W e 20º 0' 20.50" S; daí, segue em linha reta para o Ponto 8, de c.g.a. 40º 8' 57.09" W e 20º 0' 16.62" S; daí, segue por linhas retas, contornando a orla marítima a uma distância mínima de 30 metros, a montante da linha de preamar atual, passando pelos Pontos 9, de c.g.a. 40º 8' 56.77" W e 20º 0' 12.08" S, 10, de c.g.a. 40º 8' 55.87" W e 20º 0' 9.51" S, 11, de c.g.a. 40º 8' 51.39" W e 20º 0' 5.85" S, 12, de c.g.a. 40º 8' 49.57" W e 20º 0' 3.63" S, e 13, de c.g.a. 40º 8' 50.71" W e 19º 59' 58.97" S, até atingir o Ponto 14, de c.g.a. 40º 8' 50.69" W e 19º 59' 55.45" S, situado na localidade de Praia Formosa/Aracruz; daí, segue em linha reta até o Ponto 15, de c.g.a. 40º 8' 20.06" W e 19º 59' 8.69" S, situado no mar, aproximadamente a 300 metros da linha de costa, na altura da primeira ponta na orla ao norte da Praia do SESC; daí, segue em linha reta pelo mar até o Ponto 16, de c.g.a. 40º 8' 3.30" W e 19º 58' 16.79" S, situado no mar, aproximadamente a 180 metros da linha de costa, na altura da primeira ponta na orla ao norte da localidade de Itaparica; daí, segue em linha reta para o Ponto 17, de c.g.a. 40º 8' 13.96" W e 19º 58' 14.02" S, situado no continente, aproximadamente a 80 metros da linha de praia, ao norte da localidade de Itaparica; daí, segue por linhas retas, contornando a orla marítima a uma distância de, no mínimo, 30 metros, a montante da linha de preamar atual, interligando os Pontos 18, de c.g.a. 40º 8' 12.92" W e 19º 58' 8.39" S, 19, de c.g.a. 40º 8' 10.42" W e 19º 58' 4.89" S, 20, de c.g.a. 40º 8' 5.91" W e 19º 57' 59.99" S, 21, de c.g.a. 40º 8' 2.17" W e 19º 57' 57.19" S, 22, de c.g.a. 40º 7' 59.93" W e 19º 57' 55.80" S, 23, de c.g.a. 40º 7' 58.66" W e 19º 57' 52.99" S, 24, de c.g.a. 40º 7' 59.39" W e 19º 57' 49.93" S, 25, de c.g.a. 40º 8' 0.59" W e 19º 57' 44.06" S, 26, de c.g.a. 40º 8' 2.28" W e 19º 57' 38.41" S, 27, de c.g.a. 40º 8' 4.73" W e 19º 57' 33.23" S, 28, de c.g.a. 40º 8' 6.20" W e 19º 57' 31.34" S, 29, de c.g.a. 40º 8' 13.13" W e 19º 57' 28.24" S, 30, de c.g.a. 40º 8' 19.81" W e 19º 57' 24.21" S, 31, de c.g.a. 40º 8' 21.03" W e 19º 57' 22.32" S, 32, de c.g.a. 40º 8' 24.47" W e 19º 57' 17.61" S, 33, de c.g.a. 40º 8' 26.45" W e 19º 57' 15.95" S, 34, de c.g.a. 40º 8' 30.41" W e 19º 57' 14.52" S, e 35, de c.g.a. 40º 8' 36.12" W e 19º 57' 14.48" S, até atingir o Ponto 36, de c.g.a. 40º 8' 46.76" W e 19º 57' 14.04" S, situado sobre a linha de praia no acesso à localidade de Santa Cruz; daí, segue em linha reta para o Ponto 37, de c.g.a. 40º 8' 36.77" W e 19º 57' 2.32" S, situado no mar, aproximadamente a 300 metros da linha de costa, na foz do Rio Piraque-açu; daí, segue em linha reta por aproximadamente 1880 metros até o Ponto 38, de c.g.a. 40º 7' 34.00" W e 19º 56' 46.00" S; daí, segue em linha reta por aproximadamente 7.830 metros de extensão até o Ponto 39, de c.g.a. 40º 3' 27.61" W e 19º 58' 30.49" S, situado no mar, aproximadamente a 8.400 metros a leste da localidade de Itaparica/Aracruz; daí, segue em linha reta por aproximadamente 3.050 metros de extensão até o Ponto 40, de c.g.a. 40º 2' 48.6" W e 19º 56' 58.5" S, situado no mar; daí, segue em linha reta por aproximadamente 9.960 metros de extensão até o Ponto 41, de c.g.a. 39º 57' 30.3" W e 19º 58' 56.1" S, situado no mar; daí, segue em linha reta por aproximadamente 10.540 metros de extensão até o Ponto 42, de c.g.a. 39º 59' 47.9" W e 20º 4' 13.4" S, situado no mar; daí, segue em linha reta por aproximadamente 8.330 metros de extensão até o Ponto 43, de c.g.a. 40º 4' 34.0" W e 20º 4' 13.7" S, situado no mar, aproximadamente a 9.400 metros a leste da localidade de Costa Bela/Serra; daí, segue em linha reta por aproximadamente 5.950 metros de extensão até o Ponto 44, de c.g.a. 40º 4' 9.23" W e 20º 2' 36.37" S, situado no mar, aproximadamente a 12.100 metros a leste da localidade de Praia Grande/Fundão; daí, segue em linha reta por aproximadamente 9.400 metros de extensão até o Ponto 45, de c.g.a. 40º 9' 10.20" W e 20º 0' 43.32" S, situado sobre a extremidade leste da primeira ponta da orla, a norte da foz do Rio Preto, limite dos Municípios de Fundão e Aracruz; daí, segue em linha reta para o Ponto 1, início desta descrição, totalizando uma área aproximada de 17.741 hectares.

Parágrafo único. O subsolo da área descrita no **caput** deste artigo integra os limites do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz.

Art. 3º A realização, implantação, construção, operação ou ampliação de quaisquer atividades, edificações ou intervenções nas áreas particulares integrantes do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz devem ser compatíveis com os objetivos da unidade de conservação.

Art. 4º Na área do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz ficam asseguradas a liberdade de navegação e a execução das ações necessárias à salvaguarda da vida humana no mar e à segurança do tráfego aquaviário, bem como o exercício das atribuições da autoridade marítima.

Art. 5º O Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz será administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, que deverá tomar as medidas necessárias para sua proteção e gestão.

Art. 6º O Plano de Manejo definirá as áreas destinadas à proteção integral dos ecossistemas e elementos da biodiversidade e as áreas e recursos biológicos passíveis de utilização para atividades pesqueiras de pequena escala ou para fins de subsistência, compatíveis com os objetivos de conservação da unidade.

Parágrafo único. Até que o Plano de Manejo seja editado, ficam permitidas a prática de atividades de pesca realizadas por pescadores profissionais, exclusivamente nas modalidades de linha de mão, rede de espera, rede de arrasto com recolhimento manual para captura de iscas (camarão), operadas desembarcadas ou a partir de embarcações de no máximo nove metros e meio de comprimento total e a coleta manual de invertebrados na faixa entre marés para consumo próprio e venda como produtos para alimentação, vedada a extração com fins de comercialização para fins medicinais, ornamentais e de aquariofilia.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de junho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Izabella Mônica Vieira Teixeira

DECRETO DE 17 DE JUNHO DE 2010

Amplia os limites da Reserva Extrativista do Ciriaco, localizada no Município de Cidelândia, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 18 e 22, § 6º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e o que consta do Processo nº 02001.002520/2006-76,

D E C R E T A :

Art. 1º A Reserva Extrativista do Ciriaco, localizada no Município de Cidelândia, no Estado do Maranhão, criada pelo Decreto nº 534, de 20 de maio de 1992, passa a reger-se pelas disposições deste Decreto e a ter área aproximada de oito mil e oitenta e quatro hectares e setenta e nove centiares, de acordo com o seguinte memorial descritivo, elaborado com base na Carta SB-23-V-C-1, na escala de 1:100.000, do Ministério do Exército (DSG): partindo do ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 47º48'53.49" WGr e 5º19'23.19" S, situado na margem direita do Córrego Bom Jesus, segue a montante deste córrego por uma distância aproximada de 10.456,50m até o ponto 2, de c.g.a. 47º45'43.19" WGr e 5º15'42.49" S, situado na confluência deste córrego com um afluente de sua margem direita; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 09º59'44"e distância aproximada de 950,43 m até o ponto 3, de c.g.a. 47º45'37.71" WGr e 5º15'12.07" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 293º28'54"e distância aproximada de 1.249,83 m até o ponto 4, de c.g.a. 47º46'14.83" WGr e 5º14'55.71" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 00º00'00"e distância aproximada de 1.450,00 m até o ponto 5, de c.g.a. 47º46'14.62" WGr e 5º14'8.54" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 350º29'45"e distância aproximada de 849,66 m até o ponto 6, de c.g.a. 47º46'19.06" WGr e 5º13'41.26" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 311º30'22"e distância aproximada de 1.450,13 m até o ponto 7, de c.g.a. 47º46'54.16" WGr e 5º13'9.84" S, situado na margem direita do Igarapé Andirobal; deste ponto, segue a jusante pelo referido igarapé, por uma distância aproximada de 3.631,19 m até o ponto 8, de c.g.a. 47º47'42.32" WGr e 5º14'24.93" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 296º27'58"e distância aproximada de 1.100,08 m até ponto 9, de c.g.a. 47º48'14.20" WGr e 5º14'8.82" S, situado na margem direita do Igarapé Brejo Bandeirão; deste ponto, segue a montante pelo referido igarapé por uma distância aproximada de 3.100,38 m até o ponto 10, de c.g.a. 47º48'43.06" WGr e 5º12'39.24" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 255º29'03"e distância aproximada de 1.500,11 m até ponto 11, de c.g.a. 47º49'30.24" WGr e 5º12'51.26" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 289º02'32"e distância aproximada de 772,38 m até ponto 12, de c.g.a. 47º49'56.27" WGr e 5º12'42.13" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 295º59'09"e distância aproximada de 1.049,87 m até ponto 13, de c.g.a. 47º50'26.82" WGr e 5º12'27.03" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 210º01'23"e distância aproximada de 1.149,20 m

até ponto 14, de c.g.a. 47º50'45.62" WGr e 5º12'59.31" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 180º00'00"e distância aproximada de 1.400,00 m até ponto 15, de c.g.a. 47º50'45.82" WGr e 5º13'44.84" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 158º59'49"e distância aproximada de 119,97 m até ponto 16, de c.g.a. 47º50'44.45" WGr e 5º13'48.49" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 291º14'01"e distância aproximada de 154,62 m até ponto 17, de c.g.a. 47º50'49.12" WGr e 5º 3'46.65" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 292º17'14"e distância aproximada de 250,49 m até ponto 18, de c.g.a. 47º50'56.63" WGr e 5º13'43.53" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 280º15'29"e distância aproximada de 359,39 m até ponto 19, de c.g.a. 47º51'8.08" WGr e 5º13'41.39" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 240º04'26"e distância aproximada de 176,39 m até ponto 20, de c.g.a. 47º51'13.05" WGr e 5º13'44.23" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 239º38'26"e distância aproximada de 286,89 m até ponto 21, de c.g.a. 47º51'21.12" WGr e 5º13'48.91" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 236º33'17"e distância aproximada de 68,95 m até ponto 22, de c.g.a. 47º51'22.98" WGr e 5º13'50.14" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 246º10'05"e distância aproximada de 89,1 m até ponto 23, de c.g.a. 47º51'25.63" WGr e 5º13'51.30" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 235º18'45"e distância aproximada de 59,54 m até ponto 24, de c.g.a. 47º51'27.24" WGr e 5º13'52.40" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 132º43'17"e distância aproximada de 184,25 m até ponto 25, de c.g.a. 47º51'22.86" WGr e 5º13'56.48" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 132º42'04"e distância aproximada de 775,61 m até ponto 26, de c.g.a. 47º51'4.44" WGr e 5º14'13.68" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 212º43'53"e distância aproximada de 243,69 m até ponto 27, de c.g.a. 47º51'8.76" WGr e 5º14'20.33" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 237º52'08"e distância aproximada de 114,69 m até ponto 28, de c.g.a. 47º51'11.91" WGr e 5º14'22.30" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 122º34'14"e distância aproximada de 613 m até ponto 29, de c.g.a. 47º50'55.20" WGr e 5º14'33.11" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 233º09'28"e distância aproximada de 186,79 m até ponto 30, de c.g.a. 47º51'0.06" WGr e 5º14'36.73" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 230º55'36"e distância aproximada de 155,48 m até ponto 31, de c.g.a. 47º51'3.99" WGr e 5º14'39.90" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 218º05'04"e distância aproximada de 345,57 m até ponto 32, de c.g.a. 47º51'10.95" WGr e 5º14'48.71" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 201º45'41"e distância aproximada de 145,36 m até ponto 33, de c.g.a. 47º51'12.72" WGr e 5º14'53.10" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 292º22'04"e distância aproximada de 325,84 m até ponto 34, de c.g.a. 47º51'22.48" WGr e 5º14'49.02" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 282º00'04"e distância aproximada de 72,14 m até ponto 35, de c.g.a. 47º51'24.77" WGr e 5º14'48.52" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 278º58'25"e distância aproximada de 44,88 m até ponto 36, de c.g.a. 47º51'26.21" WGr e 5º14'48.29" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 204º04'56"e distância aproximada de 88,72 m até ponto 37, de c.g.a. 47º51'27.39" WGr e 5º 14'50.91" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 197º22'16"e distância aproximada de 150,88 m até ponto 38, de c.g.a. 47º51'28.87" WGr e 5º 14'55.59" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 208º05'31"e distância aproximada de 35,14 m até ponto 39, de c.g.a. 47º51'29.41" WGr e 5º14'56.60" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 204º14'56"e distância aproximada de 230,32 m até ponto 40, de c.g.a. 47º51'32.51" WGr e 5º15'3.41" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 193º29'23"e distância aproximada de 87,41 m até ponto 41, de c.g.a. 47º51'33.19" WGr e 5º15'6.18" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 107º55'43"e distância aproximada de 120,2 m até ponto 42, de c.g.a. 47º51'29.48" WGr e 5º15'7.40" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 150º13'53"e distância aproximada de 140,55 m até ponto 43, de c.g.a. 47º51'27.24" WGr e 5º15'11.37" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 221º50'01"e distância aproximada de 134,21 m até ponto 44, de c.g.a. 47º51'30.15" WGr e 5º15'14.61" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 279º03'49"e distância aproximada de 165,05 m até ponto 45, de c.g.a. 47º51'35.44" WGr e 5º15'13.74" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 269º41'00"e distância aproximada de 180,99 m até ponto 46, de c.g.a. 47º51'41.32" WGr e 5º15'13.75" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 266º16'02"e distância aproximada de 215,05 m até ponto 47, de c.g.a. 47º51'48.28" WGr e 5º15'14.17" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 264º22'11"e distância aproximada de 50,96 m até ponto 48, de c.g.a. 47º51'49.93" WGr e 5º15'14.33" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 248º32'33"e distância aproximada de 112,07 m até ponto 49, de c.g.a. 47º51'53.32" WGr e 5º15'15.65" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 161º51'02"e distância aproximada de 256,78 m até ponto 50, de c.g.a. 47º51'50.75" WGr e 5º15'23.59" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 248º45'14"e distância aproximada de 113,14 m até ponto 51, de c.g.a. 47º51'54.18" WGr e 5º15'24.91" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 234º41'26"e distância aproximada de 91,7 m até ponto 52, de c.g.a. 47º51'56.62" WGr e 5º15'26.62" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 222º57'07"e distância aproximada de 42,35 m até ponto 53, de c.g.a. 47º51'57.56" WGr e 5º15'27.63" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 224º17'10"e distância aproximada de 111,75 m até ponto 54, de c.g.a. 47º 52'0.10" WGr e 5º 15'30.22" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 185º00'05"e distância aproximada de 218,83 m até ponto 55, de c.g.a. 47º52'0.76" WGr e 5º15'37.31" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 206º14'20"e distância aproximada de 169,46 m até ponto 56, de c.g.a. 47º52'3.21" WGr e 5º15'42.24" S; deste ponto, segue por uma linha seca de azimuth de 165º21'25"e distância apro-

Anexo III – Consulta sobre a criação de gado (bezerro) na Resex do Ciriaco.

da Reserva Extrativista do Ciriaco

FUNDADA EM 30 DE ABRIL DE 1992

CNPJ (MF) 00.655.694/0001-03

Da. Atareco 99- 535 - 0079

Para. Dr. Flávio Macêdo Ferreira

Procurador Federal do IBAMA de Imperatriz- Ma.

Assunto. Consulta sobre a criação de gado (bezerro) na Resex, do Ciriaco

Cidelandia Ma 20-09-2004.

Senhor Procurador.

Já é do vosso conhecimento que os extrativistas da Resex do Ciriaco possuem uma permissão das gerencias I,II para criarem bovinos dentro da referida unidade, esta permissão foi dada em virtude de haver um acordo anterior a lei do SNUC que regulamenta todo o trabalho dentro da unidades de conservação do país, outro fator que levou - nos a querer criar este tipo de animal é o fato termos uma grande área de pasto, a área de pasto da Resex chega quase a 50% do total, sem falar que para nós seria muito difícil morar em uma área com tanto pasto e não termos o direito de criar algumas vaquinhas para termos o nosso leite e carne a vontade para a nossa alimentação familiar.

Porém passados quase 18 meses de posse da terra precisamos de alguns esclarecimentos sobre o referido assunto, é que nesta reunião foi aprovado a criação de 10 animais de grande porte, nestes 10 animais estão inclusos Jumentos, cavalos, burros, bezerros, em forma de consulta a sua pessoa queremos saber. Se um extrativista tem 9 vacas e reprodutor somando se tudo completa o numero permitido, quando esta 09 vacas produzirem este numero mudará para 19 animais sendo 10 adultos e 09 pequenos, solicitação do Sr, este parecer se podemos adotar este sistema de trabalho ou não ?, ou temos que orientar as pessoas que não tenha mais de que 01 touro e 04 vacas porque as 04 vacas parindo o numero mudará para 09 pois serão 01 touro, 04 vacas, 04 bezerros. Várias famílias querem ter 01 touro e 09 vacas e quando as vacas forem parindo os bezerros serão comercializados porém esta prática se dará quando os animais completarem de 5-6 arrobas, caso ache necessário uma reunião para conversar como o público da reserva, Faremos a mobilização, caso contrário coloque o seu parecer em um documento e iremos tirar cópias fazendo com que todos fiquem ciente da regra a respeito do referido assunto.

Sr, procurador estas respostas são de suma importância para o nosso dia a dia dentro da unidade, são mais de 100 famílias e na medida em que os problemas vão surgindo temos que buscar a resposta para cada um deles

Atenciosamente.

Presidente.

Secretária.

Tesoureiro.

Conselho Fiscal.

Conselho Fiscal.

Valdete de Souza
Genival da Conceição Costa
José dos Santos
Gasimathes dos Santos
José Soares dos Santos

Recebido em
28/9/04
Fúria

Para nós o BABAÇÚ é uma mãe, ajude a preservar o que ainda existe

Anexo IV – Relatório da Reunião do ICMbio com a ATERECO, 18 de maio de 2004.

Relatório da Reunião realizada com Diretoria da Associação dos Trabalhadores/as da
Reserva Extrativista de Ciriaco/ATARECO –
Cidelândia – MA., em 18-maio-2004.

Pauta:

1-Criação do Conselho Deliberativo

Sandra – quero combinar com esta Diretoria como faremos a solenidade de criação do Conselho Deliberativo dia 20-05-2004, sobre deslocamento, lanche a ser servido, almoço, reunião para apresentação do projeto do BNDES.

Faustina – ATARECO vai levar toda a diretoria, e demais moradores/as da Resex para Câmara de Vereadores de Cidelândia – Ma, vamos providenciar o lanche, almoço será servido na RESEX, queremos que a reunião para discutir o projeto do BNDES não seja aberta, que seja um momento nosso, porque ainda não conhecemos este projeto.

1-Aluguel de pastagens

Euvaldo – conforme combinamos na Assembléia essa reunião com Diretoria hoje é para ATARECO falar opinião de cada um diretor e apresentar proposta oficial a ser enviada para CNPT/IBAMA Gerex I, II e para Atanagildo Matos; sobre aluguel de pasto na RESEX, sabendo vocês que essa atividade de criação de gado não é permitida por Lei.

Eunice – Secretária da ATARECO – vou continuar alugando pasto, com esse dinheiro compro remédio para meu marido pois ele sofre do coração. Enquanto não for viabilizado os projetos produtivos vou continuar.

Zeca Preto – Vice presidente ATARECO – devemos continuar alugando e passando 30% do dinheiro para ATARECO, a outra parte seja aplicada na estruturação da nossa locação (cerca, roço de pasto, manutenção da balança, etc...)

Arão – Ex-Presidente - devemos continuar alugando os pastos, até porque é por necessidade de doença, até que apareça outra alternativa, o governo deve discutir uma forma de geração de renda para cada família. Cada família deve ficar com o lucro do aluguel do pasto pois, esta norma proibindo aluguel de pasto não pode ser cumprida agora, a cada semana, reunião, que Euvaldo e Sandra fala que é proibido, aí é que aumenta o número de família alugando. No exato momento não temos o número de gado dentro da RESEX e nem sabemos precisar quantas famílias estão vivendo dessa atividade.

Almerindo Lopes – Tesoureiro da ATARECO – eu já aluguei por motivo de doença mas, acho que não é certo. o IBAMA precisa punir cada um que está alugando. A cada dia o problema está aumentando, está ficando sem controle.

Francisco(Finzinho) – ex- diretor - a reserva não foi feita para nós morrer de fome. Vou continuar alugando pasto.

Valdete – Vice-Presidente – os sócios/as dizem que só vão parar de alugar pasto quando os projetos chegarem na mão de cada um deles, que o dinheiro esteja no bolso, acho que precisamos explicar melhor como será a vinda destes projetos para resex.

José Martins – Conselho Fiscal da ATARECO – devemos continuar alugando, a associação deve tirar parte do dinheiro que ela recebe e repassar como ajuda de custo para seus diretores, o problema está sem controle pois tem sócio que já fez contrato de aluguel, recebeu adiantamento de pasto até setembro de 2004.

Terezinha – Conselho Fiscal – eu não concordo com a punição dos companheiros, temos que sentar para achar uma saída, quem aluga é porque está passando fome.

Manoel Dias – Não sou a favor da punição, e o IBAMA só pune os pequenos. Eu ainda não aluguei mas, não sou contra. Todos os dias nós vemos os fazendeiros acabar com palmeirais e IBAMA não faz nada, deveria se preocupar com os grandes e não com os pequenos.

Faustina – Presidente da ATARECO – eu não estou preocupada com isso, eu gasto por mês 87,00 em remédio, porque tenho uma série de doenças, nunca precisei alugar pasto. Devemos encontrar uma saída. O Neto deveria conversar com IBAMA para continuar com gado na reserva, este assunto precisa ser melhor debatido.

2-Renúncia do Tesoureiro

Euvaldo – na Assembléia de 30-04-04, o Sr. Almerindo renunciou ao cargo, porém ficou encaminhado fazer reunião com diretoria para debater este assunto. Após a Assembléia o Sr Almerindo na minha presença, e do Sr. José Martins e Chepa disse que a razão da renúncia é porque existia um acordo entre o Tesoureiro, a Presidente para que do dinheiro recebido do Sr. Neto Teixeira referente a 400 gados x 5,00/mês = 2000,00 fosse repassado para ATARECO (1.500,00 / mês).

Então 500,00(quinhentos reais) x 04(quatro) meses = 2000,00 reais.

Foi dividido entre ele (tesoureiro) e a Faustina(presidente) 2.000,00 reais.

A maioria dos diretores, membros do Conselho Fiscal e sócios da Associação sabiam desse arranjo.

Almerindo – eu renunciei, porque fui injustamente acusado de rasurar recibos na prestação de contas, o que não é verdade, nunca fiz isso. É verdade que nós dividimos durante esse período este recurso porque tenho necessidades.

Faustina – Confirmo o que Sr. Almerindo está dizendo, deixo a critério da diretoria para fazer os encaminhamentos necessários.

Encaminhamento – a diretoria quis debater o assunto sozinha, sem a presença de Euvaldo e Sandra e chegaram a seguinte conclusão: esse assunto será decidido por uma Assembléia Geral dia 10.06.2004, na sede da ATARECO.

Euvaldo Pereira

Sandra Regina

Anexo V – Contratos de comodatos

CONTRATO PARTICULAR DE COMODATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CELMAR S.A. E A ASSOCIAÇÃO DAS QUEBRadeiras DE COCO DO POVOADO DE PETROLINA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente Instrumento particular, de um lado, **CELMAR S.A. - INDÚSTRIA DE CELULOSE E PAPEL**, de ora em diante denominada simplesmente **CELMAR**, Empresa com sede na Rua Rafael de Almeida Ribeiro, nº 600, Conjunto São Salvador, em Imperatriz(MA), inscrita no CGC/MF sob o nº 41.372.681/0001-04 e Inscrição Estadual nº 12.115334-7 e, de outra parte, na qualidade de **COMODATÁRIA**, e assim doravante denominada, a **ASSOCIAÇÃO DAS QUEBRadeiras DE COCO DO POVOADO DE PETROLINA**, entidade civil sem fins lucrativos, com sede na Rua São Francisco, nº 322, no Povoado de Petrolina, Município de Imperatriz (MA), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.892.129/0001-87, ambas por seus representantes legais abaixo assinados, têm entre si, justo e avençado as cláusulas e condições seguintes, que mutuamente outorgam.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A CELMAR, sendo legítima proprietária e possuidora de uma gleba denominada *Serra Branca*, parte de uma área maior denominada *Fazenda Eldorado*, melhor caracterizada no item 1.1 adiante, cede em regime de Comodato à COMODATÁRIA a área de **307 ha**, para que esta, através dos seus associados promova o extrativismo do babaçu, em estrita observância ao detalhamento contido no *croqui* denominado ANEXO I, parte integrante e indissociável deste Contrato, à legislação pertinente aplicável e ao que demais aqui for avençado.

1.1 - O imóvel, cuja parte é objeto deste comodato, possui área total de 12.267,4173 ha, após o remembramento, e está localizado a 2 Km da margem esquerda da estrada Imperatriz/Petrolina, altura do Km 48, Imperatriz(MA), encontrando-se matriculado no CRI de Imperatriz(MA), sob o nº 33.658 e cadastrado no INCRA sob o nº 110.027.065.846-4.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RELAÇÃO CONTRATUAL

O presente Contrato é celebrado por livre e consciente vontade das partes, as quais haverão de honrar o que vai aqui pactuado, em todos os seus expressos termos.

2.1 Não haverá, durante a vigência desta avença, qualquer prestação de serviços pelos associados da COMODATÁRIA à CELMAR, seja a que título for, inexistindo entre eles, por conseguinte, a presença de quaisquer elementos inerentes à relação empregatícia ou de trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO USO DO IMÓVEL

Não poderá a COMODATÁRIA, sob pena de caracterizar infração contratual e consequente rescisão, ceder ou emprestar a área objeto do presente Instrumento para pessoas que não sejam associados seus, ou para fins diversos do estabelecido na Cláusula Primeira, sem expresse consentimento, por escrito, da CELMAR.

Cerezinha de Souza e Silva

3.1 - A COMODATÁRIA declara que tem ciência de que a área ora cedida em comodato está incluída no cômputo da área de Reserva Florestal Legal-RFL do imóvel caracterizado no item 1.1 acima, de sorte que todas as suas ações nesta área restringir-se-ão à coleta do babaçu, não sendo permitido o abate desta árvore ou qualquer forma de exploração que afete o seu desenvolvimento e as suas características, sob as penas da lei, especialmente das Leis Estaduais pertinentes e das Leis Federais 4.771/65 e 9.605/98, e de consequente rescisão contratual.

3.2 - O uso do imóvel não poderá comprometer a moralidade, os bons costumes ou o sossego dos vizinhos.

3.3- A ocorrência de desastres desencadeados por motivo de caso fortuito ou de força maior, tais como: faíscas elétricas, inundações, desabamentos, abalos sísmicos, etc., ou acidentes naturais motivados por terceiros, inclusive fogo originário de prédios vizinhos, não acarretarão a responsabilidade solidária da CELMAR pelos eventos danosos, materiais ou pessoais acaso surgidos com relação aos pertences, aos haveres e a segurança pessoal dos agricultores e ou de terceiros.

3.4 - A cada um dos associados, que será indicado pela COMODATÁRIA, caberá o direito de uso de uma parte da área para a extração do babaçu, conforme estabelecido na Cláusula Primeira, ficando a cargo desta, para este efeito, o critério da partilha da área indicada pela CELMAR.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

4.1 - Das Obrigações da CELMAR

4.1.1 - garantir à COMODATÁRIA, através dos seus associados e prepostos, o uso, gozo e livre acesso à área do imóvel dada em comodato, durante o prazo estipulado no presente Contrato;

4.1.2 - responder por todos os encargos de natureza civil, tributária e ambiental que venha a incidir sobre o imóvel, ressalvado o disposto no item 4.2.4, hipótese em que a responsabilidade recairá sobre a COMODATÁRIA.

4.2 - Das Obrigações da COMODATÁRIA

4.2.1 - não transferir a terceiros o presente Contrato, seja a que título for, bem como, não mudar a destinação do imóvel, mantendo-o e conservando-o como se fosse seu;

4.2.2 - levar ao conhecimento da CELMAR, imediatamente, qualquer ameaça ou ato de turbacão ou esbulho que, contra a sua posse vier a sofrer;

4.2.3 - devolver o imóvel, ao término do presente Contrato, ou da sua rescisão tal como o recebeu, com seus acessórios;

4.2.4 - não praticar atos vedados pela legislação florestal e ambiental em vigor, respeitando as áreas de reserva florestal e de preservação permanente do imóvel, assim definidas em lei, especialmente as palmáceas e demais recursos naturais existentes, ficando expressamente vedado o desmatamento das florestas ali existentes, a remoção das cercas internas ou de divisas, o uso de queimadas, e ainda,

Carapinha de Souza Cruz

a prática da caça e da pesca que infrinja as normas gerais de preservação da fauna e da flora, sendo terminantemente proibida a construção de quaisquer benfeitorias;

4.2.5 - informar, imediatamente à CELMAR, a ocorrência de incêndio na área objeto do presente Contrato, ou em áreas próximas que saiba ser de propriedade da CELMAR, enviando todos os esforços para combatê-lo quando a sua ocorrência for naquela;

4.2.6 - responsabilizar-se por quaisquer danos ou eventos danosos provocados no imóvel ou em animais, coisas ou pessoas da CELMAR, ocorridos dentro ou fora da área designada em comodato quando do cumprimento deste Contrato;

4.2.7 - permitir, sempre que se fizer necessário, o acesso dos empregados da CELMAR, prepostos ou pessoas, por ela credenciadas, na área objeto do presente Contrato... desde q se identifi que

4.2.8 - Fornecer aos técnicos da CELMAR quaisquer informações requeridas pertinentes ao andamento dos trabalhos, técnicas adotadas e número de beneficiados, observando as sugestões por parte dos mesmos que visem a preservação dos babaquais.

4.2.9 - Apresentar à CELMAR, no ato da contratação, relação nominal dos associados que se beneficiarão dos termos deste Contrato.

Parágrafo Primeiro: Fica expressamente pactuado, que, se por ventura a CELMAR for autuada, notificada, citada, intimada ou mesmo condenada, em razão do não cumprimento de qualquer obrigação atribuível à COMODATÁRIA, deverá esta responsabilizar-se, liberando a CELMAR de qualquer tipo de responsabilidade, devendo, inclusive, indenizar o valor gasto com custas processuais e honorários advocatícios, despendidos na defesa, se esta vier a recorrer aos meios judiciais, inclusive para obter o adimplemento contratual.

Parágrafo Segundo: A COMODATÁRIA deverá orientar os seus associados acerca do uso correto das ferramentas de trabalho, equipamentos de proteção individuais e coletivos e sobre demais medidas preventivas de segurança e medicina do trabalho que visem a preservação da saúde das quebradeiras de coco, durante a coleta da amêndoa do babaçu.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O prazo do presente Contrato é de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/12/98 e com término em 30/11/99, podendo ser resilido, a qualquer tempo, mediante aviso de 60 (sessenta) dias de antecedência de uma parte à outra.

CLÁUSULA SEXTA - DA SUBSTITUIÇÃO DO IMÓVEL

Fica acertado que poderá haver substituição da área cedida em comodato por outra equivalente, no mesmo imóvel rural de propriedade da CELMAR, desde que convenha a ambas as partes, e respeitadas as condições do presente Contrato.

[Assinatura] *terezinha de souza euz*

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO COMODATO

Considerar-se-á extinta a presente avença, independentemente de qualquer formalidade, na ocorrência dos seguintes casos:

- 7.1 - inadimplemento de quaisquer cláusulas ou condições;
- 7.2 - distrato, rescisão ou término do prazo do Contrato;
- 7.3 - alienação do imóvel objeto desta avença, a que título for, inclusive desapropriação.

CLÁUSULA OITAVA - DO ATRASO NA DEVOLUÇÃO DA ÁREA

Se findo o prazo contratual estabelecido na Cláusula Quinta, a COMODATÁRIA não tiver restituído a área cedida em comodato, será a mesma constituída em mora e, além de por ela responder, ficará sujeita, a partir daquela data, ao pagamento de uma multa diária no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), até a efetiva devolução da área, totalmente desocupada de pessoas, animais e coisas, sem que o presente Contrato transforme-se, por isso, em arrendamento rural.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Imperatriz(MA), para dirimir quaisquer dúvidas acaso oriundas da execução do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem ajustadas e contratadas, assinam o presente na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias, de igual teor e para o mesmo fim.

Imperatriz (MA), 26 de fevereiro 1999.

CELMAR S. A. - INDÚSTRIA DE CELULOSE E PÁPEL

[Assinatura]
Coordenadora de Adm. e Finanças
Coordenação

[Assinatura]
Coordenadora de Prod. e Desenvolvimento
Coordenação

ASSOCIAÇÃO DAS QUEBRadeiras DE COCÔ DO POVOADO DE PETROLINA

[Assinatura]
Terezinha de Sousa Cruz

TESTEMUNHAS:

[Assinatura] *[Assinatura]* (R. Xalmeida)

CONTRATO PARTICULAR DE COMODATO E OUTROS PACTOS Nº 012/2004, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FERRO GUSA CARAJÁS S. A. E A ASSOCIAÇÃO DAS QUEBRadeiras DE COCO DO POVOADO DE PETROLINA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente Instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado, **FERRO GUSA CARAJÁS S. A.**, de ora em diante denominada simplesmente **GUSA CARAJÁS**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Rafael de Almeida Ribeiro, nº 600, parte, Bairro São Salvador, em Imperatriz (MA), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.728.345/0002-60 e, de outra parte, na qualidade de **COMODATÁRIA**, e assim doravante denominada, a **ASSOCIAÇÃO DAS QUEBRadeiras DE COCO DO POVOADO DE PETROLINA**, entidade civil sem fins lucrativos, com sede na Rua São Francisco, nº 322, no Povoado de Petrolina, Município de Imperatriz (MA), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.892.129/0001-87, ambas por seus representantes abaixo assinados, têm entre si, justo e avençado as cláusulas e condições seguintes, que mutuamente outorgam.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A **GUSA CARAJÁS**, sendo legítima proprietária e possuidora de uma gleba denominada *Serra Branca*, parte de uma área maior denominada *Fazenda Eldorado*, melhor caracterizada no item 1.1 adiante, cede em regime de comodato à **COMODATÁRIA** a área de **307 ha**, para que esta, através dos seus associados, promova o extrativismo do babaçu, em estrita observância ao detalhamento contido no *croqui* denominado ANEXO I, parte integrante e indissociável deste Contrato, à legislação florestal e ambiental aplicável e ao que demais aqui for avençado.

1.1 - O imóvel, cuja parte é objeto deste comodato, possui área total de 12.267,4173 ha, após o remembramento, e está localizado a 2 Km da margem esquerda da estrada Imperatriz/Petrolina, altura do Km 48, Imperatriz (MA), encontrando-se matriculado no CRI de Imperatriz (MA), sob o nº 33.658 e cadastrado no INCRA sob o nº 110.027.065.846-4.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RELAÇÃO CONTRATUAL

O presente Contrato é celebrado por livre e consciente vontade das partes, as quais haverão de honrar o que vai aqui pactuado, em todos os seus expressos termos.

2.1 - Não haverá, durante a vigência desta avença, qualquer prestação de serviços pelos associados da **COMODATÁRIA** à **GUSA CARAJÁS**, seja a que título for, inexistindo entre eles, por conseguinte, a presença de quaisquer elementos inerentes à relação empregatícia ou de trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO USO DO IMÓVEL

Não poderá a **COMODATÁRIA**, sob pena de caracterizar infração contratual e conseqüente rescisão, ceder ou emprestar a área objeto do presente Instrumento para pessoas que não sejam associados seus, ou para fins diversos do estabelecido na Cláusula Primeira, sem expresse consentimento, por escrito, da **GUSA CARAJÁS**.

3.1 - A **COMODATÁRIA** declara que tem ciência de que a área ora cedida em comodato está incluída no cômputo da área de *Reserva Florestal Legal - RFL* do imóvel caracterizado no item 1.1 acima, e assim gravada junto ao IBAMA, de sorte que todas as suas ações nesta área restringir-se-ão à coleta do babaçu, não sendo permitido o abate desta árvore ou

qualquer forma de exploração que prejudique a sua existência, desenvolvimento e características, sob as penas da lei, especialmente das Leis Estaduais pertinentes e das Leis Federais 4.771/65, 9.605/98 e seus regulamentos, e da consequente rescisão contratual. 2

3.2 - O uso do imóvel não poderá comprometer a moralidade, os bons costumes ou o sossego dos vizinhos.

3.3 - A ocorrência de desastres desencadeados por motivo de caso fortuito ou de força maior, tais como: faíscas elétricas, inundações, desabamentos, etc., ou acidentes naturais motivados por terceiros, inclusive fogo originário de prédios vizinhos, não acarretarão a responsabilidade da GUSA CARAJÁS pelos eventos danosos, materiais ou pessoais acaso surgidos com relação aos pertences, aos haveres e à segurança pessoal dos agricultores e/ou de terceiros.

3.4 - A cada um dos associados, que será indicado pela COMODATÁRIA, caberá o direito ao uso de uma parte da área para a extração do babaçu, conforme estabelecido na Cláusula Primeira, ficando a cargo desta, para este efeito, o critério da partilha da área indicada pela GUSA CARAJÁS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

4.1 - Das Obrigações da GUSA CARAJÁS:

4.1.1 - garantir à COMODATÁRIA, através dos seus associados e prepostos, o uso, gozo e livre acesso à área do imóvel dada em comodato, durante o prazo estipulado no presente Contrato;

4.1.2 - responder por todos os encargos de natureza civil, tributária e ambiental que venha a incidir sobre o imóvel, ressalvado o disposto no item 4.2.4, hipótese em que a responsabilidade recairá sobre a COMODATÁRIA.

4.2 - Das Obrigações da COMODATÁRIA:

4.2.1 - não transferir a terceiros o presente Contrato, seja a que título for, bem como, não mudar a destinação do imóvel, mantendo-o e conservando-o como se fosse seu;

4.2.2 - levar ao conhecimento da GUSA CARAJÁS, imediatamente, qualquer ameaça ou ato de turbacão ou esbulho que contra a sua posse vier a sofrer;

4.2.3 - devolver o imóvel, ao término do presente Contrato ou da sua rescisão, tal como o recebeu, com seus acessórios;

4.2.4 - não praticar atos vedados pela legislação florestal e ambiental em vigor, respeitando as áreas de reserva florestal e de preservação permanente do imóvel, assim definidas em lei, especialmente as palmáceas e demais recursos naturais existentes, ficando expressamente vedado o desmatamento das florestas ali existentes, a remoção das cercas internas ou de divisas, o uso de queimadas, e ainda, a prática da caça e da pesca que infrinja as normas gerais de preservação da fauna e da flora, sendo terminantemente proibida a construção de quaisquer benfeitorias;

4.2.5 - informar, imediatamente à GUSA CARAJÁS, a ocorrência de incêndio na área objeto do presente Contrato, ou em áreas próximas que saiba ser de propriedade da GUSA CARAJÁS, envidando todos os esforços para combatê-lo quando a sua ocorrência for naquela;

4.2.6 - responsabilizar-se por quaisquer danos ou eventos danosos provocados no imóvel ou em animais, coisas ou pessoas da GUSA CARAJÁS, por seus associados, ocorridos dentro da área designada em comodato, quando da execução deste Contrato;

4.2.7 - permitir, sempre que se fizer necessário, o acesso dos empregados da GUSA CARAJÁS, prepostos ou pessoas por ela credenciadas, na área objeto do presente Contrato, desde que devidamente identificados como tais;

4.2.8 - fornecer aos técnicos da GUSA CARAJÁS quaisquer informações requeridas pertinentes ao andamento dos trabalhos, técnicas adotadas e número de beneficiados, observando as sugestões por parte dos mesmos que visem a preservação dos babaçuais;

4.2.9 - apresentar ao representante e/ou preposto da GUSA CARAJÁS, por ocasião do início das atividades, relação nominal dos associados que se beneficiarão dos termos deste Contrato.

Parágrafo Primeiro: Fica expressamente pactuado, que, se porventura a GUSA CARAJÁS for autuada, notificada, citada, intimada ou mesmo condenada, em razão do não cumprimento de qualquer obrigação atribuível à COMODATÁRIA, deverá esta responsabilizar-se, liberando a GUSA CARAJÁS de qualquer tipo de responsabilidade, devendo, inclusive, indenizar o valor gasto com custas processuais e honorários advocatícios dispendidos com a respectiva medida, se esta última vier a recorrer aos meios judiciais para garantir os seus direitos, inclusive para obter o adimplemento contratual.

Parágrafo Segundo: A COMODATÁRIA deverá orientar os seus associados acerca do uso correto das ferramentas de trabalho, equipamentos de proteção individuais e coletivos e sobre demais medidas preventivas de segurança e medicina do trabalho que visem a preservação da saúde das quebradeiras de coco, durante a coleta da amêndoa do babaçu.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O prazo do presente Contrato é de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/04/2004 e com término em 31/03/2005, podendo ser resilido, a qualquer tempo, mediante aviso de 60 (sessenta) dias de antecedência de uma parte à outra.

CLÁUSULA SEXTA - DA SUBSTITUIÇÃO DO IMÓVEL

Fica acertado que poderá haver substituição da área cedida em comodato por outra equivalente, no mesmo imóvel rural de propriedade da GUSA CARAJÁS, desde que convenha a ambas as partes, e respeitadas as condições do presente Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO COMODATO

Considerar-se-á extinta a presente avença, independentemente de qualquer formalidade, na ocorrência dos seguintes casos:

7.1 - inadimplemento de quaisquer cláusulas ou condições;

7.2 - distrato, resilição ou término do prazo do Contrato;

7.3 - alienação do imóvel objeto desta avença, a que título for, inclusive desapropriação.

CLÁUSULA OITAVA - DO ATRASO NA DEVOLUÇÃO DA ÁREA

Se, findo o prazo contratual estabelecido na Cláusula Quinta, a COMODATÁRIA não tiver restituído a área cedida em comodato, será a mesma constituída em mora e, além de por ela responder, ficará sujeita, a partir daquela data, ao pagamento de uma multa diária de

4
natureza não compensatória, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), até a efetiva devolução da área, totalmente desocupada de pessoas, animais e coisas, sem que o presente Contrato transforme-se, por isso, em arrendamento rural.

CLÁUSULA NONA- DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Imperatriz(MA), para dirimir quaisquer dúvidas acaso oriundas da execução do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem ajustadas e contratadas, assinam o presente na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias, de igual teor e para o mesmo fim.

Imperatriz (MA), 27 de abril de 2004.

FERRO GUSA CARAJÁS S. A.

KÁTIA SILVEIRA DE SOUSA
ADVOGADA
OAB - MA 4 323

Paulo R. R. Lobo
Meio Ambiente
CREA nº 13 220 / MG

ASSOCIAÇÃO DAS QUEBRadeiras DE COCO DO POVOADO DE PETROLINA

Francisca Ernilde Ferreira Santos
(Presidente)

TESTEMUNHAS:

Nome: LIDIANA COSTA DE SOUSA
CPF: 617.424.653-15

Nome:
CPF:

Anexo VI – Cadeia dominial

CARTÓRIO OFÍCIO DE IMPERATRIZ

Registro de Imóveis

Tabelionato de Notas

C E R T I F I C O, a requerimento de parte interessada que, revendo neste Cartório os Livros de Registro de Imóveis, neles a **FILIAÇÃO DOMINIAL** do imóvel constante de: **UMA GLEBA** de terras neste Município denominada **BARRA GRANDE 01**, com a área de **49.260.00.00 ha**; consta que, em **18.04.79** a **UNIÃO FEDERAL** através do **INCRA**, arrecadou a referida área neste Município, conforme **Processo nº 0002/79** e **Portaria nº 343 de 18.04.79** com fundamento no artigo 28 da Lei nº 6.383 de 07.12.76 e matriculada sob nº 1.975 no livro 2-J fls. 55 em 22.05.79. Depois de matriculado foi transferido partes a terceiros, sendo uma parte ao Sr. **HAROLDO CRISTOVAM CHAGAS**, equivalente **UMA GLEBA** de terras neste Município, denominada **Barra Grande I**, **Fazenda IPANEMA**, lote **229-B**, com a área de **746.06.05 ha**, localizada a **05 km** da margem da estrada de **Cidelândia**, altura do **km 35** conforme Título Definitivo nº 4(12)82(01)00489, formado pelo **Processo Administrativo nº INCRA/PFI/00341/75** expedido em **22.04.80** e registrado sob nº **R-16/1975** no **livro 2-AD Fls. 34 em 04.12.1.981**. Nesta mesma data foi aberto nova matrícula para o imóvel objeto do registro nº **16/1975** no **livro 2-AM fls. 126 sob nº 6.889**; havendo o Sr. **HAROLDO CRISTOVAM CHAGAS**, vendido todo o imóvel a **ANTONIO CALIXTO DOS SANTOS**, em escritura pública lavrada no Cartório do **(2º Ofício Cível)** desta Comarca, **livro 41 fls. 93/94v** em **08.09.86** e registrada sob nº **R-4/6889** no **livro 2-AM fls. 126 em 03.11.87**; e o Sr. **ANTONIO CALIXTO DOS SANTOS**, vendeu todo o imóvel a **CELMAR S.A INDUSTRIA DE CELULOSE E PAPEL**, em escritura pública lavrada nas notas do 2º Cartório da Família desta Comarca, livro 58 fls. 07 em 24.05.95 e registrada sob nº **R-6/6889 no livro 2-GK fls. 07 em 24.05.95**. Sendo que, a **UNIÃO FEDERAL** através do **INCRA** arrecadou **UMA ÁREA** de terras neste Município, denominada **BARRA GRANDE II**, com a área de **2.284.00.00 ha**, conforme **Processo Administrativo nº 0003/79** e **Portaria nº 341 de 18.04.79** com fundamento no art. 28 da lei 6383 de 07.12.76 e matriculado sob nº 1.974 no livro 2-J fls. 54 em 22.05.79, depois de matriculado foi transferido partes a terceiros, inclusive uma parte a **FELICIANO MONTEIRO DA SILVA**, equivalente a **UMA GLEBA** de terras neste Município, denominada **Fazenda SANTA MARIA**, Gleba Barra Grande 2, lote 138, localizada à margem direita da estrada Imperatriz/Petrolina, altura do **km 40**, com a área de **78.53.90 ha**, conforme **Título Definitivo nº 4(GETAT)4(6)00686**, formado pelo **Processo Administrativo nº PFI/01.214/76** expedido em **31.07.1981** e registrado sob nº **R-3/1979** no **livro 2-J fls. 54 em 18.08.1981**. Nesta mesma data foi aberto nova matrícula para o **R-3/1974** no **livro 2-AH fls. 166 sob nº 6144**; havendo o Sr. **FELICIANO MONTEIRO DA SILVA**, vendido todo o imóvel a **ANTONIO BATISTA DO NASCIMENTO**, em escritura pública lavrada no Cartório do **1º Ofício Criminal e Notas** desta Comarca, **livro 02 fls. 03v/04v** em **16.06.82** e registrada sob nº **R-1/6144** no **livro 2-AH fls. 166 em 30.06.1982**; e o Sr. **ANTONIO BATISTA DO NASCIMENTO**, vendeu todo o imóvel a **CELMAR S.A INDÚSTRIA DE CELULOSE E PAPEL**, em escritura pública lavrada no Cartório do **4º Ofício Criminal e Notas** desta Comarca, **livro 09 fls. 97 e v em 18.09.95** e registrada sob nº **R-2/6.144 no livro 2-AH fls. 166 em 19.09.1995**. Sendo que, a firma **CELMAR S. A INDUSTRIA DE CELULOSE E PAPEL**, adquiriu outras áreas por compra feita a diversas pessoas dentro das Glebas Barra Grande I e Barra Grande II, assim discriminadas: por compra feita a **ANTONIO CALIXTO DOS SANTOS**, **UMA GLEBA** de terras neste Município, com a área de **356.46.65 ha**, em escritura pública lavrada nas **Notas do 2º Cartório da Família desta cidade, livro 58 fls. 013 e vº**, em **24.05.95** e registrada sob nº **R-4/3.418 no livro 2-GL fls. 60 em 26.05.95**. Por compra feita a **ANTONIO CALIXTO DOS SANTOS**, **UMA GLEBA** de terras neste Município com a área de

Página - 1/16

FAP

Atendente -

CARTÓRIO

OFÍCIO DE IMPERATRIZ

Registro de Imóveis

Tabelionato de Notas

OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Imperatriz - MA
Escritório: Autêntica
Imperatriz - MA

245.27.03 ha em escritura pública lavrada nas Notas do 2º Cartório da Família desta cidade, Lº 058, fls. 09vº em 24.04.95 e registrada sob nº **R-7/440 no livro 2-GL fls. 59** em 26.05.95. Por compra feita a ANTONIO CALIXTO DOS SANTOS, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **233.12.28 ha**, em escritura pública lavrada nas Notas do Cartório do 2º da Família desta cidade, Lº 58, fls. 11 e vº em 24.05.95 e registrada sob nº **R-5/2.812 no livro 2-N fls. 173** em 26.05.95. Por compra a ANTONIO CALIXTO DOS SANTOS, UMA GLEBA de terras neste Município com a área de **229.10.01 ha**, em escritura pública lavrada nas notas do 2º Cartório da Família desta cidade livro 058, fls. 102 e vº em 24.05.95 e registrada sob nº **R-5/16.610 no livro 2-CS fls. 108** em 26.05.95. Por compra feita a ANTONIO CALIXTO DOS SANTOS, UMA GLEBA de terras neste Município com a área de **196.30.56 ha**, em escritura pública lavrada nas Notas do 2º Cartório da Família desta cidade, Lº 058, fls. 012 e vº em 24.05.95 e registrada sob nº **R-3/16.598 no livro 2-CS fls. 102** em 26.05.95. Por compra feita a ANTONIO CALIXTO DOS SANTOS, UMA GLEBA de terras neste município, com a área de **148.51.34 ha**, em escritura pública lavrada no 2º Cartório da Família desta cidade, livro 058 fls. 14 e v em 24.05.1995 e registrada sob nº **R-3/13223 no livro 2-BX fls. 185** em 26.05.95. Por compra feita a ANTONIO CALIXTO DOS SANTOS, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **121.81.64 ha**, em escritura pública lavrada no 2º Cartório da Família desta cidade em 24.05.95 e registrada sob nº **R-5/4.508 no livro 2-GL fls. 58** em 26.05.95. Por compra feita a ANTONIO CALIXTO DOS SANTOS, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **101.81.97 ha** em escritura pública lavrada nas Notas do 2º Cartório da Família desta cidade no livro 58 fls. 10 e v em 24.05.95 e registrada sob nº **R-3/16.619 no livro 2-GK fls. 131** em 26.05.95. Por compra feita a ANTONIO BATISTA DO NASCIMENTO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **240.19.37 ha**, em escritura pública lavrada nas Notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09, fls. 101vº em 18.09.1995 e registrada sob nº **R-3/238 no livro 02 fls. 158** em 19.09.95. Por compra feita a ANTONIO BATISTA DO NASCIMENTO, UMA GLEBA de terras neste Município com a área de **262.17.48 ha**, em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09, fls. 100 e vem 18.09.95 e registrada sob nº **R-2/32.145 no livro 2-GM fls. 86** em 19.09.95. Por compra feita a ANTONIO BATISTA DO NASCIMENTO, UMA GLEBA de terras neste Município com a área de **157.14.80 ha**, em escritura pública lavrada nas notas do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09 fls. 99 e v, em 18.09.95 e registrada sob nº **R-1/6.170 no livro 2-AH fls. 179** em 19.09.95. Por compra feita a ANTONIO BATISTA DO NASCIMENTO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **133.83.84 ha** em escritura pública lavrada nas Notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09, fls. 98 e vº, em 18.09.95 e registrada sob nº **R-2/4449 no livro 2-X fls. 28** em 19.09.95. Por compra feita a ANTONIO BATISA DO NASCIMENTO, UMA GLEBA de terras neste Município com a área de **131.04.95 ha**, em escritura pública lavrada nas Notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 02, fls. 84vº a 90 em 18.09.95 e registrada sob nº **R-2/4447 no livro 2-X fls. 27** em 19.09.95. Por compra feita a ANTONIO BATISTA DO NASCIMENTO UMA GLEBA de terras neste Município com a área de **502.44.40 ha** em escritura pública lavrada nas Notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 02, fls. 90 a 96v em 18.09.1995 e registrada sob nº **R-4/558 no livro 2-B fls. 83** em 19.09.95. Por compra feita a ALDO MATOS DO NASCIMENTO e SAMIR MATOS DO NASCIMENTO, UMA GLEBA de terras neste Município com a área de **42.11.16 ha** em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º

Página - 2/16
FAP

Atendente -

Ofício Criminal desta cidade, Livro 09, fls. 105/106v em 18.09.95 e registrada sob nº **R-3/5501 no livro 2-AD fls. 169** em 19.09.95. Por compra feita a ALDO MASTOS DO NASCIMENTO e SAMIR MATOS DO NASCIMENTO, UMA GLEBA de terras neste Município com a área de **178.87.77 ha**, em escritura pública lavrada nas Notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09 fls. 103/104v, em 18.09.95 e registrada sob nº **R-6/444 livro 2-GL fls. 192** em 19.09.95. Por compra feita a ANTONIO BATISTA DO NASCIMENTO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **53.13.53 ha** em Escritura Pública lavrada nas Notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09, fls. 96 e v, em 18.09.95 e registrada sob nº **R-2/32.147 no livro 2-GM fls. 87** em 19.09.95. Por compra feita a AGOSTINHO LIBERATO DA SILVA, UMA GLEBA de terras neste Município com a área de **1.438.19.98 ha** em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09, fls. 36v em 26.05.95 e registrada sob nº **R-10/170 no livro 2-GA fls. 179** em 26.05.95. Por compra feita a PAULO ROBERO MACHADO, UMA GLBA de terras neste Município, com a área de **147.36.08 ha** em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal e Notas desta cidade, Livro 10, fls. 269 a 270 v, em 31.03.97 e registrada sob nº **R-5/3780 no livro 2-T fls. 77** em 14.04.97. Por compra feita a PAULO ROBERTO MACHADO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **285.75.73 ha**, em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal e Notas desta cidade, Livro 10, fls. 269 a 270 v, em 31.03.97 e registrada sob nº **R-4/1641 no livro 2-GS fls. 189** em 14.04.97. Por compra feita a MANOEL EVILÁSIO DE JESUS OLIVEIRA, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **26.59.48 ha** em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09, fls. 53v em 07.07.95 e registrada sob nº **R-6/5659 no livro 2-AF fls. 62** em 10.07.95. Por compra feita a MANOEL EVILÁSIO DE JESUS OLIVEIRA, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **14.20.41 ha** em escritura pública lavrada nas Notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09 fls. 52 em 07.07.1995 e registrada sob nº **R-2/30.126 no livro 2-GA fls. 66** em 10.07.95. Por compra feita a MANOEL EVILÁSIO DE JESUS OLIVEIRA, UMA GLEBA de terras neste Município com a área de **28.62.78 ha** em escritura pública lavrada nas Notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09 fls. 54 e v em 07.07.95 e registrada sob nº **R-8/7305 no livro 2-GB fls. 199** em 10.07.95. Por compra feita a MANOEL EVILÁSIO DE JESUS OLIVEIRA, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **237.51.52 ha** em escritura pública lavrada nas Notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09 fls. 55 e v em 07.07.1995 e registrada sob nº **R-1/6.049 no livro 2-GK fls. 188** em 10.07.95. Por compra feita a MANOEL EVILÁSIO DE JESUS OLIVEIRA, UMA GLEBA de terras neste Município com a área de **27.40.08 Ha**, em escritura pública lavrada nas Notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09 fls. 56 e v em 07.07.95 e registrada sob nº **R-10/9541 no livro 2-GB fls. 98** em 10.07.95. Por compra feita a MANOEL EVILÁSIO DE JESUS OLIVEIRA, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **376.49.76Ha**, em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09, fls. 57v em 07.07.95 e registrada sob nº **R-11/9995 no livro 2-EC fls. 198** em 10.07.95. Por compra feita a JOSÉ RIBAMAR DE QUEIROZ, UMA GLEBA de terras neste Município com a área de **69.47.46ha**, em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 10, fls. 43/44v em 15.04.96 e registrada sob nº **R-2/32.137 no livro 2-GK fls. 197** em 16.04.96. Por compra feita a JOSÉ RIBAMAR QUEIROZ, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **60.30.00ha**, em escritura pública lavrada nas

CARTÓRIO

OFÍCIO DE IMPERATRIZ

Registro de Imóveis

Tabelionato de Notas

6º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Idelvânia Teixeira Marinho
Escrivente Autorizado
Imperatriz - MA.

nota do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 10, fls. 45 e 46vº, em 15.04.96 e registrada sob nº **R-2/23.004 no livro 2-EH fls. 54** em 16.04.96. Por compra feita a CIDÔNIO GONÇALVES DOS SANTOS, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **778.62.89ha**, em escritura pública lavrada nas Notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 10 fls. 41/42v em 15.04.96 e registrada sob nº **R-1/30.820 no livro 2-GP fls. 12** em 16.04.96. Por compra feita a GIRLEI FREITAS DE CASSIA, UMA GLEBA de terras neste Município com a área de **143.99.90ha** em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, Lº 09, fls. 113 á 114 vº, em 21.09.95 e registrada sob nº **R-3/15756 no livro 2-CO fls. 53** em 25.09.95. Por compra feita a GIRLEI FREITAS DE CASSIA, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **1.404.85.52ha**, em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta Comarca livro 09, fls. 115 a 117 v, em 21.09.95 e registrada sob matrícula nº **32.274 no livro 2-GL fls. 197** em 25.09.95. Por compra feita a NIRTON ALVES DA ROCHA, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **413.62.14ha** em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 10, fls. 31/32, em 15.03.96 e registrada sob nº **R-3/17.471 no livro 2-CX fls. 159** em 18.03.96. Por compra feita a GERALDO HIPÓLITODA SILVA JÚNIOR, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **890.88.72ha**, em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 02, fls. 107/113 em 12.12.1995 e registrada sob nº **R-2/26.161 no livro 2-FB fls. 05** em 15.12.95. Por compra feita a CÍCERO BRAZ, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **968.03.36ha**, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, Livro 09, folhas 28 e v em 27.04.95 e registrada sob nº **R-2/26.163 no livro 2-FB fls. 06** em 02.05.95. Por compra feita a PEDRO VIEIRA DE LIMA FILHO, UMA GLEBA de terra neste Município, com a área de **4.49.94ha** em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09, fls. 78 e v em 22.08.95 em 22.08.95 e registrada sob nº **R-2/15.960 no livro 2-CO fls. 167** em 24.08.1995. Por compra feita a PDRO VIEIRA DE LIMA FILHO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **6.89.40ha**, em escritura pública lavrada nas Notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09, fls. 79vº em 22.08.95 e registrada sob nº **R-2/19.908 no livro 2-DN fls. 14** em 24.08.95. Por compra feita a PEDRO VIEIRA DE LIMA FILHO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **20.98.96ha**, em escritura pública lavrada nas Notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09, fls. 80 e v em 22.08.1995 e registrada sob nº **R-2/15.218 no livro 2-CK fls. 138** em 24.08.95. Por compra feita a PEDRO VIEIRA DE LIMA FILHO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **20.98.65ha**, em escritura pública lavrada nas Notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09, fls. 81 e v em 22.08.95 e registrada sob nº **R-1/19.605 no livro 2-DL fls. 23** em 24.08.95. Por compra feita a PEDRO VIEIRA DE LIMA FILHO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **21.48.04ha**, em escritura pública lavrada nas notas do 4º Ofício Criminal desta cidade, Livro 09, fls. 82 e v em 22.08.95 e registrada sob nº **R-2/19.915 no livro 2-DM fls. 83 em 24.08.95**. Por compra feita a PEDRO VIEIRA DE LIMA FILHO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **22.91.34ha**, em escritura pública lavrada nas notas do cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade livro 09, fls. 83 e v em 22.08.1995 e registrada sob nº **R-2/20.292 no livro 2-DP fls. 23** em 24.08.95. Por compra feita a PEDRO VIEIRA DE LIMA FILHO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **25.18.42ha**, em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09,

Página - 4/16
FAP

Atendente -

CARTÓRIO OFÍCIO DE IMPERATRIZ

Registro de Imóveis

Tabelionato de Notas

OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Idelvânia Teixeira Marinho
Escrivente Autorizado
Imperatriz - MA

fls. 85 e v em 22.08.95 e registrada sob nº **R-3/12.294 no livro 2-BU fls. 53** em 24.08.95. Por compra feita a PEDRO VIEIRA DE LIMA FILHO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **32.47.16ha**, em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09, fls. 84 e v em 22.08.1995 e registrada sob nº **R-2/17.337 no livro 2-CX fls. 60** em 24.08.95. Por compra feita a PEDRO VIEIRA DE LIMA FILHO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **33.17.24ha**, em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09, fls. 86 e vº em 22.08.95 e registrada sob nº **R-3/3.447 no livro 2-S fls. 56** em 24.08.1995. Por compra feita PEDRO VIEIRA DE LIMA FILHO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **70.63.54ha**, em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09, fls. 87 e v., em 22.08.1995 e registrada sob nº **R-2/13.612 no livro 2-CB fls. 09** em 24.08.95. Por compra feita a PEDRO VIEIRA DE LIMA FILHO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **79.59.49ha**, em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09 fls. 88 e v em 22.08.95 e registrada sob nº **R-1/19.607 no livro 2-DL fls. 24** em 24.08.95. Por compra feita a PEDRO VIEIRA DE LIMA FILHO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **88.33.31ha**, em escritura pública lavrada nas notas do Cartório do 4º Ofício Criminal desta cidade, livro 09 fls. 89 e v em 22.08.1995 e registrada sob nº **R-2/10.358 no livro 2-BH fls. 182** em 24.08.1995. Por compra feita a PEDRO VIEIRA DE LIMA FILHO, UMA GLEBA de terras neste Município, com a área de **102.63.71ha**, em escritura pública lavrada no Cartório do 4º Ofício Criminal e Notas desta cidade, livro 09 fls. 90 e v em 22.08.1995 e registrada sob nº **R-3/4.354 no livro 2-V fls. 184** em 24.08.95. Sendo que, a firma CELMAR S.A INDÚSTRIA DE CELULOSE E PAPEL, abriu nova matrícula no livro **2-GT fls. 188 sob nº 33.658** em 18.08.1997. Unificando as matrículas anteriores de nº R-4/3418 livro 2-GL fls. 60, R-5/6889 livro 2-GK fls. 132, R-7/440 livro 2-GL fl. 59, R-5/2812 livro 2-N fls. 173, R-5/16610 livro 2-CS fls. 108, R-3/16598 livro 2-CS fls. 102, R-3/13223 livro 2-BX fls. 185, R-5/4508 livro 2-GL fls. 58, R-3/16619 livro 2-GK fls. 131, R-3/238 livro 02 fls. 158, R-3/6144 livro 2-AH fls. 166, R-2/32147 livro 2-GM fls. 87, R-3/5501 livro 2-AD fls. 169, R-6/444 livro 2-GL fls. 192, R-2/32.145 livro 2-GM fls. 86, R-1/6170 livro 2-H fls. 179, R-2/4449 livro 2-X fls. 28, R-2/4447 livro 2-X fls. 27, R-4/558 livro 2-B fls. 33, R-10/170 livro 2-GA fls. 179, R-5/3780 livro 2-T fls. 77, R-4/1641 livro 2-GS fls. 189, R-6/5659 livro 2-AF fls. 62, R-2/30126 livro 2-GA fls. 66, R-8/7305 livro 2GB fls. 199, R-11/6049 livro 2-GK fls. 188, R-10/9541 livro 2-GB fls. 98, R-11/9.995 livro 2-EC fls. 198, R-2/32137 livro 2-GK fls. 197, R-2/23004 livro 2-EH fls. 54, R-1/30.820 livro 2-GP fls. 12, R-3/15.756 livro 2-CO fls. 53, matrícula nº 32.274 livro 2-GL fls. 197, R-3/17.471 livro 2-CX fls. 159, R-2/26.161 livro 2-FB fls. 05, R-2/26.163 livro 2-FB fls. 06, R-15.960 livro 2-CO fls. 167, R-2/19.908 livro 2-DN fls. 14, R-2/15218 livro 2-CK fls. 138, R-1/19.605 livro 2-DL fls. 23, R-2/19915 livro 2-DM fls. 83, R-/20292 livro 2-DP fls. 23, R-3/12294 livro 2-livro 2-BU fls. 53, R-2/17337 livro 2-CX fls. 60, R-3/3447 livro 2-S fls. 56, R-2/13.612 livro 2-CB fls. 09, R-1/19.607 livro 2-DL fls. 24, R-2/10358 livro 2-BH fls. 182 e R-3/4.354 livro 2-V fls. 184. Ficando o imóvel assim discriminado: **UMA GLEBA** de terras neste Município, denominada da Fazenda **"ELDORADO"**, formada de outras glebas menores cadastrada no INCRA sob nº 100.027.065.846-4, constituída dos lotes nºs 126, 132B, 133B, 137B, 139B, 145B, 156B, 157B, 158B, 182, 202B, 205B, 206B, 214B. 222, 223, 224, 225-A, 225B, 229B, 24-B, 64B, 85B, 92-B, 297, 299, 300, 316 389, 393 e 431 e outros 06 lotes sem número, situados na Gleba

Página - 5/16
FAP

Atendente -

CARTÓRIO OFÍCIO DE IMPERATRIZ

Registro de Imóveis

Tabelionato de Notas

6º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Imperatriz - MA
Escritório Autorizado
Imperatriz - MA

BARRA GRANDE I e lotes nº 108, 138, 142, 143, 149, 159, 160, 201, 226, e um outro lote sem número situado na Gleba Barra Grande II e mais 08 (oito) matriculas que não consta, a Gleba nem o número do lote, com a área de **12.267.41.73ha** (doze mil duzentos e sessenta e sete hectares, quarenta e um ares e setenta e três centiares), **PERÍMETRO: 152.205,31** (metros); com os limites e confrontações seguintes: NORTE: Adolfo Miguel B. Gonçalves, Maria Braga de Souza, Valdo Rodrigues de Almeida, José Carlos Sampaio, Fausto Pereira Martins, Onofre Correia, Francisco Candido Lopes, Francisco Vaz Sampaio; LESTE: Paulo Machado, Said Aziz Saad, Ciro Santana, Moacyr Sposito Ribeiro, Assentamento Itacira/Criminosa, Luiz Augusto Araújo Pereira, Nilton Alves da Rocha, Salor de Tal, José Araújo Dias, Gilei Freitas de Cassia, Fazenda CCI, Simplício Bandeira, José de Tal, José Oliveira Bandeira, Pedro Dantas da Silva, José de Ribamar dos Santos, Raimundo Afonso, João Paulo Martins Ribeiro, João da Cruz do Nascimento, Manoel Evilásio Rodrigues da Costa, Antonio Mota Almeida, Antonio Artur Neto, Francisco Ribeiro, João Bosco Aguiar de Paula, Rafael Francisco de Carvalho, Josué Ferreira Costa, Joelma Cavalcante Silva e Marcio de tal; SUL: José Pernambuco, Paulista, Raimundo Afonso, Izaura Figueiredo Leitão e Restinga do Rio Tocantins; OESTE: Luiz Pereira da Silva, Tolentino de Tal, Angelina de Tal, José Ilton, Gilson, José Ferreira Costa, Pedro Xavier de Souza, José Benício de Souza, Francisco Ferreira Santana, Agelita Nolasco Neves, Antonio Batista do Nascimento, Alda Batista da Silva, Abdiano Gomes da Silva, Justino Teodoro Ribeiro, Carlos Sostenes, Maria Francisca Pereira da Cruz, Raimundo Nonato dos Santos, Carlos Sostenes e Adolfo Miguel B. Gonçalves. **MÉTODO DO LEVANTAMENTO:** Levantamento Planimétrico Cadastral de Perímetro. **REFERÊNCIA:** UTM - Universal Transversa de Mercator; Fusos de 6 graus de amplitude; Meridianos Centrais múltiplos de 6 graus; Coeficiente de Deformação no MC, $k_0 = 0,9996$; Origem das coordenadas planas na intersecção do equador com o MC acrescidas as constantes 10.000.000 para o hemisfério sul e 500.000 para as coordenadas Leste/Oeste; Elipsoide 1967; DATUM horizontal: SAD 69 Chua - MG; DATUM vertical: Mareógrafo Ibituba - SC; Meridiano central: 39° W; **CÁLCULOS:** Processado eletronicamente pelos softwares Pfinder e Maxicad; Área analítica por coordenadas UTM. **PRECISÃO DO SISTEMA:** Erro de posicionamento absoluto no globo pós processamento é em média igual a 25 cm por ponto Memorial Descritivo do Levantamento Topográfico Planimétrico do Imóvel rural denominado de FAZENDA ELDORADO, de propriedade da CELMAR, localizado no município de IMPERATRIZ, estado do Maranhão. A medição teve início no marco P1 de coordenadas planas $X = 236.181,52$ e $Y = 4.415.402,06$ localizado no canto da cerca, onde convergem as divisas dos imóveis pertencentes a FRANCISCO RIBEIRO e a ESTRADA CIDELANDIA/IMPERATRIZ; partindo deste marco até o vértice P2, limitando-se com FRANCISCO RIBEIRO, com os seguintes azimutes e distâncias: $0^{\circ}41'17,79''$ e 120,71 (m) até o P2; desse segue por cerca de arame até o vértice P6 confrontando-se com ANTONIO ARTUR NETO, com os seguintes azimutes e distâncias: $299^{\circ}57'21,44''$ e 143,43 (m) até o P3; $354^{\circ}30'40,89''$ e 270,99 (m) até o P4; $38^{\circ}29'41,05''$ e 146,36 (m) até o P5; $345^{\circ}26'30,17''$ e 144,81 (m) até o P6; desse segue por cerca de arame até o vértice P12 confrontando-se com ANTONIO MOTA ALMEIDA, com os seguintes azimutes e distâncias: $266^{\circ}57'28,70''$ e 267,77 (m) até o P7; $272^{\circ}16'03,68''$ e 233,77 (m) até o P8; $8^{\circ}56'10,78''$ e 74,68 (m) até o P9; $318^{\circ}36'55,58''$ e 325,07 (m) até o P10; $322^{\circ}22'45,53''$ e 264,21 (m) até o P11; $326^{\circ}21'36,53''$ e 433,54 (m) até o P12; desse segue por cerca de arame até o vértice P14 confrontando-se com MANOEL EVILASIO RODRIGUES DA COSTA, com os seguintes azimutes e distâncias:

Página - 6/16
FAP

Atendente -

287°42'26,79" e 273,21 (m) até o P13; 284°52'40,44" e 397,92 (m) até o P14; desse segue por cerca de arame até o vértice P18 confrontando-se com JOAO DA CRUZ DO NASCIMENTO, com os seguintes azimutes e distâncias: 252° 08' 34,20" e 252,44 (m) até o P15; 325° 05' 03,80" e 264,15 (m) até o P16; 347° 18' 37,17" e 294,76 (m) até o P17; 77° 05' 43,29" e 151,30 (m) até o P18; desse segue por cerca de arame até o vértice P26 confrontando-se com JOÃO PAULO MARTINS RIBEIRO, com os seguintes azimutes e distâncias: 4° 34' 50,07" e 374,28 (m) até o P19; 94° 02' 07,59" e 346,58 (m) até o P20; 90° 08' 22,31" e 143,72 (m) até o P21; 87° 55' 37,45" e 494,86 (m) até o P22; 151° 45' 57,56" e 136,05 (m) até o P23; 152° 44' 18,26" e 145,31 (m) até o P24; 62° 04' 17,29" e 544,10 (m) até o P25; 57° 57' 02,84" e 401,87 (m) até o P26; desse segue por cerca de arame até o vértice P31 confrontando-se com RAIMUNDO AFONSO, com os seguintes azimutes e distâncias: 34° 08' 49,22" e 278,91 (m) até o P27; 52° 55' 08,11" e 356,50 (m) até o P28; 341° 19' 45,59" e 144,50 (m) até o P29; 77° 10' 53,83" e 914,04 (m) até o P30; 84° 38' 49,16" e 380,10 (m) até o P31; desse segue por cerca de arame até o vértice P36 confrontando-se com JOSÉ DE RIBAMAR DOS SANTOS, com os seguintes azimutes e distâncias: 342° 13' 57,03" e 365,39 (m) até o P32; 68° 48' 09,57" e 308,59 (m) até o P33; 84° 53' 31,12" e 205,32 (m) até o P34; 110° 07' 57,15" e 190,65 (m) até o P35; 28° 47' 17,90" e 94,88 (m) até o P36; desse segue por cerca de arame até o vértice P50 confrontando-se com JOSÉ OLIVEIRA BANDEIRA, com os seguintes azimutes e distâncias: 23° 55' 47,25" e 213,50 (m) até o P37; 33° 20' 26,55" e 97,34 (m) até o P38; 75° 22' 26,61" e 313,89 (m) até o P39; 105° 10' 17,69" e 259,87 (m) até o P40; 98° 52' 28,42" e 258,18 (m) até o P41; 95° 40' 06,21" e 141,84 (m) até o P42; 199° 35' 09,73" e 162,61 (m) até o P43; 178° 51' 44,94" e 120,89 (m) até o P44; 208° 14' 08,95" e 149,40 (m) até o P45; 202° 07' 29,63" e 239,44 (m) até o P46; 215° 40' 24,83" e 285,27 (m) até o P47; 135° 20' 07,45" e 303,19 (m) até o P48; 168° 06' 37,09" e 170,17 (m) até o P49; 178° 13' 25,56" e 188,41 (m) até o P50; esse segue por cerca de arame até o vértice P51 confrontando-se com JOSÉ DE TAL, com os seguintes azimutes e distâncias: 205° 35' 39,02" e 427,04 (m) até o P51; desse segue por cerca de arame até o vértice P55 confrontando-se com SIMPLICIO BANDEIRA, com os seguintes azimutes e distâncias: 110° 18' 51,91" e 152,92 (m) até o P52; 91° 48' 39,79" e 302,18 (m) até o P53; 145° 06' 54,50" e 334,66 (m) até o P54; 116° 56' 47,94" e 674,84 (m) até o P55; desse segue por cerca de arame até o vértice P56 confrontando-se com FAZENDA CCI, com os seguintes azimutes e distâncias: 101° 14' 13,20" e 918,26 (m) até o P56; desse segue por cerca de arame até o vértice P70 confrontando-se com GIRLEI FREITAS DE CASSIA, com os seguintes azimutes e distâncias: 116° 07' 34,82" e 272,76 (m) até o P57; 86° 34' 43,05" e 180,13 (m) até o P58; 31° 21' 09,25" e 84,66 (m) até o P59; 63° 40' 53,77" e 392,68 (m) até o P60; 78° 25' 16,45" e 183,49 (m) até o P61; 79° 00' 17,62" e 470,42 (m) até o P62; 180° 18' 48,58" e 354,57 (m) até o P63; 150° 33' 42,72" e 139,01 (m) até o P64; 220° 04' 22,90" e 252,34 (m) até o P65; 216° 51' 24,49" e 595,05 (m) até o P66; 233° 18' 11,18" e 473,59 (m) até o P67; 229° 20' 41,54" e 275,90 (m) até o P68; 127° 11' 19,42" e 281,78 (m) até o P69; 108° 10' 37,17" e 205,80 (m) até o P70; desse segue por cerca de arame até o vértice P74 confrontando-se com JOSÉ ARAÚJO DIAS, com os seguintes azimutes e distâncias: 89° 33' 03,27" e 315,13 (m) até o P71; 108° 50' 54,12" e 342,28 (m) até o P72; 115° 45' 22,25" e 433,05 (m) até o P73; 120° 44' 44,26" e 364,89 (m) até o P74; desse segue por cerca de arame até o vértice P76 confrontando-se com SALOR DE TAL, com os seguintes azimutes e distâncias: 45° 42' 51,21" e 217,26 (m) até o P75; 62° 35' 56,99" e 374,65 (m) até o P76; desse segue por cerca de arame até o vértice P81 confrontando-se com NIRTON ALVES DA ROCHA,

com os seguintes azimutes e distâncias: 25° 25' 58,11" e 225,87 (m) até o P77; 36° 49' 49,82" e 209,44 (m) até o P78; 63° 36' 18,82" e 72,23 (m) até o P79; 343° 16' 32,15" e 47,99 (m) até o P80; 74° 11' 30,68" e 785,01 (m) até o P81; esse segue por cerca de arame até o vértice P91 confrontando-se com LUIS AUGUSTO ARAÚJO PEREIRA, com os seguintes azimutes e distâncias: 348° 17' 33,87" e 393,67 (m) até o P82; 345° 45' 08,62" e 522,69 (m) até o P83; 346° 09' 06,86" e 245,21 (m) até o P84; 47° 00' 17,02" e 229,62 (m) até o P85; 33° 03' 54,23" e 135,27 (m) até o P86; 9° 02' 17,08" e 73,27 (m) até o P87; 54° 20' 46,49" e 128,53 (m) até o P88; 65° 26' 15,24" e 609,55 (m) até o P89; 149° 40' 28,10" e 515,16 (m) até o P90; 154° 21' 59,67" e 1.095,81 (m) até o P91; desse segue por cerca de arame até o vértice P93 confrontando-se com ASSENTAMENTO ITACIRA/CRIMINOSA, com os seguintes azimutes e distâncias: 72° 35' 10,49" e 396,57 (m) até o P92; 74° 41' 37,19" e 1.790,55 (m) até o P93; desse segue por cerca de arame até o vértice P105 confrontando-se com MOACIR SPOSITO RIBEIRO, com os seguintes azimutes e distâncias: 335° 19' 06,77" e 278,92 (m) até o P94; 340° 16' 42,91" e 35,35 (m) até o P95; 335° 34' 58,74" e 512,22 (m) até o P96; 45° 59' 39,96" e 218,79 (m) até o P97; 53° 49' 55,86" e 116,38 (m) até o P98; 33° 20' 14,71" e 329,40 (m) até o P99; 338° 52' 47,17" e 386,90 (m) até o P100; 349° 03' 21,32" e 701,50 (m) até o P101; 66° 13' 13,61" e 455,71 (m) até o P102; 345° 43' 44,60" e 645,38 (m) até o P103; 72° 39' 51,25" e 316,34 (m) até o P104; 72° 23' 32,98" e 1.607,73 (m) até o P105; desse segue por cerca de arame até o vértice P107 confrontando-se com CIRO SANANA, com os seguintes azimutes e distâncias: 341° 26' 49,99" e 206,05 (m) até o P106; 346° 32' 58,09" e 670,49 (m) até o P107; desse segue por cerca de arame até o vértice P116 confrontando-se com SAID AZIZ SAAD, com os seguintes azimutes e distâncias: 256° 31' 02,28" e 299,25 (m) até o P108; 273° 39' 43,54" e 200,87 (m) até o P109; 265° 50' 37,77" e 83,89 (m) até o P110; 250° 01' 58,13" e 236,76 (m) até o P111; 239° 37' 20,90" e 160,08 (m) até o P112; 266° 09' 47,66" e 194,88 (m) até o P113; 337° 00' 38,78" e 438,76 (m) até o P114; 349° 49' 05,16" e 147,14 (m) até o P115; 9° 24' 07,48" e 300,19 (m) até o P116; desse segue por cerca de arame até o vértice P121 confrontando-se com PAULO MACHADO, com os seguintes azimutes e distâncias: 357° 53' 18,42" e 1.304,11 (m) até o P117; 91° 52' 44,35" e 194,88 (m) até o P118; 69° 36' 21,99" e 203,06 (m) até o P119; 55° 06' 24,05" e 288,19 (m) até o P120; 1° 51' 46,34" e 685,07 (m) até o P121; desse segue por cerca de arame até o vértice P123 confrontando-se com FRANCISCO VAZ SAMPAIO, com os seguintes azimutes e distâncias: 249° 07' 09,61" e 1.152,93 (m) até o P122; 339° 08' 55,16" e 1.072,55 (m) até o P123; esse segue por cerca de arame até o vértice P126 confrontando-se com FRANCISCO CANDIDO LOPES, com os seguintes azimutes e distâncias: 252° 32' 39,68" e 108,98 (m) até o P124; 260° 53' 28,87" e 1.071,71 (m) até o P125; 261° 55' 20,00" e 1.368,94 (m) até o P126; desse segue por cerca de arame até o vértice P132 confrontando-se com FAUSTO PEREIRA MARTINS, com os seguintes azimutes e distâncias: 157° 55' 51,96" e 487,25 (m) até o P127; 196° 17' 15,39" e 36,80 (m) até o P128; 141° 43' 26,77" e 28,20 (m) até o P129; 158° 52' 40,99" e 481,83 (m) até o P130; 160° 14' 36,67" e 428,76 (m) até o P131; 129° 25' 08,84" e 143,89 (m) até o P132; desse segue por cerca de arame até o vértice P150 confrontando-se com ONOFRE CORREA, com os seguintes azimutes e distâncias: 72° 39' 16,35" e 371,04 (m) até o P133; 126° 25' 37,14" e 235,18 (m) até o P134; 97° 24' 38,99" e 543,79 (m) até o P135; 189° 37' 41,85" e 1.314,99 (m) até o P136; 269° 19' 34,09" e 232,13 (m) até o P137; 172° 45' 40,61" e 913,78 (m) até o P138; 255° 04' 06,15" e 891,81 (m) até o P139; 252° 32' 03,40" e 420,44 (m) até o P140; 257° 35' 58,98" e 134,91 (m) até o P141; 227° 37' 41,12" e 176,57 (m) até o P142; 224° 03' 46,94" e 279,78 (m)

CARTÓRIO**OFÍCIO DE IMPERATRIZ**

Registro de Imóveis

Tabelionato de Notas

6º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Idelvânia Teixeira Marinho
Escrivente Autorizado
Imperatriz - MA

até o P143; 222° 27' 48,32" e 251,48 (m) até o P144; 219° 31' 13,59" e 328,04 (m) até o P145; 222° 48' 09,80" e 520,83 (m) até o P146; 197° 12' 11,67" e 108,13 (m) até o P147; 211° 11' 18,73" e 76,06 (m) até o P148; 308° 24' 26,02" e 1.768,51 (m) até o P149; 303° 44' 05,79" e 336,42 (m) até o P150; desse segue por cerca de arame até o vértice P155 confrontando-se com FAUSTO PEREIRA MARTINS, com os seguintes azimutes e distâncias: 315° 49' 42,07" e 1.471,25 (m) até o P151; 319° 13' 38,28" e 171,13 (m) até o P152; 65° 37' 17,90" e 525,56 (m) até o P153; 338° 31' 52,87" e 2.199,47 (m) até o P154; 81° 41' 27,48" e 849,55 (m) até o P155; desse segue por cerca de arame até o vértice P158 confrontando-se com JOSÉ CARLOS SAMPAIO, com os seguintes azimutes e distâncias: 356° 19' 40,10" e 916,81 (m) até o P156; 262° 12' 53,91" e 1.725,64 (m) até o P157; 341° 56' 24,01" e 299,12 (m) até o P158; desse segue por cerca de arame até o vértice P195 confrontando-se com VALDO RODRIGUES DE ALMEIDA, com os seguintes azimutes e distâncias: 303° 57' 44,38" e 1.631,94 (m) até o P159; 332° 32' 25,38" e 131,77 (m) até o P160; 47° 17' 22,35" e 454,54 (m) até o P161; 111° 03' 59,51" e 60,95 (m) até o P162; 21° 56' 09,06" e 61,73 (m) até o P163; 8° 43' 55,17" e 92,22 (m) até o P164; 358° 46' 14,24" e 56,86 (m) até o P165; 74° 48' 46,35" e 61,34 (m) até o P166; 146° 08' 23,61" e 40,19 (m) até o P167; 103° 22' 13,61" e 36,11 (m) até o P168; 66° 02' 04,56" e 59,95 (m) até o P169; 151° 20' 25,82" e 54,09 (m) até o P170; 66° 20' 53,84" e 67,58 (m) até o P171; 43° 57' 56,56" e 80,31 (m) até o P172; 5° 17' 20,93" e 33,95 (m) até o P173; 72° 51' 36,32" e 35,12 (m) até o P174; 17° 59' 52,89" e 37,74 (m) até o P175; 347° 46' 19,39" e 49,57 (m) até o P176; 251° 36' 38,80" e 51,51 (m) até o P177; 217° 38' 05,50" e 55,88 (m) até o P178; 304° 56' 32,54" e 37,82 (m) até o P179; 44° 04' 14,01" e 54,49 (m) até o P180; 5° 20' 04,35" e 102,18 (m) até o P181; 33° 32' 18,62" e 88,07 (m) até o P182; 351° 32' 07,35" e 116,51 (m) até o P183; 9° 59' 12,63" e 116,19 (m) até o P184; 347° 48' 37,25" e 61,57 (m) até o P185; 329° 40' 06,39" e 59,84 (m) até o P186; 30° 11' 32,38" e 76,56 (m) até o P187; 126° 08' 36,87" e 77,94 (m) até o P188; 35° 41' 21,33" e 40,86 (m) até o P189; 14° 13' 12,71" e 59,68 (m) até o P190; 64° 51' 14,71" e 65,73 (m) até o P191; 42° 38' 15,35" e 97,44 (m) até o P192; 344° 17' 20,86" e 61,75 (m) até o P193; 0° 05' 38,90" e 97,38 (m) até o P194; 31° 55' 43,28" e 53,06 (m) até o P195; desse segue por cerca de arame até o vértice P197 confrontando-se com MARIA BRAGA DE SOUSA, com os seguintes azimutes e distâncias: 298° 23' 51,50" e 244,73 (m) até o P196; 264° 34' 22,77" e 1.066,11 (m) até o P197; desse segue por cerca de arame até o vértice P225 confrontando-se com ADOLFO MIGUEL B. GONÇALVES, com os seguintes azimutes e distâncias: 182° 56' 43,20" e 2.173,28 (m) até o P198; 217° 15' 57,97" e 1.327,54 (m) até o P199; 317° 01' 57,53" e 818,17 (m) até o P200; 332° 52' 50,67" e 249,21 (m) até o P201; 297° 41' 43,72" e 44,43 (m) até o P202; 239° 57' 41,74" e 601,90 (m) até o P203; 239° 30' 21,09" e 350,48 (m) até o P204; 215° 27' 31,61" e 228,78 (m) até o P205; 196° 11' 20,44" e 90,46 (m) até o P206; 179° 44' 33,37" e 242,63 (m) até o P207; 244° 27' 18,42" e 198,18 (m) até o P208; 298° 58' 29,51" e 141,67 (m) até o P209; 287° 30' 25,14" e 1.372,47 (m) até o P210; 285° 02' 07,00" e 826,56 (m) até o P211; 201° 36' 14,38" e 144,44 (m) até o P212; 156° 33' 57,73" e 99,73 (m) até o P213; 204° 58' 42,47" e 53,14 (m) até o P214; 239° 58' 44,89" e 167,89 (m) até o P215; 223° 49' 28,02" e 74,79 (m) até o P216; 190° 28' 08,58" e 247,49 (m) até o P217; 164° 29' 17,30" e 252,88 (m) até o P218; 160° 59' 36,41" e 158,81 (m) até o P219; 185° 42' 43,99" e 175,22 (m) até o P220; 165° 57' 32,42" e 175,54 (m) até o P221; 195° 17' 45,79" e 162,05 (m) até o P222; 172° 29' 25,73" e 68,94 (m) até o P223; 137° 32' 45,21" e 165,56 (m) até o P224; 107° 37' 45,97" e 136,76 (m) até o P225; desse segue por cerca de arame até o vértice P259 confrontando-se com

Página - 9/16
FAP

Atendente -

CARLOS SOSTENES, com os seguintes azimutes e distâncias: 101° 54' 59,21" e 142,29 (m) até o P226; 58° 22' 24,05" e 105,84 (m) até o P227; 96° 51' 49,94" e 117,56 (m) até o P228; 179° 49' 47,24" e 114,45 (m) até o P229; 109° 58' 10,11" e 158,00 (m) até o P230; 40° 45' 38,31" e 181,74 (m) até o P231; 57° 38' 02,58" e 138,63 (m) até o P232; 97° 07' 33,51" e 148,41 (m) até o P233; 64° 53' 39,93" e 61,28 (m) até o P234; 119° 20' 10,01" e 63,46 (m) até o P235; 86° 38' 44,75" e 79,82 (m) até o P236; 127° 58' 38,26" e 65,82 (m) até o P237; 105° 45' 58,16" e 208,57 (m) até o P238; 126° 46' 30,13" e 302,00 (m) até o P239; 116° 37' 42,61" e 161,53 (m) até o P240; 197° 05' 32,11" e 659,38 (m) até o P241; 89° 44' 21,48" e 468,12 (m) até o P242; 92° 06' 26,82" e 473,98 (m) até o P243; 164° 59' 11,30" e 92,15 (m) até o P244; 107° 13' 17,95" e 831,70 (m) até o P245; 164° 02' 43,59" e 661,43 (m) até o P246; 281° 55' 59,13" e 502,73 (m) até o P247; 269° 27' 53,01" e 497,74 (m) até o P248; 182° 17' 42,95" e 614,99 (m) até o P249; 184° 40' 49,63" e 372,92 (m) até o P250; 291° 55' 09,70" e 386,07 (m) até o P251; 300° 10' 27,44" e 749,06 (m) até o P252; 180° 08' 21,05" e 247,00 (m) até o P253; 171° 42' 23,61" e 392,39 (m) até o P254; 168° 52' 22,97" e 849,30 (m) até o P255; 258° 44' 06,13" e 427,29 (m) até o P256; 254° 23' 30,88" e 554,38 (m) até o P257; 222° 19' 49,64" e 145,29 (m) até o P258; 234° 33' 29,30" e 283,61 (m) até o P259; desse segue por cerca de arame até o vértice P262 confrontando-se com RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS, com os seguintes azimutes e distâncias: 225° 26' 34,49" e 148,19 (m) até o P260; 220° 01' 27,08" e 211,07 (m) até o P261; 298° 48' 33,25" e 225,44 (m) até o P262; desse segue por cerca de arame até o vértice P265 confrontando-se com CARLOS SOSTENES, com os seguintes azimutes e distâncias: 265° 38' 03,49" e 169,07 (m) até o P263; 253° 32' 12,65" e 139,24 (m) até o P264; 222° 04' 05,28" e 321,56 (m) até o P265; desse segue por cerca de arame até o vértice P277 confrontando-se com MARIA FRANCISCA PEREIRA DA CRUZ, com os seguintes azimutes e distâncias: 104° 18' 04,17" e 259,66 (m) até o P266; 217° 18' 22,81" e 209,00 (m) até o P267; 205° 01' 07,25" e 213,12 (m) até o P268; 199° 36' 22,86" e 372,64 (m) até o P269; 258° 22' 17,68" e 421,26 (m) até o P270; 321° 10' 35,84" e 428,89 (m) até o P271; 312° 58' 54,97" e 227,91 (m) até o P272; 288° 01' 34,36" e 258,88 (m) até o P273; 20° 28' 26,34" e 205,93 (m) até o P274; 53° 38' 37,87" e 140,30 (m) até o P275; 61° 00' 14,36" e 230,80 (m) até o P276; 54° 17' 15,14" e 221,79 (m) até o P277; desse segue por cerca de arame até o vértice P290 confrontando-se com CARLOS SOSTENES, com os seguintes azimutes e distâncias: 304° 57' 33,87" e 197,19 (m) até o P278; 5° 31' 42,68" e 318,45 (m) até o P279; 349° 24' 10,41" e 143,61 (m) até o P280; 303° 53' 08,01" e 354,42 (m) até o P281; 332° 23' 20,81" e 273,44 (m) até o P282; 262° 59' 15,46" e 29,65 (m) até o P283; 203° 16' 05,72" e 325,06 (m) até o P284; 294° 26' 14,35" e 21,44 (m) até o P285; 227° 22' 53,70" e 429,32 (m) até o P286; 298° 42' 17,88" e 218,70 (m) até o P287; 290° 45' 02,86" e 199,72 (m) até o P288; 232° 02' 51,39" e 112,96 (m) até o P289; 193° 43' 02,20" e 128,96 (m) até o P290; desse segue por cerca de arame até o vértice P297 confrontando-se com JUSTINO TEODORO RIBEIRO, com os seguintes azimutes e distâncias: 183° 43' 09,09" e 492,86 (m) até o P291; 209° 42' 44,57" e 212,11 (m) até o P292; 222° 56' 39,15" e 128,13 (m) até o P293; 208° 10' 24,83" e 301,43 (m) até o P294; 181° 41' 07,81" e 226,09 (m) até o P295; 146° 48' 59,65" e 258,77 (m) até o P296; 109° 34' 29,65" e 188,99 (m) até o P297; desse segue por cerca de arame até o vértice P304 confrontando-se com ABDIANO GOMES DA SILVA, com os seguintes azimutes e distâncias: 24° 21' 23,40" e 225,02 (m) até o P298; 148° 13' 27,34" e 54,22 (m) até o P299; 188° 52' 31,21" e 116,34 (m) até o P300; 158° 49' 44,55" e 60,42 (m) até o P301; 91° 02' 11,24" e 112,78 (m) até o P302; 116° 15' 05,49" e 169,99 (m) até o P303; 129°

29' 58,33" e 115,30 (m) até o P304; desse segue por cerca de arame até o vértice P308 confrontando-se com RAIMUNDO INOCENCIO, com os seguintes azimutes e distâncias: 114° 49' 31,64" e 239,39 (m) até o P305; 133° 41' 07,98" e 183,41 (m) até o P306; 117° 03' 31,50" e 70,59 (m) até o P307; 139° 00' 08,24" e 201,61 (m) até o P308; desse segue por cerca de arame até o vértice P318 confrontando-se com SEBASTIÃO CAPIXABA, com os seguintes azimutes e distâncias: 41° 24' 02,14" e 537,82 (m) até o P309; 130° 48' 14,75" e 86,11 (m) até o P310; 63° 46' 09,04" e 220,03 (m) até o P311; 80° 14' 50,24" e 92,45 (m) até o P312; 177° 14' 32,86" e 123,05 (m) até o P313; 151° 24' 21,24" e 413,66 (m) até o P314; 199° 47' 31,19" e 78,38 (m) até o P315; 181° 02' 33,19" e 303,93 (m) até o P316; 197° 41' 25,72" e 252,14 (m) até o P317; 202° 17' 39,85" e 130,14 (m) até o P318; desse segue por cerca de arame até o vértice P320 confrontando-se com POVOADO ALTAMIRA, com os seguintes azimutes e distâncias: 119° 29' 54,81" e 90,88 (m) até o P319; 107° 17' 50,57" e 102,58 (m) até o P320; desse segue por cerca de arame até o vértice P329 confrontando-se com MARIA FRANCISCA PEREIRA DA CRUZ, com os seguintes azimutes e distâncias: 9° 01' 15,92" e 147,51 (m) até o P321; 19° 14' 10,70" e 147,42 (m) até o P322; 72° 07' 51,45" e 52,83 (m) até o P323; 10° 07' 41,40" e 299,63 (m) até o P324; 109° 27' 45,61" e 429,66 (m) até o P325; 228° 42' 12,54" e 228,58 (m) até o P326; 206° 47' 26,88" e 304,19 (m) até o P327; 214° 59' 41,45" e 66,38 (m) até o P328; 171° 44' 47,22" e 250,08 (m) até o P329; desse segue por cerca de arame até o vértice P332 confrontando-se com FRANCISCO MONTEIRO DOS SANTOS, com os seguintes azimutes e distâncias: 149° 00' 30,57" e 269,10 (m) até o P330; 81° 06' 40,38" e 270,00 (m) até o P331; 63° 08' 04,68" e 180,88 (m) até o P332; desse segue por cerca de arame até o vértice P333 confrontando-se com ESTRADA CIDELANDIA/IMPERATRIZ, com os seguintes azimutes e distâncias: 187° 31' 43,43" e 21,83 (m) até o P333; desse segue por cerca de arame até o vértice P340 confrontando-se com ANTONIO BATISTA DO NASCIMENTO/ALBA BATISTA DA SILVA, com os seguintes azimutes e distâncias: 188° 10' 29,44" e 1.148,22 (m) até o P334; 187° 19' 46,95" e 472,18 (m) até o P335; 213° 06' 09,16" e 194,47 (m) até o P336; 198° 33' 45,45" e 960,73 (m) até o P337; 265° 49' 38,30" e 253,15 (m) até o P338; 238° 54' 41,33" e 170,91 (m) até o P339; 232° 32' 44,46" e 194,12 (m) até o P340; desse segue por cerca de arame até o vértice P345 confrontando-se com ANGELITA NOLASCO NEVES, com os seguintes azimutes e distâncias: 145° 54' 52,97" e 1.074,77 (m) até o P341; 207° 08' 09,72" e 841,89 (m) até o P342; 232° 11' 40,13" e 162,04 (m) até o P343; 253° 54' 41,81" e 104,58 (m) até o P344; 241° 09' 46,41" e 273,78 (m) até o P345; desse segue por cerca de arame até o vértice P345 confrontando-se com JOSÉ BENICIO DE SOUSA, com os seguintes azimutes e distâncias: 118° 06' 50,13" e 481,00 (m) até o P345 a; desse segue por cerca de arame até o vértice P346 confrontando-se com FRANCISCO PEREIRA SANTANA, com os seguintes azimutes e distâncias: 118° 06' 50,13" e 370,59 (m) até o P346; 169° 41' 12,52" e 111,00 (m) até o P346a; desse segue por cerca de arame até o vértice P347 confrontando-se com JOSÉ BENICIO DE SOUSA, com os seguintes azimutes e distâncias: 169° 41' 12,52" e 1.264,87 (m) até o P347; desse segue por cerca de arame até o vértice P349 confrontando-se com PEDRO XAVIER DE SOUSA, com os seguintes azimutes e distâncias: 236° 22' 22,27" e 1.277,97 (m) até o P348; 226° 00' 30,57" e 859,75 (m) até o P349; desse segue por cerca de arame até o vértice P351 confrontando-se com JOSÉ FERREIRA COSTA, com os seguintes azimutes e distâncias: 257° 50' 39,94" e 382,30 (m) até o P350; 262° 34' 54,70" e 197,35 (m) até o P351; desse segue por cerca de arame até o vértice P352 confrontando-se com GILSON DE TAL, com os seguintes

azimutes e distâncias: 180° 43' 09,80" e 774,17 (m) até o P352; desse segue por cerca de arame até o vértice P352a confrontando-se com JOSÉ ILTON DE TAL, com os seguintes azimutes e distâncias: 86° 24' 19,27" e 111,00 (m) até o P352a; desse segue por cerca de arame até o vértice P353 confrontando-se com ANGELINA DE TAL 86° 24' 19,27" e 244,20 (m) até o P353; desse segue por cerca de arame até o vértice P355 confrontando-se com TOLENTINO DE TAL, com os seguintes azimutes e distâncias: 81° 31' 16,79" e 658,57 (m) até o P354; 218° 52' 21,74" e 706,53 (m) até o P355; desse segue por cerca de arame até o vértice P362 confrontando-se com LUIZ PEREIRA DA SILVA, com os seguintes azimutes e distâncias: 200° 54' 49,79" e 261,09 (m) até o P356; 228° 15' 48,87" e 636,81 (m) até o P357; 213° 20' 54,10" e 250,20 (m) até o P358; 222° 42' 23,61" e 240,13 (m) até o P359; 218° 31' 08,93" e 655,23 (m) até o P360; 118° 00' 19,62" e 236,80 (m) até o P361; 127° 36' 42,82" e 1.121,40 (m) até o P362; desse segue por cerca de arame até o vértice P365a confrontando-se com IZAURA FIGUEIREDO LEITÃO, com os seguintes azimutes e distâncias: 36° 07' 09,70" e 637,00 (m) até o P363; 33° 04' 13,50" e 1.751,34 (m) até o P364; 29° 41' 34,89" e 900,39 (m) até o P365; 75° 57' 29,81" e 148,00 (m) até o P365a; desse segue por cerca de arame até o vértice P368 confrontando-se com RAIMUNDO AFONSO, com os seguintes azimutes e distâncias: 75° 57' 29,81" e 207,23 (m) até o P366; 186° 51' 30,44" e 354,05 (m) até o P367; 189° 51' 58,16" e 703,72 (m) até o P368; desse segue por cerca de arame até o vértice P370 confrontando-se com PAULISTA, com os seguintes azimutes e distâncias: 127° 44' 34,94" e 725,53 (m) até o P369; 92° 47' 51,66" e 543,75 (m) até o P370; desse segue por cerca de arame até o vértice P373 confrontando-se com JOSÉ PERNAMBUCO, com os seguintes azimutes e distâncias: 8° 34' 44,25" e 252,19 (m) até o P371; 353° 21' 14,17" e 738,49 (m) até o P372; 99° 53' 29,66" e 978,26 (m) até o P373; desse segue por cerca de arame até o vértice P379 confrontando-se com MARCIO DE TAL, com os seguintes azimutes e distâncias: 33° 53' 30,01" e 751,98 (m) até o P374; 7° 41' 44,89" e 799,84 (m) até o P375; 67° 11' 09,53" e 451,51 (m) até o P376; 44° 48' 29,80" e 82,41 (m) até o P377; 13° 12' 10,04" e 849,52 (m) até o P378; 300° 23' 49,17" e 1.123,82 (m) até o P379; desse segue por cerca de arame até o vértice P381 confrontando-se com JOELMA CAVALCANTE SILVA, com os seguintes azimutes e distâncias: 202° 36' 49,22" e 21,35 (m) até o P380; 266° 39' 23,56" e 706,43 (m) até o P381; 12° 44' 04,73" e 1440,00 (m) até o P381a; desse segue por cerca de arame até o vértice P389 confrontando-se com JOSUE FERREIRA COSTA, com os seguintes azimutes e distâncias: 12° 44' 04,73" e 642,23 (m) até o P382; 338° 30' 48,55" e 667,98 (m) até o P383; 11° 26' 58,54" e 275,96 (m) até o P384; 340° 42' 21,17" e 225,65 (m) até o P385; 332° 48' 42,87" e 341,36 (m) até o P386; 343° 35' 26,54" e 116,21 (m) até o P387; 324° 55' 21,12" e 741,59 (m) até o P388; 335° 19' 29,27" e 271,08 (m) até o P389; desse segue por cerca de arame até o vértice P403a confrontando-se com RAFAEL FRANCISCO DE CARVALHO, com os seguintes azimutes e distâncias: 250° 09' 41,27" e 95,15 (m) até o P390; 3° 23' 43,71" e 491,66 (m) até o P391; 349° 31' 31,92" e 143,51 (m) até o P392; 79° 13' 58,42" e 126,27 (m) até o P393; 58° 35' 41,74" e 113,11 (m) até o P394; 67° 22' 27,70" e 129,73 (m) até o P395; 76° 21' 55,33" e 638,74 (m) até o P396; 116° 57' 04,30" e 378,24 (m) até o P397; 108° 56' 48,22" e 474,05 (m) até o P398; 43° 03' 09,97" e 32,26 (m) até o P399; 93° 47' 00,59" e 388,87 (m) até o P400; 85° 17' 45,87" e 162,55 (m) até o P401; 59° 08' 54,70" e 278,29 (m) até o P402; 69° 55' 06,09" e 85,95 (m) até o P403; 345° 40' 54,53" e 314,00 (m) até o P403a; desse segue por cerca de arame até o vértice P405 confrontando-se com JOÃO BOSCO AGUIAR DE PAULA, com os seguintes azimutes e distâncias: 345° 40' 54,53" e 366,17 (m) até o P404; 359° 43' 53,25" e

328,57 (m) até o P405; desse segue por cerca de arame até o vértice P1 confrontando-se com ESTRADA CIDELÂNDIA/IMPERATRIZ, com os seguintes azimutes e distâncias: 275° 15' 29,64" e 239,84 (m) até o P406; 351° 53' 29,75" e 44,81 (m) até o P1; perfazendo uma área de **12.267,4173** (hectares) e um perímetro de **152.205,31** (metros). Já considerada a dedução da área interna descrita abaixo. A medição da **ÁREA INTERNA PERTENCENTE À ESTRADA CIDELÂNDIA/IMPERATRIZ** teve início no marco P332 de coordenadas planas X= 233.396,52 e Y= 4.415.620,69 desse segue por cerca de arame, com os seguintes azimutes e distâncias: 187° 31' 43,43" e 21,83 (m) até o P333; 65° 42' 47,48" e 303,86 (m) até o P407; 101° 47' 00,78" e 117,91 (m) até o P408; 124° 54' 53,83" e 227,18 (m) até o P409; 119° 58' 35,34" e 177,67 (m) até o P410; 109° 16' 42,21" e 174,01 (m) até o P411; 97° 44' 2,47" e 954,05 (m) até o P412; 84° 07' 57,44" e 385,81 (m) até o P413; 175° 04' 19,32" e 34,46 (m) até o P414; 86° 08' 29,35" e 30,02 (m) até o P415; 36° 31' 04,08" e 35,47 (m) até o P416; 79° 55' 22,37" e 227,06 (m) até o P417; 92° 30' 43,08" e 290,91 (m) até o P406; 351° 53' 29,75" e 44,81 (m) até o P1; 269° 16' 29,00" e 276,50 (m) até o P418; 262° 12' 03,63" e 299,05 (m) até o P419; 263° 16' 12,78" e 367,53 (m) até o P420; 278° 19' 29,52" e 916,53 (m) até o P421; 282° 18' 12,89" e 94,09 (m) até o P422; 299° 29' 34,11" e 565,27 (m) até o P423; 267° 25' 07,39" e 108,80 (m) até o P406; 244° 05' 13,67" e 275,42 (m) até o P1; perfazendo uma área de **8,5290** (hectares) e um perímetro de **5.928,24** (metros). O Presente Memorial Descritivo está explicitado em planta planimétrica, desenhada na escala 1: 50.000, dele fazendo parte integrante. Conforme e memorial descritivo assinado por Pedro Carlos Amaral Mexias CREA RJ 861027184-D Licença MA 5846. Datado de 14 de agosto de 1997 da qual encontra-se GRAVADA a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A ELETRONORTE, a área de 63.69.24ha, em SERVIDÃO para LT/MARABÁ/IMPERATRIZ II Circuito; Pelo **R-1/33.658** de 13 de novembro de 1997 o imóvel da matrícula supra. Foi hipotecado em 1º Grau ao BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO E SOCIAL-BNDES, por Escritura Pública de Aditivo nº 2 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 96.1.395.1 de 03.12.1996, lavrada no 17º Ofício de Notas do Rio de Janeiro – RJ, Livro 5275 fls. 155 ato 052 em 12.11.97. E como **INTERVENIENTES: I – COMPANHIA VALE DO RIO DOCE Sociedade Anônima, II – RIPASA S/A. CELULOSE E PAPEL, Sociedade Anônima, III – OSMAR ELIAS ZOGBI e SANDRA REGINA CAMILO ZOGBI, IV – WALTER ZARZUR DERANI e MAGALY HELENA CAMILO ZURI DERANI, e V – TONY OMAR ZARZUR e MARIA DE FÁTIMA LOUZADA ZARZUR. VALOR: R\$46.763.000,00**(quarenta e seis milhões, setecentos e sessenta e três mil reais) com vencimento para 15/08/1999; pelo **AV-1/33658** de 08.03.2001 foi averbado o Aditivo nº 03 ao Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito nº 96.2.395.1.1 de 03/12/1996, datado de 08/02/2001. Tendo por finalidade a seguinte alteração: Primeira – Liberação de Garantia – I – Em face do acordo ora firmado, o BNDES declara: I – liberadas da caução, constituída em seu favor por força da Cláusula Sétima, inciso I do CONTRATO, as 30.500.000.000 de ações ordinárias nominativas escriturais de emissão da USIMINAS – USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A de propriedade da COMPANHIA VALE DO RIO DOCE; II – liberadas da caução, constituída em seu favor por força da Cláusula Sétima, inciso II do CONTRATO (com redação dada pela Cláusula Primeira do Aditivo nº 1, de 09.04.1997), as 36.675 debêntures não conversíveis, nominativas não endossáveis, de 2ª emissão da RIPASA S.A. CELULOSE E PAPEL; III – liberados da fiança, constituída em seu favor por força da Cláusula Décima Quarta do CONTRATO, OSMAR ELIAS ZOGBI, WALTER

ZARZUR DERANI e TONY OMAR ZARZUR. Segunda – Alteração de Cláusulas – O BNDES e a BENEFICIÁRIA acordam em alterar o Parágrafo Segundo da Cláusula Terceira, a Cláusula Sexta, a Cláusula Décima, a Cláusula Décima Quarta, a Cláusula Décima Sexta e seu parágrafo único do Contrato, que passam a vigorar com a seguinte redação: Terceira – Parágrafo Segundo – O montante apurado nos termos do inciso I, alínea “b”, ou do inciso II, será exigível trimestralmente no dia 15 dos meses de março, junho, setembro, e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de dezembro de 1996 e 15 de janeiro de 2002, e mensalmente, a partir do dia 15 de fevereiro de 2002, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal, e no vencimento ou liquidação deste contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Primeira. Sexta – Amortização – O principal da dívida decorrente deste contrato deve ser pago ao BNDES em 06 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2002 observado o disposto na Cláusula Vigésima Primeira, comprometendo-se a BENEFICIÁRIA a liquidar com a última prestação, em 15 de julho de 2002, todas as obrigações decorrentes deste Contrato. Pelo **AV-2/33.658** de 11.10.2001 conforme **Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal TRARL** datado de 02/06/99. (as.) por Paulo R. R. Lobo – Coordenadoria de Pesq. E Desenvolvimento Meio Ambiente e Volglan Lobão Mendes Gerente Regional do IBAMA Portaria nº 224/98-P. Tendo em vista o que dispõe o art. 3º da Instrução Normativa IBDF 001 de 11/04/80 em atendimento ao que determina a Lei 4771/65 (código florestal) em seus artigos 16 e 44 e a Medida Provisória nº 1736-36 de 06/05/99, que a floresta ou forma de vegetação existente com a área de **7.498.58.62ha** não inferior a 61,1260% do total da propriedade fica gravada como de utilização limitada, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração a não ser mediante autorização do IBAMA. Obs: o remanescente de reserva legal deste imóvel correspondente a 11,1260% (1.364.87,28ha) da sua área total, encontra-se gravada nos imóveis discriminados a seguir conforme TRARL de 02/06/99 a título de compensação, na forma permitida pela MP 1736-36 de 06.05.99 do seguinte modo. Fazenda Boa Esperança III CRI de Imperatriz, matriculado nº 7783, 13278, 4974, 4785, 16179, 16174, 23699, 10287, 10270, 10285, 10280 a área correspondente a 2,3387%(286.89.31ha). Fazenda Campo Alegre CRI de Imperatriz matriculado 4445 a área correspondente a 1,0432% (127.97.44ha), Fazenda Lourenço CRI de Imperatriz nº 5.048, 8.898 e 33.786 a área correspondente a 0,4883% (59.90.35ha), Fazenda São Lucas, CRI de Imperatriz matrículas 16591, 11450 e 31456 a área correspondente a 1,4734%(180.75.40ha), Fazenda Teimosa CRI de Açailândia matrículas nº 4.954 e 604 a área correspondente a 3,6875% (452.36.58ha), Fazenda Itaparica CRI de Imperatriz, matrículas 16453, 8102, 8203, 8741, 8852 e 34115 a área correspondente a 1,2734 (156.21.40ha) e Fazenda Monte Alegre CRI de Imperatriz matrículas 4741, 5900, 32398 e 10651 a área correspondente a 0,8215% (100.77.27ha); pelo **AV-3/33.658** de 23.05.2002 por Aditivo nº 04 datado de 06/05/2002. Ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 96.2.395.1.1 de 03/12/96. Celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Celmar S.A Indústria de Celulose e Papel, com a Interveniência de Terceiros. Tem por objetivo alterar o Parágrafo Segundo da Cláusula Terceira, a Cláusula Sexta, a Décima Sexta e seu Parágrafo Único do Contrato que passa a vigorar com a seguinte redação. **TERCEIRA:** Parágrafo 2º O montante apurado nos termos do inciso I, alínea “b” ou do inciso II, será exigível trimestralmente no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no

período compreendido entre 15/12/96 e 15/01/2003 e mensalmente a partir de 15/02/2003, inclusive juntamente com as parcelas de amortização do principal, e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na cláusula 21ª. **SEXTA. AMORTIZAÇÃO:** O principal da dívida decorrente deste contrato deve ser pago ao BNDES em 06 prestações mensais e sucessivas, cada uma no valor de principal vincendo da dívida, dividido pelo nº de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a 1ª em 15/02/2003, observado o disposto na Cláusula 21ª, comprometendo a Beneficiária a liquidar com a última prestação, tem 15/07/2003, todas as obrigações decorrentes deste contrato. **DÉCIMA SEXTA. ALTERAÇÃO DE PRAZOS:** Caso a BENEFICIÁRIA, presente ao BNDES, até 15/10/2002, cópia autenticada do contrato de compra e venda de Caldeira de Recuperação que viabilize a produção mínima de 400.000 t/ano de celulose, na fábrica mencionada na Cláusula 1ª, comprovante de pagamento de, no mínimo 10% do valor total daquele bem, e as fontes de recursos para o projeto industrial estejam, a critério do BNDES, satisfatoriamente equacionados, os prazos referidos no parágrafo 2º da Cláusula Terceira e Sexta passarão a ser os seguintes: I – da Carência até 15/03/2005. II – de Amortização: 15 prestações mensais e sucessivas, cada uma no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo nº de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a 1ª em 15/04/2005 e a última em 15/06/2006, observado o disposto na Cláusula 21ª. **Parágrafo Único:** O BNDES deverá se manifestar sobre a alteração de prazos de que trata o caput desta cláusula até 31/01/2003, sendo que as modificações necessárias de ajuste serão realizadas mediante elaboração de aditivo a este Contrato. Ficam ratificadas todas as demais condições que não colidirem com o que estabelece neste Aditivo; pelo **AV-4/33.658** de 27.08.2003 conforme Declaração de Quitação datada de 06/08/2003 do Banco Nacional de Desenvolvimento BNDES (as.) por Fábio Stefano Erber e Mauricio Borges Lemos. Fica liberada a Hipoteca do Registro nº 01 bem como as averbações dos aditivos 01, 03, pelo **R-2/33.658** de 09.10.2003 conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia Vale do Rio Doce, realizada aos 29.08.2003. Protocolada sob nº 03/028640-9 e registrada na JUCEMA sob nº 20230286409 em 25.09.2003, a CELMAR S/A INDÚSTRIA DE CELULOSE E PAPEL. Foi Incorporada pela COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, pelo **R-3/33.658** de 09.10.2003 de acordo com a Ata da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da Ferro Gusa Carajás S.A, realizada em 01.09.2003. Protocolada sob nº 00-2003/117027-7 em 05.09.2003 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 09.09.2003 sob nº 00001346139; e Protocolada sob nº 03/029378-2 e registrada na JUCEMA sob o nº 20030293782 em 25.09.2003, O imóvel da matrícula supra, foi Integralizado ao Capital Social da Firma FERRO GUSA CARAJÁS S/A, pelo **AV-5/33.658** de 20.11.2008 de acordo Ata da Assembléia Geral Extraordinária da FERRO GUSA CARAJÁS S. A, datada de 28.04.2008, Protocolada sob nº 00-2008/064145-8 em 05.05.2008 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro-RJ sob nº 00001836909 em 08.09.2008 e Ata da Assembléia Geral Extraordinária da COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - VALE, datada de 29.04.2008, Protocolada sob nº 00-2008/064136-9 em 05.05.2008 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00001836908, a subsidiária Ferro Gusa Carajás S.A, foi Incorporada pela **COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - VALE**. Permanecendo, pois o referido imóvel em nome de **COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - VALE**, atual adquirente até a presente data. Valores Cobrados pelo ato (Lei Estadual nº 9109/09) emolumentos R\$ 162,70, FERC R\$ 5,00, total R\$ 167,70. Era o que continha no que me foi requerido por certidão, do que dou fé.

CARTÓRIO OFÍCIO DE IMPERATRIZ

Registro de Imóveis

Tabelionato de Notas

O referido é verdade e dou fé.

Imperatriz, MA, 15 de fevereiro de 2017.

6º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
Idelvânia Teixeira Marinho
Escrevente Autorizado
Imperatriz - MA

Anexo VII – Título da propriedade da família Calixto (Olho d'Água-TO)

GET A T

Sr.(a) CALIXTO NUNES DA PAIXÃO, brasileiro
 ro, casado, lavrador, C. Casamento nº /
 33, Fls. 23, Livro nº A-6/Go.

[illegible]

ACHAM-SE DESERTANDO O ANEXO